



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cátia Sofia Viana Ramos

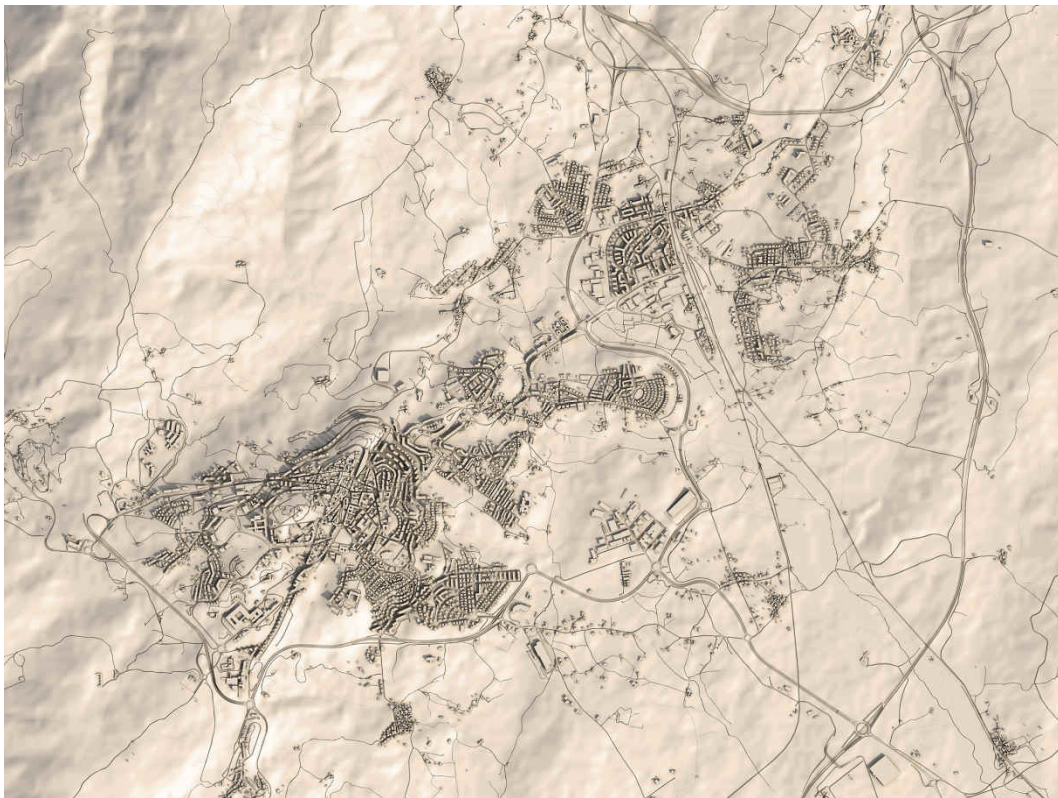
GUARDA 100-2010:
CIDADE, ARQUITETURA, PROJETO.

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pelo Professor Doutor Mauro Costa Couceiro,
apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2021

Departamento de Arquitetura da

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra



Guarda 100-2010: Cidade, Arquitetura, Projeto.

Cátia Sofia Viana Ramos

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Arquitetura, orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pelo Professor Doutor Mauro Costa Couceiro, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2021

A presente tese foi financiada com o apoio das seguintes Instituições e Programas:



FCTUC DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

Bolsa FCT Ref: SFRH/BD/176848/2011

Resumo

É do entendimento da relação entre *Cidade, Arquitetura e Projeto* que nasce a questão de investigação aqui apresentada: *Que projeto para a cidade da Guarda?* É uma pergunta que tem subjacente a compreensão da cidade enquanto projeto cultural e político de um coletivo, onde a arquitetura é a sua expressão material, manifesta nas suas mais diversas formas, construída em múltiplos tempos. Este estudo parte da condição ontológica da arquitetura definida desde a antiguidade clássica. Tem como ponto de partida o conceito de *projeto* como ferramenta intrínseca ao conhecimento e organização do espaço, através da qual a arquitetura atua na mediação da realidade contingente.

Foi das respostas dadas pela arquitetura, em especial a partir dos anos 60 e na escola italiana que a importância da ideia de cidade reemerge perante o questionamento sobre as transformações urbanas aceleradas do pós-guerra. A atenção ao projeto e à necessidade da sua leitura histórica é reiterada por Rossi, Tafuri e Aureli. Respetivamente e com objetivos diferenciados, estes autores decidem-se pelo projeto e no esclarecimento das condições do seu exercício, pelo projeto histórico e pelo projeto formal enquanto também político. Mas essencialmente como forma de combater os processos contemporâneos de fazer cidade, nomeadamente pela urbanização. Não obstante, a leitura projetual da cidade faz-se dos espaços e formas da cidade, mas também, das motivações, ideologias, aparatos e discursos que fazem cada momento histórico, como esclareceram Lefebvre e Foucault.

Na urgência de um pensamento sobre a Guarda, examina-se a cidade com o principal objetivo de criar o lugar para pensar o seu projeto, na sua dimensão política que também é formal. Para tal fornece-se o conhecimento dos factos urbanos na relação com as práticas sociais e de poder dos quais emergem e reemergem. Perseguindo este objetivo, apoiado pela instrumentalidade da história, sem determinismos, procura-se a justificação, reconhecimento e esclarecimento retroativo das formas da cidade existente.

Assim, a investigação aqui apresentada faz uma análise ao tempo longo da cidade, à sua evolução, consubstanciada em sete ordens histórico-espaciais, desde a fundação romana da Guarda até ao ano de 2010. Na busca da inteligibilidade desses tempos, a instrumentalidade da história e o uso de um *laboratório de representação* foram determinantes enquanto ferramentas de projeto.

Palavras-Chave: Guarda, cidade, arquitetura, projeto, história, laboratório de representação.

Abstract

It is from the understanding of the relationship between City, Architecture and Project that the question of the research here presented arises: *What project for the city of Guarda?* It is a question that has an underlining understanding of the city as a collective cultural and political project, where architecture is its material expression, revealed in its many diverse shapes, built in multiple times. This study begins with the ontological condition of architecture, which has been defined since ancient classics. Its starting point is the concept of project, as an essential tool to the knowledge and spatial organization, through which architecture acts in the mediation of contingent reality.

The answers presented by architecture, especially since the 60's and the Italian school, made the importance of the idea of the city re-emerge, in the face of the questioning about the accelerated urban transformations of the post-war period. The attention to project and the need for its historical reading is emphasized by Rossi, Tafuri and Aureli. With different goals, these authors, respectively, decide on the project and the clarification of the conditions of its exercise, for the political project and for the formal project while also political. But essentially as a form to fight the contemporary processes of making the city, namely through urbanization. However, the city projectual reading is made from its shapes and spaces, besides its motivations, ideologies, apparatus and speeches that make each historical moment, in fact as Lefebvre and Foucault clarified.

In the urgency of a thought about Guarda, the city is examined with the main goal of creating a place for thinking about its project, in its political while also formal dimension. Thus, the knowledge of the urban facts is provided, in relation to the social and power practices from which they emerge and re-emerge. Pursuing this goal, sustained by the instrumentality of history, without determinism, it seeks the justification, recognition and retroactive clarification of the shapes of the existing city.

Thus, the research here presented is based on an analysis of the city over a long time, its evolution, consolidated in seven historical-spatial orders, from the Roman foundation of Guarda to the year 2010. In the search for the intelligibility of those times, the instrumentality of history and the utilization of a *representation laboratory* as design tools were decisive.

Keywords: Guarda, city, architecture, project, history, representation laboratory

Índice

Resumo	iii
<i>Abstract</i>	v
Agradecimentos	ix
<i>Acknowledgments</i>	xi
Prólogo	xv
I. Cidade, Arquitetura, Projeto.	19
1.1. Cidade, Arquitetura, Projeto.....	20
1.2. Guarda, razões para o seu estudo.....	39
1.3. A Guarda e o seu estudo.....	47
1.4. Guarda 100-2010: Metodologia.....	52
1.5. Guarda 100-2010: Estrutura.....	57
Quadro Síntese	61
2. Da <i>civitas</i> romana ao fim do império (100-1198)	63
3. A consubstanciação da cidade da Guarda (1199-1820).....	74
4. A cidade da saúde (1820-1933)	110
5. Dois antepanos: a mesma cidade (1933-1974)	140
6. Crescimento e urbanidade (1974-1986).....	183
7. Efeitos da integração europeia na Guarda (1986-2010).....	224
8. Epílogo.....	285
ANEXO I.....	299
ANEXO II – Cronologia	301
ANEXO III	311
Índice de Figuras	345
Bibliografia	353

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor José António Bandeirinha, por me ter acolhido no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, mas principalmente pela paciência, encorajamento e crítica durante este meu percurso sobre o, também longo, projeto da Guarda. Estou igualmente grata ao meu coorientador, Professor Doutor Mauro Costa Couceiro, que incentivou discussões sobre a cidade e me guiou no sentido de tornar possível a visualização do crescimento da Guarda ao longo dos seus mais de oito séculos, conforme é aqui apresentada. Não posso deixar de agradecer profundamente o apoio, aconselhamento, estímulo e contribuições em vários momentos deste estudo do Doutor Tiago Castela, da Professora Doutora Luísa Trindade e do Professor Rui Jacinto.

A investigação aqui exposta não tinha sido possível sem o apoio institucional e financeiro da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia, do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Ibéricos. Estou grata a estas entidades e a todos aqueles que as apoiam.

Na Guarda, e fora dela, várias pessoas disponibilizaram-se a ajudar nesta investigação, muitas das quais surgem citadas ao longo deste trabalho. Refiro-me a Abílio Curto, ao Doutor Américo Rodrigues, à Doutora Dulce Helena Borges, ao Doutor Hélder Sequeira, ao Doutor Manuel dos Santos, à Doutora Maria do Carmo Borges, ao Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues, ao Professor Doutor Vítor Pereira e aos Arquitetos António Saraira e Aires de Almeida. E também, ao Professor Doutor João Mendes Ribeiro, ao Professor Doutor José Reis, ao Professor Doutor Manuel Fernandes de Sá, à Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro, ao Professor Doutor Manuel Tão, à Professora Doutora Rita Costa Gomes, ao Engenheiro João Rebelo e aos Arquitetos Camilo Cortesão e Nelson Brito. Tenho de agradecer também aos alunos de Expressão Plástica e Multimédia do DARQ-DEI, ano letivo de 2013/2014, cujos ensaios tornaram realizável a construção tridimensional da cidade. De forma particular, expresso os meus agradecimentos ao Arquitecto Sérgio Gamelas e filhos, cuja generosidade me permitiu conhecer em pormenor o percurso da Arquiteta Maria José Abrunhosa de Castro. Nos EUA, aos Planeadores Regionais Avrom Bendavid-Val e Eric Chetwind. A eles estou grata pela generosidade com que me providenciaram material de investigação e pelo entusiasmo com que divulgaram nos seus estudos parte dos resultados desta investigação. E ainda, à Arquiteta e Mestre Júlia Utime pelo trabalho desenvolvido na edição vídeo da simulação do crescimento da cidade, pois, sem a sua sensibilidade e conhecimentos, ele não teria sido possível.

Expresso também os meus agradecimentos aos arquivistas e bibliotecários que, na Câmara Municipal da Guarda, no Museu Regional da Guarda, no Arquivo Distrital da Guarda, na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca do Departamento de Arquitetura da FCTUC e na Biblioteca do Centro de Estudos Sociais da UC, tornaram esta investigação possível.

Estou também agradecida aos amigos e colegas de curso de doutoramento que, em diversos momentos, contribuíram com as suas apreciações. Em especial, à Maria João Pinto pela motivação que me conduziu aqui, ao Décio Ferreira, ao Carlos Jorge Barata, ao Armando Duarte, ao David Bilo, à Teresa Tellechea e ao João Paulo Pereira cuja generosidade foi essencial em várias alturas. Também estou agradecida ao Rui Aristides pela amizade e disponibilidade na leitura de partes deste estudo, bem como pelas discussões sobre cidade e arquitetura, muitas realizadas a partir do encorajador trabalho desenvolvido na disciplina de Introdução à Arquitetura e à Cidade. E, não posso esquecer a amizade da Joana Maia, cujo entusiasmo e companheirismo tornou mais leves as dúvidas e hesitações deste percurso de partilha mútua.

Tenho de agradecer à minha família, que é para mim fonte de coragem e de inspiração. Ao meu pai Rui Veiga, à minha mãe Vitalina Ramos e à minha irmã Patrícia Ramos pelo seu amor e por sempre acreditarem em mim. Por fim, agradeço ao meu companheiro Pedro Machado, pelo amor, confiança e paciência. Esta dissertação é dedicada a eles.

Acknowledgments

I would like to thank my supervisor, Professor José António Bandeirinha, for having welcomed me to the Department of Architecture of the Faculty of Science and Technology of the University of Coimbra, but mainly for his patience, encouragement and criticism during my journey on the project of Guarda. I am in the same way grateful to my co-advisor, Professor Dr. Mauro Costa Couceiro, who encouraged discussions about the city and guided me in making it possible to visualize the growth of Guarda throughout its more than eight centuries, as presented here. I can't help but thank deeply the support, advice, encouragement and contributions at various times during this research, by Doctor Tiago Castela, Professor Dr. Luísa Trindade and Professor Rui Jacinto.

The research here presented would not have been possible without the institutional and financial support of the Portuguese Foundation for Science and Technology, the Department of Architecture of the Faculty of Science and Technology of the University of Coimbra, the Center for Social Studies of the University of Coimbra and the Center of Iberian Studies. I am grateful to these institutions and all those who support them.

In Guarda and outside, several people offered to help in this research, many of whom are mentioned throughout this work. I am referring to Abílio Curto, Doctor Américo Rodrigues, Doctor Dulce Helena Borges, Doctor Hélder Sequeira, Doctor Manuel dos Santos, Doctor Maria do Carmo Borges, Doctor Adriano Vasco Rodrigues, Professor Doctor Vítor Pereira and the Architects António Saraiva and Aires de Almeida. And also to Professor Dr. João Mendes Ribeiro, Professor Dr. José Reis, Professor Dr. Manuel Fernandes de Sá, Professor Dr. Margarida Relvão Calmeiro, Professor Dr. Manuel Tão, Professor Dr. Rita Costa Gomes, the Engineer João Rebelo and the Architects Camilo Cortesão and Nelson Brito. I also thank the students of Plastic Expression and Multimedia of the DARQ-DEI academic year 2013/2014, whose essays made the three-dimensional construction of the city achievable. Particularly, I express my thanks to Architect Sérgio Gamelas and sons, whose generosity allowed me to know in detail the path of Architect Maria José Abrunhosa de Castro. In the US, Regional Planners Avrom Bendavid-Val and Eric Chetwind. I am grateful to them for the generous way they provided research materials and the enthusiasm with which they shared in their studies part of the results of this research. Also to Architect and Master Júlia Utime for the work in video editing of the simulation of the city's growth, as without her sensitivity and knowledge it would not have been possible.

I extend my thanks to the archivists and librarians who, at Guarda Municipal Council, Guarda Regional Museum, Guarda District Archive, Eduardo Lourenço Municipal Library, General Library of the University of Coimbra, Library of the Department of Architecture of FCTUC and the Library of the Center for Social Studies at UC, made this investigation possible.

I am also grateful to my friends and colleagues of the PhD course, who many times contributed with their opinions. Particularly to Maria João Pinto for the motivation that led

me here, to Décio Ferreira, Carlos Jorge Barata, Armando Duarte, David Bilo, Teresa Tellechea and João Paulo Pereira, whose generosity was essential at various times. I am also grateful to Rui Aristides for his friendship and readiness to read parts of this study, as well as for the discussions about the city and architecture, many carried out based on the motivating work developed in the subject Introduction to Architecture and the City. And, I cannot forget the friendship of Joana Maia, whose enthusiasm and companionship turned the doubts and hesitations of this journey into light and sharing moments.

I thank my family, who are a source of courage and inspiration for me. To my father Rui Veiga, my mother Vitalina Ramos and my sister Patrícia Ramos for their love and for always believing in me. Finally, I thank my partner Pedro Machado, for his love, trust and patience. This thesis is dedicated to them.

Aos meus Pais,

Irmã e ao Pedro.

Prólogo



Roots, Franz Falckenhaus, 2014¹

"A cidade vive sujeita a questões contraditórias. Querer ultrapassar essa contrariedade é má utopia. É necessário ao invés, dar-lhe forma. A cidade, na sua história, é a perene experiência de dar forma à contradição, ao conflito."

Armido Rizz²

"Só temos o passado à nossa disposição. É com ele que imaginamos o futuro. (...) Todos os povos e culturas são multiplicidade de «tempos», são eles que condicionam a relação com o Futuro."

Eduardo Lourenç³

A Guarda, cidade objeto deste estudo, é para mim uma cidade que, até algum tempo atrás, era observada com proximidade e distância. Porquê? Porque é uma cidade à qual sou inevitavelmente próxima, na qual tenho raízes. Nunca residi na cidade, mas é aquele lugar ao qual estarei sempre ligada por ter aí ter nascido. Cresci e vivi em muitos dos seus espaços e edifícios pelo convívio com os meus avós, pais e amigos. E vi-a transformar-se, à distância, entre a vida entre outras cidades do centro de Portugal, como o foram Castelo Branco e atualmente Coimbra.

O início da minha experiência profissional ditou alguns dos motivos que me levaram a questionar a Guarda. Estávamos em 2005, a recém experiência na área do planeamento conduzia-me à perplexidade sobre o modo como cidadãos e seus poderes locais quando chamados a refletir sobre o espaço onde habitam, nomeadamente nas tarefas inerentes ao desenvolvimento, execução e implementação de planos diretores municipais, remetiam em

¹Franz Falckenhaus, *Roots*, 2014, Colagem, 2014, Falckenhaus, <https://www.flickr.com/photos/franzfalckenhaus/>

²Armido Rizzi, 'Apresentação', Em *A Cidade*, de Massimo Cacciari, 4.ª edição (Barcelona: Gustavo Gilli, 2010).

³Eduardo Lourenço, *Nós como Futuro*, Cadernos do Pavilhão de Portugal - Expo'98 (Lisboa: Assírio e Alvim, 1997).

grande medida essa reflexão para a disponibilidade e condições de edificabilidade dos espaços ditos urbanizáveis. A discussão em torno de um cenário de crescimento, desenvolvimento urbano e do inerente potencial económico do espaço era assunto central. Associava-se a isto, em muitos dos casos, uma incompreensão sobre a realidade histórico-geográfica, arquitetónico-urbana e social da cidade, num esforço em implementar investimentos e empreendimentos desprovidos, na maioria das vezes, de um debate acerca da construção de uma ideia comum, contingente e consentânea com essa realidade, consumada numa estratégia, isto é, num projeto sobre a desejada forma e desenho da cidade.

O ano de 2010 marca o fim do enquadramento temporal deste estudo, mas também o momento que me levou a questionar a cidade da Guarda, numa realidade nacional afetada pelos impactos da recessão económica de 2008 e das políticas de austeridade que começavam a surtir os seus efeitos e a expor os artifícios da economia neoliberal, refletidos na urbanização extensiva do espaço. Para as cidades portuguesas como a Guarda, esta realidade manifestou as debilidades que marcaram o desenvolvimento recente. Fraquezas assentes na financeirização habitacional, consubstanciada no desenvolvimento suburbano, e no fim do investimento público em matéria de regeneração urbana em grande escala, como foi o caso do Programa Polis.⁴ O cenário de depressão económica e inércia no desenvolvimento urbano, coadjuvado pelas mudanças económicas, políticas e sociais, colocaram, na minha óptica, a urgência em repensar o crescimento desta cidade média, assim como a necessidade de questionar o seu papel numa rede urbana nacional desequilibrada e topologicamente inquestionada. Face a estas circunstâncias habita nesta reflexão uma motivação pessoal particular e a vontade de conhecer intimamente a cidade das experiências pessoais pela arquitetura.

Sobre estas preocupações nasceu a questão de investigação aqui apresentada: *Que projeto para a cidade da Guarda?* Nas páginas seguintes procuro explicar como a resposta a esta pergunta tem subjacente o meu entendimento particular da relação entre *Cidade, Arquitetura e Projeto*. Este entendimento é construído tendo presente que cidade é um produto cultural e político do coletivo, feita de desígnios e de intervenção. Em si mesma um projeto coletivo contínuo. A arquitetura, expressão material desse projeto, está patente nos diversos tempos da cidade, acumulados nas suas diferentes formas. É através do projeto, como ferramenta de conhecimento e de organização do espaço, que a arquitetura atua na mediação da realidade contingente, dando forma ao seu futuro. Esta investigação sobre a arquitetura da cidade da Guarda tem o *projeto* como ponto de partida. Ele é entendido como saber e crítica em relação à forma de reorganização do presente e do futuro da cidade.

A leitura proposta tem como objetivo criar o espaço para pensar o projeto da cidade da Guarda na sua dimensão política, que também é formal. Procura, como Armido Rizzi diz dar-lhe forma, não pela imposição de conceitos ou soluções, mas reconhecendo, explicando e justificando retroativamente as formas da cidade existente. E, em última instância, criar o espaço para discutir e intervir na Guarda. Essa justificação retroativa depende de um passado

⁴Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, 'Resolução do Conselho de Ministros 26/2000', 15 de maio de 2000.

de espaços e formas, dessa *multiplicidade de tempos* narrada por Eduardo Lourenço, que condiciona a nossa relação com o futuro. Na busca da inteligibilidade desses tempos, a instrumentalidade da história e o uso de um *laboratório de representação* como ferramentas de projeto foram determinantes. O corpo deste trabalho incide, assim, nesta leitura de tempos, indissociável das motivações, ideologias e discursos dos quais eles se revestem.

Na prossecução deste intento, o de criar o espaço para pensar o projeto da cidade da Guarda analisando a *multiplicidade de tempos*, dividiu-se este estudo em oito capítulos.

No primeiro capítulo, *Cidade, Arquitetura, Projeto* clarifica-se o propósito investigativo e a reflexão teórico-metodológica que sustêm este estudo. Essa análise parte dos contributos e reações à transformação da cidade, motivadas pelas mudanças aceleradas do pós-guerra, primeiro a partir da escola italiana e depois a partir dos contributos de Lefebvre e Foucault para o estudo urbano. A atenção ao projeto, e à necessidade da sua leitura histórica, é reiterada por Aldo Rossi, Manfredo Tafuri e Pier Vittorio Aureli. Com objetivos diferenciados, respectivamente, estes autores decidem-se pelo projeto arquitetónico e no esclarecimento das condições do seu exercício, pelo projeto histórico e pelo projeto formal, também ele político. Mas essencialmente como forma de combater os processos contemporâneos de fazer cidade. Não obstante, a leitura projetual da cidade faz-se dos espaços e formas da cidade e da sua relação intrínseca com o poder e as suas técnicas de governamentalidade, aparatos, discursos e simbolismos próprios a cada momento histórico, como esclareceram Lefebvre e Foucault. Neste capítulo, constrói-se também o estado da arte relativo ao conhecimento científico sobre a cidade, os contributos da investigação e colocam-se em evidência os objetivos específicos deste estudo. Clarifica-se a metodologia adotada e como ela, aliada da instrumentalidade da história e da representação, responde à elucidação sobre a genealogia da arquitetura da cidade numa análise no tempo longo. E ainda, a organização estrutural da dissertação por capítulos, com seus temas e propósitos específicos.

Nos seis capítulos centrais procura-se a inteligibilidade das formas da cidade, apoiada seis ordens histórico-político-espaciais, pela representação em desenho vídeo e adotando uma organização diacrónica.⁵ Para essa compreensão e facilidade de leitura criou-se um quadro síntese e uma cronologia como suporte de leitura da dissertação.⁶ Nela, e por capítulos, é apresentado o período temporal de análise a que cada um respeita, seguindo um suporte cronológico linear que reporta os eventos históricos políticos e sociais do país e da cidade, as ações e estruturas de poder, os agentes e discursos, acompanhado das realizações arquitetónicas.

No capítulo 2. *Da civitas romana ao fim do império (100-500)* analisam-se as origens romanas da cidade da Guarda. No capítulo 3, *A consubstanciação da cidade da Guarda (1199-1820)* questionam-se, como o próprio título indica, as condições e demais razões que fizeram da Guarda cidade de fronteira, da Idade Média ao Liberalismo. O capítulo 4. *A cidade da saúde (1820-1933)* incide sobre um período de 13 anos, situado entre a Monarquia

⁵ Para ver o vídeo sobre o crescimento da cidade no tempo consultar Anexo I.

⁶ Ver Quadro síntese e no Anexo II a Cronologia.

Constitucional até ao fim da Ditadura Militar portuguesa, com a instauração da Constituição Portuguesa de 1933. Analisam-se os efeitos da nova política e regulamentação sanitária sobre a cidade. Já o capítulo 5. *Dois antepianos: a mesma cidade (1933-1974)*, *Engenharia social na forma urbana da Guarda* explorara as consequências materiais resultantes do modo como a política ideológica, económica, infraestrutural e social da Ditadura atingiu a Guarda, percebendo a heterogeneidade de propostas no âmbito da arquitetura e planeamento. No capítulo 6. *Crescimento e Urbanidade (1974-1986)*, *A ambivalente gestão urbana e a experiência MEREC* reflete-se sobre as consequências na cidade, do período político, social e económico entre a Democratização de Portugal, a 25 de abril de 1974, e a entrada do país na Comunidade Económica Europeia. O capítulo 7. *Efeitos da integração europeia na Guarda (1986-2010)*, *Discursos, Agentes e Modernidade* debruça-se sobre a transformação urbana da cidade à luz do discursos profissionais, políticas e regras a ela dirigidas, desde a integração de Portugal na Comunidade Europeia, até 2010.

Nestes seis capítulos encontram-se os propósitos que respeitam a reflexão crítica sobre o projeto *Cidade da Guarda*. Do período romano à contemporaneidade, eles refletem sobre as diferentes fases de crescimento da cidade na relação com o seu contexto mais alargado, seja regional, nacional, europeu ou internacional; sobre as formas da arquitetura da Guarda e das condições do exercício da arquitetura, da política da normativa e demais discursos; e sobre a discussão dos significados dos tecidos urbanos, das obras e projetos e as mudanças sociais por eles operadas.

No capítulo 8 procede-se a uma reflexão à luz das conclusões obtidas e à análise dos objetivos e metodologia adoptada. Pretende-se construir um esboço inicial do objetivo deste estudo: a discussão transformativa da Guarda. Essa reflexão assenta em três premissas: *Da inteligibilidade do projeto da cidade da Guarda; Da necessidade de pensar a cidade, um projeto que é político; Do projeto arquitetónico, possíveis caminhos.*

I. Cidade, Arquitetura, Projeto.

Este capítulo destina-se a clarificar o propósito investigativo apresentado, os seus contornos teóricos, a metodologia e os objetivos da investigação. Para atingir essa intenção optei por dividi-lo em quatro momentos, seguido de um quinto que compreende a estrutura do trabalho, temas e argumentos específicos dos capítulos subsequentes. Primeiro, na secção *Cidade, Arquitetura e Projeto* procuro expor a sua interrelação. Tomando como ponto de partida o conceito de projeto como inerente à cidade, esta última entendida como arquitetura, o que se propõe é uma leitura da evolução da cidade. Análise que depende dessa constituição ontológica da arquitetura, que se encontra definida desde a antiguidade clássica. Posteriormente, analiso os contributos que a história e teoria arquitetónica italianas que, durante a década de 60, vieram colocar novos desafios à arquitetura, na sua redefinição conceptual e teórica, no questionamento do legado do movimento moderno à luz das transformações da cidade do pós-guerra. Ao nível das suas propostas, mais especificamente Rossi e Tafuri sugerem o estudo histórico da cidade como caminho esclarecedor para atuação. Apresentando respostas diferentes ao nível da sua atuação, Rossi no objeto da cidade e na busca real de soluções de projeto, Tafuri na definição do projeto histórico como condição de esclarecimento da ideologia da qual se reveste a arquitetura e a construção da cidade. E ainda, recentemente, Aureli propõe olhar para a arquitetura e a cidade como um projeto, não só formal, mas também político. O que procuro definir como intrínseco ao conceito de projeto é como ele se apresenta como conhecimento, raciocínio e crítica sobre a forma de reorganização do presente e futuro da cidade. Deste modo, é a partir deste conceito que nasce a questão de investigação apresentada *Que projeto para a cidade da Guarda?* A essa resposta não é estranha a diferença das propostas feita por estes autores, mas sim aquilo que contribuem para o estudo arquitetónico e urbano aqui proposto. Refiro-me também ao trabalho de Lefebvre e Foucault, naquilo que ambos vêm contribuir para o entendimento da prática arquitetónica. O primeiro, na constatação e crítica que faz à nossa condição urbana, expondo a arquitetura simultaneamente como prática social, técnica e produção material, resultado de discursos escritos e formais que, funcionando dentro de um determinado espaço histórico, se reveste de semiologia. O segundo, alertando para a arquitetura como discurso de conhecimento e técnica que se interliga com outras práticas inerentes às formas de poder e governo, sejam políticas ou técnicas, e que determinaram os modos de realização dos espaços modernos.

Na segunda parte deste capítulo, em *Guarda, razões para o seu estudo*, abordam-se as motivações e demais objetivos subjacentes a esta leitura projetual. Os contributos que uma investigação desta natureza pode alcançar são discutidos tendo presente o princípio prévio de refutar a situação atual, porque o questionamento feito à Guarda encerra um objetivo transformativo, o de alterar a situação presente, colocando-a em discussão. Apresentam-se os argumentos que colocam pertinência neste estudo, considerando a condição urbana global, neoliberal, olhando para a economia, a crítica urbana, para a filosofia e ciência política. Em *A Guarda e o seu estudo* aborda-se o estado da arte relativamente ao conhecimento científico

sobre a cidade. Em quarto, na secção *Guarda 100-2010: Metodologia*, demonstra-se, como o título indica, a metodologia adotada nesta investigação, elucidando acerca das fontes consultadas e a evolução urbana da cidade, de forma a responder aos objetivos enunciados nas secções anteriores, compreendendo a instrumentalidade da história e um *laboratório de representação*, este último, como ferramenta inerente ao exercício projetual, uma prática de análise pelo desenho, pela tridimensionalidade, e de obtenção sobre a inteligibilidade da forma urbana. A história como ferramenta auxiliar do projeto, atuante no esclarecimento genealógico das condições do exercício arquitetónico da cidade objeto do estudo. Por fim, é apresentada a organização estrutural da dissertação por capítulos, expondo temas e objetivos específicos.

1.1. Cidade, Arquitetura, Projeto.

É em redor do *Projeto*, entendido como conceito teórico-metodológico, que me proponho a falar sobre a Guarda. É também através dele que pretendo contribuir para a resposta à questão de investigação: *Que projeto para a cidade da Guarda?* A resposta a esta pergunta é simultaneamente o objetivo central do trabalho apresentado. Porquê *Projeto*? Porque, como procurarei demonstrar, apoiada pelas respostas da escola italiana a esta questão, o projeto surge aqui como conhecimento e crítica sobre a forma de reorganização do presente, e do futuro da cidade. Projeto é a ferramenta inerente ao pensamento arquitetónico, é estratégia conferida pelo desenho. Mas é também o modo como se concebe o futuro de determinada situação em relação a um possível fim. Uma forma que responda à cidade enquanto coletivo político.

Interessa-me aqui reforçar que esta forma de conhecimento e raciocínio que o projeto arquitetónico tem uma constância nascida na antiguidade clássica, dada pelo pensamento vitruviano e depois albertiano, ideia recuperada por Rossi em *L'architettura della Città*. Vitruvius, ao iniciar o Livro I de *De Architectura*, procura definir os contornos da disciplina como nascida da *Fabrica (prática, praxis)* e do *Ratiocinatio (raciocínio – teoria)*. Como Aureli argumenta, a ideia de projeto surge em Vitruvius separada da rotina da construção da obra arquitetónica.¹ Vitruvius constrói um discurso sobre o significante, atribuindo valor ao discurso, às ideias que transformam a matéria em forma organizada.² Já Alberti, na sua analogia entre casa e cidade, defende a continuidade do exercício da arquitetura ao desenho da cidade, num raciocínio liberto das condições estruturais das

¹Pier Vittorio Aureli, 'Means to and End, The Rise and Fall of the Architectural Project of the City', em *The City as a Project* (Berlin: Ruby Press, 2013), 20.

²Livro I, Capítulo I - 3. "Na realidade, como em todas as coisas, também na arquitetura, de uma feição especial, se verificam estas duas realidades: o que é significado e o que significa. O que é significado é a coisa proposta, da qual se fala; o que significa é a evidência baseada na lógica dos conceitos." Vitruvius, *Tratado de arquitectura*, trad. Manuel Justino P. Maciel, 3ª Edição (Lisboa: IST Press, 2009), 30-31;

ordens clássicas, em que a disposição dos elementos é um processo de negociação entre o todo e as partes e vice-versa, com o objetivo do bem comum.³

"Todos têm direito à cidade e a todos os serviços públicos que dela fazem parte. Se segundo a opinião dos filósofos, aceitarmos que a ideia e razão de ser da cidade é que os seus habitantes levem a vida em paz e, tanto quanto é possível, sem incómodos e livre de toda a perturbação, então devemos pensar maduramente no lugar e na posição em que deve ser situada e no traçado do seu perímetro."

Alberti, Livro Quarto, Capítulo II.⁴

Foi no início dos anos 60, em Itália, na redefinição do papel da arquitetura e da cidade enquanto espaço político e cultural, que esta sedimentação ontológica do raciocínio arquitectónico ressurgiu com posições distintas. Por um lado, e a partir de Milão, Aldo Rossi, e por outro, Manfredo Tafuri, a partir de Veneza. Importa salientar que, não só em Itália, este foi um momento pautado por lutas políticas e conflitos sociais, que suscitaram a discussão a várias disciplinas, e também à Arquitetura e ao Urbanismo, na procura de uma renovação cultural e conceptual.

Aldo Rossi e o grupo *Tendenza*, dentro da especificidade disciplinar da Arquitetura e, mediante uma visão autónoma, vêm criticar os processos de transformação urbana da cidade, causados pelo nivelamento desencadeado pelo determinismo económico-social e pela urbanização.⁵ Processos que, gerados fundamentalmente no meio técnico-funcional, resultaram no declínio político da cidade. Esta crítica consolida-se a partir do contacto direto com as transformações urbanas das metrópoles europeias no pós-guerra, em particular do fenómeno de reconstrução e desenvolvimento das periferias urbanas das cidades italianas.

³Livro Primeiro, Capítulo IX: *"Toda a agudeza do engenho, toda a técnica e perícia da edificação se consomem na compartimentação. Só esta, tendo em vista a utilidade, a dignidade e a aprazabilidade, dá a medida das partes do edifício como um todo e, por assim dizer, do carácter de cada uma das partes e, finalmente, da harmonia e coesão de linhas e ângulos numa só obra. Ora se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, porque não se há-de dizer que as partes mais pequenas das casas são habitações em ponto pequeno?"* Leon Battista Alberti, *Da arte edificatória*. Trad. do latim de Arnaldo Monteiro do Espírito Santo; introd. e notas de Mário Júlio Teixeira Krüger (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2011), 170.

⁴Ibid., 284

⁵A *Tendenza* foi um movimento nascido em 1973, em resultado da décima quinta edição da Trienal de Milão, cujo tema geral era *"Lo Spazio Habitato"*. Aldo Rossi responsável pela Secção Internacional de Arquitectura, juntamente com um grupo de arquitetos, como Ezio Bonfanti, Rosaldo Bonicalzi, Massimo Scolari e Daniele Vitale, organizaram o evento que consistiu numa exposição *"Architettura e Città"*, (numa reavaliação do racionalismo arquitectónico, e na valorização da relação projeto e história), num filme designado de *"Ornamento e delitto"*, e num livro *"Architettura Razionale"*. Nesta publicação consta o texto de Massimo Scolari *"Avanguardia e nuova architettura"*, lido como manifesto da *Tendenza*. Segundo Scolari: *"Para a Tendenza, a arquitectura é um processo cognitivo que, a partir do reconhecimento da sua autonomia, necessita hoje de uma refundação da disciplina; que recusa soluções interdisciplinares para a sua própria crise; que não persegue nem se mistura com factos políticos, económicos, sociais e tecnológicos para mascarar o seu vazio criativo e formal. Antes, deseja entendê-los para intervir neles com lucidez— não para os determinar, mas não se deixando subordinar por eles tão pouco."* (Massimo Scolari *apud*. Diogo Seixas Lopes, 'Tendenza, o som da confusão', Opúsculos - Dafne Editora, n.º 23 (junho de 2010)). Ver também: K. Michael Hays, ed., *Architecture Theory since 1968* (Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998), 124-125; Massimo Scolari, 'The New Architecture and the Avant-Garde', em *Architecture Theory since 1968*, ed. K. Michael Hays (Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998), 126-45.

Esta posição é influenciada pelos escritos políticos de Gramsci, nomeadamente pelo conceito de intelectualidade orgânica. Isto é, pelo potencial de um movimento cultural expressar a visão hegemónica da classe dominante.⁶ Em 1966, Rossi, em «*L'architettura della città*», vem apresentar uma teoria que coloca na vida coletiva da cidade e na sua história humana, a produção da estrutura da cidade como forma urbana que realiza o social. E, ao propor entender cidade como arquitetura, vem igualmente incidir no processo projetual concebido como dado epistemológico.

A ciência urbana defendida por Rossi em «*L'architettura della città (1966)*» pretende metodologicamente esclarecer e estabelecer os âmbitos em que a arquitetura faz cidade. Determina um pensamento crítico que, através do projeto, pode responder concretamente e na prática na cidade. Dotar o projeto de carácter cognitivo tem implícita a necessidade de proceder à análise da prática arquitetónica e ao estudo da cidade, tornando-o num modo de investigação. Como o próprio refere: *"Eu tentei mostrar que ler a topografia como um arquiteto significa reconhecer os valores formais que lhe são inerentes, e acima de tudo criar uma referência para o projeto. A natureza de um edifício nasce da natureza da sua cidade."*⁷ Esses valores formais, intrínsecos à cidade, são aquilo a que Rossi designa de factos urbanos. Um facto urbano é uma realidade arquitetónica dotada de permanência, que é reconhecida pelos cidadãos como um facto histórico, *"manifestação da vida social"*. Fato urbano é um conceito que nasce da interpretação de Rossi da obra de Carlo Cattaneo, na qual o filósofo italiano desenvolve o conceito de fato natural como dotado de uma individualidade própria, cujo conhecimento depende um saber amplo, mas que é sobretudo resultado de uma transformação humana que dá forma ao ambiente urbano, tornando-se essa forma numa parte da história coletiva de uma comunidade.⁸ Rossi defende que a análise destes valores vem colocar importância na coordenada temporal pois, *"Nestes elementos, o tempo e o espaço estão continuamente interligados. A topografia, tipologia e história são medidas para a mutação da realidade, todas definindo um sistema de arquitetura onde a invenção gratuita é impossível."*⁹

Ao demonstrar como a arquitetura é indissociável da cidade, porque responde a uma realidade coletiva, Rossi também revela como na cidade a arquitetura possui, não só características sociais, mas também políticas, porque responde e é resultado das necessidades do homem enquanto ser político.¹⁰ Esta consciência política da arquitetura é igualmente um compromisso de negação relativamente à prevalência dos sistemas económicos no desenvolvimento da cidade. É onde a arquitetura pode reafirmar o seu papel crítico na

⁶ Ver Antonio Gramsci, *Gramsci: Le Opere, La prima antologia di tutti gli scritti, A cura di Antonio A. Santucci*, 1.^a Edição (Editori Riuniti, 1997), Q12, 343-354.

⁷ *"I have tried to show that to read topography as an architect means to recognize the formal values inherent in it, and above all to create a reference to design. The nature of a building is thus born from the nature of its city."* Traduzido do Inglês de Comentários à Edição Alemã em: Aldo Rossi, *The Architecture of the City*, Opositions Books (Cambridge, Massachusetts and London: MIT Press-, 1984), 179.

⁸ Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*, 2.^a Edição. (Lisboa: Edições Cosmos, 2001), 48, 49, nota 4.

⁹ *"Topography, typology and history come to be measures of the mutation of reality, together defining a system of architecture wherein gratuitous invention is impossible."* Traduzido do Inglês de Comentários à Edição Alemã. Rossi, *The Architecture of the City*, 174.

¹⁰ Rossi, *A Arquitectura da Cidade*, 241.

construção do presente, como evidenciou Anthony Vidler.¹¹ Ou, como Aureli argumenta, a leitura política da arquitetura da cidade, ao não recuperar uma visão tradicionalista, por se centrar nos factos urbanos, poderá servir de caminho para encontrar aqueles elementos formais cujo profundo papel no coletivo apresentam desafios ao desenvolvimento produtivo da cidade.¹²

De modo distinto, a partir de Veneza, Manfredo Tafuri faz uma leitura assente no desenvolvimento de uma história crítica em oposição ao que designa de operativismo crítico. Abordagem que mais tarde designará de projeto histórico.¹³ Ao contrário de Rossi, Tafuri não pretende deter-se numa metodologia específica para o projeto da cidade, situada na análise tipológica ou da atuação concreta da arquitetura, da sua linguagem formal e estrutural. No entanto, não deixa de reconhecer a esses estudos valor por considerarem a história como um *evento* e não como um elemento inalterável.¹⁴ Tafuri procura clarificar os contextos da produção arquitetónica, concebida no seu sentido mais abrangente, culturalista.¹⁵ No seu livro «*Teorie e storia dell'architettura*» (1968) ele propõe a história crítica como crítica arquitetónica, isto é, uma crítica às ideologias arquitetónicas como caminho para uma transformação da sociedade capitalista. Esta ideia nasce da constatação das limitações que a arquitetura, como crítica, apresenta: quer como metalinguagem, quer como crítica operativa. Se a primeira se fecha em si mesma, pela utilização das ferramentas da arquitetura, dos seus códigos figurativos e simbólicos, resultando num discurso intelectual denso fixado no objeto arquitetónico que determinam a sua existência e o seu público, a segunda é operativa e pretende resolver-se no futuro.¹⁶ Esta última representa o *"ponto de encontro entre a história e a projeção"*.¹⁷ Tafuri refere-se à história proposta por Siegfried Gideon como crítica ideológica, por estabelecer pontes diretas entre a arquitetura moderna e o passado, legitimando a atuação no presente, orientando e validando desenvolvimentos futuros. A histórica crítica, que Tafuri propõe, foca-se numa perspectiva lata que não se centrando exclusivamente no objeto arquitetónico, crítica os *"...contextos globais que condicionam a sua configuração"*.¹⁸ Ela procura discutir as questões do presente da arquitetura e da cidade, dentro da evolução do processo histórico do qual essas mesmas questões emergem. Tafuri reconhece que a linguagem arquitetónica desponta de contextos específicos que não se podem avaliar a partir das ferramentas exclusivas da arquitetura. Assim, atribui à história um

¹¹Anthony Vidler, 'A Terceira Tipologia (The Third Typology)', em *Uma Nova Agenda para a Arquitectura: Antologia Teórica 1965-1995*, org. Kate Nesbitt, 2ª Edição (São Paulo: Cosac Naify, 2010), 285-89.

¹²Pier Vittorio Aureli, *The Project of Autonomy: Politics and Architecture Within and Against Capitalism* 1ª Edição (New York: Princeton Architectural Press, 2008), 53-69.

¹³Manfredo Tafuri, 'Introducción: El Proyecto Histórico', em *La Esfera Y El Labirinto: Vanguardias Y Arquitectura De Piranesi a Los Años Setenta*, Biblioteca de Arquitectura (Barcelona: Gustavo Gili, 1984), 5-28.

¹⁴Manfredo Tafuri, *Teorias e História da Arquitectura*, 2.ª Edição. (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 98-100.

¹⁵Tafuri, 'Introducción: El Proyecto Histórico', 24.

¹⁶"A "arquitetura crítica" tem como interlocutor autêntico o público dos arquitectos e, como objecto de análise, processos figurativos altamente intelectualizados. É por esta razão que a articulação das formas se traduz no barroquismo das imagens, e que uma mensagem analítica em sentido global (portanto, empenhada em aprofundar a totalidade das estruturas e, em particular, a crítica dos conteúdos) só é reconhecível em raras experiências da produção actual." Tafuri, *Teorias e História da Arquitectura*, 167-168.

¹⁷Ibid., 168-197.

¹⁸Ibid., 185.

valor provisional, cuja tarefa é a de delimitar o contexto da produção arquitetónica.¹⁹ Não procura apresentar soluções, mas descrever os problemas e contradições inerentes à produção da arquitetura e, conseqüentemente, da cidade. Caberá ao arquiteto na prática a responsabilidade de conscientemente fazer escolhas e tomar decisões.²⁰

A sua proposta será desenvolvida no livro «*Progetto e utopia: Architettura e sviluppo capitalístico*» (1969), no qual Tafuri relaciona o desenvolvimento arquitetónico com a modernização capitalista iniciada no Iluminismo.²¹ Aí, em *Problemas à Maneira de Conclusão*, ele coloca na crítica marxista, consciente da ideologia económica e do poder que se esconde por detrás da arte, arquitetura e da cidade, o papel de denunciar as realidades contingentes que procuram assumir-se como universais.²² Na introdução de «*La esfera e il labirinto: Avanguardie e architettura da Piranesi agli ani' 70*», com o título *O Projeto Histórico*, à recusa de uma simplificação histórica da arquitetura reduzida à sua linguagem, Tafuri contrapõe com uma história que nunca se conclui, que se constrói a partir da heterogeneidade de materiais, linguagens e técnicas que fazem parte do real. O *projeto histórico* tafuriano pretende, pela história genealógica, influenciada por Nietzsche e Foucault, pôr em crise as ideias absolutas e totalizantes, e supostamente inquestionáveis, das quais se reveste o poder e as suas instituições. Para a história da arquitetura tal significa compreender que a obra arquitetónica tem algo a dizer a várias disciplinas, no modo como as influencia, mas também reconhecer que essas mesmas disciplinas têm algo a acrescentar e que pode ajudar a clarificar a «totalidade» da obra arquitetónica.²³ A arquitetura assume, assim, um significado mais lato que não se reduz à obra em si, mas a outros referentes do trabalho intelectual do arquiteto, discursos profissionais, teorias e normativas, que resultam das transformações da economia, da construção e dos debates inerentes à construção do espaço físico.²⁴

Importa esclarecer que, ao apresentar os problemas da produção arquitetónica, Tafuri não isenta do seu papel as massas, bem como as instituições que as representam. Referindo-se ao texto de Walter Benjamin "*Das Kunstwerk in Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit*", — no qual Benjamin compreende como os meios artísticos, através dos processos técnicos de reprodução, se tornaram carregados de significado, e um veículo para a comunicação de massas, não isento de intuítos políticos, — Tafuri reconhece que a arquitetura, embora plurissignificante e com presença simultânea à experiência coletiva, pretende alcançar uma transparência nos processos da sua concretização, clarificando-se,

¹⁹Há muito que aprendemos que não existe leitura histórica que não seja condicionada pelo nosso empenhamento no presente." Ibid., 203.

²⁰Ibid., 260 – 61.

²¹Manfredo Tafuri, *Projecto e Utopia: architettura e desenvolvimento do capitalismo* (Lisboa: Editorial Presença, 1985).

²²Ibid., 121.

²³Tafuri, 'Introducción: El Proyecto Histórico', 19–21.

²⁴Ibid., 24, 27. Tafuri dá como exemplo a experimentação e funções a que foi sujeito o trabalho do arquiteto, desde a influência do pensamento fisiocrático na reforma urbana do século XVIII, o desenvolvimento das cidades operárias no século XIX, passando pelas experiências de Patrick Geddes e Raymond Unwin, até à evolução teórica da Regional Planning Association of America, passando pela nova organização das cidades, que saem dos planos quinquenais soviéticos, e aos resultados do New Deal de Rosevelt, ou as experiências de Urban Renewal de Kennedy.

tornando-se consciente para o coletivo.²⁵ O uso da história no esclarecimento do passado, com o objetivo de perturbar o presente pela disrupção do futuro, tem também um objetivo pedagógico sobre as massas, ao pretender como as vanguardas arquitetônicas: "*Habituar quem observa a libertar-se da tradição, ensinando que existe sempre a possibilidade de um salto para dimensões novas, que a ordem existente pode e deve ser subvertida, que todos devem participar, mesmo nos seus atos quotidianos, nessa revolução permanente da ordem das coisas; (...)*".²⁶

A posição de Tafuri sobre a relevância da participação política do coletivo nas tomadas de decisão sobre o quotidiano da construção da cidade é, no meu entendimento, melhor esclarecida no texto "*La Dignità del Attimo - Le forme del Tempo: Venezia e la Modernità*".²⁷ Ele afirma a importância de não assumir como sinónimos modernidade e contemporaneidade. A modernidade veneziana está impregnada na sua *forma urbis*, na atuação coletiva, dos cidadãos, das elites e das suas instituições, numa inconsciente mentalidade acerca da continuidade temporal da cidade. Isto significa que a cidade procede a uma reflexão contínua que não se resume a soluções contemporâneas imediatistas. Existe na cidade uma unidade e transtemporalidade, e ela é inseparável da sua arquitetura como resultado da ação humana. Tafuri dá como exemplo a ininterrupta reafirmação temporal e tipológica do palácio veneziano, reeditado sempre com diferentes peles, e a aturada reflexão seiscentista sobre a construção da Biblioteca Marciana. E, no seu reverso, ele lembra a recusa da mundanidade de projetos imediatos que não respeitam a reflexão intrínseca existente sobre o projeto e a história coletiva de Veneza, como foi a recusa da cidade em receber uma exposição universal. A dignidade do momento reside no modo como a cidade europeia, enquanto coletivo político, não deve sucumbir a um facilitismo ignóbil que desrespeita a sua cultura e os seus múltiplos tempos.

Na literatura recente tem havido outros que têm refletido sobre a importância da ideia de cidade, da arquitetura como seu sinónimo e da importância do seu projeto na contemporaneidade. Destaco, em particular, Pier Vittorio Aureli que, diretamente influenciado por estes dois autores, tem debatido a importância da arquitetura na contestação política do espaço da urbanização e da comodificação. Pese embora a correspondência formal e política da cidade no seu sentido aristotélico, que Aureli retoma a partir de Hannah Arendt, possa ser contestada, ele reafirma a autonomia e o papel político da arquitetura na construção da cidade.²⁸ E, ainda que numa observação sobre a natureza finita e autonómica das formas arquitetônicas, ele argumenta acerca do modo como certos arquitetos, através dos

²⁵ Tafuri, *Teorias e História da Arquitectura*, 111-13, 167-68. Ver também: Walter Benjamin, 'The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction', em *Illuminations* (London: The Bodley Head, 2015) Esta ideia é sedimentada a partir da reflexão sobre o trabalho de Walter Benjamin, Roland Barthes, Bertold Brecht, Umberto Eco, e também por Michel Foucault e Claude Levi Strauss

²⁶ Tafuri, *Teorias e História da Arquitectura*, 119-20.

²⁷ Manfredo Tafuri, *La dignità dell'attimo: trascrizione multimediale di «Le forme del tempo: Venezia e la modernità»* (Venezia: Grafiche veneziane, 1994). Este texto é a transcrição do discurso de Manfredo Tafuri proferido a 22 de fevereiro de 1993 em Aula Magna realizada no Complexo Tolentini da IUAV, Universidade de Veneza.

²⁸ Pier Vittorio Aureli, 'Toward the Archipelago: Defining the Political and the Formal in Architecture', em *The Possibility of Absolute Architecture* (London: The MIT Press, 2012), 1-47.

seus projetos, sem assumirem claramente uma posição política em relação ao fenómeno da urbanização, conseguem desafiá-lo politicamente. Os dispositivos formais utilizados por Mies Van der Rohe, como o plinto sobre a malha reticular nova-iorquina no Seagram Building, ou a ressonância da envolvente urbana de Veneza pelo uso de pórticos e arcadas nos projetos de Palladio, são capazes de criar espaço para o público e de relacionamento com a cidade. Aureli procura demonstrar como a arquitetura, dentro do espaço da comodificação e das regras da máxima rentabilidade urbana, cria espaços que confrontam esta realidade promovendo a coexistência, o espaço do coletivo como a essência da ação política.²⁹

Na introdução de «*The City as a Project (2013)*», Aureli apresenta um argumento essencial sobre a ideia de projeto, mais especificamente sobre o papel estratégico do conhecimento arquitetónico que dá forma à cidade. Em "*Means to an End, The Rise and Fall of the Architectural Project of The City*" discute como o projeto arquitetónico é um método de conhecimento e de raciocínio que põe em destaque os poderes em jogo na cidade.³⁰ Da obra de Vitruvius, passando por Alberti, Haussmann a Corbusier, Aureli analisa como o pensamento arquitetónico, consumado no projeto, não é reduzível apenas àquilo que é construído, mas que no tempo torna-se uma forma de conhecimento sobre como organizar o espaço e a sociedade, e de responder ininterruptamente às suas solicitações.

Na reação contra o fenómeno da urbanização, estes autores são profundamente conscientes acerca da importância da arquitetura na organização da cidade. Ambos procuram colocar a questão do significado político da cidade e das relações indissociáveis entre cidade, arquitetura e projeto. Na proposta de Rossi, aquilo que considero ainda se manter válido, é o modo como, ao abrir o caminho para uma epistemologia projetual, pelo estudo dos factos urbanos, determina uma análise da sua história formal coletiva. E fundamentalmente, como esses mesmos factos são coadjuvantes no efetivo exercício projetual. Já Tafuri, no seu projeto histórico, vem procurar um esclarecimento mais amplo das condições do exercício da arquitetura, não com o objetivo do efetivo exercício arquitetónico, mas da crítica ao poder, às ideologias que revestem a produção arquitetónica. Esta posição é importante, não apenas porque ultrapassa o domínio meramente formal num diálogo com outras disciplinas, mas também porque, através da investigação histórica, cria um compromisso com o presente político, embora se reconheça que a sua concentração na ideologia como motor central da história tenha sido contestada.³¹ Aqui são de ressaltar investigações mais recentes no âmbito da arquitetura e dos estudos urbanos, em diálogo teórico com a obra de Foucault vieram reforçar este compromisso, propondo novos modos de olhar para a arquitetura para lá da ideologia. A sua importância manifesta-se no entendimento da arquitetura como parte de discursos específicos inerentes às formas de governamentalidade, identificadas por Foucault a partir da formação da sociedade liberal moderna.³² Retomarei a pertinência desta discussão

²⁹Aureli, *The Project of Autonomy*.

³⁰Aureli, 'Means to an End, The Rise and Fall of the Architectural Project of the City', 14-38.

³¹Teyssot explica como a visão da ideologia como motor da história já havia sido ultrapassada por autores como Giles Deluze e Foucault nas suas próprias revisões do marxismo. Georges Teyssot, 'Um "retrato" de Tafuri.', em *Da Teoria da Arquitectura: Doze Ensaios*, Edições 70-Edarq, Arquitectura e Urbanismo (Edições 70, 2010), 281-93.

³²Foucault define *governamentalidade* como uma atividade formada por um conjunto de instituições, procedimentos, análise e reflexões, cálculos e táticas, que tendo a população como alvo, permite o exercício de

mais à frente. E, por fim, Aureli que, a partir do entendimento da cidade enquanto projeto, vem reafirmar o papel do projeto como forma de conhecimento, e a forma arquitetónica como detentora de legibilidade política.

A reflexão proporcionada por Rossi e Tafuri, na reiteração ontológica da arquitetura pelo projeto, manifesta-se num momento de revisão do movimento moderno. Reflexão desencadeada perante o fracasso do funcionalismo, enquanto técnica que analisa e reproduz formalmente as relações socioeconómicas, assente exclusivamente na otimização de métodos e práticas na construção da cidade. Também aquilo que me trouxe a esta reflexão sobre o projeto da cidade da Guarda foi a necessidade de reagir ao cenário de depressão económica e à inércia do desenvolvimento urbano identificado no início deste estudo. Panorama que redundava das condições da urbanização contemporânea, hoje sob os artificios da economia neoliberal e cujas mudanças, cada vez mais aceleradas, já haviam sido identificadas por Henri Lefebvre nos anos 60, na constatação da nossa condição urbana. Este reconhecimento do domínio global do urbano é consequência da inversão ocorrida na relação dialética, e simultaneamente complementar, entre cidade e campo. Foi um processo que teve lugar quando o crescimento económico e a industrialização estenderam os seus efeitos legitimadores a todo o território, erodindo os modos de vida agrários, subordinando a concentração de população aos modos de produção.³³ Na interpretação deste processo, Lefebvre constituiu o espaço urbano como o espaço da produção social, onde têm lugar as relações de produção, sociais e de poder.³⁴ Mas, como o próprio identifica, este retrato certifica o esvaziamento do potencial gregário e cultural da cidade, do *direito à cidade* como prática social e comunitária.³⁵ Esta ideia de cidade fica refém do urbano, marginalizando a vida coletiva, a reafirmação do sentido político da cidade e os processos democráticos, quando não endereçados exclusivamente aos ciclos de produção e de consumo. Daí que, desafiar esta ideia implica conceber cidade segundo um procedimento coletivo e prospetivo, englobando a especificidade das suas narrativas internas, o que implica, inevitavelmente, uma resposta política — reforço aqui: um *projeto*.

E a cidade foi sempre lugar da política. Desde a antiguidade clássica que *polis* sempre significou uma associação política no sentido aristotélico, vocacionada para o bem comum, lugar do *bios politikos*. Segundo Hannah Arendt, "*A política ocupa-se da coexistência e da associação de homens diferentes*".³⁶ E é sobre a estrutura espacial da *polis* que tem lugar a ação do *bios politikos*. O exercício político ocorre entre os homens, é exterior a eles, e é estabelecido na forma de relações.³⁷ Considerada pela filosofia política como o espaço público do agonismo político, a cidade é a "*construção espacial*" que dá lugar às relações do

uma forma complexa de poder, na qual a economia política é a sua maior forma de conhecimento, a qual depende da instrumentalização de aparatos e técnicas de segurança. A governamentalidade, no que se refere às práticas de governo por parte do estado, assenta num conjunto de táticas que nascem do desenvolvimento de uma série de aparatos e formas de conhecimento que se tornam imanentes e sobranceiras na governação de si, do outro e da sociedade.

³³Henri Lefebvre, *The urban revolution* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003), 15.

³⁴Henri Lefebvre, *The Production of Space* (Oxford: Blackwell Publishers, ldt, 1991).

³⁵Henri Lefebvre, *The Right to the City* (Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000).

³⁶Hannah Arendt, *A promessa da política*, Antropos (Lisboa: Relógio d'Água, 2007), 83.

³⁷Ibid, 84.

exercício político, da representação e expressão da vida coletiva: "*a polis é política e, por isso, diferente de outras implantações humanas [...], porque se constrói deliberadamente em torno do seu espaço público, a ágora, onde os homens livres se podem encontrar como pares em qualquer ocasião.*"³⁸ A existência da *polis*, essa esfera pública igualmente concebida como construção espacial depende inteiramente da relação entre homens e da ideia de permanência, planeada com intuito de transcender gerações no interesse comum, defende Arendt.³⁹

Mas, na contemporaneidade, a ideia de *polis* sai enfraquecida enquanto lugar do exercício político-democrático quando hoje a Democracia, que como Ranciére explica, é concebida para uma sociedade de consumidores individuais, cujo objetivo último é o crescimento ilimitado inerente à sociedade capitalista.⁴⁰ A expressão deste conflito traduz-se na substituição do político pelo económico na gestão da cidade, criada materialmente a partir da urbanização. Gerada pelo advento da industrialização e do capitalismo, a urbanização passa a valorizar a propriedade privada em detrimento do espaço público, sendo muitas das vezes paradoxalmente concebida como espaço público. Pier Vittorio Aureli alega que a *Teoría General de Urbanización* (1867) de Idelfonso Cerdá conseguiu a sistematização científica da cidade, pela optimização da infraestrutura urbana e pela opção de reprodutibilidade infinita. Libertando-se da conceção icónica de cidade, a sua teoria promove a união de um conjunto variado de interesses, em que o desenvolvimento tecnológico e a governação da cidade tornam-se sinónimos de engenharia social, atuantes na harmonização humana, económica e social.⁴¹

Por conseguinte, a cidade exprime as dificuldades dessa conciliação precisamente por atitudes de conflito e exacerbação de diferenças. Observa-se a contínua fragmentação do espaço através de funções especializadas, hierarquias sociais, do domínio dos mercados sobre o poder local, e da reconfiguração espacial associada à segregação e discriminação social.⁴² E a urbanização, quando consumada como um processo *ex-nihilo*, insiste na reprodutibilidade de técnicas e formas, dissipando a especificidade temporal e o processo histórico intrínseco à cidade. Neste sentido, o conceito de cidade, quando entendido politicamente parece inadaptado a uma realidade material que se constrói *a priori*, fruto de necessidades técnico-económicas e produtivas. Porém, compreendo que a cidade não pode entender-se a partir de uma única premissa, nela reside uma multiplicidade de valores, refiro-me à sua especificidade histórico-geográfica, sociocultural, político-administrativa, em suma, a tudo aquilo que traduz a sua identidade e individualidade coletiva.

Parece então que a ideia de projeto, conforme a antiguidade clássica estabeleceu para a arquitetura, enquanto forma de conhecimento e raciocínio, fica refém da sua condição produtiva. No entanto, no seu exercício, terei que concordar com Arendt. A sua interpretação

³⁸Ibid, 103,107.

³⁹Hannah Arendt, *A condição humana*, Antropos (Lisboa: Relógio d'Água, 2001), 69.

⁴⁰Jacques Ranciére, *Hatred of Democracy*, Verso (London & New York, 2006), 20, 23, 34.

⁴¹Aureli, *The Project of Autonomy*, 10-11.

⁴²Ver a este respeito o caso particular de São Paulo. Teresa Pires do Rio Caldeira, *City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo* (Berkeley: University of California Press, 2000).

filosófica, realizada em a *Condição Humana*, vem colocar no papel do *homo faber* a capacidade de conceber uma *ideia* ou *eidos* (leia-se «forma» ou «formato»), algo que se antecipa ao ato de produção e ao objeto físico. Essa ideia surge com a possibilidade de permanecer no mundo, acrescentando-se ao artifício humano. Segundo ela, na reificação o processo de trabalho é entendido como o "...processo de «fazer» [digo projeto, e é] [...] inteiramente determinado pelas categorias de meios e de fins", e o qual não é determinado à partida por processos de reprodutibilidade infinita.⁴³ Na cidade, espaço por excelência do artifício humano, do *homo faber*, as ideias/formas apresentadas dependem dessa qualidade de permanência. Deste modo, acredito que reside no trabalho arquiteto a concretização de ideias, digam-se formas que, pela sua materialização, procuram a sua permanência no mundo. Foi Aldo Rossi que, ao constatar que a arquitetura é feita de permanências, veio esclarecer como a arquitetura, por intermédio do *Projeto*, pelas ideias, atua na mediação crítica das condições da realidade contingente, entre as permanências passadas e das futuras, entre as categorias dos meios e dos fins, e claro, não se reduzindo apenas à sua condição produtiva.

Pretendo esclarecer que, quando se coloca a hipótese de discutir coletivamente a cidade, a *polis*, esse debate depende do conhecimento como crítica do presente, é o momento que antecede a conceção das formas ou dos modelos a adotar na reorganização da cidade. Regressando à escola italiana, Massimo Cacciari, ao discutir o significado filosófico e político deste conceito, argumenta que, na atualidade, projeto é entendido como intrinsecamente produtivo, condição de progresso. Mas, projetar (*ideare*) engloba um ato de antecipação, de previsão e de produção concreta.⁴⁴ E nessa natureza antecipatória, no seu potencial transformativo, residem pressupostos que é necessário compreender, desdobrar e esclarecer. Cacciari, reportando-se à interpretação Heideggeriana do termo projeto (*Entwurf*) em Alemão, deduz que na natureza antecipatória do projeto reside a compreensão, e que esta "*tem um caráter projetivo*".⁴⁵ Deste modo, projeto obterá uma concretização não limitada a uma mera ideia. É, segundo Vitruvius, *Raciocinativo*, "*aquilo que pode demonstrar e explicar as coisas trabalhadas proporcionalmente ao engenho e à racionalidade*".⁴⁶ É caminho de reflexão crítica, de desconstrução e de inquirição de uma dada situação, propondo um novo entendimento, revelando as formas e meios através dos quais se pode concretizar e produzir. Porém, como Cacciari refere, hoje essa produção é conseguida pela destituição ontológica do projeto, feita de presenças impostas e de dominação. Fechado sobre si mesmo, o conceito de

⁴³Arendt, discordando de Marx, atribui ao trabalho intelectual do *homo faber* (entendido como alguém que trabalha sobre os materiais, em oposição do *animal laborans*, que se imiscui com eles) a capacidade de permanecer no mundo, cujo trabalho surge por intermédio de ideias e modelos para lá dos próprios objetos. A sua permanência no mundo dita, além da sua produção física, a capacidade do artifício humano. Arendt discorda de Marx, no sentido em que ela não vê na reificação do processo de trabalho apenas a valorização da produção capitalista, com a perda da subjectividade ou autonomia do pensamento. No caso do *homo faber*, o seu pensamento é autónomo e não se reduz a uma mera necessidade de existência. "*A vida humana, na medida em que é criadora do mundo, está empenhada em constante processo de reificação; e o grau de mundanidade das coisas produzidas, cuja soma total constitui o artifício humano, depende da sua maior ou menor permanência neste mundo.*" Arendt, *A condição humana*, 107-21; 175-183.

⁴⁴Massimo Cacciari, 'Project', em *The Unpolitical: on the radical critique of the political reason* (New York: Fordham University Press, 2009), 122.

⁴⁵"*Understanding has a projective character.*" *Ibid.*, 123.

⁴⁶Livro I - Capítulo I, 1. Vitruvius, *Tratado de arquitectura*, 30.

projeto é incapaz de se tornar nesse caminho de inquirição e reflexão crítica. Para se contrariar esta interpretação de projeto, significa que a reflexão tem de se tornar numa explicação alheada de um caráter puramente escatológico ou determinista, de modo a que possa tornar-se numa antecipação de oportunidades que, efetivamente, persegue objetivos contingentes.⁴⁷

No ato projetual existe este princípio, dependente do conhecimento, de uma leitura dos significados inerentes à forma da cidade, à matéria. Matéria que é histórica e indispensável à arquitetura em si. Daí que nesse ato se deva alcançar o seu contexto, isto é, todos os extratos da história, as ideias/formas, as permanências, que se nos apresentam no momento de agir. É uma maneira de, retroativamente, reconhecer e explicar aquilo que existe. Assim, projeto não é considerado aqui como um tecnicismo. Apresenta-se antes como ferramenta e como modo de entendimento sobre a construção coletiva que é a cidade. Aureli frisa que no projeto reside uma condição ambivalente, de emancipação ou domínio sobre uma determinada situação sociopolítica. Compreender e escrutinar essa condição é hoje algo muito complexo, senão impossível.⁴⁸ Acrescento a Aureli que, além do escrutínio do projeto arquitetónico de uma cidade, independente da sua índole ambivalente, há que colocá-lo no centro da discussão do projeto político do coletivo. E porquê? Porque é nessa discussão que residem as suas possibilidades.

É na busca desse outro projeto, de diferentes práticas sociais, que Henri Lefebvre, no livro *La production de l'espace* (1974) vem falar. O seu projeto não é meramente material, ou arquitetónico. Lefebvre pretende encontrar uma alternativa aos processos de produção do espaço contemporâneo com o intuito de uma vida social diferente, mais democrática.⁴⁹ Na interpretação dos processos que constituem o espaço urbano como o espaço da produção social, e não o seu contentor, onde têm lugar as relações de produção, sociais e do poder, ele vem defender uma perspetiva mais ampla e abrangente, para lá das técnicas e discursos do governo do social. Esta sua concetualização unitária do espaço depende dos debates em torno da transformação da sociedade francesa no pós-guerra, e levou-o a problematizar o espaço a partir de um envolvimento social e político com uma série de instituições e agentes do espaço, nos quais se inclui a arquitetura.⁵⁰

Na apreensão e interpretação do espaço, Lefebvre apresenta uma multiplicidade de intersecções representativas das relações de produção. Elas resumem-se às práticas sociais, representações do espaço e os espaços representacionais. As práticas sociais como as ações

⁴⁷ Cacciari, 'Project', 125-27.

⁴⁸ Aureli, 'Means to and End, The Rise and Fall of the Architectural Project of the City', 16.

⁴⁹ "Today such limited definitions of revolution are no longer suffice. The transformation of society presupposes a collective ownership and management of space founded on the permanent participation of the 'interested parties', with their multiple, varied and even contradictory interests." Lefebvre, *The Production of Space*, 422.

⁵⁰ Stanek oferece uma visão do trabalho de Lefebvre, situando-o na discussão da sociedade urbana francesa do pós-guerra, mostrando como o seu estudo veio desafiar concepções vigentes da Sociologia, feito a partir de uma reflexão social e política empenhada, da qual também resultou a institucionalização e subversão política de alguns dos seus conceitos. Lefebvre procedeu também a uma revisão do Marxismo integrando as suas ideias de produção do espaço como um processo histórico, onde a classe operária já não é a classe revolucionária. Lukasz Stanek, *Henri Lefebvre on space : architecture, urban research, and the production of theory* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011).

dos indivíduos e coletivos, passíveis de leitura pela decifração do espaço que produzem. As representações do espaço, onde Lefebvre inclui a arquitetura, concepções do espaço que explicam os modos de produção, construídas pelos especialistas do espaço (cientistas, arquitetos, tecnocratas, engenheiros-sociais, etc.). E os espaços representacionais, construídos pelas imagens e símbolos na sua relação com espaço, lidos pela Arte, pela Filosofia, e pelos habitantes de um espaço no seu dia-a-dia.⁵¹ Esta tríade, como Lefebvre revelará, é essencial para a compreensão da produção social do espaço, a qual trabalha diretamente com a história. Ela revela a pluralidade de elementos aos quais está sujeito o conhecimento de uma realidade espacial e faz a ponte entre diversos significados materiais e/ou imaginados. Tal valoriza a leitura arquitetónica pela sua compreensão enquanto prática social não exclusiva.

O entendimento aqui proposto, assente na leitura antecipatória do projeto da Guarda, não procura uma sistematização interna ou chegar a uma possibilidade de coerência formal. O que pretendo é uma leitura das suas contradições específicas. Perscrutar cidade enquanto projeto, ou enquanto arquitetura, depende da consciência sobre como a coexistência artística e técnica das respostas dadas pela Arquitetura está arraigada no corpo social e político, e nas específicas e mais diversas condições histórico-geográficas que fizeram e fazem o seu espaço físico, desde o seu primeiro momento. Entendo que a possibilidade de respostas alternativas para a construção da cidade, como têm sendo propostas nas últimas décadas, seja a criação de continuidades e o ultrapassar das limitações e exclusões dos espaços urbanos, estão dependentes dessa constatação de especificidades, e da sua adaptação permanente ao presente e às condições de um futuro próximo. E em coordenação com o desenvolvimento económico e social, da qualidade do desenho proposto, mas principalmente, seguindo uma articulação qualitativa de interesses. Por conseguinte, num mundo feito racionalidades globais, o projeto, na sua relação própria com a cidade, deve subentender que a multiplicidade, a diversidade e a continuidade são necessárias.

Como o leitor deve ter inferido, a possibilidade de responder à questão de investigação em projeto existe, porém não procuro dedicar-me à resolução prática deste projeto, ao seu desenho, mas à constatação das suas especificidades e como elas podem ser úteis para o futuro da Guarda, procurando elucidar acerca da condição ambivalente do seu projeto. Considero que a cidade da Guarda carece de uma análise aos seus factos urbanos, às suas permanências. Abaixo apresento os argumentos que considero estarem na ausência dessa análise e os objetivos que podem ser atingidos com ela. No esforço de compreensão desses factos urbanos não podem ficar ausentes as racionalidades, ideologias e poderes que lhe estão na origem, mas também o modo como foram rearticuladas no tempo. Elas necessitam de ser esclarecidas pela história de forma crítica, e enquadradas sob uma noção mais ampla de arquitetura, não centrada apenas nos seus discursos próprios. E sem esquecer como a arquitetura tem contribuído para a construção de espaços democráticos, pela sua atuação no espaço público enquanto espaço democrático, do coletivo, da *polis*. Deste modo, a reflexão crítica que proponho para a Guarda reside neste carácter antecipatório do *Projeto*,

⁵¹ Lefebvre, *The Production of Space*, 36-40.

feito da inquirição, compreensão e desconstrução da sua realidade, apoiada metodologicamente pela instrumentalidade da história.

Para responder à problemática apresentada, a instrumentalização da história tornou-se determinante. A história, ou o *projeto histórico* reportando-me a Tafuri, resulta do nosso compromisso com o presente da cidade e, embora sempre provisional, converte-se num instrumento de compreensão da realidade, cujo objetivo é o de dar a conhecer os antecedentes que explicam a situação presente da cidade. O entendimento acerca do projeto da Guarda depende do conhecimento acerca da sua génese, do seu processo de conformação, e a partir da realidade cultural em que se produziu. Foucault, com o objetivo de questionar o presente, dedicou-se à análise do passado como meio de diagnosticar o presente, através do processo genealógico.⁵² Esta análise genealógica foucaultiana dedica-se a revelar como as práticas e instituições emergem de conflitos, alianças e exercícios de poder que, muitas das vezes esquecidas, continuam a moldar o presente.⁵³ Neste estudo a abordagem às relações entre poder e conhecimento, ou o modo como são utilizadas pelas instituições para o governo do social não é central. Porém, como é sabido, as ideias inerentes à organização da cidade, os factos políticos, sociais, económicos, culturais e religiosos, como por exemplo: as memórias, os significados, as políticas urbanas, os sistemas económicos, as formas institucionais e as relações de poder são importantes em si mesmas, mas também na sua relação com o espaço, com a geografia e a arquitetura, e na qualidade de agentes auxiliares na sua formação.

Metodologicamente, o que se propõe é uma genealogia arquitetónico-urbana da cidade da Guarda. Uma genealogia que pretende perceber o processo de formação e conformação urbana para lá daqueles factos marcantes que, para a arquitetura não se querem resumidos aos seus monumentos ou a determinadas partes da cidade. E, simultaneamente, ao procurar responder à questão central da investigação,— *Que projeto para a cidade da Guarda?*— deseja-se esclarecer concepções sobre a cidade, quer na sua relação com outras cidades, isto é, na sua rede urbana, quer na compreensão das razões da existência de ideias generalizadas, como a de ser um espaço votado ao 'desordenamento físico'. A aceitação de um discurso de desordenamento físico, como explicarei mais à frente, preconizado por cidadãos e investigadores, no caso da cidade portuguesa, e para a Guarda, em particular, resulta dessa falta de inteligibilidade sobre processo histórico da cidade, dos poderes, das práticas e eventos que fizeram parte da sua construção.⁵⁴ Refiro-me, por exemplo, às decisões que entroncam no local de construção da linha de caminho-de-ferro no final do século XIX. A partir dos processos e práticas distintas na organização do espaço, entre as quais, técnicas de planeamento e dinâmicas de crescimento da cidade que, desde os anos 50, tornaram difícil a articulação entre cotas.

⁵²Ideia a que Tafuri veladamente adere no seu projeto histórico. Ver: Michel Foucault, 'Nietzche, Genealogy, History', em *The Foucault Reader*. ed. Paul Rabinow (New York: Pantheon Books, 1984).

⁵³David Garland, 'What is a "history of the present"? On Foucault's genealogies and their critical preconditions', *Punishment & Society* 16, n.º 4 (2014): 365–384.

⁵⁴Ver: Idalina Baptista, 'How Portugal Became an 'Unplanned Country': A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning', *International Journal of Urban and Regional Research* 36, n.º 5 (setembro de 2012).

Ao colocar pertinência no estudo do projeto da cidade, a arquitetura e teoria da escola italiana vieram contestar os processos da sua formação. E, como procurei esclarecer, o discurso arquitetónico, pelo estudo das formas, tipologias e ideologias, não é condição suficiente para explicá-las, ele requer uma maior abrangência sobre o real, uma maior diversidade disciplinar, numa sobreposição de leituras, como Lefebvre defende. Algo que, para o efeito da genealogia arquitetónica que aqui se propõe, a escola francesa, especialmente Foucault, veio estabelecer novos métodos de análise, reflexão e crítica, cuja importância também se manifesta no entendimento da arquitetura. Neste especto em particular, nasceu uma visão ampliada da arquitetura e do espaço, pelo estudo das práticas do governo do homem e das coisas. A sua noção de governamentalidade surge como uma atividade imanente ao estado liberal. Para a cidade isso significou uma alteração das condições de governança, pelo conhecimento do seu espaço, dos seus cidadãos entendidos como indivíduos, e a sua modificação material, pela regulamentação sanitária, infraestruturização, urbanização, etc.⁵⁵ Se, por um lado, a obra de Foucault veio chamar a atenção para o facto de que na arquitetura, *"... os objectos físicos e demais atividades são definidos e construídos dentro de um domínio discursivo específico"*⁵⁶ onde, da chamada biopolítica fazem parte os objetos construídos, bibliotecas, escolas, hospitais, tecidos urbanos, etc;⁵⁷ por outro lado, significa que a arquitetura participa na materialização de ideias inerentes à hierarquização social, a agendas políticas que veiculam a boa governança, o crescimento ordenado e a prosperidade. Veja-se a este respeito o trabalho de Gwendolin Wright. Ao analisar as relações entre política e cultura nas colónias francesas, ela conclui que os arquitetos e os cientistas sociais que, supostamente numa posição apolítica, centrada na busca de princípios de bom desenho e ordem social, se

⁵⁵A respeito do desenvolvimento da cidade moderna ver: Patrick Joyce, *The Rule of Freedom: Liberalism and the Modern City* (London: Verso, 2003).

⁵⁶Paul Hirst, 'Foucault and Architecture', *AA Files*, n. 26 (outubro de 1996): 52–60.

⁵⁷Michel Foucault define biopolítica como a aquisição de poder sobre o homem enquanto ser vivo, quando os processos biológicos ficam sobre o controlo do Estado. Esta situação desenvolveu-se entre o século XVII e XVIII, na aplicação uma nova tecnologia de poder sobre a espécie humana imiscuída com técnicas disciplinares, que estuda a multiplicidade humana quando afetada por processos comuns, como a natalidade, mortalidade, capacidade de trabalho (produção), doença, etc. Tornados objetos de conhecimento, estes processos começam a ser usados pelos poderes soberanos, quando relacionados com a economia de mercado e política, para manter o controlo de fatores endémicos da população, incluindo o ambiente. Este último encerra ainda o domínio sobre a geografia, o clima, a hidrografia e o ambiente 'não natural' da cidade criado pela população e os seus efeitos sobre ele. O ambiente urbano, a cidade, tornou-se assim o espaço onde diversas técnicas de governança são usadas. A necessidade inerente à organização da cidade e do território, torna-os espaços passíveis de intervenção na medida em que afetam a população, cuja existência a eles está materialmente vinculada. Entre os diversos aparatos usados para o efeito está o planeamento do ambiente urbano, normativas e regras de segurança, trabalho, mercado, comércio, produção, circulação, etc. O domínio da biopolítica está assim no controlo das relações humanas entre seres humanos e o seu ambiente, lidando com a população como problema científico/biológico, económico e político. Ver: Michel Foucault, *Society Must Be Defended: Lectures at the Collège de France, 1975-1976*, trad. David Macey (Picador, 2003), 239–51; Michel Foucault, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*, trad. Mr Graham Burchell, Reimpressão (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009), 311–61. No que diz respeito à investigação arquitetónica, gostaria de salientar aqui o trabalho de Thomas Markus, que ao analisar a forma arquitetónica explora as transformações e o subversão do poder na cidade moderna. Thomas A. Markus, *Buildings and Power Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types* (London ; New York: Routledge, 1993).

revelaram estar entrelaçados com o poder, situação que resultou em implicações políticas e urbanas nas colónias e na metrópole.⁵⁸

Daí que, muito para além do seu desenho ou tipologia, o entendimento do projeto arquitetónico da cidade é aqui percebido pela incorporação das práticas políticas e profissionais que tornaram possível a sua efetivação material, bem como pelos processos institucionais que conduziram à transformação do ambiente construído, sobretudo dos espaços modernos. Ao procurar contestar concetualizações vigentes, a análise histórica que Foucault vem propor pela genealogia, acarreta o estabelecimento de correlações entre discursos e objetos na sua relação com o real. Ele é claro nos seus objetivos, porque pretende levantar questões sobre problemas contemporâneos e porque pretende fazer sentir a dificuldade da sua resolução. Neste sentido, ele explica a quem se dirige o seu trabalho: *"the subject through which the real is transformed"*.⁵⁹

Com isto quero afirmar que esta indagação em projeto pretende colocar em evidência as ideias, formas e forças de desenvolvimento, atuantes na construção da cidade, dirigindo-se aos cidadãos, aos agentes políticos e aos arquitetos, entroncando nos objetivos enunciados anteriormente. Por um lado, respondendo aos fins de natureza científica, trazendo novas perceções, preenchendo lacunas, fundamentalmente no alargamento do conhecimento sobre a arquitetura da cidade. Por outro, satisfazendo também o objetivo de natureza política que estabeleci como base para a atuação, para a transformação da cidade. Questionar os problemas contemporâneos da cidade é não só sentir a dificuldade da sua resolução, como Foucault argumenta, mas é também dirigir o conhecimento adquirido a todos aqueles que se interessam sobre a Guarda e que pretendem agir a favor da mesma.

Na operacionalização metodológica sobre o conhecimento respeitante à cidade da Guarda é feita uma análise seguindo uma coordenada temporal que se inicia com a fundação romana da cidade no século I até ao século XXI. É uma interpretação ambiciosa, mas a arquitetura da cidade é em si mesma o produto dessa relação longa de um coletivo com um espaço. O presente da cidade congrega na sua forma física tempos de outrora. E a interpretação da arquitetura da cidade, como prática formal e política, como construção que realiza o social e o político, é indissociável da compreensão da contínua reapropriação física e simbólica da arquitetura no seu desenvolvimento. Foi a necessidade de responder a esta análise que determinou a adoção deste enquadramento temporal. Assim sendo, se o objeto do estudo é em si mesmo a Guarda, a cidade enquanto limite espacial, no estudo da sua arquitetura tornam-se necessárias coordenadas temporais amplas. O período temporal adotado apresenta-se como conhecedor dessa dependência, mais ou menos aparente, da relação das formas com diferentes momentos da sua história. A análise sobre o tempo longo é frequente na investigação científica, no entanto, apresenta-se aqui como oportuna e capaz de ajudar a destrinçar as diferentes formas e tempos da cidade. Algo que a historiografia clássica

⁵⁸ Gwendolyn Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism* (Chicago: The University of Chicago Press, 1991).

⁵⁹ Michel Foucault, 'Questions of Method', em *The Foucault Effect: studies in governmentality, with two lectures by and an interview with Michel Foucault*, eds. Graham Burchell, Colin Gordon, e Peter Miller, (Chicago: Chicago University Press, 1991), 84.

já havia avançado. A análise no tempo longo, na *longue durée*, consegue mostrar elementos estáveis, cuja constância se estende aos dias de hoje. Foi nesse sentido que Fernand Braudel revelou, nos seus estudos de história económica e social como, no tempo longo, subsistem estruturas que se tornam elementos estáveis, conducentes ao desenvolvimento de uma sociedade.⁶⁰ Algo que é antecedido pela historiografia urbana, nomeadamente pelo trabalho de Marcel Poète, um dos primeiros a verificar como na forma urbana persistem constâncias resultantes das relações da cidade com o seu território geográfico.⁶¹

Antes de me dirigir à explicação sobre os diferentes materiais e métodos de investigação adotados, apresento de seguida dois trabalhos científicos na área de arquitetura, cujo enquadramento temporal e objetivos partilham semelhanças com a investigação aqui apresentada. Neles, a importância do conhecimento sobre o passado da cidade no tempo longo permite tornar evidentes aspetos latentes, visíveis na sua forma, e questionar a sua pertinência para o projeto da cidade pelo conhecimento dos processos que lhe estão na origem.

A primeira referência diz respeito à investigação desenvolvida por Pier Vittorio Aureli e Martino Tattara no Instituto Berlage, no estudo *"Rome: The Centre (s) Elsewhere"* (2010).⁶² Publicado no momento em que a Europa vivia sobre os efeitos das políticas de austeridade que vigoraram desde a crise económica de 2008, questiona a cidade na era da biopolítica, como aquela que se rendeu aos mercados e a uma atitude de *laissez-faire* das instituições públicas.⁶³ É perante esta realidade que o estudo vem propor à arquitetura, na prática, novas formas de responsabilidade da construção do ambiente construído, tendo presente a nova dimensão política e laboral. Realidade que mitiga as distinções entre público e privado, residência e trabalho, produção e reprodução. O projeto apresentado incide sobre a história da cidade de Roma, desde a sua fundação até ao ano de 2008, explorando as formas de crescimento e retóricas de planeamento. Uma das conclusões mais relevantes é como a rua é o elemento físico que abraça a negociação de diferentes ordens político-espaciais duradouras. Mesmo quando definida, como Foucault advoga, simultaneamente como artefacto de circulação e ferramenta de poder e controlo dos utilizadores. Algo a que Aureli *et al* acrescentam que qualquer poder, quando empenhado na construção de vias

⁶⁰A *longue durée* é uma perspetiva histórica que o olhar para o passado em profundidade, observa as relações menos cambiáveis e lentas do homem com o seu meio e que constituem aspecto da vida social, e incorpora conhecimentos disciplinares variados sobre o ambiente, demografia, geografia, etc. Este tempo longo opõe-se a uma história corrente, dos factos recentes: "*Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida reunião, (...), mas ainda uma realidade que o tempo desgasta pouco e veicula muito lentamente. Algumas estruturas, quando duram muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, embaraçam e portanto comandam o seu fluir. (...) O exemplo mais acessível continua a ser o do limite geográfico. O homem é prisioneiro, durante séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas de um equilíbrio lentamente construído, de que não pode afastar-se sem correr o risco de por tudo em causa. (...) vejam a duradoura implantação das cidades, a persistência das estradas e dos tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.*" Fernand Braudel, 'História e Ciências Sociais', em *Escritos sobre a história*, 1ª edição, Anais 23 (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997), 39-64.

⁶¹Marcel Poète, *Introducción al urbanismo, La evolución de las ciudades: la lección de la Antigüedad*, Fundación Caja de Arquitectos (Barcelona, 2011).

⁶²Martino Tattara, Gabriele Mastriqli e Pier Vittorio Aureli, *Rome the Centre(s) Elsewhere* (Milano: Skira, 2010).

⁶³"*The biopolitical age is marked by a laissez-faire attitude of public institutions that abandon the construction of a milieu to the market.*" *Ibid.*, 55.

infraestruturais, deixa embebido nelas vestígios dos aparatos e mecanismos que as determinaram. E é sobre a aproximação arquitetónica ao significado político desta infraestrutura que o projeto proposto, delineado como estratégia, se propõe a clarificar e gerir o território metropolitano de Roma, numa assemblagem de fragmentos num todo. Foi a leitura em retrospectiva que expôs o potencial que as milenares vias consulares romanas tinham e mantêm nos dias de hoje, na leitura, estruturação e gestão do território metropolitano. E, como elas podem ser o caminho para construir e clarificar as novas condições de vida e de trabalho na cidade pós-industrial. Neste projeto é proposto um conjunto de intervenções arquitetónicas sobre as vias consulares romanas que, não só corroboram as especificidades histórico-geográficas da província de Roma, como propõem novos programas. Aqui, o questionamento histórico é ferramenta-chave para a necessária resposta arquitetónica.

A segunda referência situa-se no âmbito da historiografia arquitetónica e urbana. Nezar AlSayyad, arquiteto e historiador urbano, publica em 2011 o livro *Cairo: Histories of a City*.⁶⁴ Neste estudo sobre os 6000 anos da cidade do Cairo, e ao longo de 12 capítulos, o autor expõe a evolução do ambiente construído desta cidade, a par com as suas transformações sociais, políticas e económicas. Considerando que os espaços de uma sociedade são reflexo das suas estruturas institucionais, e assumindo a complexidade metodológica inerente a uma leitura sobre a forma urbana, feita de múltiplas linguagens, AlSayyad sugere também uma visão histórica da cidade a partir da sua forma. Poder-se-á dizer que a qualidade da narrativa acerca da cidade do Cairo proposta tem uma inspiração lefevbriana, por ser complementada com múltiplas interpretações e representações do espaço que não se reportam apenas ao campo da arquitetura e do desenho, mas também da pintura e literatura. Esta conjugação de elementos permite ao leitor uma compreensão do espaço da cidade imersa no seu tempo histórico, caracterizando as transformações físico-económico-sociais do Cairo e do Delta do Nilo. Mas a escrita sobre a história desta cidade, como o próprio refere, não é isenta de demandas contemporâneas. Embora não esteja expresso, a publicação deste livro coincide com a Revolução Egípcia de 2011, durante a Primavera Árabe, e com as primeiras eleições democráticas no país. A análise que AlSayyad faz ao Cairo, principalmente nos capítulos finais, vem levantar questões importantes decorrentes das dificuldades de construção coletiva da cidade, das distorções e fenómenos da globalidade contemporânea, discriminação, segregação urbana, etc. Fica latente, perante este novo presente democrático, a necessidade de agir e refletir sobre as exigências e a forma de uma das maiores metrópoles do Norte de África.

Considero que os dois autores, Aureli *et al* e AlSayyad, conseguem tornar visível, tanto para Roma, como para o Cairo, leituras arquitetónicas de ambas as cidades, mostrando as relações, nem sempre óbvias, entre arquitetura, espaço urbano, poder e política, apelando à ação, ao projeto. Aureli *et al* parte de um questionamento arqueológico às relações de poder, política e espaço urbano, influenciado por Agamben, Foucault, Tafuri e Rossi. Faz a análise dos factos urbanos imersos no palimpsesto de Roma, permitindo-lhes decodificar a

⁶⁴Nezar AlSayyad, *Cairo: Histories of a City* (Cambridge, Massachusetts and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011).

rua como elemento físico, essência da organização da cidade e do território de Roma, com o intuito da ação, propondo um projeto que responde às contingências do presente político-económico-laboral.⁶⁵ E AlSayyad, ao citar Italo Calvino, procura dar-nos a entender aquilo que se encontra dissimulado sobre a cidade, como forma de responder às questões colocadas à cidade, ou às quais ela nos coloca.⁶⁶ Aqui, suponho, será um convite à ação para projetar o Cairo no seu novo horizonte democrático.

Os dois estudos recorreram ao uso de diagramas, mapas, plantas, representações tridimensionais, etc. Em suma, valeram-se do desenho como instrumento de interpretação e de decodificação dos palimpsestos urbanos sobre os quais se debruçam. É expresso aqui o objetivo de fornecer para a Guarda, por intermédio do desenho, um conhecimento interpretativo e representativo sobre a cidade no tempo, conhecimento que designo de *Laboratório de Representação*, resultante do trabalho crítico e de análise da realidade construída e demais fontes documentais. Isto porque o exercício de desenho assume-se como ferramenta inerente à arquitetura, à interpretação histórica da forma urbana e, assim, à investigação em projeto aqui proposta. Como nos autores supramencionados, o desenho é central ao conhecimento interpretativo e representativo da forma da cidade no tempo, permite a inteligibilidade da forma urbana a um público mais amplo, cidadãos, políticos, e ainda ao exercício arquitetónico, ao projeto.

Deste modo, partindo das razões citadas anteriormente, dando cumprimento à proposta teórico-metodológica de investigação, tornou-se necessário adotar uma estratégia de investigação abrangente. Nessa metodologia esteve presente uma heterogeneidade de materiais. Essa polimorfia de materiais é essencial ao trabalho genealógico. Ela foi essencial ao estudo de processos adotado por Foucault e, no que se refere à história da arquitetura, não podemos esquecer a abordagem culturalista de denúncia ideológica feita por Tafuri. Mas o que ambos advogam é uma leitura feita sobre diferentes aspetos: história, discursos profissionais, divisões do trabalho, classes, desenvolvimento de novas relações, aplicação de novas tácticas, técnicas e teorias.⁶⁷

Foi a constatação desta pluralidade, inerente ao conhecimento da cidade enquanto linguagem formal, que determinou a adoção de uma investigação abrangente, como avancarei. Nesta senda, no sentido de ultrapassar os constrangimentos próprios da cronologia adotada, foi importante fixar, à partida, ordens histórico-espaciais duradouras,

⁶⁵Tattara, Mastrigli, e Aureli, *Rome the Centre(s) Elsewhere*, 11-13.

⁶⁶Nezar AlSayyad, *Cairo: Histories of a City* (Cambridge, Massachusetts and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011), xvi.

⁶⁷"The internal analysis of processes goes hand in hand with a multiplication of analytical 'salients'. This operation goes thus lead to an increasing polyphormism as the analysis progresses: 1. A polyphormism of the elements that are brought into relation:[...] 2. A polyphormism of relations described:[...] 3. A polyphormism of domains of reference:[...]." Michel Foucault, 'Questions of Method', 77;

"Como se han de insertar estas premisas en lo específico de la escritura arquitectónica? Ya hemos advertido que también aquí es bueno instituir un «sistema de diferencias», identificar una constelación de prácticas diversas, cada una de ellas con su propia historia, a construir por vía arqueológica. Volvamos al comienzo de nuestro discurso: arquitectura, técnicas, instituciones, gestión urbana, ideologías y utopías, sólo en los momentos más felices - al menos para el historiados - se encuentran en una obra o en un sistema formal." Manfredo Tafuri, 'Introducción: El Proyecto Histórico', 18.

porque a conceção e produção social-política do espaço tem o seu lugar material próprio. Como assinalai, Lefebvre argumenta que, tanto as forças de produção, como as relações de produção, têm um papel na produção do espaço, e tal implica necessariamente lidar com a história. A mudança de um modo de produção para outro tem implicações nas relações sociais e dele resulta um espaço particular. Nessa alteração entre os modos e relações de produção surgem novos códigos espaciais, que em si não são apenas formas de ler ou interpretar o espaço, mas modos de vida, em que há diferentes formas de entender e produzir o espaço.⁶⁸ No entendimento histórico dos modos de produção, Lefebvre apela à sua não simplificação apenas pela consideração dos seus aspetos mais determinantes, como o seu surgimento e declínio, mas também pela necessidade de os cruzar com a sociedade, as suas histórias situadas e as suas instituições.⁶⁹

Por conseguinte, para o estudo da Guarda foram definidas seis ordens histórico-espaciais que enquadram diferentes formas/códigos de fazer cidade. A organização da dissertação é consequência da própria organização política subjacente a determinadas formas de fazer cidade, sendo que há capítulos que lidam com séculos e outros com décadas. Esta leitura, enquadrada pelos diferentes períodos políticos/poder, foi determinante na organização da dissertação. Insere-se na problemática da investigação com a intenção de documentar os diferentes projetos, ideias, formas a que a cidade foi sujeita. Para o efeito, e a partir de uma análise preliminar às fontes de investigação, foi necessário criar uma cronologia-guião. A cronologia apresentada reflete esses períodos, exibindo os eventos e ações das estruturas de poder, os agentes envolvidos na construção da cidade, e os projetos, obras, arquiteturas. À frente explicarei em detalhe a estrutura organizativa, o seu papel e a análise conduzida em cada momento. Entre essas ordens político-espaciais encontra-se em primeiro a romanização da Beira Interior (100-500), seguida da Monarquia Portuguesa (1199-1820), desde a fundação da cidade da Guarda em 1199, da consolidação da Monarquia até ao Liberalismo. Segue-se o período Liberal (1820-1933), em quarto lugar a Ditadura Portuguesa (1933-1974), em quinto a Democratização de Portugal até à entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1974-1986) e por fim a entrada em Portugal na União Europeia (UE) (1986-2010). Estes foram os seis momentos identificados para a cidade da Guarda, nos quais houve alterações no modo de fazer cidade. Esta cronologia não pretendeu assumir-se como rígida, nela estes enquadramentos temporais funcionam como balizas temporais. Na construção efetiva da cidade, estes marcos adquirem contornos difusos, porque a sua materialização resulta do confronto com uma realidade precedente e também com ideias e intenções nem sempre concretizadas na sua plenitude.

Sintetizando, o que proponho é uma leitura da Guarda, considerando a cidade enquanto projeto, que é político, mas também arquitetónico, estrutura espacial. E esta leitura é importante para pensar novas possibilidades de transformação. Se quisermos, um novo projeto que só poderá ser atingido pela sua discussão política. Essa leitura antecipatória é

⁶⁸ Lefebvre, *The Production of space*, 46. Lefebvre dá como exemplo das forças de produção: a natureza, trabalho e a organização do trabalho, a tecnologia e conhecimento.

⁶⁹ "The history of the space cannot be limited to the study of special moments constituted by the formation, establishment, decline and dissolution of a given code. It must also deal with the global aspect – with modes of production as generalities covering specific societies with their particular histories and institutions." *Ibid.*, 48.

própria da cidade e depende do conhecimento ontológico da arquitetura da Guarda fornecido pela instrumentalidade da história. Para atingir esse conhecimento, é proposta uma análise do tempo-longo, procurando estrinçar os múltiplos tempos e formas que se condensam no seu presente. Essa análise não procura sedimentar-se apenas nos discursos próprios da arquitetura, mas estabelece-se pelo seu entendimento como prática social, produto de determinado momento histórico, e também como entrelaçada em concepções técnicas do poder.

1.2. Guarda, razões para o seu estudo

Questionar o projeto arquitetónico da Guarda tem implícita a necessidade de compreender e esclarecer os seus propósitos. Implica perceber que a Guarda é parte da ideia cultural da cidade europeia, do conjunto de pequenas e médias cidades europeias. É compreender os moldes que a tornaram cidade do império romano, cidade medieval e de fronteira, a qual, à semelhança dos grandes centros urbanos portugueses, assistiu à materialização programática e simbólica dos ideais liberais do final do século XIX e início do século XX. É entender os momentos que a tornaram palco das experiências da redistribuição habitacional e de planeamento durante a ditadura e sujeita aos processos de urbanização e suburbanização contemporâneos, cujos padrões de desenvolvimento assumem processos e características distintas de outras cidades e metrópoles portuguesas e europeias. É ciente desta realidade que, ao longo desta secção, exponho as razões, objetivos e contributos inerentes a este estudo e em redor da questão: *Que projeto para a cidade da Guarda?* Na introdução expus os motivos que me conduziram a esta investigação, num momento em que a recessão económica ditou transformações na cidade, e os impactos económicos, urbanos e demográficos. O fim do investimento estatal em matéria de regeneração urbana, o recuo das instituições descentralizadas do Estado, o esvaziamento dos espaços da urbanização extensiva, decorrentes do acentuar das suas debilidades demográficas, o envelhecimento populacional e a perda de população. A meu ver, este cenário colocou urgência no repensar do desenvolvimento desta cidade média, questionando a sua arquitetura e, através dela, o seu papel na rede urbana, o papel dos seus cidadãos, da política nacional e local.

Para responder a esta problemática começo por incidir sobre a pertinência de um estudo acerca da Guarda. Começo por alguns argumentos colocados pelos estudos urbanos que, perante a globalização e no âmbito pós-colonial, vêm questionar a necessidade de estudar de cidades como a Guarda. Pretendo igualmente esclarecer como este estudo pode contribuir para a compreensão do ambiente construído da Guarda por parte de cidadãos e políticos. Entendo que tal contribuição é central para a construção de uma ideia de futuro, consciente das suas relações com o território, com a rede urbana nacional e com as implicações dos aparatos estatais e económicos. Este conhecimento é da maior importância para os cidadãos da Guarda na discussão da sua cidade, do seu projeto, e para uma melhoria

no que se refere às tomadas de decisão. Por fim, e porque este é um estudo construído sob uma noção ampla de arquitetura, — isto é, a arquitetura como estruturante da cidade, mas também enquanto prática social, técnica e material participante da intervenção e transformação do espaço, — apresentam-se os motivos pelos quais é relevante para a atuação profissional.

Interessa dedicar-me a alguns argumentos que colocam pertinentes para o estudo sobre a Guarda, trazendo certas abordagens traçadas pela História da Arquitetura e pelos Estudos Urbanos. Leonardo Benevolo, na introdução de «*La città nella storia d'Europa*», ao afirmar que a cidade europeia nasce com a própria ideia da Europa, explica como o seu modelo de cidade detém uma influência global. Porém, ao expor a complexidade dos fatores que influem na forma física da cidade, ele alerta para o facto de que os estudos científicos têm sido alheios e algo acríticos à hibridez que o modelo de cidade europeia apresenta na Europa e noutros continentes.⁷⁰ De um outro posicionamento, os estudos urbanos pós-coloniais, ao reconhecerem a influência do modelo europeu de cidade, têm reclamado a necessidade de ultrapassar as ideias de progresso e modernidade veiculadas pelo Ocidente, assim como os processos de categorização e hierarquização de cidades, quer globalmente, quer em determinados territórios. Tais ideias determinam a não identificação dos potenciais de diferença, ou seja, da hibridez à qual Benévolo se refere, e que todas as cidades apresentam, europeias ou não, perpetuando determinadas cidades como extemporâneas, ou representativas de outras. Destaco a discussão estabelecida pela geógrafa Jennifer Robinson, em «*Ordinary Cities: Between Modernity and Development*».⁷¹ Ao designar todas as cidades como ordinárias, a autora vem defender a especificidade e pluralidade que está inerente à cidade, às diferentes formas de fazer cidade e de ser urbano, independentemente da sua geografia. As críticas de ambos autores, Benevolo e Robinson, afiguram-se como relevantes porque demonstram o potencial de diferença que a cidade da Guarda, e que este estudo sobre a mesma detém dentro da heterogeneidade intrínseca à construção da cidade portuguesa e europeia. Entendo que compreender essa heterogeneidade, a sua arquitetura, o seu crescimento urbano, as suas formas e modos de existir, é um contributo para o contínuo reconhecimento dessa diversidade, face a processos de categorização, muitas das vezes excludentes.

Perseguindo este argumento, mas circunscrevendo-me à realidade nacional, irei explorar a crítica de Idalina Baptista à academia portuguesa. Ela questiona a construção intelectual em redor da ideia de Portugal como um país fisicamente desordenado. O seu juízo parte do modo como vários académicos têm desafiado a hegemonia da ordem espacial como condição essencial para a modernidade, desenvolvimento e progresso.⁷² Para o caso português, essa hegemonia, como a própria refere, citando Boaventura Sousa Santos, depende da posição semiperiférica de Portugal em relação ao centro da Europa e aos seus modelos de desenvolvimento. A autora refuta esta construção intelectual explicando que,

⁷⁰Leonardo Benévolo, *The European City* (Oxford: Blackwell Publishers, 1993), xvii.

⁷¹Jennifer Robinson, *Ordinary Cities: Between Modernity and Development* (Routledge, 2006).

⁷²Ver Boaventura de Sousa Santos, 'Estado e sociedade na semi-periferia do sistema mundial: o caso português', *Análise Social* XXI, n.º 87-88-89 (1985): 869-901.

embora a academia portuguesa sinalize como desordenada a experiência da construção da cidade portuguesa, ao assumir que apenas um planeamento legalmente eficaz pode induzir ordenamento físico, essa experiência não foi desprovida da existência de um aparato estatal, de particulares técnicas de governança do estado, leis estatais ou da influência de determinados profissionais e das suas disciplinas, como planeadores, arquitetos, engenheiros, economistas, entre outros.⁷³

É a partir desta crítica que Baptista estabelece uma agenda para os estudos urbanos portugueses, colocando desafios particulares, com o objetivo de contrariar a abrangência da influência da experiência Euro-Americana. Um desses desafios relaciona-se com a situação geográfica desses mesmos estudos que na sua maioria localizados em Lisboa e no Porto, faz destas cidades os centros mais bem documentados. E no que se refere a eles, a ação entre planeamento urbano e forma urbana realizada está votada a práticas assentes em ações e regimes excecionais que não explicam outras histórias ou genealogias urbanas, assumindo o carácter metonímico da construção da cidade portuguesa.⁷⁴ A par disto, existe uma ausência de comparações com outros casos, ou da sua inserção em discussões sobre informalidade, modernidade, ou ainda na relação com estudos de política-económica, em que se entendam os processos de acumulação capitalista, abarcando ainda a presente condição neoliberal. Reportando-me à situação geográfica do caso de estudo em causa, é objetivo deste trabalho dar uma resposta afirmativa e pertinente, propondo uma genealogia arquitetónico-urbana alternativa à investigação centrada nos grandes centros urbanos portugueses.

Em momentos desta investigação, e após conversas com colegas de profissão, planeadores, políticos, investigadores das mais diversas áreas, residentes da cidade da Guarda, e indo ao encontro dos argumentos de Baptista, a ideia de uma cidade desordenada fisicamente esteve muitas vezes subjacente. Mas também uma ausência na compreensão, no estudo e contestação dos processos e padrões de desenvolvimento urbano, na sua relação com o Estado e sob a condição neoliberal. Muitos referem como os anos 70 e 80 foram nefastos para a cidade, com o crescimento de uma suburbanização extensiva, desorganizada, e referem-se a ela como o exemplo de uma cidade portuguesa que cresceu mal, sem rumo. No entanto, o curso da investigação levou-me a concluir o contrário. Alcancei o entendimento das condições desse crescimento '*desordenado*' pelo conhecimento da realidade social, política e urbana desse momento particular. Respondendo de certa forma aos desafios da agenda urbana lançados por Baptista, a minha análise, como se verá, constatou uma realidade urbana que, em diferentes momentos da sua história se adaptou, e integrou instrumentos, técnicas de planeamento e governança, em resultado da agência estatal, da política internacional, nacional e local, das dinâmicas de desenvolvimento económico e social, e da agência de elites estrangeiras, nacionais, locais, dos técnicos do espaço, arquitetos, planeadores, engenheiros, etc.⁷⁵

⁷³ Idalina Baptista, 'How Portugal Became an 'Unplanned Country': A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning', *International Journal of Urban and Regional Research* 36, n.º 5 (setembro de 2012): 1076-92.

⁷⁴ *Ibid.*, 1088.

⁷⁵ *Ibid.*, 1087-1089.

Esta constatação veio reforçar outro dos objetivos deste trabalho, mais de natureza política. Como expus, a reflexão que proponho reside no carácter antecipatório do *Projeto*, feito da inquirição, compreensão e desconstrução da sua realidade arquitetónica, e pretende ser um veículo previsional de oportunidades. Acredito que do confronto com a história desta distinta realidade física, nascida de um contexto social, político e económico específico, será possível desenhar um novo futuro para a Guarda. Hoje, as cada vez mais frequentes transformações do espaço, motivadas sobretudo pelas mudanças radicais na economia, nos modos de governança e nas políticas urbanas, deixam pouco espaço para a reflexão, antevisão e controlo das ações no tempo longo. A volatilidade, a complexidade dos interesses e outros fatores envolvidos na construção da cidade escapam muitas das vezes ao nosso controlo, e as ações construídas, embora acompanhadas dos maiores e mais recentes recursos tecnológicos, revestem-se de uma condição de irreversibilidade. É face a essa irreversibilidade que a discussão política sobre a construção da cidade é cada vez mais urgente. Em relação à Guarda, penso que este estudo será útil para por em causa, não apenas a ordem material da cidade, mas também o seu papel no território e nos demais contextos institucionais e políticos. Isto é, na rede urbana nacional, questionando a sua função nas hierarquias e exclusões provocadas pelo fenómeno da globalização.

Para perceber o papel da cidade da Guarda na Beira Interior, na Região Centro, no sistema urbano nacional e, conseqüentemente, na Europa globalizada, há que olhar para o modo como as escolhas económicas, políticas, institucionais e as demandas relativas ao contexto urbano-territorial mais alargado foram realizadas e quais as suas conseqüências. Na contemporaneidade, são bem conhecidos os efeitos que as transformações político-económicas, justificadas pela influência da globalização neoliberal, têm nas cidades e nos territórios: as mudanças no trabalho, a retração do estado social, a valorização da circulação internacional do capital e o aumento de competitividade interlocal, etc.⁷⁶ A falência do modelo keynesiano virou a atenção dos decisores políticos para os desafios da quebra de produção, o recuo do estado social, a integração europeia e a globalização económica. Como o teórico urbano Neil Brenner salienta, a partir dos anos 80, a transformação da soberania, dos modos de governança e o desenho das políticas espaciais de cada estado, reconcentraram-se nas capacidades de produção e especialização, direcionando o desenvolvimento infraestrutural para as cidades-região, metrópoles mais competitivas do seu território. Estas mudanças redundaram em geografias político-económicas altamente polarizadas, que em grande medida difundem a retórica neoliberal de crescimento de mercado, flexibilidade, e competitividade interespaçial.⁷⁷ Brenner, motivado pelo interesse na regulação da urbanização e pelas mudanças nas formas políticas e institucionais, procura avaliar o modo como elas são mediadoras de desigualdades no desenvolvimento geográfico e territorial. Estas desigualdades no desenvolvimento geográfico referem-se ao modo como, de forma não uniforme e não homogénea, os processos sociais, económicos e políticos sob o capitalismo se

⁷⁶Pierre Bourdieu, 'Neoliberalism, the Utopia (Becoming Reality) of Unlimited Exploitation.', em *Acts of Resistance: Against the Tyranny of Market*, trad. Richard Nice (New York: Free Press, 1998), 94-105.

⁷⁷Neil Brenner, *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood* (Oxford University Press, 2004).

distribuem espacialmente, manifestando desigualdades entre diferentes territórios, regiões, cidades e lugares, conduzindo-os à marginalização.⁷⁸

No caso português, a necessidade da sua integração europeia e mundial fez com que sucumbisse aos fenómenos identificados por Brenner, num acentuar das desigualdades de desenvolvimento territorial existentes e herdadas, reféns de lógicas económicas e infraestruturais polarizadoras. Em Portugal, elas são territorialmente consubstanciadas na opção litoral metropolitana de Lisboa e Porto. Foi após a integração europeia que se fomentou o desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais no âmbito das práticas de ordenamento do território e do planeamento e no âmbito de numa condição nacional recativa a situações específicas do desenvolvimento urbano, na posição regulatória do uso do solo, na sua ocupação e desenvolvimento, e nas políticas públicas.⁷⁹ Estas dinâmicas, influenciadas pelas iniciativas europeias, procuraram desenvolver as vocações endógenas e promover a coesão territorial, olhando para cidades médias, como a Guarda, como âncoras de estruturação nacional e regional, e considerando-as com um papel de equilíbrio no sistema urbano.⁸⁰ As políticas urbanas dirigidas à cidade contribuíram para a modernização, mas os resultados não foram satisfatórios no que se refere à criação de competitividade. O PNPOT de 2007 (Plano Nacional de Ordenamento do Território) identifica o sistema urbano português, constatando a litoralização e bipolarização metropolitana do território. E, embora os seus eixos de atuação e desenvolvimento perseguissem objetivos de transformação territorial, ele não foi muito consequente.⁸¹ Identificou-se para a região da Beira Interior o eixo Guarda-Covilhã-Castelo-Branco como linha de desenvolvimento ao qual era necessário dotar de estratégias de afirmação territorial e cooperação transfronteiriça. O reforço da Guarda como rótula entre o eixo urbano regional de ligação com a Beira Interior e a Beira Litoral, para o ganho de competitividade para o desenvolvimento de mercados de vocação nacional e internacional, proposto em várias políticas urbanas e também no PNPOT, tornou-se retórica, para não dizer inconsequente, aquando da crise económica de 2010. Essa falta de resultados repercute-se nos investimentos dirigidos às infraestruturas, constatável nas estratégias rodoviárias e ferroviárias, que reforçam sobretudo a lógica bipolarizada. A análise da economia política veio demonstrar como Portugal conseguiu, desde a Democracia e com a integração europeia, atingir dinâmicas territoriais e locais assinaláveis, ultrapassando crises e qualificando o país. Contudo, a sujeição nacional às circunstâncias da União Económica Monetária, que resultou na financeirização da economia portuguesa, e os impactos da crise de 2010 e demais políticas de austeridade, vieram revelar as fragilidades dessas dinâmicas. A contração da economia nacional resultou na diminuição do investimento do Estado, na

⁷⁸ Ibid., 12–13.

⁷⁹ Lembro aqui a influência dos Quadros Comunitários de Apoio e Iniciativas Europeias como o LEADER (1991) para áreas rurais, a iniciativa intercomunitária URBAN (1994) para áreas urbanas, e o programa de cooperação territorial INTERREG (1991) para áreas fronteiriças. Ver: J. Morais L Mourato, 'Europeanisation and Territorial Governance: An Inquiry into Power and Institutional Culture Change in Portugal' (Tese de Doutoramento, University College London, 2011).

⁸⁰ Nuno Portas, Álvaro Domingues, e João Cabral, *Políticas Urbanas, tendências estratégias e oportunidades*, 3.^a edição. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002); Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 'PNPOT - Plano Nacional de Ordenamento do Território', 5 de julho de 2007.

⁸¹ Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 'PNPOT - Plano Nacional de Ordenamento do Território', 5 de julho de 2007.

infraestruturação do país, no recuo de instituições descentradas, causando o abandono de determinados territórios, agravando as suas debilidades e criando desigualdades. O economista José Reis explica como a recessão económica se fez pela contínua concentração metropolitana e pelo abandono de outros territórios, o que, no contexto territorial de um país onde as suas estruturas regionais, as suas cidades, são a matéria onde se localizam ativos, sistemas de produção, modos de vida, etc., não favorece formas de eficiência económica e social.⁸² Esta posição é consubstanciada pela análise ao rendimento das famílias, emprego, Produto Interno Bruto (PIB) e a densidade populacional. E, neste cenário, a Região Centro e, em particular, as Beiras e Serra da Estrela são os territórios com maior decréscimo na população residente, entre 2011 e 2016, superados apenas pelo Alentejo.⁸³ Tal panorama é informado pela recente análise à provisão de habitação, domínio integrante da esfera da reprodução social. Os resultados vêm demonstrar a fragilidade do quadro territorial do país, com o enfraquecimento dos espaços nas cidades médias e da rede urbana por elas definida, e o desenvolvimento de um modelo de crescimento unipolar, centrado maioritariamente na capital.⁸⁴ A análise de José Reis coincide com o fenómeno identificado por Brenner, o agravar do desenvolvimento geográfico pela intensificação e fortalecimento dos ativos socioeconómicos de espaços específicos, desde que articulados globalmente.⁸⁵

Relativamente ao papel da cidade da Guarda na rede urbana nacional, torna-se necessário olhar para o modo como esta cidade da Região Centro, assim como outras, são importantes nós de suporte a territórios rurais periféricos, com perda demográfica. Devemos vê-las nas suas potencialidades, como alternativas à metropolização, quer pela qualidade de vida urbana que apresentam, quer pela sua comensurabilidade. Cidades que se apresentam como sustentáveis do ponto de vista económico e energético, com menores custos de manutenção e infraestruturação.⁸⁶ Considero que questionar a arquitetura cidade implica também por em causa estes processos de profunda transformação geográfica, as formas institucionais e as políticas urbanas, e desejar efetivamente a sua mudança, sob pena de, ao não o fazermos, assistirmos à sua fragilização social, económica e política, consagrando as cidades e os territórios que as suportam à condição de invisibilidade. Assistimos, assim, à delapidação da diversidade urbana própria da cidade portuguesa e europeia, o que na minha perspetiva, consubstancia a ausência da discussão política inerente à cidade.

Avancei que o debate político inerente à *polis*, no sentido aristotélico, tem vindo ser colocado em causa quando absorvido por diversas racionalidades económico-produtivas,

⁸²José Reis, *A Economia Portuguesa. Formas de economia política numa periferia persistente (1974-2017)* (Coimbra: Edições Almedida, 2018).

⁸³Ibid., 253.

⁸⁴José Reis, 'O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desperdício do país', em *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. coord. Ana Cordeiro Santos (Coimbra: Actual, 2019), 53-86; José Reis, 'O território: reorganizar internamente o país depois do modelo unipolar e dos deslocamento territorial', em *Como reorganizar um país vulnerável?* ed. José Reis, Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2020), 295-343.

⁸⁵Brenner, *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*, 16.

⁸⁶Ver, José António Bandeirinha, 'Uma Região de Cidades', em *Transversalidades 2016 - fotografia sem fronteiras*. (Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2016), 118-20; José António Bandeirinha, 'Cidades e redes urbanas: o papel da(s) cidade(s) no equilíbrio territorial.', em *Como reorganizar um país vulnerável?*, ed. José Reis (Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2020), 346-76.

estatais e burocráticas. A filosofia e a ciência-política, podendo citar autores como Crouch, Mouffe e Rancière, tem identificado a condição atual como pós-democrática e pós-política. Estes conceitos validam o esvaziamento da ação política, a começar no desinteresse dos cidadãos pelo escrutínio das decisões tomadas e na colonização entre a política, enquanto exercício agonista, pela política enquanto exercício tecnocrático que funciona de modo inquestionável dentro das democracias representativas.⁸⁷ Eles alertam sobre o contínuo refreamento do dissenso democrático, indispensável ao necessário o escrutínio das políticas estatais e demais práticas governativas que atuam segundo formas de gestão, de negociação de interesses predatórios e que têm manifestação na cidade em estudo: o fenômeno da urbanização, na privatização do espaço público, na segregação urbana, no acentuar dos desequilíbrios territoriais, ecológicos, etc. Porém, consiste na atividade política a necessidade de questionar a ordem das coisas, os antagonismos e desigualdades existentes. "[Politics] It makes visible what had no business being seen, and makes heard a discourse where once was only place for noise; it makes understood as discourse what was once only hear has noise."⁸⁸ Reforço aqui o objetivo de natureza política desta investigação, que procura esclarecer acerca do conjunto de decisões tomadas na construção da cidade. Questionar a cidade da Guarda segundo a lente do *projeto*, é a forma de reagir e instigar a discussão política sobre a organização do seu espaço, é recusar aceitar a inevitabilidade dos fenômenos urbanos, como a suburbanização, o seu papel secundário na rede urbana, é ter respeito por esse projeto coletivo que é a *polis* que, à qual é necessário dar forma, de acordo com Arendt. Mas, este questionamento não isenta os cidadãos da Guarda, os seus políticos e as suas elites da reflexão e da ação política. O agonismo político, defendido por Mouffe, o dissenso e a dimensão conflituosa da vida social são indispensáveis à democracia e à cidade.⁸⁹ Reside na atuação política local a responsabilidade de olhar para a cidade avaliando e repensando as intervenções, o ordenamento local, contribuir para o ordenamento territorial e instigar a

⁸⁷Crouch define pós-democracia pela observância das mudanças ocorridas na democracia liberal no final dos anos 90, transformando os debates eleitorais em espetáculos públicos altamente controlados, e onde os temas públicos são debatidos em privado. Entre aquilo que são os "*symptoms of post-democracy*" encontram-se: o refreamento da actividade democrática; a inversão da força do poder das massas em favor de grupos de de interesses minoritários; a manipulação de exigências populares pelas elites políticas e pela persuasão eleitoral. Não se refere a uma ausência democrática, mas à concentração de tomada de decisões do poder político que governa, pela desconsideração das regras da governação, descredibilizada pelos meios de comunicação, causando indiferença e desconfiança pública. Colin Crouch, *Post-Democracy* (Cambridge: Polity Press, 2003);

O conceito pós-política tem sido amplamente debatido por diversos autores, em especial, Rancière, Mouffe e Žižek. Utiliza-se aqui a definição estabelecida por Wilson e Swyngedouw: "*Broadly speaking, however, they all refer to a situation in which the political – understood as a space of contestation and agonistic engagement – is increasingly colonised by politics – understood as technocratic mechanisms and consensual procedures that operate within an unquestioned framework of representative democracy, free market economics, and cosmopolitan liberalism. In post-politics, political contradictions are reduced to policy problems to be managed by experts and legitimated through participatory processes in which the scope of possible outcomes is narrowly defined in advance. 'The people' – as a potentially disruptive political collective – is replaced by the population – the aggregated object of opinion polls, surveillance, and bio-political optimisation. Citizens become consumers, and elections are framed as just another 'choice', in which individuals privately select their preferred managers of the conditions of economic necessity.*" Japhy Wilson, Erik Swyngedouw, *Post-Political and Its Discontents: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics* (Edinburgh University Press, 2014). Ver também: Chantal Mouffe, *On The Political* (New York: Routledge, 2005); Jacques Rancière, *Hatred of Democracy*, Verso (London & New York, 2006).

⁸⁸Jacques Rancière, *Disagreement: Politics and Philosophy* (University of Minnesota Press, 1999), 30.

⁸⁹Mouffe, *On The Political*.

discussão sobre a cidade com os seus cidadãos. Não foi um objetivo central deste estudo perscrutar a ação dos cidadãos da Guarda na discussão da sua cidade, mas no processo de investigação foram raras as posições passíveis de serem avaliadas neste sentido, fazendo-me crer que, muitas das vezes, os cidadãos não expõem as reivindicações acerca do seu espaço quotidiano, desconhecendo se por opção ou não. Face a esta realidade, este estudo pretende ser um contributo acerca do conjunto de decisões tomadas na construção da cidade, esclarecendo as razões porque as mesmas foram assumidas, implementadas e com que resultados. E, a partir daqui, estabelecer um ponto de partida para esse urgente debate coletivo que se pretende responsável e transformativo. Discussão, cujo fim maior, se deseja que redunde num projeto de cidade, no qual se cumpram melhorias nas tomadas de decisão acerca do desenho da cidade.

Na discussão acerca do desenho da cidade, a arquitetura tem o papel de organizadora material da vida coletiva, do espaço público, da criação de horizontes e limites para as relações humanas, ação que é também política.⁹⁰ Reside nela um papel cultural, uma vez que as formas dadas pela arquitetura são socialmente determinadas e determinantes. Assim, pergunto: quais são então os espaços da Guarda que exprimem o direito à cidade, ao coletivo? Qual o papel da arquitetura como disciplina central na organização da cidade? Não procuro aqui respostas definitivas a estas questões, mas sim alargar o conhecimento acerca da arquitetura da cidade, fazendo uso das suas ferramentas, como é o projeto apoiado pela história e pelo desenho. É expresso aqui o objetivo fornecer, por intermédio do desenho, um conhecimento interpretativo e representativo sobre a cidade no tempo, saber que, como expliquei, designei de *Laboratório de Representação*. Mais uma vez saliento que não é intenção encontrar aqui uma hermenêutica, nem discutir aspetos morfológicos, mas sim esclarecer as condições da produção arquitetónica. Ao ampliar o conhecimento sobre a arquitetura da Guarda pelo projeto e desenho, percebendo como a cidade lidou com a construção do seu ambiente, — pelo conhecimento da arquitetura como estruturante da cidade; pelo conhecimento dos lugares/espaços das práticas do quotidiano, mas também, dos símbolos que a arquitetura suporta, os da modernidade, da história, da memória e da tradição; pelo papel da profissão e dos seus discursos atuantes no desenho da cidade; — o intuito é o de abrir caminho para a atuação profissional, na melhoria da prática arquitetónica, convidando os arquitetos a participar nessa negociação prossecutiva e desenhada da Guarda entre passado, presente e futuro.

⁹⁰Frederic Jameson, 'Is Space Political?', em *Rethinking Architecture*, ed. Neil Leach (London & New York: Routledge, 1997), 242-55.

1.3. A Guarda e o seu estudo.

Na realização desta investigação, e no seu primeiro momento, foi necessário alcançar os contornos do conhecimento acerca da história urbana da Guarda. O conhecimento científico acerca da construção urbana das cidades do interior português tem vindo a ser ampliado, pese embora esse saber ainda esteja circunscrito a casos pontuais, determinadas geografias e domínios. Concordando com Walter Rossa, as leituras providenciadas não têm ainda uma incidência igual a todas as épocas.⁹¹ No que se refere à Guarda, vários investigadores das ciências sociais e humanas têm vindo a dedicar-lhe especial atenção. Os contributos são provenientes da Arqueologia, da História e História da Arte, da Economia à Geografia, e da Arquitetura. Dentro das suas especificidades disciplinares, estes estudos representam um bom nível de conhecimento sobre a cidade apresentando, no entanto, algumas lacunas temporais.

Importa não esquecer que o contributo destas áreas disciplinares é antecedido por um conjunto de estudos monográficos, realizado por curiosos e investigadores dedicados ao estudo da cidade. Entre estes trabalhos monográficos, cronologicamente alinhados, encontra-se o de José Osório da Gama e Castro (1856-1923), natural de Gouveia, juiz e Governador Civil da Guarda durante a monarquia constitucional portuguesa que, em 1902, publica sobre a Diocese e o Distrito da Guarda, uma coletânea de apontamentos históricos, em conjunto com uma monografia sobre a Sé da Guarda e uma biografia sobre os seus bispos.⁹² Nos anos 40, Carlos Augusto de Oliveira (1855-1938), natural da Guarda, jornalista e 2.º Oficial da Secretaria do Governo Civil do Distrito da Guarda, publica os «*Apontamentos para a Monografia da Guarda*», e Carlos Alexandre de Aguiar apresenta o exame de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas sob o título «*O problema das origens históricas da cidade da Guarda*».⁹³ Em 1943, é publicado o «*Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*» da autoria do General João de Almeida (1873-1953), também natural da Guarda.⁹⁴ Em 1958 é publicada a «*Monografia Artística da Cidade da Guarda*», a qual será depois revista e ampliada, da autoria do arqueólogo, etnógrafo guardense Adriano Vasco Rodrigues (1928-).⁹⁵ É de mencionar o trabalho de Jesué

⁹¹ Walter Rossa, 'A Cidade Portuguesa (março de 1995)', em *A Urbe e o Traço - Uma década de Estudos sobre o urbanismo Português*. (Coimbra: Livraria Almedina, 2002), 193-94.

⁹² José Osório Gama e Castro, *Diocese - Distrito da Guarda: Serie de apontamentos historicos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes á actualidade; e notas referentes á cathedral egitaniense e respectivos prelados*. (Porto, 1902).

⁹³ Carlos Oliveira, *Apontamentos para a Monografia da Guarda* (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1940); Carlos Alexandre de Aguiar, 'O Problema Das Origens Históricas Da Cidade Da Guarda' (Exame de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, C.A. Aguiar, 1940 Publicado, nos anos seguintes, com ligeiras alterações, na revista *Altitude*, boletim mensal da Federação de Municípios da Beira Serra. Carlos Alexandre de Aguiar. 'Problemas de História Local: Origens Históricas da Guarda.' ' *Altitude*, I, n.º 1 a 4, 6, 10-11 e 12 (1941) e n.4 (1942). «O Problema Das Origens Históricas Da Cidade Da Guarda» (Exame de Licenciatura, Coimbra, C.A. Aguiar, 1940).

⁹⁴ João Almeida, *Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*, 2ª edição (Lisboa: Editorial Império, Lda, 1943).

⁹⁵ Neste estudo são referenciadas ambas as publicações, uma vez que apresentam entre elas algumas diferenças na redação e informações complementares. Adriano Vasco Rodrigues, *Monografia Artística da Cidade da Guarda*

Pinharanda Gomes (1936-2019) sobre a Diocese da Guarda, e a monografia da Guarda do historiador de arte José Fernandes Pereira, que integra a coleção Cidades e Vilas de Portugal.⁹⁶

Entre as investigações sobre a cidade da Guarda, há que evidenciar o trabalho da historiadora medieval Rita Costa Gomes, cuja dissertação de mestrado «*A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*» foi publicada na *Revista de História Económica e Social*. Esta investigação constitui-se como referência nos estudos da cidade medieval portuguesa. Gomes debruça-se sobre a formação material da cidade e desenvolve sobre a organização da sociedade guardense até ao início do século XVI.⁹⁷ Adotando uma análise cronológica aos estudos sobre a Guarda, no que se refere ao conhecimento sobre a romanização do território da Beira Interior, o trabalho do arqueólogo Vítor Pereira veio estabelecer as bases para o entendimento do povoamento romano no planalto Guarda-Sabugal. A sua dissertação «*O sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda)*» fundamenta a tese que ao lugar da Póvoa do Mileu, hoje área urbana da cidade da Guarda, corresponde uma capital de *civitas* romana.⁹⁸ Ainda no período medieval, destacam-se trabalhos da historiadora Maria Helena Cruz Coelho em «*Foros e Forais da Guarda*», «*Um cruzamento de Fronteiras*» e a coletânea de artigos publicada no catálogo «*Guarda, História e Cultura Judaica*».⁹⁹

O conhecimento acerca das transformações da Guarda na era moderna, após o século XVI e até à Revolução Francesa em Portugal, não se encontra muito aprofundado. Aqui as fontes revelaram-se mais escassas. Assume-se como referência principal para o conhecimento do espaço físico da cidade as *Memórias Paroquiais*, datadas de 1758.¹⁰⁰ Mas, no que se refere ao estudo da cidade, no período antecedente e posterior à implantação da Primeira República, é de salientar o trabalho da museóloga Maria Dulce Helena Borges, «*Guarda: Roteiros Republicanos*» e a coletânea de artigos publicados em «*Euforia Breve*», ambos dedicados a este momento político.¹⁰¹ Em «*Roteiros Republicanos*» é construído o processo ideológico político da I República na Guarda, os seus intervenientes e não é esquecido o papel do património arquitetónico. Na publicação «*Euforia Breve*», os vários

(Guarda, 1958); Adriano Vasco Rodrigues, *Guarda, monografia: Pré-história, História e Arte* (Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, 2000).

⁹⁶Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda* (Braga: J. P. Gomes : Editora Pax, 1981); José Pereira, *Guarda*, 1ª edição, Cidades e Vilas de de Portugal (Lisboa: Editorial Presença, 1995).

⁹⁷Rita Costa Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985), *Revista de História Económica e Social*, 1ª edição, n.º 9–10 (1987).

⁹⁸Vítor Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Civitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano,' (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia) Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

⁹⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, ed., *Forais e Foros da Guarda* (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1999); Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Rêpas, *Um cruzamento de fronteiras : o discurso dos concelhos da Guarda em cortes*, Iberografias 9 (Porto: Campo das Letras, 2006); Maria Antonieta Garcia et al., eds., *Guarda, história e cultura judaica Memórias*. [catálogo] (Guarda: Museu da Guarda: Câmara Municipal, 1999).

¹⁰⁰Maria Chorão (transcrição), *Paroquiais -1758* (Câmara Municipal da Guarda, 2002).

¹⁰¹Dulce Helena Borges, *Guarda - Roteiros Republicanos* (Lisboa: Quidnovi, 2010); António Santos et al., *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*, Câmara Municipal da Guarda (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011).

artigos traçam o ambiente da Guarda republicana, as transformações político-culturais e o papel de alguns dos seus protagonistas, como educadores, escritores, militares e políticos, não ficando ausente uma leitura das transformações físicas da cidade: de algumas das novas tipologias e estilos arquitetónicos que marcam este período.¹⁰²

Até meados do século XX, o conhecimento acerca das transformações da Guarda é dado pela publicação «*Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX*».¹⁰³ Da coordenação do historiador Jaime Ferreira, esta obra integra vários artigos das áreas da Geografia, História da Arte, entre outras, que incidem sobre as dinâmicas demográficas e culturais, abordado também a formação do ambiente construído da cidade. Nesta publicação, enquanto Cecília Falcão Dias explora o progresso no campo da normativa urbana na Guarda e consequentes transformações urbanas, Dulce Helena Borges expõe a história inerente à construção do Hotel de Turismo da Guarda.¹⁰⁴ O geógrafo Rui Jacinto, recorrendo à estatística, faz uma avaliação das transformações territoriais, demográficas e económicas do concelho e da cidade da Guarda.¹⁰⁵ Jaime Ferreira detém-se sobre as primeiras iniciativas de planeamento urbano sistematizado, como o foram os *Anteplanos de Urbanização da Cidade da Guarda* e de *São Miguel da Guarda* e as principais transformações nos espaços centrais da cidade, fornecendo importantes pistas para o entendimento das formas e meios de provisão de habitação na cidade, desde meados dos anos 40 até aos anos 60.¹⁰⁶ Importa ainda referir sobre este período, a dissertação de mestrado de Maria Neto sobre a toponímia da cidade no século XX.¹⁰⁷

A partir dos anos 50, a compreensão acerca dos fenómenos e consequências do crescimento da cidade, do desenvolvimento e implementação de processos de planeamento e políticas urbanas para a Guarda integram abordagens mais abrangentes feitas à cidade portuguesa. Aqui encontra-se o trabalho de Teresa Barata Salgueiro sobre a Geografia Urbana da cidade portuguesa, o qual documenta os padrões funcionais e morfológicos a que a cidade foi sujeita.¹⁰⁸ Ainda no âmbito da Geografia, está o trabalho de Domingues *et al.*, em que se avaliam para 24 cidades em democracia, e nas quais se inclui a Guarda, as metamorfoses do urbano resultantes do impacto das infraestruturas de mobilidade, do crescimento suburbano e das políticas urbanas e regulação urbanísticas. Trabalho no qual a aproximação à cidade da Guarda constrói-se a partir de uma análise demográfica e morfo-

¹⁰²Santos et al., *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*.

¹⁰³Jaime Ferreira (coord), *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc.XX*, 2.ª edição. (Guarda: CMG e CEI, 2004).

¹⁰⁴Cecília Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 2.ª ed. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 38-93; Dulce Helena Borges, 'Hotel de Turismo', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 2.ª ed. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 188-95. Estas autoras são ainda responsáveis por vários de artigos que, publicados de forma dessiminada, incidem sobre a importância de determinadas tipologias da cidade e o seu valor artístico.

¹⁰⁵Rui Jacinto, 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 2.ª ed. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 16-37.

¹⁰⁶Jaime Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959.', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*(Guarda: CMG e CEI, 2004), 94-195.

¹⁰⁷Maria Neto, 'A toponímia da cidade da Guarda e a construção da memória pública no século XX' (Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, 2011).

¹⁰⁸Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana*, 3ª edição. (Porto: Edições Afrontamento, 1999).

tipológica que evidencia os principais equipamentos urbanos. Para a Guarda, as grandes conclusões apresentadas detêm-se sobre a sua importância no contexto municipal e regional, no particular padrão de desenvolvimento suburbano decorrente do estudo de densidade populacional, dimensão média do edificado e na análise das suas potencialidades estratégicas no território em que se insere.¹⁰⁹ De referir a tese de mestrado em História e Património de Vanessa Maria da Costa Pita, onde a autora analisa os processos de valorização do património edificado do centro histórico da Guarda, e as contribuições do planeamento e instituições locais na protecção e promoção turística desse edificado.¹¹⁰

No campo disciplinar da Arquitetura há alguns estudos, poucos, que se dedicam à cidade. São reflexões e propostas concretas de arquitetura que refletem sobre a organização da cidade de forma global ou sobre áreas específicas, e ainda sobre transformações morfológicas e os seus impactos em determinados âmbitos. Primeiro, não posso deixar de referir a prova final de licenciatura realizada pelos alunos da Universidade de Aachen em 1982, designada de «*Concepção do Desenvolvimento Urbano da Capital do Distrito da Guarda*».¹¹¹ O projeto de ordenamento da cidade é antecedido por uma análise que procura a compreensão dos processos urbanos e documenta as principais alterações físicas a que a cidade da Guarda esteve sujeita no início dos anos 80. Ainda na década de 80, na dissertação para o título de professor agregado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto em 1986, o arquiteto Alfredo Durão Matos Ferreira (1928-2015) procura a sistematização desenhada e comentada acerca do crescimento de dez cidades face à transformação dos processos de tomada de decisão e à complexificação dos problemas da cidade portuguesa. Fundamentalmente, é uma análise que o autor entende como pertinente perante o fenómeno do crescimento suburbano e da perda da coesão formal das cidades portuguesas. A reflexão sobre a Guarda apresenta as suas circunstâncias histórico-geográficas e humanas, complementada com quatro plantas, em que se destaca o espaço físico-natural de base e a evolução da cidade em três momentos: 1900, 1950 e 1985.¹¹² Não pode ficar aqui ausente o contributo documental deixado pela Arquitecta Maria José Abrunhosa de Castro (1949-1999), arquiteta no município da Guarda e profissional liberal, que deixou em diversas publicações da especialidade, e em especial na sua crónica no *Jornal Terras da Beira*, publicada entre 1992 e 1999. A sua produção escrita é um importante acervo documental crítico sobre a evolução da cidade e o papel das instituições, dos políticos, dos profissionais e cidadãos neste período.¹¹³

¹⁰⁹Domingues (coord.) *et al*, *Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, 1.ª edição (Lisboa: Argumentum, 2006).

¹¹⁰Vanessa Pita, 'A Evolução Da Paisagem Urbana Da Cidade Da Guarda: Ativação/Desativação Do Património Edificado.' (Tese de Mestrado em História e Património, Porto, FLUP, 2013).

¹¹¹Rainer Dörter, Frank Samol-Rojek, e Hans-J Stromenger, 'Konzept zur städteumldtebaulichen Entwicklung der Distrikthauptstadt Guarda / Portugal | Concepção do Desenvolvimento Urbano da Capital do Distrito da Guarda' (Prova Final de Licenciatura orientada por G. Gourdes, Aachen, Universidade Técnica de Aachen, 1982).

¹¹²Alfredo Durão Matos Ferreira, *Aspectos da Organização do Espaço Portugueses* (Porto: FAUP Publicações, 1995).

¹¹³Não vou listar aqui toda a sua produção escrita, encontra-se elencada na Bibliografia.

Mais recentes, são de salientar a prova final de licenciatura de Rui Veloso «*O desenho da forma: o caso da Guarda*»¹¹⁴ e a dissertação de mestrado de Pedro Santos, sobre o Parque da Saúde, em que ambos apresentam propostas de projeto de arquitetura.¹¹⁵ É de referir ainda o trabalho de Ana Santos, sob o título de «*Vazios Urbanos Levantamento e soluções na cidade da Guarda*», em que define uma estratégia de atuação para o centro histórico da cidade.¹¹⁶ E, por fim, a dissertação de Maria Gomes que, tendo a cidade da Guarda como caso de estudo, parte de uma crítica aos modelos de mobilidade urbana centrados no automóvel, particularmente em territórios de baixa densidade e aglomerados de relevo acidentado. A tese incide numa análise às políticas de planeamento e às características morfológicas do território e como estas contribuíram para a forma da cidade e organização espacial de funções urbanas, condicionando modos de vida.¹¹⁷

Ao longo dos últimos parágrafos apresentei os contornos do conhecimento científico sobre a cidade da Guarda. Como procurei esclarecer, esse conhecimento é amplo, mas circunscrito a determinadas cronologias e âmbitos disciplinares. Temporalmente, a literatura sobre a Guarda detém-se em meados do século XX. Já havia assinalado que são praticamente omissas destes estudos as análises às transformações urbanas da cidade operadas entre o século XVI e a Revolução Francesa. É também postergada uma reflexão sobre as transformações urbanas desde meados do século XX, explicando as especificidades das experiências particulares da redistribuição habitacional e do planeamento urbano, dos processos de urbanização e suburbanização, e os seus padrões de desenvolvimento. Embora existam lacunas temporais, há períodos em que a investigação histórico-urbana já se encontra consolidada, decorrente da especificidade disciplinar dos seus autores. No que se refere à transformação arquitetónica do espaço urbano, a interpretação estético-morfológica é dirigida sobretudo aos monumentos ou tipologias arquitetónicas mais significativas, à exceção do trabalho de Rita Costa Gomes e Vítor Pereira. E os estudos científicos mais abrangentes sobre a cidade portuguesa, que integram análises sobre a Guarda, procuram um melhor entendimento sobre a cidade no contexto do sistema urbano português. São as leituras fornecidas maioritariamente pela Geografia.

Não obstante, dada a existência de um corpo de conhecimento científico diverso sobre a cidade, ele não invalida o escopo deste trabalho pelo seu posicionamento assente na compreensão do projeto da cidade no tempo longo. Pretende-se com ele ampliar o conhecimento sobre esta cidade portuguesa, sem esquecer que este estudo depende também do corpo de conhecimento existente.

¹¹⁴Rui Filipe Veloso, 'O desenho da forma: o caso da Guarda' (Prova Final, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001), Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2001)

¹¹⁵Pedro Jorge Grilo dos Santos e Armando Rabaça, 'Reordenamento urbano do parque da saúde da Guarda: o antigo Sanatório Sousa Martins, Guarda cidade saúde' (Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2015).

¹¹⁶Ana Beatriz Santos Fonseca, 'Vazios Urbanos Levantamento e soluções na cidade da Guarda', (Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, 2014).

¹¹⁷Maria João Lino Silva Gomes, 'Planeamento urbanístico e morfologia urbana em sítios de relevo acidentado: escolha ou fatalidade: Guarda, um caso de estudo' (Tese de Doutoramento em Arquitetura, Universidade Beira Interior, 2015).

1.4. Guarda 100-2010: Metodologia.

A investigação projectual vincula-se, como referi, à ideia de projeto como conceito teórico-metodológico, enquanto compreensão e crítica sobre a organização do espaço da cidade da Guarda. Em arquitetura, ou melhor, para o projeto, o conhecimento histórico é-lhe indissociável e intrínseco. Assim, a análise projetual proposta depende do entendimento da historicidade dos factos urbanos resultantes desse projeto de cidade, que é histórico, político e coletivo, e que dá forma ao seu ambiente urbano. Ou seja, uma compreensão ontológica da cidade da Guarda, da sua realidade urbana como resultante histórica. Isto implicou um processo cognitivo de investigação e de assimilação dos precedentes da cidade, pela conceção de uma genealogia-arquitetónica urbana complementada por um *Laboratório de Representação*. Este último concebido como o espaço da interpretação e análise em desenho bi e tridimensional, auxiliar naquilo a que se pretende: a inteligibilidade sobre o crescimento da Guarda. E consequência da estratégia de investigação abrangente adotada, fruto do estudo de fontes e da compreensão acerca da evolução da cidade.

Foi da definição da estrutura de apoio, conseguida pela determinação de seis ordens histórico-espaciais, já apresentadas, que enquadram diferentes momentos de fazer cidade — Romanização da Beira Interior (100-500), Monarquia Portuguesa (1199-1820), Período Liberal (1820-1933), Ditadura Portuguesa (1933-1974), Democratização de Portugal até à entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1974-1986) e Portugal na União Europeia (1986-2010) — que se manteve a necessidade constante de recorrer a fontes primárias e secundárias de investigação, de modo a que na convergência entre elementos se obtivesse uma interpretação ampla e inseparável da problemática em análise. Entre essas fontes está, em primeiro lugar, a cidade em si mesma como objeto e princípio de investigação. De seguida, o conhecimento acerca das fontes secundárias de investigação, dos trabalhos científicos sobre a cidade. Como procurei elucidar na abordagem ao estado da arte sobre a cidade, esta investigação depende desse corpo de conhecimento, perante o qual se procurou preencher lacunas. Na investigação existente sobre a cidade da Guarda, e no que se refere à transformação arquitetónica do espaço urbano, está omissa uma narrativa à interpretação arquitetónica-urbana e à sua interpretação por intermédio da representação em desenho do espaço da cidade. No âmbito das fontes secundárias de investigação existe um diálogo com diferentes domínios científicos. Algo que a escola italiana, em particular, defende como inerente ao conhecimento e prática arquitetónica.¹¹⁸ São leituras tidas como significativas na explicação da arquitetura da cidade, das particularidades dos momentos políticos, sociais, económicos, das tecnologias, discursos e demais ideias inerentes à construção da cidade.

Recorreu-se também à análise estatística e aos seus métodos quantitativos de análise. Da análise de dados resultou um documento auxiliar na interpretação do crescimento demográfico e físico da cidade, desde meados do século XIX até à primeira década do século XXI. Porém, a leitura da variação dos dados estatísticos não é independente do confronto

¹¹⁸Ver: Rossi, *A Arquitetura da Cidade*; Tafuri, 'Introducción: El Proyecto Histórico'; Vittorio Gregotti, *Território da Arquitetura*, 2ª edição (São Paulo: Perspectiva, 2004).

com factos e conjunturas globais e específicas, indicadores de alterações nos modos de vida da população e da forma urbana. Este documento permitiu tirar algumas conclusões sobre a densidade de ocupação do concelho e da cidade da Guarda por unidade estatística, as alterações nas atividades económicas e, de forma mais ampla, compreender o crescimento e caracterização do edificado. Este trabalho apresenta-se como auxiliar na compreensão dos diversos momentos de crescimento da cidade, sendo apresentado no *Anexo I – Evolução Demográfica do Concelho e Cidade da Guarda (1864-2011)*.¹¹⁹

Complementarmente a estas leituras, foi realizado trabalho de investigação em arquivo. Este exercício foi conduzido a partir dos documentos disponíveis essencialmente da I República em diante. Consultaram-se atas de instituições públicas, projetos de arquitetura, planos de ordenamento espacial, jornais, programas de televisão e outros documentos que elucidam acerca dos processos e da agência de políticos, médicos, técnicos da construção do espaço (engenheiros, arquitetos, etc.). Houve alguns constrangimentos no âmbito da pesquisa no arquivo da Câmara Municipal, nomeadamente no que se refere às obras públicas por falta de sistematização na sua organização. Deste processo dimanaram as mais diversas representações da cidade e suas arquiteturas, em diversos momentos da sua história, desde o século XVII até ao ano de 2010. Alguns destes documentos são inéditos para o conhecimento científico sobre a cidade, como é o caso da representação desenhada da cidade no século XVII, e a representação em planta feita pelas tropas inglesas em 1810.¹²⁰ Recorri ainda a leituras representacionais do espaço, como foi o caso da obra literária de Vergílio Ferreira, especificamente «*Estrela Polar*», que reflete a cidade existente durante a ditadura.¹²¹ Não se podem esquecer aqui as crónicas de opinião, publicadas no Jornal *Terras da Beira*, da Arquiteta Maria José Abrunhosa.

Foram realizadas entrevistas abertas com políticos, técnicos de planeamento urbano e arquitetos, enquanto responsáveis pelas transformações da cidade e pela produção de documentos e técnicas de organização do espaço, no sentido de aferir a sua visão e discursos sobre a construção da cidade, ideias adotadas e o seu papel nesse processo. Entre os entrevistados estão Abílio Curto e Maria do Carmo Borges, ex-presidentes da Câmara Municipal da Guarda, o primeiro entre 1976-1993 e a segunda entre 1995-2005. Ambas as entrevistas foram importantes para perceber a atuação municipal na oferta e mitigação do problema habitacional no início da democracia, face aos problemas habitacionais agravados pela descolonização, as decisões e estratégias de planeamento urbano encetadas e as intervenções urbanas realizadas. Encontram-se aqui também os planeadores Eric Chetwind e Avrom Bendavid-Val, o engenheiro João Rebelo, e os arquitetos Camilo Cortesão, João Mendes Ribeiro, Manuel Fernandes de Sá, Sérgio Gamelas e António Saraiva. Os primeiros como intervenientes no projeto MERECS – *Managing Energy and Efficient Cities*, um projeto

¹¹⁹Agradeço aqui, em particular, o auxílio e as contribuições na construção deste documento do Geógrafo e Professor Rui Jacinto e do Arquiteto Carlos Jorge Barata.

¹²⁰Nuno Gonçalves, ed., '[ALBUM de Desenhos] TYPVS Provinciae [...]. s. XVII', em Catálogo de Leilão Biblioteca Particular, vol. II (Lisboa, 2013), 2-3; *Rough outline of the City of Guarda*, 28 de julho de 1810, Esboço, 1 inch to 100 yards, Portugal: Guarda. Plan of the city showing buildings, walls and roads. MPI 1/223/2-4, The National Archives.

¹²¹Vergílio Ferreira, *Estrela Polar*, 5ª edição (Lisboa, 2011).

de assistência técnica e financeiro desenvolvido pela USAID nos anos 80, resultado dos acordos internacionais encetados por Portugal com os EUA no Pós-25 de Abril. O último enquanto diretor do Gabinete de Coordenação do programa POLIS na cidade.

Foi do conjunto de fontes consultadas e demais métodos adotados que se tornou possível a interpretação e conhecimento acerca da evolução da cidade, num trabalho crítico, de confronto permanente entre: a cidade entendida como fonte primária, a bibliografia disponível sobre a cidade e as representações desenhadas da cidade. Porque, considerar a cidade enquanto projeto e agir na sua compreensão, através da história como instrumento, não isenta a investigação de um balanço necessário entre interpretação e representação. Reside no conhecimento de uma realidade urbana um rigor no exercício da representação do espaço, ampliando-se com isso a sua compreensão formal, confirmando hipóteses de investigação, em momentos em que os factos por si só não são satisfatórios. Essa compreensão pelo exercício da representação é uma forma de conhecimento que faz parte do exercício projetual em arquitetura e também da sua história. As explicações sobre evidências materiais habitam a forma arquitetónica, dependem do confronto com o seu contexto, são meios auxiliares na construção de uma narrativa sobre o espaço. Quando o historiador Spiro Kostof argumenta que os edifícios, digo aqui a cidade, "*born on images and live on images*", ele refere-se à importância da documentação desenhada, da imagem como conhecimento e como matéria de aquisição de conhecimento, onde aparece o desenho como método de investigação.¹²² A robustez de uma narrativa depende da capacidade de transmitir representações precisas da forma urbana, algo que AlSayyad designa por política de representação.¹²³ Assim, ao rigor da escrita uniu-se o rigor da representação. Fundamentos quando o objetivo de investigação é o da interpretação da cidade com a finalidade de agir sobre a sua própria contingência. Aguarelas, plantas, fotos, ortofotos, representações desenhadas construídas pela História, pela Arqueologia, e representações literárias do espaço da cidade, fizeram parte de um processo *quási* arqueológico, cujo objetivo foi o de tornar tangível a construção da cidade ao longo dos seus 1900 anos.

Este exercício de representação interpretativa do passado irreversível da cidade exigiu um trabalho crítico e permanente entre a realidade construída e as fontes documentais, o qual designei por *Laboratório de Representação*. Ele permitiu sedimentar análises desenhadas sobre a forma da cidade em diversos momentos da sua história e constituiu-se como essencial neste estudo, dada a sua índole arquitetónica. Como referi anteriormente, o seu objetivo é o de fornecer, por intermédio do desenho, um conhecimento interpretativo e representativo sobre a forma da cidade no tempo. Esse conhecimento é fundamental para, complementarmente com a escrita, alcançar a inteligibilidade das transformações da forma urbana da Guarda. Tornando-se importante para a definição do seu projeto futuro, enquanto matéria pedagógica para cidadãos e políticos, e matéria auxiliar ao exercício arquitetónico na cidade.

¹²²Spiro Kostof, *A History of Architecture: Settings and Rituals*, 2.^a edição (New York: Oxford University Press, 1995), 3.

¹²³Alsayyad, *Cairo: Histories of a City*, xvi.

O laboratório traduziu-se numa ferramenta base que me permitiu decifrar a forma dos múltiplos tempos da cidade, o seu palimpsesto. Ele é resultado e complemento indissociável da investigação. Nele, o desenho e a modelação bi e tridimensionais são coadjuvantes na construção de uma visualização sob a coordenada temporal do crescimento da cidade. Num artigo previamente publicado, já havia abordado as potencialidades das análises desenvolvidas ao ultrapassar dos domínios académicos, abrindo o conhecimento sobre a forma da cidade pelo meio da representação.¹²⁴ Deter-me-ei em seguida sobre alguns aspetos metodológicos processuais inerentes ao trabalho desenvolvido com este laboratório, naquilo que especificamente concerne a esta dissertação.

No trabalho interpretativo sobre o passado da forma da Guarda, encontra-se o trabalho da historiadora medieval Rita Gomes, cujas representações sobre a forma da cidade nos séculos XII e XVI foram amplamente reproduzidas por outros autores.¹²⁵ Também na investigação do arqueólogo Vítor Pereira encontram-se representações bi e tridimensionais, indispensáveis ao seu estudo porque tornam perceptível o território administrativo da *civitas* romana, as estradas e as termas romanas.¹²⁶ Estas representações, desenvolvidas a partir do escopo disciplinar dos autores, embora auxiliares na compreensão das transformações físicas dentro do enquadramento temporal destes estudos, não desobrigam a investigação dos métodos de representação arquitetónica, como plantas e desenhos tridimensionais sobre o crescimento da cidade. Neste processo, como expliquei, foi necessário um confronto com os processos sociais, políticos e económicos responsáveis pela construção da cidade em determinados momentos, e que marcaram indelevelmente a sua forma. Para atingir leituras precisas sobre a forma da cidade, foram analisadas e estudadas fontes de investigação, em especial toda a cartografia histórica disponível. Incluem-se nestas análises a cartografia e representações existentes, os trabalhos de investigação histórica, atas municipais, mapas, fotografias aéreas, ortofotomapas da cidade de diferentes cronologias. A tarefa implicou a compreensão das fontes e demais materiais, confrontando e avaliando o seu valor na relação com eventos sociopolíticos, com a forma urbana existente, e a cartografia contemporânea da cidade. Este trabalho de organização de um elevado número de fontes, permitiu, por um lado, construir uma cartografia bidimensional e, por outro, tomar consciência de lacunas relativamente a determinados períodos históricos, procurando ultrapassá-las. Por exemplo, a interpretação desenhada da Guarda entre o século XV e XVII (figura 3.10.) foi conseguida a partir de investigações sobre os modos de fazer a cidade portuguesa a partir do século XV-XVI. Neste momento da história, as preocupações sobre a estética da cidade, salubridade e segurança foram reguladas pelo rei D. Manuel I (1469-1521) nas Ordenações Manuelinas. Essas preocupações coincidiram com a modernização e concentração do poder local, fruto de uma conjuntura económica próspera no auge da expansão ultramarina. Os novos rossios, terreiros e praças do mercado transformaram as cidades, na sua maioria fora de muralhas.

¹²⁴Em seguida exponho a metodologia de trabalho inerente à construção deste laboratório, também já explorada neste artigo. Cátia Ramos, 'Guarda's Representation Laboratory (100-2010): Researching, Interpreting, Modelling And Visualising A City's Growth'. *Aproged Bulletin*, 34 (dezembro de 2018).

¹²⁵Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)'.

¹²⁶Vítor Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano'.

Mas tal realidade não foi unânime em todo o país. Para cidades como a Guarda, Setúbal ou Nisa, essa transformação da praça da cidade aconteceu intramuralhas. Na ausência de evidências documentais, à parte dos estudos arqueológicos, a compreensão da mudança da cidade no século XVI resultou de uma comparação interpretativa entre evidências físicas e as transformações urbanas de outras cidades portuguesas.

Da análise das diferentes fontes foi possível chegar a 16 plantas sobre diversos estágios de desenvolvimento da cidade. Quatro dessas plantas anteriores ao século XX, e 12 plantas até ao século XXI, uma por década de 1900 ao ano de 2010.¹²⁷ As cinco primeiras plantas explicam as mudanças da cidade e a sua organização, desde a antiguidade até ao século XVIII, e entre o final do século XIX - início do século XX, quando as muralhas da cidade começaram a ser demolidas. No que se refere ao século XX, foi possível realizar uma refinada interpretação das mudanças da cidade, uma vez que existe uma maior disponibilidade de dados cartográficos. Ao longo deste processo foi possível ainda desenvolver esforços na construção de 16 modelos tridimensionais georreferenciados, que permitem uma interpretação dos padrões de desenvolvimento urbano em relação com a especificidade orográfica da cidade e observar a relação entre edifícios e a sua envolvente.¹²⁸ Como resultado do trabalho desenvolvido neste laboratório, tornou exequível a inclusão ao longo da escrita plantas e representações da cidade, em diversos estágios de crescimento. Através delas é possível compreender a formação dos arruamentos, quarteirões urbanos e assinalar diversas tipologias arquitetónicas.

Não obstante, a partir desta tarefa e dos 16 modelos tridimensionais, ainda foi concebido um vídeo digital.¹²⁹ A interpretação fornecida é um contributo adicional para a compreensão histórica sobre a construção física da cidade. Permitiu-se com ele simular o crescimento do ambiente construído ao longo do tempo. A edição do vídeo foi realizada pelo estabelecimento de uma dinâmica temporal em movimento. Isto é, ao longo de uma coordenada temporal.¹³⁰ Do processo de montagem e edição, foi feita uma seleção e coordenação dos modelos/momentos de crescimento estudados, numa síntese de imagens "renderizadas" digitalmente. Em cada período temporal foi dado destaque aos factos urbanos da cidade mais significativos, entendidos, como na lógica russiana, como elementos polarizadores e estruturantes da cidade. Deste modo, a realização do vídeo resultou de dois momentos constitutivos. O primeiro explora a tridimensionalmente da evolução da cidade período a período, dirigindo-se à sua especificidade orográfica e na relação que estabelece com os factos urbanos. O segundo momento compreende uma visualização de conjunto, recorrendo a uma técnica de edição de montagem designada de *stopmotion*, na qual através

¹²⁷Agradeço aqui, em particular, as orientações e contributos da Professora Doutora Luísa Trindade na construção das hipóteses apresentadas relativas à forma da cidade no século XII (figura 3.1.), entre o século XIII-XIV (figura 3.3.), e entre o século XV-XVIII (figura 3.5.).

¹²⁸Não posso deixar de agradecer aos alunos de Expressão Plástica e Multimédia FCTUC-DARQ-DEI 2013/2014, pelos ensaios de modelação realizados, que me permitiram desenvolver todo o trabalho de modelação tridimensional posteriormente desenvolvido e do qual resultaram estes 16 modelos.

¹²⁹Agradeço à Arquiteta e Designer de Comunicação Julia Utime pelo seu trabalho na edição deste vídeo.

¹³⁰Consultar Anexo I – Vídeo Guarda 100-2010: Cidade, Arquitectura, Projecto.

da visualização em planta, se observa de forma diacrónica e contínua o processo de construção da cidade.¹³¹

Esta simulação virtual do crescimento da cidade reitera os mais fracos e dinâmicos momentos do desenvolvimento da cidade. A aproximação à orografia da cidade permite compreender as condições que fazem com que a Guarda partilhe dos factos que caracterizam a *civitas* do século I, no que nos é dado a conhecer pela História e Arqueologia, na manutenção dos sentidos da viação romana. A excentricidade da localização da *civitas* romana face à *civitas* medieval, em razões de defesa e de ordem topográfica, que permitiram a situação de permanência e crescimento da cidade, alimentada pela posição de equilíbrio entre os seus diversos poderes: militar, religioso e económico. Poderes evidentes nos espaços de conformam a cidade, as muralhas e os espaços internos, as praças, os mosteiros e conventos, enquanto elementos primários de génese. Posteriormente, na Idade Moderna é possível assimilar a introdução de novos programas. Ao se atingir o século XX, o vídeo retrata o rápido crescimento da cidade, marcado por mudanças profundas nas infraestruturas, formas e padrões do edificado.

1.5. Guarda 100-2010: Estrutura.

Recapitulando, os objetivos e a metodologia distinguem-se em três posições que, hierarquizadas e cruzadas entre si, conferem o corpo e a estrutura expositiva deste trabalho.

Primeiro, a compreensão ontológica da cidade da Guarda, da sua realidade urbana como resultante histórica. Assimilação que se fundamenta na cidade entendida enquanto projeto em arquitetura. E, cuja operacionalização metodológica, se consubstancia num estudo genealógico sobre a construção da cidade, que depende da instrumentalidade da história e de um enquadramento temporal amplo e linear, de carácter descritivo e analítico. Opção da qual advém a necessidade de enquadrar historicamente as ações, as ideias, os sujeitos, as práticas e as formas de construir a cidade da Guarda.

Segundo, e porque indissociável do primeiro, o uso de um *Laboratório de Representação* como processo de uma investigação em projeto e de obtenção de inteligibilidade acerca da evolução da forma urbana da Guarda. Ele cumpre-se no exercício do desenho, e no conjunto de representações que acompanham a dissertação e no vídeo sobre o crescimento da cidade.

Terceiro, os propósitos que dizem respeito à reflexão crítica sobre o projeto *Cidade da Guarda*. São as ponderações sobre as condições e resultados dos diferentes momentos de crescimento da cidade, na sua relação com o contexto alargado, regional, nacional, europeu e global, com a situação do exercício da arquitetura, políticas, normativas e demais discursos a

¹³¹ *Stopmotion* é uma técnica de animação que parte de fotografias do real (aqui são modelos virtuais observados em planta) e que permite criar fotografia a fotografia (modelo a modelo) a impressão de movimento (a construção da cidade ao longo do tempo).

ele associados, e ainda pensamentos sobre o significado de determinados projetos, obras e mudanças sociais que os mesmos induziram. Os fins e métodos adotados atravessam e encontram-se verticalmente presentes ao longo do trabalho. Serão alvo de um exame final no epílogo (capítulo 8).

Decorrentes destas três posições, como antes referido, foram definidas seis ordens histórico-espaciais duradouras, consequentes da organização sociopolítica subjacente a diferentes formas de fazer cidade. Elas determinaram a organização da dissertação em seis capítulos. Junta-se, além dos anexos já referidos, uma cronologia. A cronologia apresenta-se como suporte de leitura da dissertação. Nela, e por capítulos, é apresentado o quadro temporal de análise a que cada um respeita. Este mapa temporal é seguido de um suporte cronológico linear que reporta os eventos históricos políticos e sociais do país e da cidade, as ações e estruturas de poder e ainda as fontes utilizadas. Aqui incluem-se processos históricos, o surgimento de instituições, as transformações políticas, programas e normativas dirigidos à cidade. De forma coeva, apresentam-se os agentes e discursos que tiveram um papel determinante na mudança da cidade. São reis, bispos, entidades de vária índole, políticos, médicos, engenheiros e arquitetos, cuja agência foi decisiva na construção da cidade. Sempre que possível são acompanhados das suas realizações, isto é, dos projetos, das arquiteturas e obras mais significativas. Esta cronologia aparece sob a forma de um quadro síntese, enquanto guia para a leitura do corpo central desta dissertação.

Concluída esta recapitulação, passo a expor a organização vertical por capítulos:

O capítulo 2. *Da civitas romana ao fim do império (100-500)*" analisa as origens romanas da cidade da Guarda. Debruça-se sobre um território de fronteiras geográficas naturais bem definidas. O seu centro urbano, organizado sobre a ordem romana, é hoje o lugar de Mileu. A este lugar, em resultado das evidências arqueológicas encontradas, corresponde a cidade, espaço central da *civitas*, espaço de poder e de gestão dos bens e interesses comuns do seu *populus* (povo), os *Lancienses Transcudani*. O propósito é o de atestar a importância das termas romanas e a confluência e sedimentação da viação romana enquanto dispositivos arquitectónicos determinantes na formação da *civitas* Mileu, os quais hoje se encontram latentes sobre a cidade da Guarda e o Planalto Beirão.

No terceiro capítulo, *A consubstanciação da cidade da Guarda (1199-1820)*, questiona-se, como o próprio título indica, as condições e demais razões que fizeram da Guarda cidade de fronteira. Estende-se sobre um período de quase oito séculos, desde a fundação da cidade até ao final da monarquia. Procura-se o entendimento sobre o crescimento da cidade, em especial através das principais representações privilegiadas do espaço — muralha, Sé, mosteiros, igrejas, praças — e da sua evolução ao longo dos séculos. Não obstante, e apesar do conhecimento científico sobre a Guarda medieval, do qual este capítulo depende, bem como das demais referências sobre a cidade medieval portuguesa, foi possível adquirir um conjunto de dados sobre a ocupação habitacional e sobre a vida urbana da cidade. Foi esse corpo de literatura que tornou possível avançar com três hipóteses de reconstituição em momentos específicos da conformação da cidade, nomeadamente: a Guarda no século XII e o seu castelo românico; o castelo gótico da cidade entre o século XIII e

século XV; e o desenvolvimento da cidade sobre a influência do reinado de D. Manuel I, entre o século XV e XVIII. Este capítulo tem como objetivo analisar o modo como a sociedade, os poderes e demais atividades, nas suas relações mútuas, foram decisivos para a configuração material, política e económica da cidade.

O capítulo 4. *A cidade da saúde (1820-1933)* incide sobre um período de 13 anos, situado entre a monarquia constitucional até ao fim da ditadura militar portuguesa, com a instauração da Constituição Portuguesa de 1933. A sequência expositiva aborda na cidade a dialéctica sócio-espacial nascida da política fontista, cuja política de fomento industrial é acompanhada pela reforma administrativa do território e pelo desenvolvimento de obras públicas. O subtítulo deste capítulo, *Higienização e Saúde pública na transformação da cidade*, engloba o discurso sobre polícia e regulamentação sanitária, resultado da emergência da cidade industrial, ao qual é inerente a noção de higiene pública, o planeamento, as reformas urbanas e os novos quadros normativos. Este capítulo tem como finalidade depreender as consequências da nova política liberal na Guarda, pela atuação do recém criado poder municipal, no domínio viário e na criação de novos programas arquitectónicos. E, por outro lado, ainda neste contexto, escrutinar a diligência da classe médica, que assume papel ativo nos assuntos urbanos, exercendo a sua influência nos espaços governativos e de opinião pública da cidade, devido à notoriedade que a mesma aquire no tratamento da tuberculose. Aqui as arquiteturas da saúde contraem centralidade.

Incidindo sobre o modo como a política ideológica, económica, infraestrutural e social da ditadura atingiu a Guarda, o Capítulo 5. *Dois antepanos: a mesma cidade (1933-1974)*, *Engenharia social na forma urbana da Guarda* tem como finalidade explorar as consequências materiais resultantes da heterogeneidade de propostas no âmbito da arquitetura e planeamento. Essa exploração é constituída por cinco partes. Primeiro, a partir do espaço representacional da cidade, isto é, do modo como os símbolos e imagens, situados fora do espaço físico, contribuem para uma comunicação afetiva do espaço. Esta leitura constrói-se pelo esboço de um retrato socioespacial da cidade, na abordagem à obra do escritor Vergílio Ferreira, «Estrela Polar», complementada pelas imagens e narração do programa televisivo da RTP, *Viagens na nossa terra*.¹³² Segundo, pelo projeto de desenho urbano do Estado Novo para a Praça Velha (atualmente designada de Praça Luís de Camões). Um projeto destinado à harmonização social, edificado sobre uma suposta legitimidade histórica do Estado Novo, que procurou incutir comportamentos, valores morais, políticos e ideológicos. Em terceiro e quarto lugar, pelas mudanças nas estruturas político-económicas da Ditadura, antes e após II Guerra Mundial, e os investimentos públicos e privados realizados na cidade no âmbito dos equipamentos públicos e habitação. E, por fim, na instituição do planeamento urbano na cidade. Compreendendo o impacto que os Antepanos de Urbanização, o da cidade da Guarda e o de São Miguel, tiveram na gestão do crescimento da cidade, mesmo após o fim da Ditadura.

No capítulo 6. *Crescimento e Urbanidade (1974-1986)*, *A ambivalente gestão urbana e a experiência MEREC*, em pouco mais de uma década, reflete-se sobre as consequências do

¹³² Ferreira, *Estrela Polar; Viagens na Nossa Terra*, Mpeg (Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963).

período político, social e económico entre a democratização de Portugal, a 25 de abril de 1974 e a entrada do país na Comunidade Económica Europeia. Argumenta-se sobre a ambivalência da gestão urbana municipal, no âmbito do desenvolvimento paulatino das suas capacidades técnicas e económicas, e face às dificuldades da conjuntura nacional, com as sucessivas crises económicas e políticas, pela procura de uma solução para o problema habitacional, agravado pelas vagas migratórias e com o regresso de ex-combatentes e ex-repatriados, dando início ao célere desenvolvimento suburbano da cidade. E ainda, pelo seu papel no desenvolvimento do planeamento municipal. Incorre-se na análise à posição da Câmara Municipal e aos discursos técnicos preconizados quando a cidade se torna recipiente do projeto internacional, de vocação desenvolvimentista *Managing Energy and Resource Efficient Cities* (MEREC). Este projeto-piloto, de assistência técnica e financeira, é entendido dentro da conjuntura portuguesa saída da revolução e em resultado da influência técnico-política dos EUA em plena Guerra-Fria. Avaliam-se aqui os processos de trabalho que foram instituídos e o seu significado no domínio da arquitetura, do planeamento e do crescimento da Guarda.

Por fim, e antes do epílogo, o capítulo 7. *Efeitos da integração europeia na Guarda (1986-2010), Discursos, Agentes e Modernidade* incide sobre 24 anos de transformação urbana da cidade, face à integração de Portugal na Comunidade Europeia até 2010. Contextualizando e compreendendo os efeitos económicos, políticos e geográficos dessa integração global, este capítulo tem como objetivo compreender a cidade no sistema urbano nacional e internacional, as suas formas de crescimento, face aos aparatos da globalização económica. O subtítulo procura clarificar o caminho adotado para apreender este momento. Analisa-se o discurso da Arquitecta Maria José Abrunhosa, a partir das suas reflexões sobre a cidade da Guarda e sobre a sua arquitetura, e sobre as novas experiências de modernidade para as quais o planeamento, as arquiteturas e novos programas da cidade contribuem. A partir dos seus artigos, argumenta-se como ela se qualifica como uma intelectual orgânica na definição gramsciana, no exercício de mediação entre o tecido social e a cultura institucional existente. E, em relação a esta última, identifica-se uma crítica permanente na defesa da cidade como espaço da democracia, e da sua arquitetura, pela sua materialidade histórica e modos de vida. Em segundo lugar, questionam-se as transformações da cidade a partir de novos processos de planeamento, resultantes da integração nacional com o poder político, administrativo e organizacional da EU. Analisam-se as mutações da cidade sob a influência do Programa PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional), e sob o Programa Polis. Estes programas, além da retórica centrada nos fatores de competitividade endógena das cidades, nem sempre consequentes no âmbito da rede urbana, acarretaram grandes mudanças na cidade Guarda. Nessa transformação, a arquitetura foi decisiva na requalificação de muitos dos seus espaços. Por fim, discute-se o seu papel na requalificação de um desses lugares, a Praça Luís de Camões, designada também de Praça Velha. Procura-se elucidar como a arquitetura reconfigurou esta zona, abrindo-o para a utilização coletiva, reintegrando a estátua de D. Sancho, matéria do aparato de legitimação histórica, construído durante a Ditadura. A discussão e polémica em torno da requalificação deste local expõem as diferenças entre a experiência espacial dos cidadãos e dos especialistas, entre os quais os arquitetos.

Quadro Síntese¹

Capítulo	Quadro Temporal	Evento(s)Ações das Estruturas de Poder	Agentes Discursos	Projetos, Arquiteturas, Obras
2. Da <i>civitates</i> romana ao fim do império	100-1198	Romanização da Beira Interior	Lancienses Transcudani	Termas de Mileu Viação Romana
3. A consubstanciação da cidade da Guarda	1199-1820	Consolidação de Portugal, da Monarquia ao Liberalismo.	D. Sancho I D. Fernando D. Manuel I Bispado	Sé Catedral Praças da Cidade Medieval Programas Funcionais
4. A cidade da saúde	1820-1933	I República Liberalismo	Câmara Municipal Lopo de Carvalho Ladislau Patrício	Transformação do centro histórico Caminho-de-ferro Sanatório Sousa Martins Hospitais e outros equipamentos de saúde
5. Dois antepanos: a mesma cidade	1933-1974	Ditadura	Vergílio Ferreira João António de Aguiar	Praça Luís de Camões (Praça Velha) Arquitetura Institucional Habitação
6. Crescimento e urbanidade	1974-1986	Democracia Fim do Colonialismo	Reabilitação do centro histórico. Crescimento da cidade. Habitação Suburbanização	Plano Geral de Urbanização USAID-MEREC Estudo Universidade de Aachen Câmara Municipal Plano Diretor Municipal
7. Efeitos da integração europeia na Guarda	1986-2010	Democracia Portugal na União Europeia Europeização Neoliberalismo Globalização	Maria Abrunhosa de Castro Câmara Municipal da Guarda Políticas Nacionais e Europeias Plano Estratégico Programa Polis MVCC – Mercês Vieira e Camilo Cortêsão Arquitetos	Praça Luís de Camões (Praça Velha) Parque Urbano do Rio Diz

¹Este quadro é uma síntese da cronologia disponível em anexo (Anexo II), na qual é apresentada em maior detalhe o quadro temporal de análise, seguido de um suporte cronológico linear que reporta os eventos históricos, políticos e sociais do país e da cidade; as ações e estruturas de poder; e ainda as fontes e bibliografia utilizadas. Funciona como um roteiro-guião para a leitura do corpo central da dissertação que se segue.

2. Da *civitas* romana ao fim do império (100-1198)

A latência da *civitas* romana.

O problema das origens históricas da cidade da Guarda.¹

Em 1940, o historiador Carlos Alexandre de Aguiar, em "*O problema das origens históricas da cidade da Guarda*", argumenta acerca da génese da cidade, discutindo sobre as principais teses que, na altura, atribuíam à cidade uma fundação longínqua no tempo, nomeadamente pré-romana, romana e medieval.

Ao discutir sobre a ocupação romana da Guarda e suas proximidades, Aguiar recorre à historiografia do século XVIII, que considera a suposta ocupação romana em torno da cidade. Segundo Aguiar, Frei Agostinho de Santa Maria, no seu Santuário Mariano (1711), seria o primeiro a afirmar que teria existido, próximo da Guarda, uma importante povoação romana junto à capela românica de Póvoa do Mileu.² Contudo, Aguiar refuta esta ideia na falta de evidências materiais que certifiquem este facto, considerando mesmo a existência de um conjunto de referências bibliográficas que identificam a Guarda como a cidade romana *Lancia Oppidana*, sede dos *Lancienses Opidani*. Após a exposição do seu raciocínio, é no corolário medieval que Aguiar recai, desfazendo ecos de períodos anteriores, designadamente pré-romano e romano.

Se em 1940, quando Aguiar escreve a sua tese, a inscrição de uma *urbs* romana nas proximidades da Guarda não era mais do que uma hipótese, em 1951 ela deixou de se subtrair à vista, e o problema da génese da cidade começou a ser solucionado. Nesse ano, durante a construção da Estrada Nacional 16-7, que liga a cidade à estação de caminho-de-ferro (S. Miguel da Guarda), no lugar de Póvoa do Mileu, na área a Sul da capela românica de Mileu, foram descobertos importantes vestígios arqueológicos romanos.³ Estes vestígios eram os argumentos indispensáveis para Aguiar, pois neles moravam "*justificadamente, quais as causas que presidiram à sua urbanização [da*

¹ Título do Exame de Carlos Alexandre de Aguiar, 'O Problema Das Origens Históricas Da Cidade Da Guarda' (Exame de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, C.A. Aguiar, 1940 Publicado, nos anos seguintes, com ligeiras alterações, na revista *Altitude*, boletim mensal da Federação de Municípios da Beira Serra. Carlos Alexandre de Aguiar. 'Problemas de História Local: Origens Históricas da Guarda.' *Altitude*, I, n.º 1 a 4, 6, 10-11 e 12 (1941) e n.º 4 (1942).

² "*nam foy só grande povoação em tempo dos godos; mas já seria grande em tempo dos romanoa*" Frei Agostinho de Santa Maria *apud* Aguiar, «O Problema Das Origens Históricas Da Cidade Da Guarda», 7.

³ Adriano Vasco Rodrigues, 'A Propósito de uma Lápide do Mileu (Guarda)', *Separata de Humanitas*, *Hvmanitas*, 6 e 7 (1958).



2.1. Torso romano couraçado em mármore, século II, período de Trajano, descoberto em 1953. *Fonte:* Adriano Vasco Rodrigues, em 'A Propósito de uma Lápide do Mileu (Guarda)', 1958.

Guarda], [...]."⁴ Desde 1951, interruptamente, têm sido realizadas prospeções e escavações arqueológicas, no sentido de averiguar essas causas.⁵

No curso dos trabalhos empreendidos em Mileu, no ano de 1953, a descoberta de um torso romano couraçado em mármore (século II, período de Trajano) sob o piso da capela românica de Mileu legitima a importância do lugar a par com a identificação das estruturas arquitetónicas a Sul da capela, como parte de um complexo termal.⁶ Nasceram os argumentos para perceber as causas da urbanização da Guarda e a singularidade do lugar de Mileu.⁷ Este capítulo fala da importância tipológica das termas e das vias romanas como dispositivos arquitetónicos determinantes na formação da *civitas* de Mileu, que permanecem latentes sob a cidade e o território do Planalto Beirão.

As termas e as vias, dispositivos físicos na formação da cidade.

Na sua história, a *civitas* romana retém grande ênfase política, pois é resultado da reunião e da confluência de diferentes povos, ausente de pretextos étnicos ou religiosos. A concórdia gerada pela *civitas* romana é produto da lei romana, cujo objetivo é o de promover uma extensão jurídica da *urbs*. Como Arendt defende, a *lex (lei)* romana torna-se num tratado entre diversos *populus*: entre os nativos e os recém-chegados.⁸ Ao gerar este contrato entre diversos habitantes, desenvolve-se a *res publica*, a vida dos assuntos públicos, sob aquilo a que se designa *civitas*. É através da ideia de *res publica* que Roma, a *urbs*, se estende juridicamente.

A extensão da *lex* romana ao território da Península Ibérica, mais precisamente ao território da província Lusitânia, é determinada pelo Imperador Augusto no séc. I a.C.. O seu território era dividido em diversos *conventus iuridici*, e estes, por sua vez, em diversas *civitates*.⁹ A *civitas*, artefacto base na integração de comunidades indígenas politicamente diferenciadas, era constituída sobre um território de fronteiras definidas, no qual existia um centro urbano organizado segundo a ordem romana. A capital da *civitas* era o elemento convergente, o aparelho de domínio e de integração num sistema «globalizado» de cariz civilizacional, cultural, económico e contributivo.¹⁰ A cidade era o espaço urbano central da *civitas*, espaço de poder e de gestão autónoma do território, dos bens e dos interesses comuns ao seu *populus*. A *civitas* está a montante do seu território, e em seu redor gravitavam os aglomerados populacionais secundários e dela subsidiários. É o lugar da *res*

⁴ Carlos Alexandre de Aguiar, 'O Problema Das Origens Históricas Da Cidade Da Guarda' (Exame de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, C.A. Aguiar, 1940), 2.

⁵ cf. Vitor Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena *Civitas* Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano,' (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia) Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, 133.

⁶ Adriano Vasco Rodrigues, *Elementos para o estudo da romanização nos Montes Herminios* (Porto: Edições Marânus, 1962).

⁷ cf. Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena *Civitas* Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.' 133–63. Para a compreensão do processo de investigação científica empreendido desde a descoberta das estruturas arqueológicas de Mileu até ao presente.

⁸ Hannah Arendt, *A Promessa Da Política*. Antropos. Lisboa: Relógio d'Água, 2007, 153. Embora o termo latino designe comumente povo ou, no seu sentido mais amplo, corpo de cidadãos, Arendt argumenta que o termo *populus* inicialmente designava «força das tropas», o que indica que a expansão romana é conseguida através da guerra.

⁹ os *conventus iuridici* eram unidades administrativas de âmbito interprovincial, onde se debatiam e resolviam questões do foro jurídico." (Nota 53). Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena *Civitas* Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.' ,31.

¹⁰ Ibid., 35.

publica, no qual estavam consignadas as práticas jurídicas, políticas, religiosas e económicas e os equipamentos destinados a esse efeito.

A relevância dada à construção termal no tratado *De Architectura* de Vitrúvio, no Livro V (Capítulo X),¹¹ no respeitante à implantação, dimensões, diferentes compartimentos — *caldarium*,¹² *frigidarium*,¹³ *tepidarium*,¹⁴ *hypocaustum*,¹⁵ *palaestra*,¹⁶ — sistemas e materiais de construção, explica-se também na implantação do conjunto termal de Mileu que, não fugindo à proposta vitruviana, não só evidencia a espacialidade, a regularidade e ortogonalidade, mas também as formas abobadadas tipicamente romanas. A expressão monumental das termas de Tito, Diocleciano e Caracala, em Roma, e no território português, as termas Augustanas de Conímbriga, são um dos elementos do programa arquitetónico romano que manifestava as funcionalidades que a *res publica* acarretou.



2.2. Ruínas das Termas da Póvoa do Mileu e Capela Românica de Mileu ao fundo. Outubro 2015.

¹¹Vitrúvio, *Tratado de arquitetura*, trad. Manuel Justino P. Maciel, 3ª ed (Lisboa: IST Press, 2009), 196 – 197.

¹²*Caldarium* "...Zona de água quente das termas. Banhos quentes. Estufas. Caldeiras. Banheiras de água quente." Ibid., 196.

¹³*Frigidarium* "zona, compartimento de água fria." Ibid., 196.

¹⁴*Tepidarium* "...zona, compartimento ou banheira de água tépida nas termas." Ibid., 196.

¹⁵*Hypocaustum* "...fornalha de aquecimento das zonas quentes das termas." Ibid., 196.

¹⁶*Palaestra*: "significando à partida o exercício da luta, é dentro do contexto das termas o lugar onde se praticava a luta ou outros jogos atléticos." Ibid., 198.



2.3. Mapa da Cidade da Guarda (2010) com marcação dos locais arqueológicos de Mileu e Castelos Velhos; Estruturas Arqueológicas de Mileu, e Reconstituição do Complexo Termal. As duas imagens superiores são reproduzidas com permissão do autor, Professor Doutor Vítor Pereira.

Apontado como sede da *civitas* dos *Lancienses Transcudani*,¹⁷ o lugar de Mileu inclui-se no processo de domínio e aculturação romano, resultado do cruzamento de vias de comunicação hierarquizadas num ponto de cota intermédia (890 m), em proximidade com o Rio Diz, junto a terrenos de vocação agrícola. Porém, no que concerne à constituição, expressão e difusão do seu ideário formal, e representação simbólica e material, assume contornos distintos. A implantação da sede da *civitas* afasta-se do modelo clássico de cidade romana e das orientações vitruvianas, através das quais o agrimensor divide a cidade segundo uma grelha retangular, apoiada na orientação dada pelo *cardo* e *decumanus*, criando a *centuriatio* romana. E, sobre esta última, na implantação dos edifícios públicos, como o fórum, templo e basílica, aos quais se juntavam as termas e outros, como o teatro, o anfiteatro e o circo. Mileu deixa dúvidas quanto à adoção do modelo clássico de cidade romana definido pela agrimensura, podendo não corresponder a uma cidade *ex nihilo*.¹⁸ A representação do poder imperial estaria patente numa área pública, num centro cívico dotado de monumentalidade relativa, no qual o poder religioso, político-administrativo teria assento, sem que para isso tenham sido implantadas todas as tipologias da cidade romana. Estas distinções formais têm como base a forte presença de um fundo indígena que influenciou a estruturação e gestão do território e a transformação do modelo clássico de cidade capital da *civitas*.¹⁹ Pode ter havido uma adaptação aos meios de administração autóctone pré-existente, não só no território da *civitas*, como na própria capital *civitas*.²⁰ São conhecidos casos em que a organização político-administrativa romana resultava da adaptação deste modelo de sistema urbano a povoados pré-existentes, ou em espaços já ocupados, sendo exemplo *Tongobriga*, Aldeia de Freixo, Marco de Canavezes.²¹ A tal hipótese não é alheia ao próprio lugar de Mileu, uma vez que se atribui ao lugar de Castelo Velhos, na proximidade de Mileu, uma ocupação pré-histórica, embora não confirmada.²²

No território do Planalto da Guarda-Sabugal, a *civitas* dos *Lancienses Transcudani*, foi plenamente integrada nos modos de vida romanos em meados do século I d.C..²³ Mas mais

¹⁷ Ibid., 51,59 – 61. Ver também nota 3.

¹⁸ A inserção das ruínas das termas romanas na área urbana da cidade da Guarda impossibilita a averiguação da existência de outras tipologias.

¹⁹ Pedro Carvalho. *Cova Da Beira: Ocupação e Exploração do Território na Época Romana: Um Território Rural No Interior Norte Da Lusitania*. (Orig. Tese de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 2006) Conimbriga 4. Fundão : Coimbra: Câmara Municipal ; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, 334 – 335.

²⁰ "O facto de os agrimensores não terem procedido nestas *cititates peregrinae*, aquando da marcação do perímetro dos seus *territoria*, a uma delimitação interna de lotes de terra (*divisio*), conferia a estas paisagens um aspecto particular, mais condizente com o substrato indígena que as ocupava. Esta intervenção menos incisiva terá permitido mesmo a conservação de muitos dos traços característicos (incluindo de um eventual parcelário) que as configuraria no período anterior.", Ibid., 97.

²¹ Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.' 37.

²² Marcos Osório, 'Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)', *Praça Velha - Revista Cultural*, Maio de 2004, 5-17.; Carvalho. *Cova Da Beira: Ocupação e Exploração do Território na Época Romana: Um Território Rural No Interior Norte Da Lusitania*, 347.

²³ Ver: Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.'; Pedro Carvalho. *Cova Da Beira: Ocupação e Exploração do Território na Época Romana*.; Guerra, Amílcar, e Thomas G. Schattner. 'El Foro y El Templo de Lancia Oppidana: Nueva Interpretación de Centum Celas (Belmonte)'. em *Ciudad y Foro En Lusitania Romana = Cidade e Foro Na Lusitania Romana*, Badajoz: [s.n.], D.L., 2010, 333–42. Os *Lancienses Transcudani* e os *Lancienses Oppidani* eram ambos povos cujas comunidades estariam inseridas no atual território da Beira Interior, província romana da Lusitânia, inserida na Hispânia (Península Ibérica), constituída em 27 a.C pelo Imperador Augusto. A sua capital era *Emerita Augusta* (Mérida). A inscrição da ponte romana de Alcântara menciona as onze comunidades, *civitates*, que financiaram a

tardamente do que na região da Idanha-a-Velha e em outras áreas da Península Ibérica. Como argumenta o arqueólogo Vítor Pereira:

*"Não pretendemos com isto afirmar que antes da sua Romanização o território não sofresse influências de outras culturas, nomeadamente da romana, certamente resultantes de contactos esporádicos, quer com elementos das legiões, quer sobretudo com comerciantes. Todavia, parece-nos que até meados do século I d.C. nesta região as comunidades locais permaneciam fiéis aos modos de vida tradicionais, continuando refugiadas em povoados fortificados de altura, no quadro de padrões económicos ancestrais. De facto, numa primeira fase de romanização da Lusitânia a intervenção das autoridades imperiais incidiu sobretudo nas cidades do Vale do Tejo, tendo a organização e a integração das cidades do interior ocorrido ao longo do século I d.C."*²⁴

Inserida na província da Lusitânia, dentro do *conventus iuridici* de *Emerita Augusta* (Mérida), a *civitas* de Mileu teria as suas fronteiras definidas pelas estruturas naturais e pelo confronto com os territórios de *populus* circundantes. O limite Norte passaria pela zona de Argomil-Pinhel, e a Este pela cumeada da Serra da Gata, já a Sul era marcado pelas bacias hidrográficas do Côa e do Zêzere, e a Poente pela cumeada da Serra da Estrela.²⁵ O seu território era constituído por um povoamento diferenciado entre aglomerados urbanos (capital de *civitas*, *castella*,²⁶ *vici*) e rurais (*villae*, quintas, casais), e por uma população que se dedica sobretudo à agropecuária e à exploração de recursos naturais, designadamente os metalíferos.

A reconstrução do traçado viário que percorria o território da *civitas* dos *Lancienses Transcudani* é determinante na compreensão do posicionamento da capital da *civitas*, enquanto espaço urbano vencido pelo cruzamento de vias. Distinguem-se três tipos de vias: as principais, vias de ligação entre *civitas*, nas quais se incluem as vias imperiais; as vias secundárias, de âmbito mais regional, fazendo a ligação de povoados cuja importância era mais circunstanciada a um território específico; e as vias vicinais.²⁷ No território de Mileu identificam-se os dois primeiros tipos, em traçados conjecturais. Pelo território da *civitas* dos *Lancienses Transcudani* passava a Via Imperial

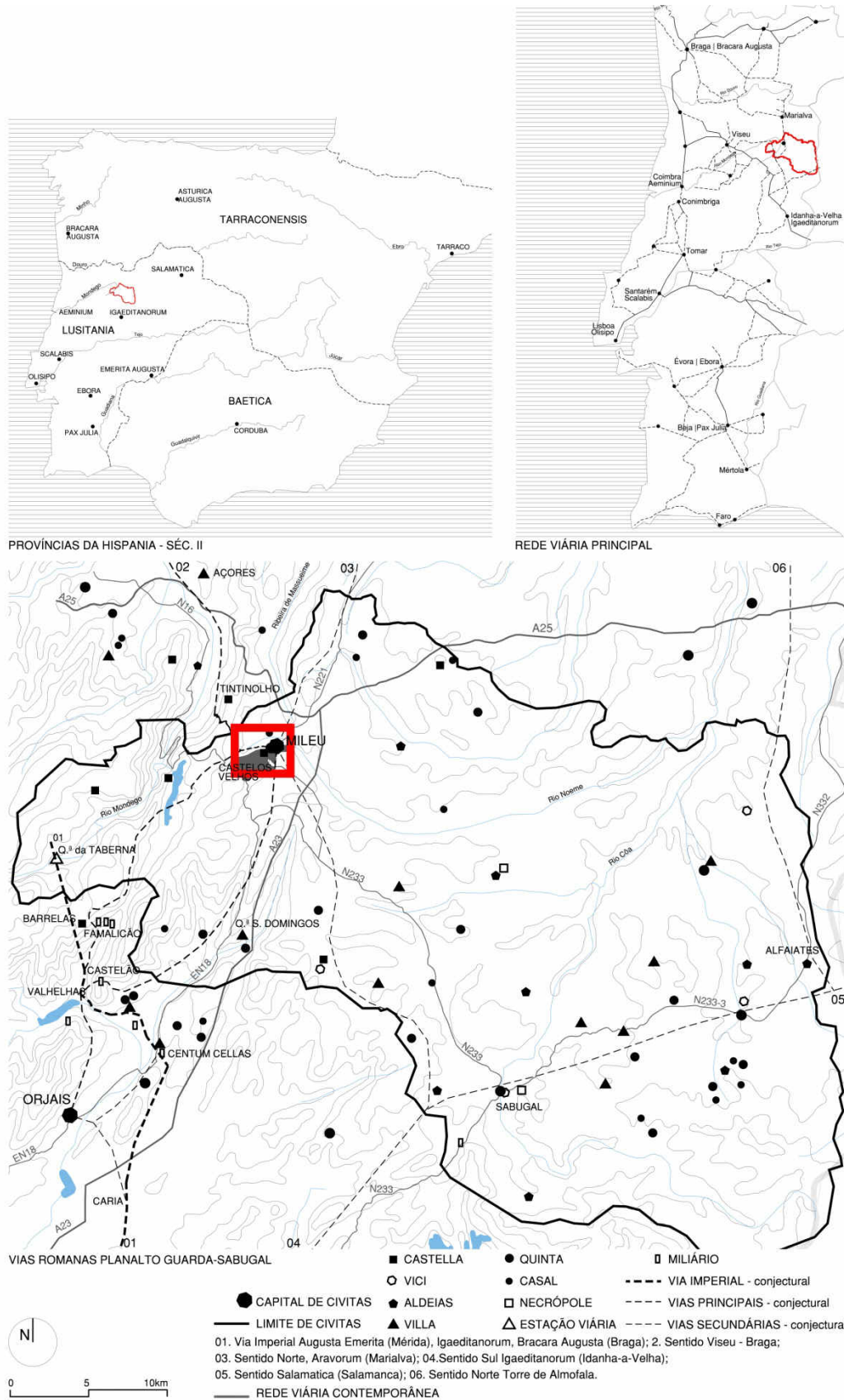
construção da ponte sobre o Tejo. De entre as *civitates* mencionadas na inscrição da ponte de Alcântara e, no território da atual Beira Interior, estão identificadas a *civitas Igaeditanorum*, dos *Igaeditani*, Idanha-a-Velha; a *civitas* dos *Colbeci*, em Torre de Almofala; e a *civitas* dos *Araui*, em Marialva. É no contributo da investigação arqueológica contemporânea que se identificam como prováveis a *civitas* dos *Oscelences Lancienses*, no lugar de Orjais, segundo Pedro Carvalho, a *civitas Lanciia Oppidana*, no lugar de Centum Cellas, segundo Amílcar Guerra e Thomas Schattner, e a já referida *civitas* dos *Lancienses Transcudani* no lugar de Mileu, segundo Vítor Pereira.

²⁴Vítor Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.', 92–93.

²⁵A norte pela Zona de Argomil-Pinhel corresponderia o limite de três povos, *Lancienses Transcudani*, *Araui* (Marialva) e *Colbeci* (Torre de Almofala); a este pelo prolongamento da Serra da Gata, situar-se-á a fronteira com o território da *civitas* dos *Mirobrigenses* (ou *Urinenses*) e a Sul pelas bacias hidrográficas do Côa e Zêzere a fronteira com os *Lancienses Oppidani* e os *Oscelences Lancienses*. Ibid., 51–54.

²⁶Reflectem a aculturação e contínua readaptação de antigos povoados e estruturas ao modo de vida romano.

²⁷Vítor Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.', 424–25.



2.4. Mapa das Províncias da Hispânia séc. II, Mapa da Rede Viária Principal e, Mapa das Vias Romanas Planalto Guarda-Sabugal vs. Rede Viária Contemporânea. Mapa das Províncias da Hispânia séc. II e Mapa da Rede Viária Principal, construído a partir de Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*. História Mundi 33. Lisboa: Editorial Verbo, 1973; e, Mapa das Vias Romanas Planalto Guarda-Sabugal vs. Rede Viária Contemporânea, construído a partir de mapas disponíveis em Vítor Pereira, *O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Cuietas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano. Vol.2.* (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia), Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

Augusta Emerita (Mérida) - Bracara Augusta (Braga). Impõem-se algumas dificuldades com o seu traçado, porque, após o atravessamento do Tejo pela ponte de Alcântara e pela *civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha)*, a dificuldade encontra-se em explicar como seria feito o atravessamento da Serra da Estrela a partir do lugar de Barreiras (lugar de confluência de marcos miliários). Poderia de Barreiras dirigir-se à Quinta da Taberna, sendo este percurso usado de forma estival (apenas algumas semanas por ano) ou em alternativa, seria usado o caminho que contorna a serra por Valhelhas, em direção a Celorico da Beira (a partir de Valhelhas, por Famalicão)?²⁸ Divergindo desta Via Imperial, no lugar de Valhelhas, haveria uma outra via secundária que faria a ligação a Mileu, dirigindo-se a Norte, à capital dos *Aravorum* (Marialva).²⁹ O arqueólogo Vítor Pereira avança no entendimento de um traçado viário secundário, deduzido a partir das estruturas de povoamento identificadas no território da *civitas*.³⁰ A partir da capital da *civitas* (Mileu) supõe-se a existência de ligações ao território a Oriente e à via de articulação entre as Vias Imperiais de *Emerita-Bracara* e *Emerita-Asturica* (Via da Prata, que passava por *Salamatica* - Salamanca). Por sua vez, esta via de articulação, no lugar de Alfaiates, poderia truncar com outra via secundária que, ao longo do Rio Zêzere, se dirigia a Norte e à *civitas* dos *Colbeci* (Torre de Almofala).

Enquanto as termas são vínculos físicos, parte integrante de um programa político-arquitetónico calibrado, que arroga a circunstancialidade territorial e pragmatismo, demonstrando versatilidade na adoção de determinadas tipologias em detrimento de outras, as vias terrestres romanas foram outro artefacto indispensável à formação da cidade. São parte de um conjunto de dispositivos usado no controlo dos seus utilizadores e, a par com a *Lex* romana, vínculos físicos que tornaram possível a integração de uma realidade múltipla num império.³¹ Não se pode esquecer a relação delas com estruturas específicas interdependentes, cujo objetivo principal era apoiar as deslocações – lugares definidos como *mansiones*, *mutationes*,³² e *vici*.³³ A rede de viação romana, militarmente determinante na movimentação de tropas após a pacificação dos territórios conquistados, torna-se coadjuvante no domínio, na administração romana e no comércio interprovincial. Só a inclusão de Mileu num espaço de circulação e comércio alargado explica a existência do torso de Trajano em mármore. Se os equipamentos introduzem o modo de vida romano em proximidade, é através da rede viária que Mileu, *civitas* dos *Lancienses Transcudani*, é parte do Império e não apenas uma cidade de determinado lugar.

O fim do império e a capitalidade latente.

Com o começo do declínio do império romano a partir do século III, a Península Ibérica e o território da *civitas* dos *Lancienses Transcudani* sofrem mudanças profundas. A alteração político-militar provocada pela chegada dos povos germânicos, concretizada a partir do século V, marca uma

²⁸Vasco Gil Mantas, *As vias romanas da Lusitânia*, Studia Lusitana 7 (Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2012), 244.

²⁹Vítor Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena *Ciuitas* Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.', 448.

³⁰*Ibid.*, 448-49.

³¹Michel Foucault, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France*, trad. Mr Graham Burchell, Reimpressão (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009), 18.

³²Estações de apoio ao viajante.

³³Locais de apoio ao viajante, de controlo fiscal e administrativo, de apoio a santuários, de controlo de exploração agrícola ou mineral, e como extensão do poder político-administrativo, por vezes mais afastados da capital de *civitas*.

alteração na administração e defesa do império e tem impacto nas cidades. Desde o século III observa-se o fenómeno de construção de muralhas e tornam-se visíveis os sinais de atrofiamento urbano em cidades como, por exemplo, Cáceres, Conímbriga, Lisboa, Idanha-a-Velha, Mérida.³⁴ Assiste-se ao regresso a locais com maiores possibilidades de defesa, à decadência e reutilização dos espaços e materiais de construção dos equipamentos urbanos romanos.

Entre os séculos V e VI, apesar das transformações resultantes da imposição dos povos germânicos, a expansão do cristianismo e as suas estruturas institucionais ganha relevo. O afastamento de grande parte do território do Alto Mondego às dioceses de Viseu e *Cailabria* (Vila Nova de Foz Côa) faz com que o Planalto Beirão perca as suas capacidades administrativas territoriais.³⁵ A ulterior invasão muçulmana, a partir do século VII, e as lutas com a monarquia asturiana e leonesa até ao estabelecimento dos condados, tornam o Alto Mondego e o território da antiga *civitas* dos *Lancienses Transcudani*, num espaço de disputa. Na ausência de um poder religioso forte, marcado pela figura do episcopado e diocese, sob um clima de instabilidade físico, económico e social, a rede de povoamento precedente é praticamente dissipada. A população passa a refugiar-se em locais alcandorados e antigos castros, nos quais existem maiores possibilidades de defesa. A obliteração das estruturas de povoamento romano neste território explica-se na continuidade da ocupação do castro do Tintinholo até ao século VII.³⁶ Mas, relativamente à capital da *civitas* poderá ter ocorrido, como em Conímbriga e Mérida, um processo de contração urbana e simultaneamente de recuo para um local mais elevado, assistindo-se assim à delapidação das suas estruturas arquitetónicas.³⁷ A proximidade do complexo termal de Mileu com o sítio de Castelos Velhos, local com maiores possibilidades de defesa, alerta no sentido de uma possível transição da população para uma cota superior (925 m), uma vez que a ocupação desta área é confirmada ao longo do século X e XI.³⁸

A capital da *civitas* romana, razão própria da génese urbana da Guarda, latente no processo de construção da cidade, é concretizada por elementos permanentes e singulares. A tipologia termal é um desses elementos: permanência genética da cidade romana, que se delapidou e ocultou temporariamente, desde a emergência e consolidação do mundo cristão, até ao ano de 1951— mas referenciada por Frei Agostinho no século XVIII. Enquanto elemento-chave para o entendimento da génese da Guarda, é de salientar a confirmação da ocupação contínua do espaço contíguo ao complexo termal durante a Idade Média até ao presente. Continuidade concretizada na confirmação

³⁴José Mattoso, 'A Época Sueva e Visigótica: A Decomposição Do Mundo Romano.', Em *História de Portugal*, vol. 1 (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), 323–24.

³⁵Catarina Tente, 'Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI' (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia., Universidade Nova de Lisboa, 2010), 40–41.

³⁶"(...) o Castro do Tintinholo poderá ter eventualmente sido ocupado na Pré-História, mas os dados actualmente disponíveis apontam para uma ocupação mais significativa durante o período visigodo. Esta ocupação não recua a momentos anteriores para uma cronologia não anterior ao século IV, podendo a mesma avançar pelos séculos V e VI, uma vez que estas moedas romanas tardias circularam durante o período suevo-visigodo." *Ibid.*, 321–22.

³⁷Vítor Pereira, 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena *Ciuitas* Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.', 61. Este autor documenta a reutilização dos materiais construtivos do complexo termal em outros edifícios nas proximidades de Mileu, bem como na própria muralha da cidade.

³⁸Marcos Osório, 'Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)', 8–9.

da ocupação medieval do lugar de Castelos Velhos e na presença da capela românica da Póvoa do Mileu, datada do século XI.³⁹

Territorialmente, a permanência da *civitas* e da sua capital recai na sedimentação dos sentidos da viação romana, que vão estruturar o modo de vida cristão da Beira Interior durante a Idade Média e manter-se na contemporaneidade. Na Idade Média, a via *Colimbriana*, «Estrada da Beira», procedendo de Ciudad Rodrigo (Espanha), teria sido a via mais importante no século XII, principal eixo de penetração no planalto Guarda-Sabugal.⁴⁰ A cidade da Guarda seria uma das atalhas de proteção a essa mesma via. Contudo, são as vias complementares que garantem a ligação à Guarda, consolidando os sentidos da viação romana precedente, no percurso Guarda - Celorico da Beira-Viseu-Coimbra⁴¹ e Guarda-Valhelhas-Caria-Covilhã-Castelo Branco.⁴² Este último teria sofrido alterações desde o fim do Império Romano, divergindo da direção a Idanha-a-Velha. Durante a Idade Média, a capitalidade de Idanha-a-Velha definhara, tendo contribuído para isso a transferência, no início século XIII, do Bispado da Egitânia (Idanha-a-Velha) para a Guarda (1202), bem como a crescente importância da cidade da Covilhã (1186) enquanto comunidade urbana medieval.⁴³ Na atualidade, é no confronto da cartografia contemporânea com os achados arqueológicos romanos que a permanência da *civitas* subsiste pela consolidação dos sentidos da viação romana, e da sua proximidade aos percursos das Estradas Nacionais. Observe-se o traçado da Estrada Nacional 16 em direção a Celorico da Beira, Estrada Nacional 18 em direção à Covilhã, Estrada Nacional 221 em direção a Pinhel e ao Norte da Beira Interior, e Estrada Nacional 233 em direção ao Sabugal.

³⁹‘Capela de Nossa Senhora do Mileu’, Património Cultural da Direcção-Geral do Património Cultural, acedido a 9 de setembro de 2015, <http://www.patrimoniocultural.pt>

Alguns autores datam a capela no século VII, mas tal não se encontra confirmado.

⁴⁰Rita Costa Gomes, ‘A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)’ (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985), *Revista de Historia Económica e Social*, 1ª edição, n.º 9–10 (1987): 20,24–25.

⁴¹Helena Patrícia Romão Monteiro, ‘A estrada de Beira: reconstituição de um traçado medieval’ (Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012), 79,87. Ver Mapa 12, Reconstituição da Estrada da Beira e Mapa 13 - Os eixos Complementares da Estrada da Beira.

⁴²Ibid., 87,94. Ver Mapa 13 - Os eixos Complementares da Estrada da Beira e Mapa 14 - Estalagens e Albergarias medievais Cristãs.

⁴³Data do foral de D. Sancho I atribuído à cidade da Covilhã.

3. A consubstanciação da cidade da Guarda (1199-1820).

A firmação lenta da Muralha, da Sé e sua Praça.

Joaquim de Vasconcelos a Serra - Cidade - Catedral

"A Sé, depois de mudada de Idanha para a Guarda no tempo de D. Sancho I, soffreu três reconstrucções. É o que affirmam os chronistas do Bispado Egítaniense, sujeito primeiro á diocese de Braga no meado do séc.VI, reinando alli os Suevos; subordinado depois a Merida (anno de 672, concilio de Toledo), e finalmente unido á Egreja metropolitana de Compostella no tempo de D. Sancho I, o mesmo rei que deu foral á cidade da Guarda em 26 de novembro de 1199 e a fundou. Foi este principe que transferiu a Sé auctorizado pelo Papa Innocencio III, e levantou a primeira de três Sés. No tempo do Bispo D. Vicente (falecido em 1248) principiou D. Sancho II a segunda Sé, por mercê feita ao prelado, que lhe prestou grandes serviços. Em 1301 ainda este segundo templo não estava acabado (testamento do Bispo D. Frei João Martins), nem mesmo em 1321 (morte do Bispo D. Martinho II).

Pouco tempo devia durar o segundo edificio, porque el-rei D. Fernando mando cêrca de 1370 derrubar a cathedral, pelo motivo já allegado; quando muito seriam uns cento e vinte annos (1248-1370); e, completa, viveria apenas uns cincoenta. O estado de boa conservação de numerosos fragmentos architectonicos, desenterrados em 1887 junto ao convento de Santa Clara; e, mais do que isso, os caracteres do estylo em que elles foram lavrados (romanico, na flora decorativa; gothico, no systema constructivo) levam-me a concluir que essas formosas pedras eram as da segunda Sé. Com el-rei D. João I chegamos finalmente á terceira, o templo actual. A iniciativa do Bispo D. Fr. Vasco IV (1384-94) foi decisiva; pediu elle ao monarcha que principiasse a edificar o novo templo dentro da cidade, e assim se fez. Continuando a obra na vida dos bispos seguintes, só veio a acabar no governo de D. Pedro Vaz de Gavião (1496-1516, datas approximadas), prelado muito da affeição d'el-rei Manoel, faustoso como seu amo e senhor, e como elle, generoso protector das artes. Accentuou por toda a parte, em Vizeu, na Guarda e em Coimbra, a sua passagem com o grande, severo e decorativo brazão dos cinco gaviões heraldicos, que distribuiu com singular profusão e fidalgia consciencia na Sé da Guarda e na egreja de Santa Cruz em Coimbra, dentro e fóra d'ella."

Joaquim de Vasconcelos, 1908

¹Joaquim de Vasconcelos, 'Guarda, Serra - Cidade - Catedral', em *A arte e a natureza em Portugal: album de photographias com descripções; clichés originaes; copias em phototypia inalteravel; monumentos, obras d'arte, costumes, paisagens*, vol. 6, 8 vols (Porto: Emilio Biel, 1902).

Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) é considerado um dos fundadores da História da Arte em Portugal. Foi historiador, crítico de arte e museólogo. De formação germânica, Vasconcelos partilha a influência dos estudos de arte publicados pelo conde polaco Athanasius Raczyński (1788-1874), entre os quais «*Les arts en Portugal*», datado de meados do século XIX. Joaquim de Vasconcelos perseguirá o método da história da arte comparada, cujo impacto se fez sentir nos diversos estudos que publica em disciplinas distintas como a música, a pintura, arqueologia e arquitetura, sem descurar o uso da imagem, por intermédio de fotografia ou desenho.²

Em 1908, Vasconcelos descreve a sua impressão sobre a Guarda e sobre a história da Sé, publicada no volume 6 do álbum fotográfico bilingue *Arte e a Natureza em Portugal*, editado pela Emilio Biel & C.³ Editores. Este álbum foi a primeira obra em que se procedeu de forma significativa na recolha e análise do património português, tornando-se clara a necessidade do seu levantamento.³ O historiador incide sobre as vantagens geográficas e estratégicas da cidade, num momento em que o desenvolvimento científico, industrial e tecnológico do interior se fazia sentir no final do século XIX, reflexo da política de obras públicas fontistas. Refere a situação das fábricas da região, "*semeadas pelas vertentes da Serra, desde Castello Branco até à Guarda, e desde a Guarda até á Lousã, encontram-se sem combustível.*", e reflete sobre a conjuntura de final de oitocentos, expondo as questões com que se debatia a cidade e a região.⁴ Estas questões eram próprias a uma elite laica, que impunha urgência ao desenvolvimento do país, à gestão dos seus recursos e do seu património, reclamando um olhar atento e progressista, sobre "*um problema nacional, um problema económico, a resolver*" despidido de uma visão romântica, pois "*passou o tempo do cuidar & sospirar.*"⁵

No que diz respeito à construção sucessiva de três Sés na Guarda, Vasconcelos reflete a influência dos seus contemporâneos, nomeadamente da obra *Diocese e Districto da Guarda* (1902) de José Osório Gama e Castro, Juíz administrador do distrito da Guarda, mas também, dos estudos levados a cabo pelo Arquiteto Rosendo Carvalheira que, na transição do século XIX para o século XX, dá início ao restauro da Sé Catedral.⁶ O cruzamento entre estas personagens será provável, ou pelo menos entre Rosendo Carvalheira e Vasconcelos, uma vez que as fotografias apresentadas por este demonstram os trabalhos de restauro iniciados sobre a direção do arquiteto. Na emergência dos nacionalismos europeus, estas personagens veem na arquitetura da Sé a memória do passado e um símbolo de consolidação

²Ver Sofia Rodrigues, 'O pensamento artístico de Joaquim Vasconcelos', *Arte teoria*, n. 4 (2003): 44-57; Sandra Leandro, *Joaquim de Vasconcelos: historiador, crítico de arte e museólogo: uma ópera*, Biblioteca de autores portugueses (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014), 135.

³Paulo Artur Ribeiro Baptista, *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de oitocentos*, Teses II (Lisboa: Colibri : IHA - Estudos de Arte Contemporânea, 2010), 157, 162.

⁴Joaquim de Vasconcelos, 'Guarda, Serra - Cidade - Catedral'.

⁵Ibid.

⁶José Osório Gama e Castro, *Diocese - Districto da Guarda: Serie de apontamentos historicos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes á actualidade; e notas referentes á cathedral egitaniense e respectivos prelados*. (Porto, 1902); Rosendo Carvalheira, *Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Texto.*, vol. I, 2 vols., 1897.

da identidade nacional e local.⁷ Num momento de mudanças impostas pela revolução liberal e industrial em Portugal, à semelhança de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Vítor Hugo em França, Vasconcelos é apologista de uma atitude protecionista em relação aos monumentos. No entanto, no âmbito da historiografia da arquitetura gótica em Portugal, estilo que caracteriza as opções construtivas da Sé da Guarda, Vasconcelos será opositor da corrente romântica nacional afirmando, na sua palestra *Da Architectura Manuelina*, que o estilo manuelino não seria original e/ou nacionalista, corresponderia a uma expressão local do gótico final, de acordo com outros estilos europeus do gótico final.⁸

No texto que acompanha o álbum fotográfico, Joaquim de Vasconcelos começa por expor as características que fizeram da Guarda cidade, isto é, as propriedades do seu contexto natural e geográfico: "... participa a cidade de vantagens incalculáveis agrícolas, commerciaes e industriais, e até políticas. Como posição estratégica póde considerar-se única no paiz, por defender a entrada para as Beiras Alta e Baixa para o coração do reino. (...) "⁹ Mas o seu olhar demorado na Sé patenteia um complexo processo de transformação que se iniciou com o recrudescer da cidade no século XII. Processo esse que resulta do envolvimento de uma comunidade com o ideal religioso, integrador da vida política, civil e administrativa que determinou a cidade e se fixou materialmente. Ideal este reconhecido pelo rei, bispo e todos aqueles que pretendiam dominar a sua existência temporal e metafísica.

Assim, ao longo deste capítulo questionam-se as condições da consubstanciação da cidade da Guarda, ou seja, o modo como a cidade ganhou forma. O longo período de quase oito séculos percorrido neste capítulo, desde a fundação da cidade ao fim da monarquia, procura o entendimento sobre o crescimento da cidade através das principais representações privilegiadas do espaço urbano — muralha, Sé, mosteiros, praças, etc. — mas também sobre a formação de outros espaços. Pretende-se, ainda, compreender como a sociedade, os seus poderes, as atividades urbanas e as suas relações mútuas foram decisivas na configuração material, política e económica da cidade. Para o efeito, apresentam-se reconstituições tridimensionais e em planta de momentos específicos da conformação da cidade. As reconstituições não procuram assumir certezas, porém apontam caminhos para a compreensão e discussão acerca do processo de evolução e de readaptação constante da cidade a novas dinâmicas políticas, sociais e materiais. Cingem-se a três momentos que, para a Guarda, se definem anterior ao século XII, com a fortaleza românica, entre o século XII e XV, acompanhando a construção do recinto amuralhado, entre o século XVI e XVIII, sob a influência da política urbana do reinado de D. Manuel I.

⁷Ver Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Revised edition (Verso, 2006).

⁸Sandra Leandro, *Joaquim de Vasconcelos*, 326.

⁹Joaquim de Vasconcelos, 'Guarda, Serra - Cidade - Catedral'.

A muralha e a Sé na formação da cidade: do século XII ao século XV.

Nesta secção discute-se a formação da cidade a partir de dois dos seus principais elementos urbanos: a muralha, representativa do poder real e militar, e a Sé Catedral, representativa do poder eclesiástico escrutinando, como Vasconcelos as razões que determinaram a suposta implantação de três Sés na cidade.

As razões que presidiram à fundação da cidade da Guarda vinculam-se, não apenas com as características defensivas enunciadas por Vasconcelos, mas também com o arranque do "*...movimento unificador nacional que [pelas cidades foraleiras] acaba por absorver as profundas diferenças regionais, decorrentes das condições físicas...*".¹⁰ Na formação do Condado Portucalense (1096-1139), no âmbito da reconquista cristã e das lutas com a monarquia leonesa, o Alto Mondego é fronteira e ponto de confluência entre o sistema defensivo da Beira Transmontana a Este, ao longo da via *colimbriana* (Seia, Linhares e Celorico da Beira), e os castelos da vertente Noroeste da Serra da Estrela (Trancoso, Aguiar da Beira e Marialva). Por intermédio de cartas de foral, D. Afonso Henriques (1109-1185) garante a lealdade das populações das áreas de fronteira do condado e reconhece as comunidades, cujo poder centralizador se encontrava ausente. Coube a D. Sancho I (1154-1211) prosseguir a política foraleira de seu pai, reforçando a margem direita do Rio Mondego, defendendo o território de uma dupla ameaça: por um lado, os muçulmanos, e por outro a monarquia leonesa.¹¹ É neste quadro militar que, em 1199, D. Sancho I atribuí foral à cidade da Guarda. A essência jurídica do foral tornam-no no documento que cria e legaliza o concelho, a cidade, a vila e o seu termo, declarando as regras de existência de uma comunidade e a capacidade da mesma assumir o poder local. Dada a sua posição estratégica adstrita à Serra da Estrela, a Guarda nasce, jurídica e militarmente, como cidade de fronteira. Fronteira com Leão e Castela, cidade da Beira, contrariando a indefinição político-administrativa e eclesiástica que a reconquista cristã e as lutas com Leão e Castela haviam deixado no território do Alto Mondego e na Bacia do Rio Côa.¹² Em 1202, a sua condição urbana é reforçada pelo poder eclesiástico, na transferência do bispado de Idanha-a-Velha, pela emissão dos direitos consuetudinários, o que vem fortalecer a sua posição hierárquica no território. Segundo Gomes, a adoção dos direitos consuetudinários segundo o modelo de Salamanca, vem

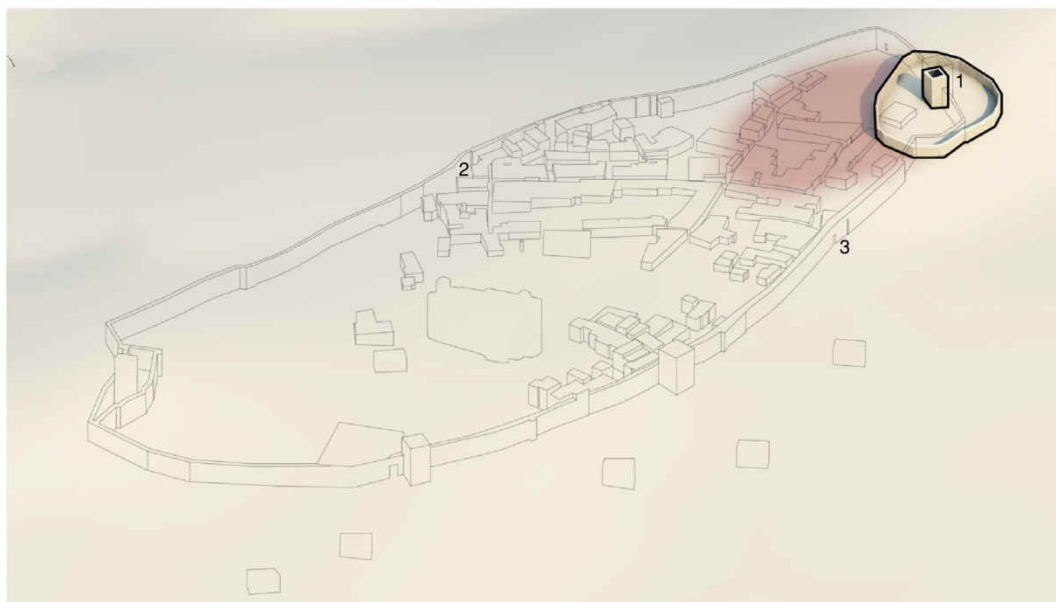
¹⁰José Mattoso, *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*, 5ª ed. (Lisboa: Editorial Estampa, 1995), 301-2.

¹¹Catarina Tente, 'Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI' (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia., Universidade Nova de Lisboa, 2010), 45-47.

¹²José Mattoso, Suzanne Daveau, e Duarte Belo, *Portugal o Sabor da Terra: Um retrato histórico e geográfico por regiões*, 2ª ed. (Rio Tinto: Temas e Debates - Circulo de Leitores, 2010), 321, 330. Beira enquanto topónimo atinge o seu significado geopolítico durante a reconquista, sinónimo de fronteira, por se situar 'à beira', em fronteira com a Serra da Estrela, a oriente com Leão e Castela, e com os muçulmanos no Centro-Sul. Não correspondia à concepção contemporânea e linear de fronteira, como elemento separador de realidades, definia um espaço amplo, que a partir do século II, se torna excessivamente politizado.

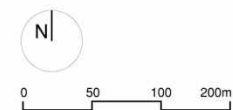


GUARDA SÉCULO XII | Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea



GUARDA SÉCULO XII | Reconstituição Tridimensional Castelo Românico vs Castelo Gótico

CASTELO ROMÂNICO			CASTELO GÓTICO
1. Torre Velha - Torre de Menagem			2. Porta D'El Rei
— Muralha Traçado Existente		[Hatched Box] Núcleo Populacional	3. Porta da Erva
- - - Muralha Traçado Hipotético			



3.1. Castelo Românico, Guarda Século XII. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea e Reconstituição Tridimensional Castelo Românico vs. Castelo Gótico.

confirmar uma comunidade claramente urbana, onde o comércio e artesanato têm primazia sobre outras atividades como a transumância.¹³

A atribuição de foral à Guarda foi possível porque a sua localização no extremo Nordeste da Serra da Estrela, em pleno domínio visual sobre a Meseta Ibérica e demais corredores naturais, as bacias do Mondego, Côa e Zêzere, garantia o controlo visual de terrenos de vocação agrícola. Além do mais, este local garantia também o controlo de importantes vias de atravessamento, nomeadamente a via *Colimbriana ou Estrada da Beira*, ligação entre Coimbra e Espanha, componente-chave para a subsistência e segurança de uma comunidade em permanente clima de instabilidade (ver figura 3.4). Esta comunidade seria física e administrativamente dependente do castelo como estrutura de defesa. O castelo é o elemento que, no Planalto Guarda-Sabugal, vai contrariar a rarefação do território, funcionando como espaço de segurança e estabilidade, tornando-se posteriormente num símbolo político, de ordem, sacralizador, construtor do reino português e garante da sua identidade.

Dependendo de uma fortaleza românica, seria nas suas imediações que teria assento o núcleo de povoadores a quem D. Sancho I (1154-1211) atribuiu foral. A origem deste núcleo é desconhecida. Vários autores apontam o local de Castelos Velhos, junto às termas romanas de Mileu, como o local onde existiria uma população coeva da população da Guarda, ou mesmo, o local originário do núcleo de povoadores que serviu de base, a uma cota superior, à fundação da cidade.¹⁴ Acima dos mil metros de altitude, esta muralha evidencia a sua contemporaneidade com a primeira linha defensiva da Beira, concomitantemente com Trancoso, Linhares, Celorico da Beira e Belmonte, anterior ao estabelecimento da fronteira portuguesa pelo Tratado de Alcanizes (1297). Em 1297, após o Tratado de Alcanizes, determinada a fronteira com Castela, a Guarda situar-se-á numa posição militar de defesa mais recuada.

A figura 3.1. apresenta uma hipótese de reconstituição tridimensional da fortaleza românica da Guarda, construída a partir dos dados disponíveis: da configuração espacial existente e a partir das características análogas aos castelos românicos. Enquanto estrutura de defesa passiva, esta fortaleza possuía um caminho de ronda e torreões adossados. Contudo, não dispunha de eficiência extrema em caso de cerco. Era a torre de menagem situada no ponto mais alto do terreno, o último reduto defensivo. Ela seria um recinto de "*planta ovalada, cujo traçado se terá adaptado às curvas de nível*".¹⁵ Desta fortaleza é possível aferir fragmentos, datáveis do século XII, a *Torre Velha*, a torre de menagem, e um pano de muralha

¹³Rita Costa Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)' (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985), *Revista de História Económica e Social*, 1ª edição, n. 9-10 (1987), 22.

¹⁴Ver Carlos Oliveira, *Apontamentos para a Monografia da Guarda* (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1940), 4; Rita Costa Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 25-26; Marcos Osório, 'Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)', *Praça Velha - Revista Cultural*, Maio 2004.

¹⁵Vitor Pereira, 'A Torre Velha do Primitivo Castelo da Guarda', *Praça Velha - Revista Cultural*, 2007, 21.

orientado a Poente.¹⁶ O acesso ao castelo românico e ao núcleo populacional situava-se no extremo Sudoeste, em local de maior planura, uma vez que as vertentes Norte e Este apresentam, ainda hoje, maiores desníveis.¹⁷

No século XIII, as mudanças na arte da guerra implicam a alteração da fortaleza românica para uma fortaleza gótica, de defesa cativa. Iniciada em 1221, a nova cerca integra no seu perímetro a antiga torre de menagem e parte das muralhas românicas. Ao articular as portas da cidade, Porta da Erva e de El Rei, nos extremos Noroeste e Sudoeste, o novo recinto engloba também o núcleo populacional de base, cuja localização só se justifica se aí se situasse o núcleo populacional mais relevante.¹⁸ Com a transformação da estrutura de defesa este núcleo populacional de base serviu de embrião para o posterior desenvolvimento interno da cidade, firmando-se na sua forma urbana. A fortificação gótica torna-se na primeira realização arquitetónica que circunscreve a cidade afirmando, simbólica e materialmente, o bem comum, a ordem divina e a estabilidade mantida pelo monarca. Decisiva para o controlo das autoridades na consequente complexificação da vida urbana medieval, ela é um elemento de controlo aduaneiro, potenciador da economia da cidade, por intermédio de impostos, e elemento de diferenciação social, uma vez que no seu interior habitavam preferencialmente elites militares, civis e eclesiásticas.

De forma alongada, adaptando-se a orografia do terreno, o novo castelo gótico anuncia uma configuração mista.¹⁹ Isto é, a cerca ovalada contém uma parte residencial e civil, usufruindo de uma superfície plana. Por sua vez, a alcáçova, praça e cerca militar situam-se em espaço amplo, se bem com uma pendente acentuada. Na extremidade Sudoeste a alcáçova assume uma posição sobranceira sobre o aglomerado. A sua posição de 'canto', em domínio visual sobre a Meseta Ibérica e o Vale Mondego, explica uma das transformações empreendidas pelo castelo gótico. A torre de menagem recusa a posição central que caracterizava o castelo românico, surgindo adossada às muralhas.²⁰ Confirmando o posicionamento da Torre de Menagem, a figura 3.10. comprova a sua situação altaneira e

¹⁶Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)'; Maria Chorão (transcrição), *Memórias Paroquiais -1758* (Câmara Municipal da Guarda, 2002), 30; Oliveira, *Apontamentos para a Monografia da Guarda*, 6; João Almeida, *Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*, 2a ed. (Lisboa: Editorial Império, Lda, 1943), 44; Pereira, 'A Torre Velha do Primitivo Castelo da Guarda'; Vítor Pereira, 'Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da Intervenção no Torreão', em *Actas do Encontro de Arqueologia e Autarquias - Câmara Municipal de Cascais*. (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008), 253-78. Estes autores referenciam a existência de uma fortaleza românica na cidade.

¹⁷Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 36.

Um argumento a favor desta hipótese relaciona-se com a transformação do recinto defensivo, durante o século XIII, poucas décadas após a emissão de foral (1221).

¹⁸Ibid., 38.

¹⁹João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. (Coimbra: Edições Colibri, Faculdade de Letras de Coimbra, 1999), 51-52. Monteiro recorre à definição de "tipologia mista" utilizada por Antonio Navareños Mateos para explicar a organização do castelo gótico, que assume a configuração irregular do terreno na área militar e regular na área residencial e civil.

²⁰Lídia Fernandes, Emanuel Carvalho, e Teresa Julião, 'A Alcáçova da Cidade da Guarda: proposta de reconstituição.', *Arqueologia Medieval*, n. 6 (1999): 59-72. A sondagem arqueológica empreendida em 1999 em torno da torre de menagem aprova o traçado do embasamento que constitui a construção abaluartada, na qual a torre de menagem, inclusive pela sua planta trapezoidal, parece ser parte integrante. A representação da cidade datada do século XVIII parece atestar estas conclusões, observando a torre de menagem como parte integrante da construção abaluartada (ver figura 3.10.).

afastada do núcleo residencial, assim como a planta da cidade datada de 1810 (figura 3.14.).²¹ Os panos de muralha possuem torres adossadas que reforçam pontos de defesa delicados, como por exemplo nas portas da cidade. Existiam seis torres adossadas às muralhas do castelo da Guarda, três delas ligadas à alcáçova e as restantes situadas ao longo das muralhas: Torre dos Ferreiros, Porta Nova/Covilhã e a já mencionada Torre Velha. A Torre dos Ferreiros e a Torre da Porta Nova/Covilhã assumem o reforço e defesa enquanto portas da cidade.²² Como primeira linha de defesa, também existia uma barbacã entre a Torre Velha e a Porta da Erva.²³ A construção desta muralha estendeu-se por mais de quatro séculos, sendo concluída no final do século XV.²⁴ A reconstituição do recinto original, presente na figura 3.3., é construída sem grande complexidade, dada a existência de largos troços de muralha e pela conformação do edificado contemporâneo.²⁵ Ela confirma uma superfície de 10 ha, que Gomes já havia referenciado e que se aproxima da área de outras cidades portuguesas, como Coimbra, com 12 ha e Braga, com 14 ha.

No início do século XII, na transformação da estrutura de defesa da cidade, após a emissão de foral e a transferência de bispado, parece improvável que tenha sido erguida a primeira das três Sés. Como descreve Pinharanda Gomes, a existência do primeiro episcopado acontecia face à oposição dos bispos de Viseu e Coimbra. D. Martinho Pais (1203?-1228) o primeiro bispo da cidade, empreende uma disputa pelo território da diocese face à indefinição dos limites territoriais das dioceses de Coimbra e Viseu. As contendas com as dioceses vizinhas terão limitado D. Martinho na sua atuação, dispondo de limitados recursos para a edificação de uma primeira Sé.²⁶ Por outro lado, entre 1190 e 1210, a pressão demográfica do país diminui, resultado dos conflitos com os muçulmanos e Leão. Como consequência de intempéries, e sucedem-se maus anos agrícolas.²⁷ Perante esta crise agrícola e demográfica, são suspensas as obras românicas.²⁸ Tal como Gomes argumenta, na

²¹ *Rough outline of the City of Guarda*, 28 de julho de 1810, Esboço, 1 inch to 100 yards, Portugal: Guarda. Plan of the city showing buildings, walls and roads. MPI 1/223/2-4, The National Archives. Ver figura 3.10.

²² Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 38.

²³ Pereira, 'Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da Intervenção no Torreão', 261-64. A existência da barbacã localizada entre a Porta da Erva e a Torre Velha parece evidenciar um carácter parcial no conjunto do recinto defensivo.

²⁴ Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 34-36.

²⁵ Importa explicar que esta reconstituição dependeu do cruzamento de suporte documental e bibliográfico. Porém, existem questões já observadas pela historiadora Rita Costa Gomes associadas à construção do tecido medieval, que têm a ver com a escassez de informação sobre a propriedade de um modo geral. O conhecimento imperfeito sobre a propriedade real, eclesiástica e concelhia, não permite uma reestruturação total do tecido parcelar da cidade. Todavia, afigura-se possível reconstituir, ainda que parcialmente, a forma urbana da Guarda medieval a partir do cruzamento da cartografia existente, da permanência dos edifícios de prestígio, do desenho da rua, da muralha, de praças e das dimensões aproximadas do lote medieval, do conhecimento sobre os materiais, formas e funções da habitação medieval. Aqui, a diversidade documental foi decisiva, apoiada no estudo de Rita Costa Gomes, de trabalhos de investigadores no âmbito da arqueologia, urbanismo e habitação medieval portuguesa. Destaca-se também o cruzamento de dados de diversas cronologias, como o Tombo da Comarca da Beira, publicado por Anselmo Braamcamp Freire, desenhos e cartografias da cidade em diversas cronologias, e o trabalho de datação arqueológica que tem vindo a ser desenvolvido na Câmara Municipal da Guarda. Ver figura 3.3. Agradeço aqui em particular, mais uma vez, à Professora Doutora Luísa Trindade pela disponibilidade e apoio na elaboração das reconstituições apresentadas neste capítulo.

²⁶ Pinharanda Gomes, *História Da Diocese Da Guarda* (Braga: J. P. Gomes: Editora Pax, 1981), 32.

²⁷ José Mattoso, 'Dois Séculos de Vicissitudes Políticas', em *História de Portugal*, vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 102.

²⁸ José Mattoso, 'Mutações', em *História de Portugal*, vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 252.

existência de um episcopado recente e face às consequências da crise demográfica e económica, uma realização deste âmbito estaria comprometida.²⁹ Depois, a construção de uma Sé, expressão física de uma cidade episcopal, teria inevitavelmente impacto na cidade. Gomes admite que o primeiro local de culto poderá ter sido a Igreja de Santa Maria da Vitória ou do Mercado, anterior à construção de uma Sé extramuros. Segundo Gomes: *"uma Sé não é meramente mais um local de culto, é a expressão arquitetónica de um poder cujas componentes, características e até capacidade económica reafecte, mesmo se indiretamente."*³⁰

No início do século XIII, na definição dos primeiros troços da muralha, a vida urbana estende-se para lá das portas da cidade. Os estatutos superiores da cidade, face ao termo e as atividades comerciais praticadas, estimulam o seu desenvolvimento interno e externo, este último próximo às muralhas, favorecendo o crescimento dos arrabaldes. Ao longo do século XIII, o arrabalde Sul seria o mais importante, a avaliar pelo número de igrejas paroquiais referenciadas.³¹ Compreendido entre a Porta da Erva e dos Ferreiros, o arrabalde assume uma configuração em que a orografia e as portas da cidade determinam focos de crescimento urbano. O seu principal arruamento articulava as três portas a Sul da muralha. É neste mesmo período que em Portugal, como na Europa, atraídas pela dinâmica da cidade, chegam as ordens mendicantes. Na Guarda, é sobre o arrabalde Sul, em área mais afastada da cidade, que se implanta a Ordem de S. Francisco (*circa* 1246), concomitantemente com outras cidades, como Bragança, Beja, Lisboa e Braga. Já no século XIV, virá a estabelecer-se mais próxima das muralhas da cidade a Ordem feminina de Santa Clara (*circa* 1344). A localização dos edifícios monásticos extramuros é habitualmente comum. O voto de pobreza, o desprendimento mundano e as atividades de auxílio aos mais desfavorecidos, faziam com que muitas vezes estas comunidades mendicantes entrassem em conflito com o clero secular, situado dentro da cidade amuralhada.

A construção da Sé, a primeira, acontecia sobre este arrabalde, em local contíguo à atual Igreja da Misericórdia, seguindo o desenvolvimento extramuros da cidade.³² Mandada erguer no reinado de D. Sancho II (1223-1248), resulta da influência de D. Vicente (1228-1248), que fortaleceu os rendimentos do bispado. A localização da Sé fora do burgo medieval poderá ter sido o começo de um «burgo episcopal», à semelhança da cidade de Lamego, vivendo o bispo intramuros, como argumenta Gomes. Na sua construção, assim como na construção da muralha, terá sido determinante a vida do arrabalde que contava com três paróquias e a intensificação da atividade construtiva.³³ Atividade resultante do equilíbrio

²⁹ Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 81,82.

³⁰Ibid., 116.

³¹Ibid., 39-40,80, 88. O arrabalde Norte, junto à Porta D'el Rei só adquire importância entre o século XV e XVI. Em 1260 e 1320 são referenciadas as seguintes igrejas: S. Julião, S. Pedro, S. Nicolau, Nossa Senhora do Templo e Santa Marinha.

³²"Essa aglomeração de detritos da antiga Cathedral principiava do eixo da estrada para sul e, longitudinalmente, prolongava-se, como já disse, com a Igreja da Misericórdia para nordeste, indicando que se continuava nos alicerces, e sob o pavimento do mesmo templo e parte do largo que lhe tem frente." Acompanhando os trabalhos de prolongamento da Rua do Comércio, Gama e Castro relata a descoberta dos alicerces da cathedral em 1898.

José Osório Gama e Castro, *Diocese - Distrito da Guarda*, 312.

³³Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 82.

social, desenvolvimento económico e autoridade política dos reinados de D. Afonso III (1248 - 1279) e D. Dinis (1279-1325).³⁴

Contudo, no reinado de D. Fernando (1367-1383), e na disputa pelo trono de Castela (1372-1383), a situação do arrabalde Sul da Guarda altera-se. Na incursão do inimigo vizinho, a Guarda assume a sua posição de guardiã do Planalto Beirão, apesar da sua situação recuada face à fronteira do reino. A urgência da eficácia da muralha em caso de conflito impõe-se a um arrabalde consolidado. Os trabalhos sobre a muralha implicam a destruição do arrabalde e com ele a primeira Sé e o Convento de Santa Clara. Será no coração da cidade que a Sé, a segunda, irá encontrar a sua posição definitiva, de acordo com a doação e instrução do rei D. Fernando: "[...] *E queremos e outorgemos que esta doaçam seja firme e statueL/ pera todo sempre nom embargando que a dicta/ see se faça dentro da cerca da Guarda ou em / outro qualquer lugar do bispado que o dicto bispo/ ou bispos virem mais compridoiro for de see/ fazer.*"³⁵

Iniciada em 1390, no reinado de D. João I (1385-1433), a construção da nova Sé Catedral demorou aproximadamente 130 anos, durante os quais, apesar das vicissitudes da sua edificação associadas à má gestão de recursos, a cidade era como um estaleiro de obras.³⁶ Para esta imagem contribui, de forma coeva, o último período de construção de muralhas da cidade, que se estende até inícios do século XV.³⁷ A imagem da cidade em obras tem eco em períodos precedentes, nos quais estão arreigados séculos de instabilidade político-militar que justificam diferentes períodos da construção da cintura de muralhas e contrariedades na expressão material e simbólica de uma cidade episcopal. Estendendo-se ao longo de cinco reinados, — de D. João I a D. Manuel I (1495 - 1521) — a construção da Sé também se deve à administração dos seus bispos. O início das obras da Sé deve-se à administração de D. Frei Vasco de Lamego (†1390), ao qual se seguiu D. Gonçalves Vasques da Cunha (†1426), responsável pela construção das suas paredes, e D. Luís da Guerra (†1458), cuja administração problemática levou à intervenção do rei D. Duarte (1433-1438) perante as suspeitas que o bispo e cabido se haviam apropriado das verbas disponibilizadas para a sua construção.³⁸ A conclusão das obras é resultado da autoridade económica do reinado de D. Manuel I e administração do bispo D. Pedro Vaz de Gavião (†1516). Gomes discute que, ao contrário de outras catedrais europeias, a conclusão da catedral se deve sobretudo aos contributos régios, não patenteando as condições económicas da cidade, nomeadamente a partir dos financiamentos e gestão efetuados por cidadãos.³⁹

³⁴Ibid., 82. No ano de 1305, na *Chancelaria de D. Dinis* surge a primeira referência documental acerca da doação deste rei para as obras da Sé.

³⁵Ibid., 195. *Chancelaria de D. Fernando*, Carta Régia de doação dos padroados das igrejas de Alegrete, de Castelo de Vide, da Mata e de Ponte de Sor à Sé da Guarda para construção de uma nova Catedral.

³⁶"...O rei intervém em 1435, alegando que o bispo e cabido «apropriaram em seus usos e despesas as rendas e frutos» que lhes haviam sido doadas, pelo que daí em diante se estabeleceu a obrigatoriedade de um registo da «receita e da despesa» das obras." Ibid., 84.

³⁷Ibid., 36-38.

³⁸Ibid., 84.

³⁹Ibid., 86.

No início de novecentos, o estudo historiográfico e documental *A arte e a natureza em Portugal*, produzido pela empresa Emílio Biel & C.^a, inclui a fotografia da fachada lateral da Sé e faz-se acompanhar da descrição do percurso de chegada à Sé, realizado por Joaquim de Vasconcelos:

"A primeira impressão foi formidável, á noite quasi ás escuras (não havia então iluminação artificial) nas ruas ermas, apalpando o terreno, subindo e descendo os diferentes planos em que a Sé assenta. Nenhum dos elementos que encatam a vista e põem em relevo o perfil de uma construção gothica, convidando a entrar. Muros cerrados, frestas sombrias. Nem os arco-botantes abraçando os muros por cima das naves, descendo sobre os batareos; nem as agulhas esbeltas nas torres; nem largas janelas, prodigas de luz, nem laçarias que emmoldurassem as vidraças córadas, nem enfim a renda subtil que na Batalha corôa e remata todos os frisos, consagra e symbolisa a pureza do culto da Virgem e representa tambem o emblema heraldico da dynastia, o lyrio repetido quatro vezes nos braços da cruz floreteada de Aviz. ¹⁴⁰

Joaquim de Vasconcelos, 1908

Joaquim de Vasconcelos retrata a dissemelhança da Sé da Guarda com a de Batalha, assinalando a robustez e sobriedade do granito que se impõe na Praça da Sé, dominando o casario, o qual não assegura a expressão decorativa característica dos motivos manuelinos. A sua planta partilha semelhanças com a do Mosteiro da Batalha, constituída por três naves com cinco tramos e capelas de tramos retos e topo poligonal. Na sua estrutura fazem-se sentir as abóbadas cruzadas em ogiva, do mesmo modo que são concebidas no mosteiro. A proximidade entre estes dois monumentos detém-se com o momento de afirmação da segunda dinastia portuguesa, durante o reinado de D. João I (1383-1433), momento que coincide com a estabilização das fronteiras do reino, propiciador de maior riqueza económica e pacificação territorial. Mandado edificar em 1386 por D. João I, como agradecimento à Virgem Maria pela vitória na Batalha de Aljubarrota, o Mosteiro da Batalha foi construído ao longo de dois séculos, tornou-se num complexo de grande dimensão que, marcando o território, gerou uma escola de mestres, da qual terá saído influência para o desenho da Sé da Guarda.⁴¹

Ocupação espacial e vida urbana: do século XIII ao século XV.

Na Guarda, a construção da muralha e a implantação definitiva da Sé acompanham o período de formação, afirmação e estabilização do reino português. Concluída a reconquista cristã do Sul do país, é empreendido um maior compromisso administrativo, fiscal, legislativo e judicial que, iniciado por D. Afonso III (1248-1279), se prolonga nos reinados de D. Dinis

⁴⁰Joaquim de Vasconcelos, 'Guarda, Serra - Cidade - Catedral', 96.

⁴¹Paulo Pereira, *O «Modo» Gótico (Séculos XIII-XV)*, vol. 3, História da Arte Portuguesa (Lisboa: Círculo de Leitores, 2007), 71-72,92; Mário Tavares Chicó, Mário Novais, e João Vidigal, *A arquitectura gótica em Portugal*, 4ª ed (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 146.

(1279-1325), D. Afonso IV (1325-1357), D. Pedro I (1357-1367) e D. Fernando (1367-1383).⁴² A organização da propriedade régia, o controlo das fortificações pelo rei e o novo modelo territorial, que extingue as tenências por terras e julgados, tem a sua repercussão na cidade da Guarda e na posse da maioria do espaço intramuros pelo poder real, seguido do poder eclesiástico e por fim concelhio. A consolidação urbana e a espacialização dos poderes são acompanhadas pelas transformações demográficas da população e o crescimento da economia artesanal e mercantil.

No final do século XIV, a construção da Sé Catedral vem modificar a estrutura interna da cidade, em especial da área meridional. A ocupação rarefeita do espaço meridional da cidade opõe-se uma área setentrional densa, uma vez que esta engloba o núcleo primitivo românico.⁴³ Em verdade, a cidade intramuros englobava amplos espaços não construídos, característica comum a outras cidades medievais cristãs. Trindade faz referência à interdependência do perímetro da muralha com a mancha residencial interna, cujo preenchimento pode evidenciar problemas posteriores à fundação da cidade, na demora da conclusão da cerca, ou mesmo da sua incompletude.⁴⁴ Por outro lado, como Monteiro explica, à atribuição de foral era inerente o povoamento do castelo e sua cerca, sendo frequente a concessão de vários benefícios para o povoamento da cerca. Na Guarda, dada a generosidade do perímetro urbano, desconhece-se se os espaços livres, nomeadamente na área meridional, se destinavam ao crescimento urbano. A demolição do arrabalde durante as guerras fernandinas, a quebra demográfica provocada pela peste negra, a instituição, por D. Fernando, de um couto de homiziados em 1371, e o surgimento dos cristãos novos não resultaram em ações de urbanização que demonstrem um aumento exponencial do espaço interno. A verificar-se, esse crescimento ocorrerá a partir da densificação paulatina dos quarteirões residenciais existentes.

Contrariamente às cidades medievais *ex-novo*, a Guarda não cresceu de acordo com um plano sistematizado de ocupação do espaço interno, sob malha ortogonal e divisão de lotes. Importa reforçar a ideia que a forma da cidade instituiu-se em resultado da absorção das formas de povoamento originais, nomeadamente da fortaleza românica e seu povoamento original, e do cruzamento do seu sistema viário, numa operação de sinecismo, em que diferentes comunidades, judaica e cristã, convergiram para a cidade enquanto entidade

⁴²José Mattoso, 'Realizações', em *História de Portugal*, vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 528.

⁴³Luísa Trindade, 'Urbanismo na Composição de Portugal' (Dissertação de Doutoramento na área de História, especialidade de História de Arte, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009), 157; João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, 222; Maria Helena da Cruz Coelho, 'A Guarda em Cortes nos séculos XIV e XV', *Revista Portuguesa de História*. XXXV, n.º 35 (2002 de 2001): 125; Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', *Revista de História Económica e Social*, 1ª Edição, n.º 9-10 (1987), 93-105.

⁴⁴Hélder Carita, *Lisboa Manuelina: A formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999), 93. Em Lisboa, no final do século XV, D. Manuel I manda extinguir os olivais existentes no perímetro da cidade amuralhada. Posteriormente a partir da extensão de algumas cercas conventuais realiza-se um processo de urbanização dessas áreas.



3.2. Entrada Lateral da Sé (Norte). *Fonte:* A arte e a natureza em Portugal: album de photographias com descrições; clichés originaes; copias em phototypia inalteravel; monumentos, obras d'arte, costumes, paisagens, vol. 6, 8 vols (Porto: Emilio Biel, 1902).

administrativa urbana.⁴⁵ São as principais vias de atravessamento, a Rua de São Vicente e a Rua Direita que, ao articularem as portas da cidade, vão estruturar o tecido urbano. É em função das principais ruas, portas de acesso à cidade e igrejas paroquiais que se organizaram manchas de edificado, definem-se bairros — Judiaria, S. Vicente e Santa Maria do Mercado, — comunidades e áreas fiscais. Internamente, estas ruas patenteiam os sentidos da viação medieval que servia o Planalto Guarda-Sabugal. No final do século XIV, cruzavam-se na Guarda duas estradas, conhecidas variantes à Estrada da Beira: a estrada que faria a ligação a Castela por Almeida, vinda de Coimbra, passando por Viseu e Celorico, e a estrada de ligação a Sul, dirigindo-se à Covilhã e Castelo Branco (figura 3.4.).⁴⁶

No final do século XIV, de forma concentrada, a propriedade real localiza-se na área setentrional da cidade.⁴⁷ Delimitada pelo triângulo formado pela muralha e pelas Ruas de São Vicente e Rua Direita, fazendo ângulo no Largo de São Vicente, a propriedade real era constituída por um conjunto de parcelas a partir das quais o rei auferia rendimento, mediante aforamentos. Englobava a Judiaria, que constituía um bairro próprio, e uma série de edifícios necessários à vida citadina, como as atafonas, poço do gado, açougue. Contíguo à propriedade real e à Judiaria, o Largo/Praça de São Vicente, situado no cruzamento das principais vias da cidade, promove a sobreposição de funções característica da vida citadina medieval — espaço religioso, comercial, de enterramento,— tornando-se num local cobijado para habitação e comércio. Central na vida da cidade, a importância deste Largo justifica-se pelo valor dos aforamentos praticados no seu perímetro.⁴⁸

É a partir do conhecimento da propriedade real, na qual se inclui a Judiaria, que se desenvolve o exercício de reconstituição do tecido medieval apresentado na figura 3.3. e 3.5. Na inexistência de uma homogeneidade espacial veiculada por um plano, desenvolveu-se um tecido urbano construído pela alternância entre edifícios residenciais e espaços livres.⁴⁹ Estes últimos eram afetos à prática agrícola, com hortas e locais de armazenamento necessários à vida quotidiana ou em caso de conflito. Todavia, a persistência das parcelas medievais pode

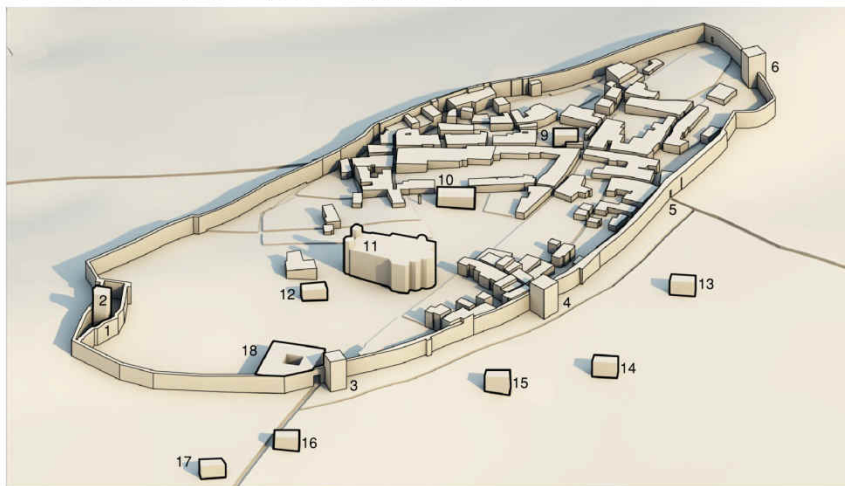
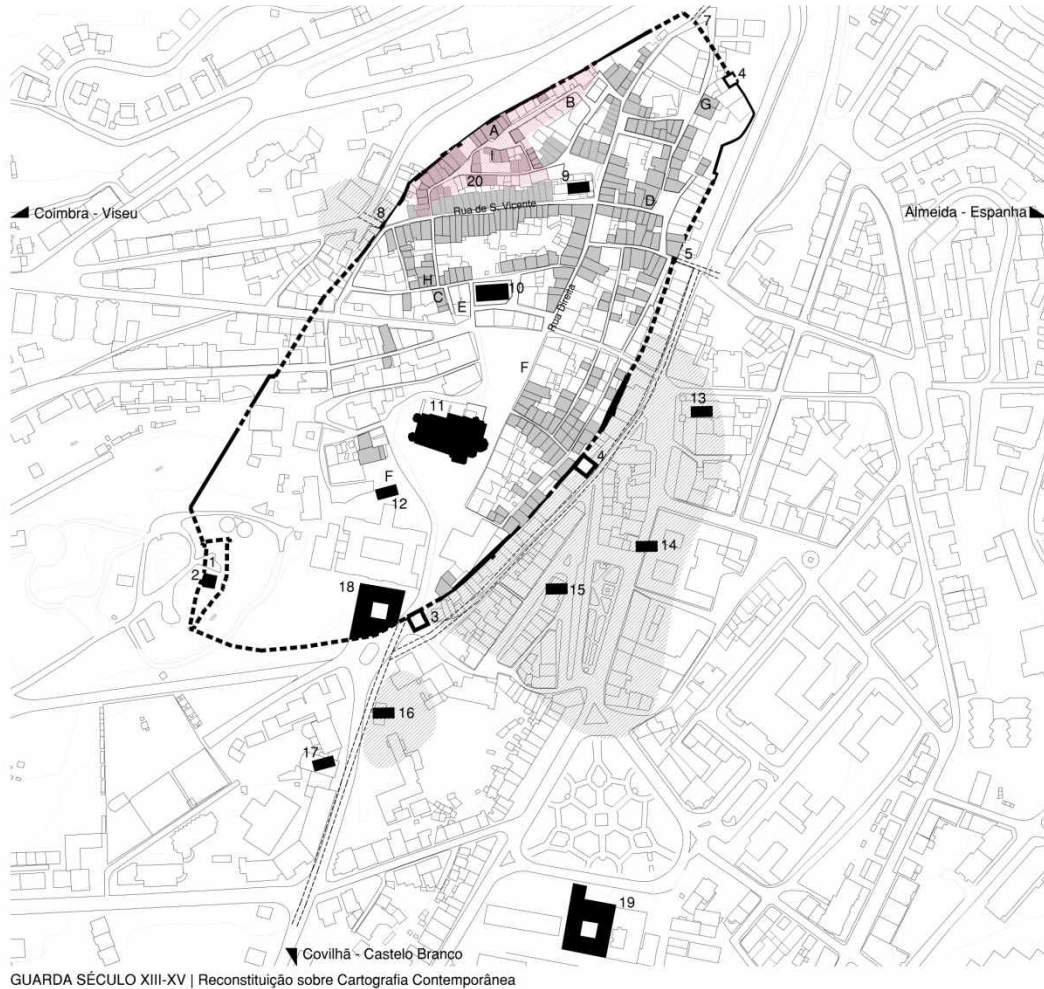
⁴⁵Spiro Kostof, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History* (Thames & Hudson, 1999), 59–62. Spiro Kostof refere que o sinecismo tem lugar de duas formas: pela coexistência administrativa de várias povoações sob uma forma física (cidade), ou pela fusão de várias povoações numa cidade. Reportando-se a Aristóteles, sinecismo representa uma transação política, significando literalmente viver juntos sob um pacto de auto-governança. O sinecismo teve lugar em diversos momentos na história inclusive durante a Idade Média, entre outros. Kostof dá como exemplo o caso das comunidades que deram origem a Veneza no período pós-romano.

⁴⁶Helena Monteiro, 'A estrada de Beira: reconstituição de um traçado medieval' (Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012), 92–93.

⁴⁷A propriedade do Rei é dada a conhecer através do Tombo da Comarca da Beira que, elaborado em 1395, documenta os contratos de aforamento e as propriedades do rei na cidade. Gomes refere que "*A situação do património régio é, pois singular — essencialmente pela concentração de propriedades, que atinge o seu máximo no final do século XIV. O rei é, tudo o indica, um proprietário cioso dos seus interesses, a partir dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis poder-se-á falar de uma política mais ou menos sistemática de investimentos urbanos — em Lisboa, em Elvas, na Guarda, em Évora, Santarém e outras localidades.*" Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 61.

⁴⁸Ibid., 62–66.

⁴⁹*Planta da Cidade da Guarda*, Planta: 93,1 x 127,3 cm (Guarda, 1907), 39874 TC (n.º. IFN), Museu da Guarda. Na planta da cidade da Guarda de 1907 (figura 4.1.) ainda é possível observar parcelas de terreno livres dentro do espaço a que correspondia a Judiaria, bem como alguns quarteirões intramuros.



GUARDA SÉCULO XIII-XV | Reconstituição 3D

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS

- 9. S. Vicente
- 10. S.ª M.ª do Mercado
- 11. Sé (séc. XIV)
- 12. S. Tiago
- 13. Igreja da Misericórdia
- 14. São Nicolau
- 15. São Pedro
- 16. São Julião
- 17. N.ª S.ª do Templo
- 18. Convento S.ª Clara
- 19. Convento S. Francisco
- 20. Sinagoga

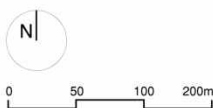
OUTROS

- A. Açouge
- B. Poço do Gado
- C. Paços do Concelho (XIV-XV)
- D. Paço do Bispo
- E. Pelourinho
- F. Necrópoles
- G. Paço do Rei
- H. Hospital (XV)
- I. Atafonas

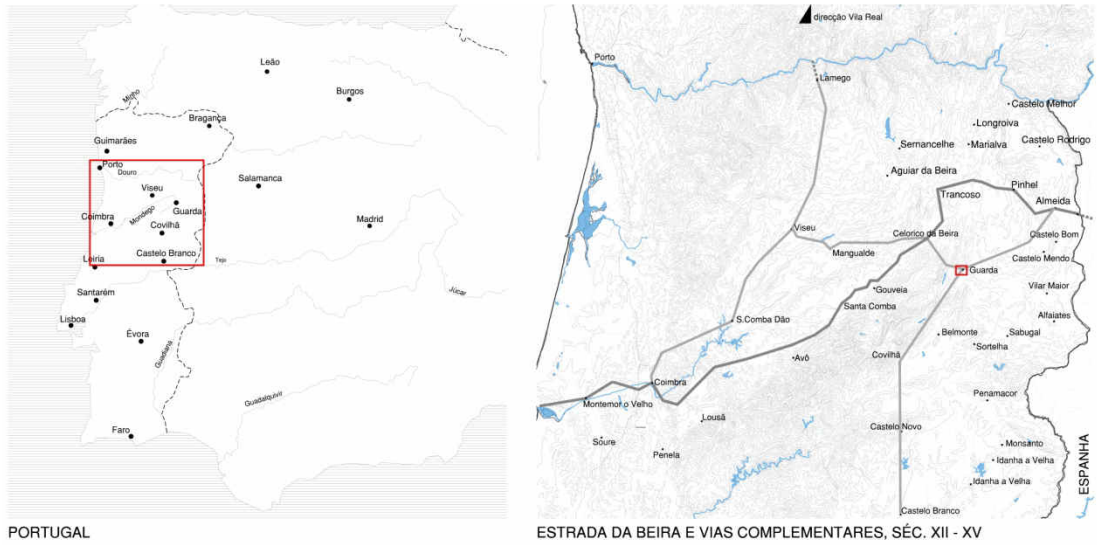
CASTELO GÓTICO

- Muralha Traçado Existente
- - - Muralha Traçado Hipotético
- ▨ Arrabaldes
- ▨ Judiária
- ▨ Reconstituição Tecido Urbano

- 1. Alcáçova
- 2. Torre de Menagem
- 3. Torre Porta Nova/Covilhã
- 4. Torre dos Ferreiros
- 5. Porta da Erva
- 6. Torre Velha
- 7. Porta do Curro
- 8. Porta D.El Rei

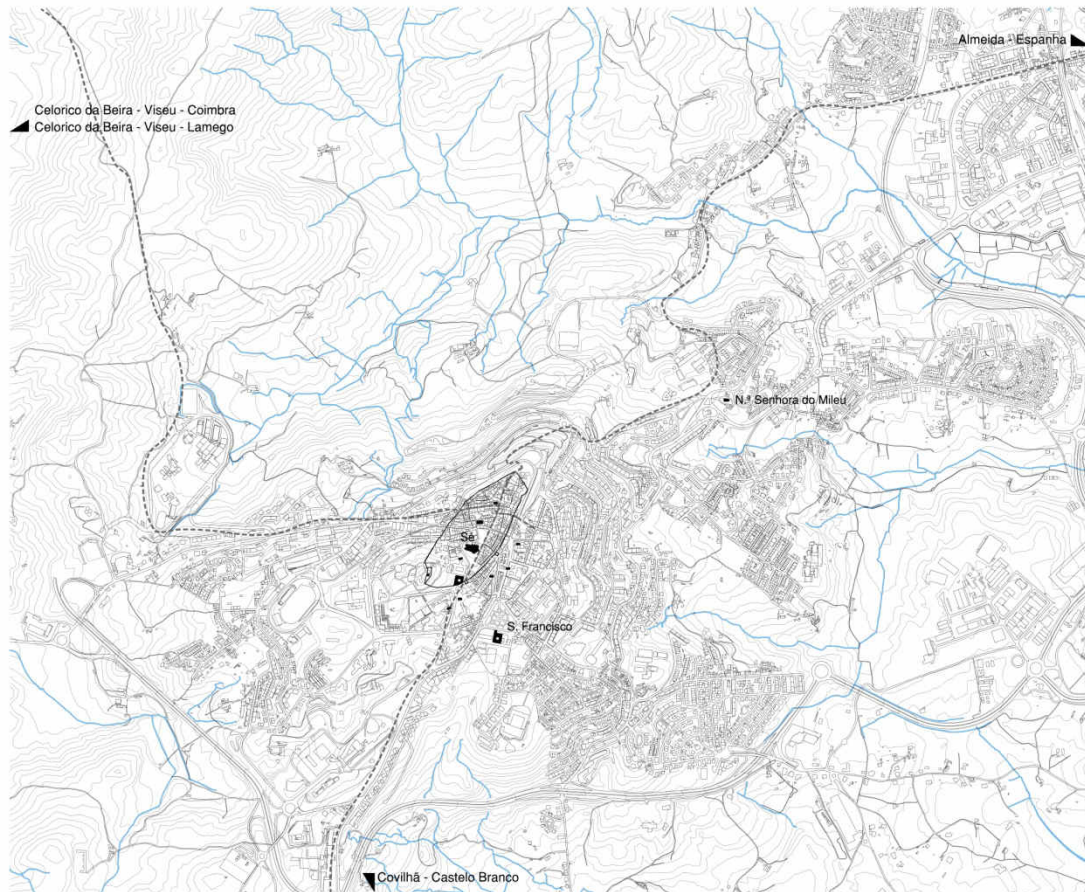


3.3. Castelo Gótico, Guarda Século XIII-XV Reconstituição sobre cartografia contemporânea e Reconstituição tridimensional. Mapa construído a partir de: Rita Gomes. 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)'. *Revista de História Económica e Social*, 1ª edição, n.º 9-10 (1987), 31.

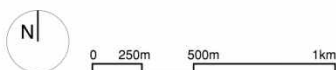


PORTUGAL

ESTRADA DA BEIRA E VIAS COMPLEMENTARES, SÉC. XII - XV



VIAÇÃO MEDIEVAL GUARDA | Traçado hipotético séc. XII a XV sobre cartografia contemporânea.



3.4. Estrada da Beira e Vias Complementares Século XII-XV e a Viação Medieval da Guarda, Traçado hipotético século XII a XV sobre cartografia contemporânea. Mapa Estrada da Beira e Vias Complementares construído a partir de Helena Patrícia Romão Monteiro. 'A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval'. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Ver mapas disponíveis nas páginas: 43,49,75,79,87,97.

perseverar no tempo.⁵⁰ Elas explicam-se por uma configuração retangular e estreita, alongada, na qual a face mais estreita confina com a rua, fazendo o melhor aproveitamento do espaço face ao custo do solo. Custo que é maior junto às vias de comunicação principais, onde a construção assume maior densidade. Nas áreas mais periféricas da cidade, as dimensões tendem a ser mais variáveis, invertendo-se esta tendência de lote alongado e estreito, mas mantendo a sua configuração retangular. A Guarda, como outras cidades portuguesas,— Braga, Guimarães, Barcelos, Porto, Coimbra, Óbidos, Caldas da Rainha, Santarém, Palmela e Évora,⁵¹— valida esta configuração parcelar, que se torna mais irregular quando delimitada por áreas públicas, designadamente a rua, a praça e a muralha.⁵²

No que diz respeito às características da casa medieval guardense, e à semelhança de outros estudos,⁵³ sabe-se que ela teria uma frente entre 4 a 6 metros de largura.⁵⁴ O que também se verifica para a área de implantação da habitação, que varia entre os 30 e os 80 m². Esta variação da área da casa medieval, que é habitualmente reduzida, é explicada pelos recursos económicos e atividades dos seus moradores, pela sua localização face aos espaços centrais, onde o solo é mais caro e densificado, e pelo confronto com as muralhas, obrigando, neste caso, à redução da área da habitação.⁵⁵ A casa medieval era habitualmente uma estrutura unicelular e bicelular. Em cidades em que o custo do solo era mais elevado e nas zonas centrais, como é o caso da Praça de São Vicente, as casas cresciam em altura.⁵⁶ A casa sobradada de dois pisos era frequente na cidade, veja-se a aguarela do século XVIII que valida

⁵⁰Ver: Sandra Pinto, 'Persistências, Rupturas, Dinâmicas: Paradigmas Dos Estudos Históricos de Forma Urbana', *Revista de Morfologia Urbana, Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, n. 2 (2015): 127–29; Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*, 2.ª ed. (Lisboa: Edições Cosmos, 2001), 64–65; Francisco Muñoz López, 'El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia', *Verdolay Revista del Museo Arqueológico de Murcia*, n. 4 (1992): 175–84. Coube a Pierre Lavedan o desenvolvimento da *loi de persistence du plan*, que foi metodologicamente definida a partir de um trabalho de observação *in loco*, suportada por documentos cartográficos para o estudo retrospectivo da forma urbana, sendo considerada praticamente universal. Posteriormente, no contexto italiano, tal ideia será recuperada por Gustavo Giovannoni e ainda por Aldo Rossi, o qual desenvolve o conceito de persistência. É na unidade que subsiste o conjunto de elementos que criam a forma urbana (rua, monumento, solo urbano, obra civil), que se mantém a organização, adesão e constância da cidade. Segundo Rossi, a partir da compreensão destes elementos é possível reconstituir a formação inicial e parcelar da propriedade urbana. Embora aqui se adote metodologicamente esta ideia na reconstituição do tecido parcelar e do edificado medieval guardense, e dada a falta de dados e estudos mais profundos sobre o tema na cidade, não se descarta porém a contestação desta 'lei', cujas investigações de arqueologia e urbanismo medieval têm vindo a questionar. Temos como exemplo o caso de Múrcia, no qual se verifica uma alteração parcelar profunda entre a cidade medieval de ocupação muçulmana e cristã.

⁵¹Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra. Dos Finais da Idade Média Aos Inícios da Época Moderna*, Coleção Coimbra Património I (Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002), 26.

⁵²Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 69.

⁵³Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal'; Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra. Dos Finais da Idade Média Aos Inícios da Época Moderna*, 32. Estes estudos caracterizam a casa medieval portuguesa de fachadas estreitas, com dimensão não inferior a dois metros e um comprimento duas vezes superior à largura. Para a Guarda, temos como referência o estudo comparado de 15 localidades portuguesas, no qual a área de implantação da casa medieval em cidades como Coimbra, Guimarães, Lisboa e Torres Novas, varia entre os 30 e 80m². Confirmam-se também estes valores para a Guarda a partir do cruzamento destes valores com as construções contemporâneas, recorrendo à cartografia atual.

⁵⁴Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 46.

⁵⁵Considerando que os limites da propriedade tendem a manter-se ao longo dos tempos, existem no entanto variações que se referem à área média da habitação. Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra. Dos Finais da Idade Média Aos Inícios da Época Moderna*, 34–36.

⁵⁶Manuel Sílvia Alves Conde, *Construir, habitar: a casa medieval* (Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2012), 213–14.

a altura média das habitações (figura 3.10.). Esta casa tinha as suas vantagens, embora construtivamente mais exigente. Dispunha de sobrado, um sótão superior e loja no piso térreo.⁵⁷ Os materiais eram autóctones: o granito, areia, cal, madeira e outros materiais vegetais, resultado das possibilidades de transporte dos mesmos dadas as dificuldades de circulação. Para a Guarda, os dados existentes acerca da propriedade real, nomeadamente o Tombo da Comarca da Beira, permitiram depois de cruzados com os estudos sobre a casa tardo-medieval portuguesa e com a cartografia contemporânea, construir o esboço de ocupação residencial intra-muros, apresentado na figura 3.3.⁵⁸

Completando a reconstituição apresentada na figura 3.3., surge de forma disseminada o poder religioso. Este exerce o seu domínio, não apenas como estrutura organizativa unificadora indispensável à comunidade medieval, mas também no domínio da propriedade, na qualidade e diversidade tipológica de elementos que oferece à cidade: a igreja paroquial, o mosteiro e a Sé. Como Milán Costa refere, esta variedade tipológica manifesta-se na qualidade do património religioso da cidade, e faz-se acompanhar de uma estratificação social da mensagem religiosa, não independente da prosperidade económica do núcleo urbano e do reino.⁵⁹ Num primeiro nível, a igreja paroquial é manifestação arquitetónica essencial para o desenvolvimento da vida quotidiana medieval que se sobrepõe à religião. Terá maior impacto intramuros na relação com os bairros, principais arruamentos, largos e praças da cidade. Evidenciam-se a igreja de São Vicente, Santa Maria da Vitória ou Mercado, Santa Maria Madalena e São Tiago.⁶⁰ Posteriormente, o mosteiro representativo do clero

⁵⁷ Ibid., 214.

⁵⁸ Ver sobre estes elementos os dados disponíveis em: Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 46,80. Entre os argumentos apresentados para a construção da figura 3.3. estão os dados acima apresentados sobre a casa medieval guardense. Considerando que a dimensão média da habitação medieval tem a capacidade de subsistir no tempo, e observando uma margem de erro especialmente naqueles locais onde não é possível aferir a titularidade da propriedade, a hipótese apresentada recorre à dimensão média da frente de lote e à área de implantação da habitação. Através dos dados do Tombo da Comarca da Beira, complementado com a divisão parcelar do tecido urbano atual, atinge-se grande plausibilidade na reconstituição da Rua e Praça de São Vicente e Rua Direita. A mancha urbana atual evidencia alterações substanciais ao lote medieval, indicando o seu emparcelamento, densificação e aumento das áreas de implantação das habitações nos séculos seguintes. Também no Largo do Paço do Bio e junto à Torre Velha, as dimensões das construções parecem confirmar uma ocupação coeva do bairro de São Vicente. O mesmo terá acontecido no bairro afeto à Igreja de Santa Maria do Mercado, que terá vivido alguma dinâmica construtiva resultante da diversidade programática próxima. No perímetro da praça e da igreja existia a Casa da Câmara, o Pelourinho e a Casa dos Contos. Sendo que, na frente Norte do quarteirão definido entre a Rua de São Vicente e a rua que atravessa a Praça de Santa Maria do Mercado, verifica-se, ainda hoje, uma uniformidade dimensional que encaixa no acima disposto sobre a casa e o lote urbano medieval guardense. Considerou-se, à semelhança da Praça de São Vicente, uma maior densidade ao redor da Praça de Santa Maria do Mercado. Esta praça era contígua a um rossio, que ao longo dos séculos XVII e XVIII dará lugar à Praça da Sé Catedral. Também se pressupõe a existência de pressão construtiva junto às principais portas da cidade, nomeadamente a Porta dos Ferreiros.

⁵⁹ Adelaide Milán da Costa, 'A Propriedade e o Poder No Espaço Urbano Quatrocentista', em *Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses* (Lisboa, 2001), 28.

⁶⁰ Ver: Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 39-40; Alcina Camejo e Vítor Pereira, 'A necrópole do largo das Freiras (Sé Guarda). Notícia Preliminar', *Praça Velha - Revista Cultural*, 2011, 221-232; Comando Geral de Engenharia, *Esboço da planta da cidade da Guarda*, Planta da Cidade: 1 documento: ms. ; 38 x 47 cm, Escala não Determinada (Guarda, 1885), Projecto SIDCARTA; *Planta da Cidade da Guarda e seus arrabaldes* (Guarda, 1 de Janeiro de 1889), 39875 TC (n.º. IFN), Museu da Guarda. Na reconstituição apresentada na figura 3.3., e no que se refere à posição das igrejas paroquiais existentes intra-muros, foi possível estabelecer a sua implantação com algum rigor, exceção feita à Igreja de Santa Maria Madalena. Esta última, e o seu largo, deveria existir entre o rossio contíguo a Santa Maria do Mercado e à Porta dos Ferreiros. É desconhecida a sua localização, porém Gomes refere que ela deixa de ser documentada a partir do século XV. Contudo, a

monástico terá igualmente lugar dentro e fora de portas. Destruído por D. Fernando, aquando das guerras com Castela, concluído no século XV, o convento das Clarissas tem lugar junto à Porta da Covilhã/Nova, e fora dela temos o Convento de São Francisco. Por fim, na Sé assistimos à manifestação do poder real e do clero secular, o bispo e cabido. O domínio deste último estende-se a outras propriedades na cidade (e fora desta), designadamente no Largo do Paço do Bispo (Paço do Bispo) e junto à Porta dos Ferreiros.⁶¹

No século XVI, a propriedade do concelho situa-se em redor da Praça de Santa Maria do Mercado, onde já se encontravam os paços e cadeia, num bairro próprio, também sobre o arrabalde, e junto à barbacã do castelo (entre a Torre Velha e Porta da Erva).⁶² No que diz respeito ao arrabalde, o seu conhecimento é imperfeito. O arrabalde Sul terá tido sempre uma maior importância, já deduzida por Gomes, face às demolições fernandinas. Este arrabalde possuiria um arruamento principal que articulava as três portas Sul da cidade. Foi neste arrabalde que se vieram a implantar as ordens mendicantes, nomeadamente os franciscanos e as clarissas. Estas últimas, depois das guerras fernandinas, passam a situar-se intramuros, próximas à Porta da Covilhã. Não existem dados que permitam aferir a localização de aglomerados habitacionais. Exceção feita aos edifícios religiosos, ao já referido mosteiro de S. Francisco, à igreja da Misericórdia e à Igreja de S. Pedro. As Igrejas da Misericórdia e São Pedro, apesar de terem sido reedificadas no século XVIII e XIX, respetivamente, têm uma implantação próxima do original.

Conhecido o modo como os poderes se localizavam e representavam no espaço, importa também perceber como e quais os principais espaços onde se desenrolava a vida quotidiana, compreendendo também as atividades em que a população estava envolvida. As portas da cidade, as praças e ruas mais importantes são os espaços de convívio privilegiados para o desenrolar da vida quotidiana medieval da Guarda. A Praça de São Vicente era um dos palcos centrais da vida urbana, local do mercado diário, rodeada de alpendres para a exposição de mercadorias. Era a zona onde se comercializava o sal, o ferro e cereais, como trigo, cevada e centeio. Simultaneamente, era aqui que decorriam as celebrações religiosas e, a par com a Rua Direita e a Rua de São Vicente, era a área por excelência para a residência dos nobres, clérigos e oficiais régios, possuidores de maior riqueza.

existência de uma necrópole, datada entre o século XII e XIV, denuncia a sobreposição de atividades, entre as quais se inclui aqui o enterramento, que caracterizava a envolvente dos edifícios religiosos medievais. Não se exclui que a posição desta necrópole poderá indicar a localização do adro da igreja da paróquia de Santa Maria Madalena, da qual faziam parte as casas próximas à Porta dos Ferreiros. Supõe-se que o desaparecimento desta igreja poderá estar associado à reorganização do espaço resultante da implantação da Sé a Sul da Cidade, ou então durante as transformações urbanas empreendidas a partir do reinado de D. Manuel I. No local onde se situava a Igreja de Santa Maria do Mercado existe hoje uma construção não religiosa. O desaparecimento desta igreja decorre por um lado, da menor influência que tem em relação a São Vicente, e por outro lado, consideram-se também as transformações urbanas desencadeadas pelas disposições manuelinas que terão transformado a igreja e envolvente num espaço subalterno à Praça da Sé (Praça Luís de Camões). Chorão referência a paróquia de Santa Maria do Mercado como sede até ao século XVIII, pese embora a igreja, na aguarela datada do mesmo século, não surja no perfil da cidade. Também é passível de localização a Igreja de S. Tiago, com implantação aproximada, confirmada por uma necrópole possivelmente a ela associada, assim como pela cartografia da cidade de 1887 e 1907.

⁶¹Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 53,60. Largo do Paço do Bispo, como o nome indica Largo do Paço do Bispo. O cabido também possuía propriedades no termo da cidade.

⁶²Ibid., 60.

Foi no final do século XII que, na proximidade desta praça se instalou, sobre a propriedade real, a comunidade judaica, população economicamente ativa. A judiaria é descrita por Maria Ferro Tavares da seguinte forma:

*"As casas eram na generalidade térreas, acompanhadas de uma adega e de um quintal, como as aforadas a Juça, filho de Bolafia, ou de adega e um quintal como as que arrendou Vizinho e sua mulher Oraboia. Estas últimas confrontavam com a sinagoga e com a Rua da Putaria. Ou seja, o espaço ocupado por estas famílias era ruralizado e estava próximo de uma zona marginal do concelho, a rua da prostituição, a verdade é que do lado da igreja de S. Vicente a rua dos judeus terminava na praça, centro de negócios por excelência onde se encontravam o paço real e as estalagens do rei. O edifício da Sinagoga era constituído por uma casa e seu quintal que passaria mais tarde a um a casa de dois pisos e seu quintal e fora aforado à comuna dos judeus da Guarda por D. Dinis."*⁶³

A descrição do espaço da Judiaria como um local onde havia lugar para a atividade agrícola, vem reforçar o papel que o cultivo da terra tem no quotidiano citadino e a ideia de complementaridade estabelecida entre campo-cidade, apontada por Gomes.⁶⁴ Lavradores, comerciantes e mercadores eram profissionais determinantes para a subsistência da população local. O aprovisionamento da cidade dependia das atividades agrícolas, realizadas, quer dentro, quer no seu termo. Outras atividades especializadas — carneiros, tecelões, sapateiros e coreeiros, pedreiros, ferreiros— tornam-se sucessivamente determinantes para uma cidade onde o comércio e artesanato ganhará protagonismo. Isto acontece à medida que diminui a importância militar da Guarda, em especial a partir do reinado de D. Manuel I. Estando agora inserida noutras estruturas comerciais e administrativas, e no processo de gestão e burocratização da diocese, do julgado e almoxirafado régio, surgirão profissões ligadas à escrita, como o almoxarife e o tabelião.⁶⁵ Comercialmente, a cidade alargará o seu território mercantil à região de Lamego, Covilhã, Castelo Branco e Castela. Importa ainda referir que, a partir do século XIV, certas atividades praticadas na cidade e seu termo se tornam importantes fontes de receita para a Coroa, como é a mineração e a indústria têxtil. Esta última terá um peso económico significativo na região da beira interior. Joana Sequeira defende que, na Idade Média, Portugal era um país produtor de tecidos, e no qual a cidade da Guarda surge como um grande polo de indústria têxtil, o que coincide com a prática da transumância. Os panos meirinhos (de lã de merinos) eram o produto resultante desta indústria têxtil praticada, tanto por tecelões cristãos, quer por judeus.⁶⁶

⁶³Maria Tavares, 'O Povoamento Judaico no Território da Diocese da Guarda (período medieval e moderno)', *Praça Velha - Revista Cultural*, 2016, 74.

⁶⁴Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 105.

⁶⁵Ibid., 105-13.

⁶⁶Joana Sequeira e Luís Miguel Duarte, *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*, 1ª ed, Para saber 39 (Porto: U.Porto, 2014), 36-38, 44.

A evolução das centralidades, a Praça do Concelho e, os novos programas funcionais: do século XV ao século XVIII.

A praça na cidade medieval era um espaço multifuncional, não só de centralização política ou foco de crescimento urbano, mas de identidade e convergência da comunidade, dos visitantes, cenário de vários rituais urbanos. A sua relação com a igreja e outros equipamentos tornam-na num espaço urbano vital onde se praticam e sobrepõem atividades políticas, económicas, judiciais e lúdicas. Até ao século XVIII, a cidade da Guarda assistiu a uma progressiva monumentalização das praças, que culminará com a conformação da Praça do Concelho. Já a Praça da Sé, como é hoje vulgarmente designada a atual Praça Luís de Camões atingirá a sua forma contemporânea no século XIX. A transformação e conformação da Praça do Concelho é consequência de novas ideias políticas, por sua vez representadas por novas tipologias arquitetónicas, civis e institucionais. Acompanhando esta transformação das centralidades, a cidade densifica-se, renovando o seu edificado e, fora de portas, consolidam-se os arrabaldes.

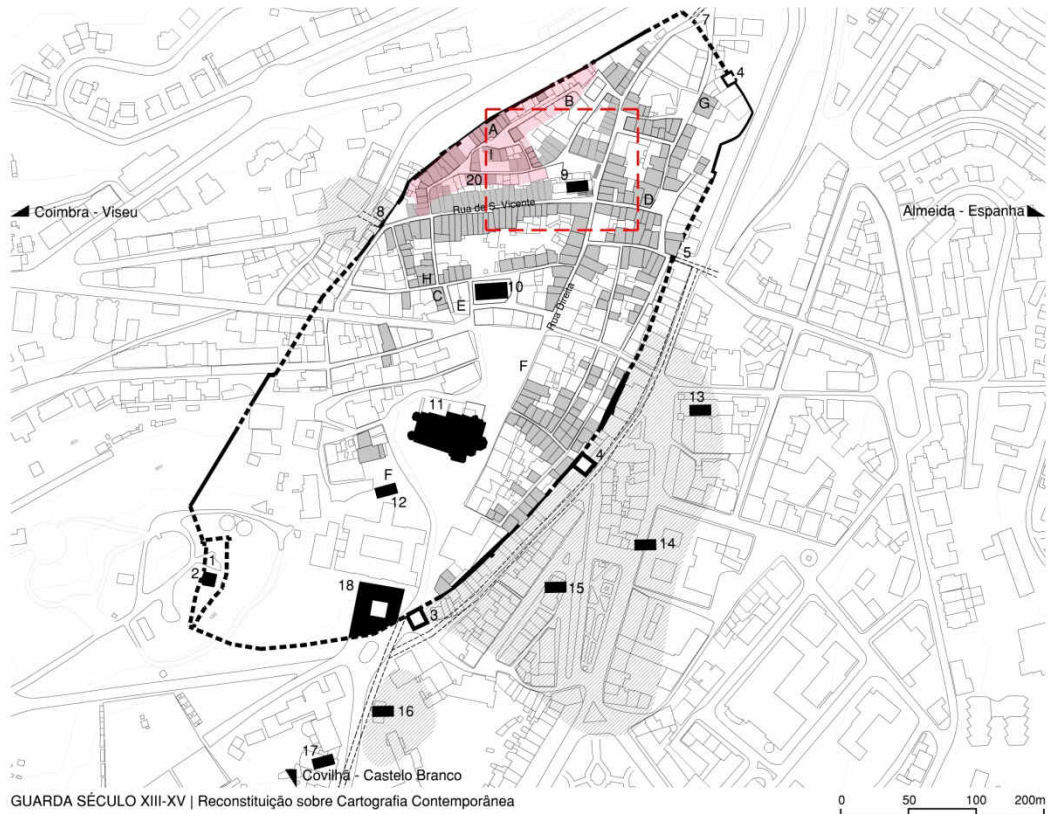
Até meados do século XV, a Praça/Largo de S. Vicente (figura 3.5.), como já referido, era o centro religioso e comercial da cidade.⁶⁷ Era o local do mercado diário, onde o rei alugava alpendres (tendas) para o comércio e onde o clero realiza o ofício dos mortos. Em 1364, a sua importância na vida da cidade é legitimada pela tentativa frustrada do corregedor régio de transladar o mercado da cidade para a Praça de S.^a Maria da Vitória/Mercado: "*«o mudamento dessa praça era grande desamparamento dessa cidade e danoso para os caminhantes que per si pasauam porque a praça de sam vicente estaua em na rua per que uaa os que per cidade param E a praça de santa maria esta alongada da dicta rua e em lugar nom camjnhante»*".⁶⁸ Posteriormente, dentro de um cenário urbano nacional em que a normativa e fiscalização urbana é renovada, com as Ordenações Afonsinas (1447) e com as Ordenações do Reino de D. Manuel (1512), emerge uma política de valorização estética da cidade, de preocupação com a segurança, ordem, embelezamento e higiene da cidade, cuja importância se manifestava veemente nas cidades onde a corte permanecia algum tempo.⁶⁹ Parece ser este o caso refletido no pedido do concelho a D. Afonso V (1438 - 1481) quando, em 1465, nas Cortes da Guarda, pede o encerramento da judiaria na busca da ordem urbana e das condições de higiene da Praça de São Vicente:

"E senhor em esta cidade ha huua judiaria em que poderam morar atee cimquoemta ou sesemta e tem judaria apartada e já per alguuas vezes por escusar estes imcomvenientes foy acordado pellos regedores desta idade

⁶⁷"... em português praça sinónimo de mercado, comércio, leilão, bolsa, etc., parecendo-me que para as cidades medievais portuguesas a designação correcta para o espaço urbano a que nos referimos é largo." Walter Rossa, 'A Cidade Portuguesa (março de 1995)', em *A Urbe e o Traço - Uma década de Estudos sobre o urbanismo Português*. (Coimbra: Livraria Almedina, 2002), 226.

⁶⁸Chancelaria de D. Pedro I *apud*. Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 52.

⁶⁹Rossa, 'A Cidade Portuguesa (março de 1995)', 242-43. Neste contexto normativo, Rossa salienta, a obrigação da limpeza das ruas em Lisboa, a responsabilidade de recolha de lixo e as preocupações com o encanamento de esgotos e o calçetamento de ruas, como é o caso da Rua Nova de Lisboa.



3.5. Praça/Largo de São Vicente Século XIII-XV. Reconstituição sobre cartografia contemporânea.

que fosse çarrada e per peytas rogos e afeyções nam se çarrou. E aynda aquy há outra comgeyçom de grande pecado que os judeus fazem grande sayda e serventia de dia e de noute pollo adro de huua ygreja de Sam Vicemte homde d'antigamente e agora sam sepultados muytos christãaos e fazem cimtimento em este adro muitas çujidades. ".⁷⁰

Complementar a São Vicente, a Praça de Santa Maria da Vitória ou do Mercado é o espaço público sede do poder concelhio. Entre o século XIII e o século XV, é em redor da Igreja de Santa Maria da Vitória que se desenvolve um bairro com autonomia própria e mercado diário, concentrando-se perto da praça os edifícios e instrumentos representativos do exercício do poder administrativo e judicial: a Casa da Câmara, a Casa dos Contos, o Pelourinho e o Hospital.⁷¹

As preocupações com a salubridade, a segurança da cidade e com a valorização estética são desenvolvidas e regulamentadas por D. Manuel I, coincidindo com a modernização e concentração do poder local. Elas são acompanhadas de uma conjuntura económica e intelectual próspera, consequência da expansão ultramarina portuguesa. A esta conjuntura não é alheia a circulação das ideias renascentistas sobre a arquitetura e a cidade, as quais não foram suficientemente fortes para influenciar a conceção e concretização da cidade segundo um programa urbano desenhado.⁷²

As transformações urbanas deste período são determinadas pela reforma dos espaços urbanos e pela expansão de cidades existentes, centrando-se a maior parte das iniciativas se em cidades portuárias.⁷³ Mas, na maior parte das cidades fundadas na Idade Média e no interior, serão os antigos rossios terreiros e largos, habitualmente extramuros — mas nem sempre, como é o caso de Setúbal, Nisa e, também Guarda — serão transformados em praças, incorporando um programa funcional novo, constituído pelas Casas de Câmara, as Misericórdias e as Igrejas Matrizes. Como Trindade argumenta, é na transição entre o século XV e XVI que a significação da Praça como espaço urbano ocorre, alterando o local onde habitualmente já se realizava o mercado. Uma nova conceção na definição de Praça emerge: *"Honrado, nobre e formoso são adjectivos que justificam o derrube de casas, as indemnizações a proprietários ou os pedidos que, em crescendo, as vereações dirigem ao poder central solicitando a cedência de um espaço, a autorização para a construção de um*

⁷⁰Transcrição dos Capítulos Especiais da Guarda às Cortes da Guarda de 1465, 3 de setembro de 1465, *apud* Coelho e Rêpas, *Um cruzamento de fronteiras: o discurso dos concelhos da Guarda em cortes*, Iberografias 9 (Porto: Campo das Letras, 2006) 126.

⁷¹Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 52-53, 57.

⁷²Rossa, 'A Cidade Portuguesa (março de 1995)', 249.

⁷³Manuel Teixeira, 'As Praças Urbanas Portuguesas Quinhentistas', em *A praça na cidade portuguesa: [actas do] Colóquio / org. pelo Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura do ISCTE março, 1999; coord. Manuel C. Teixeira.*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 72.

apendre ou de um chafariz ou das verbas necessárias para a edificação de uma qualquer equipamento público."⁷⁴

Esta conjuntura possibilitou, assim, mudanças na imagem da Guarda medieval, resultando numa contínua reformulação, regulamentação, inserção e demolição de elementos, do qual surge a Praça do Concelho como componente urbana fundamental. Este processo contínuo, que se estende até setecentos, terá lugar dentro da estrutura urbana intramuros, onde no início do século XVI se concluíam as obras da Sé Catedral. Associada à finalização da construção da Sé Catedral, a modernização da vida civil fez-se com a introdução de novos edifícios na frente Norte da Praça, como o bloco de casas porticadas e a nova Casa da Câmara e Cadeia, edifício da administração municipal.

Até à introdução destes edifícios a Praça de Santa Maria do Mercado congregava as funções de mercado, assim como um conjunto de equipamentos congéneres, como os Paços do Concelho, Hospital, Cadeia, Pelourinho e a Casa dos Contos.⁷⁵ Todavia, na ausência de evidências documentais e materiais sobre a fisionomia desta praça, as razões da obliteração, transformação e deslocação física deste espaço da cidade, como noutras cidades portuguesas no início da idade moderna, terá muito provavelmente ocorrido "*por iniciativa concelhia, mas sempre dependente da autorização e auxílio dos monarcas*", resultado do crescimento urbano e da vontade de criar um espaço privilegiado de representação cidadina, aglutinador de vários equipamentos urbanos.⁷⁶ No início de quatrocentos, são disto exemplo as demolições de casas para a reconfiguração da Praça Velha, em Coimbra, necessárias para assegurar um espaço comercial amplo, a reformulação da Praça do Rossio, em Lisboa, concluída com a construção do Hospital de Todos os Santos, entre o reinado D. João II e D. Manuel I, a construção da praça e igreja da Misericórdia de Nisa, sob o antigo terreiro intramuros, e a Praça do Sapal em Setúbal, também intramuros, mas já no reinado de D. João III (1521 - 1557).⁷⁷

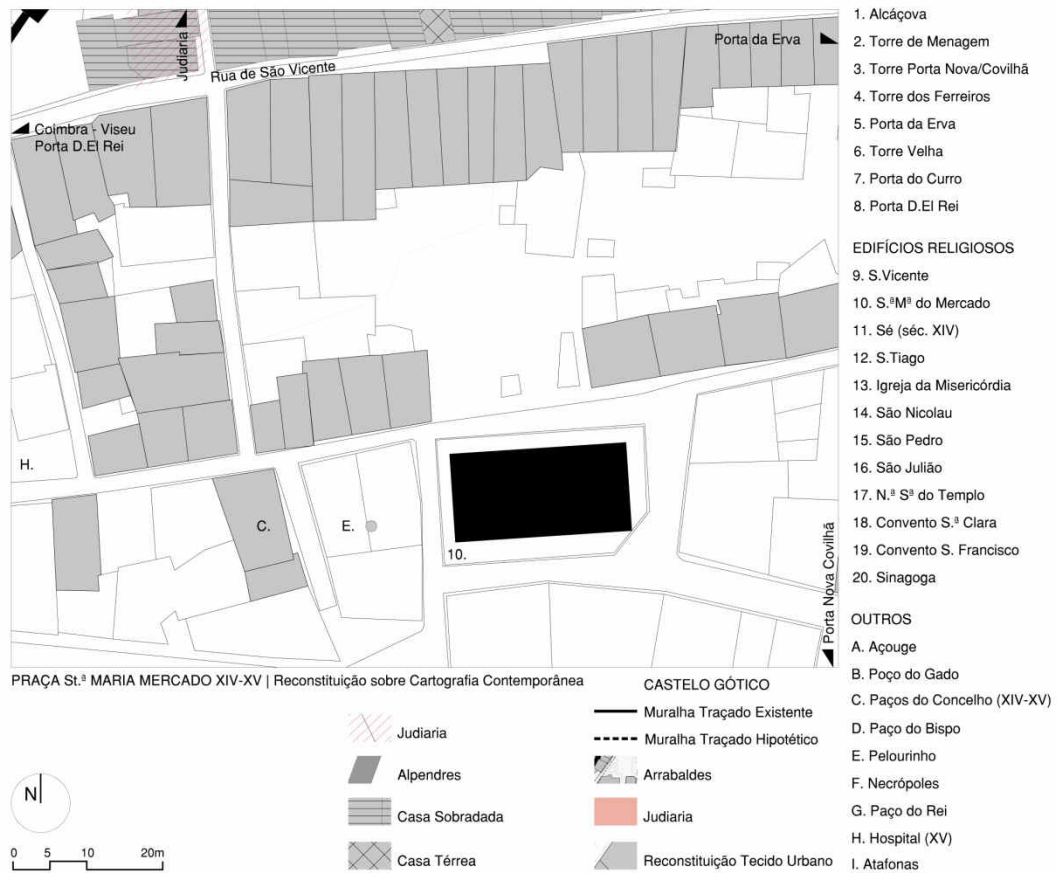
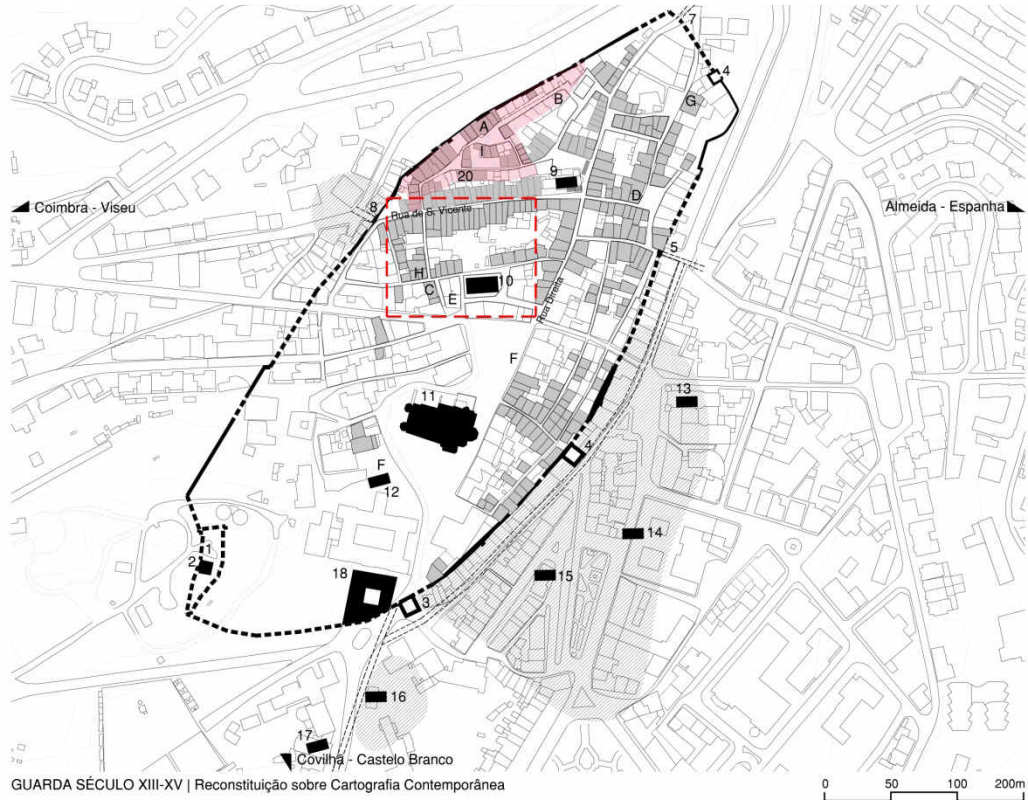
Para a Guarda, a Praça do Concelho será um espaço alargado, duplo, formado pelo largo e adro de Santa Maria do Mercado e por um novo espaço vazio adjacente, de carácter ortogonal que se organiza em função do novo edifício dos Paços do Concelho e do bloco de casas porticadas. Esta forma parece manter as suas características no início do século XIX, como se pode observar pelo esboço do oficial inglês, aquando da invasão francesa de 1810-1811 (figura 3.14). Deduz-se que o adro e largo de Santa Maria do Mercado perde as suas funções concelhias, continuando a igreja e largo a manter o seu uso comercial. Estes dois espaços eram complementares e comunicantes. Esta transformação, como já assinalado, é marcada pela presença destes novos programas arquitetónicos, bem como pela descoberta de

⁷⁴Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal', 709.

⁷⁵Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 57.

⁷⁶Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal', 714.

⁷⁷Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal', 10-16; Teixeira, 'As Praças Urbanas Portuguesas Quinhentistas', 73.



3.6. Praça Santa Maria do Mercado Século XIV-XV. Reconstituição sobre cartografia contemporânea.

vestígios arqueológicos que confirmam as transformações urbanas a que a cidade esteve sujeita até ao século XVII.⁷⁸

O surgimento do bloco de casas porticado a Norte da Praça é consequência deste movimento de reformulação da cidade medieva, que aposta na delimitação dos espaços centrais e no realinhamento de casario. Um exemplo paradigmático destas reformulações é o projeto de demolição e alinhamento de fachadas da Rua Nova e Sapataria, em Lisboa, previsto no programa de reordenamento da cidade de Lisboa de 1498-99.⁷⁹ A utilização da galeria porticada é comum a locais onde se assiste ao desenvolvimento das atividades mercantis, garantindo a proteção de mercadores, mercadorias e população. Além da Guarda, esta solução foi também utilizada nas praças de outras cidades portuguesas, tais como Coimbra, Beja, Évora, Leiria, Porto, Setúbal e Lisboa.⁸⁰ No entanto, como argumenta Gomes, esta prática não era exclusiva do território nacional. A autora expõe que este tipo de construção é comum às cidades leonesas, castelhanas, entre o final do século XV e início do século XVI.⁸¹

As Casas de Câmara, também designadas Paços do Concelho, resultam da concentração do poder medieval e de um maior controlo régio que levou a uma especialização relativa aos assuntos da cidade e à administração concelhia. Trindade explica que a difusão dos espaços concelhios acontece a partir de 1330, tornando-se no final do século XIV, uma realidade comum a todo o reino, desenvolvida por completo durante o reinado de D. Manuel I.⁸² Reafirma-se que, no final do século XIV, já existiria na cidade da Guarda o edifício Paços do Concelho, a Cadeia e o Pelourinho, ambos situados na Praça de Santa Maria do Mercado, no entanto pouco se sabe sobre a sua posição nesta praça ou mesmo a sua forma.⁸³ Terá sido um edifício apalaçado ou, como Trindade refere, terá sido resultado de uma solução frequentemente adotada, uma morada comum transformada em sede do poder local?⁸⁴ Dúvidas permanecem. Não obstante, a construção do novo edifício dos Paços do Concelho advém da crescente importância funcional e do fortalecimento que o poder local assume, conduzindo a uma implantação que acompanha o deslocamento do centro da cidade, veja-se também o caso de Évora e Barcelos.⁸⁵ No que concerne ao edifício propriamente dito, a data da sua construção carece de certezas, porém encontra-se situada entre a segunda metade do século XVI e o século XVII.⁸⁶ A opção tipológica corresponde a um modelo que se consolidou

⁷⁸Vitor Pereira, 'Intervenção Arqueológica na Rua Dr. Miguel de Alarcão, no.21 (Sé, Guarda)', *Praça Velha - Revista Cultural*, 2001, 63-72.

⁷⁹Hélder Carita, *Lisboa Manuelina: A Formação de Modelos Urbanísticos Da Época Moderna (1495-1521)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999), 66 – 68.

⁸⁰Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal', 736 – 737.

⁸¹Adrian Randolph, 'The Bastides of the Southwest France', *The Art Bulletin* 77, n.º 2 (junho de 1995): 290–307; Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 52. Poder-se-á argumentar que esta solução já era utilizada na Europa em séculos anteriores, sob a forma de arcadas. Veja-se o caso das praças das bastides da Aquitânia, no sul de França.

⁸²Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal', 761, 766.

⁸³Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 57.

⁸⁴Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal', 761–64.

⁸⁵Ibid., 774–77.

⁸⁶Carlos Manuel Ferreira Caetano, 'As Casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local: (séculos XIV a XVIII)' (Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Moderna, FSCH da Universidade Nova de Lisboa, 2011), 647;

a partir de meados de quatrocentos, com dois pisos, arcada no piso térreo. Uma tipologia comum em zonas mercantis, com varanda e janelas no piso superior, apresentando-se na fachada a heráldica do reino e da cidade.⁸⁷ O edifício de Estilo Chão adota dupla funcionalidade, casa da câmara e cadeia, situando-se no primeiro piso os espaços da câmara e no piso térreo audiência e cadeia.

Serão os trabalhos de arqueologia, empreendidos no edifício dos Paços do Concelho, a verificar a ocupação medieval do local da nova praça, comprovando as alterações à malha urbana entre o século XV e XVII.⁸⁸ Na configuração da nova praça a demolição de edifícios terá sido prática corrente, podendo nestas circunstâncias questionar-se o desaparecimento da Igreja de Santa Maria Madalena (1450),⁸⁹ a ocultação da necrópole que existia a Norte da praça e o derrube de construções existentes no centro da praça, conforme revelaram os estudos arqueológicos realizados no ano de 2004.⁹⁰ A referência documental acerca das construções existentes na área da praça é-nos dada através do testamento do cronista do reino Rui de Pina (1440?-1520?), no qual é referida a existência de construções na praça da cidade: *"E assy disseram / que por terceira cousa doôs bees. per as ditas terças apartauam / e logo as suas casas demorada que são na praça da cidade da guarda: na freguesia de Santa maria do mercado"*.⁹¹

A Praça do Concelho terá assim atingido a sua forma contemporânea no final do século XVII, a julgar também pela representação em aguarela da cidade, datada entre meados do século XVII início do século XVIII.⁹² Sobre esta aguarela (figura 3.10.) não existem muitos dados acerca da sua proveniência e autoria, ela faz parte de um álbum de províncias portuguesas, datado de finais do século XVII, inícios do século XVIII, onde surgem retratadas várias cidades portuguesas. Guarda aparece numa mesma folha, a par com Viseu e Lamego, três cidades episcopais. Nesta aguarela, o perfil nascente da cidade parece confirmar a densificação que o recinto medieval sofreu desde o século XV. O casario, fundamentalmente, de dois pisos é dominado pela Sé e pontuado pela Igreja de São Vicente e São Tiago, esta última surge atrás da Sé. À esquerda, fora das muralhas, surge o Seminário e

Vitor Pereira, 'Intervenção Arqueológica No Edifício Dos Antigos Paços Do Concelho, Guarda', em *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana da Amadora* (Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2003), vol.II, 103. Carlos Caetano situa a construção da Casa de Câmara numa data anterior a 1578, mas em virtude dos vestígios arqueológicos encontrados no edifício, Pereira assume que a sua construção já só tenha sido concretizada no século XVII.

⁸⁷Trindade, 'Urbanismo Na Composição de Portugal', 800.

⁸⁸Pereira, 'Intervenção Arqueológica No Edifício Dos Antigos Paços Do Concelho, Guarda', 103.

⁸⁹Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 43. Gomes situa esta capela em bairro próximo à Torre dos Ferreiros.

⁹⁰Alcina Cameijo, 'Um novo olhar sobre a Praça Velha' (power point, Academia Sénior, 3 de junho de 2008).

⁹¹Transcrição do testamento de Rui de Pina em: A. Elias Garcia, 'Rui de Pina o seu testamento', *Altitude*, fevereiro de 1943, 11, BMEL.

⁹²Ver figura 3.10. "... álbum de desenhos originais, provavelmente datados do século xvii, contendo vistas de impressionante rigor das mais importantes cidades portuguesas. A obra abre com um frontispício manuscrito com o brasão de armas de Portugal em cima de uma laje com a inscrição "Typvs Provinciæ Transtaganae, vulgo alentejo", seguido dos desenhos originais do Palácio de Vila Viçosa, Castelo de Vide, Castelo de Estremoz, Elvas, Beja, Barra de Setúbal, Évora (para a porta do Sul), Potalegre, Olivença, Moura, Campo Maior (no verso de Moura), Parte da Perspectiva da nobre Villa de Moura. (...) No total, além dos separadores e mapa do Algarve, estão ilustradas 45 cidades de Portugal." Nuno Gonçalves, ed., '[ALBUM de Desenhos] TYPVS Provinciæ [...] s. XVII', em Catálogo de Leilão Biblioteca Particular, vol. II (Lisboa, 2013), 2-3.

Paço Episcopal. A estrutura defensiva da cidade envolve o casario. A imagem é coroada no canto superior direito pela Torre de Menagem e sua alcáçova, situada no ponto mais alto da cidade e afastada do casario.

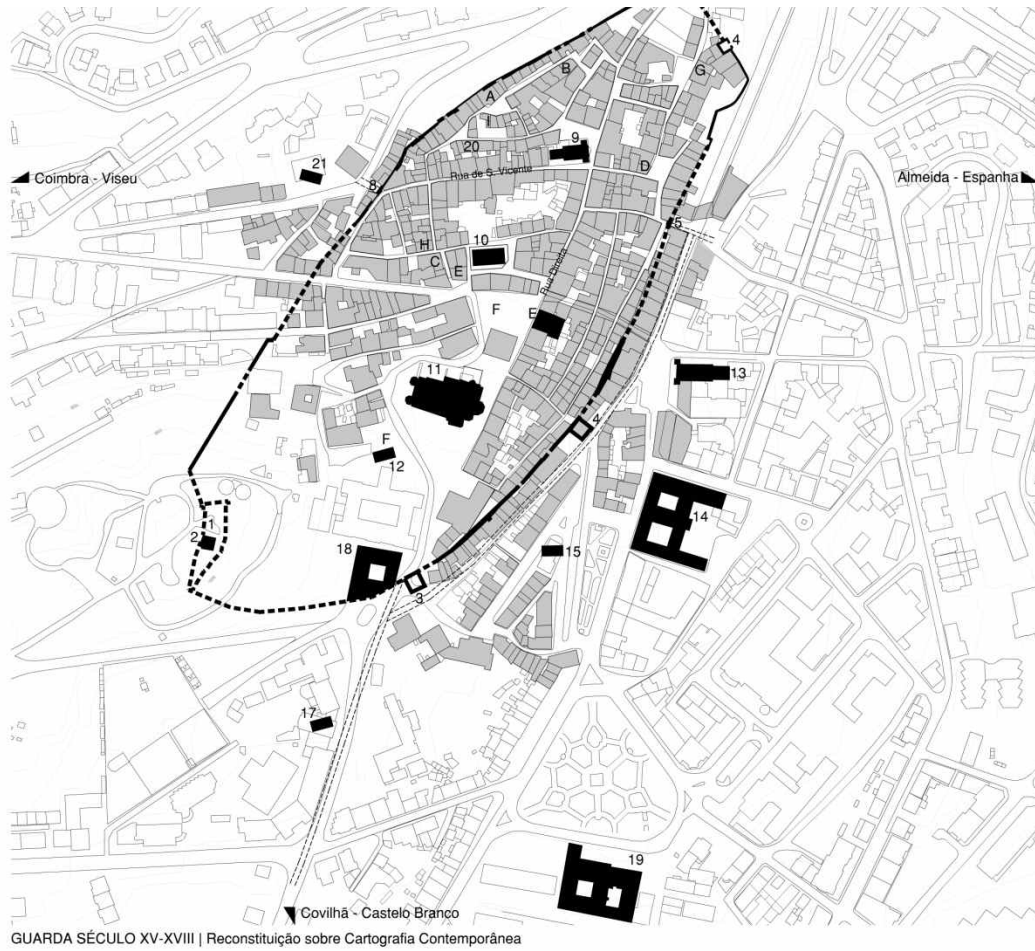


3.7. Bloco de Casas Porticado. Julho 2017.

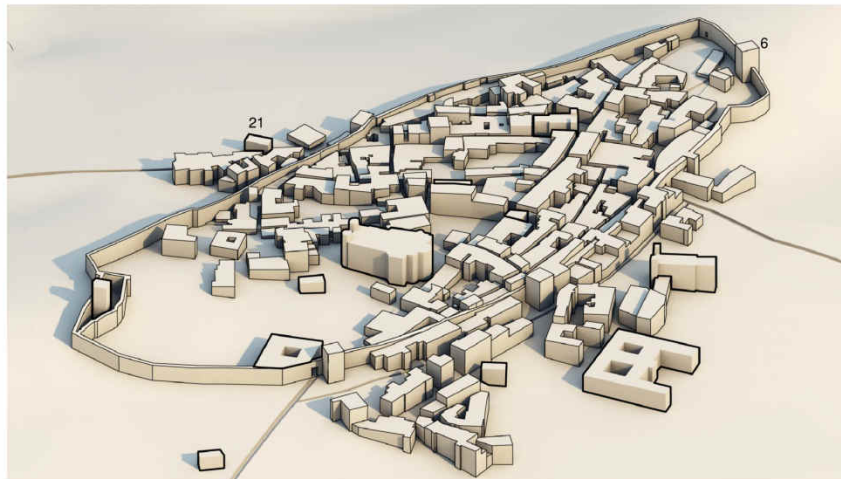
Depreende-se que o ímpeto reformista urbano iniciado pelo reinado de D. Manuel I se tenha estendido na Guarda para lá do final da dinastia de Aviz. A emissão do alvará de D. Filipe II (1598 - 1621) de Portugal, de 22 de dezembro de 1604, que autorizava a entrada de bens pela raia, tornou a cidade num pólo comercial para as comarcas raianas. Esta posição levou à diluição da situação de interioridade que a cidade adquirira com a estabilização das fronteiras, ainda coadjuvada pela manutenção de um clero forte.⁹³

A prosperidade económica vigente desde meados do século XVI até ao século XVII traduziu-se no natural enriquecimento da aristocracia e burguesia, influenciando a renovação da habitação civil da cidade. Consequentemente, e como demonstra a aguarela apresentada na figura 3.10., assiste-se à densificação dos quarteirões urbanos existentes e à beneficiação das construções de base medieval. Movimento particularmente ativo sobre o casario situado ao longo das principais ruas e junto às portas da cidade. As habitações, na generalidade do seu conjunto, são de dois pisos com fachadas em granito, cuja cantaria evidencia erudição. Várias construções renovadas durante este período apresentam as características do Estilo Chão, fazendo uso de *"portais de lintéis rectos e largos, encimados por frisos salientes e, por vezes ladeados por pilastras caneladas (...)[e] para o embelezamento destas casas, [recorrendo] (...)*

⁹³João Martins das Neves, 'A Casa Nobre do Largo do Paço do Biu - Um exemplo da Arquitectura Nobre da Época Filipina, na Guarda', *Praça Velha - Revista Cultural*, 2005, 26; Rodrigues, *Guarda, monografia: Pré-história, História e Arte*, 306.



GUARDA SÉCULO XV-XVIII | Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea



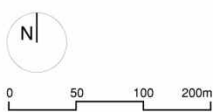
GUARDA SÉCULO XV-XVIII | Reconstituição 3D

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS

- 9. S. Vicente
- 10. S.ª M.ª do Mercado
- 11. Sé (séc. XIV)
- 12. S. Tiago
- 13. Igreja da Misericórdia
- 14. São Nicolau
- 15. São Pedro
- 16. São Julião
- 17. N.ª S.ª do Templo
- 18. Convento S.ª Clara
- 19. Convento S. Francisco
- 20. Sinagoga

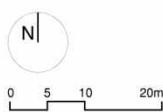
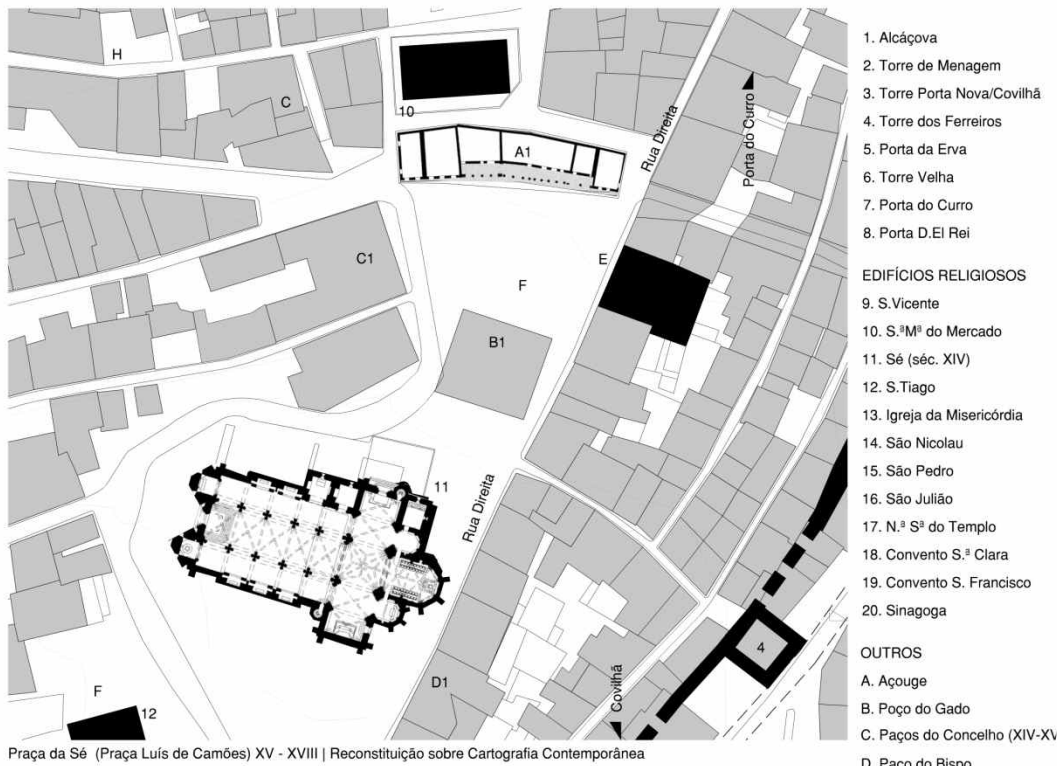
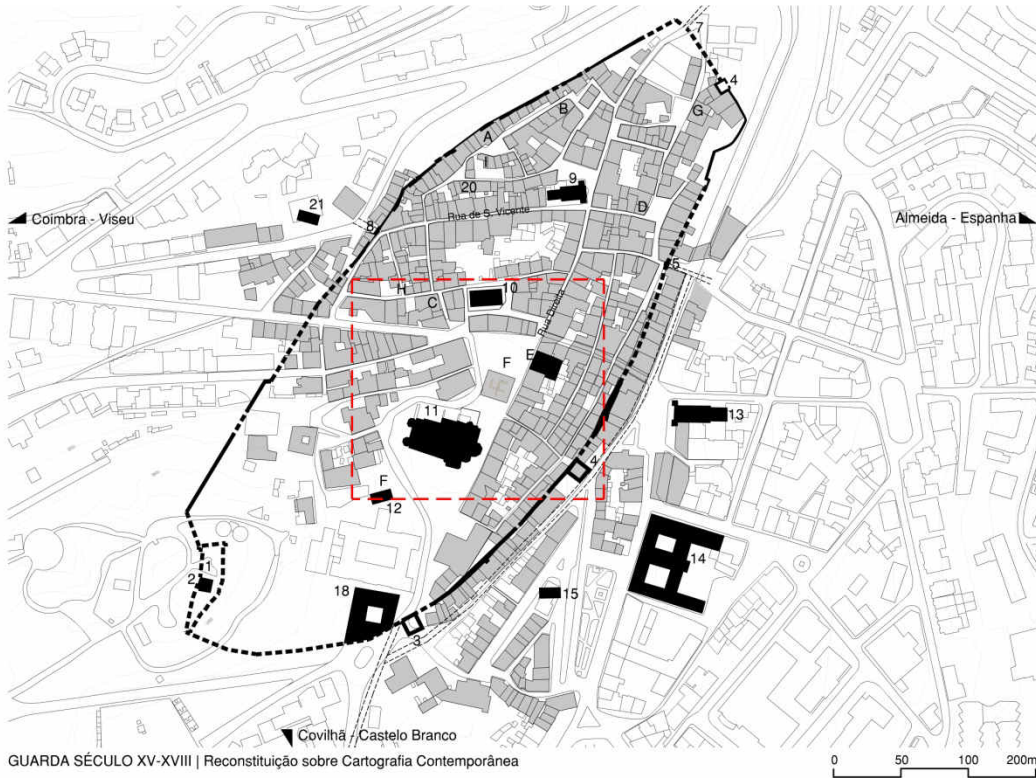
OUTROS

- A. Açogue
- B. Poço do Gado
- C. Paços do Concelho (XIV-)
- D. Paço do Bispo
- E. Pelourinho
- F. Necrópoles
- G. Paço do Rei
- H. Hospital (XV)
- I. Atafonas



- CASTELO GÓTICO**
- Muralha Traçado Existente
 - - - Muralha Traçado Hipotético
 - Reconstituição Tecido Urbano

3.9. Guarda Século XV-XVIII. Reconstituição sobre cartografia contemporânea e Reconstituição tridimensional.



- A1. Bloco de Casas Porticado
 - B1. Casas Testamento Rui de Pina
 - C1. Solar Póvoa Mendonça
 - D1. Casa Brasonada
- CASTELO GÓTICO**
- Muralha Traçado Existente
 - - - Muralha Traçado Hipotético
 - Reconstituição Tecido Urbano

1. Alcáçova
 2. Torre de Menagem
 3. Torre Porta Nova/Covilhã
 4. Torre dos Ferreiros
 5. Porta da Erva
 6. Torre Velha
 7. Porta do Curro
 8. Porta D.El Rei
- EDIFÍCIOS RELIGIOSOS**
9. S.Vicente
 10. S.ªMª do Mercado
 11. Sé (séc. XIV)
 12. S.Tiago
 13. Igreja da Misericórdia
 14. São Nicolau
 15. São Pedro
 16. São Julião
 17. N.ª S.ª do Templo
 18. Convento S.ª Clara
 19. Convento S. Francisco
 20. Sinagoga
- OUTROS**
- A. Açouge
 - B. Poço do Gado
 - C. Paços do Concelho (XIV-XV)
 - D. Paço do Bispo
 - E. Pelourinho
 - F. Necrópoles
 - G. Paço do Rei
 - H. Hospital (XV)
 - I. Atofanas

3.10. Praça do Concelho. Séculos XV-XVIII. Reconstituição sobre cartografia contemporânea.

às janelas de ângulo".⁹⁴ Também a Igreja de São vicente será reconstruída com a frente virada para a Rua Direita. O seu traçado foi realizado em 1762 pelo arquiteto e gravador António Fernandes Rodrigues (1724-1804).⁹⁵

Á semelhança com o que se passava intramuros, no início de seiscentos, também o arrabalde Sul, que fora destruído no século XIV, adquire estrutura próxima da atual, espoletada pela inserção de programas arquitetónicos de maior relevo, nomeadamente o Hospital e Igreja da Misericórdia e o Paço e Seminário Episcopal. Já a posição do arrabalde Norte, desfavorável geográfica e climatericamente, legitima o seu fraco desenvolvimento.⁹⁶ Será a partir do século XVI em diante que o mesmo adquire alguma importância, a julgar pela implantação da Ermida do Espírito Santo e seu Largo.



3.11. Fonte: Nuno Gonçalves, ed., «[ALBUM de Desenhos] TYPVS Provinciæ [...] s. XVII», em *Catálogo de Leilão Biblioteca Particular*, vol. II (Lisboa, 2013), 2-3.

A Misericórdia será o programa assistencial que, desenvolvido no reinado de D. João II, assumirá com o reinado de D. Manuel I um papel político importante na afirmação do poder régio, quer no território nacional, quer no ultramarino. A difusão deste modelo fez-se

⁹⁴Ibid., 35-36.

⁹⁵Orlando da Costa Ferreira, *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada* (São Paulo: EdUSP, 1994), 237; Cybele Fernandes, 'Arquitetos, mestres-de-obras, pedreiros e calceteiros no século XVIII e XIX em Minas Gerais', em *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*, ed. Natália Ferreira-Alves (Porto:CEPESE, 2008), 73. António Fernandes Rodrigues era natural de Mariana no Brasil, tendo vindo para Lisboa em 1758. Os seus estudos foram feitos no Rio De Janeiro, em Lisboa e Roma, tendo sido nomeado por Pina Manique em 1781 para professor de desenho da Casa Pia.

⁹⁶Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 40; Marcos Osório, 'Notas Históricas em Torno da Casa do Alpendre (Largo do Espírito Santo Guarda)', *Praça Velha - Revista Cultural*, 2001, 76.



3.12. Igreja de São Vicente. Julho 2017.



3.12. Igreja da Misericórdia. Julho 2017.



3.13. Paço e Seminário Episcopal. Julho 2017.

maneiristas e manifesto num equilíbrio entre o emprego de elementos eruditos e o apego a uma linguagem claramente vernacular. [...] [Tal formulação deve] ser reequacionada por todo o reino e espaço ultramarino, ao longo do século XVI e, após a morte de D. Manuel I, seguirá os preceitos da Contra-Reforma. Porém, não foi só o interesse régio a fomentar a construção de novas misericórdias e hospitais, muitas vezes elas nasceram do interesse das autoridades locais e da iniciativa dos seus senhores.⁹⁷ Segundo Osório Gama e Castro, a Misericórdia da Guarda foi fundada no final do século XVI por Simão Antunes de Pina, descendente da família de Rui de Pina, cronista do reino. De acordo com este autor, a sua localização contemporânea é consequência da sua mudança do centro do burgo para o local onde D. Fernando mandara demolir a Sé, no arrabalde.⁹⁸ A atual igreja resulta de uma ampliação datada do início da década de setenta de oitocentos, na qual trabalharam os mestres pedreiros José de Araújo, Domingos Fernandes e Inácio de Araújo.⁹⁹

Durante a dinastia Filipina é construído o Seminário e Paço Episcopal. Ambos os edifícios encontram a sua razão de ser no desenvolvimento de um programa escolástico moderno saído das recomendações tridentinas. O Seminário Episcopal, mandado erguer em 1601 pelo Bispo D. Nuno de Noronha, é resultado da influência política que o bispo detinha junto do rei D. Filipe II de Portugal. A amizade que unia bispo e rei foi igualmente responsável pela construção do Seminário de Viseu no final do século anterior. O Paço terá sido edificado em data paralela ou pouco posterior ao Seminário. Deduz-se que este conjunto terá sofrido várias intervenções ao longo dos séculos seguintes.¹⁰⁰ Este conjunto *"...expressa uma formulação morfológica e programática do quadro da Contra-Reforma e do Estilo Chão, [...] [num] processo de depuração formal, distante das correntes perante o encetamento de um diálogo bilateral com a cultura castelhana em várias regiões, e de que este edifício beirão poderá servir de exemplo."*¹⁰¹ O maciço conjunto arquitetónico, de planta em U e dois claustros formando quarteirão, impõe-se pela sua regularidade sobre o arrabalde e determinará o alinhamento dos arruamentos que se consolidarão em seu redor. Mais a Sul, seguindo as mesmas formulações morfológicas e programáticas, o Convento de São Francisco é renovado e ampliado. Na reconstituição do tecido urbano da cidade da Guarda, apresentado na figura 3.10. evidencia-se a localização e dimensão que estes novos programas assumem na cidade: Praça e Paços do Concelho, Misericórdia, Paço e Seminário Episcopal. Neste exercício considerou-se a densificação do tecido urbano, segundo argumentos já apontados, e que se prendem com a prosperidade económica do reinado filipino e com as ilações retiradas da aguarela de finais do século XVII. Além disso entre os séculos XII-XV, procura-se ultrapassar a dificuldade de reconstituição dos arrabaldes, em relação ao exercício anterior. Foi a partir do século XVI que o arrabalde Sul assumiu uma estrutura próxima da

⁹⁷ Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Temas de História de Portugal (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 32.

⁹⁸ Gama e Castro, *Diocese - Districto da Guarda*, 114. Servindo-se da citação do Dicionário Geographico do P.e Cardoso.

⁹⁹ Ver: António Nunes da Costa Neves, 'A Igreja Da Misericórdia Da Guarda - à Luz de Documentos Inéditos', *O Interior*, n. 89 (2001): 10. Não se deixa de questionar como composição e desenho são semelhantes à Igreja de São Vicente, terá sido riscada pelo mesmo arquitecto?

¹⁰⁰ Margarida Tavares da Conceição, 'Antigo Seminário e Paço Epicopal da Guarda uma investigação na base de um projecto de arquitectura', *Praça Velha - Revista Cultural*, 1997, 18-19.

¹⁰¹ *Ibid.*, 22-23.

contemporânea, pela introdução do programa da Misericórdia e do Seminário e Paço Episcopal. Assim, propõe-se a sedimentação de um conjunto de quarteirões que englobam a Capela de São Pedro até ao alinhamento gerado pela Igreja da Misericórdia e o Seminário e Paço Episcopal. A planta esboço da cidade de 1810,¹⁰² e a planta posterior já final do século XIX¹⁰³ confirmam a sua existência. O arrabalde Norte de fraco desenvolvimento, justificado pelas condições orográficas e climatéricas. A presença de um pequeno núcleo de casas extramuros, sem autonomia administrativa, é documentada por Gomes a partir do século XV.¹⁰⁴ Assim, supõe-se que será neste período, entre o século XV e XVIII, que se implanta no local a Ermida do Espírito Santo, criando um largo fronteiro com a Porta D'El Rei.¹⁰⁵

Enquanto até ao século XVII a transformação urbana da Guarda é assinalada pela estreita relação entre arquitetura e tecido urbano, realizada através de ações particulares, resultantes da transformação das pré-existências — na consolidação da Praça do Concelho, na construção de programas arquitetónicos eruditos e na adoção dessa mesma erudição nos elementos arquitetónicos do edificado civil, — ao longo do século seguinte esta mutação urbana esmorece. O enfraquecimento e impacto das transformações urbanas vinculam-se com as mudanças no povoamento e na estrutura urbana de Portugal. Até à década de trinta de setecentos assiste-se a uma recessão populacional, verificável inclusive para a Beira.¹⁰⁶ A isto não são alheias as consequências inerentes aos conflitos da Restauração (1640-1668) e da Sucessão Espanhola (1701-1714). E, pese embora Portugal se apresente como um país fortemente urbanizado em setecentos, é a partir de meados do século que a estrutura urbana portuguesa apresenta um desequilíbrio, verificando-se uma corrente migratória para as grandes cidades, Lisboa e Porto, e para as colónias, mais propriamente para o Brasil com o desenvolvimento da mineração do ouro.¹⁰⁷ Este período não se caracterizou pela diminuição da atividade construtiva em Portugal, contudo o seu foco geográfico era distante da Guarda. Ele direcionava-se para o restabelecimento de perímetros abaluartados na construção parcial e total de novas cidades, como acontece nos territórios do império e também para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755.

Durante o século XVIII, o desenvolvimento da cidade da Guarda assinala-se, não pela execução de grandes programas arquitetónicos, mas pela arquitetura civil, com a edificação de alguns solares, e pela reconstrução e intervenção no interior de templos, edificados pela força da encomenda do clero.¹⁰⁸ Distingue-se a reconstrução da Misericórdia e da Igreja de São Vicente (1790), às quais se pode juntar a Capela de São Pedro, a Capela do Senhor do Bonfim e a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, estas últimas duas situadas nos arredores da cidade. Também neste século é conhecida a degradação que afeta a muralha da cidade.¹⁰⁹ E será no início do século XIX, com as invasões francesas em Portugal (1807-

¹⁰² 'Rough outline of the City of Guarda'. Ver figura 3.14.

¹⁰³ 'Esboço da planta da cidade da Guarda'.

¹⁰⁴ Gomes, 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)', 40.

¹⁰⁵ Chorão (transcrição), *Memórias Paroquiais -1758*, 27. A Igreja surge referenciada nas Memórias Paroquiais.

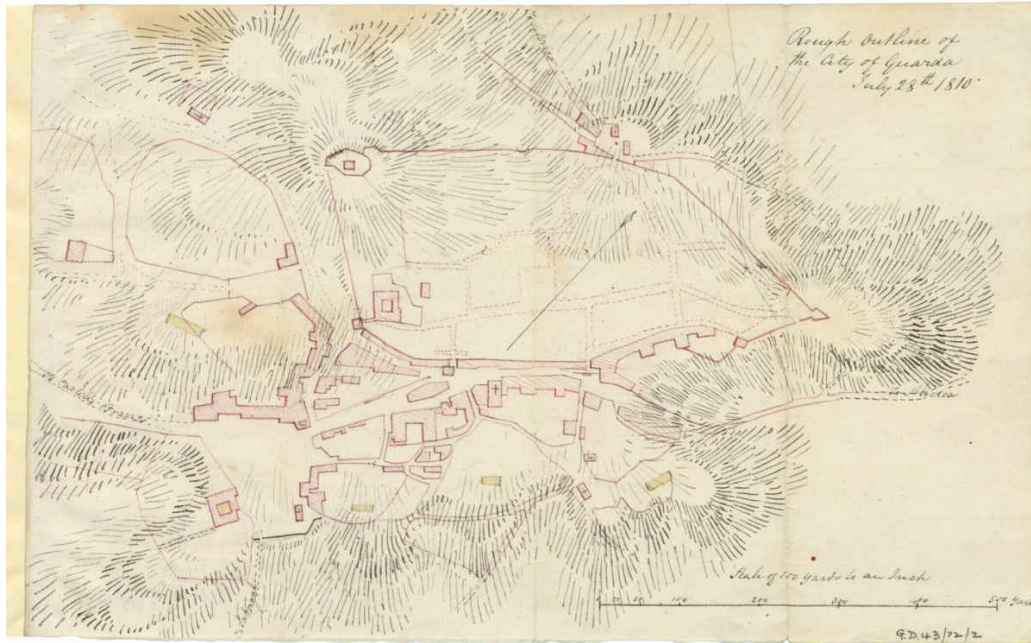
¹⁰⁶ João Serrão, 'O Quadro Humano', em *História de Portugal*, vol. IV (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), 51-53.

¹⁰⁷ *Ibid.*, 61-63.

¹⁰⁸ Solar Teles de Vasconcelos e Solar dos Póvoa Mendonça.

¹⁰⁹ Chorão (transcrição), *Memórias Paroquiais -1758*, 27, 30.

1810) que começará a sucumbir. O granito das suas paredes começa a ser utilizado em obras civis e militares, como é o caso do Forte de Porcas.¹¹⁰



3.14. 'Rough outline of the City of Guarda'. 28 de julho de 1810. Esboço, 1 inch to 100 yards. Portugal: Guarda. Plan of the city showing buildings, walls and roads. MPI 1/223/2-4. The National Arquivos.

Importa atribuir importância à imagem da cidade captada em esboço pelas tropas inglesas a 24 de Julho de 1810. Este esboço vem confirmar o papel que a muralha teve na configuração da cidade, o posicionamento da torre de menagem e alcáçova, e a existência de uma barbacã a Sul do forte velho, apresentando-se este último com uma configuração abaluartada. Este "rough outline" da cidade certifica ainda o esboço traçado dos seus principais quarteirões intra e extramuros e o posicionamento aproximado de alguns dos seus edifícios notáveis. Mas o delineamento da cidade, captado pelos ingleses, será profundamente alterado ao longo do século XIX, à medida que, em Portugal e na Europa, se contestam as monarquias absolutas. E, a muralha que deu propósito à fundação e organização da cidade, que até este momento preservara a sua vocação bélica e comercial, no início da era moderna já se encontra caduca. No surgimento dos novos conceitos de monumentalidade e as novas posições sobre o património, critica-se a sua destruição, atente-se à posição de Alexandre Herculano sobre a Guarda em 1838, descrevendo a cidade como um monumento.¹¹¹ É também sobre esses conceitos e com o início do restauro da Sé que se transforma a Praça do Concelho na Praça da Sé com o contorno atual, trapezoidal. Assim, em

¹¹⁰'Forte de Porcas, Junto à Cidade Da Guarda.', Desenho do Forte, 1801, Exército Português - Direcção de Infra-Estruturas - Projecto SIDCARTA. A iniciativa para a construção de um forte abaluartado, foi levada a cabo pelo Governador das Armas da Beira, também conhecido Marquês de Alorna, D. Pedro José de Almeida Portugal (1754-1815) que, a pedido do príncipe regente D. João VI (1816-1826), toma providências para a defesa da Beira. O seu desenho data de 1801 mas a sua obra nunca foi concluída.

1902, a Guarda que o historiador Joaquim de Vasconcelos encontra é uma cidade que lentamente ultrapassa os seus limites ancestrais e na qual, sob a conjuntura política da Regeneração (1851), o poder municipal, tomado por uma burguesia laica, aplica a sua doutrina higienista e infraestrutural.

¹¹¹ Alexandre Herculano. Monumentos Pátrios. em Alexandre Herculano. *Opúsculos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1873a. p 1-52. Tomo II.

4. A cidade da saúde (1820-1933)

Higienização e Saúde Pública na transformação da cidade.

No século XIX, na crítica aos problemas de insalubridade causados pela emergência da cidade industrial, nasce um discurso sobre polícia e regulamentação sanitária que se estende ao âmbito local, no interesse da promoção da saúde da população, em especial das classes pobres. Este é um discurso que incide na promoção de salubridade, na vigilância e no controlo do ar e da água e, conseqüentemente, na modificação da organização social e material da cidade. Iniciada em meados do século XVIII, esta abordagem teve como objetivo a mitigação de todas as causas de doença, sendo exemplos dessa realidade a mudança dos cemitérios para a periferia das cidades e o desenvolvimento de novas técnicas de infraestruturação, como a abertura de avenidas, a organização dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.¹ Na Europa, os exemplos mais representativos destas reformas são o saneamento de Londres (1848-1865), as intervenções de Haussmann, em Paris (1853-1869), o Ringstraße de Viena (1857) e o plano de Cerdá, em Barcelona (1859). Em França surge, no século XIX, o conceito de higiene pública como "(...) técnica de controlo e de modificação dos elementos materiais do meio que são susceptíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde; (...)"² Subjacente à noção de higiene pública, esta nova organização social e material da cidade será razão fulcral para o planeamento e reforma urbana da cidade e para o seu policiamento com a criação de novos quadros normativos. Paul Rabinow explica, através da sua perspetiva etnográfica às práticas da razão em França, como, durante o século XIX, se desenvolveram campos de conhecimento (estatística, higiene, geografia, sociologia, biologia, etc.) e com eles novos quadros normativos e disciplinares com repercussão sob as formas arquitetónicas e urbanas.³ No Reino Unido, temos o caso paradigmático da atuação da *Brites Royal Commission* de 1885 decisiva na inventariação e na procura de respostas legais e normativas para o alojamento das classes operárias de Londres. Este foi também o momento da criação e do desenvolvimento de tipologias arquitetónicas (escolas, hospitais, fábricas, bibliotecas, mercados, museus, etc.), bem como do desenvolvimento do planeamento e construção de novas cidades, como por exemplo as cidades-jardim e as novas cidades nas colónias dos impérios europeus.⁴

Em Portugal, a revolução liberal de 1820 foi um marco com profundas transformações ideológicas e políticas que determinam o fim da monarquia absoluta, constituindo-se o parlamento e com ele a reforma e modernização do Estado. Isto tem lugar

¹Michel Foucault, 'O Nascimento da Medicina Social', em *Microfísica do poder*, ed. Roberto Machado, 10.^a Edição, Biblioteca de Filosofia e História das Ciências 7 (Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992), 79-98.

²Ibid., 93.

³Paul Rabinow, *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*. (Chicago and New York: The University of Chicago Press, 1995), 9.

⁴Ver: Peter Hall, 'The City of Dreaful Night', Em *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, 4.^a Edição (Oxford: Wiley-Blackwell, 2014), 12-48; Thomas A. Markus, *Buildings and power: freedom and control in the origin of modern building types*. (London ; New York: Routledge, 1993); Rabinow, *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*.

num país enfraquecido economicamente, após a independência do Brasil em 1825. Contudo, a crescente importância do capitalismo financeiro e da indústria contribuíram para que o país se reorganizasse económica, política e espacialmente. Com o governo do Duque de Saldanha (1851-1856), surge no país uma conjuntura política que decide sobre o conjunto de reformas administrativas e económico-sociais necessárias ao desenvolvimento de um estado moderno e capitalista, procurando aproximar Portugal dos níveis de progresso europeu. Em 1852, com a criação do Ministério das Obras Públicas, por Fontes Pereira de Melo (1819-1887), assiste-se à propagação de uma política de fomento industrial, acompanhada pelo desenvolvimento de obras públicas: estradas, portos, caminho-de-ferro, etc. A intervenção na cidade portuguesa oitocentista decorre desta política de obras públicas centrada no domínio da rede viária, contextualizada pelo decreto de lei que institui os Planos Gerais de Melhoramentos, o qual invoca a sanitização da cidade e a sanitização social. O seu objetivo era "*a decoração das cidades, o livre trânsito, a comodidade e segurança dos habitantes, a saúde pública e a conveniência de evitar a aglomeração da população*"⁵

Assim, a transformação espacial do país era conseguida pela construção da rede de estradas, caminho-de-ferro, portos, etc., e foi acompanhada por uma renovação legislativa nos mais diversos domínios. Neste âmbito, a concretização da reforma administrativa do território (1831-1836) foi uma importante mudança legal que fixou a cidade da Guarda como sede de concelho e de distrito.⁶ A cada uma destas novas unidades territoriais, saídas da reforma administrativa do território, era imputado um conjunto de atribuições com o propósito de garantir a eficácia da atuação do poder central.⁷ No foro citadino, a Câmara Municipal surge como órgão governativo local, subordinado à aplicação das políticas centrais, dependente tecnicamente das Direções Distritais de Obras Públicas para empreender a modernização e o planeamento das cidades.⁸

Este capítulo debruça-se sobre as profundas transformações políticas, económicas e administrativas realizadas em Portugal na transição entre o século XIX e XX. Ele questiona as transformações urbanas da cidade da Guarda num período de 113 anos, iniciado com a monarquia constitucional até ao fim da ditadura militar portuguesa e a instauração da Constituição Portuguesa de 1933. Esta indagação verte por dois caminhos. Por um lado, perceber as consequências físicas da nova política liberal, pela atuação do poder municipal no domínio da rede viária, na promoção da salubridade e higiene pública e as consequências espaciais delas resultantes. Por outro lado, a partir dos discursos de uma burguesia higienista, em particular a médica, interessada no alargamento do conhecimento científico sobre a tuberculose, que sinaliza a cidade como espaço apto para o tratamento da doença. Uma burguesia cujos serviços passam a fazer parte da economia urbana da cidade, detendo um

⁵ *Decreto de Lei*, 31 de dezembro 1864., 1042.

⁶ Ver: Luís Silveira, *Território e poder: nas origens do estado contemporâneo em Portugal*, Patrimonia historica. Estudos: Instrumentos de trabalho (Cascais: Património, 1997). Segundo Silveira, foi entre 1831 e 1836 que nasceu a divisão administrativa atual, fruto da reformulação da organização do território português.

⁷ Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro, 'Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934' (Tese de doutoramento em Arquitetura (Teoria e História de Arquitetura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra., 2014), 45.

⁸ *Ibid.*, 64.

papel cativo nos assuntos urbanos. Aqui questiona-se a importância que a Guarda assumiu no tratamento da tuberculose, desde a Expedição Científica à Serra da Estrela até à implementação do Sanatório Sousa Martins e a gestão e controlo da tuberculose na cidade. Gera-se uma *"dialética socioespacial"* através da qual esta classe médica irá exercer a sua visão pedagógica nos espaços de opinião pública da cidade, nomeadamente na imprensa e na esfera governativa, propondo a regulamentação e transformação do ambiente construído, com a implementação de equipamentos de saúde, como o hospital e o sanatório, estes últimos os espaços profiláticos da doença na cidade.⁹

O poder municipal na transformação da cidade: realizações, quadro legal e normativo.

A concretização da reforma da divisão administrativa do território (1831-1836) foi uma importante mudança legal que fixou a cidade da Guarda como sede de concelho e de distrito. No foro citadino, a Câmara Municipal surge como órgão governativo local, subordinado à aplicação das políticas centrais, dependente tecnicamente das Direções Distritais de Obras Públicas para empreender a modernização e o planeamento das cidades.¹⁰

Na legitimação do poder municipal emerge um enquadramento legal que vai demarcar a sua atuação na transformação da cidade, delimitado pelo seu carácter higienista. O Código Administrativo Português de 1835 é um dos primeiros instrumentos que aproxima o exercício do poder local de *"uma primeira noção de gestão e planeamento municipal"*.¹¹ Este código estabelecia as atribuições das câmaras municipais no que concerne às melhorias materiais da cidade: a conservação e construção da viação; a limpeza do espaço público; a demolição de edifícios em ruínas; a proibição de atividades poluentes e depósitos de combustíveis; a competência para regular e policiar o concelho; a educação dos expostos; criação de estabelecimentos de ensino primário e a organização da Guarda Nacional. Mas, após a Regeneração, a legislação que traduz os efeitos das políticas de fomento económico e industrial, com consequências para a cidade, é a Carta de Lei de 6 de junho de 1864 e o Decreto de 31 de dezembro de 1864 que concebe a figura do Plano Geral de Melhoramentos. Enquanto a primeira Lei tornava obrigatória a constituição de uma comissão de viação encarregue do desenvolvimento, construção e reparação da rede de estradas municipais, o segundo Decreto surge com o propósito claro da melhoria das condições de salubridade urbana, definindo as dimensões dos arruamentos, os alinhamentos das edificações no interior da cidade, incidindo também sobre as condições de ventilação de abastecimento de água, rede de esgotos, iluminação, entre outros.¹² De execução obrigatória, no caso de cidades

⁹Argumentando sob o trabalho de Henri Lefebvre e David Harvey, Edward Soja explica que o entendimento do espaço não se pode considerar apenas como o local 'contendor' para a reprodução social ou estrutura dotada de leis autónomas para reprodução material. É necessário pensar o espaço a partir da sua relação dialética com a sociedade: *"The structure of organized space is not a separate structure with its own autonomous laws of construction and transformation, nor is it simply an expression of the class structure emerging from the social (i.e. aspatial) relations of production. It represents, instead, a dialectically defined component of the general relations of production, relations which are simultaneously social and spacial."* Edward Soja, 'The Socio-Spatial Dialectic', *Annals of the Association of American Geographers*, 70, n.º 2 (junho de 1980): 208.

¹⁰Calmeiro, 'Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934', 45, 64.

¹¹ Ibid., 83.

¹²Título III – Disposições relativas às ruas e edificações no interior das cidades, villas e povoações. Decreto de Lei, 31 de dezembro 1864.

como Lisboa e Porto, nas restantes localidades a execução do Plano Geral de Melhoramentos era opção camarária e dependia da aprovação da comissão de viação municipal.¹³ Porém, no início do século XX, procurando colmatar as dúvidas sobre a aplicabilidade do Decreto de 31 de dezembro de 1864, o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 1903 vem obrigar os municípios a estabelecer regulamentos concelhios adaptados à realidade local, impondo aos munícipes a obrigatoriedade de solicitar à câmara licença para construção nas cidades.¹⁴

Esta construção legal, no domínio da salubridade, infraestruturização viária, planeamento e regulação do espaço construído da cidade, não resultou na sua aplicação imediata pelos municípios. O poder local, a semelhança do resto do país, lidava com dificuldades de financiamento para a execução de obras, situação agravada no final do século XIX com o Ultimato Britânico (1890). E, nem todos os municípios dispunham de plantas topográficas ou meios técnicos para colocar em prática esta política de melhoramentos urbanos.¹⁵ Importa referir, a propósito da existência de plantas topográficas, que uma das primeiras plantas da cidade da Guarda conhecida é datada de 1885. Mas é a planta da cidade de 1907 que vem a apresentar uma leitura mais verosímil da cidade, sendo legendada e com referência à toponímia urbana neste momento.¹⁶

Assim, na Guarda não se assiste à formação de uma comissão de melhoramentos encarregue da definição de um plano de melhoramentos, perspetivando na totalidade a transformação do centro urbano. Esta situação é consentânea com as dificuldades económicas que os municípios do distrito enfrentavam na concretização das infraestruturas viárias municipais. Em 1868, a Comissão de Viação Municipal do Distrito da Guarda, reconhecendo as limitações económicas e técnicas que inviabilizam o desenvolvimento da rede de estradas municipais, sugere a organização de dois grupos de municípios para que pudessem cooperar entre si no melhoramento das suas redes viárias. A Guarda integrava um primeiro grupo constituído pelos concelhos de Manteigas, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Aguiar da Beira e Seia.¹⁷ Para a Guarda, não se verifica a aprovação por parte da Comissão de Viação de uma Comissão de Melhoramentos que, em conformidade com o Decreto de 31 de dezembro de 1864, definiria o Plano Geral de Melhoramentos da cidade. Porém, a Comissão de Viação atuava de acordo com o disposto no decreto em matéria

¹³ Art.º 52 §3. Decreto de Lei, 31 de dezembro de 1864.

¹⁴ Art.º 60 do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, *Decreto de Lei*, 14 de fevereiro de 1903, e ainda Art.º 56. Decreto de Lei, 31 de dezembro de 1864.

¹⁵ "Cada centro urbano é um caso e nem todos terão percorrido o caminho que o decreto de 1864 delineou ou sugeriu. No entanto na atmosfera de progresso e transformação perpassa pela leitura de actas camarárias em qualquer um deles, sendo verificável a existência de inúmeras ideias e projectos. Contudo são parciais e muitas das vezes dirigidos para a resolução de inúmeras carências (...), pelo que, apesar de qualificaram o espaço urbano, não contribuem para o seu crescimento." Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Série 1 16 (Porto: FAUP publicações, 2005), 110; Calmeiro, 'Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934', 23.

¹⁶ Ver: *Esboço da planta da cidade da Guarda*, Planta da Cidade: 1 documento : ms. ; 38 x 47 cm, Escala não Determinada (Guarda, 1885), Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa); *Planta da Cidade da Guarda*, Planta: 93,1 x 127,3 cm (Guarda, 1907), 39874 TC (n.º IFN), Museu da Guarda (figura 4.1.).

¹⁷ 30 de junho de 1868, 'Actas da Comissão de Viação Municipal do Distrito da Guarda', 1868-1879, Arquivo Distrital da Guarda.

de dimensionamento de arruamentos, indeferindo vários projetos viários no distrito pelo seu incumprimento.



4.1. Planta da Cidade da Guarda, 1907. Fonte: 'Planta da Cidade da Guarda'. Planta: 93,1 x 127,3 cm. Guarda, 1907. 39874 TC (no. IFN). Museu da Guarda.

O poder local segue assim as atribuições dispostas pelo Código Administrativo de 1835, desencadeando esforços na manutenção, ampliação e reorganização da rede viária do concelho, na organização do ensino, na melhoria do abastecimento de água, no conhecimento das construções que ameaçam ruína e perigo público,¹⁸ na ampliação do cemitério e no estabelecimento de medidas de saúde pública, nomeadamente no policiamento e análise do leite, na venda de carnes verdes, na construção de montureiras e no afastamento do comércio de gado para os arredores.^{19, 20} Na transformação e regulação do espaço físico da cidade, assiste-se a um conjunto intervenções e projetos que, concretizados de forma pontual, independentemente de uma visão unitária ou da importância do

¹⁸ 27 de junho de 1872, Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas de 1868-1873', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda. A partir das Atas de Sessão de Câmara da Guarda, entre os anos de 1869 e 1876, verifica-se o esforço dos executivos municipais na expropriação de terrenos para aberturas de estradas municipais, bem como para o financiamento da sua construção e manutenção. Em 1872, o executivo percorre a cidade a fim de conhecer as casas que ameaçam ruir e outros perigos públicos.

¹⁹ 18 de maio de 1876, Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas de 1873-1878', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

²⁰ Cf. Cecília Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2ª Edição. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 41.

investimento municipal, podem ser encarados como a emergência de um plano de melhoramentos. Neste sentido, em 1886 verifica-se que a atuação do executivo municipal implicava o planeamento das intervenções consideradas prioritárias para a cidade, contraindo empréstimos para a realização das seguintes obras: "1.º *Tribunal Judicial e Cadeia*; 2.º *Praça fechada*; 3.º *Cobertos para a venda de carvão*; 4.º *Corêto para a música*; 5.º *Duas casas para escolas*; 6.º *Relógio Oficial*; 7.º *Expropriação de casas para o aformoseamento do Campo de São Francisco (...)*".²¹ Este esboço, de conceção imperfeita, é ampliado consecutivamente nos anos seguintes, e dele resultou a significativa transformação da cidade. Alteração praticada pela definição, melhoria e expansão das infraestruturas viárias e execução de um conjunto de equipamentos afetos a esta nova rede viária.

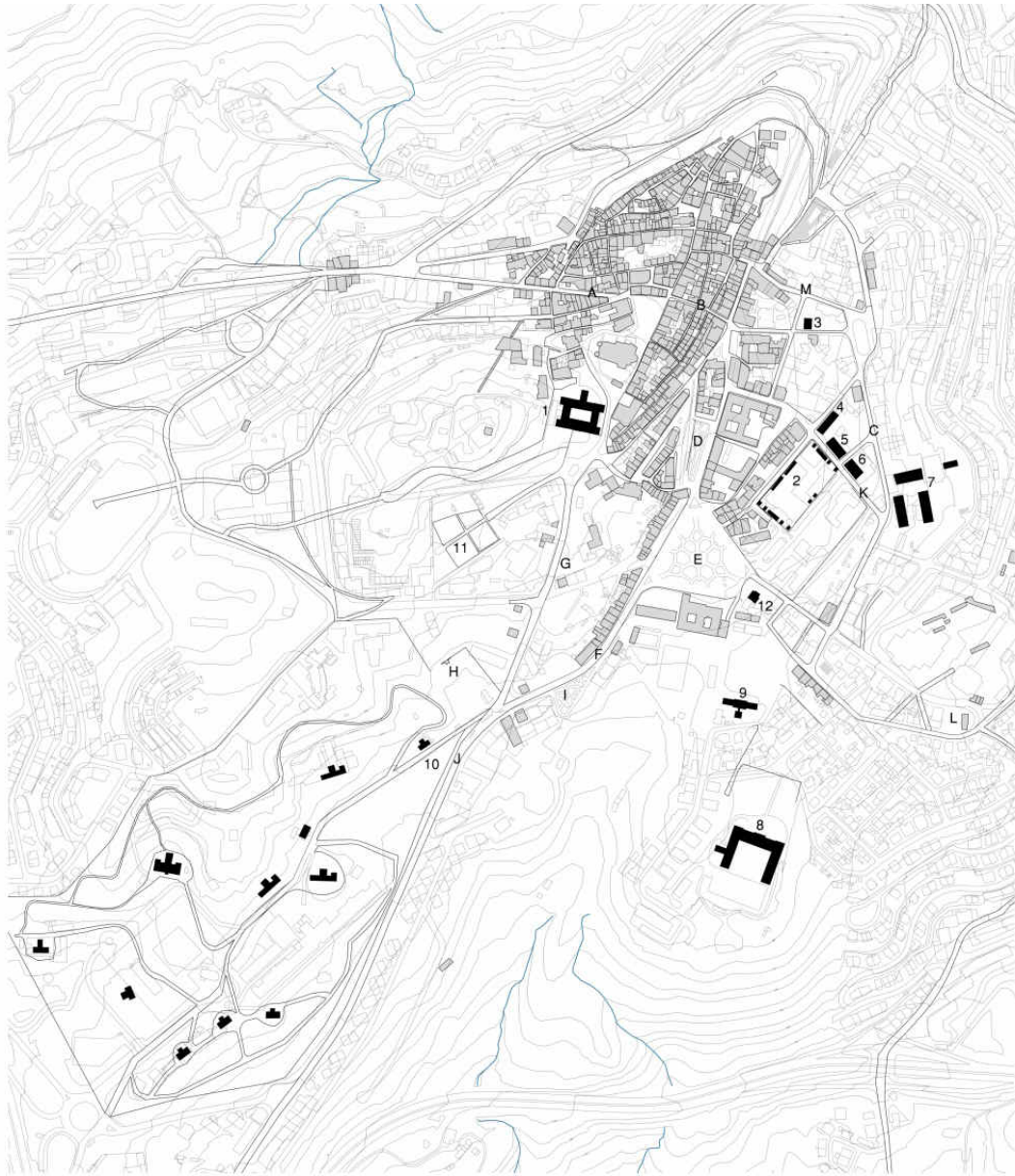
Na concretização de uma nova rede viária urbana distinguem-se várias ações: a abertura de novos arruamentos e a reparação, renovação e realinhamento de eixos viários, muitas vezes consequentes com o empenho em definir espaços públicos, sejam eles arruamentos ou jardins (figura 4.2. e 4.3.). Neste último caso incluem-se as obras de beneficiação da Rua do Comércio (figura 4.6.) realizadas em 1899; a rearticulação de cotas no Largo da Misericórdia (hoje Largo José de Almeida); a articulação entre a Largo de São Pedro, a Rua Serpa Pinto e o Largo Dr. Sobral e a Rua Dr. Alves Roçadas; a arborização da Praça da Sé (Praça Luís de Camões, figura 4.4.); a regularização e arborização do Campo de São Francisco; a construção da Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra e o realinhamento das habitações ao longo da Rua Batalha Reis (figura 4.7.).²² Já a abertura de novos arruamentos coincide com o processo de demolição da cintura muralhada e com a rutura do tecido urbano de génese medieval. A abertura da Rua do Comércio é uma das primeiras intervenções que, no início de oitocentos, marca o corte da malha urbana medieval.²³ Esta rua passou a articular a Praça da Sé (Praça Luís de Camões) com o Largo da Misericórdia, ou seja, abrindo para a área a que correspondia o antigo arrabalde. Posteriormente, em 1889, a abertura da Rua 31 de Janeiro altera a entrada da cidade a Oeste, relegando para um segundo plano a Porta D'El Rei e o seu largo fronteiro.²⁴ Com o final do século XIX, os novos arruamentos desenvolvidos progridem na contiguidade do antigo arrabalde, pela sua vertente Sul e Sudeste, sob perfis generosos. Arruamentos que, partes integrantes de estradas municipais e distritais, surgem como alternativas à circulação pelo centro da cidade. São eles a Rua do Asilo, a Sul da Cidade, ligando a Praça da Sé o novo Asilo Distrital e o Cemitério, e a Sudeste a EM 14, posteriormente designada Rua Francisco dos Prazeres, que articula a Rua Vasco da Gama (antiga Rua do Arrabalde) com a ermida do Bonfim (figura 4.5.). Como novas frentes urbanas, estas vias tornam-se determinantes para a construção de uma malha urbana de cariz ortogonal. Fazem parte desta malha a Rua Vasco da Gama, Rua Mouzinho da Silveira, Rua Marquês de Pombal, Rua Nuno Álvares e a Rua Vasco Borges.

²¹25 de janeiro de 1886 Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas de 1882-1886', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

²² Cecília Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', 64,62,65,46,74.

²³ Ibid., 39.

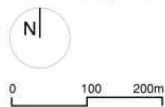
²⁴ Ibid., 89.



GUARDA 1930 | Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea

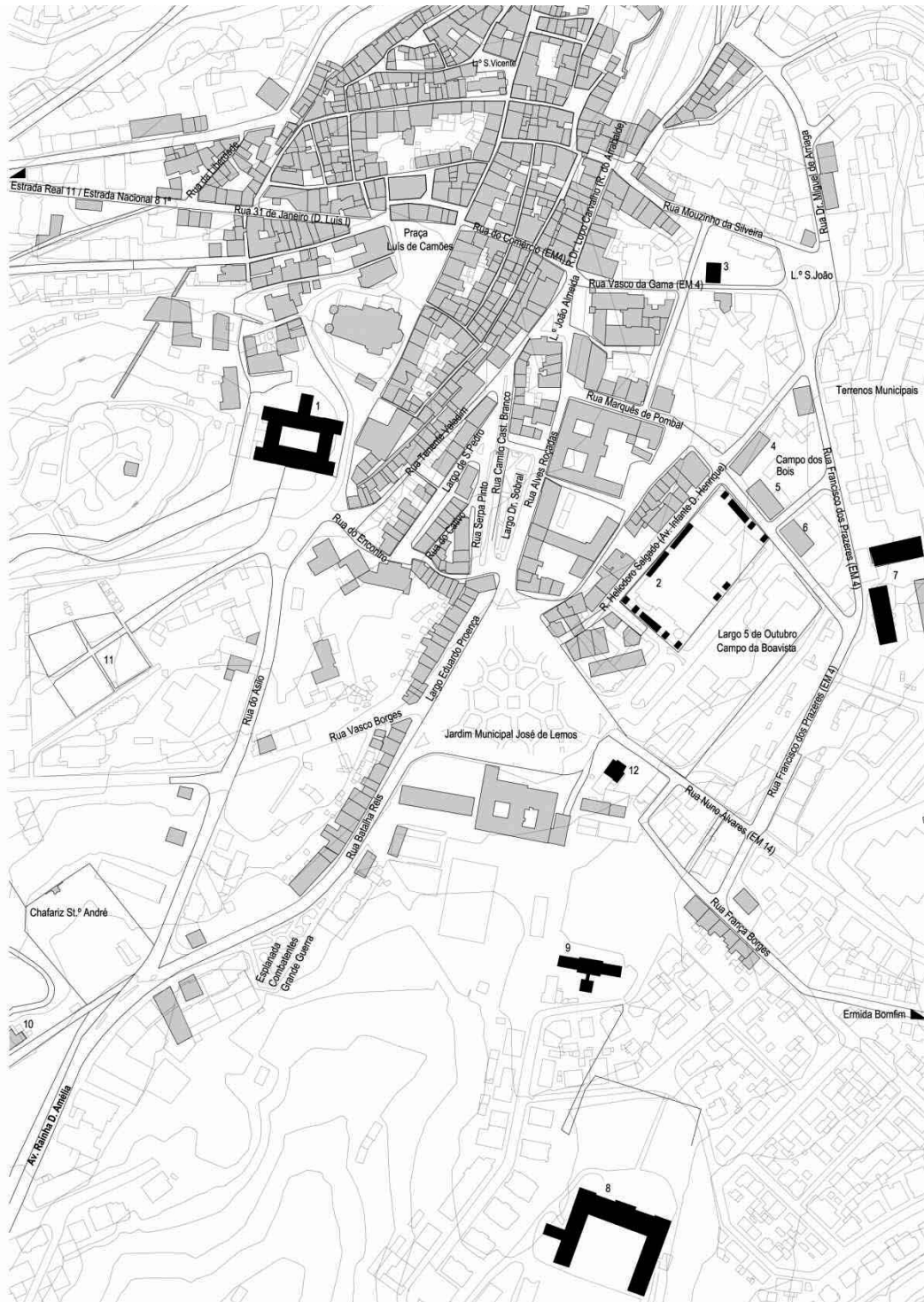


GUARDA 1930 | Reconstituição 3D



EQUIPAMENTOS	ARRUAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS
1. Asilo Distrital (1901)	A. Rua 31 de Janeiro
2. Mercado (1900)	B. Rua Direita
3. Consultório Dr. Lopo de Carvalho (1904)	C. EM 14
4. Escola Primária da Sé (1907)	D. Largo Dr. Sobral
5. Banco de Portugal (1901)	E. Jardim José de Lemos
6. Club Egípiense	F. Rua Batalha Reis
7. Novo Hospital da Misericórdia (1907)	G. Rua do Asilo
8. Seminário Maior (1931)	H. Chafariz de S. André
9. Hospital Regimental (1909)	I. Esplanada Combatentes da Grande Guerra
10. Sanatório Sousa Martins (1907)	J. Av. Rainha D. Amélia
11. Cemitério	K. Rua Marquês de Pombal
12. Lactário Dr. Proença (1928)	L. Ermida do Bomfim
	M. Rua Mouzinho da Silveira

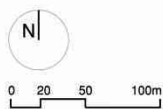
4.2. Guarda 1930 – Reconstituição sobre cartografia contemporânea e Reconstituição tridimensional.



GUARDA 1930

EQUIPAMENTOS

- | | | |
|--|---|---------------------------------|
| 1. Asilo Distrital (1901) | 6. Club Egitanense | 11. Cemitério |
| 2. Mercado (1900) | 7. Novo Hospital da Misericórdia (1907) | 12. Lactário Dr. Proença (1928) |
| 3. Consultório Dr. Lopo de Carvalho (1904) | 8. Seminário Maior (1931) | |
| 4. Escola Primária da Sé (1907) | 9. Hospital Regimental (1909) | |
| 5. Banco de Portugal (1901) | 10. Sanatório Sousa Martins (1907) | |



4.3. Guarda 1930 - Arruamentos e Equipamentos - Reconstituição sobre cartografia contemporânea.



4.4. Praça Luís de Camões, Vista Superior, 1917. *Fonte:* António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.104.



4.5. Rua do Bonfim, 1908. *Fonte:* António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.54.



4.6. Rua do Comércio, 1905. Fonte: António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.36.



4.7. Rua Batalha Reis, 1909. Fonte: António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.52.



4.8. Mercado, Largo da Boavista, 1931. António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2ª Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.45.



4.9. Banco de Portugal, Eng.º Edmundo Augusto Xavier da Cunha. Julho 2017.

Acompanhando o crescimento desta nova malha urbana, o município empreende esforços na neutralização de eventuais focos de propagação de doenças, atuando na materialização de vários equipamentos, como o cemitério, mercado, escola, cadeia, tribunal e os paços do concelho, mas também no desenvolvimento e melhoramento dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotos e eletricidade.

Em 1876, o executivo municipal decide sobre a ampliação do cemitério municipal.²⁵ Este terá sido construído na segunda metade da década de trinta de oitocentos, em resposta ao Decreto de Lei que obrigava à sua construção afastada dos núcleos habitacionais.²⁶ Na sua configuração foi aproveitada a pedra resultante da demolição do troço da muralha situado entre a antiga Porta da Covilhã e a Torre de Menagem.²⁷ Dez anos depois, o município manifesta vontade de contrair empréstimos para a construção de uma "praça fechada", a qual só será concluída no início do século XX.²⁸ O local escolhido é o Campo da Boa Vista, próximo também do Campo dos Bois, ambos os terrenos explorados pela câmara municipal de forma direta ou por intermédio de contratos de arrendamento. Da sua construção derivam os trabalhos que promovem a sua integração na cidade, ou seja, na abertura, regularização e pavimentação do arruamento que lhe dá acesso, a Rua Marquês de Pombal.²⁹ Será construída nesta rua a Casa da Escola para o sexo feminino e masculino, segundo projeto-tipo de Adães Bermudes.³⁰ E, no momento da construção da nova Praça do Mercado (figura 4.8.), esta rua foi também palco da edificação da delegação do Banco de Portugal (figura 4.9.), projeto da autoria do Eng.º Militar Edmundo Augusto Xavier da Cunha,³¹ implantado no alinhamento do Club Egitanense, espaço onde a iniciativa burguesa na cidade se envolvia com causas solidárias e humanitárias.³²

Condicionada pela falta de recursos, a efetivação de alguns equipamentos municipais resulta da sobreposição de várias funções, ou da adaptação dos edifícios tomados ao clero aquando da extinção das ordens religiosas em 1834. Todos os conventos, mosteiros, colégios, ou outras instituições de ordens religiosas regulares viram os seus bens entregues à Fazenda Nacional. Este processo levou à extinção imediata das ordens religiosas masculinas. Quanto às ordens femininas, a sua extinção e a apropriação dos bens pela fazenda foi regulada pelo Decreto de 1862. Este diploma determinou que conventos e mosteiros seriam extintos pela morte da última religiosa, não podendo admitir noviças. Foi a partir deste espólio, tomado ao

²⁵14 de dezembro de 1876, Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas de 1873-1878', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

²⁶Data de 1835 o Decreto de Lei de 21 de setembro de 1835, que obrigava ao estabelecimento de cemitérios públicos em todas as povoações do país. Decreto assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães.

²⁷José Pereira, *Guarda, Cidades e Vilas de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1995), 65.

²⁸25 de Janeiro de 1886, Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas de 1882-1886', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

²⁹Antiga EM n.º 4. 29 de março de 1899, 'Lista de Editais da Câmara Municipal da Guarda 1890-1907', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda disponível na BMEL (Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço).

³⁰Carlos Caetano, 'Urbanismo e Arquitectura no tempo Republicano da cidade da Guarda.', Em *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*, (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011), 300.

³¹Edmundo Augusto Xavier da Cunha (†1922) fez parte da Direção de Obras do Distrito da Guarda, como empreiteiro de estudos d'estradas, passando posteriormente a subalterno de 1º classe. De 1892 a 1906 foi director das obras do distrito.

³²Dulce Helena Borges, *Guarda - Roteiros Republicanos* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 39, 29.

ao clero, que vários edifícios da cidade foram intervencionados pelo poder local que via ampliadas as suas necessidades de espaço face ao aumento das competências e à diversificação dos serviços camarários prestados, que incluíam os "...*embriões do que viriam a ser as bibliotecas municipais, museus, serviços de bombeiros, repartições da fazenda e tribunais...*"³³ Em 1884, os antigos Paços Concelhios acomodavam, além dos serviços municipais, a prisão e uma escola.³⁴ Mas, no final do século, estes serviços foram relocados e acomodados dentro do novo Asilo Distrital (figura 4.10.) e sobre o antigo complexo do Paço e Seminários Episcopal. Construído com o propósito de contrariar o abandono anónimo de crianças, o Asilo Distrital da Guarda fazia parte do novo sistema nacional de apoio a crianças desvalidas e abandonadas.³⁵ O novo edifício, concluído em 1901 segundo projeto do Eng.º Alexandre Simões da Conceição,³⁶ foi erguido sob o espaço do antigo Convento de Santa Clara, mais tarde ocupado pelos serviços camarários, pelo hospital militar e pela escola normal e, a partir de 1927, passa a funcionar exclusivamente como liceu.³⁷ Já o complexo do Seminário e Paço Episcopal será intervencionado para albergar novos serviços públicos. Com o fim da monarquia, perante a pressão da opinião pública local sobre as más condições da cadeia, situada no antigo edifício dos Paços do Concelho, e na falta de espaços para o funcionamento de outros organismos públicos,³⁸ — como o Governo Civil, o Tribunal Administrativo, a Repartição de Fazenda Distrital, a Polícia e a Biblioteca Municipal — são executados os projetos necessários para a conservação e adaptação do complexo eclesiástico.³⁹

No campo infraestrutural a cidade assiste a uma melhoria contínua dos seus serviços. A iluminação era prestada por uma empresa privada desde 1899. A partir da implantação da

³³Fernandes, *Urbanismo e Morfologia Urbana No Norte de Portugal: Viana Do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança Entre 1852 e 1926*, 143.

³⁴Borges, *Guarda - Roteiros Republicanos*, 21.

³⁵Daniela Silva, 'A Política Assistencial Da I República Portuguesa Perante Um Sistema Pré-Existente' (I Congresso: I República e Republicanismo, Centro República, FLUC, Coimbra: Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, 2013).

³⁶Alexandre Simões da Conceição assumiu em 1886 a Direção de Obras do Distrito da Guarda, formado como engenheiro de pontes e estradas da academia politécnica de 10-4º-1867.

³⁷Ver: Borges, *Guarda - Roteiros Republicanos*, 39.; Lima Garcia, 'Liceu Afonso de Albuquerque', em *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc. XX*, 2.ª Edição. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 386.

³⁸No jornal republicano *O Combate*, ao longo do ano de 1906 e 1907, José Augusto de Castro, seu diretor, reclama a construção de uma nova cadeia para substituir a existente. Na sua rubrica *Assumptos Locais* a 27 de outubro de 1906, exige o investimento municipal na execução de obras de benefício comum, como o caso da cadeia "...*como hei de construir a cadeia substituindo essa que ahí está indignando, depondo contra a nossa civilização, contra a nossa apregoada humanidade?...*" José Augusto de Castro, 'O combate: pela justiça, pela verdade, pela equidade', 1904-1931.

³⁹Ver: Artur Sampaio, 'Ampliação do Paço Episcopal e Seminário: Memória Descritiva e Desenhos de Projecto', dezembro de 1903, ScIV/Sr.01/006 DOP - cx.55, Arquivo Distrital da Guarda; s/autor, 'Adaptação da Capela do Seminário da Guarda a Tribunal Judicial e Cartórios: Empreitada Geral de Obras de pedreiro, carpinteiro, trolha e pintor, marcenarias para aquela adaptação.', 1907, ScIV/Sr.01/031 DOP - cx 57, Arquivo Distrital da Guarda; Clemente Gomes, 'Obras a executar para a adaptação da Capela do Seminário da Guarda a Tribunal Judicial e Cartórios: ante-projecto.', 22 de Janeiro de 1914, ScIV/Sr.02/071 DOP cx59, Arquivo Distrital da Guarda.



4.IO. Asilo Distrital, 1908. *Fonte:* António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.ª Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.33.



4.II. Estação de Caminho-de-Ferro, 1926. *Fonte:* António Saraiva, ed., *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.ª Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.161.

República verifica-se um esforço mais consistente na estruturação das redes de abastecimento de água e de saneamento.⁴⁰

Mas, para lá das realizações materiais, a atitude intervencionista do poder municipal manifesta-se também na vontade de regular e orientar as novas construções. A primeira postura municipal sobre as edificações é apresentada em 1869. Obrigava os proprietários ao licenciamento das construções, quando estas confinassem com vias públicas, definindo os alinhamentos de fachada, alturas mínimas dos edifícios, escoamentos de água e materiais de acabamento.⁴¹ As consequências desta postura verificar-se-ão nos anos seguintes, pelo aumento dos pedidos de alinhamento de edificações confinantes com a via pública.⁴² Perseguindo uma maior regulação e fiscalização do espaço construído, em 1899 é publicada uma nova postura que ordena a emissão de licença para construção, sendo obrigatório a apresentação de projeto das fachadas.⁴³ Posteriormente, no início da primeira República, a publicação do *Regulamento de Condições Higiénicas a Adotar na Construção dos Prédios Dentro da Cidade*, evidencia o exposto pelo Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas de 1903, que exigia a elaboração de um regulamento de salubridade adaptado às condições de cada concelho.⁴⁴ Neste momento, importa realçar a preocupação premente com a higiene pública, agravada com o afluxo de doentes que procuravam na cidade a cura para a Tuberculose. Sujeito a alterações aconselhadas pela *Comissão Delegada do Concelho dos Melhoramentos Sanitários do Distrito*, este Regulamento é aprovado a 5 de janeiro de 1911.⁴⁵ Pouco tempo depois, os pedidos de construção ou reconstrução passam a carecer de projeto desenhado.⁴⁶ Em 1914, a Comissão Municipal Republicana da Guarda distribui panfletos incitando os habitantes a manter a higiene da cidade, sob pena de sanções, conforme o disposto no Código de Posturas Municipais.⁴⁷

A emergência de um plano de melhoramentos e o aumento do investimento municipal, em matéria de obras públicas e na regulação do espaço construído, coincidem também com um maior investimento da administração central. A Expedição Científica realizada em 1881 e a inauguração da linha de caminho-de-ferro da Beira Alta, executada um ano depois, à qual posteriormente se veio juntar a linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa

⁴⁰Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', 39; Maria Neto, 'A toponímia da cidade da Guarda e a construção da memória pública no século XX' (Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, 2011), 35.

⁴¹6 de novembro de 1869, Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas de 1868-1873', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

⁴² Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas de 1878-1882', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda. A partir da década de 70 de oitocentos assiste-se, através do exposto nas Actas de Sessão de Câmara, a um aumento dos pedidos de proprietários que solicitam alinhamentos para edificações.

⁴³1 de setembro de 1899, 'Lista de Editais da Câmara Municipal da Guarda 1890-1907', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda disponível na BMEL.

⁴⁴Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas das Sessões da Comissão Executiva 1908-1911', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

⁴⁵Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', 42.

⁴⁶19 de Janeiro de 1911, Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas das Sessões da Comissão Executiva 1908-1911', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

⁴⁷Antonieta Garcia, 'Guarda no Labirinto da I República', em *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*, Câmara Municipal da Guarda (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011), 142.

(1893), foram eventos charneira a partir dos quais se verifica um maior investimento por parte do poder central na cidade.

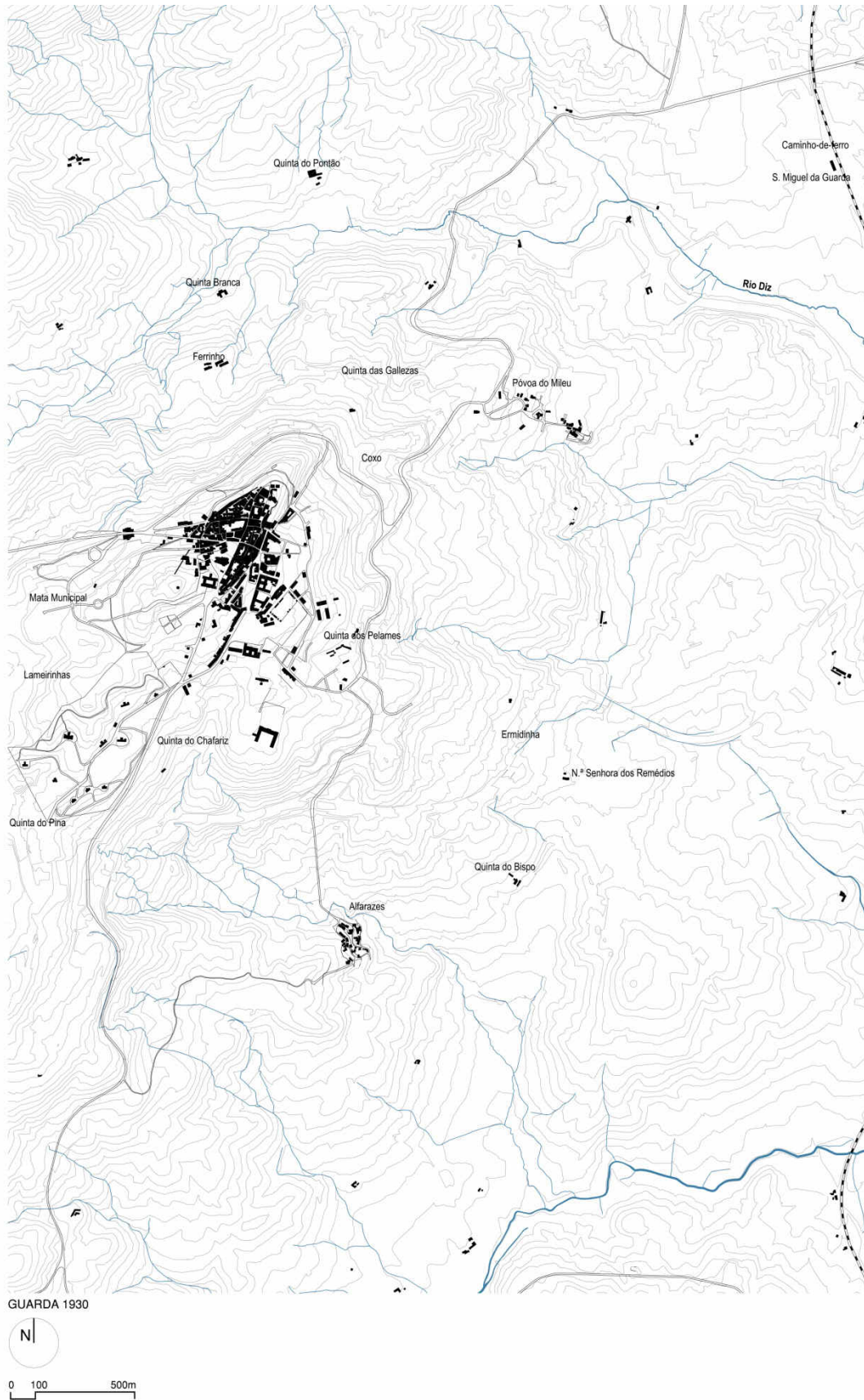
No que se refere à linha de caminho-de-ferro é de referir a importância dada à existência de um percurso ferroviário pelo Vale Mondego, alternativa à Linha da Beira Baixa (figura 4.II. e 4.I2.). O traçado da linha foi concluído pelo Eng.º Bento Moura em 1876. Tinha como propósito o encurtamento de distâncias entre Lisboa e o Centro da Europa, nomeadamente na ligação a Madrid e Paris. O traçado tirava também partido da dinâmica demográfica, assim como da dimensão industrial e agrícola da região. A implantação da estação a cota inferior e mais afastada do centro da cidade teve custos mais modestos e foi determinada pela sua orografia. Uma localização em cota mais favorável para a posterior articulação com a Linha da Beira Baixa. Mas, no cômputo das transformações que se realizavam no centro urbano, a estação de comboios de terceira classe, localizada três quilómetros a nascente do centro da cidade, não suscitou grande desenvolvimento urbano nesse local.⁴⁸ Não obstante, a Guarda foi a cidade que registou uma maior dinâmica no fluxo de passageiros no conjunto dos concelhos por onde passava a linha da Beira Alta. Face a esta dinâmica, tornou-se importante o desenvolvimento de uma viação ordinária e a criação de transportes para garantir o acesso ao centro da cidade. No contexto temporal da inauguração do Sanatório Sousa Martins, a comunicação social salienta como foi necessário proceder *"à montagem d'um serviço de automóveis entre o Sanatório e a estação do Caminho de Ferro."*⁴⁹

O aumento de circulação de pessoas e bens e a legitimação da cidade na cura da tuberculose pronuncia-se no tipo de investimentos realizados. Em 1892, inicia-se a construção do novo Asilo Distrital e, por iniciativa da *Comissão dos Monumentos Nacionais*, em 1899, o arquiteto Rosendo Carvalheira começa os trabalhos de conservação e restauro da Sé Catedral. Em 1907 é inaugurado o Sanatório Sousa Martins e, na mesma data, é inaugurado o Hospital da Misericórdia, este último construído nos arredores na cidade, ao longo da EM 14. Dois anos depois, é concluído o projeto do Hospital Regimental da Guarda, da autoria do Capitão de Engenharia Álvaro de Azevedo de Albuquerque, construído na cerca do mosteiro de São Francisco, mosteiro que neste momento albergava o Regimento de Infantaria 12.⁵⁰

⁴⁸Rui Miguel Paiva Pissarra, 'A chegada do comboio à cidade da Guarda em finais do século XIX : expectativas e repercussões', (Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Universidade Aberta, 2011), 127–28.

⁴⁹'O Sanatório Sousa Martins e o Dr. Lopo de Carvalho', *O Combate: Pela Justiça Pela Verdade, Pela Equidade*, 18 de Maio de 1907.

⁵⁰Álvaro de Azevedo Capitão Albuquerque, 'Projecto de hospital regimental na Guarda', Plantas e Alçados (Guarda, 1909), Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).



4.12. Guarda 1930. Reconstituição sobre cartografia contemporânea. Núcleo Central e Estação de Caminho-de-ferro.

A Guarda e a tuberculose, preocupações higiossanitárias: os médicos e os equipamentos hospitalares na transformação da cidade.

"Após uma célebre expedição científica à Serra da Estrela, realizada em 1881, por iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, o professor Sousa Martins, que chefiou a expedição, considerou essa elevada montanha, no tratamento da tuberculose, como «digna rival de Davos, na Suíça».

Vigorava então ainda, a tal respeito, o dogma da altitude.

Sete anos mais tarde, outro professor, o Dr. Augusto Rocha, lente da Faculdade de Medicina de Coimbra, fez também a apologia do clima da Guarda, para idêntico fim; e o Dr. Lopo de Carvalho, que ali exercia clínica com grande prestígio (pai dum futuro professor do mesmo nome), apresentou em 1905, ao 3º Congresso da «Liga Nacional Contra a Tuberculose», um interessante relatório, do qual transcrevo a seguinte passagem:

«Ao norte da Serra da Estrela, numa altitude de 1.039 m, temos a Guarda, para onde há 15 anos, à falta de instalações adequadas na Serra, têm concorrido os doentes que sofrem de tuberculose pulmonar. A facilidade de comunicações, as comodidades que oferece aquela pequena cidade (pouco mais de 4000 habitantes) e os resultados obtidos por alguns doentes cuja sùmula foi relatada no Congresso que aqui se realizou em 1895, e posteriormente em 1900, numa Conferência que tive a honra de fazer em Lisboa, a convite da Liga Nacional contra a Tuberculose, têm dado á localidade a reputação de eficaz no tratamento da doença, apesar de ali se ter feito apenas a chamada cura livre.»⁵¹

Ladislau Patrício, 1963.

Ladislau Patrício (1883-1967), médico, natural da Guarda, inicia assim as memórias relativas ao Sanatório Sousa Martins. Em 1922 tornou-se médico assistente desta instituição e, entre 1932 e 1953, foi diretor da mesma. Integrou a Comissão Médica da Obra Anti-Tuberculosa de Defesa Sanitária da Guarda e, mais do que a sua faceta clínica, as suas atividades estenderam-se à política e à literatura. Na política, além de ter exercido o cargo de Vice-presidente da Comissão Executiva do Centro Republicano da Guarda, foi também, logo após a implantação da República, presidente da Comissão Municipal Republicana.

Neste fragmento introdutório sobre o Sanatório Sousa Martins, Patrício não exclui as consequências que a Expedição Científica à Serra da Estrela tiveram para a sua construção. A expedição, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1881, foi uma exploração sistematizada e multidisciplinar que propôs estudar a Serra da Estrela nos mais diversos âmbitos científicos — arqueológico, geográfico, biológico, meteorológico, antropológico, etc. — da qual fizeram parte reconhecidos nomes da ciência portuguesa do final do século

⁵¹Ladislau Patrício, *O sanatório «Sousa Martins» na Guarda* (Lisboa: Boletim da Assistência Social, 1963), 3.

XIX, como Martins Sarmiento, arqueólogo; Batalha Reis, agrônomo; João Capelo, meteorologista; o historiador Joaquim de Vasconcelos, referido anteriormente, entre outros. Impulsionada pelo médico e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, José Tomás de Sousa Martins (1843-1897), a viagem serviu para validar a eficácia da altitude da Serra da Estrela no tratamento da tuberculose pulmonar.⁵²

A Sociedade Geográfica de Lisboa foi criada em 1875. Nasce no seguimento de um conjunto de eventos que determinam a mudança da direção da política ultramarina portuguesa após a independência do Brasil (1822), num país a ganhar estabilidade com a vitória do liberalismo, centrando-se particularmente nos territórios africanos. Deste interesse por África, levado a cabo por poderosas nações europeias, França, Inglaterra e Alemanha, e posteriormente a Bélgica, resultou a criação das Sociedades de Geografia, como a de Paris (1821), Berlim (1828), Londres (1830), Viena, Roma (1856) e Lisboa (1875). A atenção das principais potências europeias na procura de matérias-primas, de mercados para escoamento da sua produção industrial, na disseminação do proselitismo religioso e humanitário, e pelos proveitos científicos, levou a uma maior consciência da elite portuguesa, após a Regeneração, da importância dos seus territórios em África. Foram nomes como Luciano Cordeiro, António Enes, Barros Gomes, Eduardo Coelho, Fonseca Benevides, Sousa Viterbo, o médico Sousa Martins, Pinheiro Chagas, Marquês Sá da Bandeira, Teófilo Braga, entre outros 70 peticionários, que solicitaram ao Rei D. Luís apoio para a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o objetivo de desenvolver as ciências no país.⁵³ Foi neste contexto que as expedições científicas, habitualmente patrocinadas por estas sociedades científicas, académicas e associações privadas, se tornaram fundamentais para o estabelecimento dos poderes imperiais e também para o desenvolvimento do conhecimento científico de cada país.⁵⁴ A título de exemplo, destacam-se as expedições pelo território africano de David Livingstone (1813-1873), por Inglaterra; Pierre Savorgnan Brazza (1852-1902), por França; e por Portugal, Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900), Hermenegildo Brito Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898).

É na sequência dos resultados da expedição da Sociedade de Geografia de Lisboa à Serra da Estrela, que Sousa Martins propõe o desenvolvimento de uma estância sanatorial, defendendo a construção de casas de saúde na serra, à semelhança da congénere Suíça, Davos-Platz.⁵⁵ A iniciativa, propagada com o apoio da associação humanitária *Club*

⁵² Suzanne Daveau, 'A expedição científica à Serra da Estrela, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em agosto de 1881', *Finisterra* 16, n.º 32 (1981): 314-18.

⁵³ Luís Aires-Barros, 'Os 140 anos da Sociedade de Geografia de Lisboa', em *Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-2015, 140 Anos*, Sociedade de Geografia de Lisboa (Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2015).

⁵⁴ Ver: '18th- and 19th-Century European Expeditions | Livingstone Online', acessido 6 de março de 2019, liffe-and-times/18th-and-19th-century-european-expeditions; Felix Driver, *Geography Militant: Cultures of Exploration and Empire* (Wiley, 2000); Catherine Delmas, Christine Vandamme, e Donna Spalding Andréolle, *Science and Empire in the Nineteenth Century: A Journey of Imperial Conquest and Scientific Progress* (Cambridge Scholars Publishing, 2010).

⁵⁵ Em funcionamento desde 1865, a estância marca o início de um projeto inovador e modelar reconhecido internacionalmente e para onde algumas famílias portuguesas também se deslocavam para fazer as suas curas termais e climáticas." Helena Pinto, 'A Cura e a Arquitectura: História da Arquitectura Hospitalar Portuguesa na Época Contemporânea da Programação à Tipologia Arquitectónica' (Tese de Doutoramento em Arquitectura Especialização em Teoria e História da Arquitectura, Universidade de Lisboa, 2014), 58 - 59, Nota 40.

Hermínio,⁵⁶ esboçou um conjunto de medidas de higiene e saúde pública para o tratamento da tuberculose. Um dos objetivos de Sousa Martins era a construção de um sanatório na Serra da Estrela, no entanto por falta de financiamento governamental, a sua edificação só acontecerá após a sua morte. A inauguração do sanatório Sousa Martins teve lugar na Guarda em 1907, cidade que, desde a expedição científica, se havia tornado espaço privilegiado no tratamento da doença, como se verifica neste excerto noticioso: "*Todos os dias estão chegando a esta cidade em procura de alívio para os seus padecimentos doentes afectados de tuberculose (...) Estão repletas as hospedarias, casas particulares e casas de aluguel em disponibilidade. Pelas ruas transitam em todas as direcções homens, senhoras, crianças, em cuja physionomia transparece o sofrimento que lhe mina a existência. Parece que a Guarda saudável d'outros tempos está transformada em uma vasta enfermaria (...)*".⁵⁷ A construção do Sanatório foi uma tarefa atribuída à Assistência Nacional de Tuberculosos (ANT) e a Lopo José de Figueiredo de Carvalho (1857-1922), médico e delegado de saúde da cidade que, como Ladislau Patrício explica, desenvolvia na Guarda um reconhecido trabalho clínico no tratamento da doença.

A Expedição Científica à Serra da Estrela e a posterior construção do Sanatório Sousa Martins na Guarda são dois acontecimentos que resultam da emergência de associações de interesses ligadas ao combate da tuberculose em Portugal. Fenómeno que não é alheio ao envolvimento do Estado em matéria de saúde pública. Em 1837, a Reforma da Saúde de Passos Manuel no nosso país é responsável pela codificação e regulamentação sanitária e pela criação dos delegados médicos distritais e delegados de saúde. Porém, há que compreender o impacto que os desenvolvimentos técnico-científicos internacionais, em matéria de higienização e climatismo, têm no território nacional. Estes propiciaram a realização do estudo de Sousa Martins à Serra da Estrela e, como consequência, a legitimação terapêutica da Guarda no tratamento da tuberculose.

Ao mesmo tempo que o estudo estatístico da população e as descobertas bacteriológicas reforçaram a imagem da origem social das epidemias, ficando para sempre ligadas aos processos de reforma política, moral e social, a própria ideia de saúde tornou-se num valor social e num direito político que propícia a racionalização de reformas impostas pela mortalidade causada por doenças infecciosas, estas últimas associadas à rápida urbanização causada pela industrialização.⁵⁸ Além de exporem os aspectos negativos do crescimento económico e urbano, epidemias como a cólera, tifo e tuberculose, colocaram desafios a uma burguesia higienista, na medida em que esta estabeleceu a reciprocidade entre epidemia e pobreza.⁵⁹ A partir do final do século XVIII, esta burguesia viria a ter uma grande influência na vida das comunidades, promovendo o bem-estar físico e moral dentro das

⁵⁶O Club Hermínio foi uma associação filantrópica que funcionou de 1888 a 1892. Desenvolveu ações preventivas no domínio da higiene e saúde pública nas habitações e pontos de cura utilizados na estância da Serra da Estrela. Sousa Martins foi o seu grande impulsionador.

⁵⁷Cf. Distrito da Guarda, 9 de setembro de 1884 *apud*. Hélder Sequeira, *O dever da memória: uma rádio no sanatório da montanha* (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003), 49.

⁵⁸Dorothy Porter, *Health, Civilization and the State: A history of public health from ancient to modern times* (London & New York: Routledge, 2005), 63, 76. Reformas que foram abordadas de modo distinto pelos estados europeus mais industrializados como Inglaterra, França e Alemanha.

⁵⁹*Ibid.*, 94.

fronteiras da sua observação e prática.⁶⁰ É uma burguesia que adota e pratica medicina profissional e cujos serviços passam a fazer parte da economia urbana. Os médicos passam a atuar em duas vertentes da transformação da cidade oitocentista: pelo exercício da sua visão pedagógica nos espaços de opinião pública da cidade, nomeadamente na imprensa e na esfera governativa da cidade; e, a partir das instituições de saúde, do hospital e do sanatório, como instrumentos terapêuticos disciplinadores da relação dos pacientes com a doença, e da relação destes com a cidade.⁶¹

Do final do século XIX até ao início da década de trinta de novecentos, o poder local teve um papel decisivo na modificação material da Guarda. Essa mudança ocorreu dentro de um ambiente social, político e ideológico comum, vinculado ao liberalismo republicano, perpetrando mudanças na economia da cidade e no seu edificado. Contribuíram para tal os esforços políticos de uma elite burguesa que, atuando segundo valores culturais laicos e progressistas exerceu a sua influência nas mais diversas instituições. A burguesia da cidade, constituída por industriais, médicos, militares, professores e comerciantes, liderava sociedades de recreio, associações de classe, instituições assistenciais, a Câmara Municipal e o Governo Civil. Por exemplo, a burguesia industrial da Guarda foi a responsável pelo fornecimento de energia elétrica, e o empreendimento na produção de têxteis, seda e lanifícios, o que acontecia em extrema dependência da envolvente agrícola, mas sem nunca atingir o protagonismo de outros pólos industriais, como é o caso da Covilhã.⁶² Porém, no retrato desta burguesia, e perante o flagelo da tuberculose, sobressai a classe médica que vai exercer o seu dinamismo dentro desta rede social urbana. Capaz de influenciar e veicular as suas ideias no domínio da saúde e higiene da cidade, atuando perentoriamente sobre a forma da cidade, na concretização de equipamentos de carácter médico e assistencial, esta classe — na qual se incluem os médicos Lopo de Carvalho e Ladislau Patrício — contribuiu também para o desenvolvimento económico urbano da Guarda.

Desde a instituição da liberdade da imprensa em 1820, proliferaram jornais e demais publicações. Na cidade, os periódicos tornam-se meios de comunicação assídua e instrumentos de propaganda do ideário liberal e republicano. Fecunda e carregada de teor político, propagandístico e panfletário, a imprensa local testemunha e reivindica mudança na realidade material da cidade. O jornal do centro progressista, "*Districto da Guarda*"⁶³ e o jornal republicano "*O Combate*"⁶⁴ são algumas das muitas publicações que testemunham este facto. A título de exemplo, no jornal "*O Combate*", são frequentes as rubricas "*Pela Cidade*" e "*Assumptos Locais*". Mas, apesar de testemunharem e reivindicarem reformas urbanas, os jornais locais são os responsáveis pela propagação de noções de higiene e saúde

⁶⁰ Ibid., 97.

⁶¹ Michel Foucault, 'O Nascimento do Hospital', Em *Microfísica do poder*, ed. Roberto Machado, 10.ª Edição, Biblioteca de Filosofia e História das Ciências 7 (Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992), 79–98.

⁶² Pissarra, 'A chegada do comboio à cidade da Guarda em finais do século XIX: expectativas e repercussões', 59–62.

⁶³ O "*Districto da Guarda: Órgão do Centro Progressista*" foi um periódico propriedade da Typ. Egytaniense de G.J. Batoreu, publicado de 1878-1903.

⁶⁴ O jornal "*O Combate: Pela Justiça, Pela Liberdade, Pela Equidade*" era dirigido por José Augusto de Castro, publicado de 1904 a 1931.

DISTRICTO DA GUARDA

ORGÃO DO CENTRO PROGRESSISTA

<p>Anno 22.º</p> <p>ASSIGNATURAS</p> <p>Por anno, semi-estragalha, 4000 réis; por semestre, 2500—Por anno, com estragalha, 16000; por semestre, 8000—Número avulso, 20 réis—Anúncios, 10000; 50000; 100000—O pagamento é feito adiantadamente</p> <p>DIOMIO, FRANCISCO GONCALVES—REDOCCIA, BEL DO BRANDE 21</p>	<p>Domingo, 3 de Setembro de 1899</p>	<p>PUBLICAÇÕES</p> <p>No corpo do jornal, cada folha de 16 linhas—Anúncios, excepto da Italia 25 réis; respectivo no resto—Os anúncios, saugmentos tem abate de 25 %—A correspondência deve dirigir-se a Redacção—Não se recebem estrangeiros</p> <p>ADMINISTRAÇÃO E TYPOGRAPHIA—BEA VO BRANDE, 21</p>	<p>N.º 1:129</p>
---	---------------------------------------	--	------------------

SAUDE PUBLICA

Continuam com toda a actividade por parte das autoridades, das corporações e dos dignos facultados municipaes, as providencias sanitarias que as circumstancias reclamam.

No dia 28 do mez passado reuniu de novo a junta de saude, sob a presidencia do sr. governador civil, tomando diversas deliberacoes, entre as quaes avultam: a determinação de visitas sanitarias a todas as povoações do concelho da Guarda, e dos outros do distrito; a fixação do prazo inprorogavel para se retirarem da cidade as montureiras e os sinios; a designação dos sitios que a camara põe á disposição dos possuidores d'estas animas para construírem fogeas prioritarias de madeira, destinadas aos mesmos; o estabelecimento de montureiras publicas e sua desinfectão, etc.

Tambem o chefe do distrito desjeon ouvir a junta sobre o plano que tem de se entender com os governadores civis dos distritos vizinhos, e especialmente com o de Vizeu sobre providencias communs a adoptar, principalmente porque tendo as estações

de Carvalho; e com isto temos dilado, não valendo a pena gastar mais tempo com as imbecilidades do escritorio.

Eles não podem afrontar um homem de estatura d'aquelle nosso illustre confratero que sabera continuar, sem mesmo ouvir o desprecavel director, nos seus inextinguíveis trabalhos de comate, garantidos pelos meios energicos e d'inegociavel efficacia que, devido aos seus persistentes empenhos, temos hoje á nossa disposição n'esta cidade.

O serviço de desinfectão por meio de estufa que a camara municipal adquiriu, satisfazendo com boa vontade aos despos do sr. dr. Lopo e animado assim a sua iniciativa, é o mais completo e conveniente que existe; podemos assegurar.

Não tem sido pequeno o trabalho que ultimamente tem sobrecarregado ao sr. dr. Lopo para responder a numerosas cartas que tem recebido de diversos pontos do paiz pedindo indicações sobre o modo d'adquirir prontamente estufas eguaes e sobre o seu funcionamento.

E já que fallamos n'este nosso filastro e prestissimo amigo, informamos os nossos leitores de que o no-

malidade das circumstancias sanitarias do Porto se podem transmittir a toda o paiz e portanto a esta cidade, desde que V. Ex.ª faça saber ao Ex.º Governador civil d'este distrito que, dada em caso, pode S. Ex.ª dispôr e retirar incondicionalmente todos os serviços que a referida corporação possa prestar em beneficio dos seus concidadãos, offerecendo se desde já para todas as providencias hygienicas para que possa ser útil e sua cooperação e bem assim para qualquer medida sanitaria que se possa em pratica.

Desse Grande a V. Ex.ª—Guarda, 27 de agosto de 1899.—11.º e Ex.º Sr. Presidente d'Associação Bombeiros Voluntarios Ego tamen.

(o) Alberto Lopez de Pina Fain, Joaquin Ribeiro da Cruz, José dos Santos Cardozo, Francisco Pinheiro, José Gu Iherme, João Alexandre d'Aguiar, Antonio Cabral, Salvador d' Nascimento, Francisco Xavier, Antonio Gonçalo Xavier, Verissimo Carvalho da, Ezequiel Antonio Batoren, Abel Ferreira d'Alreu, Alvaro Ribeiro, José de Lemos, José Joaquim d'Almeida, Antonio Lourenço Monteiro, Jyrme de Carvalho, Manuel Francisco, Abilio d'Almeida, Manuel Luiz Vaz, Alvaro Coelho de Moura, Antonio Duggiero de Carvalho, Antonio Pinto Marques, José Rodrigues Cabral, Arthur de Madureira, Francisco d'Oliveira, Vicente dos Anjos, Miguel Augusto Cambrã, Alvaro José Ferraz, Antonio Joaquim da Silva.

X

O chefe do distrito officiou ao seu collega do Porto reclamando contra o

um orçamento supplementar para esse fim, aproveitando quaesquer recursos que possa reunir, ainda com sacrificio d'outros serviços, cuja execução possa adiar-se, visto serem os da salubridade publica aquelles que n'este momento primam e sobrelviam a todos os outros pelos interesses capitales que d'elles dependem e pela influencia decisiva que tem na defesa das vidas e indempnidade da população ameaçada pelo terrivel flagello da peste.

Que V. S.ª chame sem perda de tempo a essa administração os regedores e parochos das diferentes freguezias d'esse concelho, e a aus e outros transmita instruções para que pelos meios sanatorios ao seu alcance facim nas mesmas freguezias insistente propaganda tendente á execução das providencias hygienicas dependentes da iniciativa individual, evidenciando e procurando convencer os povos de que o maior obstaculo para evitar a invasão e a disseminação da epidemia é a mais solida garantia de limpeza das suas vidas consistem na limpeza e hygiene das pessoas e habitações; devendo notar-se que, com respeito a este assumpto, muito pode esperar-se do zelo e differença com que os parochos fizerem frequentes exhortações

particulares, se forma tambem da maxima conveniencia que V. S.ª esteja prevenido de mobilis, macas o pessoal para a instalação, appargho, transporte e tratamento dos pestiferos?

Que do seu comprovado zelo e dedicacão pelo serviço publico, e do interesse que lhe inspiram os povos sujeitos á sua administração, espero que empregue os maximos esforços para, sem perda de tempo, aggregar os habitantes d'esse concelho que disponham de maiores recursos para, por meio de quotas mensaes, por minimas que sejam, e a que poderá fixar-se um limite maximo que se não tornem penosas aos subscritores, e por meio de donativos ou prestacão voluntaria de serviços, se angariar desde já um fundo de socorros que possa opportunamente ser de valiosissimo auxilio, se tivermos a deslida de ser alcançados pela peste;

Que os parochos e regedores devãdem instruídos por V. S.ª quando forem chamados a essa administração ou harmonia com o que fica prescripto, podem encargar-se de, nas suas freguezias, solicitar o auxilio e subscrição dos que podem concorrer para todo o bemquerer lino, que não só representa um acto caridoso, mas

4.13. Distrito da Guarda, 3 de setembro de 1899. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.

<p>3.º Anno</p> <p>ASSIGNATURAS</p> <p>(NÃO INCLUIDO O PORTE DO CORREIO)</p> <p>Portugal, Ilhas adjacentes e Africa Portuguesa, anno, 18.500 réis.</p> <p>Numero avulso 40 réis</p> <p>Proprietario, José Augusto de Castro</p> <p>REDACCAO E ADMINISTRACAO</p> <p>Rua do Theatro n.º 30</p>	<p>GUARDA — Sabbado, 17 de Agosto de 1907</p> <h1 style="font-size: 2em;">O Combate</h1> <p>Pela Justiça. Pela Verdade. Pela Equidade.</p> <p>Director—José Augusto de Castro</p>	<p>Numero 120</p> <p>PUBLICAÇÕES</p> <p>PERMANENTES, CONTRATO ESPECIAL.</p> <p>Anúncios—Na 1.ª pagina, 100 rs.; na 2.ª e 3.ª, 80 rs.; na 4.ª e 5.ª, 60 rs. e na respectiva secção ao réis.</p> <p>Os rs. assignados tem-se por cento de abatimento.</p> <p>Composicao e impressão:—Typographia Popular.—R. de Santo Antonio n.º 4</p> <p style="text-align: center;">— GUARDA —</p>
--	---	---

Mensagens e politica

Andam por ali na triste faina do arrajo de assignaturas para mensagens ao chefe que na hora presente distribue as graças e os excessos dos erros.

Em que lhes peza, o processo é ridículo.

Não valem sophismas, não valem a poeira levantada em frente da ignorancia e do cretinismo, da ambição e dos interesses de varias especies. Não será com essas mensagens que valorisarão aquelles que affirmaram perante o mundo, sob palavra d'honra e juramento diante de Deus, ficariam desqualificados moralmente se á sua palavra e ao seu juramento faltassem.

Que significam essas assignaturas, em grande parte angariadas por meio de pressões e de embustes, com que se andam enchendo papéis dirigidos a um chefe de governo, cujo prestigio consiste unicamente no desplante com que renega tudo o que afirma, com que falta a tudo quanto promette?

Significa o mesmo que o voto nas

Pela cidade

E' um facto que se observa sem grande esforço; o que menos preoccupa os homens do Estado, dentro de todas as categorias, são justamente aquelles problemas que os deviam preoccupar quasi exclusivamente.

E, parece-nos bem que seriam muito mais laticis mesmo aos interesses politicos em que esses homens encerram toda a sua aspiração. Pois em vez de meia duzia de favores para a compra de meia duzia de votos, não poderiam esses votos vir espontaneamente, em duplicado ou triplicado, se em vez de alguns favores se beneficiassem os povos com os melhoramentos de que precizam, que lhes exigem as condições da vida tão profundamente alteradas nos ultimos tempos?

E, parece-nos bem que seriam muito mais laticis mesmo aos interesses politicos em que esses homens encerram toda a sua aspiração. Pois em vez de meia duzia de favores para a compra de meia duzia de votos, não poderiam esses votos vir espontaneamente, em duplicado ou triplicado, se em vez de alguns favores se beneficiassem os povos com os melhoramentos de que precizam, que lhes exigem as condições da vida tão profundamente alteradas nos ultimos tempos?

A hygiene é dos assumptos mais castigos, hoje, em todos os logares; nos edificios publicos, nos lares domesticos, nas praças e nas ruas; na alimentação, no vestuario, no trabalho, num palavra, em tudo e por tudo. Há a hygiene que compete ao individuo e a que compete ao Estado,—sendo ainda aquella dependente d'esta visto que o individuo tem de ser elucidado a seu respeito dentro das escolas.

Não fallamos hoje da hygiene individual, que é assumpto para volumes. Particularisamos, engindo-nos ao titulo d'estes artigos. Como se está curando de hygiene entre nós?

Pelo que ouvimos dizer a toda a gente e pelo que nos observamos e

Pergunta do catholico Bivar:

Donde derivou que os fructos das escolas da moral lida são... fructos, que são honrosos e importantes, como Alfredo Foullet, chegou a dizer que...

Que em contraste os fructos da moral jesuitica são tudo o que ha de mais quente... quantissimos.

Os criminosos de lesa-franquismo

Além dos nomes que saíram em nos no numero passado, dos cidadãos pronunciados, pelo mais original dos processos no nosso tempo, como responsáveis pelos acontecimentos do Rio de Janeiro, no dia 18 de Julho, diz que estava reservado a uma apothose ao sr. João Franco, temos a inscrever mais os sr. Henrique de Sousa Pinto, José de Sousa, Ferreira Chaves, José do Valle e dr. José Ferreira Pessoa. Ao todo vinte e um criminosos de lesa-franquismo, entre e os cidadãos que protestaram e protestam contra a dictadura actual, entre elles os seis republicanos, estes seis cidadãos que todo o paiz admira, respeita e ama.

São unanimes os jornaes em constatar o esboço da materia da parte ante mais esse acto de arbitrio e de audacia, verdadeiro desajo aos partidos que combatem o partido franquista, que se pode chamar partido a esse momento, e os seus membros e

4. 14. 'Pela Cidade', O Combate, 17 de agosto de 1907. Fonte: Arquivo Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.

pública, pela difusão das normativas municipais, colocando em evidência a notoriedade que os médicos adquirem, pela sua atividade e intervenção nos assuntos da cidade.

É na imprensa local que, no final do século XIX, são descritos os esforços empreendidos por Lopo de Carvalho na prevenção da peste bubónica que em 1899 assolava o Porto. Ao longo da coluna "*Saúde Pública*", do *Districto da Guarda*, são apresentadas as providências sanitárias levadas a cabo pela equipa municipal e distrital e são publicados os "*Preceitos mais geraes de limpeza e hygiene pessoal e domestica tendentes a evitar a disseminação da epidemia que actualmente grassa no Porto*".⁶⁵ As referências à atuação do clínico são permanentes, elas atestam a capacidade de influenciar as decisões do executivo municipal na estruturação e obtenção de meios para controlar focos de doença. A vacinação, a desinfecção gratuita de objetos contaminados e a proposta municipal para a compra de material de desinfecção foram ações por ele desenvolvidas e acompanhadas.⁶⁶ Já em 1897, Lopo de Carvalho havia procedido, juntamente com José Osório Gama e Castro, Governador Civil da cidade e de quem era amigo, à publicação em edital das "*Providências Profiláticas contra o contágio da Tuberculose*".⁶⁷

Lopo José de Figueiredo de Carvalho nasceu em 1857, no concelho de Viseu, e formase em medicina em Coimbra. Chega à cidade da Guarda depois de desempenhar vários cargos: médico municipal em Mêda, guarda-mor da saúde da ilha Graciosa e subdelegado de saúde em Lisboa. Foi inclusivamente professor do liceu da Guarda em 1888.⁶⁸ A multiplicidade de cargos que ocupa não é estranha, uma vez que em Portugal, os médicos, enquanto profissionais liberais, exerciam a sua atividade de forma não inteiramente externa ao poder público, isto é "*esquecendo retoricamente os muitos laços que se teciam entre medicina e instituições públicas*".⁶⁹ Por conseguinte, o percurso de Lopo de Carvalho tem que ser visto a partir, não só da sua atividade clínica como tisiologista, mas como médico municipal, como diretor do Hospital da Misericórdia e, posteriormente, como diretor do Sanatório Sousa Martins. Este último cargo assumido em 1907, data da inauguração do Sanatório Sousa Martins, e que irá manter até à sua morte, em 1922.

O seu trabalho, apesar de publicado e debatido em revistas médicas e congressos científicos, foi alvo de contestação na cidade. A controvérsia partiu de outro clínico, Dr. João Sacadura que, nas páginas do jornal *Comércio da Guarda*, denegria o sua atuação. Lopo de Carvalho, respondendo às injúrias de que era acusado, em carta aberta a Miguel Bombarda, presidente da *Sociedade Portuguesa de Ciências Médicas*, defende-se sustentando a importância do conhecimento científico e sentido ético no exercício da medicina. Esta missiva é uma introdução à publicação "*Tuberculosos Curados*", escrita em coautoria com o clínico Amândio Paúl. Testemunho do seu envolvimento na vida política da cidade e da sua ação na denúncia das condições de higiene da cidade e do seu hospital: "*Foi assim que*

⁶⁵'Saúde Pública', *Districto da Guarda*, 3 de setembro de 1899.

⁶⁶Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', 42.

⁶⁷Lopo Carvalho e Amândio Paúl, *Tuberculosos Curados* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1904), 43.

⁶⁸Dulce Helena Borges, 'Guarda, cidade saúde', em *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc. XX*, 2.^a ed. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 347 - 48.

⁶⁹Maria Rita Lino Garnel, 'O poder intelectual dos médicos: finais do século XIX - inícios do século XX', *Revista de História das Ideias* 24 (2003), 218.

procedi, pugnando pela construção de um novo hospital civil e declarando bem alto que chegava a ser um crime internar doentes no velho hospital, que devia ser destruído pelo fogo!"⁷⁰ Sempre na primeira pessoa, Lopo de Carvalho adianta sobre os esforços da burguesia guardense e do município que, sabendo da sua pretensão em obter um novo espaço para consultas, resolve anuir em seu favor, cedendo terrenos para um consultório para o exercício da sua prática, cuja construção foi concluída em 1904 (figura 4.18).⁷¹ Relata também o seu papel enquanto delegado na cidade da Assistência Nacional de Tuberculosos (ANT) e sobre a determinação do local para a construção do Sanatório Sousa Martins: *"Escolhido o terreno, fóra da cidade n'uma area de 25 hectares, o edificio seria colocado no centro, ou na extremidade poente, d'onde nem se quer a cidade se via. Todo o terreno seria murado, ficando assim o que se chama um Santório fechado. Approvada a resolução da comissão, fui eu o encarregado de fazer a aquisição dos terrenos escolhidos, pertencentes aos srs. Augusto Pissara e Francisco de Pina."*⁷²

De acordo com as indicações de Lopo de Carvalho, a implantação do sanatório é claramente estratégica em articulação com os fatores climáticos, num lugar periférico (figura 4.15. a 4.17). Isolamento, ar puro, água e higiene são os motivos ideais para a contenção epidémica. Situado na entrada sul da cidade, o terreno era delimitado a nascente pela estrada 55, que se dirigia a Castelo Branco, fazendo fronteira a ocidente com a Quinta do Chafariz, a Sul com a Quinta do Pina e a poente com a Quinta das Lameirinhas e a Mata Municipal. A entrada no recinto era fronteira ao Chafariz de Santo André. Em 1902 inicia-se a sua construção, segundo projeto do arquiteto Raúl Lino. Numa primeira fase é realizada a edificação da cerca do sanatório e com ela a arborização do recinto. Mas somente a partir de 1904 é que se inicia a construção dos edifícios. Do seu programa constam três pavilhões de tratamento destinados a diferentes classes: O Pavilhão n.º 1 Dr. Lopo de Carvalho para classes abastadas (1.ª classe), o Pavilhão n.º 2 D. António de Lencastre para os remediados (2.ª classe) e o Pavilhão n.º 3 Rainha D. Amélia para os mais pobres (3.ª classe). O projeto englobou ainda três chalés bifamiliares, farmácia, raio-x, laboratório, administração, lavandaria, central elétrica, capela neogótica, abegoaria, pombal e um pavilhão menor para doentes intercorrentes. À semelhança de congéneres europeus, como Painshill Park, no Reino Unido, ou o Park Klein Glienicke, na Alemanha, a implantação dos edifícios surge adaptada à encosta, entre zonas arborizadas, dotadas de fontes e lagos, interligados por percursos secundários que se articulavam com a via principal que atravessava o recinto.⁷³

⁷⁰Lopo Carvalho e Amândio Paúl, *Tuberculosos Curados* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1904), 44.

⁷¹Ibid., 55–59.

⁷²Ibid., 48.

⁷³Pedro Jorge Grilo dos Santos, 'Reordenamento urbano do parque da saúde da Guarda: o antigo Sanatório Sousa Martins, Guarda cidade saúde' (Dissertação de Mestrado em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2015), 75, 79 – 81.



4.15. Sanatório Souza Martins, Vista Geral dos três Pavilhões, 1909. *Fonte:* António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p. 133.



4.16. Sanatório Souza Martins, 1913. *Fonte:* António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.133.



4.17. Pavilhão n.º 1 Dr. Lopo de Carvalho, galerias de cura, 1918. *Fonte:* António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.ª Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p. 143.



4.18. Consultório Dr. Lopo de Carvalho (1904), 1914. *Fonte:* António Saraiva, ed. *A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970*. 2.ª Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p. 143.

O tipo de implantação que o sanatório adquire, evidenciando o afastamento entre os edifícios de tratamento e a inserção destes no seio de um ambiente pastoral, foi amplamente divulgada por intermédio de fotografias em jornais e postais ilustrados, por intermédio de fotografias, o que serviu para atrair pacientes economicamente favorecidos. À data da sua inauguração, em 1907, o Sanatório e os protagonistas que contribuíram para a sua edificação tornam-se primeira página nos jornais. No jornal *"O Combate"* é dado destaque ao trabalho de Sousa Martins e Lopo de Carvalho. Na segunda página, Ladislau Patrício, médico na cidade, é convidado pelo diretor do jornal, José Augusto de Castro, a explicar *"Para Que?"* o sanatório. Num discurso pedagógico, explica como dentro das instalações hospitalares, sob uma profunda disciplina, se pode assegurar o controlo e vigilância da doença, num ambiente onde as condições do meio, no qual o doente se insere, são transformadas: *"Ali encontram todos os doentes, ricos e pobres numa igualdade evangelica, além dos meios medicamentosos necessarios na lucta contra a estranha enfermidade, as restantes condições therapeuticas, apropriadas ao fim que se tem em vista, como sejam: a hygiene, o regimen, o conforto, a vigilancia clinica, a vida methodica e repousada, a alimentação racional, - tudo isto agora acontece, numa região naturalmente favorável à cura, pela pureza chimica e biologica do seu ar montanhez!"*⁷⁴ Para Patrício, o sanatório converte-se num instrumento que, criando um universo próprio, nas margens da cidade, é o antídoto à falta de condições de higiene do meio urbano: *"...fortalecei o corpo por uma melhoria das circunstâncias materiais, e tereis, por essa forma, estabelecido uma barreira que servirá d'obstáculo à invasão do germen..."*⁷⁵

Ladislau Patrício, como Lopo de Carvalho, detém um papel interventivo no espaço político da cidade, ainda que em moldes distintos. Natural da Guarda, Patrício forma-se em medicina em Coimbra. A sua carreira, à semelhança de Lopo de Carvalho, é marcada por uma multiplicidade de cargos: médico municipal, professor, fisiologista, presidente da câmara municipal, colaborador do Jornal *"O Combate"* e poeta. A sua ligação ao partido republicano faz com que, em 1910, assumia a presidência da Comissão Republicana da Guarda. Durante os anos da sua presidência, em conformidade com a sua formação, Patrício foi responsável por apresentar a publicação do *Regulamento de Condições Higiénicas a Adoptyar na Construção dos Prédios Dentro da Cidade*.⁷⁶ O seu executivo reivindicou o acesso e qualificação dos espaços escolares, a reconversão do Seminário para albergar diversas instituições públicas, a cobertura do mercado, o contínuo melhoramento viário, a necessidade de conter epidemias, a limpeza da cidade e a construção de um bairro operário. Porém, a sua governação enfrenta a falta verbas para levar a termo estas reivindicações. Terminado o seu cargo político em 1914, e depois de uma passagem pelo sanatório militar para tuberculosos em S. Fiel-Castelo Branco, em 1922 Ladislau Patrício regressa à Guarda como subdiretor do Sanatório Sousa Martins, exercendo o cargo de diretor entre 1935 e 1953. Interveniente assíduo na opinião pública da cidade, publicou vários artigos na imprensa local,

⁷⁴ Ladislau Patrício, 'Para Que?', *O Combate: Pela Justiça Pela Verdade, Pela Equidade*, 18 de Maio de 1907, 2.

⁷⁵ *Ibid.*, 2.

⁷⁶ Câmara Municipal da Guarda, 'Livro de Actas das Sessões da Comissão Executiva 1908-1911', Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

sempre que os receios da existência do sanatório na Guarda se manifestavam.⁷⁷ Na década de 20, integrou, com outros clínicos da cidade, a *Obra anti-tuberculosa de defesa sanitária da Guarda*. Em 1925, fundou o Dispensário *de Higiene Social e Preservação Anti-tuberculosa*, que funcionou no antigo consultório do Dr. Lopo de Carvalho.

Apesar do relevo que a construção do Sanatório teve na cidade, foi considerado indispensável repensar outras instituições de saúde na Guarda. O Hospital da Misericórdia, o Hospital Regimental e o Lactário Dr. Proença fizeram parte do conjunto de equipamentos assistenciais da cidade que se construíram no início do século XX.

Como acima mencionado, Lopo de Carvalho já havia debatido publicamente a importância da construção de um novo Hospital da Misericórdia na cidade. Em finais do século XIX, o antigo hospital anexo à Igreja da Misericórdia apresentava problemas de funcionamento e as suas condições físicas eram preocupantes.⁷⁸ Lopo de Carvalho chegou a fazer parte da comissão incumbida para a escolha do local da nova construção e orçamentação.⁷⁹ Inaugurado na mesma data que o Santório Sousa Martins, o hospital foi construído em terreno acidentado, em baldios municipais, num local designado 'Campo dos Bois', na periferia nascente da cidade, próximo à Quinta dos Pelames. O projeto foi desenvolvido por Augusto da Costa Simões (1819-1903), médico e higienista hospitalar, responsável pela adaptação do Colégio das Artes a Hospital da Universidade de Coimbra, em 1853. O projeto do Hospital da Misericórdia da Guarda foi publicado no seu livro *Hospitais Portugueses de Construção Moderna*, por responder ao ensejo da criação de uma rede de hospitais no país (figura 4.19.).⁸⁰

O Hospital Civil da Guarda, como por ele é designado, tira partido do declive do terreno, sob a forma de U, paralelo ao arruamento. Evidenciando as características da arquitetura hospitalar pavilionar, o hospital era composto por pavilhões interligados por galerias de comunicação abertas. O pavilhão central administrativo e cirúrgico apresenta-se perpendicular à rua e, paralelamente a esta, duas enfermarias separadas por sexo.

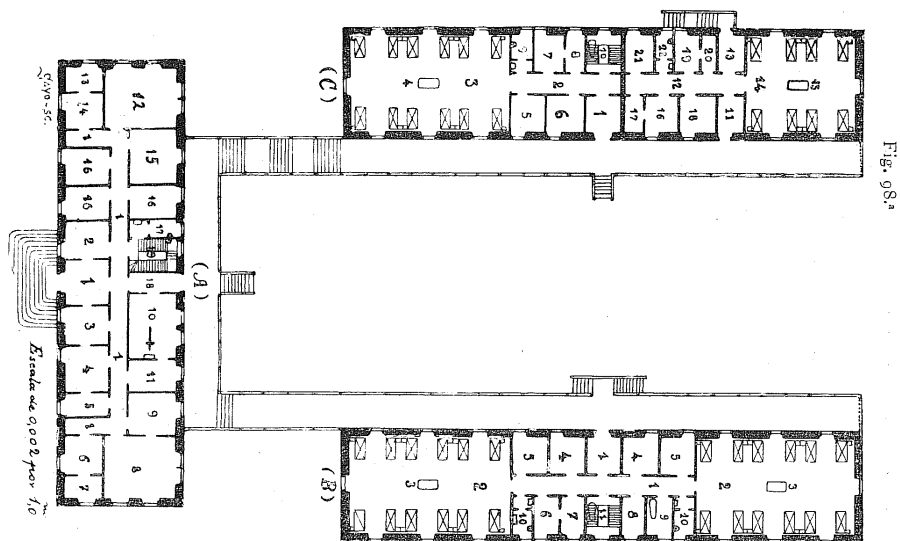
Ainda no início do século XX será construído o Hospital Regimental da Guarda (figura 4.20.). Edificado de acordo com o projeto do Capitão de Engenharia Álvaro Azevedo Albuquerque, em 1909, inseria-se na cerca do Mosteiro de S. Francisco. O edifício era composto por um corpo central de enfermarias, com um piso superior para oficiais, médicos e enfermeiros, articulado por um corpo de serviços. Posteriormente, em 1928, é edificado o Lactário Dr. Proença (figura 4.21.). Mandado erigir pelo município, junto ao Jardim José de Lemos, é, à semelhança do consultório de Lopo de Carvalho, uma obra que resulta do reconhecimento do trabalho assistencial prestado a crianças lactentes pelo clínico António Augusto Proença.

⁷⁷Helder Luís Rebelo Sequeira, *Ladislau Patrício, guardense, médico e escritor*, Gentes da Guarda 1 (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2004), 28.

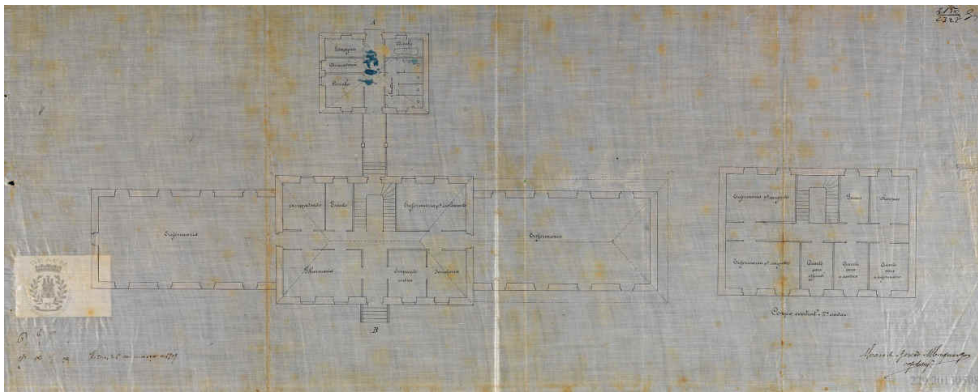
⁷⁸Borges, 'Guarda, cidade saúde', 335.

⁷⁹'Misericórdia', *Distrito da Guarda*, 4 de junho de 1899.

⁸⁰António Augusto da Costa Simões, *Hospitais portugueses de construção moderna* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898), viii.



4.19. Planta do Hospital da Misericórdia da Guarda. *Fonte:* António Augusto da Costa Simões. *Hospitais Portuguezes de Construção Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898, p.300.



4.20. Planta do Hospital Regimental da Guarda, 1909. *Fonte:* Capitão Álvaro de Azevedo Albuquerque, 'Projeto de hospital regimental na Guarda'. *Plantas e Alçados*, Escala não Determinada. Guarda, 1909. SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).



4.21. Lactário Dr. Proença (1928). julho, 2017.

A implementação destes vários equipamentos de saúde, no qual o sanatório se evidencia, foi consentânea com a melhoria das infraestruturas viárias, com o progresso verificado nos meios de transporte, na imprensa e na fotografia, e com o aparecimento de organismos para o desenvolvimento local, contribuindo para uma maior circulação de indivíduos que procuravam a cidade para tratamento. Literatura, postais ilustrados e artigos jornalísticos são os meios de difusão das singularidades da Guarda e, em especial, do sanatório.

Concomitantemente, no âmbito legal e institucional também se afigurou necessária a validação da cidade como local de turismo pelo Ministério das Finanças, o que acontece em 1923, quando a Guarda é classificada como estação climatérica pela Administração Geral das Estradas e Turismo.⁸¹ Nesta ocasião surge a Comissão de Iniciativa e Turismo da Guarda que, criada com a primeira República, parte de uma rede de organizações turísticas locais, tutelada pela administração central, destinada a promover e a desenvolver a Guarda como estância turística.⁸² Esta comissão foi responsável pela publicação de "*Guarda Ilustrada*", que se debruça sobre o sanatório em tom promocional.⁸³ Deste modo, e até meados do século XX, as unidades de saúde, os transportes e a propagandística foram imprescindíveis para a transformação da sociedade guardense. Prosperaram os serviços médicos e outras atividades a eles associadas, como o comércio local, hotelaria e casas de saúde, o que contribuiu para o crescimento económico e material da cidade.⁸⁴

A prevalência da doença intercedeu na mudança social e a convicção na ciência, tornou-se num recurso que legitimou transformações urbanas. Sem dispor efetivamente dos mecanismos do planeamento moderno, o crescimento da Guarda resultou de sucessivas intervenções, constituindo aquilo a que se designa como a emergência de um plano, no qual a ideia de saúde pública foi central. Coube ao poder local e à classe médica atuar no controlo dos fatores determinantes para a incidência de doenças, por intermédio do policiamento urbano ou impulsionando a construção de novos estabelecimentos hospitalares nas margens da cidade. O controlo da doença dependeu da disponibilidade económica da governação do poder central e local, empenhada na melhoria das condições infraestruturais e hospitalares do país e da cidade. No início do século XX, a construção do sanatório, as suas sucessivas ampliações e a divulgação acérrima de que foi alvo, fizeram dele um dos principais motores para a transformação económica e urbana da Guarda.

⁸¹Garcia, 'A Guarda no Labirinto da I República', 142.; Borges, *Guarda - Roteiros Republicanos*, 67; Ministério do Comércio e das Comunicações, 'Decreto de Lei', Pub. L. No. 8:714 (1923).

⁸²Susana Luísa Mexia Lobo, 'Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da I.a República à Democracia' (Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2013), 53-80.

⁸³Helder Luís Rebelo Sequeira, *O dever da memória: uma rádio no sanatório da montanha* (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003), 59.

⁸⁴Borges, 'Guarda, cidade saúde', 330.

5. Dois antepanos: a mesma cidade (1933-1974)

Engenharia social na forma urbana da Guarda.

A política ditatorial e a transformação urbana da Guarda.

Debruçando-se no período da História de Portugal em que se inicia, estabelece e termina a ditadura portuguesa, este capítulo incide sobre o modo como a política ideológica, económica, infraestrutural e social da ditadura atingiu a Guarda. Neste período, nos pequenos centros urbanos como a Guarda, a passagem do rural para o urbano manteve largas interdependências. Foi um longo processo de transição para a modernidade, entendida como resultado de processos socioeconómicos de desenvolvimento tecnológico e como experiência.¹ Na transformação demográfica e social do espaço urbano, a política ditatorial desenvolveu, à semelhança de outros regimes centralistas na Europa, uma nova postura relativamente aos projetos urbanos, cujo processo de organização e implementação necessitou de profissionais de arquitetura e planeamento, de uma estrutura de financiamento, a mobilização de recursos, instrumentos de planeamento e propaganda.² Distinta da 1.^a República, esta nova política dirigida à cidade vem propor uma reforma social pelo desenho que, ao procurar criar uma imagem urbana representativa do poder do Estado, é construída recorrendo ao planeamento urbano, ao alojamento social e a uma nova articulação dos edifícios e espaços públicos, convergindo para a diferenciação do espaço urbano face ao espaço rural e para a diferenciação do estatuto socioeconómico da população urbana.

Após o golpe militar de 1928, o projeto político da ditadura tem o seu início quando António de Oliveira Salazar (1889-1970) encabeça o Ministério das Finanças e restabelece o controlo financeiro do país. Foi o domínio financeiro e económico de Salazar sobre as contas públicas que o conduziu ao poder. A anterior ditadura militar era substituída pela nova Constituição de 1933 que cria o designado Estado Novo. No plano económico, na ressaca da I Guerra Mundial e Grande Depressão de 1929, o dirigismo estatal de Salazar é marcado por uma política que procura a estabilização monetária pela regulação do crédito, num mercado nacional e colonial, protegido da influência do mercado liberal externo. Esta política económica, autocrática e corporativista do estado sobre os mais amplos setores da sociedade gerou um ambiente económico favorável ao

¹*"In other words, modernity is a phenomenon with at least two different aspects: an objective aspect that is linked to socioeconomic processes, and a subjective one that is connected with personal experiences, artistic activities, or theoretical reflections."* Hilde Heynen, *Architecture and Modernity: A Critique*, 2.^a ed (Cambridge...[et al.]: MIT Press, 1999), 10.

²Sobre o modo como outras ditaduras europeias levaram a cabo a transformação urbana e planeamento das cidades ver: Harald Bodenschatz, Piero Sassi, e Max Welch Guerra, *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective* (Birkhäuser, 2015).

crescimento de uma política de desenvolvimento infraestrutural focada no desenvolvimento dos transportes, comunicações viárias e marítimas, edifícios públicos, escolares e telecomunicações.³

Desde o início, seguindo estas mudanças económicas e sociais do país, o discurso ideológico expresso pelo regime procura, como o historiador Fernando Rosas afirma, legitimar o autoritarismo estatal pela função disciplinadora da propaganda: o "*...salazarismo procurará moldar todos os níveis da sociedade civil de acordo com os «novos valores», isto é, tentará educá-la e formá-la imperativamente na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral.*"⁴ Conduzido por António Ferro (1895-1956), o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), com a sua "*política do espírito*", orienta-se pela ideia de uma "*história única*", fomentando valores tradicionais, ao mesmo tempo que se constrói a ideia de um período áureo da sociedade portuguesa. O trinómio "*Deus, Pátria e Família*" fixa-se em datas históricas chave, 1140 - a fundação de Portugal, 1640 - a Restauração da Independência e 1940 - data de chegada a um novo período áureo, coincidente com a consolidação do Estado Novo. António Ferro impulsionou ainda a construção e reconstrução de monumentos, edifícios simbólicos e espaços urbanos. A renovação moral e espiritual da sociedade é feita no recurso à História de Portugal, reivindicada como instrumento que justifica as ações do regime.⁵

No que respeita à cidade há que alcançar as diferentes posições relativamente aos projetos urbanos que concorrem para a formação de uma imagem representativa do Estado Novo. A construção desses projetos era interdependente das instituições públicas, dos instrumentos legais e dos mecanismos de financiamento, mas também de profissionais de arquitetura e planeamento, desde que em articulação com a retórica nacionalista estatal.

Figura de proa no Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), o Ministro Duarte Pacheco (1900-1943) vai ser responsável pela reforma do ministério "*...desenvolvendo um método de projeto que uniformizou o modus operandi das diversas comissões e dos diversos técnicos que constituíam a orgânica do ministério (...).*"⁶ Este modo de atuação permitiu a concretização de uma rede de infraestruturas, estradas, pontes, barragens, etc. A subsidiação destas obras dependeu do Fundo de Desemprego, criado em 1932 para colmatar os índices de desemprego resultantes da Crise de 1929.⁷ O fundo dependia de uma política de participações em que era exigido aos trabalhadores o desconto de parte dos seus rendimentos para o fundo. Em vez da subsidiação dos desempregados, o MOPC propunha-se empregar a população participando nas despesas de melhoramentos do país. Como Gonçalves argumenta, para as administrações locais, igrejas, misericórdias, particulares, entre outros, o Fundo de Desemprego foi perentório no crescimento gradual da autocracia do Estado, para a alienação dos poderes locais e da sua capacidade técnica.⁸ Coloca-se ainda em relevo o poder do Estado na nomeação dos corpos

³Fernando Rosas, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 243-59.

⁴Ibid., 281.

⁵Ibid., 291-95.

⁶Gonçalo Canto Moniz, 'Arquitectos e políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30', *DC PAPERS, revista de crítica y teoría de la arquitectura*, n.º 13 (2005): 68.

⁷Ministério das Obras Públicas e Comunicações, «Decreto de Lei n.º 21699», (30-09-1932).

⁸Fernando Gonçalves, 'A propósito dos planos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?', *Sociedade e Território*, n.º 4 (1986): 100-101.

municipais de acordo com as suas afinidades ao regime. Fornecendo soluções racionais para a reorganização das estratégias dos vários ministérios e das instituições por estes criadas, o MOPC foi construindo uma rede de equipamentos públicos de âmbito central, regional e local. Como Moniz refere, tal implicou a organização interna no Ministério e demais organismos complementares, como a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, incorporando equipas diversas, compostas por arquitetos e engenheiros, preconizava *a priori* a avaliação das necessidades das obras de restauro e construção, assim como a definição de programas arquitetónicos adaptados a uma economia de meios e à celeridade da sua construção.⁹ Infraestruturas rodoviárias, Comunicações Postais Telefónicas e Telegráficas (CTT), monumentos, tribunais, agências bancárias, escolas, estabelecimentos prisionais, edifícios de apoio agrícola, de saúde, mas também, hotéis e cineteatros foram os equipamentos que sustentaram a imagem do Estado Novo, parte destes obrando na definição de um novo centro cívico urbano nas cidades portuguesas.

Será no início da década de 30 que o Estado adquire um maior protagonismo na discussão dos problemas habitacionais e da urbanização das cidades, definindo a sua política habitacional e urbana. Durante a I República, os esforços envolvidos na resolução do problema habitacional conciliavam as necessidades de salubridade urbana com as de harmonização social. Com o primeiro pós-guerra, a situação habitacional das classes pobres agravou-se, sobretudo nas cidades com algum grau de industrialização, em especial Lisboa e Porto. Além do Estado, a burguesia industrial, seguida pelas associações filantrópicas, mutualistas e cooperativas, foi um dos grupos que procurava resolver a questão habitacional. Predominava uma ótica liberal, através da qual os mecanismos de mercado seriam supostamente adequados à resolução do problema habitacional. Mas, num país ainda predominantemente rural e pobre, o mercado não foi capaz de responder a esta questão, conduzindo à intervenção estatal na promoção habitacional. Será em 1918, que o Estado a partir da promulgação do Decreto n.º 4137 de 25 de Abril, declara pela primeira vez o seu papel na promoção de habitação digna, dando início a um período de construção de bairros. Porém, e como atestam vários autores, a instabilidade política, a falta de disponibilidade financeira do Estado, agravada pela participação na I Guerra, resultou no estabelecimento de uma política estatal tardia, não prioritária e pouco consequente.¹⁰ A um nível arquitetónico, e como Gonçalves expõe, não foram fixados modelos arquitetónicos e urbanos passíveis de serem reproduzidos, gozando os projetos de uma certa liberdade.¹¹

No plano ideológico, o Estado Novo definiu a família e o acesso à habitação própria como garante de harmonia social, como meio de desgastar a imagem e identidade da classe trabalhadora, construída com base num conservadorismo católico e anticomunista. Assim, foi em 1933, com o Decreto-Lei n.º 23052 de 23 de setembro relativo ao Programa das Casas Económicas, que o Estado

⁹ Moniz, 'Arquitectos e políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30', 73.

¹⁰Ver: Manuel Teixeira, 'As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940', *Análise Social/XXVII*, n.º 115 (1992): 65-89; Marielle Gros, 'Pequena' história do alojamento social em Portugal', *Sociedade e Território*, n.º 20 (maio de 1992): 80-90; Carlos Nunes Silva, 'Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX', *Análise Social/29*, n.º 127 (1994): 655-76; Eliseu Gonçalves, 'A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)', em *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018* (Lisboa: IHRU, 2018), 41-92.

¹¹Gonçalves, 'A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)', 42.

definiu os objetivos para a solução do problema habitacional.¹² Ações que reverteram num estreito controlo na elaboração dos projetos, no financiamento para aquisição e urbanização dos terrenos e na distribuição e gestão dos fogos. As habitações eram destinadas sobretudo à classe média, a funcionários públicos, civis e militares, sócios de instituições de previdência social e empresas concessionárias de serviços públicos, atribuídas em regime de propriedade resolúvel e estratificadas em relação ao custo/qualidade. Com o fim da II Guerra, os programas habitacionais do regime serão, como Gros identifica, cada vez mais fragmentários, procurando responder a lacunas deixadas pelo programa anterior relativamente a financiamento, administração, estatutos de ocupação, condições de acesso e qualidade construtiva.¹³ Nasceram assim os programas: Casas para Alojamento de Famílias Pobres,¹⁴ dirigido a famílias excluídas do acesso ao programa de casas económicas, e Casas de Renda Económica,¹⁵ para famílias da classe média. Mas foi essencialmente com o programa das Casas Económicas que o Estado tornou claros os seus propósitos ideológicos: "*Tais desígnios estruturaram-se em torno de duas estratégias: «defender a família enquanto instituição base da sociedade»; facultar o acesso à propriedade da casa como factor de «conservação da ordem social existente».*"¹⁶

A par com o modelo de construção e financiamento da habitação social, nasce a retórica em torno da '*casa portuguesa*', a propriedade independente da família cristã. Este discurso vem legitimar a administração, vigilância e reforma higienista e moral da população.¹⁷ Também no plano formal, a preferência por moradias unifamiliares com quintal, em que a arquitetura assume uma feição regionalista e tradicionalista serve para fixar a população à sua região e à terra, perpetuando o *mito da ruralidade*, contraposto à cidade, à urbanização e industrialização, tidas como cerceadoras da harmonia social.¹⁸ Prevalece, com esta valorização do mundo rural, o modelo da cidade-jardim britânica e francesa, cujos princípios foram introduzidos pelos urbanistas franceses que trabalharam diretamente com o regime.¹⁹

Em Portugal, a conexão francófona deve-se à presença de Donat-Alfred Agache (1875-1959), membro da Société Française des Urbanistes (SFU), associação criada por iniciativa do Musée Social, em 1911. Em 1933, Agache é convidado por Duarte Pacheco para realizar o Plano de Urbanização da Costa do Sol. Da presença deste urbanista em Portugal estará a origem da política urbanística do regime, influenciada pela regulamentação dos *Plans d'Aménagement*,

¹²Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro, «Decreto de Lei n.º 23 052», Pub. L. N.º 23 052 (1933). O programa das Casas Económicas funcionou de 1933 a 1972.

¹³Gros, 'Pequena' história do alojamento social em Portugal', 86 – 87.

¹⁴Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro, «Decreto de Lei n.º 28912», Pub. L. No.º 28912 (1938).

¹⁵Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro, «Lei n.º 2007», Pub. L. No.º 2007 (1945).

¹⁶Gros, 'Pequena' história do alojamento social em Portugal', 87.

¹⁷Luís Baptista, 'Casa, Família, Ideologia: A Emergência Da Política de "Moradias Unifamiliares" Em Portugal Nos Anos 30.', *Ler História*, n.º 34 (1998): 137–64.

¹⁸"A terra, portanto, como a primeira e a principal fonte da riqueza possível, o caminho da ordem e da harmonia social, o tal berço das virtudes pátrias. Daí também um discurso caro a certos setores do regime, aliás dominante a nível do aparelho de propaganda, de crítica à industrialização, de desconfiança da técnica, de crítica da urbanização e da proletarização, ou seja, de fundamentação de uma segunda vocação, uma espécie de vocação rural da nação." Fernando Rosas, 'O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio Sobre o Estado Novo e a Questão Do Totalitarismo', *Análise Social/XXXV*, n. 157 (2001): 1035.

¹⁹Peter Hall, 'The City in the Garden', em *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*, 4.ª ed. (Oxford: Wiley-Blackwell, 2014), 90–148; Silva, 'Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX', 663.

d'Embellissement et d'Extension des Villes Françaises. Lobo argumenta que a lei francesa, conhecida como *Loi Cornudet*, redação da qual Agache participou, terá reflexo na regulamentação e nos modelos de financiamento da lei portuguesa.²⁰ Essa regulamentação e modelo de financiamento são instituídos com o Decreto de Lei n.º 24:802 de 21 de dezembro de 1934, que cria os Planos Gerais de Urbanização (PGU). O diploma, cuja abrangência é estendida a todo o país, procura responder ao crescimento demográfico vivido nas cidades, causado pela afluência da população que fugia à pobreza dos campos e aos efeitos da II Guerra Mundial. Longe dar resposta a esta transformação demográfica, as cidades tornaram-se polos de atração que lidavam com o problema da degradação das condições habitacionais das classes pobres, e com a incapacidade de resposta das suas infraestruturas. Perante a transformação das cidades portuguesas, o Decreto de 1934 vem requerer aos municípios com mais de 2500 habitantes e um crescimento demográfico superior a 10% entre recenseamentos, o desenvolvimento de um Plano Geral de Urbanização (PGU). Elaborados por iniciativa municipal, os PGU terão a sua ação diminuída, por um lado, pelo Código Administrativo de 1936 que favoreceu a autocracia do Estado em matérias urbanísticas que podiam ser conduzidas pelos municípios. Por outro, a ação local era igualmente restringida pelo sistema de comparticipações estabelecido com o Fundo de Desemprego, medida apresentada no preâmbulo do Decreto.²¹

O diploma dos PGU estabelecia a obrigatoriedade de "promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes."²² Porém, a concretização destes planos tardou devido à inércia na realização dos levantamentos topográficos, resolvida a partir de 1941, e também pela escassez de técnicos qualificados versados na 'ciência da urbanização', conduzindo à liberdade de escolha dos urbanistas pelos municípios.²³ Só com a criação da Direção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) em 1944, pela Secção de Melhoramentos Urbanos do MOPC, é que se assiste a um verdadeiro esforço na concretização dos Planos Gerais de Urbanização. A esta junta-se o Decreto de Lei 35.031 de 1946, que consagra a figura do Antepiano. Sobre este último diploma legal, o Antepiano, base de estudo para o plano definitivo, adquire força de lei idêntica aos planos definitivos.

Estes diplomas, desenvolvidos e implementados pelo Ministro Duarte Pacheco, tinham como objetivo a conceção da imagem urbana representativa do regime e "*...o domínio das cidades periféricas situadas no «espaço português»*".²⁴ De forma coeva, esta prática teve a sua manifestação nas colónias portuguesas, por intermédio do Gabinete de Urbanização Colonial, criado em 1944.

²⁰Susana Luísa Mexia Lobo, 'Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia' (Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2013), 481.

²¹Gonçalves, 'A propósito dos planos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?', 100-103.

²²Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro, «Decreto de Lei n.º 24:802», Pub. L. No.º 24 802 (1934), Art.º 1.

²³Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro, 'Decreto de Lei n.º 24:802', Pub. L. No.º 24 802 (1934). Ver Preâmbulo.

²⁴Gonçalves, 'A propósito dos planos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?', 105.

No entanto, ao contrário do que Rabinow e Wright demonstraram relativamente ao Norte de África sobre a ocupação francesa, em que o espaço colonial se tornou um espaço de experimentação urbana,²⁵ no caso do imperialismo português as colónias não constituíram um espaço de experimentação ou de urbanização substancialmente diferente do que se passava na metrópole.²⁶ Para a Guarda, como para outras cidades portuguesas e coloniais, foi importante a definição da forma da cidade pelo desenho, numa articulação de espaços públicos e edifícios institucionais, materializados pelo poder local segundo o seu interesse público e possibilidades financeiras, nas quais arquitetos e urbanistas foram responsáveis pelo desigual planeamento da cidade, estabelecido sobre critérios de classe para as cidades de raça para as colónias.²⁷ Para além da parca promoção habitacional estatal, destinada apenas a algumas camadas sociais, inclui-se a tolerância estatal pela produção de habitação em condições de informalidade, os também designados bairros clandestinos. A designação *bairros clandestinos* foi utilizada para definir os espaços habitacionais suburbanos de trabalhadores com baixos rendimentos produzidos em condições de informalidade. A partir dos anos 60, tornaram-se uma *'operação situada do governo liberal da cidade'*.²⁸ São uma solução que, a par com o planeamento urbano institucional, assume maior protagonismo devido ao aumento do êxodo rural, sobretudo a partir do segundo pós-guerra.

A discussão referenciada até aqui tem incidido sobre a importância do papel da arquitetura e do planeamento na emergência e estabilidade da ditadura portuguesa. Contudo, os objetivos sociais, tipológicos e estéticos da arquitetura e desenho urbano propostos e implementados pelo regime resultaram numa variedade de soluções com consequências urbanas distintas para as cidades portuguesas e coloniais. É importante debater quais foram esses efeitos para a Guarda. Quais as formas de materialização na cidade deste processo de modernização que, ao ser preconizado por um estado autocrático, era construído sob uma ideia de harmonização social, manifestada implementação de soluções de alojamento social, equipamentos, e processos de planeamento e desenho urbano.

Em primeiro lugar, este capítulo procura o entendimento da vida e experiências da cidade mediante a interpretação da reflexão artística e teórica feita por Vergílio Ferreira, na sua obra *Estrela Polar* (1962), em relação com as imagens do programa televisivo *Viagens na Nossa Terra* (1963), documentário da RTP. Procura-se esboçar um retrato socioespacial da Guarda a partir do espaço representacional da cidade, do modo como os símbolos e imagens, situadas fora do espaço físico, contribuem para uma comunicação afetiva do espaço.²⁹ Em segundo lugar, expõe-se o modo como o Estado Novo construiu na Guarda uma tradição de dominação sobre a Praça Velha (atualmente Luís de Camões). Ao reformular este local, por intermédio do desenho urbano, o Estado Novo recorreu a

²⁵Ver: Paul Rabinow, *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*. (Chicago e New York: The University of Chicago Press, 1995); Gwendolyn Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism* (Chicago: The University of Chicago Press, 1991).

²⁶Ver: Tiago Castela, 'Imperial Garden: Planning Practices and the Utopia of Luso-Tropicalism in Portugal/Mozambique, 1945-1975', em *IASTE 2010 - Architecture Tradition and the Utopia of the Nation State*, vol. 238 (Beirute (Líbano), 2010), 75-98.

²⁷Ibid., 79.

²⁸Tradução livre do original em Castelhana: "...la operación situada de un gobierno liberal de la ciudad:..." Tiago Castela, 'Por historias situadas de la división urbana: las extensiones ilegalizadas de Lisboa en el programa de armonía social de las dictaduras en Portugal', *Estudios del ISHiR5*, n.º 11 (6 de julho de 2015): 15.

²⁹Lefebvre, *The Production of Space*, 39-41. Os espaços representacionais são definidos por Lefebvre como os espaços vividos por intermédio de imagens e símbolos que lhe estão associados, é o espaço dos habitantes, utilizadores e artistas.

um intrincado projeto de engenharia social, criado para a harmonização da sociedade, incutindo comportamentos, valores morais, políticos e ideológicos. Posteriormente, espacialmente do centro da cidade para a periferia, aborda-se a construção da rede de equipamentos públicos que, iniciada nos anos 40, se estende até ao início da década de 70. Na mudança económica que sucede no segundo pós-guerra, os investimentos públicos em equipamentos, passam a ter uma localização preferencial na cidade. Para a Guarda, a implementação de novos programas urbanos significou a formação de um novo centro cívico da cidade. Numa quarta fase, analisa-se como foram implementadas as políticas de habitação desenvolvidas pelo Estado Novo. De contornos distintos no que foi concretizado antes e depois da II Guerra Mundial, na Guarda os espaços preferenciais são o Bairro do Bonfim e o Bairro da CRE/Santa Zita (1956). Por fim, o papel dos instrumentos de planeamento, nomeadamente dos Anteplos de Urbanização, o da Cidade da Guarda e o de São Miguel da Guarda, dois planos que vão governar o crescimento da cidade, mesmo após o fim do regime ditatorial. Aqui procura-se avaliar como o planeamento é instituído e desenvolvido, quais as suas principais ideias e como definiu e acompanhou o crescimento da cidade.

«Estrela Polar» um retrato sócioespacial da Guarda durante a ditadura.

"Mas a escalada termina: dobrada a curva em ângulo recto, subimos a rampa da Rua da Fonte. E é Penalva inteira, ó cidade escura negra de Inverno e velhice. Abre-se-me nesta rua espectral, com uma memória desolada de grandes ventos siderais, de olhos vagos de sombra, de frios e solidão desde o anúncio das eras. Subo a rua deserta com o meu olhar deserto, chego enfim à Praça, onde o sol se demora: o prédio em que habito dá para o largo precisamente. É um prédio insólito, absurdo, com sete andares. Eu moro exactamente no sétimo; e a nossa livraria é no rés-do-chão. (...)

Meto à estrada do sanatório, paro no miradouro, junto ao busto de não sei quem. Uma aragem aberta, aguada de névoa, dispersa-me o horizonte que não vejo. Para a direita, desenrola-se a mata do sanatório que sigo de olhar errante até aos pavilhões imóveis no fundo da alameda, vagamente iluminada pelas janelas etéreas, que sigo ainda até à mata da cidade que continua e se anuncia ao longe na massa esponjosa do escuro. (...). Perto do alto, abrando a marcha e a noite cresce à minha volta. Desço, enfim, para o lado da Praça, a Rua do Castelo, soturna e estreita bloqueada pela mole da Sé. (...)

Quase todos moram nos subúrbios, fora do tempo da cidade, fora de todo o tempo. As casas são do presente como o prédio, de um presente sem memória. Devem ser vizinhos da indústria, que não consigo lembrar agora senão no esquema de aço que traça na cidade. Que indústria? Não sei. Bato à porta de uma vivenda que fica além do sanatório, bato ao portão. Há um grande pátio deserto, de lajes brancas com ervas nas juntas. (...). Mas o prédio, de cimento, numa nitidez de faces e arestas, tem uma fragância instantânea como um sorriso sem som. (...)

Havia uma ronda que eu não fizera. Era uma ronda que passava pelas velhas ruas, onde os homens não sabiam mais que a humilde verdade de serem homens. Códigos para o saberem

ser, leis que os ensinem e autorizem a ser justos — quem fala? donde? —: a verdade é uma rua velha, crestada dos Invernos, e um olhar breve de piedade.(...).³⁰

Excertos de «Estrela Polar», Vergílio Ferreira, 1962.

Publicado pela primeira vez em 1962, o romance *Estrela Polar* de Vergílio Ferreira (1916-1996) faz um retrato da cidade de Penalva. Penalva é, como explica, nada mais do que a Guarda, onde o autor viveu enquanto aluno liceal.³¹ A escolha dos excertos acima transcritos pretende atingir o espaço representacional da cidade, ou seja, compreender os símbolos e imagens que, fora do espaço físico, contribuem para uma comunicação mais afetiva do espaço. Este espaço representacional é aqui construído através da imagem criada por Ferreira, e que se sobrepõe ao espaço físico da cidade.³² As imagens escritas da Guarda que Vergílio Ferreira descreve são importantes para entender, quer as condições sociais e económicas da cidade a partir da década de 30, quer, as presenças e omissões quanto ao que foram as representações da ditadura. Em relação à obra de Vergílio Ferreira importa salientar que as suas publicações foram alvo de censura, sendo que o período político vivido foi constantemente omitido ao longo desta obra. A partir da leitura de *Estrela Polar* procuram-se ligações com os espaços da cidade, a sua sociedade e os seus modos de produção, estabelecendo complementaridades acerca do período político vivido, a demografia e a sociedade.

Na ilustração visual desta secção e seguintes foram selecionadas imagens provenientes do programa televisivo "*Viagens na Nossa Terra*", documentário emitido pela Rádio Televisão Portuguesa (RTP) a 19 de janeiro de 1963, seis anos após o início das emissões regulares da RTP, sob o controlo da censura. O título do documentário é uma adaptação do título da obra «*Viagens na Minha Terra*» de Almeida Garret (1799-1859).³³ A substituição do pronome singular *minha*, pelo determinante e pronome possessivo *nossa*, é explicativa da retórica nacionalista e da política do espírito desenvolvida por António Ferro. Fomentadora de valores tradicionalistas, da exaltação e da necessidade de uma correspondência coetânea com a ideia de um período áureo da sociedade portuguesa. Assim, não é estranho o modo como o documentário recai sobre o papel histórico da cidade, contraposto a uma cidade "*modernizada e confiante no futuro*",³⁴ onde uma população "*ordeira e trabalhadora tem plena consciência do progresso que a sua cidade está a viver*".³⁵ A ilustração do quotidiano da cidade, das ruas, das principais atividades, novos equipamentos públicos e zonas de crescimento habitacional, veiculada pelo documentário, constitui uma leitura complementar ao espaço representacional da cidade vivido e imaginado por Vergílio Ferreira.

³⁰Vergílio Ferreira, *Estrela Polar*, 5.ª ed. (Lisboa: Quetzal, 2011), 14, 110, 155, 166.

³¹José Almeida, *Guarda Livros: textos e contextos* (Guarda: Câmara Municipal, 2004), 114.

³²Lefebvre, *The Production of Space*, 39-41. Ver nota 29.

³³Almeida Garret foi um romancista, escritor, dramaturgo, ministro honorário e secretário de estado durante a Primeira República (1910-1926). O seu romance *Viagens na Minha Terra* (1846) retrata a situação política e social da monarquia absolutista portuguesa contra o espírito liberal vigente.

³⁴*Viagens na Nossa Terra*.

³⁵*Ibid.*



5. 1. Praça Luís de Camões (Praça Velha) e estátua de D. Sancho I ao centro. *Fonte: Viagens na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.

Regressando à reflexão filosófica e existencial que marca *Estrela Polar*, como toda a obra de Vergílio Ferreira, ela não deixa de dar lugar à compreensão, ainda que subliminar, do quadro socioeconómico e material da cidade. Temporalmente, subentende-se face às evidências espaciais relatadas que a ação se desenrola entre a década 30 a 60 do século XX. Embora o romance tenha sido publicado na década de 60, são manifestas as referências à circulação automóvel e camionagem, cuja expansão súbita ocorrerá nos anos 30, graças à política infraestrutural desenvolvida pelo regime.

Estrela Polar caracteriza de forma singular os espaços da cidade, palco do romance entre o narrador Adalberto e Aida. Pormenorizadamente, Adalberto descreve os seus percursos pela Guarda e, deste modo, cogita-se que o espaço da narrativa se decide sobre uma Guarda compreendida entre o Castelo, a mata que o rodeia a Poente, o Sanatório, o Hospital da Misericórdia e o burgo medieval, elegendo a Praça Velha da cidade como o centro da cidade, local onde se situa a sua residência e a Livraria Ernesto, o negócio que Adalberto herda dos pais. A livraria situa-se num prédio ficcional, moderno, de sete andares, sobranceiro à Sé e ao casario granítico, escuro e velho, contrastando com ele.

O protagonista começa por nos apresentar a cidade como um enclave montanhoso, cuja essência é invernososa, granítica e labiríntica, à qual se ascende por intermédio de um sinuoso percurso percorrido desde a estação de caminho-de-ferro. Esta imagem é paralela a um momento da história em que se verificam os efeitos da política económica e infraestrutural da ditadura na Guarda. Como já assinalado, situação decifrada pela generalização do automóvel e da camionagem, condição necessária para cumprir o acesso à estação. No que se refere ao espaço socioeconómico da

Guarda traçado por Adalberto, percebe-se que os seus pais saem da aldeia para assumir um negócio livreiro na cidade. O protagonista salienta a envolvente agrícola da cidade, no sopé da montanha, ao vencer o caminho entre a estação de comboios e o centro da cidade, a Praça da Sé. A taberna do Jeremias, a loja de bicicletas do Sr. Sousa, o Sanatório e o consultório médico onde trabalha o médico Emílio são apologéticas das atividades terciárias dominantes na cidade, às quais se junta uma indústria imprecisa situada nos subúrbios da cidade.



5.2. Consultório Médico no Sanatório Sousa Martins e Interior de Estabelecimento de Comércio, Guarda. Fonte: Em *Viagens na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.



5.3. Fábrica Têxtil Manuel Rodrigues Tavares, Laboração e saída de Trabalhadores. Fonte: *Viagens na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.

Igualmente, cumpre-se a distinção que Adalberto faz dos espaços da cidade através da representação material dos mesmos, expondo a sua afetividade a cada um deles. Esta exposição é também acompanhada pela observação das estruturas sociais da cidade. No centro da cidade, marcado pela Sé, uma população pobre e humilde vive nas graníticas, vazias, espectrais e velhas ruas da cidade. Reportando-se à casa da família de Aida, situada na mole medieval, profere o seguinte: *"É uma casa velha, negra, queimada pelos Invernos. Uma escadaria exterior sobe até debaixo de um alpendre que duas colunas sustentam. Traços brancos esquadriam as lajes das paredes. Uma janela encolhe-se a um canto, muda, de olhos vagos de velhice."*³⁶ Já nos subúrbios vive uma burguesia

³⁶Ferreira, *Estrela Polar*, 63-64.

industrial que, segundo Adalberto, está distante do núcleo da cidade, "*fora do tempo da cidade, fora de todo o tempo*". O protagonista apresenta uma imagem de indiferença quanto à presença da arquitetura moderna na cidade, plasmada no modo como descreve os referenciais estéticos da residência burguesa. A residência é de "*cimento, numa nitidez de faces e arestas, (...) como um riso sem som.*".

Os espaços e personagens do romance de Vergílio Ferreira são próprios de uma Guarda que, a partir de 1930, conhecia um crescimento demográfico assinalável, porém ainda inferior ao crescimento demográfico que se irá verificar nas décadas seguintes. Este crescimento tem destaque nas principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto. Longe da expressão destas, o fenómeno replica-se na Guarda. Em 1930, a cidade possuía 8877 habitantes e assistia, em relação à década anterior, a um acréscimo populacional de 25,2%, representando 20,6% da população total do concelho. Demograficamente, na figura das suas freguesias urbanas, — Sé, São Vicente e São Miguel da Guarda, — a cidade começa a tornar-se num elemento nuclear e polarizador. Este desenvolvimento intensificar-se-á nas décadas seguintes pelo aumento da densidade populacional nas freguesias urbanas. Segundo os censos de 1970, a cidade apresenta franco saldo positivo, num total de 36,1%, o que representa 40% da população total do concelho.³⁷ No entanto, embora se verifique este crescimento populacional na cidade, o concelho, o distrito e o país apresentam variações populacionais negativas, afetadas pela procura de mão-de-obra em França e Alemanha e pela guerra colonial em África (1961-1974). Com o aproximar do fim da ditadura, a cidade continua a viver uma variação populacional positiva, mas sem a expressão anterior, relacionada com o retorno e abrandamento do surto emigratório que marcou as décadas de 50 e 60.³⁸

Em concordância com os modos de vida dos personagens de *Estrela Polar*, na cidade evidencia-se o setor terciário que, como no resto do país, é assinalado pelo comércio, funcionalismo e criadagem e ainda pela importância dos serviços de saúde oferecidos pelo Sanatório.³⁹ Até à década de 70, tanto no concelho como no país, será notório o desenvolvimento das atividades secundárias e terciárias.⁴⁰ Na Guarda, e até ao final dos anos 60, as atividades secundárias contraem um papel diminuto, marcadas fundamentalmente pelas indústrias tradicionais, como é o caso dos lanifícios, e dependentes de um proletariado semi-campesino.

Desta concentração demográfica redundou a sobrelotação da parte velha da cidade, vivendo a população em fracas condições de habitabilidade. Foi a iniciativa privada que apoiou o

³⁷Anexo III – Evolução Demográfica do Concelho e Cidade da Guarda (1864-2011). Ver imagens: a.9. Densidade Populacional (Hab/Km²) no Concelho da Guarda: evolução ao longo dos recenseamentos; a.14. Mapas da Variação da População Residente do Concelho entre censos: 1864-1911, 1911-1960, 1960-2011; a.15. Mapas da Variação da População Residente do Concelho entre censos: evolução ao longo dos recenseamentos. Para uma análise mais detalhada sobre as transformações demográficas da Cidade comparativamente a outras unidades territoriais, consultar a *Tabela de Variação da População Residente do Concelho da Guarda: Contexto local, regional e Nacional* e a *Tabela da Evolução Demográfica da Cidade e Concelho da Guarda: A cidade e o seu enquadramento local, e nacional*.

³⁸Rui Jacinto, 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2.^a ed. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 22.

³⁹Rosas, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, 24 – 25; Jacinto, 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade', 31.

⁴⁰Anexo III – Evolução Demográfica do Concelho e Cidade da Guarda (1864-2011). Ver Quadro E. Concelho da Guarda: População Activa por Setor de Actividade, e Evolução da População Activa por Setor de Actividade.

crescimento urbano, ao construir as suas próprias residências e prédios de rendimento, explorando os seus estabelecimentos comerciais, uma imagem em nada alheada da cidade de *Estrela Polar*.

*A Praça e a sua Estátua: dando forma a uma tradição de dominação, asseveração e crítica.*⁴¹

Na década de 50, o Estado Novo procede ao arranjo urbanístico da Praça Velha. Pretende-se clarificar como e o porquê da importância dada à transformação deste espaço, e qual o papel do desenho urbano na formação de uma tradição de dominação, e da afirmação da sua legitimidade. Hobsbawm define o conceito de tradição inventada para explicar como um conjunto de práticas tacitamente aceites procuram incutir normas e valores de comportamento, criando continuidade com um passado apropriado.⁴² Ele explica também como na invenção dessas tradições, velhos materiais e sistemas de significação, são forçados a fazer parte de uma nova linguagem e dispositivos que estendem esses sistemas de significação e valores, habitualmente de exortação moral.⁴³ Defende-se aqui que a reformulação da Praça Velha foi resultado de uma articulada engenharia social, um aparato criado com vista à harmonia da sociedade guardense, incutindo comportamentos, valores morais, políticos e ideológicos, procurando estabelecer continuidades com o seu passado medieval. Na prossecução deste objetivo recorre-se aos discursos que valorizam e questionam as transformações urbanas, operadas sobre os espaços centrais da cidade portuguesa e, em particular, da Guarda.

A Praça Velha da Guarda, atualmente designada de Praça Luís de Camões, atingiu a sua forma no século XIX. A catedral gótica, finalizada por volta de 1520, no estilo Manuelino, habita no ponto mais alto da praça. A forma trapezoidal e inclinada da praça é envolvida por uma mole de casas senhoriais e os Paços do Concelho, edifícios construídos do século XV em diante. A importância dada a este tipo de monumentos ocorre durante a emergência dos nacionalismos europeus e em Portugal a partir da I República. A Sé Catedral da Guarda tornou-se, para historiadores e arquitetos, um símbolo de identidade local e nacional. Paralelamente, o Ministério das Obras Públicas adota uma atitude protecionista para com os monumentos e, conseqüentemente, para esta catedral. O Arquiteto Rosendo Carvalheira (c.1861-1919) foi nomeado para conduzir um estudo e liderar o restauro da Sé Catedral. Imbuído pelas ideias de Viollet Le Duc sobre o restauro de monumentos e de devolução da sua integridade original,⁴⁴ o restauro foi demorado e prosseguiu após a sua morte, até 1957. Este restauro foi conduzido sob a supervisão da Direcção dos Monumentos Nacionais (DMN), uma divisão da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada durante a ditadura militar (1926-1932), determinante durante a ditadura de Salazar e Caetano, até à revolução democrática de 1974.⁴⁵

⁴¹Cátia Ramos, 'The Square and Its Statue: How a Dictatorship shaped a Tradition and How Architecture Reshaped it in Guarda, Portugal', *Traditional Dwellings and Settlements Review*XXXI, n.º I (Outono, 2019): 25-38. Esta secção partilha da investigação e trabalho publicado neste artigo.

⁴²Eric Hobsbawm, 'Introduction: Inventing Traditions', em *The invention of tradition*, Reimpressão (Cambridge, United Kindgom: Cambridge University Press, 1992), 1-14.

⁴³Ibid., 6.

⁴⁴Ver: Carvalheira, *Memória sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Texto.*; Carvalheira, *Memória sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Albm Documental Photographic*.

⁴⁵Decreto n.º 16791 - Diário do Governo n.º 97/1929, Série I de 1929-04-30', Diário da República Eletrónico, 19791, acedido 8 de Maio de 2018, <https://dre.pt>.

A Catedral da Guarda e a Praça Velha tornaram-se instrumentais para a retórica nacionalista promovida pela Política do Espírito. Este conceito político foi criado pelo ministro e diretor do Secretariado Nacional da Propaganda (SPN), António Ferro (1896-1956), inspirado pelo modo como outras ditaduras europeias se mostravam e profissionalizaram a sua propaganda.⁴⁶ Focava-se no significado histórico do espírito português, na renovação moral da sociedade e na grandiosidade da nação. Era a promessa do fortalecimento de Portugal salvaguardando valores tradicionais sob a máxima *Deus, Pátria e Família*. Assim, o SPN e a DGEMN promoveram a construção e restauro de monumentos, edifícios simbólicos e suas envolventes urbanas, criando o palco para a significação do espírito português. Isto serviu de base para a criação de uma '*história única*'. E, o uso instrumental da arquitetura e desenho urbano estava assente sobre uma antítese entre as ideias de António Ferro e Salazar. Esta dicotomia foi criada entre as visões do secretário da propaganda, influenciado pelo modo como outros países, nomeadamente Itália, recorreram a uma linguagem modernista, e a posição conservadora e menos cosmopolita de Salazar em relação à arquitetura.⁴⁷

Em Portugal, como nas colónias, o aparato estatal implementou esta subjetividade governamental no espaço recorrendo a um corpo técnico de arquitetos com o objetivo de reinventar o ambiente construído, contribuindo para uma ideia hegemónica da história nacional.⁴⁸ Até ao final da década de 40, o recurso à arquitetura é marcado pela preponderância da já referida escola de urbanismo francesa. Influência que será posteriormente alargada às práticas italianas e inglesas.

Esta prática dependia do desenho e restauro de espaços históricos considerados parte da comemoração histórica da aristocracia portuguesa, sobretudo em redor da atmosfera simbólica dos monumentos do século XVI, dos quais a Praça e a Sé da Guarda são parte.⁴⁹ O restauro dos monumentos e seus espaços exteriores beneficiava também da sua associação a personagens históricos, na forma de estátuas, completando todo um cenário construído através de uma ideia unitária de arquitetura e planeamento e, sobre este último, no estabelecimento de áreas de proteção aos monumentos. Além da Guarda, Viseu, Portalegre e Silves, são outros casos paradigmáticos deste tipo de ação. As decisões eram levadas a cabo pelo governo autoritário porque as autoridades locais, nomeadas, tinham um poder de decisão muito limitado. A historiadora Helena Elias demonstra

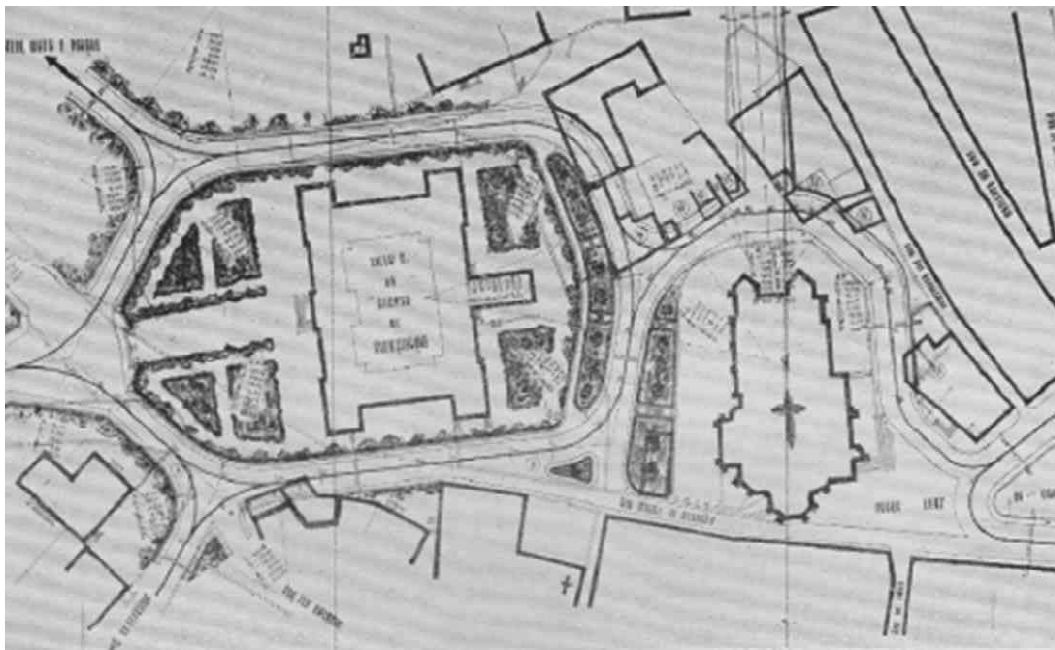
⁴⁶ António Ferro, *Viagem à volta das ditaduras* (Lisboa, [s.n.], 1927).

⁴⁷ Sobre as visões contraditórias entre António Ferro e Salazar sobre cultura e arquitetura ver: José António Bandeirinha, 'Portugal do Estado Novo. Arquitectura e Política do Espírito', *O g.a.t.c.p.a.c. e o seu tempo, política, cultura e arquitectura nos anos trinta*, V Congresso da Fundação Docomomo Ibérico, 2005, 61-72.

⁴⁸ Tiago Castela, 'Empire in the City: Politicizing Urban Memorial of Colonialism in Portugal and Mozambique', em *Whose Tradition?: Discourses on the Built Environment (Planning, History and Environment)* (London & New York: Routledge, 2017), ed. Nezar AlSayyad, Mark Guillem e David Moffat, 188-212; Michel Foucault, 'The Subject and Power', *Critical Inquiry* 8, n.º 4 (1 de julho de 1982): 777-95. Sobre subjetividade estatal: Foucault defende, recorrendo às relações ente sujeito e poder, que se assiste a um objetivação do sujeito, incidindo na ideia de que somos sujeitos e oprimidos por relações de poder. Destaca que o poder do estado é uma forma de individualização e uma forma de poder totalizante. O 'estado moderno' não é entendido por ele como uma entidade sobranceira aos indivíduos, mas antes uma estrutura sofisticada em que a individualidade é sujeita a determinados padrões. No exercício do poder, assiste-se a uma relação imbricada entre relações de poder, de comunicação e estabelecimento de capacidades. Nesse exercício o que se pretende é guiar, estabelecer formas de conduta para atingir uma determinada ordem, e tal exercício é uma questão de governo da ação individual ou de grupos. Foucault explica que no entendimento das relações de poder há que olhar para as instituições como pontos de observação privilegiados, porque colocam em destaque formas, tácitas ou explícitas, de regulação e aparatos (veja-se aqui a posição da DGEMN).

⁴⁹ Luís Miguel Correia, 'Monumentos, território e identidade no Estado Novo: da definição de um projecto à memorização de um legado' (Tese de doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura), apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra., 2015).

como o Ministério das Obras Públicas deliberava acerca do artista escolhido para o desenho da estátua e como o seu trabalho era sujeito ao escrutínio da Academia Portuguesa de História de forma a assegurar precisão histórica. Posteriormente, a DGEMN articulava a decisão de implementação da estátua com os projetos de restauro e de desenho urbano e procedia à supervisão da execução da obra.⁵⁰



5.4. Plano de Urbanização em volta do Liceu e da Sé Catedral. *Fonte:* Adriano Vasco Rodrigues, Adriano. *Monografia Artística da Cidade da Guarda*. Guarda, 1958, p. 140.

Ao longo da década de 50, paralelamente ao restauro da Catedral, é implementado e executado, sob a direção da DGEMN, o Plano de Urbanização em volta do Liceu e da Sé Catedral. Um projeto de 1943 desenvolvido pela Federação de Municípios da Beira Serra. O desenho urbano proposto contribuía para o isolamento da Catedral em relação à sua envolvente, com o pretexto de devolver o monumento às suas feições originais e garantir a acessibilidade automóvel ao centro da cidade. O centro da Praça Velha foi o local escolhido para a implantação da estátua dedicada ao fundador da cidade, D. Sancho I. A estátua foi desenhada por António Duarte (1912-1998), um dos mais proeminentes escultores portugueses na época, altamente requisitado para trabalhos em Portugal e nas colónias. A decisão da escolha de D. Sancho I era óbvia, baseada no significado que este monarca teve para a história local. Ele foi o segundo monarca português, com um reinado marcado pela expansão do território nacional e pela conquista dos territórios islâmicos, a par com os seus interesses em fortalecer a administração e povoamento do território. Para a Guarda a sua importância era explícita, D. Sancho I foi responsável pela emissão do foral em 1199, pela criação do bispado em 1202 e por determinar a construção da primeira catedral.

⁵⁰Helena Elias, 'As últimas encomendas de arte pública do Estado Novo (1965-1985) The latest public art commissions by "Estado Novo" (1965-1985)', *On the waterfront*, 2012, 5-29.

Por intermédio da reformulação de monumentos, do desenho da sua envolvente e do resgate de figuras históricas, o aparelho de estado procurava incutir uma harmonia social, considerando normas de comportamento, valores morais, políticos e ideológicos. No que se refere à Guarda, isto significou o desenho de uma tradição de dominação ou, como Hobsbawm define, uma tradição inventada, *que "procura estabelecer uma relação de continuidade com um passado adequado."*⁵¹ Os esforços da ditadura em reformular e eternizar a envolvente imediata de diversos monumentos, estavam arreigados nesta ideia de continuidade histórica. Através das palavras de António Ferro percebe-se o alcance desta ideia e as suas materializações: «...o povo só reconhece autoridade a quem vive longe dele, a quem faz estátua...».⁵²

De facto, a maioria das estátuas feitas para as cidades portuguesas retratavam, em primeiro, reis medievos, seguidas de navegadores e uma seleção de escritores. A criação de cenários compostos por uma estátua sobre um pano de fundo carregado de valor histórico foi uma fórmula implementada em várias cidades de província portuguesas.⁵³ Como na Guarda, em Viseu, a estátua do Rei D. Duarte (1931-1438) foi implantada no centro da praça com o seu nome, contra o pano de fundo da Catedral restaurada e o edificado envolvente, que se data entre o século XII e o século XIX. Nascido em Viseu, o rei D. Duarte era conhecido por ser um homem inteligente e culto. O seu curto reinado (1433-1438) foi marcado pela persistência das políticas de exploração marítimas começadas pelo seu pai, D. João I (1357-1433), e pelas conquistas no Norte de África.

Clifford Geertz demonstrou como as políticas nacionais são enquadradas frequentemente por ficções como o direito da realeza.⁵⁴ Deste modo, conclui-se que a invocação da sacralidade da soberania do poder aristocrático português, nomeadamente por intermédio dos Reis, tornou-se uma característica simbólica de dominação sobre a qual a ditadura construiu a sua legitimação. A construção desta tradição inventada dependia da iconicidade do rei retratado, e cujo desenho mais estático era favorecido em detrimento de outras composições mais dinâmicas. Um desenho inicial feito para a estátua de D. Sancho I foi rejeitado, pois o rei aparecia ladeado de uma criança que segurava o foral da cidade.⁵⁵ Como resultado, os trabalhos de restauro e reformulação da Praça Velha, complementados pela implementação da estátua, foram, parafraseando Geertz, um ato de antropomorfizar o poder, dada a urgência em reclamar um reino e ajudar a que esta hierarquização surja como natural, justa e adequada.

Após a transformação deste espaço central da cidade, a reafirmação deste aparato espacial é integrada visual e discursivamente no documentário *Viagens na Nossa Terra*. Este documentário inicia-se com uma abordagem aos principais espaços históricos da cidade, fazendo uma panorâmica sobre a Praça Velha, onde a estátua de D. Sancho aparece de costas, como se fosse um observador cuidadoso da vida da cidade (ver figura 5.1.). A legitimação histórica da cidade é assim articulada com

⁵¹Tradução livre do original em Inglês: "attempting to establish continuity with a suitable historical past." Hobsbawm, 'Introduction: Inventing Traditions'.

⁵²António Ferro, *Viagem à volta das ditaduras* (Lisboa: [s.n.], 1927), 231.

⁵³Helena Elias, 'A Statue for Each Town: Public Sculpture under the New State (1955 - 1965)', *On the Waterfront*, n.º 9 (2007): 42-68.

⁵⁴Clifford Geertz, 'Centers, Kings and Charisma: Reflections on the symbolics of Power', em *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology* (New York: Basic Books, 1983), 121-46.

⁵⁵Elias, 'A Statue for Each Town: Public Sculpture Under the New State (1955 - 1965)'.

ideias de progresso e controlo social, que podem ser vistas nas imagens da arquitetura institucional e alojamento social, construídos pela ditadura, e na voz do narrador:

«Mas a Guarda não é apenas uma cidade histórica, não é apenas uma das cidades mais antigas de Portugal, é hoje uma urbe cheia de movimento, modernizada, confiante no futuro. (...) A sua população, ordeira e trabalhadora, tem plena consciência da hora do progresso que a sua terra está a viver. Os homens e mulheres de hoje, tal como os de amanhã, lutam afincadamente para que a Guarda se mantenha no que sempre foi: uma das principais cidades portuguesas.»⁵⁶



5.5. As Estátuas, João Abel Manta. Coleção do Museu de Lisboa / Câmara Municipal Lisboa - EGEAC.

Ao mesmo tempo, esta subjetividade estatal é assente no espaço da cidade começa a ser questionada pela elite intelectual portuguesa, onde se inclui Vergílio Ferreira, e o Arquiteto João Abel Manta. Na caricatura de João Abel Manta, chamada "As Estátuas", publicada somente após a democracia, a sátira apresentada reflete sobre o aparato estatal construído em redor dos heróis da expansão ultramarina portuguesa. As três estátuas dos navegadores portugueses são carregadas por

⁵⁶ *Viagens na Nossa Terra.*

diversos trabalhadores, e o esforço despendido por eles é tal, que alguns são esmagados pelo peso histórico das mesmas. De forma circunscrita e coeva com a ditadura, está a obra de Vergílio Ferreira, Estrela Polar. Adalberto, a personagem principal habita um edifício modernista, inverosímil um *"...prédio mecânico, de uma segura desumana..."*, de uma altura de sete andares, mais alto do que a Sé, permitindo a visão global da Praça Velha.⁵⁷ A Praça é também uma metáfora para a cidade como um todo, uma cidade velha, sombria e silenciosa, feita de velhas e escuras casas de granito, mas na qual a estátua é um elemento quase omissa. Ferreira descreve a praça como um espaço silencioso com a estátua *"... quase graciosa na sua brevidade, faces escuras de casas aos lados..."*:⁵⁸ A omissão da estátua enquanto memorial parece deliberada. Para Ferreira, cujo trabalho estava sujeito à censura, era importante explorar as contradições entre a vida moderna, representada pelo edifício de vidro e metal onde o protagonista do seu romance habita, em contraste com a estabilidade moral de uma cidade tradicional e provinciana. A cidade, a praça e a estátua, e as suas casas seculares em granito, assim como a catedral, são uma metáfora de uma sociedade autoritária, opressiva, religiosa, conservadora e moralizadora.

Novos programas arquitetónicos na definição da imagem do regime.

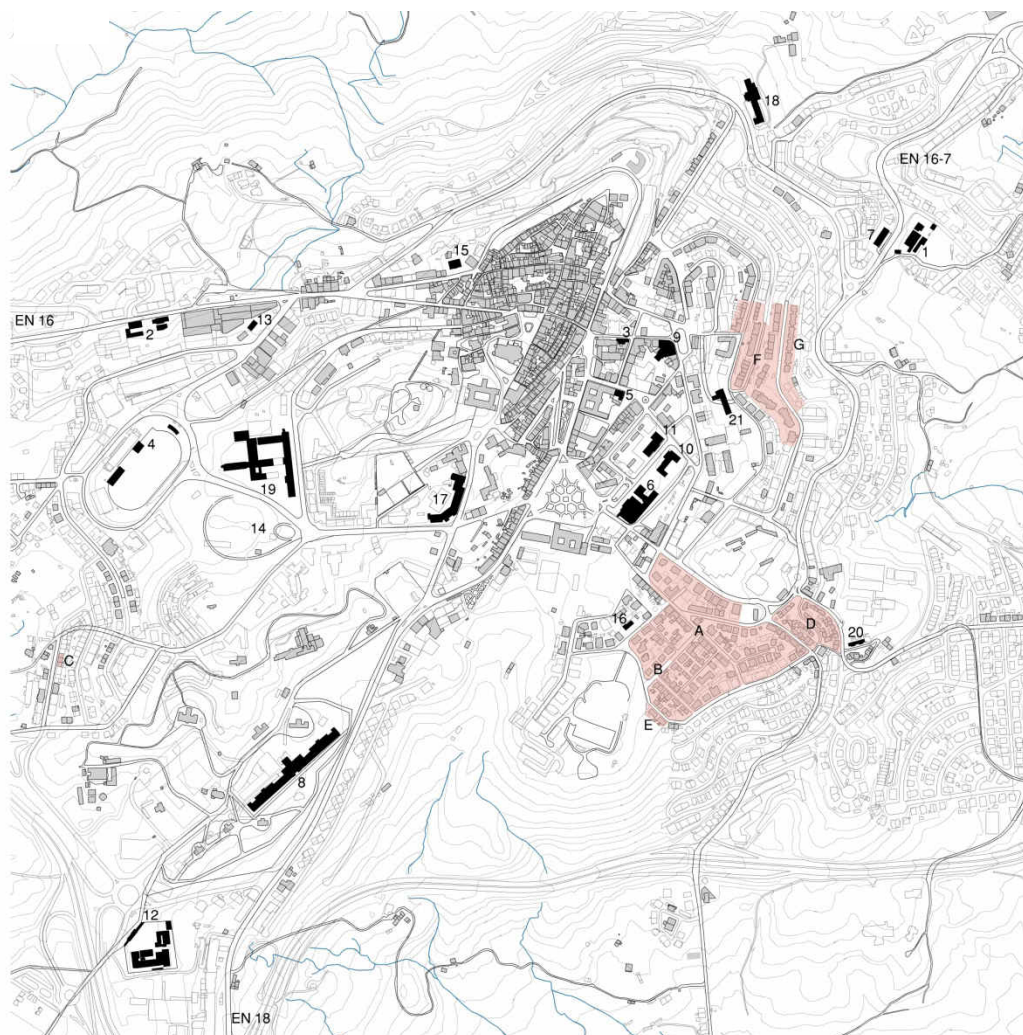
Nas primeiras décadas do regime de Salazar houve uma mudança nos instrumentos de concretização ao nível da economia política, conseguida pelo equilíbrio orçamental, pela reforma do crédito, pela organização corporativa e pela política de obras públicas. A reforma do crédito do estado, com a criação da Caixa Geral de Depósitos (1929) e a Caixa Nacional de Crédito, foi fundamental para dar resposta à situação do final dos anos 20 e para o financiamento de atividades industriais e agrícolas, bem como para o financiamento de obras públicas. Por intermédio da organização corporativa, o estado procurava o controlo dos setores industriais e agrícolas. Da política infraestrutural resultou o investimento do estado em obras portuárias, a extensão da rede rodoviária e um investimento em edifícios escolares, principalmente escolas primárias.⁵⁹ Posteriormente, já nos anos 50, o estado reorganiza-se economicamente segundo uma estratégia que permitirá a modernização e desenvolvimento do setor industrial. A Guerra Civil Espanhola e a II Guerra Mundial criam condicionalismos à economia portuguesa, revertendo numa escassez de mão-de-obra e materiais de construção que condicionam o investimento em obras públicas. Com o fim da II Guerra Mundial, a ditadura passou a conduzir o crescimento económico e o desenvolvimento industrial do país, de acordo com os Planos de Fomento, uma adaptação aos planos de reorganização económica, influenciados pelos Planos Quinquenais Soviéticos, e pelos ERP (*European Recovery Programs*) do Plano Marshall.⁶⁰ A implementação destes últimos resultou do reconhecimento sobre a necessidade de se encarar a modernização económica e industrial do país e a sua abertura a novos mercados, sob orientação dos EUA e da OEEC (Organização para a Cooperação Económica Europeia). Embora o I Plano de Fomento (1953-1958) tivesse como objetivo a modernização industrial do país, ele foi executado recorrendo a uma política de baixos salários e preços que comprometeram o desenvolvimento tecnológico da indústria. Esta política foi assim afetada pelo diminuto mercado interno, dependente de matérias-primas coloniais, pela ausência de

⁵⁷Ferreira, *Estrela Polar*, 15-18.

⁵⁸Ferreira, 79.

⁵⁹Rosas, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, 251-56.

⁶⁰Maria Rollo, 'Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)', *Análise Social* XXIX, n.º 128 (1994): 841-49.



GUARDA 1970 | Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea

HABITAÇÃO

- A. Bairro das Casas Económicas (iniciado em 1939)
- B. Habitações dos Magistrados, Bairro do Bonfim (1949)
- C. Bairro das Lameirinhas, Promoção Privada (1949)
- D. Bairro para as Famílias Pobres / Bairro de Salazar (1946-1952)
- E. Bairro D. José Alves Mattoso (1953)
- F. Bairro de Casas de Renda Económica, Santa Zita (1956)
- G. Casas de Renda Económica das Caixas de Previdência (1966)



GUARDA 1970 | Reconstituição 3D



0 100 200m

EQUIPAMENTOS

1. Matadouro Municipal (1938-1940)
2. Direcção de Estradas do Distrito da Guarda (1942-1946)
3. Caixa Geral de Depósitos, Arq.^o Cristino da Silva (1943)
4. Estádio Municipal (1940-1949)
5. Edifício dos CTT, DGEMN (1944)
6. Hotel de Turismo da Guarda, Arq.^o Vasco Regaleira (1934-1947)
7. Celeiro da Federação Nacional de Produtores de Trigo (1952)
8. Novo Pavilhão do Sanatório da Guarda, Arq.^o Vasco Regaleira (1953)
9. Cine-Teatro da Guarda, Arq.^o Manuel Lima Magalhães (1953)
10. Palácio da Justiça, Arq.^o Raúl Rodrigues de Lima (1953)
11. Palácio das Corporações e Previdência Social, Arq.^o Raúl Rodrigues de Lima (1955)
12. Estabelecimento Prisional da Guarda (1956)
13. Laboratório de Retrografia, Armazém Junta da Energia Nuclear (1956)
14. Parque de Campismo (1959)

EQUIPAMENTOS ESCOLARES

15. Escola do Espírito Santo
16. Escola do Bonfim (1944)
17. Colégio do Sagrado Coração de Maria (1950-1955)
18. Colégio de São José (1961)
19. Liceu Nacional da Guarda (1969)
20. Escola Comercial e Industrial da Guarda (1969)
21. Escola Básica de Santa Zita (1971)

5.6. Guarda 1970 - Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea e Reconstituição Tridimensional.

uma modernização agrícola e pela preferência de indústria mais lucrativas que não contribuía para o desenvolvimento das exportações nacionais.⁶¹ Conjugadamente, os efeitos desta política económica na sociedade impeliram para a cidade uma população rural pobre.⁶²

Na Guarda, os reflexos destas duas dinâmicas de economia política, preconizadas pela ditadura, manifestam-se por diferentes programas arquitetónicos diretamente relacionados com cada uma. A figura 5.6. é elucidativa dos diferentes programas e das diferenças da sua localização na cidade. Argumenta-se que a construção da rede equipamentos públicos pelo MOPC, iniciada na década de 40, é um resultado claro da estabilidade político-financeira, que permitiu criar uma nova imagem institucional na cidade. A implementação desta imagem é perseguida pela mudança económica que ocorre com o segundo pós-guerra, onde os investimentos públicos atingiram maior protagonismo no domínio das realizações coletivas, criando um novo centro cívico sobre a malha oitocentista da Guarda.

As primeiras realizações na cidade, reflexo desta transformação económica, prendem-se com o desenvolvimento da política infraestrutural, patente na melhoria e extensão das infraestruturas viárias do concelho e do distrito, garantindo as ligações com a capital e com a vizinha Espanha. Para gerir a construção e a manutenção das comunicações viárias, foram construídos edifícios de apoio, como postos de abastecimento, oficinas e casas de cantoneiros. Em 1942 é concluído um dos primeiros edifícios da Direção de Estradas do Distrito, instituição tutelada pela Junta Autónoma das Estradas. Este equipamento é construído no limite da área urbana da cidade, junto à EN-16.⁶³ Importa referir que, segundo o Código de Posturas do Município de 1945, o perímetro urbano da cidade era definido "pelo polígono da rede pública de iluminação eléctrica."⁶⁴ Neste período, uma das intervenções mais significativas na cidade foi o alargamento da EN-18, para permitir a circulação automóvel, no troço compreendido entre a Igreja da Misericórdia e a Esplanada dos Combatentes da Grande Guerra, alterando-se assim a fisionomia do Largo da Igreja.

Em 1940, a Nordeste na periferia da cidade junto à EN 16-7, a estrada que faz a ligação à estação de caminho-de-ferro, é construído o Matadouro Municipal (ver localização n.º 1 figura 5.6.). Esta instalação fazia parte das iniciativas corporativas que se destinavam à proteção da agricultura tradicional. Num concelho onde a prevalência do setor primário era na década de 50, superior a 60%, é dada a primazia às atividades de transumância, associadas também a uma indústria de

⁶¹Rosas, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, 455-63. O I Plano de Fomento tinha como principais objetivos: o fomento da agricultura, o aumento da produção da energia hidráulica, a conclusão de indústrias de base em curso, a instalação da siderurgia, o desenvolvimento das vias de comunicação e transportes, e o desenvolvimento da refinação de petróleo, produção de adubos e marinha mercante.

⁶²Maria Manuela da Silva, 'Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)', *Análise Social*, n. 72-73-74 (1982): 1077-86.

⁶³Jaime Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX* (Guarda: CMG e CEI, 2004), 181.

⁶⁴Sequeira cita o Código de Posturas do Município, publicado na Revista Altitude da Federação dos Municípios da Beira Serra para dar a entender o modo como era constituído limite urbano. Já o limite suburbano é definido igualmente por um polígono constituído: "por uma linha poligonal envolvente cujos vértices são: Quinta dos Herdeiros de João Mendonça - Quinta das Lameirinhas - Portão Sul do Sanatório - Quinta da Calçada - Extremo Sul do Seminários - Alminhas da Calçada da Senhora dos Remédios. Extremo Norte do Muro do Matadouro Municipal - Quinta do Coxo - Quinta dos Herdeiros de Conceição Mendonça." Hélder Luís Rebelo Sequeira, *O dever da memória: uma rádio no sanatório da montanha* (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003), 63.

lanifícios.⁶⁵ No início da década de 50, em frente ao Matadouro, é construído o Celeiro da Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT) (1953) (ver localização n.º 7 figura 5.6.). Implementado numa área onde se verifica a produção de trigo e centeio, o celeiro destinava-se à recolha dos cereais produzidos pelos seus associados. Este tipo de equipamentos armazenamento foi necessário à implementação da política de autossuficiência preconizada por Salazar. Durante a II Guerra, a posição de neutralidade adotada por Portugal levou o ditador a procurar a autossuficiência, estimulando a produção, fiscalização e distribuição de produtos alimentares, entre os quais o trigo.⁶⁶

No quadro de investimento da década de 30 e 40, assiste-se ao investimento estatal nas escolas. Duarte Pacheco propunha a criação de uma rede de escolas regionalmente uniformes, segundo critérios pedagógicos e higienistas.⁶⁷ Duas escolas serão construídas na cidade, próximas aos tecidos residenciais. Uma delas a Norte da cidade, frente à Porta D'El Rei, a Escola do Espírito Santo (ver localização n.º 15 figura 5.6.). A outra próxima do Bairro do Bonfim, área habitacional em crescimento (ver localização n.º 7 figura 5.6.). As escolas seguem os projetos-tipo do Arquiteto Rogério de Azevedo, numa solução regionalista, comumente adotada para o Norte do País. O investimento em equipamentos escolares para outros graus de ensino só acontecerá na cidade com o final da II Guerra. Mas, serão construídos primeiro os colégios, resultantes da sua associação com a Igreja, como é o caso do Sagrado Coração de Maria (1955) e o Colégio de São José (1961). O Liceu Nacional e a Escola Comercial e Industrial surgem apenas no final da década de 60. Ainda em 1971, é construída a Escola Básica de Santa Zita.

Ao contrário dos equipamentos referenciados até aqui, nos quais terá que se incluir também o Estádio Municipal, só duas infraestruturas foram construídas junto ao centro da cidade: a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o edifício das Comunicações Postais Telefónicas e Telegráficas (CTT), este último resultado da reabilitação de um edifício existente. A CGD respondeu à conjuntura económica do final dos anos 20 e contribuiu para a reforma do crédito e para o financiamento das obras públicas. Da reestruturação económica operada no início da década de 30, nasceu uma especialização funcional que não se revia nas dependências anteriores da CGD, tornando-se necessária a construção de novas dependências distritais. Assim, coube aos dirigentes dessas dependências determinar o programa e exigências funcionais, às câmaras municipais prestar apoio, e aos arquitetos da Secção de Obras e Edifícios da Caixa executar os projetos. Entre os arquitetos ao serviço da CGD estava Luís Cristino da Silva (1896-1976), responsável pelo projeto da CGD da Guarda. A parcela de terreno em gaveto, confinante com as traseiras da Igreja da Misericórdia, o edifício tem frente de rua pela Mouzinho de Albuquerque e Vasco da Gama. A sua construção é concluída em 1942 (ver figura 5.7., e localização n.º 3 figura 5.6. e 5.10).

Em 1944, no centro da cidade, é concluída a adaptação um edifício situado no Largo João de Deus para a implementação da dependência dos CTT. O edifício havia sido erguido por ordem do bispo da Guarda de 1903 a 1914, D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932). Este edifício tem uma fisionomia característica das construções residenciais do final de oitocentos, com uso de pilastras e cantarias em granito (localização n.º 5, figura 5.6. e 5.10). A DGEMN liderou as obras de beneficiação

⁶⁵Anexo III – Transformação das actividades económicas: desertificação, desindustrialização, terciarização. Ver imagem a. 17. Evolução da População Activa por Setor de Actividade no Concelho da Guarda (1911-2011) .

⁶⁶Rosas, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, 339-40.

⁶⁷Moniz, 'Arquitectos e políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30', 76.

do edifício para o adaptar à nova função. Ao longo da década de 40, o estado investe fortemente no setor das telecomunicações. O desenvolvimento das redes telefónicas e telegráficas tinha o intuito de agilizar as comunicações entre o país e as colónias. Esta tarefa era da responsabilidade da Comissão para a elaboração do Plano Geral das Construções e Redes Telefónicas e Telegráficas, que estabelecia os critérios específicos que determinavam a construção de novos edifícios para este fim nas localidades. O Plano de Edificações, desenvolvido por esta comissão, incluiu também o desenvolvimento de projetos-tipo, se bem que não foi esta a realidade para a Guarda.⁶⁸



5.7. Caixa Geral de Depósitos, Guarda, 1943. Arquitecto Luís Cristino da Silva (ver localização n.º 3, figura 5.6. e 5.10).
 Fonte: Luís Cristino da Silva. *Projeto para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência*, Guarda, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, 1939.

A década de 40 foi também o período em que foram desenvolvidos projetos de turismo e lazer. A cidade era classificada desde a ditadura militar como estação climatérica de altitude, alvo de promoção pela Comissão de Iniciativa e Turismo da Guarda. Criadas em 1920, estas comissões eram estruturas locais tuteladas pela Administração Geral de Estradas e Turismo do Ministério do Comércio e das Comunicações. Elas eram responsáveis pelo desenvolvimento do turismo local, pela realização de planos de urbanização, pelo inventário do património artístico e religioso e pela fiscalização dos estabelecimentos hoteleiros.⁶⁹ Durante a década de 30, era notório que o alojamento hoteleiro era deficiente, e a legislação nacional beneficiava sobretudo a construção de Hotéis Palace. Assim, das dificuldades impostas no desenvolvimento deste tipo de unidades, em especial depois da depressão de 1929, é feita a apologia da construção de pequenas unidades em favor da realidade turística nacional.⁷⁰ Nesta nova estratégia, a proposta da construção de um hotel

⁶⁸Moniz, 'Arquitectos e políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30', 75.

⁶⁹Lobo, 'Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia', 77.

⁷⁰Ibid., 428 – 30.

na cidade parte da iniciativa da Câmara Municipal e da Comissão de Iniciativa e Turismo que, em 1933, escolhem o Largo 5 de Outubro (Campo da Boavista, atual Praça do Município), como o local apropriado para a construção de um hotel. O projeto para a construção do hotel teve uma proposta desenhada pelo Arquiteto Manuel Castelo Branco, proposta que será recusada por motivos de erros de projeto pela Comissão do Fundo de Desemprego. Borges assume esta recusa como protecionismo preconizado pelo Estado Novo, que veio a favorecer o Arquiteto Vasco de Moraes Palmeiro Regaleira (1897-1968). Vasco Regaleira virá a desenvolver o projeto do Hotel de Turismo da Guarda por encomenda direta do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco.⁷¹ A arquitetura de pendor regionalista correspondia aos pressupostos estéticos do Estado Novo, com uma fisionomia que parece denunciar a miscigenação de outras linguagens arquitetónicas, nomeadamente herdadas das experiências das colónias que o arquiteto poderá ter adquirido enquanto arquiteto do Gabinete de Urbanização do Ultramar. Grande parte do trabalho desenvolvido por Regaleira, sobretudo a partir de Lisboa, evidenciava-se pela procura de uma arquitetura portuguesa de "*feição colonial*".⁷² A opção de assumir uma maior inclinação dos telhados na arquitetura desenhada para as colónias, que procurava responder aos condicionalismos climatéricos, tem influência bem exemplificada em território nacional com o hotel da Guarda.⁷³ O Hotel de Turismo da Guarda tardou a ser edificado. Do projeto concluído em 1934 à conclusão da obra em 1947, passaram treze anos. A demora na sua execução ditará também a necessidade da sua ampliação, em poucos anos. A proposta de ampliação de 1958, delineada por Regaleira, nunca será realizada. Essa ampliação será desenhada pelo Arquiteto Raúl Rodrigues Lima, entre o ano de 1966 e 1971 (ver figura 5.8., localização n.º 6 figura 5.6. e figura 5.10). Relacionado com o turismo e lazer, é concluído, em 1949, o Campo de Jogos e Parque Infantil da Cidade, nas traseiras da alcáçova da cidade, na sua vertente Oeste (ver localização n.º 4 figura 5.6.).

No início da década de 1950, verifica-se para a Guarda um maior nível de investimento do estado na implementação daquilo que se reconhece como a sua linguagem arquitetónica institucional. Os novos programas constituíram na cidade um novo centro cívico que vem consolidar a malha oitocentista da cidade, em alternativa à Praça Velha, que como visto anteriormente, foi palco da construção do projeto simbólico de retórica nacionalista ao longo de praticamente toda a década de 50. No seu conjunto, estes programas vêm também reafirmar a importância da cidade enquanto sede de distrito. A sua construção destes novos programas institucionais estará também contemplada no novo Anteplo de Urbanização da Cidade da Guarda que, concluído em 1949, passará a orientar o crescimento da cidade.

⁷¹Dulce Helena Borges, 'Hotel de Turismo', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2.ª ed. (Guarda: CMG e CEI, 2004), 190.

⁷²Vasco Regaleira *apud* Maria Manuela Afonso da Fonte, 'Urbanismo e arquitectura em Angola de Norton de Matos à Revolução' (Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006), 476.

⁷³Ibid., 484. Esta autora mostra como, perante a encomenda estatal, o Arquiteto Vasco Regaleira adopta um registo formal, onde o Estado Português se revisse. Veja-se o caso do projeto da Catedral de Nova Lisboa, em Angola, datado de 1945.



5.8. Hotel de Turismo da Guarda, Arquiteto Vasco Regaleira, 1934-1947. (ver localização n.º6, figura 5.6. e 5.10). *Fonte: Viagens Na Nossa Terra. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.*



5.9. Cineteatro (1953), Arquiteto Manuel Lima Magalhães. (ver localização n.º 9, figura 5.6. e 5.10). *Fonte: Viagens Na Nossa Terra. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.*

Entre os programas que fizeram parte deste novo centro cívico estão o Cineteatro (1953), Palácio da Justiça (1953), o Palácio das Corporações e Previdência (1955) e o Cineteatro (1953) (figura 5.II., localização n.º 9, 10 e 11 figura 5.6. e 5.10). A construção do primeiro destes programas, o Cineteatro, é feita num prédio de gaveto, situado entre a Rua Vasco da Gama e o Largo de S. João. Entre a década de 40 e 50, este largo foi sendo ocupado por moradias unifamiliares de população mais abastada.⁷⁴ O Cineteatro era um equipamento cultural de importância para as cidades médias. Construído pela iniciativa privada, era o veículo de promoção da propaganda estatal. Era visto como uma atividade de interesse nacional, símbolo de progresso e cultura, veículo de transmissão da 'política do espírito'. A sua construção esteve dependente da existência de um Plano de Urbanização.⁷⁵ O Cineteatro da Guarda foi concluído em 1953, e o seu projeto aprovado mesmo sem a existência do Plano de Urbanização da Cidade, que só foi concluído em 1949.



5.II. Palácio da Justiça (1953) e Palácio das Corporações e Previdência (1955), Arquitecto Raúl Rodrigues de Lima. (ver localização n.º10 e n.º11, figura 5.6. e 5.10). Fonte: *Viagens na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.

Também em 1953 é concluído o Palácio da Justiça. Este equipamento fazia parte da transformação da política prisional e judicial que visava a construção de um vasto programa de construções prisionais, apoiado pela Comissão de Construções Prisionais, da qual fez parte o Arquitecto Raúl Rodrigues Lima (1909-1979). Datada de 1938, a "Lei da Construção dos Palácios da Justiça de Lisboa e Porto e outros Estabelecimentos" vem atribuir mais competências à comissão para a construção deste programa judicial. As dificuldades económicas do país, associadas sobretudo à II Guerra, vêm demorar a execução do programa. O Arquitecto Raúl Rodrigues de Lima fez parte desta comissão e desenhará, ao invés de um projeto-tipo, um programa-tipo para os espaços da justiça.⁷⁶ Situado numa plataforma alongada, sobre a qual já havia sido construído o Hotel de Turismo, o Palácio da Justiça faz traseiras com o Largo de São Francisco e as casas da Rua Francisco dos Prazeres. Rodrigues de Lima será ainda responsável pelo projeto do Palácio das Corporações e Previdência, concluído em 1956 na Avenida Celso Orlando de Carvalho, frente ao

⁷⁴Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959', 108 - 9.

⁷⁵Susana Constantino Peixoto da Silva, *Arquitectura de Cine Teatros: evolução e registo [1927-1959]: equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo*, Série Cidades e Arquitectura 2 (Coimbra: Almedina : CES, 2010), 71.

⁷⁶António Manuel Nunes, *Espaços e imagens da justiça no Estado Novo: templos da justiça e arte judiciária*, Minerva-história 23 (Coimbra: Minerva, 2003), 73-74.

Palácio da Justiça. O edifício foi construído numa parcela cedida pela Câmara Municipal, pertencente ao Mercado Municipal. A proximidade entre o Palácio da Justiça e da Previdência, e do Hotel de Turismo, ditou também as obras de melhoria da malha urbana. Em 1958 é remodelado o Largo Marechal Carmona (atual Praça do Município), segundo projeto da Secção Técnica da Federação de Municípios da Beira Serra.⁷⁷ Voltando à justiça, em 1959 é concluída, nos arredores da cidade, a Cadeia Comarcã e o Sanatório Prisional da Guarda (ver figura 5.10.).

Em 1953, sobre o espaço do Sanatório Sousa Martins, é concluída a construção de um novo pavilhão da autoria de Vasco Regaleira. O "Plano de Luta contra a Tuberculose", que desde 1935 a Assistência Nacional dos Tuberculosos (ANT) dispunha, previa a construção de novos equipamentos. O Arquitecto Vasco Regaleira foi responsável pelo desenvolvimento de vários projetos-tipo, entre sanatórios hospitalares e preventórios. A construção do novo pavilhão, segundo a sua autoria, decorria da necessidade que este espaço tinha de ampliação e aumento de capacidade. A sua primeira intervenção foi na ampliação do Pavilhão Dr. Lopo de Carvalho em 1934, e o novo edifício, concluído em 1953, é conhecido pela grande extensão que apresenta (ver figura 5.12., e localização n.º8 figura 5.6.).

Enquadrado dentro das iniciativas e políticas totalitárias do Estado Novo está a construção do Parque de Campismo, projeto de Alberto da Costa Macedo, terminado em 1959 (ver figura 5.12.).⁷⁸ Este programa resulta da mudança política mas também da mudança dos hábitos de lazer dos trabalhadores operários que, no ambiente urbano gozam da proximidade e experiência de práticas de lazer por norma reservadas às elites. Parte de uma estratégia de *"... instrumentalização do recreio popular e à sua centralização em organismo de carácter político-ideológico, no pressuposto de que os lazeres operários deviam ser encarados numa lógica de programação colectiva que englobava desde o desporto, o turismo cultural, ao serviço paramilitar e a doutrinação política."*⁷⁹



5.12. Novo Pavilhão do Sanatório Sousa Martins (1953), Arquitecto Vasco Regaleira. (ver localização n.º8, figura 5.6.).
Fonte: Viagens na Nossa Terra. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963

⁷⁷Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959', 108-9.

⁷⁸Ibid., 184.

⁷⁹Lobo, *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia'*, 676.



5.13. Lago no Parque de Campismo Municipal da Guarda. (ver localização n.º14, figura 5.6.). Fonte: *Viagens na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963

Habitação: entre a iniciativa pública e privada, a consolidação da cidade oitocentista e o crescimento da periferia.

Desde a Implantação da I República, em 1910, que a preocupação com a oferta habitacional se tornou crescente. Nesta data, Amândio da Costa Alves, membro do executivo municipal, reivindica a necessidade de a Câmara construir de um bairro operário na cidade, efetuando diligências no sentido de iniciar o projeto e obter autorização do Governo.⁸⁰ Contudo, tal iniciativa não teve consequências. Foi com a abertura da Rua França Borges (atual Rua Mestre de Aviz), o prolongamento da Estrada do Bonfim (atual Rua Nuno Álvares) e a construção habitacional que se verificou neste local que abriu caminho para que o executivo municipal considerasse a área do Bonfim como uma zona de crescimento urbano, adquirindo terrenos para venda por arrematação.⁸¹ No final da década de 30, a questão habitacional começa a ser abordada pelo município por intermédio do *Programa de Casas Económicas*, iniciativa estatal de 1933, e em 1943 pelo *Programa das Casas para Famílias Pobres*.⁸² Na década de 50 e 60, agravando-se os problemas habitacionais na cidade, outras iniciativas dão lugar à implementação de outro programa habitacional, o *Programa de Casas de Renda Económica*, do qual nasceu o designado Bairro de Santa Zita, situado entre a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Duque de Bragança. A provisão de habitação na cidade será também complementada pelo investimento particular que contribui tanto para a sedimentação da malha urbana oitocentista como para o desenvolvimento da periferia. A intervenção estatal, diminuta face às necessidades crescentes de habitação, implicou também uma seletividade relativamente à qualidade e ao recipiente da produção habitacional do estado, concorrendo para a distinção socioeconómica da população.

A partir de 1939, o Bairro do Bonfim, situado na encosta Nascente-Sul, irá ser planeado e infraestruturado, abrangendo iniciativas distintas. O bairro das casas-económicas foi o primeiro

⁸⁰Garcia, 'A Guarda no Labirinto da I República», 94.; Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', 44.

⁸¹Dias, 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939', 89-90.

⁸²Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro, 'Decreto de Lei n.º 23 052', Pub. L. No.º 23 052 (1933). « Lei das Casas Económicas».

bairro a ser construído. Segundo o Arquiteto João António de Aguiar, a sua construção dependeu do financiamento da Câmara Municipal, Caixa de Previdência e Santa Casa da Misericórdia. Instituições responsáveis pela construção da 1.^a fase do Bairro e pela construção do Bairro D. José Alves Mattoso.⁸³ Respondendo aos requisitos do *Programa de Casas Económicas*, estas duas iniciativas foram da competência municipal e estatal e tiveram como público-alvo os funcionários do Estado. Jaime Ferreira salienta os pedidos de construção de habitação realizados por guardas da PSP em ambos os bairros.⁸⁴

Durante a década de 40 a crise de habitação na cidade é debatida nos jornais locais. A sobrelotação da parte mais antiga da cidade, a existência de rendas elevadas e a falta de empresas de construção empenhadas na construção habitacional para venda ou arrendamento a particulares eram apontadas como os principais problemas na origem desta crise.⁸⁵ Na memória descritiva do Plano de Urbanização, o Arquiteto António de Aguiar salienta as dificuldades no desenvolvimento habitacional da cidade que, segundo este, se devem à indisponibilidade de terrenos e à topografia da cidade, que dificulta a abertura de arruamentos.⁸⁶ Neste panorama, o Bairro do Bonfim continua a ser lugar privilegiado para a expansão urbana. Numa segunda fase, é desenvolvido um plano de urbanização, desenhado e executado pela Federação de Municípios da Beira Serra e assinado pelo Engenheiro Pina Gomes. Este plano serviu de orientação para a edificação de vinte moradias, para venda por arrematação e não em conformidade com um programa estatal. As casas foram construídas por comerciantes, professores, médicos, engenheiros, cooperativas habitacionais e investidores que veem na habitação a melhor forma de rendimento. Foram ainda reservados três lotes para a edificação de casas para funcionários públicos, as casas dos magistrados judiciais. Durante as duas décadas seguintes, em redor do Bairro e ao longo da Rua Nuno Álvares, prossegue a urbanização do Bonfim e a venda de lotes por arrematação. Em 1944 é concluída a Escola do Bonfim e no ano seguinte, no extremo Sul-Poente do Bairro, é implementado o Bairro para Classes Pobres, ou, como é conhecido, o Bairro de Salazar. Ele é constituído por 52 moradias geminadas, numa iniciativa levada a cabo pela Santa Casa da Misericórdia, Câmara e Estado.⁸⁷ Fica localizado num plano inferior ao Bairro do Bonfim, perifericamente ao centro da cidade, no caminho que segue para a Póvoa do Mileu e para a Estação. Criado a partir do *Programa de Casas para Famílias Pobres*, o Bairro de Salazar destinava-se a alojar famílias que, por razões económicas, não tiveram acesso ao *Programa de Casas Económicas*. A ocupação era realizada a título precário, ou seja, o incumprimento das regras de alojamento mantinha em aberto a possibilidade de despejo. Nos anos seguintes, outros investimentos irão acontecer, a título particular, em redor do Bairro de Salazar, mediante o acesso destes ao *Programa de Renda Limitada*, através do qual os promotores obtinham deduções fiscais acima da média.⁸⁸

⁸³João António de Aguiar, '1. Memória Descritiva e Justificativa Regulamento e Fotografias: Ante-Plano Geral de Urbanização de São Miguel da Guarda', 7 de julho de 1947, 114, Câmara Municipal da Guarda.

⁸⁴Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959', 113-14.

⁸⁵Ibid., 113.

⁸⁶Aguiar, '1. Memória Descritiva e Justificativa Regulamento e Fotografias: Ante-Plano Geral de Urbanização de São Miguel da Guarda', 114.

⁸⁷Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959', 122,124.

⁸⁸Ibid., 117, 123.



5.14. Imagens Bairro do Bonfim, Vista Rua Dr. José Alves Matoso e Vista Rua João Pinto Ribeiro, (ver figura 5.17.). Fonte: *Viagens Na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.



5.15. Bairro do Bonfim: Rua Mestre de Aviz e Casas dos Magistrados na Rua João Pinto Ribeiro (ver localização B, figura 5.17.). Fonte: *Viagens Na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.

A construção do Bairro do Bonfim sedimenta em si mesma a política habitacional do Estado Novo até ao pós-guerra. A construção de moradias, isoladas ou geminadas, com quintal, foi a opção tipológica dominante, apenas superada pelos prédios de rendimento, habitualmente de dois andares, construídos pela iniciativa privada. Os programas de financiamento e as opções formais herdam diretamente as influências ideológicas da cidade-jardim francesa e inglesa. Este modelo serviu indubitavelmente os desígnios da Ditadura, assistindo-se também a uma diferenciação social, característica do sistema corporativo do Estado. O acesso à provisão habitacional estatal dependia do posicionamento da família face à sua situação profissional e socioeconómica.⁸⁹ Isto verifica-se no processo de materialização do bairro. Os grupos socioeconómicos mais favorecidos, habitualmente funcionários estatais, habitam na parte Norte do Bairro, os mais desfavorecidos na sua parte Sul-Nascente. Simultaneamente, sobressaem as diferenças entre a qualidade das construções, distintas em dimensão, características formais e qualidade de execução.

Reservado para a iniciativa privada, a construção de prédios de rendimento, recorreu aos benefícios fiscais, na limitação de rendas, a isenção de taxas e no controlo do preço dos materiais de construção. Ainda assim, a promoção de habitação por parte do Estado não foi superior ao

⁸⁹Abílio Cardoso, 'State intervention in housing in Portugal 1960-1980' (Tese de Doutoramento em Estudos de Planeamento, Universidade de Reading, 1983), 32.

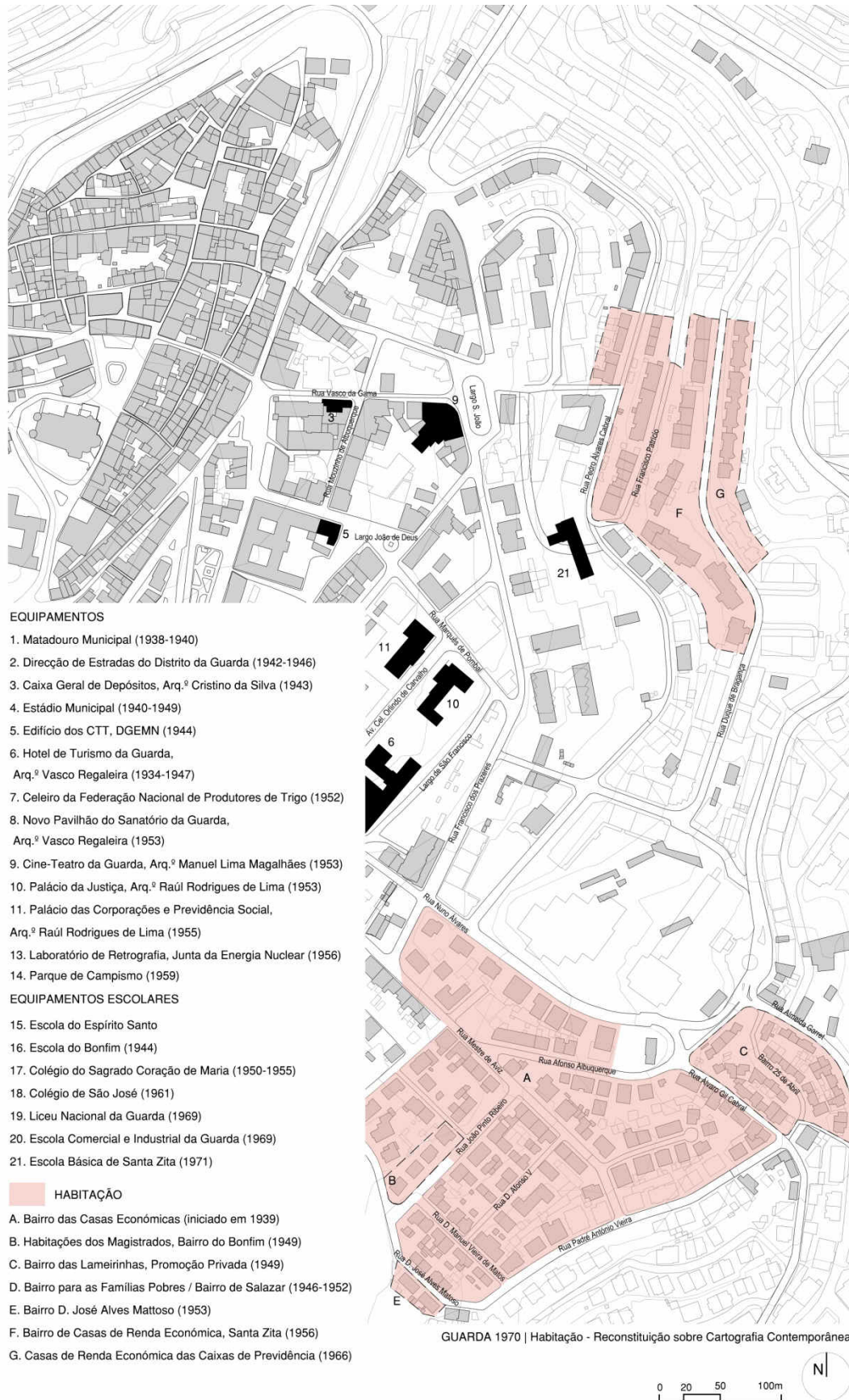
investimento privado. Porém, de toda a habitação produzida em Portugal até meados do século XX, permaneceram de fora largos setores da população.⁹⁰ Com o fim da guerra, as iniciativas privadas centram-se na construção de habitações unifamiliares e prédios de rendimento, densificando a malha urbana esboçada em oitocentos. Locais como Largo de São João, a Rua Vasco da Gama, onde respetivamente se implanta o Cineteatro e a Caixa Geral de Depósitos, a Rua Manuel de Arriaga e a Rua Mouzinho de Albuquerque, são paulatinamente ocupados ao longo da década de 40. Contudo, a iniciativa particular não se ficou pela zona central da cidade. No final da década de 40, a Quinta da Lameirinhas, onde foi implantado o Estádio Municipal, começa a formar-se um novo bairro constituído por habitações para rendimento e moradias para habitação própria.⁹¹



5. 16. Bairro da CRE/ Santa Zita (1956) (ver localização F, figura 5.17.). No canto esquerdo superior surgem 2 prédios de rendimento privado. *Fonte: Viagens Na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.

⁹⁰Silva, 'Mercado e políticas públicas em Portugal', 666.

⁹¹Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959', 186.



5.17. Guarda 1970 | Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea - Habitação

Em 1957 começa a ser erguido outro bairro na cidade, compreendendo 30 moradias de habitação unifamiliar, segundo o Programa das Casas de Renda Económica (CRE). Este bairro, também conhecido como o Bairro de Santa Zita, é composto por tipologias T2, T3 e T4 edificadas em banda, com dois pisos em desnível e com fogos justapostos. As edificações, construídas sobre uma topografia acidentada, situam-se entre a Rua Pedro Álvares Cabral e a Rua Duque de Bragança, ambas abertas segundo o Plano de Urbanização da Cidade de 1947 e em terrenos alienados pela Câmara Municipal.⁹² Passados dez anos, em frente ao Bairro de Santa Zita é concluída uma segunda operação das Casas de Renda Económica. O projeto, da autoria de Fernando Pinto de Sousa, foi concluído em 1975. A forma do edificado e a sua constituição tipológica é sintomática do desvio da política estatal, confirmado pela necessidade de provisão de habitação e pelo afastamento tipológico da habitação unifamiliar. O novo complexo habitacional do Bairro da Santa Zita, é composto por prédios de habitação multifamiliar, contendo 72 unidades T2 e 36 unidades T3.

A provisão habitacional manteve-se aquém das necessidades, balizada pela oferta do mercado de arrendamento e pela seletiva oferta estatal. Com o aproximar da década de 60, verificam-se mudanças económicas e sociais que transformam o modo como o provisionamento habitacional era conduzido. A nível económico, o segundo Plano de Fomento (1959-1964), estrategicamente idêntico ao anterior, atua no controlo e consolidação do crescimento interno e da produção, não exercendo grandes alterações à rede de produção industrial e agrícola. No entanto, foi a partir deste plano que o Estado assume uma posição mais liberal, em detrimento do seu controlo corporativista, abrindo caminho aos interesses privados da indústria e da banca. Os grandes objetivos do setor privado fixaram-se no crescimento do produto nacional, na melhoria do nível de vida, na diminuição do desemprego e na melhoria da dívida pública.⁹³ Este crescimento económico, reforçado pelo investimento privado, estava assente na política de baixos salários mantida pelo Estado e na concentração do investimento sobre o litoral e as principais cidades, Lisboa e Porto, o que conduziu à concentração populacional nestes núcleos urbanos. A carência habitacional nestas cidades levou à sobrelotação e sublocação da oferta habitacional existente, à especulação fundiária e ao desenvolvimento dos designados bairros clandestinos. Estes últimos, espaços habitacionais de baixa renda produzidos em condições de informalidade, nos quais a gestão da ilegalidade das parcelas e das construções, colocou os seus moradores numa situação de marginalidade, fomentadora de diferenciação social. E, resultaram do processo de aplicação de duas técnicas distintas de gestão do espaço, uma situada na cidade cuja urbanidade é definida normativamente, e outra de cariz privado, situada no subúrbio, ilegalizada e gerida remotamente pelo estado.⁹⁴

Contudo, esta concentração de investimento sobre o Litoral teve outros contornos no Interior e Norte de Portugal. O êxodo rural provocou uma divergência entre a distribuição regional de alojamentos e da população, bem como na qualidade dos serviços básicos e idade das edificações. Por oposição às grandes cidades, nos distritos do Interior Norte, Guarda incluída, os imóveis têm idade avançada, estão sobrelotados, cerca de 80% da ocupação dos imóveis é feita pelo

⁹² Ibid., 147.

⁹³ Rosas, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, 464.

⁹⁴ Ver: Tiago Castela, 'A liberal space: a history of the illegalized working-class extensions of Lisbon' (Tese de Doutoramento em Arquitetura, University of California, 2011).

proprietário/ocupante e o acesso a serviços básicos é bastante deficiente. Nestes distritos, a existência de construções clandestinas ou habitação informal e a predominância de fenómenos de sublocação no meio urbano não foi um fenómeno tão evidente como nas grandes cidades.⁹⁵ Para a Guarda, só a partir de 1974 é que surgem casos esporádicos de construções ilegais.⁹⁶

Nas décadas de 60 e 70, há que considerar, a nível social, o fenómeno migratório e as suas consequências no desenvolvimento de distritos e cidades como a Guarda. De 1955 a 1974 saíram do concelho da Guarda para o estrangeiro cerca de 20% dos seus residentes.⁹⁷ Com um papel importante, as remessas dos emigrantes ajudaram a equilibrar o *deficit* externo do país, com efeitos na provisão de habitação, quer em meio rural, quer em meio urbano. Como já referido, a habitação constituía um investimento seguro das poupanças. Em meio urbano, o dinheiro investido pelos emigrantes alimentou o crescimento da oferta habitacional para arrendamento e ou habitação própria. E, muito deste investimento, foi assegurado pelo desenvolvimento das atividades de construção. Entre a década de 50 e 60 verifica-se o crescimento, em quatro pontos percentuais, da população que desempenha na cidade atividades ligadas à construção e obras públicas, crescimento francamente superior ao resto do concelho, que entre estas duas décadas só cresceu um ponto percentual.⁹⁸ Como Cardoso argumenta, neste período assiste-se ao desenvolvimento exponencial das empresas e outros operadores imobiliários que captam o capital adquirido pela população imigrante.⁹⁹ O desenvolvimento associado ao setor imobiliário contribuiu para o aumento das condições de vida e para o crescimento da procura de habitação própria.

Dois antepanos: a mesma cidade. João António de Aguiar e o planeamento da cidade da Guarda.

O Antepiano de Urbanização da Guarda e o Antepiano de São Miguel da Guarda foram dois instrumentos utilizados para a gestão do desenvolvimento urbano da cidade, prolongando-se a sua utilização no ordenamento da cidade com a democracia, em 1974 (figura 5.17). De acordo com a legislação em vigor, em 1946, a Câmara Municipal desencadeia o processo de realização dos planos. Neste momento, o controlo planeado do crescimento da cidade era considerado imprescindível. Os planos vieram a congregar em si as iniciativas estatais realizadas, em curso ou em projeto. Seguindo os pressupostos da cidade-jardim francesa, a ortodoxia do conhecimento técnico propunha para a cidade uma reforma social pelo desenho. Todavia, a implementação dos planos foi realizada de forma ambivalente, conforme a disponibilidade financeira do Estado e a capacidade de gestão técnica local. Da autoria do Arquiteto João António de Aguiar (1906-1974), a realização dos antepanos, assim como estudos posteriores por ele realizados, reafirmam a necessidade de um plano que concebesse a cidade a partir de um mesmo instrumento de planeamento e não dois porque, impelido para Nascente, o crescimento urbano confirmará a importância estratégica do caminho-de-ferro na cidade.

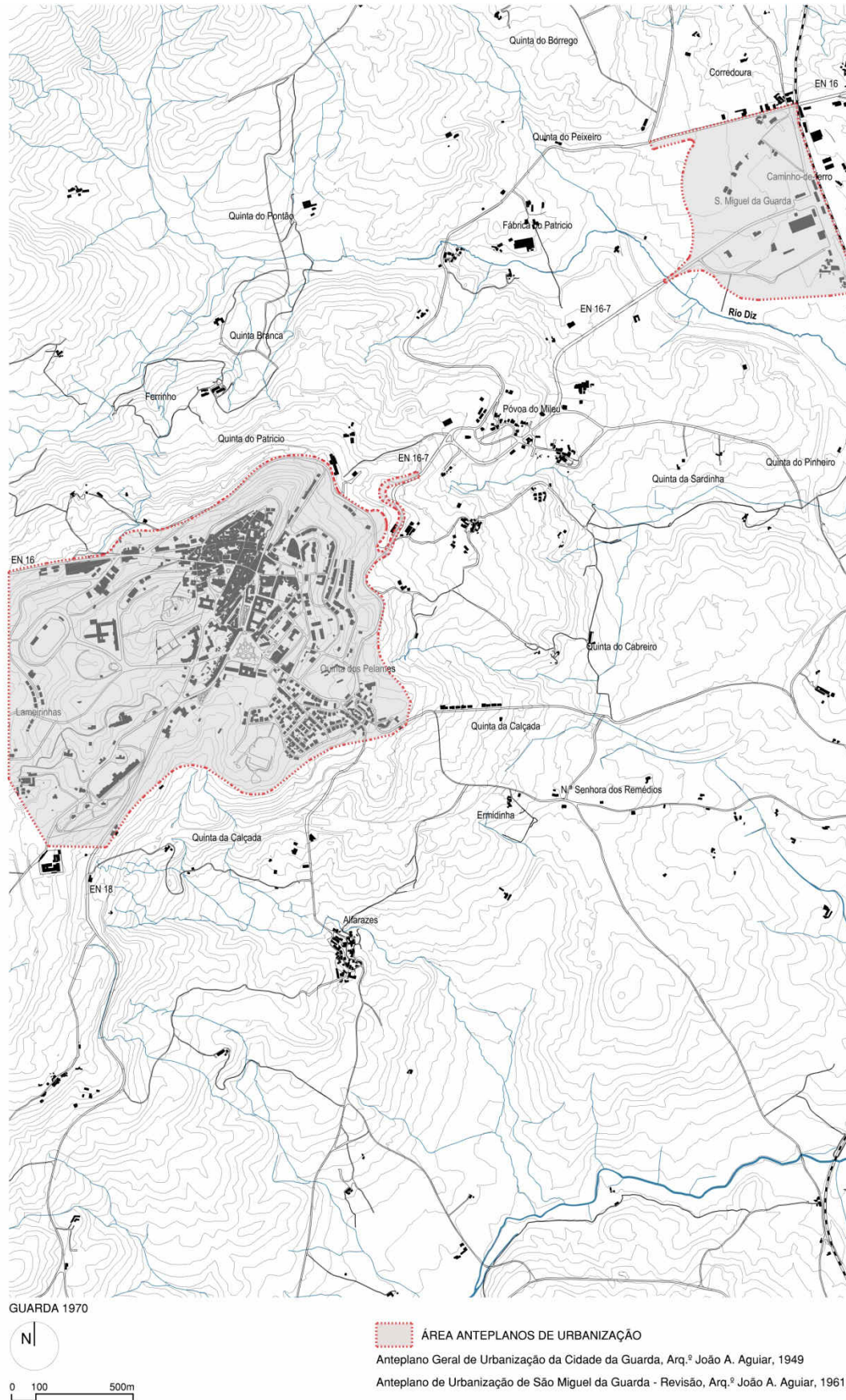
⁹⁵Cardoso, 'State intervention in housing in Portugal 1960-1980', 63-65.

⁹⁶Entre 1974 e 1986 nas Atas de Sessão de Câmara não se verifica a notícia da existência de bairros clandestinos, são apenas referidas construções pontuais. Câmara Municipal da Guarda, 'Atas das Sessões de Câmara (1974-1986)' (Arquivo da Câmara Municipal da Guarda, 1986 de 1974), Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.

⁹⁷Jacinto, 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade', 28.

⁹⁸Ibid., 31.

⁹⁹Cardoso, 'State intervention in housing in Portugal 1960-1980', 43-44.



5.18. Guarda 1970. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea - Sobreposição da área dos Antepianos de Urbanização, Guarda e São Miguel da Guarda (Estação de Caminho-de-ferro).

O desencadear do processo de planeamento na cidade foi da responsabilidade do advogado Ernesto Pereira (1903-1966). Do curto período que marcou a sua passagem pela Câmara Municipal da Guarda, de setembro de 1946 a maio de 1947, Ernesto Pereira solicitou ao arquiteto João António de Aguiar o estudo para os planos da cidade. Segundo este, *"a falta do plano de urbanização desta cidade e da Guarda-Gare traz anarquia às construções, se estas se permitem e ocasionam irreparáveis prejuízos e justificados protestos que as dificultam. Acresce que nesta cidade estão em projeto edifícios para fábricas, residências, Hospital, Cadeia, etc.,etc. Toda a cidade precisa e quer progredir esbarrando com a dificuldade de uma orientação quanto ao plano de obras."*¹⁰⁰ O interesse pelo crescimento urbano da cidade foi uma constante no curso da presidência de Ernesto Pereira. Em 1947 há notícia da visita do arquiteto à cidade e do estudo de vários locais para os quais se equacionava a urbanização da cidade e a localização de equipamentos, não desprezando a urbanização da Guarda-Gare. A urbanização da zona da Estação começava a impor-se como um lugar a necessitar de ordenamento urbano: *"Realmente, esta cidade e a sua estação de caminho-de-ferro vêem-se no dilema de não construírem ou construírem à toa, comprometendo-se o futuro em qualquer caso. Qualquer das soluções é desastrosa. Para a Guarda-Gare esperamos encontrar remédio imediato que se harmonize com as exigências do futuro."*¹⁰¹

Advogado, jurista e jornalista, Ernesto Pereira detinha uma formação democrática, preterida a favor da sua adesão à política ditatorial com o intuito de promover o desenvolvimento da cidade da Guarda a partir da orgânica interna do sistema político. Antes de ser nomeado Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Ernesto Pereira foi Chefe da Secretaria da Federação de Municípios da Beira Serra e responsável pela publicação da Revista *Altitude – Boletim de Federação de Municípios da Beira Serra*, uma revista cultural e científica na qual foram publicados inúmeros estudos sobre a cidade e a região. Pereira via na Federação de Municípios *"...uma das mais felizes criações do Código Administrativo, dando possibilidade aos municípios de tratarem em comum os assuntos comuns de ordem técnica"*¹⁰²

As Federações de Municípios foram criadas com o Código Administrativo de 1936, que decide sobre a organização do território e as competências dos órgãos locais. Ao abrigo deste Código, as Federações de Municípios são associações de Câmaras Municipais, criadas voluntariamente ou impostas por lei para a realização dos interesses comuns dos municípios.¹⁰³ A Federação de Municípios da Beira Serra foi constituída em 1937 e extinta em 1970. Dela faziam parte os municípios do distrito da Guarda. Esta Federação era composta por duas secções, uma técnica que prestava assistência aos municípios para a execução de planos de urbanização e apoio a obras de melhoramento nos concelhos do distrito. A segunda secção dedica-se ao estudo dos interesses das Câmaras Municipais em áreas como Arte, Arqueologia, Turismo, promovendo, em simultâneo, a comunicação entre os concelhos federados no âmbito cultural e económico. É dentro desta secção

¹⁰⁰ *Apud.* Helder Luís Rebelo Sequeira, *Ernesto Pereira : um paladino da Guarda*, Gentes da Guarda 4 (Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2005), 51. Correspondência Expedida endereçada ao Arquiteto João António de Aguiar, 24 de outubro de 1946.

¹⁰¹ *Apud.* Sequeira, *Ernesto Pereira : um paladino da Guarda*, 52-54. Ernesto Pereira em ofício para o Arquiteto João António de Aguiar.

¹⁰² *Apud.* Sequeira, *Ernesto Pereira : um paladino da Guarda*, 42.

¹⁰³ Capítulo X, Secção I, Art.º 158 a 167º 'Decreto de Lei n.º 27424', Pub. L. No.º 27424, Código Administrativo (1936).

que é criada a Revista *Altitude*.¹⁰⁴ No que se refere à secção técnica desta Federação, e à cidade da Guarda, esta foi um instrumento determinante na realização de estudos, obras e planos de urbanização parciais que coexistiram com o desenho e execução dos Planos de Urbanização. O Plano de Urbanização em volta do Liceu e Sé Catedral e o Plano de Urbanização do Bairro do Bonfim foram, como já referido, desenvolvidos e executados pela Federação. A realização destes planos enquadra-se na legislação de 1944, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 33.921. Decreto que anterior à criação da figura dos Anteplanos de Urbanização pelo Decreto de Lei 35.031 de 1946, permitiu às câmaras municipais desenvolverem planos parciais, enquanto os Planos de Urbanização não estivessem aprovados, condicionando o licenciamento de construções à observância dos planos.

Desencadeado por Ernesto Pereira, a execução dos anteplanos de urbanização da cidade ficou a cargo do arquiteto João António de Aguiar. Formado na Escola de Belas Artes em Lisboa, Aguiar era contemporâneo do arquiteto Faria da Costa. Com a orientação de Cristino da Silva e Ernesto Korrodi, em 1929 desenha o Plano da Cova da Iria. De 1934 a 1935, Aguiar acompanha o urbanista francês Donat-Alfred Agache durante a sua estadia em Portugal, no momento em que era executado o Plano da Costa do Sol. Aguiar iniciou a sua prática profissional nos Serviços de Urbanização do Município de Lisboa, a par com José Lima Franco e Miguel Jacobetty Rosa, privando ainda com arquitetos como Etienne de Gröer e Faria da Costa. Em 1943 é convidado para trabalhar como urbanista, integrando a lista de urbanistas que as câmaras municipais poderiam consultar para a realização dos seus planos de urbanização, ou seja, "*pela sua capacidade de trabalho e pela proximidade dos objectivos e soluções que adopta com os critérios da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização*".¹⁰⁵ Durante a década de 40, Aguiar será o arquiteto responsável por grande parte dos planos das capitais de distrito do país. Encarregue de oito planos para as capitais de distrito de — Castelo Branco (1945), Viana do Castelo (1945), Santarém (1947), Vila Real (1948), Guarda (1949), Viseu (1950), Faro (1962), Setúbal, — várias sedes de concelho, — Belmonte, Cantanhede (1946), Arraiolos (1947), Covilhã (1952), Vila Viçosa (1949), Vouzela (1949), Albergaria-a-Velha (1949), Olhão, Palmela, — várias localidades no Continente, — Monfortinho (Idanha-nova) (1944), São Miguel da Guarda (1947), Vimieiro (Arraiolos) (1948), Penhas da Saúde (Covilhã) (1950), Alto da Vila (Alenquer), — e em Ponta Delgada, nos Açores (1946). Em 1944, com a criação do Gabinete de Urbanização Colonial por Marcelo Caetano, um organismo dependente do Ministério das Colónias para a execução de projetos de arquitetura e urbanismo, João Aguiar torna-se figura de proa em matérias de urbanismo e arquitetura. Enquanto subdiretor do gabinete, era responsável coordenava os planos das províncias ultramarinas, sendo ainda responsável por onze planos: Lourenço Marques (Maputo) (1947-1955), Nova Lisboa ou Huambo (1947-1948), Quelimane (1947), Luanda (1949), Lobito (1949), Bengela (1952), Nacala (1954), Vila Pery Chimoio (1950), Vila Salazar Matola (1954) e Catumbela (1950).

A coincidência entre as datas em que são realizados os Planos de Urbanização de João António de Aguiar em território nacional e nas colónias evidencia um argumento já referido. No seu

¹⁰⁴Federação de Municípios da Beira Serra - Arquivo Distrital da Guarda - DigitArq', acessado 24 de abril de 2017, <http://digitarq.adgrd.arquivos.pt/details?id=1228661>

¹⁰⁵Margarida Sousa Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2.ª ed., Série 1 : Ensaios 5 (Porto: FAUP Publicações, 1995), 169-75.

conjunto, as práticas urbanas por ele desenvolvidas não atuam no desenvolvimento, como Rabinow defende para o caso francês, com a criação um laboratório colonial de experiências urbanas passíveis de serem utilizadas na metrópole, ou na superação dos problemas sociais e urbanos da nação, como Wright explica.¹⁰⁶ Pelo contrário, os planos de João António de Aguiar inserem-se sim numa prática que, herdada da experiência francesa, é semelhante, quer para o território nacional, quer para o ultramarino.¹⁰⁷ Assente em diretivas estéticas e de salubridade, os planos sedimentam a necessidade de estruturação e hierarquização viária, o desenho de zonas verdes e zonas de expansão, compreendendo sempre um conjunto de equipamentos urbanos necessários à definição da imagem urbana em território nacional e ultramarino. As principais distinções impõem-se ao nível do tratamento do centro histórico das cidades, sobretudo em território nacional, situação menos comum nas colónias: "[The] socio-economic status differentiation [that] coincided to a large extent with racial divide in the Portuguese colonies, as in all other colonies in Africa, the usual social intra-urban divide that characterized modern cities tended to have also a racial character in the Portuguese colonial cities."¹⁰⁸

Os Anteplanos desenvolvidos por Aguiar para a Guarda e São Miguel da Guarda (Guarda-Gare) seguem a metodologia herdada por Alfred Agache e Etienne de Gröer, antigo colaborador de Agache. No contacto com estes urbanistas, João de Aguiar assimila as referências do movimento *city-beautiful* e as referências formais da cidade-jardim. No *Musée Social*, Agache, juntamente com Henri Prost, desenvolve os lemas do urbanismo francês. O estudo das condições locais, os dados da geografia física e humana da cidade e da região, a evolução urbana da cidade, as suas características económicas e sociais, o número de trabalhadores, os valores fundiários, etc., eram elementos base que consubstanciavam um primeiro esboço.¹⁰⁹ Em Portugal, este desenvolvimento metodológico, que informava os planos, veio fazer parte dos procedimentos da Secção de Melhoramentos Urbanos, formulando normas para a elaboração dos planos, estudos e inquéritos necessários para a fundamentação das propostas de plano. Nesta secção circulavam obras de autores franceses como Agache, Berdet e Marcel Pöete.¹¹⁰ No Anteplano da cidade da Guarda, Aguiar adota este processo metodológico, fazendo uma análise substancial às condições físicas, histórico-geográficas, sociais e económicas da cidade, aos transportes, equipamentos, edifícios notáveis, espaços verdes, etc. Este estudo é acompanhado de um registo fotográfico e um diagnóstico dos principais problemas que a cidade enfrenta, como as imposições topográficas de uma cidade de montanha e a sua dificuldade de adaptação ao automóvel, os problemas habitacionais, as principais atividades urbanas e a necessidade de dirigir o investimento industrial para a zona da estação de caminho-de-ferro.

¹⁰⁶Ver: Rabinow, *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*; Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*.

¹⁰⁷Ver: Tiago Castela, 'Imperial Garden: Planning Practices and the Utopia of Luso-Tropicalism in Portugal/Mozambique, 1945-1975', em *IASTE 2010 - Architecture Tradition and The Utopia of The Nation State*, vol. 238 (Beirute (Líbano), 2010), 75-98.

¹⁰⁸Carlos Silva, *Urban planning in Lusophone African countries*, Design and the built environment (Farnham: Ashgate, 2015), 15.

¹⁰⁹Rabinow, *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*, 270.

¹¹⁰Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 42.

No desenho da proposta, a circulação viária é a que estrutura o plano, adaptando-se à topografia local seguindo as curvas de nível, interligando monumentos, espaços públicos, zonas administrativas e comerciais, definindo a localização de novos equipamentos e zonas residenciais. O traçado viário articula-se com vias estruturantes já existentes, enfatizando-as e propõe uma via circular que fecha a área de expansão da cidade a Nascente-Sul. Distinguem-se edifícios existentes e projetados, com destaque para os edifícios de interesse público, oficiais e particulares e são delineadas as zonas de ocupação: zona mista (oficial, residencial, comercial, arqueológica e histórica), zona residencial, zona clínica, zona reservada e por fim zona verde. A delimitação destas zonas é herdada dessa metodologia francesa, na qual o urbanista fazia uma distinção de quarteirões, indo ao encontro da sua especificidade ocupacional. As áreas residenciais são esboçadas a Nascente e a Sul da cidade, compreendendo uma habitação de baixa densidade com moradias unifamiliares ou edifícios de dois a três pisos máximos. Além da inclusão do Bairro do Bonfim no plano, é prevista a sua expansão a Sul, em acordo com a ocupação tipológica pré-existente. No desenho são inseridos os planos já esboçados pela Federação de Municípios e por ela implementados. As zonas reservadas são essencialmente as áreas que compreendem os edifícios de interesse público, existentes ou a construir, como é o caso do quarteirão do mercado onde foram erguidos, seguindo as orientações do plano, o Palácio das Corporações e Previdência e o Palácio da Justiça, o novo espaço da feira e o novo hospital, estes últimos não construídos. Projeta-se igualmente uma área de vegetação densa que confina com a zona clínica, do Sanatório, e *"em torno do Estádio, a fim de o proteger dos ventos, que por vezes prejudicam a utilização do campo."*¹¹¹

Envolta em maior polémica no que se refere à execução do plano, esteve a zona definida no plano como zona mista, a que correspondia todo o centro histórico (figura 5.18.). Nesta zona, Aguiar propunha a demolição de grande parte do edificado. Há uma seleção apenas das determinantes históricas mais relevantes: a muralha da cidade, igrejas e pequenos conjuntos habitacionais. A abertura de arruamentos e a demolição do edificado perseguia propósitos de salubridade e composição estética: *"A demolição dos edifícios descritos na alínea e) é possível criar espaços livres integrados ou não nas construções, conservar o que garante salubridade desta zona da cidade, que hoje se considera, insalubre por falta de insolação, ventilação e grau de qualidade de execução. Pode-se, portanto, permitir a valorização destes edifícios com a exigência de manterem a arquitectura cujos elementos de composição, em muitos deles, se encontram bem marcados e definidos."*¹¹² Como Lôbo refere, Aguiar tem uma visão pouco alargada do património, não considerando a importância dos conjuntos arquitetónicos.¹¹³ No entanto, o determinismo necessário para a aplicação destas propostas de demolição nunca foi alcançado.

¹¹¹Aguiar, 'I. Memória Descritiva e Justificativa Regulamento e Fotografias: Anteplano Geral de Urbanização da Guarda', 185.

¹¹²Aguiar, 'I. Memória Descritiva e Justificativa Regulamento e Fotografias: Anteplano Geral de Urbanização da Guarda', 188-89.

¹¹³Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 177.



5. 19. Anteplano de Urbanização da Guarda, Planta de Urbanização, 1949.



5. 20. Anteplano de urbanização da Cidade da Guarda, Excerto da Planta de Trabalho, 1947. Demolições a Amarelo.

Aprovado superiormente em 1951, o Anteplano da cidade começa desde cedo a policiar as novas intervenções, havendo um controlo por parte da Federação de Municípios na emissão de pareceres para o licenciamento de construções, não sendo permitida a edificação fora da área do plano. Jaime Ferreira dá conta dos progressos da implementação do anteplano, ao referir o indeferimento de projetos em sessão de câmara no início da década de 50.¹¹⁴ Se na generalidade as propostas do plano são cumpridas no que se refere ao ordenamento viário e zonas de expansão — exceção feita à circular da cidade, tendo sido apenas concluídos alguns troços, e o não desenvolvimento da zona de expansão a Sul do Mosteiro de São Francisco —, no que se refere às demolições propostas para o centro da cidade, a sua aplicação nunca se tornou efetiva. A sua execução colidiu com os condicionamentos legais e financeiros que impediram as demolições do centro histórico: a falta de recursos financeiros e a falta de uma política fundiária que pudesse corroborar intervenções extensas.¹¹⁵ Perante estes condicionalismos, e enfrentando o problema de habitação da cidade, o município não conseguia ter espaços disponíveis para o deslocamento da população do centro histórico para outros locais, deitando por terra as posições dos organismos superiores relativamente a esta matéria. O único espaço em que as demolições propostas levaram a uma efetiva transformação do espaço público, conduzindo a expropriações e a um reordenamento para a construção do novo centro cívico da cidade, foi a remodelação do Largo Marechal Carmona (atual Largo do Município), em frente ao Hotel de Turismo.

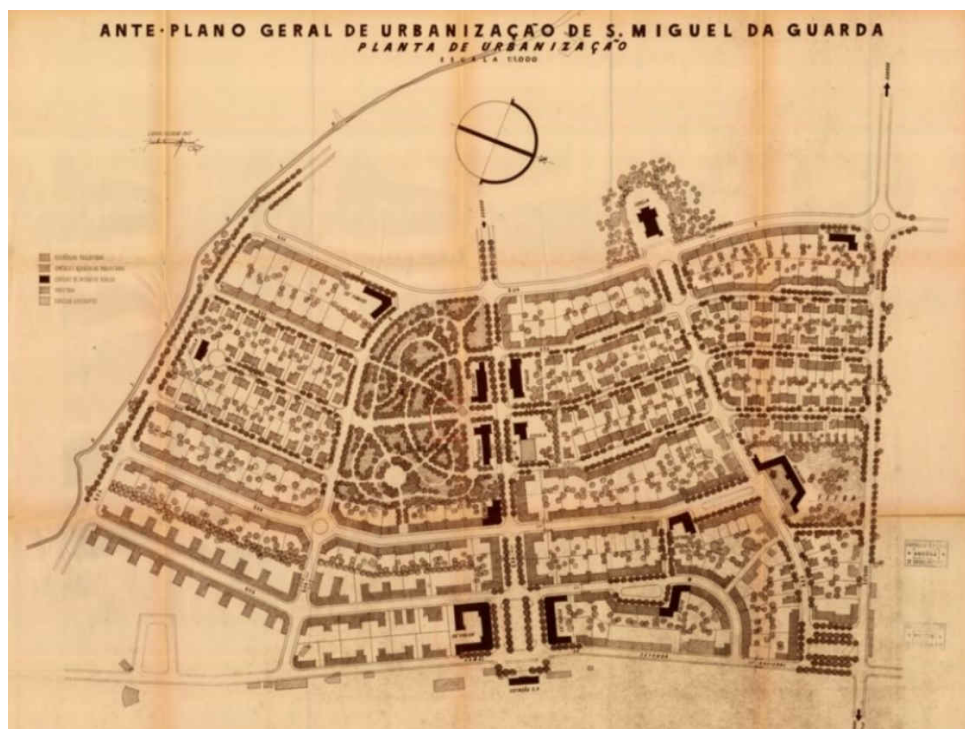
A natureza reformista e o zonamento social do anteplano, à luz das condicionantes políticas, legais e financeiras do Estado e do município, como Gonçalves argumenta, caíram por terra e limitam-se a *"reproduzir a estrutura social existente."*¹¹⁶ Englobando iniciativas em curso, como é o caso do Bairro do Bonfim, verifica-se a não existência de uma conexão efetiva com o planeamento. E, a natureza reformista do plano, ao contrário da formal, não se encontra tão latente. Porém, para o Anteplano de São Miguel da Guarda (Guarda-Gare) essa questão estará presente.

Em 1943 já havia sido desenvolvido por Augusto Fernandes de Sá, Engenheiro da Federação de Municípios da Beira Serra, um primeiro plano para a Urbanização da Guarda Gare, mas este plano é preterido em favor da solução de Aguiar, apresentada em 1947. A importância atribuída à estação pelo executivo municipal era conhecida, daí que a organização do seu crescimento se impunha como fator desenvolvimentista: *"O desenvolvimento do núcleo urbano que se projecta deve ser orientado de modo a não se perder de vista que ele constituirá um aglomerado satélite da Cidade da Guarda, de que depende administrativa e politicamente. A Câmara Municipal da Guarda ao mandar elaborar o plano de urbanização de S. Miguel da Guarda pretendeu dar satisfação a uma tendência de desenvolvimento que se manifesta por construções de carácter económico, residencial e industrial. Pretendeu com o plano, orientar e coordenar todas as actividades de modo a conseguir-se um conjunto, em vez de desordem, dispersão e todos os conhecidos inconvenientes que sempre se verificam quando se dá um desenvolvimento urbanístico atrabiliário. Considera também a Câmara Municipal que junto da Estação de Caminho-de-ferro, deverá existir um aglomerado urbano, justificado por este importante elemento de ligação que, com o traçado da Estrada*

¹¹⁴Ferreira, 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959', 99.

¹¹⁵Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 48.

¹¹⁶Gonçalves, 'A Propósito dos Planos de Urbanização do Estado Novo: Projectos Urbanísticos ou Regulamentos Policiais?', 108.



5. 21. Anteplano de Urbanização de São Miguel da Guarda, Planta de Urbanização, 1947, Arquivo Histórico da DGOTDU.



5. 22. Anteplano de Urbanização de São Miguel da Guarda, Planta de Urbanização (Revisão), 1961, Arquivo Histórico da DGOTDU.

*Nacional, constituiu e constituirá factor de desenvolvimento de S. Miguel da Guarda.*¹¹⁷ O plano é concebido, à partida, como plano de organização de um aglomerado satélite de ocupação industrial e habitação operária, ou seja, social e economicamente distinto.

Em finais de 40, o lugar de São Miguel da Guarda desenvolvia-se em função da articulação entre a EN16, que seguia em direção a Vilar Formoso, e a estação de caminho-de-ferro. A proximidade ao Rio Diz e a predisposição natural e topográfica do local, mais plano, caracterizava-o por viver das atividades agrícolas, comércio reduzido e da presença da Fábrica de Lanifícios do Rio Diz, assim como de metalurgias e carpintarias. Na generalidade, as infraestruturas básicas eram praticamente inexistentes e sem grandes edifícios de referência, além da estação. Neste contexto, a proposta de Aguiar elege como a área do plano a plataforma compreendida entre a linha de caminho-de-ferro a Nascente, a Norte a EN 16 e a Sul-Poente a fronteira natural do Rio Diz, numa área de aproximadamente 48 ha. Em grosso modo, o plano compreende uma zona residencial e uma industrial, situada a Sul. A zona residencial, de baixa densidade, assume diferentes morfologias, podendo coexistir com a habitação pequenos comércios e pequenas indústrias familiares. São assumidos lotes para a implantação de edifícios de interesse público e zonas verdes.¹¹⁸

Tal como as propostas para o centro histórico da cidade, a execução do anteplo será morosa. As principais dificuldades na sua execução prendem-se com a falta de aproximação do plano à realidade existente e as dificuldades inerentes à aquisição de terrenos. Na necessidade de articulação do plano com as reais possibilidades do município, o plano é sujeito a uma revisão em 1961, também conduzida por Aguiar. Com uma área reduzida para 35 ha, o plano apresenta-se com um programa mais modesto, composto por uma zona industrial a Sul, e uma zona habitacional a Norte, englobada por uma zona de expansão a Poente.

Encontrando-se em curso o II Plano de Fomento, que se abria definitivamente para a iniciativa privada e para o desenvolvimento industrial do país, em 1962 a Renault decide instalar uma fábrica em São Miguel da Guarda. Na implementação da linha de montagem das Indústrias Lusitanas Renault pesou a proximidade à fronteira com Espanha e à linha de caminho-de-ferro. Isto acontecia num período em que a região vivia um processo de imigração intenso e supunha-se que o estabelecimento da fábrica o pudesse ajudar a contrariar.¹¹⁹ Este investimento veio potenciar a atratividade comercial e habitacional do lugar de São Miguel da Guarda, mas o seu crescimento efetivo, segundo este instrumento de planeamento, só acontecerá a partir da década de 70, com o final da Ditadura.

Enquanto urbanista, a atividade de João António de Aguiar não se remeteu exclusivamente aos dois Anteplos da cidade da Guarda. Em 1967 desenhou o Arranjo Urbanístico da Rua D. Luís I (atual Rua 31 de Janeiro). Era na sua globalidade um estudo de estruturação viária e alinhamento estético das edificações. Aprovado na generalidade em 1969, a proposta dos arruamentos e edificações, na área a Sul da Rua D. Luís I, foi inviabilizada pela Direção Superior de Planeamento

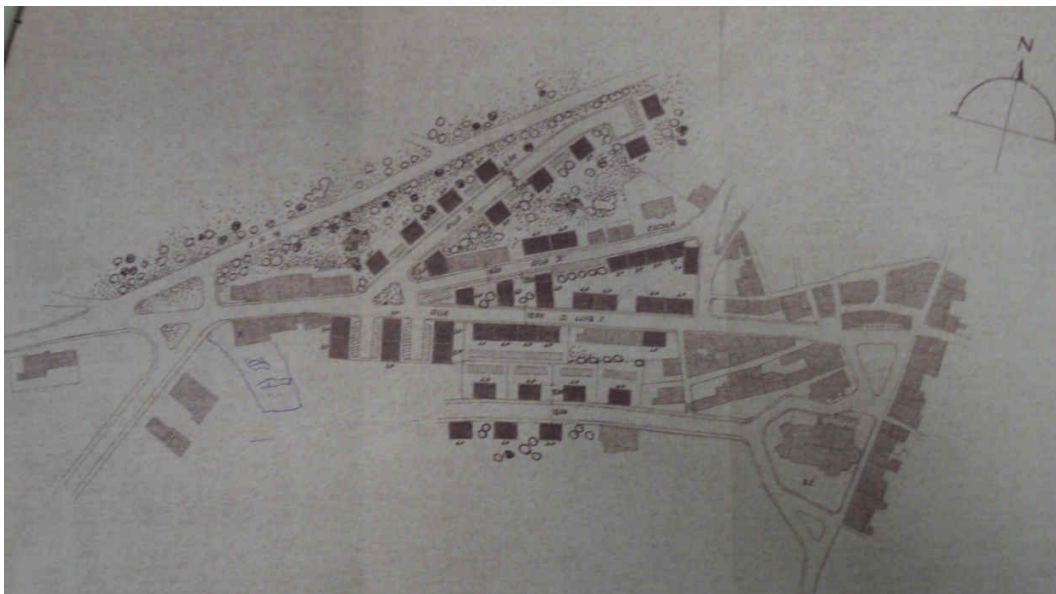
¹¹⁷Aguiar, '1. Memória Descritiva e Justificativa Regulamento e Fotografias: Anteplo Geral de Urbanização da Guarda', 16.

¹¹⁸ Ibid., 17.

¹¹⁹Jornal Terras da Beira, 'Situação geográfica pesou na escolha da Guarda', Jornal - Semanário Terras da Beira, Terras da Beira, 3 de janeiro de 2013, 13.

Urbanístico (DSPU), que, em parecer, explica que as condições topográficas existentes tornam a sua concretização impossível. É contudo salientada a virtuosidade da implantação de alguns prédios, cuja fachada menor surge perpendicular à rua, considerada apropriada para a entrada Noroeste da cidade. A distribuição do edificado revela um desenho mais modernista, de blocos residenciais perpendiculares à rua e isolados. Na sua maioria, o realinhamento viário proposto, e algumas manchas de construção, será executado ao longo da década de 70 e seguintes.

Perto do fim da Ditadura pondera-se sobre a necessidade de um novo Plano de Urbanização. Segundo um parecer da DSPU, datado de 10 de outubro de 1972, decorriam esforços na atualização dos instrumentos de planeamento em vigor. Construída ao longo da década de 50, a nova via de ligação — a EN 16-7— a variante à EN16 que articula a cidade com a Póvoa do Mileu e São Miguel da Guarda, será determinante para o pronunciado desenvolvimento destes núcleos. Assim, no início da década de 70, era reconhecida a necessidade de uma abordagem territorial ao desenvolvimento urbano da cidade e demais lugares. Mas, enquanto decorriam os passos para os levantamentos topográficos destas áreas, no sentido de realizar o novo Plano de Urbanização, Aguiar intervirá novamente na cidade como responsável pelo Estudo Prévio do Plano de Pormenor da Cidade da Guarda.¹²⁰ De acordo com o juízo da DSPU, Aguiar parece adaptar-se a uma nova realidade, distinta da proposta de 1947, na qual, ao contrário do Antepiano da Cidade, completamente esgotado na sua área de ocupação, assegura agora um novo planeamento da viação e a adoção de densidades ocupacionais superiores. Aguiar virá a falecer em 1974, e este estudo parece não ter consequências, uma vez que não é conhecido o desenho proposto, evidências da sua aprovação ou a existência de pareceres das entidades intervenientes no processo de planeamento. Na falta do novo Plano Geral de Urbanização da Cidade, serão ainda os dois Antepianos que conduzirão o crescimento urbano da cidade após a revolução democrática.



5.23. Arranjo Urbanístico da Rua D. Luís I, Planta datada de 3 de setembro de 1967, Câmara Municipal da Guarda.

¹²⁰Costa, Celestino *et al*, 'Parecer sobre o Plano: Ante-Plano Geral de Urbanização da Guarda', 10 de outubro de 1972, Câmara Municipal da Guarda.

6. Crescimento e urbanidade (1974-1986)

A ambivalente gestão urbana e a experiência MEREC.

A GUARDA

Director: JOSÉ AFONSO SANCHES DE CARVALHO
Propriedade de: FIRMITAS ATQUE LABOR - Soc. Editora da Guarda, Lda.
ANO 76 / N.º 3789
21.8.981 a 27.8.981
Redacção, Administração e Oficinas: / Preço 7850
R. Marq. Pombal, 55-61 - 6300 GUARDA - Telef. 21 105

GIGANTE COM PÉS DE BARRO

Há dias, numa conversa entre gente oriunda daqui mas vindo longe da sua terra, veio a propósito a explosão urbanística a que se assiste. Todos apreciam o desenvolvimento regional, mas alguns mostravam uma ponta de pessimismo.

A Guarda cresce, desenvolve-se, torna-se uma metrópole com vários milhares de habitantes; há muita gente a investir aqui as suas economias; muitos trocam o campo pela cidade. São factos inegáveis.

Mas... (o eterno *mas!*) não basta que uma terra se torne metrópole; impõe-se criar as estruturas que lhe permitam sobreviver. Grandes metrópoles regista a história, que vieram a ser abandonadas à falta de estruturas que lhes garantissem o futuro.

Os horizontes ou as perspectivas da Guarda são de vária ordem, e a elas nos referimos em números sucessivos. Mas parece-nos que o turismo, principalmente o turismo da

Serra, é o horizonte mais promissor. A Serra da Estrela, em boa parte, está explorada e tantas vezes degradada; na região da Guarda, porém a Serra, na sua maior parte, é uma desconhecida. E essa zona desconhecida esconde factores turísticos de primeira ordem, não faltando os arqueológicos.

Para aqui se devem voltar as atenções. Há que abrir os caminhos da Serra com ou sem barragens. A encantada Acedace, já nos píncaros de Folgoso,

continua em hibernação. Também outra barragem, de menor custo, a do Caldeirão, hiberna mas há que insuflar-lhe novo alento. É uma ideia, um plano, um projecto, que merece ser considerado, não só como elemento de regadio mas, sobretudo, de apoio à expansão da Guarda.

A Guarda cresce, mas (repetimos) se lhe faltarem estruturas, será um gigante com pés de barro.

O Boi e a Revolução Energética

O título tem algo de estranho, mas corresponde às realidades. Muitas fontes de energia desprezadas, retomam agora a sua actualidade.

Quem contacta um pouco com a vida do campo, sabe que ali se desenha um regresso a coisas e modos de vida, que pareciam ultrapassados.

O problema é importante, e a sua importância levou-o à conferência da ONU. Ali se debateram as novas energias e as renovação de energias antigas; ali se disse sem rebuços que a revolução energética passa pelo boi, pelo camelo e pelo elefante.

Ali se poderia ter dito que a revolução energética passa pela floresta.

Mas deixemos este aspecto do problema e detenhamo-nos apenas nos animais de tiro e no seu futuro.

Jean Luis Lemarchand (AFP) recorda que, ultrapassados pelo tractor no Ocidente, «estes animais de tiro realizam ainda a quase totalidade do trabalho agrícola no Terceiro Mundo. Lutar contra o desperdício de energia é também melhorar as charruas ou combater a febre aftosa ou a mosca tsé-tsé. Nos países em desenvolvimento, 52 por cento das superfícies agrícolas são cultivadas graças à tracção animal.

A classe dos animais de tiro conta 400 milhões de membros ou seja, 80 por cada tractor, segundo a organização das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação (FAO).

Os bovinos, laques e outros búfalos representam três quartos dessa energia animal indispensável à agricultura do Terceiro Mundo. A restante é fornecida por 40 milhões de burros, 27 milhões de cavalos, 10 milhões de muires, 16 milhões de carne-

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tendo-nos constado que o Dr. Leal Freire estaria a desenvolver esforços no sentido da criação de uma sociedade financeira daquele tipo, aproveitámos uma das suas últimas estadias nesta cidade, para lhe fazermos algumas perguntas sobre o empreendimento, que reputamos essencial para a arrancada económica que o distrito tem inelutavelmente de procurar. Daí nasceu o diálogo que se segue:

— Senhor Dr. Leal Freire, como lhe surgiu esta ideia?

— Ligado, de há muito, a certos

Entrevista com o Dr. Leal Freire, a propósito do seu movimento para a criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional, sediada na Guarda e a pôr ao serviço da revitalização económica da Região

meios financeiros, de há muito também que vinha pensando na hipótese de canalizar para a região que me serviu de berço e a que espiritualmente me encontro tão profundamente ligado, meios económicos e técnicos que lhe fossem permitindo nivelar-se a outras zonas que primeiro acordaram para a grande aventura da industrialização.

— Por que estímulo de razões, acha que é agora o momento de actuar?

— A legislação de carácter financeiro, que, de 1974, para cá, vem sendo publicada, aponta para sociedades do tipo. No entanto, só com o decreto-lei n.º 499/80, de 20 de Outubro, portanto há pouco mais

de nove meses, é que veio a ser criada a possibilidade de se instituírem as Sociedades de Desenvolvimento Regional, instituições que, segundo o próprio prólogo do seu diploma legal, têm por finalidade primordial contribuir para a revitalização económica das regiões, nomeadamente das que sofrem de factores depressivos de carácter estrutural.

— E como actuarão tais sociedades?

Di-Ho ainda o prólogo do já referido (Continua na 5.ª página)



A "Semana das Decisões"

Todos se recordam daquele golpe inesperado, que Israel vibrou no Iraque, ao destruir-lhe o reactor nuclear de Tamuz, em vias de conclusão.

Os iraquianos não desistem da reconstrução e pretendem que seja ainda a França a levar a cabo esse trabalho.

Para Israel, o dito reactor, com setenta megawatts de potência, situado nos arredores de Bagdad, destinava-se ao fabrico da bomba atómica, o que faria do Iraque o pioneiro do mundo árabe neste campo.

A França não esquece a reacção de Israel nem a possível série de

acontecimentos que poderão derivar da reconstrução. Assim se explica a cautela de Mitterrand que acaba de receber em Paris o vice-primeiro ministro iraquiano, Tariq Aziz.

Não é cómoda a posição francesa, uma vez que o Iraque é o segundo fornecedor de petróleo à França, e o Iraque pretende, nada mais, nada menos, que o combustível a utilizar no reactor seja plenamente enriquecido, o que lhe dará possibilidades de fabricar bombas atómicas. A França, no intuito de evitar complicações futuras, quer que o urânio a gastar seja me-

dianamente enriquecido; mas Mitterrand tem contra si um contrato assinado em 1975, pelo qual a França se comprometeu a fornecer urânio plenamente enriquecido.

Para o que der e vier, Israel armase. Os Estados Unidos levantaram o embargo à entrega de 14 aviões «F 16» e dois «F 15», bloqueados nos Estados Unidos, após o ataque a Tamuz. A América teria chegado à conclusão de que o gesto israelita fora um acto defensivo.

Begin, a propósito da luta com

(conclui na 14.ª pág.)



MARCOS MILIARIOS DE ANTIGAS VIAS IMPERIAIS, E DE LOUVOR AOS HOMENS QUE AS RASGARAM

Gigante com Pés de Barro.

Em agosto de 1981, José Afonso Sanches de Carvalho, diretor do Jornal A Guarda,¹ dava início a uma série de artigos com o título: "*Gigante com Pés de Barro*".² Os artigos estendem-se ao longo de seis números do semanário, dando sequência a uma crónica de opinião sobre o desenvolvimento urbano da cidade da Guarda. Nestas crónicas, Sanches de Carvalho expressa a sua preocupação com a "*explosão urbanística a que se assiste*".³ Como descreve, quer o rápido ritmo de urbanização da cidade, quer o crescente desenvolvimento regional, são assimilados pela população de forma ambivalente. Segundo o jornalista, o crescimento recente da cidade é desencadeado pelo êxodo rural, por aqueles que "*trocaram o campo pela cidade*", pelo regresso dos imigrantes e pelo crescente investimento económico, realizado pelos que "*invest[em] aqui as suas economias*". Este crescimento impôs assim o desenvolvimento de uma cidade, metrópole, como várias vezes menciona, mas cujos "*horizontes e perspectivas [...] [eram] de vária ordem*". A resposta a esses horizontes e perspectivas parecia ausente de uma visão estrutural que desse solução às possibilidades que a cidade e a região deixavam em aberto. Para concluir, Sanches de Carvalho assina grande parte das suas crónicas com a seguinte frase: "*A Guarda cresce, mas (repetimos) se lhe faltarem estruturas, será um gigante com pés de barro*".⁴

Nos números seguintes da sua crónica, Sanches de Carvalho argumenta relativamente à necessidade dessa visão estrutural, necessária à criação dos tais "*horizontes e perspectivas*". No número dois, questiona a forma como a cidade cresce, desprezando o seu património arquitetónico, que não se pode centrar apenas em monumentos pontuais "*a Sé, o Castelo, e as muralhas*", pois dele também depende a adaptação e especialização da cidade às novas economias, nomeadamente o turismo.⁵ Questionando o estado do património da cidade, o autor compreendia que era necessário um entendimento futuro desse mesmo património: "*Em qualquer outra parte do mundo, o precioso achado seria protegido, deslocava-se a casinha mais uns metros, com enorme vantagem para a mesma que se tornaria importante e notável: veria chegar as multidões admirarem o espólio do passado e, do mesmo passo, a ela própria*".⁶

Aquilo que é particularmente motivador na sua crónica é o sentido reflexivo com que Sanches pensa sobre a cidade da Guarda perante as transformações urbanas que se desenrolam no início dos anos oitenta. Reclamava uma observação atenta sobre as consequências deste crescimento explosivo na cidade: "*Aqueles que se interessam a sério sobre o futuro da Guarda não se resignam a ver construir-se uma metrópole sem horizontes,*

¹ Jornal semanário católico regionalista da Guarda.

² Crónica redigida por Sanches de Carvalho mas não assinada habitualmente por ele. Informação obtida junto da direção técnica do Jornal A Guarda em 11 de julho de 2013.

³ José Sanches de Carvalho, 'Gigante com Pés de Barro', A Guarda, 21 de agosto de 1981, Ano 76 Nc.3789, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.

⁴ Ibid.

⁵ José Sanches de Carvalho, 'Gigante com Pés de Barro-2', A Guarda, 28 de agosto de 1981, Ano 76 Nc.3790, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.

⁶ José Sanches de Carvalho, 'Gigante com Pés de Barro-4', A Guarda, 11 de setembro de 1981, Ano 76 Nc.3792, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.

sem amanhã. Construir sim, mas garantindo a sobrevivência, sob pena de, volvidos anos, acontecer à megápole aquilo que hoje se passa nos povoados que se esvaziam e entram em derrocada. Faltam-lhes os horizontes do futuro."⁷ A procura de uma ideia de cidade fecunda face ao seu património, capaz de responder às demandas das especializações urbanas e do trabalho era central no seu discurso. Mas, quais as razões que o levaram a expressar as suas preocupações?

À data da publicação destas crónicas, Portugal vivia o sexto ano de uma jovem democracia representativa. Enquanto os últimos anos do regime corporativo, encabeçado por Marcelo Caetano, davam sinais da sua fragilidade económica, para a qual a guerra em África contribuía, socialmente nascia a urgência de combater a repressão da liberdade pública e a censura. Assim, o 25 de abril de 1974 foi o culminar e a queda de todo o regime corporativo, terminando com ele o projeto imperial em África. Portugal procura agora novas formas de desenvolver o seu presente democrático, num quadro de acentuadas mudanças sociais, políticas e económicas, assim como um caminho para se reposicionar na Europa e no mundo. O processo de descolonização trouxe consigo um exacerbar das condições de vida urbana, em cidades cuja provisão de habitação era já de si insuficiente. Economicamente, e uma vez que o 25 de abril coincide com a crise petrolífera de 1974, seguiu-se uma política de nacionalização bancária e empresarial, acompanhada por um aumento de salários, mantendo uma moeda forte e o crédito controlado. Porém, a crise política que se verifica nos primeiros anos da democracia e o aumento do défice interno nos anos seguintes levarão à intervenção do Fundo Monetário Internacional em 1977 e em 1983. A política económica deflacionista que se seguiu, conduziu à baixa de salários, ao desemprego e ao aumento de preços. Perante esta situação económica e, na necessidade de ultrapassar o seu atraso e atingir os níveis de vida europeus, iniciando a construção de um mercado liberal democrático, Portugal enceta e reafirma acordos técnicos e financeiros com instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), os Estados Unidos da América, por intermédio da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID, USAID), a Holanda e Noruega, a República Federal da Alemanha (RFA), e por fim a Comunidade Económica Europeia (CEE). Pactos que, a curto prazo, se vão tornando inconciliáveis com o objetivo de Portugal em se tornar membro da CEE, conseguido em 1986.

Politicamente, no que diz respeito às cidades, a importância da reemergência do poder local possibilitou o desenvolvimento de uma *"rede de participação democrática das populações"*.⁸ Através da institucionalização do poder local na Constituição Portuguesa, pela Lei do Poder Local e pela Lei das Finanças Locais, as relações entre poder central e local transformaram-se.⁹ Atribuiu-se representatividade, por intermédio de pessoas coletivas dotadas de órgãos representativos, aos interesses próprios das populações de determinado território, reforçando a sua participação na vida pública. O poder municipal concorre agora

⁷José Sanches de Carvalho, 'Gigante com Pés de Barro-2'.

⁸José Ferreira, *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*, vol. VIII (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992), 199.

⁹Diário da República, 'Lei 79/77 - Atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos', Pub. L. No. 79/77 (1977); Diário da República, 'Lei das Finanças Locais', Pub. L. No. 1/79 (1979).

com o poder central e administrativo do Estado e, pelo seu reforço financeiro e pela já referida Lei das Finanças Locais, foi-lhe possível iniciar uma obra de fomento de âmbito infraestrutural que contribuiu para o crescimento económico e empresarial local.

Estas mudanças céleres, associadas a períodos de instabilidade política e económica, tiveram o seu impacto nas cidades. Desde a década de 60, a Guarda mantém um crescimento populacional forte, verificando-se com isto o agravamento das condições habitacionais que, sem o volume e extensão que marcou as principais cidades portuguesas, conduziu a situações de sublocação e a casos pontuais de construções clandestinas. Este quadro transformativo continuará o seu rumo acelerado, mesmo após o 25 de abril de 1974, sendo agravado pelo regresso dos repatriados da descolonização portuguesa, que passam a exercer as mais diversas pressões sobre a forma da cidade, sejam as infra-estruturas, o património, a habitação e as atividades económicas. Adicionalmente, na Guarda o poder local vivia os mesmos problemas de outras cidades portuguesas: empreendendo esforços no sentido de ultrapassar as carências habitacionais, com falta de meios técnicos e com instrumentos de gestão territorial inoperantes, apoiando o desenvolvimento de estudos e projetos. Diante deste cenário, parecem legítimas as preocupações de Sanches de Carvalho sobre a cidade e a ausência de "*horizontes de futuro*".

Por conseguinte, debruçando-se sobre o período da história da cidade e do país que se situa entre o 25 de abril de 1974 e 12 de junho de 1986, aquando da entrada de Portugal na CEE, este capítulo incide sobre um período de 12 anos. Nele são manifestas as consequências materiais do período político, económico e social vivido na cidade da Guarda. Primeiro, pelo nascimento do poder local democrático e o desenvolvimento paulatino das suas capacidades, técnicas e económicas. Um poder autárquico que pretende solucionar o problema da falta de provisão habitacional na cidade, agravado pelas consequências do fim do projeto colonial, nomeadamente pelas vagas migratórias de ex-combatentes, retornados e ex-emigrantes. Segundo, pela ambivalência da gestão urbana preconizada por este novo poder local, carente de meios técnicos e de instrumentos de planeamento eficazes que pudessem conduzir o ordenamento físico da cidade. O qual, contraditoriamente, foi controlando e fomentando o desenvolvimento suburbano da Guarda. Por fim, a partir dos discursos dos seus atores técnicos internacionais, técnicos e políticos locais e consultores, — a sua atuação na cidade resulta da sua participação no projeto-piloto da Agência Americana para o Desenvolvimento (USAID/AID), entre 1983-1986. O projeto, denominado *Managing Energy and Resource Efficient Cities* (MEREK), é consequência dos acordos internacionais que Portugal desenvolveu após o 25 de abril. O MEREK foi um projeto internacional de assistência técnica e financeira, destinado a cidades médias e assente num processo de planeamento abrangente, dedicado à gestão eficiente de recursos locais. Ele deve ser entendido como engenharia social ou, como James Scott explica, como *high-modernism* (*alto-modernismo*).¹⁰ Isto é, uma solução que responde à intenção de melhorar a condição humana com a autoridade de um conhecimento científico, rejeitando outras críticas ou julgamentos. Como se verá pelo

¹⁰James C. Scott, 'High Modernist Social Engineering: The Case of Tennessee Valley Authority', em *Experiencing the State*, ed. Lloyd I. Rudolph e John Kurt Jacobsen (Oxford: Oxford University Press, 2006), 3-52. Optei por traduzir este conceito literalmente: *high-modernism* para alto-modernismo.

contexto técnico-político do projeto, e dentro da conjuntura económico-social portuguesa saída da revolução, designadamente das alterações constantes que as organizações administrativas sofreram nos primeiros anos de democracia, as suas propostas serão comprometidas, não deixando que os seus conceitos base perdurem no tempo. Não obstante, o MERECE trouxe consigo novos processos de trabalho que, na sua maioria, sem um impacto físico determinante, se situaram a par com os interesses, objetivos e iniciativas do poder central, regional e local em curso: a salvaguarda do património arquitetónico e o uso de materiais locais, a descentralização, a gestão urbana e o planeamento. Para a cidade, o binómio crescimento e urbanidade nem sempre será intermediado pela positividade das soluções materiais encontradas.

A questão da habitação no pós 25 de abril: uma política local de habitação.

No final da ditadura, a carência habitacional nas principais cidades portuguesas havia-se agravado e com ela a insuficiente cobertura de infraestruturas urbanas. A insignificância do investimento público em matéria de habitação, a predominância do investimento privado e as mudanças de mercado, associadas a este último, inviabilizam o acesso à habitação por parte da população mais carenciada. Soma-se a isto a prática de especulação fundiária, resultante do aumento do poder de compra da classe média e do capital de investimento, proveniente das remessas de emigrantes.¹¹

Mas, após a Revolução, a população, ao se consciencializar da sua liberdade de expressão, até ao momento alienada do acesso à cidadania, reclamou para si direitos, a igualdade, e o acesso a melhores condições de vida e de trabalho. Desencadeou-se uma mudança nos processos sociopolíticos, gerando-se uma evolução na prossecução dos interesses da população. E, enquanto as principais forças do país definiam a sua representatividade política na recente democracia, a população das principais cidades do país em necessidade de alojamento, sobretudo em Lisboa e no Porto, ocupava, sob revolta, fogos recentemente construídos. Foi o momento em que as temáticas sobre a cidade e sobre a habitação se tornaram urgentes, exigindo uma resposta governativa. E se, com o 25 de abril, era inadiável a procura de soluções para os problemas habitacionais da população, com o processo de descolonização, que culminará em 1975, estas questões são exacerbadas com o êxodo de meio milhão de portugueses residentes em África.

Em pequenas cidades, como a Guarda, a intensidade do problema habitacional antes da Revolução ia sendo controlada, mas ao longo da década de 70 e 80 esta situação tende a alterar-se e agrava-se. As razões para esta mudança são acompanhadas de profundas transformações demográficas, económicas e urbanas. Até ao final da década de 80, ou seja, em 20 anos, a população da cidade cresceu 47,4%. Na validação deste crescimento urbano estão os dados dos censos de 1970, a partir dos quais é possível aferir a densificação populacional das principais freguesias urbanas e a existência de uma taxa de urbanização elevada. O peso da população urbana na totalidade do território do concelho era na ordem

¹¹José António Bandeira, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Arquitecturas (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007), 82-83.

dos 40%, contra os 26% registados em 1960.¹² Estes valores têm a sua expressão no edificado, com um acréscimo de 35% no número de edifícios da cidade entre 1960-1970, número que quase duplica na década seguinte.¹³ Verifica-se igualmente uma transformação das atividades económicas, com uma maior representatividade do setor secundário, ligado à construção civil, e do setor terciário, justificado por um aumento do consumo.¹⁴

Na transformação demográfica e urbana reside o fenómeno do êxodo rural, que marcou a década de 60 e seguintes. Contudo, há que considerar outros aspetos: a diminuição da procura de força de trabalho nos países europeus e, em consequência, o retorno a Portugal dos emigrantes, mas também o retorno das ex-colónias. Relativamente aos repatriados da descolonização portuguesa, designados de "retornados", importa assinalar que, para o distrito e concelho da Guarda, segundo os censos de 1981, eles contribuíram para atenuar o cenário de perda demográfica que se verificava desde 1950.¹⁵ Enquanto em 1981 a percentagem de "retornados" na população residente do país era de 5%, no distrito da Guarda e no concelho a média era superior, de 7% e 6,68% respetivamente, como Nelson Oliveira demonstra.¹⁶ Portanto foi evidente o impacto destes retornos social, económica e urbanisticamente. A integração social dos retornados foi realizada de um modo rápido no foro profissional e através da sua participação social e política.¹⁷ E dependeu também da influência de alguns setores da sociedade portuguesa, como foi o caso da igreja. Da análise ao Semanário Católico "*A Guarda*", um dos semanários mais antigos da cidade, Nelson Oliveira conclui que a Igreja na Guarda distinguiu-se na construção de uma imagem positiva da população retornada, enunciando os seus problemas e reportando as soluções adotadas. Juntamente com a igreja, o poder político local também teve um papel relevante. No aumento da densidade populacional e na transformação urbana que se seguiu, o novo poder local democrático acabou por ser influente na integração e assimilação destes regressos populacionais, através da dinâmica económica por si gerada, em particular no que se refere à oferta habitacional.

O poder local atuou no sentido de gerir as oportunidades de financiamento do Estado e apoiar os seus investimentos em matéria de habitação, focando-se na sua oferta e distribuição. Tal gestão derivou de uma política habitacional estatal, sucessivamente demitida

¹²Consultar Quadro C: Evolução Demográfica da Cidade e Concelho da Guarda: A Cidade e seu Enquadramento Local, Regional e Nacional, Anexo III.

¹³ Consultar Quadro J. Edifícios por Período de Construção na Cidade da Guarda, Anexo III.

¹⁴Consultar Quadro E. Concelho da Guarda: População Activa por Setor de Actividade, Anexo III.

¹⁵Em pormenor, consultar: Quadro C. Quadro C: Evolução Demográfica da Cidade e Concelho da Guarda: A Cidade e seu Enquadramento Local, Regional e Nacional, Quadro D.1. População e Território: Guarda no Contexto Nacional, Regional e Local, Quadro D.2. Dinâmicas Demográficas: Guarda no Contexto Nacional, Regional e Local, assim como, Gráfico da Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos: Contexto Local, Regional e Nacional e Gráfico da Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos e o Desagregado das suas Freguesias Urbanas, Anexo III.

¹⁶Nelson Oliveira, 'A integração dos "retornados" no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda', em *V Congresso Português de Sociologia* (Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008), 7-8.

¹⁷Rui Pena Pires, ed., *Os retornados: um estudo sociográfico*, Cadernos IED 14 (Lisboa: IED, 1984), 24; Oliveira, 'A integração dos "retornados" no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda'.

de uma intervenção direta e centralizada no mercado habitacional.¹⁸ Do aumento de competências neste setor, apoiando-se nas estruturas legais e de financiamento existentes, o município da Guarda acabou por definir e implementar a sua política local de habitação. Importa explicar que política é aqui entendida como uma actividade do estado, — vista como polícia, *policy* ou *police*, em inglês e francês respectivamente, — na qual a câmara municipal é seu aparato e extensão administrativa, dirigida ao ordenamento das relações sociais, policiando-as e definindo os seus espaços. Mustafa Dikeç, ao explorar as relações entre espaço, estado e políticas urbanas, conclui que *polícia/police/policy* é, concomitantemente, um princípio de distribuição e um aparato da administração estatal que depende da organização social, base de e para a governação. De referir que a sua essência não depende exclusivamente de uma conceção de governamentalidade no sentido Foucaultiano, mas pode também ser entendida a partir do conceito de *police* alcançado por Rancière, e da sua influência na distribuição e normalização de lugares, pessoas, nomes, funções, autoridades e atividades, etc.¹⁹ Neste sentido, defende-se que para a Guarda o aparato municipal agiu para solucionar o problema habitacional, definindo os seus espaços, normalizando-os, ou seja, regulando e gerindo as condições de acesso a certas camadas populacionais. Na implementação desta política local, a atividade do município, associada à conjuntura económico-política e urbana, — de investimento público e privado — contribuiu para o desenvolvimento de uma organização espacial da cidade cujas consequências se manifestarão a curto prazo.

¹⁸Sobre o "realinhamento progressivo da intervenção estatal na esfera da habitação através do estímulo à aquisição de casa própria" no pós 25 de abril ver: Ana Santos, Nuno Teles, e Nuno Serra, 'Finança e Habitação em Portugal', Cadernos do Observatório, n.º 2 (julho de 2014): 10–13. Sobre o modo como a intervenção habitacional foi sendo transferida para as autarquias, e a partir de que programas públicos, ver Abílio Cardoso, 'State intervention in housing in Portugal 1960-1980' (Tese de Doutoramento em Estudos de Planeamento, Universidade de Reading, 1983), 439.

¹⁹ Michel Foucault, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Tradução de Mr Graham Burchell. Reimpressão. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, 87-114. Foucault define *governamentalidade* como uma atividade formada por um conjunto de instituições, procedimentos, análise e reflexões, cálculos e táticas que, tendo a população como alvo, permite o exercício de uma forma complexa de poder, na qual a economia política é a sua maior forma de conhecimento, e que depende da instrumentalização de aparatos e técnicas de segurança. A governamentalidade, e no que se refere às práticas de governo por parte do estado, assenta num conjunto de táticas que nascem do desenvolvimento de uma série de aparatos e formas de conhecimento que se tornam imanentes e sobranceiras na governação de si, do outro, da sociedade.

Sob o termo *police*, Dikeç explica que: "... refers to an established form of governance with everyone in their 'proper place' in the seemingly natural order of things.[...] The police is based on a particular regime of representation, to which Rancière refers to as 'the partition of the sensible', defined as 'that system of sensible evidences that discloses at once the existence of a common [i.e. the whole to be governed] and the partitions that define the respective places and parts in it'. The partition of the sensible, as a system of sensible evidences, arranges the perceptible givens of a situation – what is in or out, central or peripheral, audible or inaudible, visible or invisible. The police, then, is not self-evident or naturally given, but rather a product of a particular regime of representation, or what Rancière calls sensible evidences." Mustafa Dikeç, *Badlands of the Republic: Space, Politics and Urban Policy*, 1.ª edição (Malden, MA ; Oxford: Wiley-Blackwell, 2007), 16–21;

Swyngedouw explora como o 'governo' da polis, na sua conceção aristotélica, isto é política, é substituído e colonizado por diferentes políticas de governança urbana: "... the place where the political subjectivation emerges and literally takes place – seems moribund. In other words, the political is retreating while social space is increasingly colonized by policies." Erik Swyngedouw, 'The Antinomies of the Post-Political City: In Search of a Democratic Politics of Environmental Production', *International Journal of Urban and Regional Research* 33, n.º 3 (setembro de 2009): 605–8.

Para compreender a atuação municipal, há que assinalar os instrumentos legais e de financiamento que os municípios tinham à sua disposição, nomeadamente os programas do Fundo de Fomento à Habitação (FFH). Criado em 1969, este fundo nasceu da vontade de organizar a oferta pública, reunindo sob um único organismo os programas de investimento e financiamento público. Após o 25 de abril, assumiu um papel nuclear na definição de políticas, gerindo os métodos de promoção, financiamento público e incentivo ao investimento privado em habitação. De 1974 a 1976 verifica-se um maior intervencionismo do Estado e desejo de implementar uma política habitacional que não se reduzisse apenas à urgência da conjuntura ou dirigida exclusivamente para os mais carenciados. Além dos programas de maior impacto, referenciados por Santos *et al*, — como o programa de apoio às Cooperativas de Habitação Económica (CHE), o regime de Contratos de Desenvolvimento de Habitação, financiando a promoção privada de habitação de custos controlados (HCC) e o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), houve outros programas que, embora conjecturais, tiveram efeito sobre as cidades e sobre o modo como o poder local foi alargando as suas iniciativas em matéria de habitação.²⁰ São exemplo: o Programa de Obras Participadas do FFH, destinado a providenciar apoio técnico, financeiro e administrativo às autoridades locais que desenvolvessem programas de habitação económica sob a sua supervisão; o programa de Empréstimos às Câmaras, cujo objetivo era o de fomentar a construção, aumentando a produção de habitação em mercados de trabalho afetados pelo desemprego e pela crise da construção, e envolver as Câmaras Municipais na produção e aumento da oferta de habitação mais económica, sendo os municípios responsáveis pelo fornecimento de terrenos e pela seleção dos projetos que respondiam às suas necessidades; o programa das Casas Pré-Fabricadas, desenvolvido pela Comissão de Alojamento de Refugiados (CAR), Estado e setor privado, que tinha como objetivo uma solução imediata para aquelas famílias de "retornados" instaladas em alojamentos temporários e sem laços familiares, ao mesmo tempo que procurava estimular o desenvolvimento tecnológico do setor habitacional; e ainda o Regime de Auto-Construção, promulgado em 1962 e revisto em 1977, que visou controlar formalmente as construções, utilizando as capacidades e habilidades de famílias de baixos rendimentos na produção própria da sua habitação.²¹

Na distribuição e normalização da oferta habitacional na cidade da Guarda, o FFH implementou um conjunto de cinco blocos habitacionais no Largo do Padre Isidro, na rua perpendicular à Avenida da Estação, em São Miguel da Guarda. Para além desta iniciativa, e

²⁰Ana Santos, Nuno Teles, e Nuno Serra, 'Finança e Habitação em Portugal', Cadernos do Observatório, n. 2 (julho de 2014): 12. Ver igualmente: Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. O Programa SAAL dirigia-se a uma massa populacional mais carenciada, foi uma novidade em matéria de política pública habitacional pelo método participativo proposto, reunindo a população organizada, disponibilizando e convergindo instituições e diversos saberes e recursos técnicos e financeiros.

²¹Decreto-Lei n.º 658/74 - Diário do Governo n.º 273/1974, Série I de 1974-11-23, 'Programa de Empréstimos às Câmaras', Pub. L. No. Decreto-Lei n.º 658/74, § 1, 1445 (1974); 'Programa das Casas Pré-Fabricadas': Resolução do Conselho de Ministros - Diário da República n.º 303/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-12-31; Despacho Normativo n.º 283/78 - Diário da República n.º 239/1978, 1º Suplemento, Série I de 1978-10-17; 'Regime de Auto-Construção': Decreto-Lei n.º 44645 - Diário do Governo n.º 246/1962, Série I de 1962-10-25, Decreto-Lei n.º 53/77 - Diário da República n.º 39/1977, Série I de 1977-02-16. Para uma avaliação a estes programas em detalhe ver: Cardoso, 'State intervention in housing in Portugal 1960-1980', 425-65.

ao abrigo do programa habitacional extraordinário para desalojados - CAR, serão implementadas na cidade várias casas pré-fabricadas. De entre os locais apurados na cidade da Guarda em que este programa interveio, está o ainda existente Bairro das Lameirinhas. Mas, face à incidência de retornados na cidade e, partindo da análise até 1986 das atas de sessão de câmara, este bairro, constituído por 22 moradias pré-fabricadas, não terá sido caso único. Terão existido casas pré-fabricadas noutras locais, junto ao matadouro municipal e às piscinas municipais, no Bairro Nossa Senhora dos Remédios.²² Estas casas eram, na sua maioria, arrendadas. No entanto, considerando o seu ciclo de vida, determinado pelos materiais de construção,— menor para madeira, maior para betão e tijolo,— eram arrendadas ou vendidas de acordo com a opção dos ocupantes.

Se estas iniciativas, promovidas diretamente pelo FFH, na Guarda foram pontuais e esparsas, a ação do município na implementação e regulamentação da sua política habitacional será muito mais concentrada no tempo, em especial entre os anos de 1974 e 1977. A urgência da resposta ao problema habitacional assim o exigiu. Mas em oposição, os espaços habitacionais, a sua gestão e regulamentação será dispersa e diversificada.

A 1 de abril de 1975, no ano que antecede a existência do primeiro corpo autárquico democraticamente eleito, a Comissão Administrativa do Concelho da Guarda, respondendo ao pedido do Cofre da Previdência do Ministério das Finanças, informa que *"...está a estudar um plano para a execução de casas de renda económica resolúvel nos poucos terrenos que tem disponíveis na Guarda-Gare. Para levar a cabo este plano e no sentido de abranger também os funcionários públicos, pensa-se em pedir ao Fundo de Fomento da Habitação a Quinta que possui, e que era das Caixas, junto à Rua Alexandre Herculano."*²³ Dias depois, decide sobre a estratégia a adotar para *"...se não resolver, ao menos minimizar o problema da habitação na cidade preconizando a obtenção de subsídios ou empréstimos do Fundo de Fomento da Habitação ou do Estado."*²⁴

Posteriormente, esta Comissão apresenta um estudo da sua Repartição Técnica constituído por projetos, modalidades de financiamento e formas de atribuição das habitações, como é o caso da renda económica ou resolúvel em regime de propriedade horizontal. Dois meses depois, provavelmente, em consequência deste estudo, é submetido ao FFH o pedido de financiamento com vista à adjudicação de construções de três blocos habitacionais de três pisos na Rua Alexandre Herculano, dois blocos de quatro pisos na Rua Comandante Salvador Nascimento, e dois blocos de quatro pisos na Guarda-Gare (São Miguel da Guarda), com tipologias variadas de T1 a T4. Foram adjudicados os primeiros cinco blocos a uma empresa local, J. Rafael Limitada e os restantes à Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Esta última, uma das principais empresas de construção portuguesas à data. Nos anos seguintes, ao abrigo do

²²'Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1974)', 6 de agosto de 1974, Câmara Municipal da Guarda; 'Actas da Sessão de Câmara (1977)', 12 de abril de 1977, Câmara Municipal da Guarda; 'Actas da Sessão de Câmara (1979)', 2 de outubro de 1979, Câmara Municipal da Guarda.

²³'Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1975)', 1 de abril de 1975, Câmara Municipal da Guarda.

²⁴'Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1975)', 15 de abril de 1975, Câmara Municipal da Guarda.

Programa de Empréstimo às Câmaras, prosseguiu a construção de blocos em regime de propriedade horizontal, sendo a Rua Alexandre Herculano e a Zona da Estação locais preferenciais.²⁵

Em julho de 1976, são colocados à disposição dos munícipes cinco projetos-tipo, desenvolvidos pela Repartição Técnica. Destinavam-se aos munícipes que desejassem construir a sua habitação, adquirindo o projeto a um custo inferior ao de mercado, facilitando a transposição dos mecanismos burocráticos. Esta ação desencadeada por parte da Comissão Administrativa da Guarda, perseguiu aquilo que designou de "justiça social", propondo a cobrança de taxas em função do rendimento do agregado familiar.²⁶ As atas da Comissão são omissas no que se refere ao objetivo desta ação, mas supõe-se que poderá ter sido uma forma de agilizar os processos internos da Repartição Técnica da Câmara e simultaneamente controlar o resultado formal das construções.

Em consequência das necessidades crescentes, a supressão da oferta habitacional prossegue com imediatismo. E, de forma pertinente, o município decide intervir na formação de um novo aglomerado. A escolha recaiu sobre a Quinta do Pinheiro, uma quinta nos arredores da cidade, situada em lugar altaneiro em relação às margens do Rio Diz, cerca de 1 Km a Este da Póvoa do Mileu e da Estrada EN16-7 que liga a cidade à estação. A 13 de julho de 1976, a Comissão Administrativa do Concelho, decide o seguinte:

*"É grave a crise de habitação no Concelho com particular relevo na Cidade. A Repartição Técnica elaborou um projecto, prevendo a criação de um aglomerado nas proximidades da cidade, mais exactamente na Quinta do Pinheiro, aproveitando uma parte da propriedade menos própria para cultura. Entabularam-se negociações com vista à aquisição do referido terreno, prevendo-se, em face da correspondência trocada e diligências feitas que, se não for impossível chegar a acordo será pelo menos muito difícil e moroso. As necessidades não se compadecem com essa prevista demora pelo que há necessidade de adoptar as medidas necessárias à rápida resolução do problema. Nestes termos a Comissão Administrativa do Concelho da Guarda deliberou por unanimidade solicitar superiormente a declaração de utilidade pública e urgência de expropriação que se prevê venha a ser feita por via administrativa se for impossível a aquisição amigável."*²⁷

Abílio Aleixo Curto fez parte desta Comissão até às primeiras eleições democráticas, em 1976. Assumiu o cargo de Presidente da Câmara Municipal após renúncia de Vítor Cabeço, continuando a ser eleito para a presidência municipal pelo Partido Socialista, até ao ano de 1995, momento em que foi afastado da autarquia por se ter tornado arguido num processo judicial. Em entrevista, Abílio Curto explica os objetivos político-sociais inerentes à

²⁵Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1976)', 26 de janeiro de 1976, Câmara Municipal da Guarda.

²⁶Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1976)', 1 de julho de 1976, Câmara Municipal da Guarda.

²⁷Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1976)', 13 de julho de 1976, Câmara Municipal da Guarda.

urbanização da Quinta do Pinheiro, e os mecanismos de aquisição, financiamento e construção propostos à população:

*"Sim, mas a Urbanização do Pinheiro não [Em resposta à questão sobre o facto de Urbanização do Pinheiro ser ou não de promoção privada]. A urbanização do Pinheiro era privada sim [terrenos privados]. Foi um projeto que depois serviu de projeto-tipo e modelo para outra cidade, que eu fiz comprando uma área de terreno, salvo erro na altura era de 10 hectares, a um escudo o metro quadrado. Loteei tudo aquilo, mandei fazer em lotes, e depois fiz um desafio às pessoas: nós vamos por os lotes a concurso, praticamente oferecidos, bem vistas as coisas, e vocês vão fazer a chamada auto-construção. Compram o lote a um preço simbólico, constroem a vossa casa com os vossos familiares ou como quiserem. E eles assim aceitaram, a maior parte deles aceitaram, aceitaram quase todos. Assim nasceu a Urbanização do Pinheiro. Tem uma componente social muito grande, porque depois, além das moradias, eram moradias uni-familiares. Depois criámos à volta das moradias, aí sim, habitações sociais construídas pela câmara [A partir de meados dos anos 80]. Nós não tínhamos habitações sociais. Nessa altura não havia nada. Na própria estação, que é hoje freguesia de São Miguel, que já não é, hoje é tudo freguesia da Guarda, foram fundidas. Nós aí construimos duas torres com 8 ou 9 andares, aí sim habitações sociais. Ali pusemos comunidades ciganas e com menos possibilidades, muita gente. E hoje o problema de habitação na cidade, que eu me aperceba não é praticamente nada."*²⁸

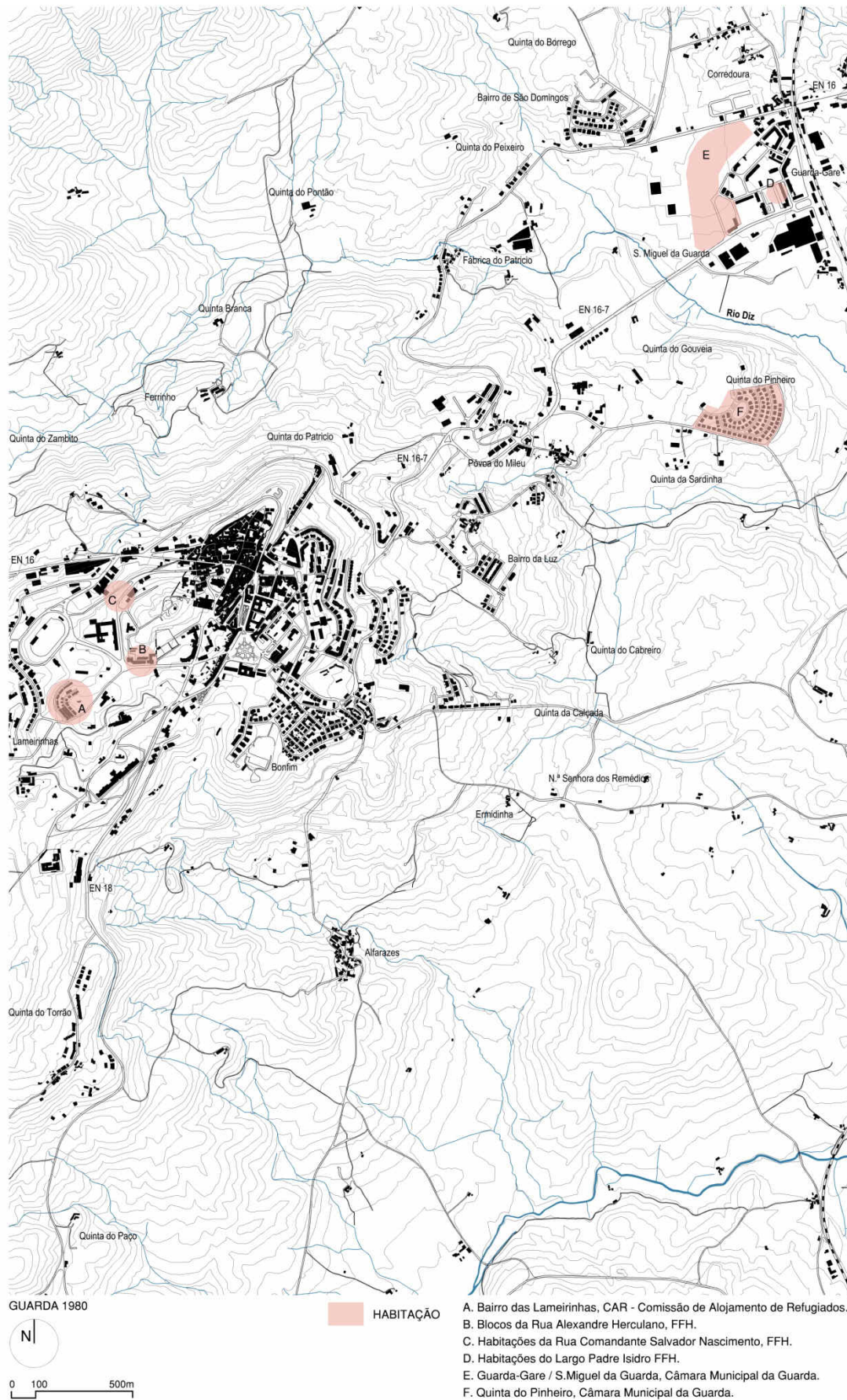
Abílio Aleixo Curto, 2016.

Foi ao abrigo da legislação da auto-construção, que a autarquia disponibilizou a venda de lotes de terreno para construção aos agregados familiares. O uso da força de trabalho dos recetores do programa estava na sua génese. As autarquias disponibilizavam e controlavam formalmente as construções através do apoio técnico concedido no processo de construção. Após a cedência de propriedade, as famílias tinham um prazo de dois anos para a construção da habitação, mediante um subsídio estatal que correspondia a 80% do valor da casa, a qual só podia ser transacionada por compra, venda ou arrendamento, após um período de 20 anos.²⁹

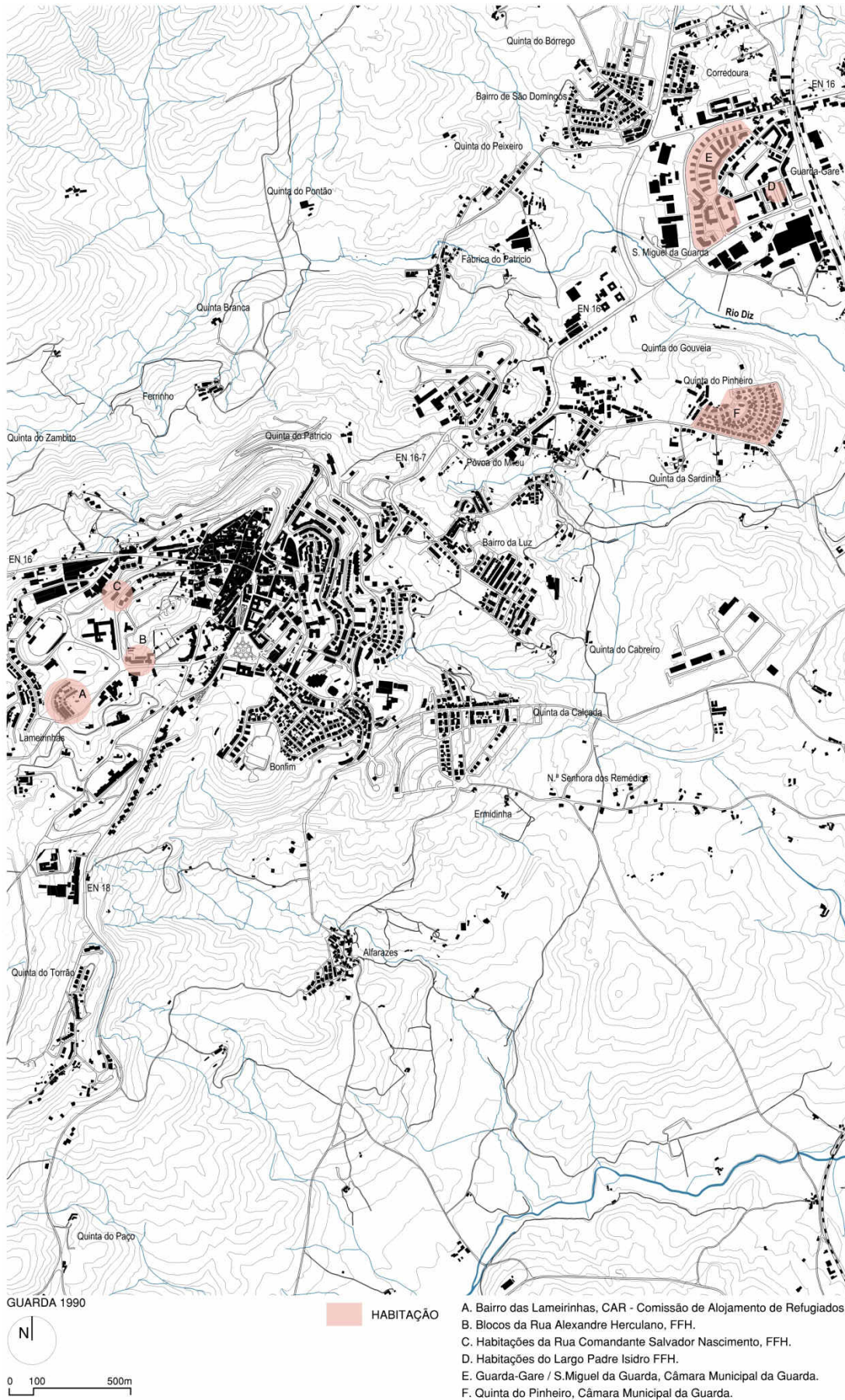
A política da normalização da oferta habitacional afastou-se assim da cidade e do núcleo da estação, situando-se a meia encosta. Os motivos para tal, a partir da leitura das Atas da Comissão Administrativa, parecem ser a situação do terreno, estéril para a agricultura, e a relativa proximidade à EN 16-7. Bem como a possibilidade de aquisição dos terrenos, a baixo custo, feita por expropriação ou por acordo com os proprietários. Ainda assim, a decisão sobre a aquisição de 94.690 m² da Quinta do Pinheiro foi apoiada por um Plano de Porme-

²⁸Abílio Curto, Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1976 a 1995, mp3, 14 de março de 2016.

²⁹Decreto-Lei n.º 53/77 - Diário da República n.º 39/1977, Série I de 1977-02-16; Decreto-Lei n.º 44645 - Diário do Governo n.º 246/1962, Série I de 1962-10-25.



6.2. Guarda 1980. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea.



6.3. Guarda 1990. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea.

-nor realizado pela Repartição Técnica, "[...]com vista ao nascimento de uma cidade satélite na zona.".³⁰

Os métodos de conceção e construção desta cidade satélite poderiam encaixar em alguns dos desígnios preconizados pela cidade-jardim do final do século XIX e início do século XX, de Howard, Uwin e Parker:³¹ Os terrenos para construção foram adquiridos abaixo do preço de mercado, localizados em terreno rural fora da cidade, de forma a combater a especulação fundiária e o aumento de rendas verificado no centro da cidade; os lotes de terreno destinavam-se a pessoas excluídas dos meios correntes de acesso à habitação, e vivendo segundo o município "...sem as indispensáveis condições de habitabilidade.". A (maiúscula) construção das habitações era feita pelos próprios moradores. O desenho da malha urbana consiste em ruas concêntricas com moradias unifamiliares dispostas ao longo das vias com seus jardins, aqui privados e não comunais, onde no centro é criado um espaço vocacionado para a comunidade, com uma escola primária e um pequeno largo ajardinado.³² Para os trabalhos de urbanização do terreno e para a construção de arruamentos e estrada municipal de acesso à EN16-7, foram canalizados pela autarquia financiamentos de participação estatal. Já o saneamento foi assegurado por uma fossa séptica coletiva, até que fosse concretizável a ligação ao sistema de esgotos junto ao Rio Diz.

Ao tornar a Urbanização do Pinheiro espaço-chave na resolução da questão habitacional, o município agiu independente das formalidades legais a que estava obrigado junto da Direcção de Urbanização. E foi à margem de pareceres negativos, que evidenciavam a incompatibilidade do Plano de Pormenor com as disposições do Plano Geral de Urbanização da Cidade, plano em apreciação pela Direcção de Urbanização, que o município *"...deliberou prosseguir os trabalhos, independentemente da resolução superior, dado que, no estado actual do problema não pode voltar-se atrás."*³³

Na Guarda, se por um lado a descentralização de competências do Estado para os Municípios deu-lhes competências e ferramentas para ampliar o seu património fundiário e definir a sua política de gestão e produção habitacional, por outro, e como se verá em seguida, limitou a sua atuação no controlo do desenvolvimento urbano. Essa limitação não foi independente da incapacidade de o município agir de forma integradora e, ausente de ambiguidades na organização espacial da cidade. A Urbanização da Quinta do Pinheiro foi um projeto que, entre outros, contribuiu para o desenvolvimento suburbano da Guarda.

³⁰Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1976) ', 21 de setembro de 1976, Câmara Municipal da Guarda.

³¹Peter Hall, 'The City in the Garden', em *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, 4.ª ed. (Oxford: Wiley-Blackwell, 2014), 90-148.

³²Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1976) ', 21 de setembro de 1976, Câmara Municipal da Guarda.

³³Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1976) ', 21 de setembro de 1976, Câmara Municipal da Guarda.

O planeamento da cidade, desenvolvimentismo e a ambivalência da gestão urbana (1974-1983).

"A Guarda cidade estava circunscrita, o sítio onde estamos, não existia. A área da Quinta dos Pelames e a Escola estavam isoladas e hoje estão integradas na cidade. Mesmo o que é hoje o mercado municipal e a central de camionagem não existiam, a Guarda terminava ali. Já foi sobre a minha presidência que estes equipamentos se criaram. Tentámos criar novas centralidades. E o aparecimento destes equipamentos, que nós fizemos, fizeram com que a cidade se estendesse um pouco desordenadamente, confesso. Isto não só por culpa da câmara, mas fundamentalmente por culpa da Direção Geral de Urbanização. Como sabe, antigamente não havia Planos Diretores, havia Planos Gerais de Urbanização. E esse Plano Geral de Urbanização, depois de estar concluído tinha de ser submetido à Direção Geral de Urbanização e ao Conselho Superior de Obras Públicas. Em 1973, salvo erro, é que este Plano Geral de Urbanização foi para Lisboa. E, curiosamente, em 1983-84, é que veio o Plano Geral de Urbanização, mas reprovado. No tempo que mediou entre 1976-77 e 1983-1984, o crescimento urbano da Guarda aconteceu, digamos que de, uma forma anárquica, conforme a vontade dos urbanizadores, dos técnicos urbanistas, e nós, às vezes, com tão poucos técnicos, com umas instalações da câmara que estavam espalhadas pela cidade... Era uma casa onde estava a sede do executivo e a secretaria e pouco mais, o resto, água, saneamento, e parte técnica e tudo, estava tudo espalhado pela cidade. Tínhamos poucos técnicos e portanto houve um crescimento um bocado desordenado da cidade. Confessemos hoje que a cidade já tem um aspeto mais acolhedor, um aspeto melhor, porque entretanto eu larguei esse plano, mas já estava esse prejuízo feito, e mandei fazer o Plano Diretor Municipal."³⁴

Abílio Aleixo Curto, 2016.

O discurso de Abílio Curto, acerca do ordenamento e/ou desordenamento da cidade na transição entre a década de 70 e 80, encerra em si mesmo algumas respostas sobre as dificuldades a que os recém-criados municípios democráticos estavam sujeitos. Os municípios tinham as suas competências alargadas pela Lei do Poder Local e pela Lei das Finanças Locais, o que lhes trouxe independência nas realizações e independência financeira. Mas, por outro lado, esse aumento de competências não foi acompanhado por um reforço técnico de meios, de métodos, e de instrumentos de trabalho, designadamente no que concerne ao planeamento urbano.

Na cidade da Guarda, o último plano de ordenamento com eficácia legal era o Antepiano de Urbanização de São Miguel da Guarda, realizado pelo Arquiteto João António de Aguiar. Tinham passado dez anos desde a sua aprovação em 1963, e vinte e cinco anos no que se refere ao Antepiano de Urbanização da Cidade em 1949. Na inexistência de instrumentos urbanísticos eficazes, a Comissão Administrativa da Guarda empreende

³⁴Abílio Curto, Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1976 a 1993, mp3, 14 de março de 2016.

esforços no sentido de ordenar o crescimento da cidade e concluir os trabalhos relativos ao novo Plano Geral de Urbanização da Cidade (PGU), plano cujos estudos foram iniciados antes da Revolução de Abril. Através das atividades da comissão, reportadas em atas, foi possível aferir as dificuldades encontradas na gestão do município e da cidade: a necessidade de um trabalho de infraestruturação básica e viária; a degradação de alguns equipamentos públicos, como foi o caso do Mercado Municipal, e a necessidade de construir novos; a urgência do problema habitacional; e ainda, a necessidade de controlar o crescimento urbano, agora motivado pela especulação fundiária, esta coadjuvada pelo capital de investimento das remessas de emigrantes o qual, no final da década de 70, compunha uma grande parte do rendimento das famílias do distrito.³⁵ E para responder a estas exigências, a Comissão, em matéria de ordenamento urbano, recorria à figura dos Planos de Pormenor, retribuindo aos diversos intervenientes no território do municipal, à iniciativa estatal e à iniciativa privada.

Os estudos para um novo Plano Geral de Urbanização da Guarda (PGU) tiveram início ainda durante os últimos anos da ditadura encabeçada por Marcelo Caetano. Enquadram-se num período em que há uma viragem da política económica autocrática em favor da liberalização económica e da integração europeia, com a adesão à European Free Trade Association (EFTA), e com o acordo comercial, realizado em 1972, com a Comunidade Económica Europeia (CEE). O marcelismo instaurou uma nova política económica e desenvolvimentista que procurava quebrar as barreiras à industrialização, ao investimento e competição externa, e foi introduzindo alguns progressos sociais, particularmente na distribuição de rendimento. Este quadro de crescimento económico e político dependeu de uma nova geração de políticos saídos de grandes grupos económicos, como a Companhia da União Fabril (CUF) e das universidades portuguesas.³⁶ Isto num momento em que, segundo Corkill, não se conseguem atingir os níveis europeus em matéria de planeamento e competência administrativa do Estado.³⁷

Neste período de alargamento económico e desenvolvimentista, a CUF, um dos maiores grupos económicos portugueses à data, manterá o seu interesse e apoio estatal aos projetos de investimento e obras públicas, assim como a projetos industriais, de onde se salienta o Projeto da área de Sines de 1971. Enquanto grupo económico nascido e desenvolvido dentro do regime corporativista, a CUF, cuja atividade estava centrada na indústria química, têxteis e construção naval, começa a expandir os seus serviços através do seu banco, Totta & Açores, e da sua seguradora Império. Com a modernização administrativa da empresa, nos anos 60, estendeu a sua capacidade de ação ao território nacional e incluiu atividades de consultadoria e estudos de mercado. Nasce daqui a Profabril - Centro de

³⁵Ver composição do rendimento das famílias por distrito em 1979 em: Boaventura de Sousa Santos, 'Estado e Sociedade na Semi-Periferia do Sistema Mundial: O Caso Português', *Análise Social* XXI, n.º 87-88-89 (1985), 881.

³⁶Fernando Rosas, 'O Marcelismo e a crise final do Estado Novo', em *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976*, Cursos livres de história contemporânea (Lisboa: Colibri : Fundação Mário Soares : Inst. História Contemporânea da Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova, 1999), 15-16.

³⁷David Corkill, 'O Desenvolvimento Económico Português no Fim do Estado Novo', em *A transição falhada : O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, ed. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (Lisboa: Notícias, 2004), 220.

Projectos, s.a.r.l., empresa fundada em 1963, parte do centro de projetos na área de engenharia, organização e consultadoria da CUF. E foi esta empresa que a Câmara Municipal da Guarda consultou, em 1972, para a realização do seu novo PGU.

O PGU da Guarda foi subscrito pelo Arquiteto Manuel Lança Cordeiro (1938-2000) e pelo Arquiteto Paisagista Álvaro Ponce Dentinho (1924-2014). Este último, parte da geração de arquitetos paisagistas que, juntamente com Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) e Gonçalo Ribeiro Telles desenvolvem trabalho no âmbito do ordenamento do território, em particular da Arquitetura Paisagística, no território nacional e ultramarino. De entre os seus trabalhos, destaca-se a participação no Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve, estudo realizado com os paisagistas António Viana Barreto e Duarte Frazão Castello-Branco.³⁸



6.4. PGU da Guarda, Ordenamento Urbano, Planta Geral, Arquivo Histórico da DGOTDU.

Nos anos anteriores à elaboração do plano tornou-se necessário intervir na reformulação da legislação sobre os solos e ordenamento do território. De entre a legislação promulgada, destaca-se a Lei dos Solos, Decreto-Lei n.º 576/70, que procura diminuir os custos com os terrenos para construção, garantindo a expropriação, com o objetivo de disponibilizar e incentivar o investimento privado, como foi o caso da Quinta do Pinheiro; o Decreto-Lei 166/70 sobre o licenciamento das intervenções urbanas; o Decreto-Lei 278/71 sobre o controlo das construções ilegais; o Decreto-Lei 560/71 sobre a obrigatoriedade das Câmaras Municipais promover Planos Gerais de Urbanização; o Decreto 561/71 sobre os requisitos dos Planos Gerais e Parciais de Urbanização e os Planos de Pormenor; e o Decreto

³⁸Sobre este estudo ver: Susana Luísa Mexia Lobo, 'Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia' (Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2013).

de Lei 289/73 que regula a intervenção das autoridades administrativas nas operações de loteamento.³⁹ Estes mecanismos jurídicos mantiveram-se, praticamente, até à década seguinte, e deles resultava uma profunda dependência dos municípios da administração central no controlo dos processos de loteamento e Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.⁴⁰

O novo Plano Geral de Urbanização da cidade será concluído em 1974. A 2 de julho de 1974, a Comissão decide colocar o plano em reclamação, considerando que "[era conveniente] *promover a sua aprovação no mais curto prazo dado que a tanto obriga a necessidade de disciplinar as construções na zona por ele abrangida, [...]*".⁴¹ O plano concebe a região e a cidade da Guarda como um centro de natural aptidão para distribuição, considerando as suas características geomorfológicas, designadas de "*unidades de paisagem*". Esta interpretação da paisagem, através da hierarquização de bacias hidrográficas e linhas de fecho, advém de conceitos já explorados no Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve, nomeadamente da "*noção de 'capacidade de uso da paisagem', [cujo] uso intrínseco e necessário para que se mantenha e desenvolva um desejado equilíbrio*".⁴² Segundo os autores do PGU da Guarda: "*A circunstância reclama o plano como aferidor direccional do vector socioeconómico, ajustamento necessário à dinâmica do processo de desenvolvimento vocacional dos sítios e é acordada na conjuntura, pela revelação humanizante*".⁴³

As propostas do plano devem ser entendidas dentro do otimismo do contexto político-económico do final da ditadura, refletindo a vontade de desenvolvimento dos caciques locais. Pese embora a incapacidade da autarquia em executar e financiar as propostas do plano, ele previa a implementação de uma universidade, albufeira, aeroporto, centro ferroviário e o crescimento de uma urbanização cuja densidade alta, média, baixa e rural, era complementada com uma estrutura verde e uma rede geral de caminhos pedonais, independente da circulação viária. Essencialmente, o plano estabelece normas para os zonamentos que propõe, tornando-se necessária a realização de planos e estudos a escalas superiores, segundo uma abordagem intrínseca e interligada entre: malha, unidade, célula e zona área.⁴⁴

³⁹Decreto-Lei n.º 576/70 - Diário do Governo n.º 273/1970, Série I de 1970-11-24; Decreto-Lei n.º 166/70 - Diário do Governo n.º 88/1970, Série I de 1970-04-15; Decreto-Lei n.º 278/71 - Diário do Governo n.º 146/1971, Série I de 1971-06-23; Decreto-Lei n.º 560/71 - Diário do Governo n.º 294/1971, Série I de 1971-12-17; Decreto n.º 561/71 - Diário do Governo n.º 294/1971, Série I de 1971-12-17; Decreto-Lei n.º 289/73 - Diário do Governo n.º 133/1973, Série I de 1973-06-06.

⁴⁰Carlos Silva, 'As determinantes económicas e Políticas do Planeamento Municipal em Portugal.', *Finisterra XXVIII*, n. 55-56 (1996): 34.

⁴¹'Actas da Sessão da Comissão Administrativa do Concelho da Guarda (1974)', 2 de julho de 1974, Câmara Municipal da Guarda.

⁴²Lobo, 'Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia', 1083; Manuel Cordeiro e Álvaro Dentinho, 'Relatório Geral - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 1974, 10, DGOTDU - SNIT.

⁴³Manuel Cordeiro e Álvaro Dentinho, 'Relatório Geral - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 7.

⁴⁴Manuel Cordeiro e Álvaro Dentinho, 'Normas Regulamentares - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 1974, DGOTDU - SNIT.

A demora na aprovação superior fez com que o PGU, sem eficácia legal, gerasse discrepâncias sobre a estratégia urbana a seguir no período pós-revolucionário. A resposta aos interesses locais fazia-se de forma ambígua, adotando-se a situação mais vantajosa para os interesses imediatos. Em 1986, os estudos do novo Plano Diretor Municipal (PDM) concluem o seguinte sobre o PGU:

*"Este Plano, que entretanto e à falta de revisão, ia sendo utilizado na gestão corrente, revelou-se totalmente inoperacional e incapaz de responder à situação do momento. Constituído por extensos volumes de análise, dificilmente consultável e assimilável, ele não serviu como instrumento de gestão urbanística por parte da Câmara e dos seus técnicos, alheios e um pouco perplexos perante as motivações do zonamento proposto. O facto de não estar aprovado mais não veio do que agravar as dificuldades existentes, levando os processos de loteamento a arrastar-se em demorado jogo de pingue-pongue entre a Câmara e o Planeamento Urbanístico, ao sabor de opiniões subjectivas e falta de clarificação das regras do jogo."*⁴⁵

Arquiteta Maria José Abrunhosa de Castro, 1985.

Decorrente das dificuldades de aprovação do plano por parte da administração central, das dificuldades técnicas da autarquia em implementar e executar as propostas do mesmo, por sua vez, coincidentes com aumento do crescimento urbano numa conjuntura económica adversa, a cidade começa a dar sinais claros de dispersão urbana e de falta de coordenação entre crescimento urbano e infraestruturas. A qualidade das novas zonas de expansão começa a ser questionada, não só pelos técnicos locais, mas também pelos munícipes, que reclamam obras de urbanização e melhores acessos aos seus bairros.⁴⁶

Nos primeiros anos da década de 80, e na necessidade de controlar o crescimento da cidade, a Câmara Municipal começa a agir no sentido de encontrar forma de rever o PGU. Em março de 1983 é realizado um seminário de debate em que, perante a nova legislação sobre planeamento, publicada em 1982, se decide pela realização do PDM, ao invés da revisão do PGU.⁴⁷

Para lá da necessidade de controlar o crescimento da cidade, era também urgente agir sobre o centro histórico da cidade. Em 1974, os estudos do PGU já alertavam para a situação em que o mesmo se encontrava: *"Apresenta no entanto evidentes sinais de degradação quer física (com grande número de edificações em péssimo estado de conservação, interior e exteriormente, mau tratamento e por vezes abandono dos espaços livres públicos); quer*

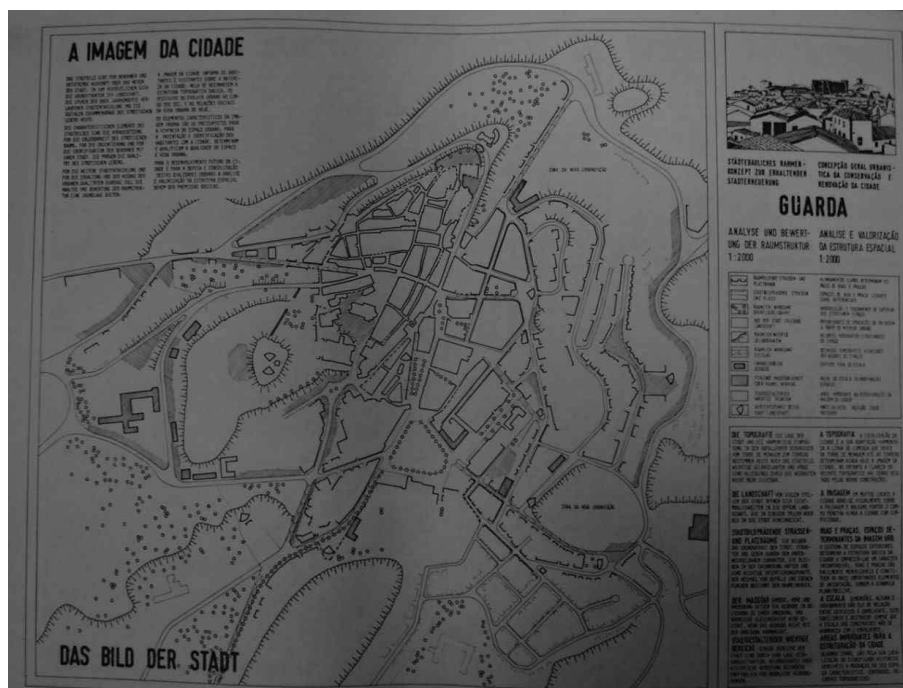
⁴⁵MEREC Guarda, 'Plano Director Municipal, Pasta Cidade, Perímetro Urbano: Preâmbulo', julho de 1985, 1, Câmara Municipal da Guarda.

⁴⁶Em 1982 os moradores do Bairro da Luz reclamam as obras de urbanização do bairro, as quais não haviam sido realizadas pelo loteador. 'Actas da Sessão de Câmara (1982)', 8 de julho de 1982, Câmara Municipal da Guarda; *"Os novos bairros requerem também a abertura de acessos, para a Quinta dos Bentos, Quinta do Pinheiro, Quinta da Malmendra e Bairro da Nossa Senhora dos Remédios (...)"* Maria Neto, 'A toponímia da cidade da Guarda e a construção da memória pública no século XX' (Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, Universidade Aberta, 2011), 57.

⁴⁷ MEREC Guarda, 'Plano Director Municipal, Pasta Cidade, Perímetro Urbano: Preâmbulo'.

social (expressa em elevadas taxas de densidade, numa sobreposição excessiva, para condições mínimas de habitabilidade que deveriam exigir-se); quer ainda estéticas (pelo pouco cuidado havido de integração nas características da zona, de alguns edifícios construídos ou reconstruídos).⁴⁸

Em 1981, a Câmara Municipal da Guarda promove o seminário «Vida Nova nos Velhos Centros», com o apoio da Fundação Antero de Quental, entidade de apoio aos autarcas socialistas. Com a presença de arquitetos de referência, como Nuno Portas, cuja comunicação se debruça sobre as regras para a recuperação dos centros históricos, é sugerido à Câmara Municipal que forneça apoio técnico aos munícipes, quer na disponibilização de projetos, quer na execução de obras exemplificativas das melhores metodologias construtivas a adotar.⁴⁹ Em consequência deste seminário, a Fundação Antero de Quental e a congénere alemã, Friedrich-Erbert, com apoio do engenheiro Hans Jürgen Franke, do Centro de Estudos Municipais e de Acção Regional de Lisboa (CEMAR), desenvolvem um acordo para que três estudantes de arquitetura da Universidade Técnica da Renânia do Norte-Vestefália, em Aachen, na Alemanha, realizem a sua tese de licenciatura.⁵⁰



6.5. «Concepção Geral do Desenvolvimento da Capital do Distrito Guarda» - "A Imagem da Cidade", Câmara Municipal da Guarda.

⁴⁸Manuel Cordeiro e Álvaro Dentinho, 'Normas Regulamentares - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 12.

⁴⁹Nuno Portas, 'Velhos Centros Vida Nova 1981', em *Os Tempos das Formas vol.1 A Cidade Feita e Rarefeita*, 1.ª ed., vol. 1, 2 vols. (Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005), 155-70. Posterior à realização deste congresso a comunicação de Portas foi publicada em artigo nos Cadernos Municipais (Fundação Antero de Quental), n.º6, Maio de 1981.

⁵⁰Maria José Abrunhosa de Castro, 'Recuperação Urbana no Centro Histórico da Guarda(1980/1990)', *Sociedade e Território*, n.º 14/15 (1991): 36-37.

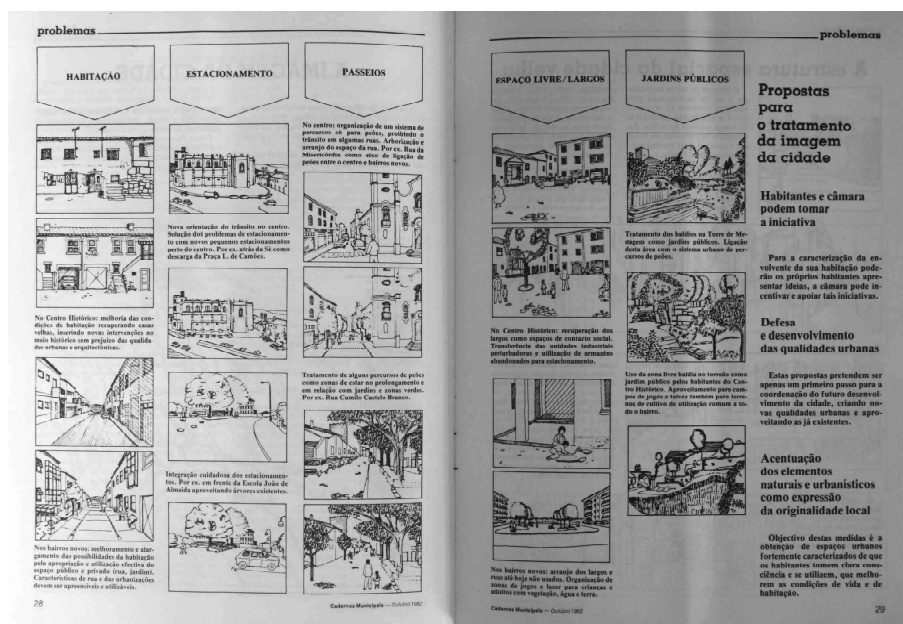
Este estudo, designado de «*Concepção Geral do Desenvolvimento da Capital do Distrito Guarda*», é contundente no diagnóstico e abordagem propositiva à cidade assente em três níveis: a cidade global, o núcleo urbano central, o centro histórico.⁵¹ Por intermédio de plantas, desenhos e fotografias da paisagem urbana da cidade em perfil, os alunos apresentam as principais ameaças à cidade: o desenvolvimento de núcleos de dispersão urbana, que afetam a estrutura ecológica existente; o surgimento de edifícios em altura, no núcleo central da cidade, cuja implantação em encosta desqualifica a imagem e perfil de uma cidade montanhosa; e a degradação do centro histórico, agora também agravada pela sua incapacidade de absorver o aumento do trânsito automóvel. Em resposta a esta avaliação, foram igualmente expostas três premissas: a conservação da estrutura e características da paisagem, nomeadamente na manutenção das linhas de cumeada, assegurando a sua imagem de cidade de montanha; a valorização da paisagem da cidade a partir da contenção urbana, densificando novas zonas de expansão e salvaguardando núcleos de interesse histórico, como a Póvoa do Mileu, e a definição de um sistema viário lógico, complementado por um sistema de transportes. Estas premissas compreendem ainda dois modelos de desenvolvimento, assentes num crescimento nuclear entre a cidade, Póvoa do Mileu e a estação, ou num crescimento linear efectuado no mesmo sentido. Do estudo sobre a "*Imagem da Cidade*", os alunos alemães salientam a necessidade de ter, na topografia e paisagem, as bases para a integração de novas construções, a reorganização viária; a valorização, a criação e acentuação dos espaços urbanos "*como expressão da originalidade local*". Para o centro histórico apontam-se ainda cinco ideias, posteriormente publicadas nos Cadernos Municipais, revista da Fundação Antero de Quental: "*a conservação e melhoramento das habitações pela recuperação, conservação da estrutura social; impedimento de uma nova perda de significado com a construção de novas habitações e instalações centrais; solucionar o problema do tráfego (...); melhoramento do espaço livre e do ambiente; criação de novas zonas verdes públicas e novos equipamentos sociais; conservar a imagem da cidade e recozer cuidadosamente a estrutura urbana.*"⁵²

A partir do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da Guarda, e depois pelo Gabinete Técnico Local (GTL), que culmina no Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Cidade, apoiado pelas conclusões dos alunos da Universidade de Aachen, surgem as linhas orientadoras para a regulamentação que, em meados dos anos 80, no âmbito dos estudos do PDM, ditarão as regras de intervenção no centro histórico.⁵³ Nos anos seguintes a este estudo, a ação da Câmara Municipal sobre o centro histórico será auxiliada pelo projeto MEREC da USAID.

⁵¹Rainer Dörter, Frank Samol-Rojek, e Hans-J Stromenger, 'Konzept zur städteumldebaulichen Entwicklung der Distrikthauptstadt Guarda / Portugal | Concepção do Desenvolvimento Urbano da Capital do Distrito da Guarda' (Prova Final de Licenciatura orientada por G. Gourdes, Aachen, Universidade Técnica de Aachen, 1982).

⁵²Guarda: Uma concepção de desenvolvimento urbano', *Cadernos Municipais*, outubro de 1986.

⁵³MEREC Guarda, 'Plano Director Municipal: Guarda Centro Histórico - Regulamento.', julho de 1986, Câmara Municipal da Guarda.



6.6. 'Guarda: Uma Concepção de Desenvolvimento Urbano'. *Cadernos Municipais*, outubro de 1986, 28-29.

*MEREC-GUARDA: Um projeto-piloto sobre energia e gestão eficiente de recursos durante a construção da democracia Portuguesa.*⁵⁴

O projeto-piloto *Managing Energy and Resource Efficient Cities* (MEREC), criado pela *United States Agency for International Development* (USAID/AID) e a *Tennessee Valley Authority* (TVA), surge na Guarda num momento em que Portugal, recentemente saído da revolução de abril, enfrentava uma grande instabilidade económica e política, e recebia apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI). De 1983 a 1986, o MEREC implementou na cidade da Guarda um processo de planeamento abrangente que envolveu a Câmara Municipal, as recém-criadas Comissões de Coordenação, a Administração Central do Estado, as Universidades Portuguesas e consultores privados. Deste processo resultou um trabalho de identificação e colmatação de vários problemas na cidade, relacionados com a gestão de recursos (abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos); gestão urbana; uso de materiais autóctones na construção; PDM; campanhas de sensibilização e investimento na pesquisa e utilização de novas tecnologias.

Realizado entre 1981 e 1987, o programa MEREC foi um projeto-piloto criado para responder às preocupações recentes e às consequências desencadeadas pela crise petrolífera de 1970. Quer isto dizer que o programa tinha como objetivo dar resposta ao crescimento das exigências urbanas no âmbito da escassez energética e recursos naturais, e era dirigido para

⁵⁴Cátia Ramos, Mauro Couceiro, e Nelson Brito, 'MEREC-Guarda: an Energy and Resource Efficiency Process Undermined by the Early Stages of a Democratic Setting', em *History, Urbanism, Resilience, Historical Perspectives*, vol. 5 (International Planning History Society Proceedings, 17th IPHS Conference, History-Urbanism-Resilience, TU Delft: TU Delft, 2016), 81-94. Nesta secção e seguintes optei por incluir e expandir a investigação realizada e as conclusões apresentadas no artigo e comunicação realizada no Congresso da *International Planning History Society*, IPHS 2016.

países em vias de desenvolvimento.⁵⁵ O desenho do MEREC foi inspirado no trabalho do planeador regional e teórico de sistemas Richard L. Meier. Na sua publicação *"Planning for an Urban World. The Design of Resource Conservative Cities"*, Meier dedica-se à procura de justiça social e urbana conseguida por intermédio de soluções técnico-científicas.⁵⁶ O técnico norte-americano desenvolveu um trabalho centrado no estudo do ambiente, energia e escassez de recursos, procurando entender como a energia e recursos interagem na cidade.⁵⁷ Contratado pela AID, *Meier et al* redigiu um relatório chamado *"Urban Ecosystem and Resource - Conserving Urbanism in Third World Cities"*. A investigação era dirigida para o desenvolvimento de políticas para a conservação de energia, para o desenho de melhores infraestruturas, examinando a resiliência das cidades a potenciais crises e impactos da escassez e disponibilidade de recursos. O trabalho focou-se nas áreas metropolitanas porque, segundo os seus autores, eram as mais dependentes em recursos e energia, mas também porque a resiliência das grandes cidades a elevados níveis de urbanização e consumo dependia da existência e melhoria mútua das relações entre as cidades e os seus fornecedores.⁵⁸ Deste relatório saíram recomendações diretas para a análise dos ecossistemas urbanos, sugestões que se tornaram parte do projeto MEREC.⁵⁹ Estavam orientadas para a importância da transferência de informação e conhecimento sobre recursos e energia; a promoção de projetos de biomassa; a integração da produção agrícola na proximidade dos territórios urbanos; a promoção de meios de transportes alternativos; a criação de sinergias entre instituições e financiamento com o objetivo de poupar combustíveis, comida e água; facilitar o uso de tecnologias que atuem para a eficiência de recursos, e, finalmente recorrer a investigação avançada para ultrapassar ineficiências energéticas, reveladas pela análise dos ecossistemas urbanos.⁶⁰

Embora o cerne destes estudos fosse dirigido às áreas metropolitanas, os estudos do projeto MEREC concluíram que *"smaller cities offered opportunities to build energy and resource efficiency that were in early stages of formation."*⁶¹ Cidades pequenas, médias ou secundárias apresentavam-se como um território fértil para ajustar ineficiências de recursos, permitindo adotar medidas mais modestas, com uma maior economia de meios, e onde o contexto institucional é habitualmente mais flexível e capaz de responder de uma forma mais

⁵⁵Avrom Bendavid-Val, *More with less : managing energy and resource efficient cities* (USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987).

⁵⁶Richard L. Meier, *Planning For an Urban World: The Design of Resource-Conserving Cities*. (Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1974).

⁵⁷"Only in the highly organized, carefully designed, and globally interconnected metropolises does any hope exist for coping successfully with prospective resource scarcities. Cities must diversify activities, acquire new competencies, preserve knowledge, and accumulate structure in dimensions and directions that are only becoming evident. In the long run they should be able to provide the stable natural environment within which the further evolution of living species, including man, will be accelerated." Ibid., 9.

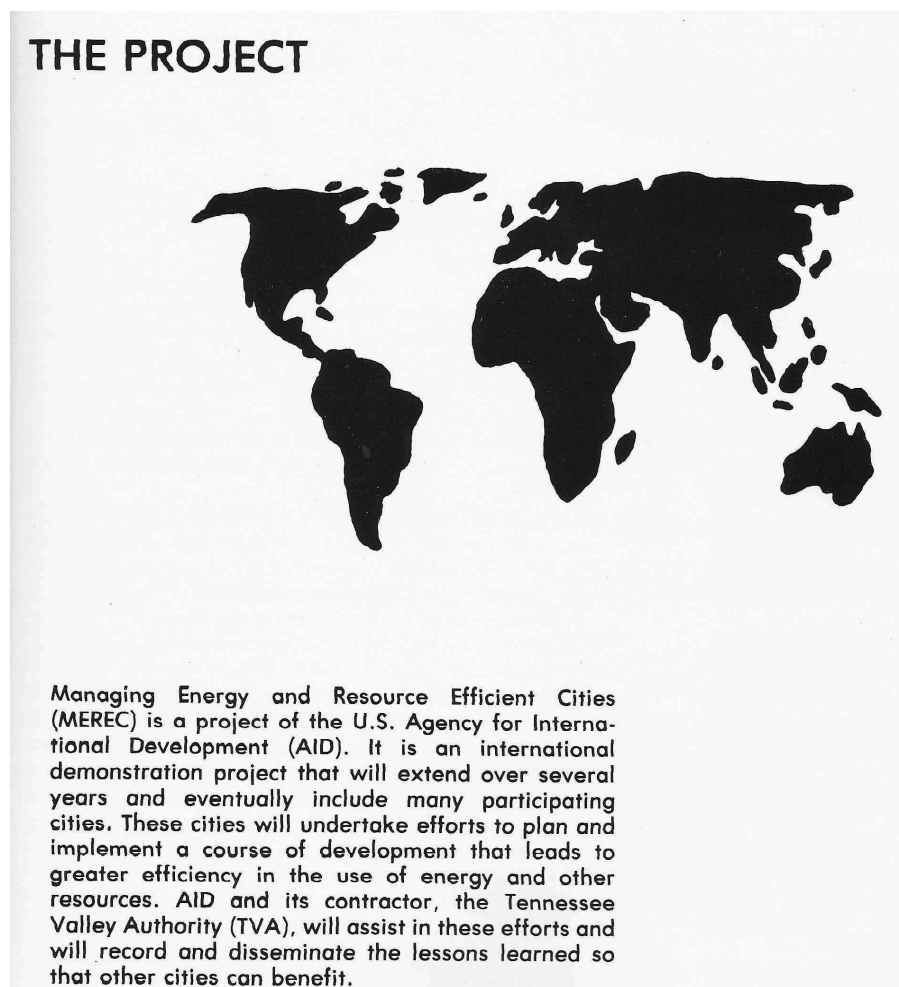
⁵⁸Richard L. Meier et al., 'Urban Ecosystem and Resource - Conserving Urbanism in Third World Cities' (Energy and Environment Division of Lawrence Berkeley Laboratory and Institute for Urban and Regional Development at UC Berkeley. Contract No. WWI0003-2-79., março de 1981), 5-6. Os investigadores analisaram as cidades de Seul, Hong Kong, Manila, Cidade do México e Osaka.

⁵⁹Ibid., 8.; Ver também: Eric Chetwynd Jr. e William Miner, *Pioneering in International Urban Development: Creating USAID Policies and Programs 1970-1982: A Case Driven History of the of Urban Development, U.S. Agency for International Development*, 1.ª edição (edição dos autores, 2017).

⁶⁰Meier et al., 'Urban Ecosystem and Resource - Conserving Urbanism in Third World Cities', 6-7.

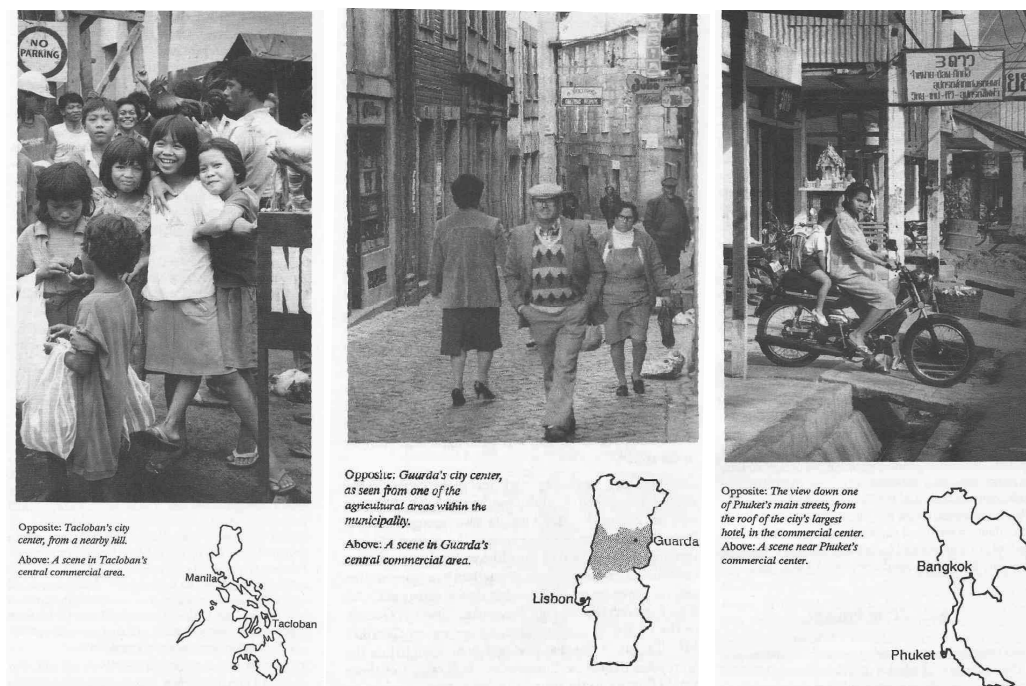
⁶¹Bendavid-Val, *More with less : managing energy and resource efficient cities*, 1.

rápida e fácil a preocupações energéticas.⁶² Foi segundo estas premissas que se desenvolveu uma abordagem assente numa investigação em ação, isto é, em projetos de demonstração em cidades médias. Depois de um primeiro teste piloto em Tacloban, nas Filipinas, seguiu-se Pukhet, na Tailândia, e a cidade da Guarda, em Portugal. Foi em 1983 que a USAID e a TVA assinaram um acordo para um projeto financiado com a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCR-C) de modo a implementarem a demonstração do projeto MEREC na Guarda.



6.7. Brochura do Projeto: AID, Bureau for Science and Technology. 'MEREC: Managing Energy and Resource Efficient Cities', outubro 1982, 1

⁶²Bendavid-Val, *More with less : managing energy and resource efficient cities*, 1-2. O MEREC foi implementado em cidades cuja população varia entre 40 000 e 100 000 habitantes.



6.8. Bendavid-Val, Avrom. *More with less : managing energy and resource efficient cities*. USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987, 5,43,67.

Enquanto à USAID coube o apoio técnico e financeiro, à TVA coube a assistência técnica e a coordenação do projeto. O processo de planeamento do MEREC envolveu a administração local, as câmaras municipais, a administração regional e central, as universidades portuguesas e consultores privados numa estratégia de setores urbanos e recursos, acompanhada de um plano de ação que englobava preocupações com a gestão e eficiência energética. Em 1986, a Arquitecta Maria José Abrunhosa de Castro destacava os projetos e os resultados obtidos com o programa: seis projetos de barragens de uso múltiplo; seis projetos do setor da água e saneamento, que pretendiam resolver os problemas de abastecimento de água à cidade, construindo uma rede de abastecimento de água eficiente; normas técnicas destinadas a aumentar a conservação energética em edifícios, estimulando o uso de materiais locais (madeira e granito), e a conclusão dos estudos preliminares do PDM, que mesmo antes de ser aprovado tornou-se numa ferramenta para a gestão urbana, conferindo uma maior autonomia local em matéria de planeamento.⁶³

Estas iniciativas de desenvolvimento, nomeadamente o MEREC, construídas por organizações como a USAID e a TVA, estão embebidas numa ideologia de engenharia social

⁶³Maria José Abrunhosa de Castro, 'Projecto Mereg: Guarda Cidade Piloto', *Oppidana: Boletim Municipal*, novembro de 1986, Ano 1 n.º 0 edição Câmara Municipal da Guarda, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço. Maria José Abrunhosa de Castro (1949-1999) formou-se em arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), em 1976. Foi técnica da Câmara Municipal da Guarda até 1989, exercendo atividade enquanto profissional liberal após essa data. No âmbito do seu trabalho no município, foi coordenadora da equipa do setor de planeamento e co-coordenadora do setor da construção civil do MEREC. Irá desempenhar um papel central na execução de instrumentos de planeamento na cidade da Guarda, nomeadamente no Plano Diretor Municipal. O seu percurso profissional, pensamento crítico sobre o crescimento urbano da Guarda será debatido de forma mais ampla no capítulo seguinte. Ao longo deste capítulo é sobejamente referenciada em virtude do seu papel dentro do projeto MEREC, devido à produção científica que apresenta sobre os resultados do projeto e, em particular, como o processo de gestão e planeamento urbano foi empreendido na Guarda.

modernista, preocupada em desenhar uma vida social ausente de fricções.⁶⁴ A TVA foi um marco no planeamento do New Deal de Theodore Roosevelt e uma resposta à Grande Depressão. Esta nasceu de um ambicioso projeto de planeamento que tinha como objetivo melhorar a vida das pessoas que habitavam o Vale do Tennessee. A construção de barragens, para evitar inundações e a geração de energia, é um dos projetos mais reconhecíveis. Até 1936 foi uma referência no planeamento regional, promovendo democracia de base, '*grass root democracy*', mas os propósitos que estiveram na base da criação TVA modificaram-se. A partir de 1940, a TVA torna-se uma agência para a energia dos Estados Unidos, cuja influência se estendeu para lá da política interna americana. Não obstante, constitui-se uma referência para a reconstrução europeia do Pós-Guerra e, posteriormente, para os países em desenvolvimento.⁶⁵ Já a USAID surge em 1961, durante a presidência Kennedy, como uma agência que se destina ao desenvolvimento económico externo. Estas agências, criadas dentro de um ambiente democrático, assumem fins directamente relacionáveis com os valores de uma democracia liberal estável.⁶⁶ Os programas e projetos sociais e económicos desenvolvidos em diversos países destinam-se a encorajar a democracia. Tal significa que as visões preconizadas por estas instituições encontraram terreno fértil em crises económicas e de poder, em guerra e revoluções.⁶⁷ É de salientar que, durante a Guerra Fria, serão sobretudo as nações situadas no hemisfério Sul o alvo deste aliciamento bipolar, entre capitalismo ocidental e o socialismo de leste. No caso das sociedades ocidentais, assiste-se a uma tomada de consciência dos diversos impactos, entre os quais os geográficos e ambientais, de grandes aglomerações urbanas do hemisfério Sul. Veja-se o caso de Charles Abrams e os estudos já referidos de Richard L. Meier.⁶⁸

Regressando ao MEREC, não é por acaso que este programa se desenvolve nos anos 80 nas Filipinas, uma ex-colónia dos EUA; na Tailândia, neste momento sob uma ditadura militar; e em Portugal, que, após uma revolução, vivia agora em democracia. Em plena Guerra Fria, à medida que Portugal assinava simultaneamente acordos com o antigo bloco de Leste e com o Ocidente, a influência militar norte-americana e a presença de diplomatas e instituições como a USAID eram vistas como uma forma de mitigar a chamada ameaça vermelha.⁶⁹ Uma exposição sobre a situação política portuguesa e do que significava a entrada deste tipo de projetos em Portugal é apontada pelo consultor privado do projeto MEREC, o Arquiteto Camilo Cortesão:

"Este projeto claramente foi um projecto com intuítos políticos. A minha ideia, contrapondo com a ideia verde é que o projeto não tinha nenhuns intuítos

⁶⁴Scott, *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*, 90.

⁶⁵Scott, 'High Modernist Social Engineering: The Case of Tennessee Valley Authority'; Peter Hall, 'The City in the Region (The TVA)', em *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*, 4.ª ed. (Oxford: Wiley-Blackwell, 2014), 183-88.

⁶⁶Timothy Mitchell, 'The Object of Development', em *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity* (Berkeley: University of California Press, 2002), 209-43. Mitchell argumenta sobre o papel da USAID na transformação económica, agrícola e cadastral egípcia.

⁶⁷Scott, 'High Modernist Social Engineering: The Case of Tennessee Valley Authority', 9.

⁶⁸Sobre o arquiteto Charles Abrams, a questão urbana e o equilíbrio estratégico do Pós-Guerra ver: Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 24-25.

⁶⁹Ferreira, *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*, vol. VIII, 140-48.

*progressistas. Ou seja, este projeto é um projeto americano que era liderado pela equipa do Médio Oriente, porque não havia equipas para a Europa, de uma instituição que depois veio a ter relações com a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, mas isto foi muito antes disso. E pura e simplesmente, no fundo tinha a ver com aquela política que vinha da Guerra-Fria, em que os americanos traziam técnicos para os países para impedir que os locais tomassem na mão coisas que lhes interessassem menos. Não sei se me estou a fazer entender. E por isso, é muito engraçado, que era o grupo do Médio Oriente, porque para a Europa isso já não interessava, já estava pacificada há muito tempo, portanto não há que esconder que o MEREC não pode ser separado da chamada política Carlucci, do tempo em que havia algum medo americano que Portugal caísse para o outro lado da Europa.*⁷⁰

Arquitecto Camilo Cortesão, 2016.

A assinatura do acordo entre a USAID e a CCR-C tem lugar numa altura em que Portugal estava prestes a concluir uma década de democracia, e procurava novas formas e meios de desenvolver o seu presente democrático, num contexto de acentuadas mudanças sociais, políticas, económicas e institucionais.⁷¹ Mas neste momento, em determinados aspetos, Portugal já não se podia considerar como um país em desenvolvimento, ao contrário dos outros países recipientes do projeto. Em 1985, Boaventura Sousa Santos argumenta que Portugal se encontrava entre os indicadores que estabeleciam as diferenças entre países designados do primeiro e do terceiro mundo, caracterizando a sociedade portuguesa como semiperiférica. Os níveis de reprodução social e as práticas sociais do consumo eram superiores aos níveis de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista.⁷² Para isto contribuiu a fraca industrialização do país, deixada pela ditadura, construída numa relação assimétrica entre uma linha de costa, construída de Porto a Setúbal, e as demais regiões, as quais, se não providenciavam matéria-prima, estavam encerradas em si mesmas. Energeticamente, poder-se-á dizer que Portugal correspondia com os objetivos do MEREC,

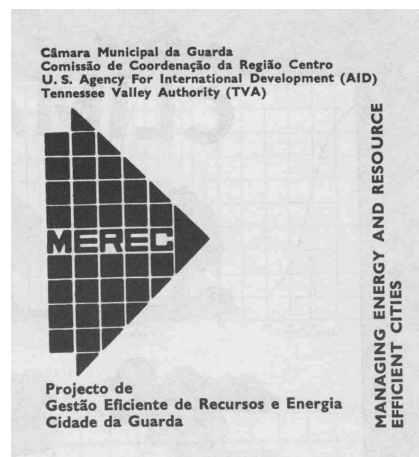
⁷⁰Camilo Cortesão, Entrevista a Camilo Cortesão, Arquiteto e Consultor Privado do Projeto MEREC, mp3, 15 de fevereiro de 2016.

⁷¹Instituídas em 1969 as Comissões de Planeamento Regional (CPR) eram um organismo estatal cujo objetivo era o de elaborar estudos e decidir relativamente ao planeamento e desenvolvimento das regiões. Em 1974, após a Revolução, é criado o poder local democrático e as CPR passam a designar-se de Comissões de Coordenação Regional (CCR), atuando em cinco áreas de intervenção geográfica. Em 1979, o apoio às autarquias locais passou a fazer parte das atribuições das CCR, cuja missão até então era caracterizada por uma dimensão consultiva e de acompanhamento dos planos de desenvolvimento regional. Ver Decreto-Lei 494/79 de 21 de dezembro. É neste contexto que nascem os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), instituídos pelo Decreto-Lei 58/79 de 29 de março. Nele é referido: "*como tarefa prioritária e urgente, a institucionalização de serviços, como os GAT, que prestem apoio técnico e de gestão às autarquias locais, a fim de que estas possam fazer face às novas responsabilidades, consolidando a autonomia do poder local que a Constituição prescreve e a democracia exige.*"

⁷²Sousa Santos, «Estado e sociedade na semi-periferia do sistema mundial», 869-879, 876-878.

uma vez que era ainda um país em vias de desenvolvimento, assente em baixos níveis de energia *per capita*.⁷³

Pode-se olhar para o programa MEREC, como Scott argumenta, como uma primeira fase de um processo de alto-modernismo, que cria uma representação de ordem e eficiência e que, trabalhando numa pequena escala, em cidades médias, miniaturiza uma ordem dada, neste caso a dos recursos endógenos e eficiência energética.⁷⁴ Porém, o MEREC, mesmo depois de uma experiência piloto em Tachoban, seguida de Pukhet e Guarda, não sobreviveu de forma a se tornar numa política racional de planeamento, como se verá. Ele representa um processo local que, como Mitchel reforça, é em si mesmo uma performance local que revela os *"efforts, encounters, and struggles in which the nation and its modern identity are staged and performed."*⁷⁵ E isto tem a ver com três aspetos. Primeiro, o desenho do projeto MEREC não incorporava um grande e vasto conjunto de exercícios técnicos. Como o Arquiteto Camilo Cortesão refere, não possuía grandes intuítos progressistas e as respostas nem sempre estavam adequadas à realidade nacional. Eram dependentes do envolvimento de um vasto conjunto de atores políticos. E a interação entre estes atores, como se verá para a Guarda, nem sempre foi bem-sucedida. Segundo, o projeto tinha constrangimentos ao nível de prazos e financiamento, terminando após os três anos definidos pela USAID. Além disso, apenas foram observados e alvo de propostas de planeamento propostos somente os próprios países onde a USAID intervinha. Por fim, o MEREC terminou assim que a crise petrolífera terminou. Em 1987, a oportunidade para o MEREC atingir outra escala foi enfraquecida pelas restrições do orçamento interno da USAID, assim como pela reestruturação interna dos seus departamentos.⁷⁶



6.9. "A MEREC sticker used widely during the demonstration in Guarda to help publicize MEREC activities and their messages." Bendavid-Val, Avrom. 'More with less : managing energy and resource efficient cities'. USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987, 49.

⁷³Sofia Henriques, 'Energy Transitions, Economic Growth and Structural Change Portugal in a Long-Run Comparative Perspective' (Lund University, 2011), 202..

⁷⁴Scott, *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*, 223-60.

⁷⁵Timothy Mitchell, *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*, (Berkeley: University of California Press, 2002), 183.

⁷⁶Eric Chetwynd, Entrevista a Eric Chetwynd, Planeador Regional e Ex-Diretor Office for Rural and Institutional Development Bureau for Science and Technology USAID, MEREC., mp3, 17 de outubro de 2012.

MEREC-GUARDA: Sobre Descentralização, Gestão Urbana e Planeamento.

O MEREC veio para Portugal devido ao interesse do Professor Doutor Manuel Porto que, entre 1976 e 1989, foi presidente da CCR-C. Depois de uma visita à TVA, Manuel Porto considerou o projeto MEREC como uma abordagem e ferramenta para o desenvolvimento regional.⁷⁷ Ele acreditava que, fortalecendo os municípios dando-lhes competências e capacidades para trabalharem juntos, conseguiriam obter maiores responsabilidades no crescimento social e económico das suas regiões, uma vez que são os municípios os órgãos capazes de expressar melhor os seus anseios.⁷⁸ Consequentemente, isto conduziria a uma descentralização do poder do estado e das suas capacidades técnicas. Também o interesse da autarquia pelo projeto, manifestado pelo presidente da câmara Abílio Curto, foi decisivo numa fase em que, como já referido, todos os municípios estavam embrenhados em consolidar os seus papéis, procurando alargar as competências atribuídas pela lei de 1977.⁷⁹ Em entrevista, Abílio Curto reforça o papel pioneiro do projeto MEREC e como ele trouxe vários níveis da governança para a mesa.⁸⁰ Em 1983, o MEREC construiu um comité diretivo com os agentes do governo central, regional e local, a par com as universidades portuguesas (Porto e Coimbra) e outros consultores privados. Estes grupo de agentes ficou entregue a um processo de planeamento que, centrado nas questões da conservação energética, podia avançar a descentralização de capacidades técnicas e de poder para níveis inferiores de governança, ao mesmo tempo que, *"It shows the central importance of this planning process, and the way in which planning not only attracts funding from outsider sources but assures the best use of those funds for improving the quality of urban life."*⁸¹

De facto, o que contribuía para uma tão encorajadora conclusão por parte da equipa de consultores dos EUA, foi o processo de três anos, desenvolvido entre 1983 e 1986, que criou um quadro de trabalho assente em vários patamares que examinavam as oportunidades num âmbito local e regional. Isto foi conseguido graças ao modo como o projeto fortaleceu o município com recursos técnicos. João Rebelo, engenheiro e coordenador regional do MEREC, não deixa de frisar o carácter frágil das estruturas autárquicas que, como referido, careciam de técnicos qualificados nos mais variados domínios.⁸² Num artigo chamado *"Gestão e Planeamento de Recursos a Nível Local: o caso do projecto MEREC"*, Rebelo explica a metodologia de trabalho do MEREC aplicada ao caso da Guarda, e a proposta de expansão para outras cidades portuguesas da Região Centro após a saída da USAID de Portugal. Rebelo assinala os aspectos positivos do trabalho: *"Conhecimento (levantamento)*

⁷⁷Eric Chetwynd e William Miner, *Pioneering in International Urban Development: Creating USAID Policies and Programs 1970-1982* (Pittsboro, NC, 2018), 213.

⁷⁸Manuel Porto, 'A adesão à CEE: implicações para a política de desenvolvimento regional em Portugal', *Separata do Boletim da Faculdade de Direito: Adesão à Comunidade Europeia; Portugal, Desenvolvimento Regional*, 1983, 18-21.

⁷⁹Diário da República, 'Lei 79/77 - Atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos', Pub. L. No. 79/77 (1977).

⁸⁰Curto, Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1976 a 1993, mp3, 14 de março de 2016. Durante a implementação do projeto Abílio Curto foi o Coordenador Local do projeto MEREC.

⁸¹Bendavid-Val, *More with less: managing energy and resource efficient cities*, 57.

⁸²João Rebelo, Entrevista a João Rebelo, Engenheiro e Coordenador Regional do Projeto MEREC, mp3, 10 de agosto de 2012.

da situação e dos recursos disponíveis; clarificação e definição de responsabilidades; Coordenação e articulação entre os vários níveis da administração, instituições de investigação e iniciativa privada; Demonstração acção pedagógica e formativa sobre os vários intervenientes; Aperfeiçoamento da administração/gestão municipal; Difusão de informação; Institucionalização de métodos; Procura dos meios de financiamento necessários."⁸³ Contudo, Rebelo estava ciente das dificuldades que enfrentava uma estratégia de planeamento regional em Portugal. Primeiro, o país estava na cauda da Europa no que se refere às mudanças estruturais, económicas, sociais e políticas que sucederam após a II Guerra Mundial. Para ele, estas mudanças só tiveram lugar quando Portugal assinou o acordo com a CEE em 1977. Segundo, faltava a Portugal um *"...projecto coerente de formação para os vários intervenientes no processo de planeamento e desenvolvimento regional e local."*⁸⁴ O projeto MEREC acabou por expor os obstáculos à gestão urbana: no cruzamento da informação e no diálogo entre vários departamentos da gestão autárquica, assim como na comunicação entre a administração local e central. Em terceiro, o MEREC acabou por evidenciar a necessidade da discussão, e de como através desta se podiam avaliar problemas, oportunidades, clarificar conceitos, desenvolver estratégias, e como se podia efectuar uma descentralização das capacidades técnicas. Para que a administração local tivesse possibilidade em gerir e implementar planos, era crucial que os meios técnicos existissem. Mas, com estruturas técnicas deficientes, a administração dependia totalmente da disponibilidade dos fundos da administração central e regional para o estabelecimento dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT). Quando os apoios para a manutenção destas estruturas técnicas terminavam, os técnicos deixavam a cidade, inviabilizando a transferência de conhecimentos sobre os recursos locais.

Através do MEREC, a Guarda adquiriu capacidades no desenvolvimento estratégico, desenho e gestão urbana, e o Plano Director Municipal (PDM) tornou-se numa ferramenta essencial para a realização de projetos que destacassem a conservação e salvaguarda de recursos. Eric Chetwynd, planeador regional da USAID, diz que a Guarda foi dos melhores exemplos no que tocou à importância atribuída ao planeamento, ao uso do solo e à conservação de recursos. Quando questionado sobre as razões da inclusão do PDM na estratégia de recursos, Chetwynd explica: *"Because land use is cross-cutting, affects most of the other sectors. [...] including energy and resource conservation."*⁸⁵ A conclusão que consta na publicação sobre este projeto, salienta que, a partir dos estudos direccionados para o PDM, foi possível atingir *"a major step in gaining control over the use of the urban land resource and managing it for its highest and best use."*⁸⁶

A realização dos estudos do PDM da Guarda pelo MEREC construía-se concomitantemente com os objetivos e as iniciativas estatais nessa matéria. Se a legislação sobre matéria de planeamento havia sido revista no início da década de 70, no início de 80 ela

⁸³João Rebelo, 'Gestão e Planeamento de Recursos a Nível Local: o caso do projecto MEREC', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26 (1988): 223,225.

⁸⁴Ibid., 226.

⁸⁵Chetwynd, Entrevista a Eric Chetwynd, Planeador Regional e Ex-Diretor do Office for Rural and Institutional Development Bureau for Science and Technology USAID, MEREC.

⁸⁶Bendavid-Val, *More with less : managing energy and resource efficient cities*, 57.

será reavaliada com a legislação sobre os PDM, cujo processo havia sido desencadeado, em grande medida, pelo Arquiteto Nuno Portas.⁸⁷ Portas entendia que era necessário proceder a uma descentralização técnica dos serviços, que pudessem defender os interesses destas populações *in-loco*, longe do imobilismo que, até 1974, marcou a ação das autarquias, dependente dos caciques locais e da administração central.⁸⁸ Sob este entendimento, será responsável pelo estímulo à criação dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), desenvolvendo e implementando o Serviço de Ambulatório e Apoio Local (SAAL) e desencadeando o processo que acarretou a adoção dos PDM, enquanto instrumentos de planeamento e organização do território.

Em 1989, Maria José Abrunhosa de Castro, arquiteta da Câmara Municipal da Guarda, Adjunta de Coordenação do Projeto MEREC e Coordenadora do Setor de Planeamento Municipal, salienta os resultados obtidos relativamente ao planeamento e uso do solo. Perante o crescimento populacional da cidade e a dispersão física, a metodologia do projeto permitiu a interligação e o diálogo entre os vários departamentos municipais e a administração central. Este diálogo era, segundo a arquiteta, decisivo porque englobava todos os participantes e contribuía para a tomada de decisões conjuntas, anulando a ausência de instrumentos de planeamento ou a sua caducidade, assim como a inexistência de regras para o desenvolvimento e uso do solo. Segundo Abrunhosa de Castro, isto criou um entendimento comum em redor do PDM. Este tornou-se um processo de contínuas interações conjuntas entre todos os intervenientes no território.⁸⁹ Num primeiro diagnóstico feito à Guarda revelavam-se os problemas da coincidência entre o PGU da Profabril e o crescimento súbito da cidade. A dispersão urbana, o seu impacto nas infraestruturas básicas e a falta de qualidade das novas zonas de expansão, e *"..., como conclusão prévia, a Guarda tem uma capacidade de crescimento para dentro de si própria, muito para além do horizonte do presente plano (máximo de 12 anos)."*⁹⁰

As grandes linhas orientadoras do PDM versaram quatro premissas-chave. Primeiro, *"concentrar o núcleo urbano, travando a dispersão atual"*, definiram-se zonas carentes de estudo, como a Guarda-Gare, a Póvoa do Mileu e Lameirinhas, e delineou-se como área privilegiada de crescimento a encosta Sul-Nascente, em detrimento das dificuldades orográficas, climáticas e infraestruturais impostas pela encosta Norte.⁹¹ A segunda premissa assentava na maximização das infraestruturas existentes. A terceira focava-se na necessidade de proteção dos recursos naturais, do solo agrícola, florestal e bens industriais. E por fim, na melhoria do desenho urbano da cidade, em especial nas novas zonas urbanas, salvaguardando a qualidade das mais antigas.⁹²

⁸⁷Diário da República, 'Decreto de Lei - Plano Director Municipal', Pub. L. No. 208/82 (1982).

⁸⁸Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura No 25 De Abril De 1974*, 112-13.

⁸⁹Maria José Abrunhosa de Castro, 'Guarda: MEREC e PDM, 3 anos depois.', *Sociedade e Território*, n.º 9 (julho de 1989): 45-46.

⁹⁰MEREC Guarda, 'Plano Director Municipal - CIDADE Perímetro Urbano', julho de 1985, Câmara Municipal da Guarda.

⁹¹Ibid.

⁹²Ibid.

Concluídos os primeiros estudos, e definido o perímetro urbano da cidade, o MEREC patrocinou uma campanha para os promotores imobiliários e outros investidores, de modo que estes pudessem ser informados sobre a capacidade de construção do solo. Posteriormente, foi criado o «*Mini-Manual dos Loteamentos Urbanos*», documento disponibilizado aos investidores para que, no desenho das suas propostas, obedecessem a determinadas regras de desenho urbano.⁹³ Este tipo de soluções contribuiu para a diminuição de fricções entre o poder local, investidores e munícipes, e também conduziu para a diminuição da pressão construtiva fora do perímetro urbano. Não reduzindo o seu trabalho a um registo ajustado exclusivamente ao policiamento das novas iniciativas, o gabinete local do MEREC foi ainda capaz de encetar ações destinadas a promover a qualidade do desenho urbano de novos loteamentos, evitando soluções em forma de *cul-de-sac*, ou a ausência de espaços públicos bem delimitados.⁹⁴



6.10. 'Plano Director da Guarda: Um Investimento no Futuro'. *Oppidana: Boletim Municipal*. Abril 1987, Ano 1, n.º 1, 4, 5.

O PDM da Guarda foi realizado e entendido como um processo: "isto é, como a capacidade de ir planificando, prevendo, definindo e corrigindo a classificação do uso do solo, a rede viária e os equipamentos, as infra-estruturas... — e as suas interacções mútuas.", "... mais do que um plano, se iniciou um processo de planeamento, ficando o Município a

⁹³ *Mini-Manual dos Loteamentos Urbanos* (Município da Guarda, novembro de 1988), CMG.
⁹⁴ Abrunhosa de Castro, 'Guarda: MEREC e PDM, 3 anos depois.', 46-48.

dispor, em princípio, dum conhecimento interno das motivações e implicações do Plano, e de técnicos capazes, não só de o gerir, como de o rever em tempo oportuno."⁹⁵

Em Portugal, durante a década de 80, o entendimento do planeamento como um processo — "*Planning as a Cyclic Process*." — era defendido por investigadores, planeadores, engenheiros, geógrafos e arquitetos que, à data, estavam envolvidos na concepção destes novos instrumentos. A influência que o trabalho dos planeadores ingleses George Chadwick e Brian McLoughlin, em especial a publicação deste último, datada de 1969, «*Urban and Regional Planning, A Systems Approach*», perpetuou-se no trabalho e ideias de um grupo que, segundo o arquiteto e consultor MEREC, Manuel Fernandes de Sá, incluía e dependia também da produção teórica de Nuno Portas, dos arquitetos Maria José Abrunhosa e Luís Jorge Bruno Soares, dos Geógrafos Álvaro Domingues, Teresa Sá Marques, e do Engenheiro António Babo, este último também consultor do MEREC no setor do planeamento.⁹⁶ McLoughlin defendia uma abordagem ao planeamento menos centrada no seu policiamento físico e mais no entendimento sistémico do território, assente num forte estudo do mesmo, que "*for the individual or group and for society as a whole, it is neither possible to discuss courses of action nor to evaluate them except in relation to goals and objectives*."⁹⁷ Ele entendia o planeamento como uma cadeia de ações cíclicas que, adaptando-se ao longo do tempo, iam sendo avaliadas e ponderadas sob o chapéu dos próprios objetivos, metas e recursos da sociedade que os definiu.⁹⁸ Em Portugal, Nuno Portas defendia o PDM como instrumento de concretização dos objetivos de uma sociedade, era "*entendido como um pacto entre poder local e central e, ao mesmo tempo, com um pacto dos órgãos democráticos municipais com as freguesias e organizações sociais do seu termo e com os cidadãos em geral*."⁹⁹ Portas havia sido influenciado pela discussão inglesa realizada pelos investigadores da *Land Use and Built Form Studies* (LUBFS), de reação às soluções preconizadas pelo movimento moderno, centrado numa abordagem mais social e sistémica ao planeamento, da qual McLoughlin fazia parte. Nuno Portas questionava-se igualmente sobre a possibilidade de alterar o planeamento físico enquanto instrumento de polícia da propriedade privada, passando a conceber os novos planos como instrumentos de gestão ativa.¹⁰⁰

Este grupo de investigadores portugueses, do qual Portas, Manuel Fernandes, e Maria José Abrunhosa, entre outros, faziam parte, estava envolvido no desenho de vários PDM no país. Não era assim alheio às dificuldades que Portugal atravessava, na falta de meios técnicos e financeiros dos municípios, no relacionamento destes com o poder local e da

⁹⁵Ibid., 45.; MEREC Guarda, 'Plano Director Municipal - CIDADE Perímetro Urbano'.

⁹⁶Manuel Fernandes de Sá, Entrevista ao Arquiteto Manuel Fernandes de Sá Consultor Projeto MEREC - Setor Planeamento. mp3, 5 de dezembro de 2017.

⁹⁷Brian McLoughlin, *Urban and Regional Planning: A Systems Approach*. (London: Faber and Faber, 1969), 98.

⁹⁸Ibid., 100.

⁹⁹Nuno Portas, 'Nova política urbana + 10 mandamentos do urbanismo municipal', em *Os Tempos das Formas vol.1 A Cidade Feita e Rarefeita*, 1.ª ed., vol. 1 (Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005), 206.

¹⁰⁰Ibid., 207; Sobre o percurso profissional de Nuno Portas ver: Nuno Grande e Studio Amrew Howard, eds., *O ser urbano: nos caminhos de Nuno Portas = The urban being: on the trails of Nuno Portas* (Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012), 93; Sobre a influência do estudo dos sistemas ao planeamento inglês e dos estudos do LUBFS ver Adam Sharr e Stephen Thornton, *Demolishing Whitehall: Leslie Martin, Harold Wilson and the Architecture of White Heat* (Routledge, 2016), 192.

inércia da administração central nesta matéria. Assim, "*... a partir do momento em que tínhamos a ideia do plano fixa, digamos desenhada, ou seja sabíamos o que queríamos e não sei o quê... nós não queríamos aprovar o plano... porque era a maneira de por o processo em curso. Não havia grande vantagem. Tentávamos trabalhar com medidas preventivas e coisas desse tipo. E eu tenho a impressão que na Guarda houve. (...) Portanto, não tínhamos a preocupação de fechar o plano. Tínhamos o interesse de manter o processo de planeamento em aberto. (...) Como a legislação Portuguesa era extremamente rígida, e depois era tramado mudar fosse o que fosse, a nossa tentativa era deixar as coisas correr sem as fechar completamente.*"¹⁰¹



6.II. PDM da Guarda, Planta de Ordenamento 4.2. Cidade da Guarda. 1994, SNIT.

Apesar de o PDM ainda não estar instituído como instrumento legal e eficaz, o MEREC, segundo Abrunhosa de Castro, trouxe harmonia entre os locais e técnicos, e isso foi, num primeiro momento, decisivo para a defesa desta forma de planeamento. Porém, segundo a própria, o que se havia conseguido na cidade em matéria de planeamento e gestão urbana perdeu-se com o fim do MEREC em 1986. E, salienta, o "*empiricismo que domina o exercício do Poder Local.*", um empirismo que reage contra o aconselhamento técnico.¹⁰² A gestão urbana da cidade prosseguia numa base diária, muito pouco orientada segundo o

¹⁰¹Fernandes de Sá, Entrevista a Manuel Fernandes de Sá Consultor Privado Projeto MEREC - Setor Planeamento., 5 de dezembro de 2017.

¹⁰² Abrunhosa de Castro, 'Guarda: MEREC e PDM, 3 anos depois.'

defendido por este grupo que entendia o PDM como uma ferramenta estratégica para a gestão urbana. Para Fernandes de Sá, *"Os políticos não estavam interessados no planeamento, embora nunca dissessem isso. Quando as coisas estavam em plano, eles podiam perder capacidade de decisão, passava a haver regras. E depois há uma conflitualidade permanente entre a administração central e local, mais ou menos pelos mesmos motivos."* E, na gestão urbana quotidiana: *"O problema não era inviabilizar [o desenvolvimento da cidade], era fazer mal. A dinâmica que havia, a câmara não era capaz de a travar, tinha era dificuldades em orientá-la. Às tantas aquela expansão cá em baixo, na questão da Guarda, em que aparecem duas, ... agora estão mais ligadas, e isso foi um esforço do nosso PDM, promover uma ligação entre a cota alta e a cota baixa. Mas na altura aquilo era a cidade da estação e a cidade central."*¹⁰³

Gradualmente, foi colocada de parte a experiência pedagógica e os novos processos que o MEREC implementou sobre a energia e recursos endógenos. Abrunhosa de Castro, através de uma das suas publicações, reporta dois casos particulares da inconsequência do projeto nesta matéria. Quando um vereador decide pavimentar uma rua inserida numa área não destinada a desenvolvimento urbano e a expansão da rede de água e de esgotos a um pequeno aglomerado de cinquenta habitantes.¹⁰⁴ Pouco ciente da importância desta economia de meios, hoje designada de sustentabilidade, Abílio Curto, ex-presidente da Câmara Municipal, mantém o seu orgulho em ser o *"presidente das aldeias"*, por estas lhe terem garantido cinco mandatos à frente do município.¹⁰⁵ Apesar do considerável atraso infraestrutural do concelho, o seu foco centrou-se nas aldeias como potenciais núcleos de vitória eleitoral, até ao momento em que a população urbana, ou seja da cidade, se torna superior à população rural. Estes aspetos demonstram uma discrepância entre a promoção de diálogo promovida pelo MEREC em matéria de recursos e de políticas locais, e a importância da cidade para a população rural. Encontra-se ainda, no modo como a Lei do Financiamento Local funcionava, outro aspeto que dificultou a adoção do processo MEREC na gestão urbana com foco numa economia de recursos. Os fundos municipais disponibilizados pela administração central, por intermédio do orçamento de estado, dependiam do crescimento populacional. Mas, num período de acelerado crescimento urbano, a maior fonte de financiamento municipal eram as taxas urbanas provenientes de licenças de construção. Dentro do contexto político de crescimento urbano da Guarda, o PDM tornou-se em mera ferramenta de gestão urbana, de resposta a pressões urbanas e de avaliação da viabilidade construtiva da propriedade privada, definindo regras e a gestão de infraestruturas. E, outros investimentos, na programação de equipamentos ou desenvolvimento económico, tiveram de aguardar.

Em 1987, na Câmara Municipal, a Arquiteta Abrunhosa de Castro perseguia o objetivo da aprovação e conclusão do PDM, algo que não aconteceu. A sua validação por parte da administração central foi sendo adiada. As razões para tal parecem estar relacionadas

¹⁰³Fernandes de Sá, Entrevista ao Arquiteto Manuel Fernandes de Sá Consultor Projeto MEREC - Setor Planeamento. 5 de dezembro de 2017.

¹⁰⁴Abrunhosa de Castro, 'Guarda: MEREC e PDM, 3 anos depois.', 48.

¹⁰⁵Curto, Entrevista ao ex-presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1976 a 1993, mp3, 14 de março de 2016

com a instabilidade política que, entre 1974 e 1987, se traduziu na existência de oito primeiros-ministros e onze ministros responsáveis pela pasta de planeamento.¹⁰⁶ Nuno Portas, personagem ativo dentro dos grupos de trabalho que desenvolveram a legislação dos PDM, promulgada em 1982, vem, no ano de 1988, chamar a atenção para a posição incerta em que a administração central havia deixado os PDM, incapaz de agir em conformidade, e sem considerar aquilo que, segundo ele, era uma ferramenta indispensável para um desenvolvimento local e regional orquestrado.¹⁰⁷ Por fim, foi na necessidade de absorver fundos comunitários e aumentar a despesa pública necessária em matéria infraestrutural que, em 1990, os municípios foram a concluir processos de planeamento.¹⁰⁸ Neste contexto, como Abrunhosa de Castro argumenta, a negociação com a administração foi dificultada pela desconsideração do trabalho feito pelos municípios até esta data, pretendendo-se o mero cumprimento legal dos seus instrumentos de planeamento.¹⁰⁹ Nesta sequência de eventos, o PDM da Guarda só foi aprovado em 1994, uma década depois dos primeiros estudos realizados com o apoio do programa MEREC.

MEREC-Guarda e o abandono da arquitetura e materiais tradicionais.

O projeto MEREC também investiu na investigação tecnológica para o setor da construção civil. Foram atualizados códigos e normas de construção com o objetivo de promover a adoção de soluções construtivas energeticamente mais eficientes e que estivessem adaptadas ao clima da cidade. Foram publicadas quatro brochuras que, explorando novas soluções construtivas, propunham o uso de isolamento térmico em paredes e telhados, de modo a aumentar o conforto térmico da construção. Isto, de acordo com o clima local, sujeito a grandes amplitudes térmicas, garantia ganhos energéticos e poupança em sistemas de aquecimento. Estas publicações faziam-se acompanhar de um levantamento das pedreiras de granito existentes na região e de empresas ainda com o conhecimento para construir paredes em perpiano. Na base do projeto MEREC, inclusive nas propostas desenhadas pelos outros países envolvidos, como a Tailândia e Filipinas, um dos objetivos relacionava-se com uso de materiais e recursos locais. Na Guarda, a promoção do uso de granito e madeira na construção pretendia estimular a utilização dos recursos geológicos e florestais, com o objetivo de transformar o setor local da construção civil. O Arquiteto João Mendes Ribeiro, pertencente à CCR-C, participou em algumas das iniciativas do MEREC e considera os resultados positivos destas experiências:

"Conseguiram-se utilizar materiais locais com o mesmo custo por metro quadrado nalguns casos até se conseguiu baixar o custo de um edifício. Uma coisa que se fez também, foi o levantamento, por exemplo, das pedreiras onde se poderia ir buscar

¹⁰⁶Idalina Baptista, 'How Portugal Became an 'Unplanned Country': A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning'. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36, n.º 5 (setembro 2012): 1076-92.

¹⁰⁷Nuno Portas, 'Sobre alguns problemas da descentralização', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26 (1988): 61-78.

¹⁰⁸Diário da República, 'Decreto de Lei 60/90, Planos Municipais de Ordenamento do Território - PMOT', Pub. L. No. 60/90 (1990).

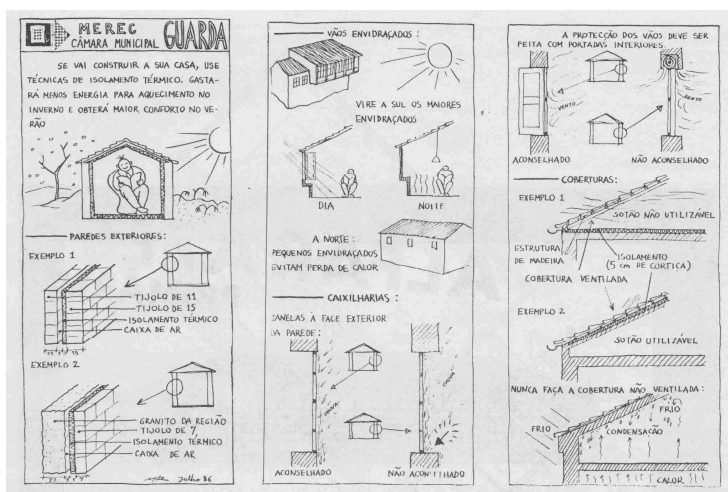
¹⁰⁹Maria José Abrunhosa de Castro, 'Os PDM's de 1ª geração - Planos cinzentos, ordenamento formal, resultado incerto', *Sociedade e Território*, n.º 22 (setembro de 1995): 35.

*granito, das serrações que existiam no concelho. Dos materiais que poderíamos encontrar disponíveis, portanto isso foi um trabalho muito interessante. As construções, (...) eram escolas, quase sempre escolas, tornaram possível comparar escolas semelhantes feitas na mesma região e quais eram os custos energéticos, entre elas. Chegou-se à conclusão que de facto a diferença de custo era enorme. Para além de conseguir, com menos dinheiro, obter ambientes muito mais confortáveis no espaço interno, e com muito maior qualidade e conforto. E às vezes eram operações muito, muito simples, do género colocar uma lâ de rocha no teto falso, que não tinha, colocar uma caixa-de-ar ventilada. Coisas muito simples, pequenos detalhes, o que não significava necessariamente grandes custos, mas traduzia-se necessariamente numa maior qualidade.*¹¹⁰

Arquiteto João Mendes Ribeiro, 2012.

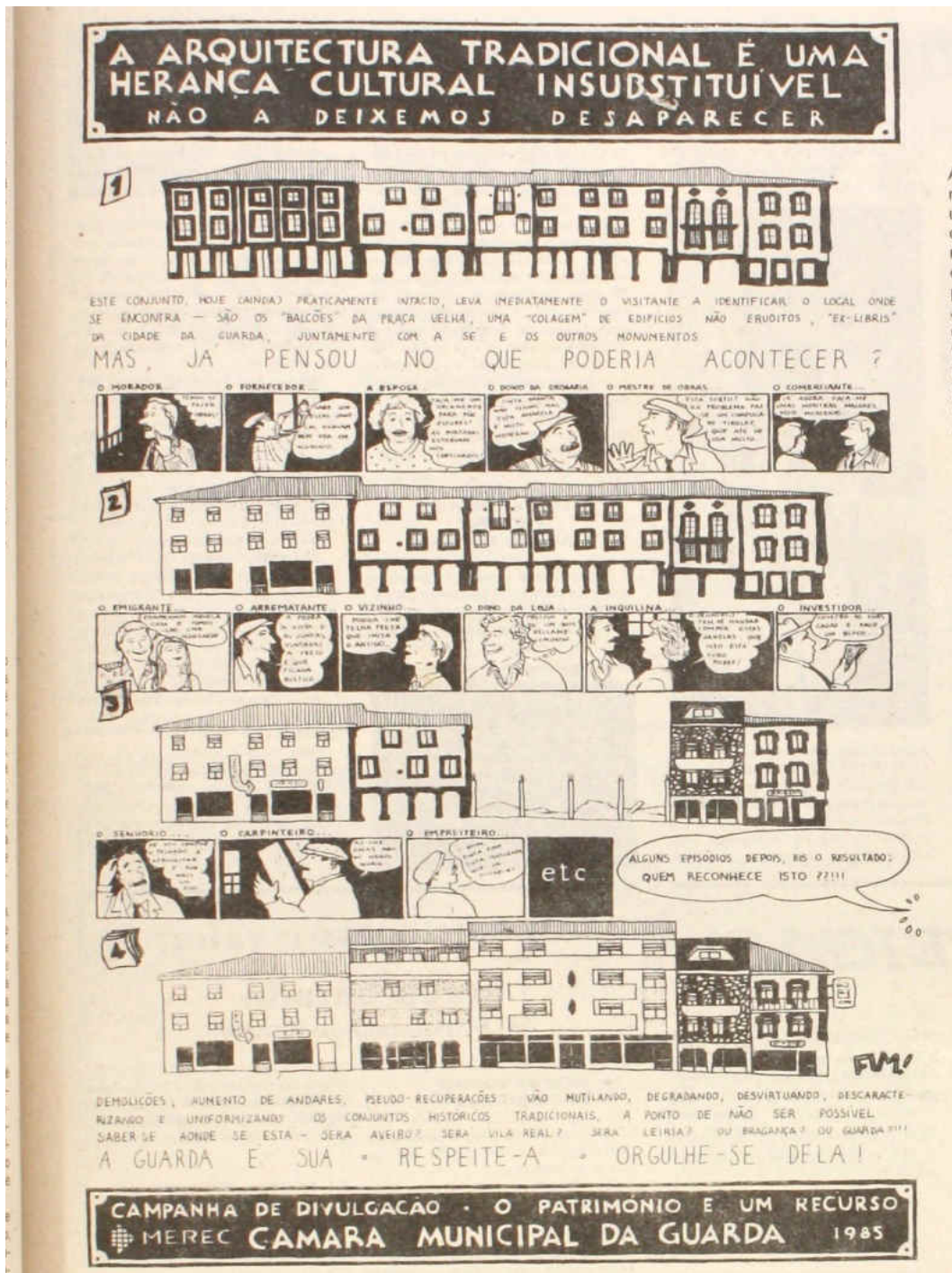


6. 12. Escola de Alfazeres - Projeto MEREK.



6.13. Brochura MEREK sobre construção e renovação de edifícios.

¹¹⁰João Mendes Ribeiro, Entrevista ao Arquiteto João Mendes Ribeiro, técnico da CCR-C e técnico do projeto MEREK, mp3, 10 de fevereiro de 2012.



6.14. 'Salvaguarda Da Arquitectura Tradicional'. A Guarda. 31 de janeiro de 1986, 7.

Foram realizadas várias campanhas de sensibilização nos jornais ou por intermédio de sessões dirigidas a construtores civis, de modo a encorajar o uso destas soluções. E, neste sentido, o MERECE também foi providencial para um centro histórico em risco. Os estudos e campanhas feitos por parte do setor de construção do projeto foram fundamentais para o trabalho de reabilitação urbana que a Câmara havia iniciado, juntamente com o seu gabinete

de apoio técnico local, incidindo sobre a importância da arquitetura tradicional enquanto património cultural. Veja-se a imagem publicada num jornal local, em 1985, com o título *"A arquitectura tradicional é uma herança cultural insubstituível. Não a deixemos desaparecer."*, da *"Campanha de Divulgação: o Património é um Recurso"*.¹¹¹ Ao jeito de tirinhas de banda desenhada, apelava-se à não descaracterização do património da cidade. Tendo como pano de fundo o conjunto de edifícios da Praça Velha, alertava-se e questionava-se para o risco da homogeneização material e formal da cidade, assente nos novos materiais de construção, como o betão e alumínio, e na perda da singularidade granítica da Guarda face a outras cidades portuguesas.



6.15. Casa de Emigrante na Cidade da Guarda. Fotografia gentilmente cedida pelo Arquitecto Aires Almeida.

Porém, no discurso de Abrunhosa de Castro encontra-se um retrato diferente da cidade, menos positivo: *"Como resultado começou a assistir-se a situações de dispersão urbana e de crescimento defeituoso, a edifícios de um gigantismo propositado e megalómano, e uma má qualidade generalizada da construção civil, a delapidações irreversíveis de edifícios de valor arquitectónico e histórico ou a destruições lamentáveis da paisagem natural. Isto perante a cegueira ou até o aplauso dos residentes e responsáveis locais, obcecados por uma imagem de progresso que supunham e alguns casos ainda supõem, estar a viver. Neste quadro, a defesa dos valores de arquitectura tradicional de que a região é rica, toma a forma de uma verdadeira luta contra o meio."*¹¹² Segundo o Arquitecto Sérgio Gamelas, Coordenador do Setor de Construção do MERECE, o uso de técnicas e materiais tradicionais, a aplicação de madeira ou granito, em comparação com novas soluções que

¹¹¹'Salvaguarda da Arquitectura Tradicional', *A Guarda*, 31 de Janeiro de 1986, 7, [JP-14], Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.

apareciam no mercado, e que requeriam menos manutenção, começavam a tornar-se dispendiosas e as pessoas atribuem ao preço um fator decisivo.¹¹³

O uso de materiais locais e a preocupação com a eficiência energética não correspondiam a esta sociedade em transformação. Em meados da década de setenta, após o retorno dos imigrantes, a falta de habitação foi ultrapassada pela ideia de uma nação de proprietários. Tiago Castela demonstra como as companhias privadas de materiais de construção, através de publicidade nos jornais de circulação nacional, adotaram um conceito da urgência de construir a nação, veiculando a imagem da casa unifamiliar isolada.¹¹⁴ Com a entrada de Portugal na CEE e a financeirização da economia portuguesa, os negócios na construção de habitação ganham terreno. Além do mais, no estudo de Vilanova *et al*, concluiu-se que a população que esteve imigrada foi culturalmente transformada em resultado do seu acesso a outros modelos de consumo, participando assim numa mudança estética, espacial e material da paisagem.¹¹⁵ Isto favoreceu uma sociedade que, embora conservadora, rapidamente adquiriu novos padrões de consumo e aspirações de vida na qual a necessidade de quebrar com a imagem rural construída pela ditadura era importante. Só posteriormente, e na contemporaneidade, com a implantação de diretivas comunitárias, é que novas conceções no reconhecimento do uso materiais locais e na adoção de medidas de eficiência energética se tornaram parte da cultura construtiva portuguesa.

MEREC-Guarda: Podia a sua metodologia perdurar no tempo?

Na entrevista ao consultor da USAID-MEREC e Planeador Regional Avrom Bendavid-Val, quando questionado sobre como o próprio avalia o projeto e os seus resultados, ele responde que os efeitos ambientais e os benefícios sobre os recursos são imediatos, e que "*the real last impact is the institutional impact, and the impact in the way institutions operate (...)*".¹¹⁶ Claramente, a Guarda beneficiou dos três anos da experiência MEREC, verificando-se os ganhos trazidos no âmbito do abastecimento de água, sistemas de saneamento, planeamento e construção. Contudo, o impacto institucional só pode ser medido com a expansão da experiência em Portugal, realizada pela CCR-C a outras sete cidades portuguesas no momento imediato à saída dos consultores internacionais do projeto.

Podia a metodologia do MEREC ter perdurado no tempo? Pese embora o caminho proposto em termos de eficiência energética e de recursos tenha trazido um processo altamente colaborativo, entre técnicos, políticos e instituições, através de ações e projetos concretos, o interesse político esmoreceu nos anos subsequentes. A eficácia do projeto dependia da resposta e cooperação de todos os envolvidos para que os seus princípios resistissem à passagem do tempo, atingido com isto um maior impacto sociopolítico e

¹¹² Abrunhosa de Castro, 'Recuperação Urbana no Centro Histórico da Guarda (1980/1990)', 35.

¹¹³ Sérgio Gamelas, Entrevista ao Arquiteto Sérgio Gamelas, Coordenador Setor de Construção MEREC, mp3, 16 de fevereiro de 2016.

¹¹⁴ Tiago Castela, 'A liberal space: a history of the illegalized working-class extensions of Lisbon' (Tese de Doutoramento em Arquitetura, University of California, 2011), 147-48.

¹¹⁵ Roselyne Villanova, Carolina Leite, e Isabel Raposo, *Casas de Sonhos* (Edições Salamandra, 1995).

¹¹⁶ Avrom Bendavid-Val, Entrevista ao Planeador Regional e Consultor da USAID, Avrom Bendavid-Val, mp3, 18 de outubro de 2012.

material. A estratégia de planeamento do MEREC foi enfraquecida e abandonada por um estado democrático em recente construção. A instabilidade política do governo Português e a sua reorganização refletia-se sobre as suas instituições, centrais e locais, e no modo pouco assertivo como as novas ferramentas de planeamento eram adotadas.

O impacto do projeto só poderia ter sido atingido, a longo prazo, através de um real interesse político em matéria de energia e eficiência de recursos. O fim da crise petrolífera marcou o termo do programa dentro da USAID. Com a entrada de Portugal na CEE, o país iniciou um desenvolvimento acelerado, criando uma sociedade de consumo, na qual não subsistia a vontade em adotar ou assegurar medidas de eficiência energética, quer na habitação, quer dentro de outros setores urbanos. No caso da Guarda, isto teve as suas consequências para a paisagem urbana, para o desenvolvimento infraestrutural e para a qualidade do parque habitacional. A observância da metodologia MEREC foi comprometida pelas instituições, num contexto ainda altamente centralizado, segundo uma forte pressão política, num ambiente local carente de formação e de meios técnicos. Como se pode ver, o projeto MEREC foi ultrapassado por uma conjuntura democrática que procurava uma reformulação profunda como meio para atingir uma rápida modernização. Em certa medida, verifica-se um desfasamento entre as propostas do MEREC e a conceção política local do progresso, entre políticos, técnicos e as próprias expectativas da sociedade.



6.16. Guarda vista Norte. Fotografia por Leah Bendavid-Val. Bendavid-Val, Avrom. *More with less : managing energy and resource efficient cities*. USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987, 42.

7. Efeitos da integração europeia na Guarda (1986-2010)

Discursos, Agentes e Modernidade.

Este capítulo incide sobre a transformação da cidade da Guarda a partir da entrada de Portugal na CEE até ao ano de 2010. O subtítulo subentende um período de 24 anos de transformações urbanas. Por um lado, incide na análise ao discurso particular do arquitecto e da arquitectura como interveniente na modificação da cidade, compreendendo os seus agentes e processos da modernidade. Modernidade aqui entendida como o resultado de processo de desenvolvimento social assente em avanços tecnológicos, económicos, avanços na urbanização, expansão dos sistemas de comunicação e no desenvolvimento do mercado global. Mas também, a modernidade entendida como experiência, ou seja, como estas transformações impactaram na modificação material da cidade e como são vividas pelos indivíduos, na cultura e no modo de viver e pensar a cidade.¹ Por outro lado, para lá da leitura do discurso particular do arquiteto, este capítulo analisa o desenvolvimento social da cidade da Guarda a partir das mudanças impostas por uma nova ordem económica marcada pela influência dos mercados globais, pela financeirização da economia que se reflete igualmente nos processos de planeamento, na organização do território e na transformação urbana. Por último, reflete-se sobre a reabilitação da Praça Luís de Camões, habitualmente designada de Praça Velha, sobre as posições de técnicos e da população relativamente à alteração deste espaço. A discussão em torno da transformação da Praça pretende dar a conhecer o modo como, na contemporaneidade, a população participa nas transformações da cidade e, ainda, explicar como a arquitetura dá forma ao seu presente democrático.

Em 1986, a adesão de Portugal à CEE foi responsável pela mudança económica e social do país e, conseqüentemente, pela mudança da fisionomia do território e das cidades portuguesas. Desde 1974, o Estado redefiniu-se como o principal elemento de desenvolvimento e coesão social, agindo no fomento de investimentos públicos, na modernização dos serviços públicos, na igualdade de acesso e na tributação dos rendimentos individuais. O aumento do PIB e do poder de compra, aliados com a reforma constitucional de 1989, motivaram a reprivatização de empresas públicas e a abertura à concorrência dos mercados. De 1974 a 1992 sucedem duas décadas de grande investimento, redundando numa economia ligada com a sociedade, produto do crescimento demográfico e do crescimento da população ativa, do acesso ao trabalho e da infraestruturação material e social. No que concerne à economia política, José Reis verifica a intensidade de uma relação estreita entre evolução económica, sociedade, organização do território e administração pública, ou seja,

¹ "In other words, modernity is a phenomenon with at least two different aspects: an objective aspect that is linked to socioeconomic processes, and a subjective one that is connected with personal experiences, artistic activities, or theoretical reflections." Hilde Heynen, *Architecture and Modernity: A Critique*, 2^a edição. (Cambridge...[et al.]: MIT Press, 1999), 10.

"...pela infraestruturização material e social do país através de do acesso a padrões de vida desejáveis e comuns".²

Esta situação conduziu ao desenvolvimento do comércio, dos serviços, da construção civil, de uma indústria e tecido empresarial assente em pequenas e médias empresas, em prejuízo do desenvolvimento industrial que caracterizava os países do Norte da Europa. Portugal, beneficiário dos fundos comunitários, operou na transformação infraestrutural do país e no desenho de políticas públicas. As alterações económicas e o acesso ao financiamento comunitário tiveram as suas repercussões demográficas e urbanas, bem como o acentuar de desequilíbrios territoriais anteriores. E nas cidades assiste-se ao crescimento suburbano. Paralelamente, verifica-se o abandono das comunidades rurais, concentrando-se agora em meio urbano, em especial na linha entre Setúbal e Braga e no Algarve, a maior parte da população portuguesa.³ Com a democracia, e posteriormente a partir da entrada de Portugal CEE, a Guarda, situada fora deste eixo, foi alvo de marcantes mutações sociais e urbanas que contribuíram para a sua transfiguração. O expoente crescimento populacional, a infraestruturização e desenvolvimento urbano, validam para a Guarda os contornos gerais desta transformação económica nacional, que se repercutiu na alteração das suas atividades económicas. Foi assim que se assistiu ao crescimento do setor terciário e secundário, à custa da desvalorização do primário.⁴

Na cidade portuguesa exacerbou-se o crescimento suburbano, a par com a sua qualificação em matéria de infra-estruturas, equipamentos e outros serviços. O papel da autarquia na gestão urbana e no desenvolvimento económico tornou-se central, avolumou-se, mas ficou dependente da base dos partidos dos partidos políticos. E, a captação de recursos estatais para as despesas locais criou competição entre autarquias. Os municípios tornaram-se comissões administrativas que operam sobre a concessão de licenças e aprovam despesas menores sob a supervisão central.⁵ A execução dos instrumentos de planeamento e ordenamento urbano, desenvolvidos pelas autarquias, ficou cada vez mais dependente da sua capacidade de acesso aos programas de financiamento provenientes dos quadros

² "Por 'Economia Política' entendemos o domínio científico que se dedica à análise dos processos e resultados económicos nos contextos institucionais, históricos e geográficos respetivos, entendendo os fenómenos económicos como sendo eminentemente configurados por factores de ordem social, política, jurídica, cultural, tecnológica e ecológica." Utiliza-se aqui a definição adotada pela Associação Portuguesa de Economia Política e utilizada por José Reis. Este autor estabelece dois ciclos de crescimento económico para a sociedade portuguesa. O primeiro, designado ciclo económico da democracia (1974-1983), que se define pelo crescimento do emprego e persecução da qualidade de vida. O segundo, designado por ciclo da integração europeia (1984-1992), é definido pelos mesmos objetivos do anterior, num contexto de abertura à economia externa. José Reis, *A Economia Portuguesa. Formas de economia política numa periferia persistente (1974-2017)* (Coimbra: Edições Almedida, 2018), 14, 51-59, 97 - 98.

³ Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Nuno Gonçalo Monteiro, 'Uma Democracia Europeia (desde 1976)', em *História de Portugal*, 8.ª edição (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015), 747-77.

⁴ Entre a década de 80 e 90 o setor secundário na cidade da Guarda representa mais de 30% da População Activa por Setor de Atividade. Ver Anexo III: Quadro E: Concelho da Guarda: População Activa por Setor de Actividade e Gráfico: Evolução da População Activa por Setor de Actividade no Concelho da Guarda (1911-2011) (%), INE.

⁵ Ramos, Sousa, e Monteiro, 'Uma Democracia Europeia (desde 1976)', 747-77.

comunitários de apoio europeus. Foi nestes programas e políticas urbanas, dirigidas à resolução de problemas específicos, que a cidade adquiriu relevância.⁶

Por intermédio do discurso crítico realizado pela Arquiteta Maria José Abrunhosa de Castro (1949-1999), veiculado nos artigos de opinião publicados no jornal local *Terras da Beira*, procura-se perceber como no contexto existente de rápidas mudanças da sociedade portuguesa se manifestou na forma urbana da Guarda. Maria José Abrunhosa de Castro expõe posições contundentes em temas como a prática da profissão de arquiteto na administração local e no setor privado; as complexas relações entre técnicos e entre os técnicos e políticos locais, e os cidadãos que ambos servem; a construção e organização do território português; a cidade e a importância do seu planeamento; e as novas experiências da modernidade vividas enquanto habitante da Guarda. Os seus artigos foram um meio de reprodução sobre a construção da cidade. Também o foram para a arquitetura, entendida como saber especializado e autónomo, cuja condição heteronímica, ou seja, de relação com um conjunto de saberes mais vastos, é dependente da compreensão do seu sentido de realização público e coletivo. O seu percurso profissional como arquiteta do município da Guarda, como profissional independente, e o seu ativismo crítico e continuado na esfera pública da cidade, permitem-nos compreender as razões das alterações urbanas da Guarda e a sua qualificação arquitetónica até ao final da década de 90.

A transformação da economia mundial, que teve lugar a partir do final da década de 60, foi desencadeada pelo pensamento económico da Escola de Chicago, potenciada pela crise petrolífera do início dos anos 70 e, posteriormente, pelos resultados das mudanças induzidas pelo mundo digital, recaindo na designada globalização e consequente influência dos mercados livres e do neoliberalismo na Europa.⁷ Em 1992, com as mudanças económicas resultantes da sua inserção no quadro da União Monetária Internacional (UMI), a economia portuguesa passou a estar sujeita às regras da financeirização e às tendências macroeconómicas. Tal modificação restringiu o espaço das políticas públicas, passando estas a proteger os mercados financeiros, e às quais o financiamento público e a política monetária se deveriam submeter.⁸ Como efeitos desta mudança económica, à semelhança da Europa, emergem na cidade portuguesa novas formas de governança que procuram validar o empreendedorismo urbano e a competição interurbana como forma de atração de capital de investimento para as cidades.⁹ Estas formas de governança constituem-se enquanto regimes de exceção, que validam projetos de reabilitação urbana, substituindo-se às ferramentas de planeamento urbano existentes, previamente instituídas com o objetivo de fazer das cidades

⁶ Rui Jacinto, 'Cidade, Território e Coesão Urbana: Novos olhares, outros caminhos.', *Iberografias - Centro de Estudos Ibéricos*, n.º 20 (2012): 5-38.

⁷ A Escola de Chicago é uma escola de pensamento económico neoclássico que surgiu na Universidade de Chicago nos anos 30 do século XX. Nos seus princípios básicos reside e ideia que os mercados livres são capazes de alocar recursos numa economia em que a condição para a prosperidade económica deve depender de uma intervenção governamental mínima ou praticamente nula. Entre os seus principais pensadores encontram-se Milton Friedman e George Stigler, cuja influência se manifesta, sobretudo na segunda metade do século XX, pela rejeição do modelo Keynesiano a favor de uma atitude de *laissez-faire* e de desregulamentação dos mercados.

⁸ Reis, *A Economia Portuguesa. Formas de economia política numa periferia persistente (1974-2017)*, 61-65.

⁹ David Harvey, 'From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism', *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography* 71, n.º 1 (1989): 3-17.

pólos de crescimento e de atração de investimento.¹⁰ O PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM) e o Programa Polis foram dois programas dirigidos à cidade, instrumentais na sua modernização e na sua qualificação pela arquitetura. Porém, apesar dos resultados, não foram, por si só, satisfatórios para a criação de fatores de competitividade urbana. Argumenta-se sobre as transformações desencadeadas na cidade por estes dois programas, os seus sucessos e inaptidões. Estas últimas, dependentes do investimento do Estado, e da derivada volatilidade do tecido económico da cidade da Guarda, da sua condição de interioridade na rede urbana nacional, das consequências da crise económica de 2010 e dos seus ritmos de crescimento demográfico da cidade.

Este capítulo regressa novamente ao centro da cidade e ao papel da arquitetura na transformação da Praça Velha. O aparato construído pela Ditadura procurava instigar uma harmonização social por intermédio da reabilitação do espaço mas, após a democratização do país em 1974, segue-se a sua apropriação. A subsequente transformação sob a democracia foi rodeada de controvérsia e debate. Duas posições emergem deste confronto, divididas pela experiência espacial e visual dos habitantes e dos especialistas. Na prossecução dos motivos de cada posição, compreende-se a ausência de discussão pública dos cidadãos da Guarda na coisa urbana. Na reabilitação da Praça, embora a arquitetura a tenha disponibilizado para o seu uso coletivo, o desacordo sobre as transformações operadas permanecem.

Maria José Abrunhosa de Castro: política, planeamento, arquitetura, cidade e controvérsia democrática.

Esta seção debruça-se sobre a produção escrita de Maria José Abrunhosa de Castro (MJA), realizada em artigos de opinião publicados, entre 1992 e 1999, no semanário regional *Terras da Beira*. Nas páginas do *Terras da Beira*, MJA registou como um barómetro as transformações que a Guarda sofreu ao longo das últimas duas décadas do século XX. A sua escrita evidencia a sua personalidade, o pensamento crítico sobre a sua profissão e o modo como se processa o planeamento urbano em Portugal, em particular a partir da Beira Interior. A racionalidade, determinação e honestidade com que apresenta os seus argumentos demonstram um carácter perseverante que questiona o mundo e a cidade que habita. Como arquiteta, discute incessantemente a sua profissão, concebida como um processo de aprendizagem e questionamento contínuo. Tal como se verá, e apesar da sua inicial associação política a grupos de base maoísta, é possível ligar MJA à conceção teórica de intelectual orgânica, naquilo que a definição gramsciana concebe, e que se entende útil para perceber posteriores posições. Intelectual orgânico é alguém que, nascido da especialização da arquitetura, participa de um extracto social que realiza funções organizacionais na sociedade, na cultura, no campo político administrativo e produtivo, e que é mediado e mediador do

¹⁰Ver: Idalina Baptista, 'Regimes of Exception in Urban Planning and Governance: The Case of the Polis Program, Portugal' (Tese de Doutoramento, Berkeley, University of California, 2009).

político e do social, discutindo permanentemente a sua função social e política.¹¹ Argumentar-se-á a favor desta hipótese e no que de democrática ela apresenta para a construção da cidade.

Maria José Abrunhosa de Castro (1949-1999) (MJA), natural do Porto, formou-se em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP) em 1976. Antes de concluir a sua formação casou-se com Sérgio Gamelas, partindo com ele para Angola, enquanto este esteve destacado como alferes miliciano durante a guerra colonial. Ao chegar a Portugal, em 1971, continua os estudos de arquitetura que havia suspenso, aos quais se juntará o marido, numa escola sob os efeitos da crise estudantil. Neste período, tornou-se militante ativa do movimento associativo estudantil no Porto e participou nas atividades da lista candidata às eleições na Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina do Porto - "Por um Ensino ao Serviço do Povo". Foi ainda dirigente no Norte da União de Estudantes Comunistas (marxista-leninista) UEC (M-L).¹² Segundo a própria, o envolvimento "*...nas lutas estudantis dos anos 70, [era em] lutas contra um ensino arcaico mas principalmente contra um regime arcaico, onde não se podia ter acesso a filmes, a livros, a informação digna do mínimo de credibilidade. E isso é particularmente irritante para a alma estudantil, já de si predisposta a revoltar-se pelo mínimo pretexto. (...)*".¹³ Esta atividade política levou-a também a participar do jornal *A Verdade*, no *Partido de Unidade Popular* (PUP) e no PCP (ML) e nas atividades políticas associadas a estas organizações, mas afastar-se-á delas a partir de 1975, conforme refere José Pacheco Pereira.¹⁴

A formação de MJA ocorre num período de crise do ensino da arquitetura. Desencadeada pelo Maio 1968, era o culminar da contestação acerca do processo de reforma do ensino universitário português, iniciado em 1957. Nas escolas de arquitetura reivindicava-se a reestruturação da reforma educativa de 57, ainda sob o autoritarismo do Ministério da Educação. Neste processo, os professores de arquitetura da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP) passam a desenvolver estratégias de reflexão e debate que se debruçam sobre a cidade e sobre problemas sociais e urbanos complexos. Também aqui o curriculum académico passou a integrar novas abordagens vindas da sociologia francesa, de Chowbart de Lowe e Henri Lefebvre.¹⁵ Segundo Canto Moniz, foi um período em que os arquitetos "*procuraram promover a função social do arquitecto, atento aos problemas da sociedade e da cidade por oposição ao arquitecto tecnocrático.*", conduzindo à participação de alunos e professores no quotidiano da escola. Como refere, a pedagogia do projeto arquitetónico é substituída pela contestação política. Em contiguidade com o 25 de abril de 1974, foi o programa habitacional Serviço de Ambulatório e Apoio Local (SAAL) que intensificou o

¹¹Antonio Gramsci, *Gramsci: Le Opere, La Prima Antologia Di Tutti Gli Scritti, A Cura Di Antonio A. Santucci*, 1.ª edição (Editori Riuniti, 1997), 343-54. Gramsci nos seus cadernos de cárcere dedica o seu 12.º Caderno à definição de intelectual orgânico.

¹²José Pacheco Pereira, 'Entrada: Papéis de Maria José Abrunhosa', *Ephemera* - Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, acedido 7 de novembro de 2011, <https://ephemerajpp.com/2011/11/07/entrada-papeis-de-maria-jose-abrunhosa/>.

¹³Maria José Abrunhosa de Castro, 'Reminiscências a propósito', *Terras da Beira*, 10 de junho de 1999, sec. Opinião.

¹⁴José Pacheco Pereira, 'Entrada: Papéis de Maria José Abrunhosa', *Ephemera* - Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, 7 de novembro de 2011.

¹⁵Gonçalo Moniz, 'The Portuguese "May 68": Politics, Education and Architecture [online]', *European Journal of American Studies*, special issue (2008), <https://doi.org/10.4000/ejas.7253>.

debate sobre a função social do arquiteto, reorientando as bases do curso.¹⁶ O programa SAAL, desenvolvido logo após o 25 de Abril de 1974 pelo Secretário de Estado Nuno Portas, foi coordenado na cidade do Porto pelo Arquiteto Alexandre Alves Costa. Era um serviço de suporte às populações, organizadas em associações de moradores, que por intermédio de brigadas técnicas, atuava na melhoria das condições habitacionais das populações de bairros degradados, construindo novas casas e infraestruturas. Alunos e professores da ESBA participaram num novo método de projeto que se centrava nas novas estratégias de ensino, no conhecimento intrínseco dos locais e no diálogo com a população. Foi um dos primeiros exercícios sobre a construção da cidade em democracia.¹⁷

No SAAL-Norte, MJA foi a 2ª responsável pela Brigada Técnica da Bouça, juntamente com a Arquiteta Anni Gunther Nonell, o marido, Sérgio Gamelas e Jorge M. O. Moreira.¹⁸ O projeto construído na Bouça, junto à Avenida da Boavista, foi da autoria de Siza Vieira. A Brigada Técnica, na proximidade que tinha com a associação de moradores, agia na discussão do projeto e no levantamento "*... das necessidades das populações, que queriam, o que estavam à espera. (...)*" e também na politização das populações que, segundo Sérgio Gamelas "*...era ao contrário, a população é que nos devia politizar a nós, mas ali era uma espécie de manifestações e exigir isto aquilo ou aqueloutro(...). As ilhas tinham uma falta de espaço tremenda, as pessoas viviam amontoadas, sem o mínimo de condições, era uma coisa terrível.*"¹⁹

Saídos da experiência SAAL, MJA e Sérgio Gamelas chegam à Guarda em finais de 70, num momento em que as oportunidades de trabalho como arquiteto eram escassas, e as autarquias se encontravam carentes de meios técnicos. Sérgio Gamelas integra o Gabinete de Apoio Técnico da Guarda (GAT) em 1979 e, em agosto do ano seguinte, MJA ingressa como arquiteta no município da Guarda. Terão ambos papéis importantes dentro do já referido projeto MEREC (1983-1986). Neste projeto, MJA foi Assistente de Coordenação, responsável pelo setor de Planeamento Municipal e corresponsável com Sérgio pelo setor de Construção Civil. Após a conclusão do MEREC em 1986, ela continuará a coordenar os trabalhos do Plano Diretor Municipal da Guarda até à sua ratificação em 1994, contando com a colaboração do Arquiteto Manuel Fernandes Sá e do Engenheiro António Babo, ambos consultores privados do MEREC. Nos dez anos de trabalho na Câmara Municipal da Guarda, MJA foi igualmente responsável pelo Regulamento da Construção da Zona do Centro Histórico da Guarda e pela Monitorização do Perímetro Urbano da Cidade.²⁰ Esteve ainda encarregue da emissão de pareceres de construção, da elaboração de vários projetos no centro histórico, além de projetos de equipamentos e de arranjos e estudos urbanísticos em toda a cidade.

¹⁶Gonçalo Canto Moniz, 'A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 91 (1 de dezembro de 2010): 56-76.

¹⁷Ibid.

¹⁸José António Bandeirinha, *O Processo SAAL E a Arquitectura No 25 De Abril De 1974*, 416.

¹⁹Sérgio Gamelas, Entrevista ao Arquiteto Sérgio Gamelas, Coordenador Setor de Construção MEREC, mp3, 16 de fevereiro de 2016.

²⁰Diário da República, 'Resolução do Conselho de Ministros', Pub. L. No. 55, § I - Série B, 3945 (1994), 3950-55.; Maria José Abrunhosa de Castro, 'Perímetro Urbano - Monitorização julho de 1985/novembro de 1988' (Município da Guarda, novembro de 1988).

Na década de 90, MJA prossegue a sua atividade como profissional liberal na Guarda após ter solicitado a exoneração do seu cargo na Câmara Municipal. Durante esta década, dedica-se sobretudo ao desenvolvimento de planos diretores municipais (PDM), planos de pormenor e planos de urbanização, em especial na Beira Interior. Vila Nova de Foz Côa, Manteigas, Pinhel, Sabugal, Almeida, Moimenta da Beira, São João da Pesqueira são alguns dos concelhos com os quais colaborou. É frequentemente convidada a participar da redação de revistas, como a *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, de seminários, congressos e conferências de planeamento e ordenamento do território, de património, entre outros temas relacionados com o exercício da profissão de arquiteto em instituições do ensino do secundário e superior. Fez parte, enquanto Presidente do Secretariado, das atividades do NARBI, o Núcleo de Arquitetos da Região da Beira Interior da Associação de Arquitetos Portugueses, entre 1989 e 1995, e, no mandato de 1996 a 1988, integrou o Concelho de Delegados da Associação de Arquitetos Portugueses. A par com esta atividade, MJA começa a colaborar sistematicamente com publicações locais, como o boletim municipal *Oppidana*, desde 1991, o semanário *Terras da Beira*, a partir de 1992 e, no ano seguinte no jornal diário *o Público*, edição Norte.

A colaboração com o *Terras da Beira* acontece num período em que o jornal dispunha de uma redação que, segundo Américo Rodrigues, cronista do jornal na mesma altura,:

"... era ativa, crítica, mas sobretudo profissional. Era um órgão de informação com uma estrutura profissional. Eram profissionais, dois tinham vindo do Porto, jovens licenciados em Comunicação Social. A redação funcionava bem, não era excepcional, mas funcionava bem, no sentido de que verdadeiramente informava, verdadeiramente investigava, e não estava ligada a poder nenhum, era isenta, era independente. Ou seja, isto não é de celebrar, todas as redações deviam ser assim. E por isso mesmo, a redação interessava-se muito por as questões de política local. Começou a haver polémica no jornal, muitas crónicas, muitos artigos de opinião de pessoas muito distintas... (quando passou ai há pouco [mostrava imagens dos artigos de Jornal], vi artigos de pessoas do PS e da CDU). Pessoas muito distintas, portanto um jornal plural, independente, isento, corresponde a uma fase muito boa da imprensa local. Comparado com agora então isto está a milhas de distância no sentido positivo. Nesta altura havia investigação mesmo, havia consulta de documentos, ia-se atrás de uma pista, investigava-se, confrontava-se o poder com isso. (...) Mas nesta altura o jornal tinha preocupações de cidadania. Não só cumprindo o seu papel de informar de maneira isenta, como também de abrir o jornal a cronistas e a colaboradores de diferentes áreas. E por exemplo, a Maria José escrevia sobre urbanismo, e isso, haver na imprensa regional uma coluna sobre urbanismo neste tempo sinceramente é um avanço. Mesmo nos jornais nacionais, ainda agora há pouco quem escreva sobre urbanismo ou mesmo sobre arquitetura, como sabe. E

aqui havia uma vontade de discutir esses assuntos ligados ao urbanismo ou à participação dos cidadãos na vida da cidade, que está tudo ligado.^{1b2}

É neste ambiente editorial que MJA inicia as suas crónicas no *Terras da Beira*. Os seus primeiros comentários acompanharam os *cartoons* do Arquiteto e Cronista António Ferreira dos Santos (1948-2016). Este Arquiteto, também formado na ESBAP, publicava *cartoons*, desde 1988, em vários jornais de edição local e regional, atividade que desenvolveu em complementaridade com a de arquiteto na Câmara Municipal do Porto. De acordo com o historiador e biógrafo de humoristas, Osvaldo de Macedo, a formação profissional de Ferreira dos Santos é central para o seu discurso caricatural. O seu produto, crítico e satírico, expõe as suas preocupações ambientais e arquitetónicas acerca da realidade portuguesa.²² Os três *cartoons* publicados no semanário — "*Cuidado Com Elas!*", "*Onde está o Centro Histórico?*", "*Porque não vêm os turistas?*" e "*Errar é humano...*" — expunham a ferocidade do crescimento urbano português, e da Guarda em particular.²³ Nele é evidente a sátira acerca do modo como o crescimento das cidades se concretizava, crescimento consubstanciado numa densificação desprovida de um pensamento específico, ou melhor, sem a necessária articulação com a realidade. MJA, apoiada pelos *cartoons* de António Ferreira dos Santos, manifesta algumas das particularidades na Guarda. Ela explica como a criação não justificada de uma rede viária periférica à cidade era feita sem razões passíveis da necessária articulação urbana/suburbana, como a demolição e construção em altura era realizada em detrimento de uma intervenção legitimadora do papel que os centros históricos têm na cidade. Segundo a própria, os centros históricos eram os elementos capazes de proporcionar aquilo que classifica de qualidade ambiental. E, desenvolvimento não era, na sua perspetiva, uma condição conseguida apenas à custa da urbanização. Ao acontecer, deveria ser resultado de um processo concomitante, em que se garantissem condições de qualidade arquitetónico-urbana, de diálogo com os tecidos históricos da cidade. Elementos necessários para garantir à cidade a diversidade de formas sociais e económicas, imprescindíveis ao seu desenvolvimento.

"... novas vias, são sempre agentes de desordenamento urbanístico, parto para agentes imobiliários à margem de qualquer consideração do interesse público, factor de empobrecimento do carácter de pequenas cidades e vilas."^{1b4}

²²Américo Rodrigues, Entrevista a Américo Rodrigues: a Guarda e a Arquitecta Maria José Abrunhosa de Castro, mp3, 29 de julho de 2017. Américo Rodrigues é natural da Guarda, é licenciado em Língua e Cultura Portuguesas, tendo atuado no desenvolvimento e programação cultural do concelho na Câmara Municipal da Guarda, foi também fundador do Teatro Aquilo e do Teatro Calafrio, dramaturgo, poeta e cronista. De 2005 a 2013 foi diretor artístico do Teatro Municipal da Guarda e coordenador da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.

²³Osvaldo Macedo, 'Prefácio', em *Dedo N'Frida* 2000 *Errare Urbanum Est* (Porto: Catálogo de Exposição de António Ferreira dos Santos, 2002).

²⁴Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Cuidado com elas!', *Terras da Beira*, 9 de Setembro de 1993, sec. Opinião.; Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Onde está o Centro Histórico?', *Terras da Beira*, 4 de novembro de 1993, sec. Opinião.; Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Porque não vêm os turistas?', *Terras da Beira*, 18 de novembro de 1993, sec. Opinião.; Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Errar é humano...', *Terras da Beira*, 21 de novembro de 1993, sec. Opinião.

²⁴Abrunhosa de Castro e Ferreira dos Santos, 'Cuidado com elas!'.

"Deixam-se construir andares sobre quarteirões antigos, deitam-se abaixo casas velhas para construir novas, erguem-se torres e mais torres nos arredores – eis os símbolos do progresso e da modernidade! Depois é o turismo, uma indústria com futuro e para a qual tínhamos ótimas condições de atractividade, que fica comprometido..."²⁵

Recorrendo a alguns indicadores estatísticos, importa mencionar que a partir do final da década de 80, e especialmente na década de 90, a cidade da Guarda regista um crescimento populacional significativo. Este aumento é resultado das transformações económicas e sociais decorrentes da democratização e da entrada de Portugal na CEE, do investimento público gerado em matéria de infraestruturas viárias, como o IP5, do investimento na indústria e equipamentos. Acerca deste último, salienta-se o investimento no ensino superior, que na Guarda tem a sua expressão no Instituto Superior Politécnico. Durante esta década registou-se um crescimento demográfico na ordem dos 37%, comparativamente com o período censitário anterior.²⁶ Esta variação demográfica veio afirmar a assimetria da cidade em relação ao restante território concelhio e a sua situação polarizadora mesmo. E, na transformação do edificado da cidade, configuraram-se dinâmicas coincidentes com o panorama nacional à data, ou seja, o crescimento demográfico da maioria das freguesias urbanas, exceção feita ao centro histórico, no qual se verifica a perda de população e sua consequente terciarização.²⁷ O edificado na cidade conforma-se em direção à estação de caminhos-de-ferro e é sobre este eixo, centro histórico-estação, que se apura um contínuo crescimento da densidade populacional (Hab/Km²) e da densidade de alojamentos (Aloj/Km²).²⁸ É também nesta década que a Guarda regista o maior período de intensidade construtiva.²⁹

Deste crescimento demográfico derivou a rápida urbanização da cidade e, com ela, a já referida dificuldade de controlar e gerir o seu desenvolvimento. Se durante a década anterior MJA havia desenvolvido um trabalho considerável dentro da autarquia, em particular, no que se refere ao desenvolvimento do Plano Diretor Municipal (PDM), na década de 90, nos seus artigos, irá proceder de forma frequente ao seu esclarecimento e à discussão sobre a importância dos mesmos para a sociedade. Em *"Planos para que vos quero!"*, artigo publicado no rescaldo dos primeiros planos ratificados em Portugal, MJA propõe uma reflexão sobre o seu futuro.³⁰ Primeiro, salienta a novidade que os planos representam para as autarquias e para uma sociedade ainda pouco familiarizada com eles e

²⁵ Abrunhosa de Castro e Ferreira dos Santos, 'Porque não vêm os turistas?'

²⁶ Consultar no Anexo III: Quadro C: Evolução Demográfica da Cidade e Concelho da Guarda: A Cidade e seu Enquadramento Local, Regional e Nacional.

²⁷ Consultar no Anexo III os Gráficos: Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao longo dos Recenseamentos: Contexto Local, Regional e Nacional, Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos e o Desagregado das suas Freguesias Urbanas.

²⁸ Consultar no Anexo III o Quadro H: A Cidade no Concelho: Dinâmicas Demográficas e Urbanas.

²⁹ Consultar no Anexo III o Gráfico: Edifícios por período de construção, Censos 2011.

³⁰ Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos para que vos quero! (reflexões sobre o futuro dos PDM)', *Terras da Beira*, 17 de junho de 1993, sec. Opinião.

Opinião 15 TERRAS DA BEIRA

Circulares e variantes

Cuidado com elas!

Ilustração de António Ferreira dos Santos

TUDO COMEÇOU ASSIM...

SURGE A MARGINAL...

BELA VISTA PARA O MAR!

PROGRIDE-SE PARA O INTERIOR!

SURGE A VARIANTE...

É MAIS 'PROGRESSO'...

BOM! FAZ-SE A VARIANTE A VARIANTE...

E, DE VARIANTE EM VARIANTE SE VÃO DESTRUINDO AS 'MARGINAIS' TERRAS DESTA PAÍS A BEIRA-MAR PLANTADO.

No avizinhar da campanha para as autárquicas, um pouco por todos os concelhos se (re)começa a ouvir falar em vias de circulação externa aos aglomerados, fazendo parte de programas eleitorais e de críticas das oposições, estas normalmente criticando a ausência desses mais recentes símbolos de progresso e desenvolvimento...

Infelizmente poucos, público e eleitos locais, se dão conta dos efeitos predadores do solo, do ambiente e do ordenamento do território causados pela abertura compulsiva dessas novas vias - quando elas não correspondem a necessidades reais de fechar malhas urbanas desorganizadas ou dispersas, mas a rasgos em terrenos virgens onde nenhuma necessidade real de circulação se faz sentir.

Neste caso as novas vias são sempre agentes de desordenamento urbanístico, pasto para apetites imobiliários à margem de qualquer consideração de interesse público, factor de empobrecimento do carácter individual das pequenas cidades e vilas.

Como uma imagem vale mais do que cem palavras, não resisto a publicar esta banda desenhada, gentilmente cedida pelo arquitecto António Ferreira dos Santos, do Porto, que, embora reportando-se a uma situação de costa se aplica integralmente ao Interior, onde a pressão urbanística é muito menor e as circulares acabam por ser formas de afirmação desastrosas e irreversíveis que não vão resolver problemas mas criar problemas, desviando verbas vultuosas que poderiam ser melhor aplicadas na requalificação e reabilitação urbana dos centros históricos e dos espaços de expansão recente, factores de melhoria da qualidade ambiental e de atracção de emprego qualificado tão necessário ao desenvolvimento...

Maria José Abrunhosa

De 9 a 22 de Setembro

7.1. Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Cuidado com elas', *Terras da Beira*, 9 de setembro de 1993, sec. Opinião.

breza de Vilar Formoso é avaliado do que foram cumpridos os objectivos, com o objectivo de operar

Onde está o Centro Histórico?



**CENTRO HISTÓRICO?
ISSO JÁ NÃO TEMOS!...
MAS TEMOS UM ÓPTIMO
PERÍMETRO URBANO!**

Em algumas cidades e vilas, ele já não existe. Noutras existe, mas quase não se vê. Algumas ficaram (mais ou menos) preservadas porque pura e simplesmente não se desenvolveram. Outras tiveram a sorte de ser avisadas a tempo. Na Guarda, por exemplo, graças a acções promovidas em 1980, como o arquitecto Nuno Portas, e em 1982, como o Plano dos Alemães, acções que o Executivo camarário da época aprovou por unanimidade e os serviços técnicos religiosamente seguiram, a silhueta urbana e o centro histórico foram sendo (mais ou menos) acatelaçados, a maior parte das vezes em braço de ferro com as ideias do progresso instaladas no meio. Relembre-se que pouco antes de 1980, o arquitecto Emílio Faria, funcionário da Câmara Municipal, foi criticado na Comunicação Social da Guarda por, ao dar parecer negativo aos pisos e mais pisos, estar a impedir o desenvolvimento da cidade...

(texto de Maria José Abrunhosa e desenho de António Ferreira Santos)




**...ESTA CIDADE ESTÁ
COMPLETAMENTE
DESCARACTERIZADA!**

ERRARE URBANUM EST!

Errar é humano...

...e no entanto, quantos não sonham ainda, por esta província fora, com torres e «prédios altos» nas suas cidades e vilas, paradigma do progresso e desenvolvimento, como se crescer para cima e densificar as construções nos centros urbanos não fosse antes sintoma de laxismo face aos interesses muito particulares de alguns (des)investidores muito privados, e factor de empobrecimento ambiental irremediável que mais contribui para repelir investimentos do que para os captar?...

(Texto de Maria José Abrunhosa e desenho de António Ferreira dos Santos)



**MANEL!!! DESTAPA
O CENTRO HISTÓRICO!!
VEM AÍ UM TURISTA!!**

Por que não vêm os turistas?

Nascidos e criados num Centro urbano, não nos damos conta da sua beleza e qualidade ambiental, e surpreendemo-nos por vezes com a admiração que provoca no visitante aquilo que para nós é banal. O pior é que, frustrados com o atraso e estagnação da região e a contínua emigração para os grandes centros, sejamos tentados a imitar pela aparência o que noutros locais é apenas a face indesejável do crescimento - a densificação urbana, com cidades superlotadas e à beira da ruptura.

Deixam-se construir andares sobre quarteirões antigos, deitam-se abaixo casas velhas para construir novas, erguem-se torres e mais torres nos arredores - eis os símbolos do progresso e da modernidade!

Depois é o turismo, uma indústria com futuro e para a qual tínhamos ótimas condições de atractividade, que fica comprometido...

texto de Maria José Abrunhosa
desenho de António Ferreira dos Santos

TERRAS da BEIRA

7.2. Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Onde está o Centro Histórico?', *Terras da Beira*, 4 de novembro de 1993, sec. Opinião; 'Porque não vêm os turistas?', *Terras da Beira*, 18 de novembro de 1993, sec. Opinião; 'Errar é humano...', *Terras da Beira*, 21 de novembro de 1993, sec. Opinião.

com a normativa urbana legal que vêm impor. Depois, desenvolve sobre a importância dos mesmos enquanto instrumentos legais e de igualdade territorial, os quais não devem ser sujeitos aos interesses particulares de uma minoria. Os planos são elaborados: "... para defender o interesse público, nomeadamente os interesses difusos (ambiente, património, paisagem, qualidade de vida) e a igualdade dos cidadãos perante as regras de transformação e uso do solo."³¹ Ao considerar os planos como instrumentos para a democracia no uso do espaço, MJA reflete igualmente sobre as ameaças a esta ideia. Uma delas é a partidarização dos planos ao invés da discussão política das ideias que o sustentam. Para ela, o dissenso político-democrático é obrigatório, o único capaz de evitar a partidarização política, contrariando a defesa de interesses partidários e/ou particulares, envoltos em supostos argumentos técnicos. A garantia da equidade no uso do solo só poderá ser conseguida pelo debate sobre a coisa urbana e, com esse debate, a formação de uma opinião pública informada, contestatária das decisões políticas tomadas.

A democracia como ideia intrínseca à cidade e a contestação as ações do poder por parte de uma sociedade informada crítica e interventiva são ideias que MJA persegue e defende nos seus artigos. Em 1998, em sete artigos com o título "*Planos Municipais e Cultura Democrática*", regista as mudanças operadas na gestão dos planos e explica o trabalho desenvolvido na Guarda, o que envolveu e os resultados obtidos.³² No primeiro artigo, MJA reflete sobre os progressos que o processo de planeamento trouxe, o que permitiu ultrapassar anteriores idiosincrasias relativamente à aprovação de construções carentes de sustentação técnico-legal, sujeitas à autoridade do poder técnico e/ou político autárquico e à capacidade influenciadora do poder privado no processo decisório: "*Jamais um curso garantiu a honorabilidade ou a competência de quem quer que fosse. A câmara, aliás, escutava o meu parecer mas era livre de não o seguir. Lembro-me de como votavam os vereadores e o presidente: "choca-me", "não me choca", era o derradeiro argumento, de cuja arbitrariedade não se davam aparente conta.*"³³ Este processo decisório viria a ser alterado, primeiro com a capacitação técnica das autarquias e, segundo, pela mudança legal proporcionada pelos planos de ordenamento do território instituídos em 1982.³⁴ Assim, o MERECE foi para MJA uma '*tábua de salvação*' como expôs, argumentando sobre a inclusão do PDM como projeto-chave face às muitas reservas da administração local e central. Os estudos do PDM manifestaram as intrínsecas susceptibilidades dos processos de atribuição de licenças de construção, validando uma realidade física cujas consequências futuras se previam nefastas:

³¹Ibid.

³²Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (1)', *Terras da Beira*, 18 de junho de 1998, sec. Opinião; Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (2)', *Terras da Beira*, 2 de julho de 1998, sec. Opinião.; Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (3)', *Terras da Beira*, 16 de julho de 1998, sec. Opinião; Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (5)', *Terras da Beira*, 13 de agosto de 1998, sec. Opinião.; Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (6)', *Terras da Beira*, 27 de agosto de 1998, sec. Opinião; Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (conclusão)', *Terras da Beira*, 10 de setembro de 1998, sec. Opinião.

³³Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (1)'.

³⁴Diário da República, Decreto de Lei n.º 208/82, de 26 de maio de 1982.

"A continuar a aprovar loteamentos e construções ao acaso das pretensões particulares, a Guarda corria o risco de se tornar ingovernável: não havia orçamento camarário nem fundos europeus capazes de dotar de infraestruturas e equipamentos mínimos uma tão vasta área, nem possibilidade de dotar a cidade de um módico de qualidade de vida, de identidade urbana, de coesão de imagem. A cidade estava a pulverizar-se nos terrenos rurais periféricos, e como crescimento não é desenvolvimento, produzia-se um fenómeno de "vasos comunicantes": a periferia crescia, poeirenta, desorganizada, cheia de carências, uma permanente estaleiro, e a cidade consolidada, tradicional, histórica, ia-se desertificando, com lojas obsoletas, casas a servir de armazéns, residentes envelhecidos ou sem capacidade de investimento. Era o desperdício e a irracionalidade "in acto.""³⁵

A incapacidade na aprovação legal do plano era condicionada pela atuação da administração central do Estado, na dificuldade em atender às solicitações dos municípios, situação que só veio a ser ultrapassada em 1992, com um novo diploma legal.³⁶ Promovido pelo Ministro do Planeamento e da Administração do Território, Luís Francisco Valente de Oliveira, o novo Decreto-Lei desburocratizava os processos da administração central e obrigava os municípios à realização do PDM como condição de acesso a fundos comunitários.³⁷ Para a Guarda, o tempo que mediou entre o desenho do plano e a sua ratificação legal, significou que a equipa técnica municipal tinha de acompanhar e persuadir promotores, adaptando as suas pretensões a realidades consentâneas com a realidade física e infraestrutural da cidade, procurando não a agravar:

"Sentia-me por vezes esmagada pela sensação que tinha a cidade segura pela ponta da minha caneta-tudo parecia depender do que iria escrever e da forma como o faria. (...) Recordo a Quinta do Zambito, com uma proposta de alta densidade numa zona sem rede de esgotos abrindo uma frente urbana numa área que ainda estava virgem de loteamentos e era (é) um notável enquadramento paisagístico da margem norte da cidade da Guarda. (...) Com a ajuda dos consultores do MEREC, prof. M. Fernandes de Sá e eng.º A. Babo, que reforçaram alguns dos meus pareceres mais delicados, esses loteamentos foram drasticamente reconvertidos por deliberação camarária e após negociações aturadas. (...) A Quinta do Zambito acabou ocupada pelo Instituto Politécnico, e, se bem que outros locais fossem melhores para esse importante equipamento, foi o compromisso que a câmara conseguiu assumir, já que não quis ter o ónus de um indeferimento liminar do loteamento inicial."³⁸

³⁵Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (3)'.

³⁶Diário da República, Decreto-Lei 211/92, 8 de outubro de 1992.

³⁷Ver: Nuno Portas, 'Notas sobre a experiência dos PDM 1994', em *Os Tempos das Formas vol.2 A Cidade Imperfeita e a Fazer*, 1.ª edição, vol. 2, 2 vols. (Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005), 171-83.

³⁸Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (4)'.

A clareza de MJA acerca da sua experiência profissional, as dúvidas e a responsabilidade sobre a mesma são frequentes na sua escrita. É através delas, que evidencia o processo de aprendizagem e os desafios a que esteve sujeita, criando um laço pedagógico com o leitor, desmistificando e apresentando as dificuldades de execução de um instrumento de planeamento, explicando a importância da classificação do solo e dos critérios construtivos, cuja interpretação inequívoca deve clarificar o cidadão e o político. Em entrevista, os ex-autarcas do Partido Socialista, Abílio Curto e Maria do Carmo Borges, salientam esta sua faceta pedagógica e combativa que, no âmbito da autarquia, originava conflitos acesos acerca do modo como era conduzido o crescimento da cidade.³⁹

Manifestado por MJA, o esforço na contenção do crescimento urbano tem subjacente a financeirização da economia portuguesa, em particular das políticas de acesso à habitação direcionadas para o crédito para aquisição de casa própria que, em 1990, com a criação do crédito bonificado, se intensifica. No mesmo ano, a lei de solos determinou o valor do solo em função da sua capacidade construtiva, criando constrangimentos financeiros à compensação por expropriação pública, situação que inviabilizou o investimento municipal em bolsas de terreno para construção.⁴⁰ Esta dificuldade, aliada ao aumento da procura habitacional, redundou no rápido crescimento urbano das cidades portuguesas e no sobredimensionamento dos perímetros urbanos no planeamento, criando zonas de terreno vazias nas cidades. Convergindo em interesses, as câmaras municipais diretamente beneficiárias de taxas urbanas, os investidores e os bancos exerceram pressão para a reclassificação do solo urbano e para o seu desenvolvimento.⁴¹

"Porque o crescimento harmonioso duma cidade não se faz com a credulidade das câmaras face às boas intenções dos promotores. Faz-se com o conhecimento dos dados (demográficos, de mercado, sociais, económicos, etc.) que permitem condicionar investimentos realistas e minorar os efeitos de voluntarismos megalómanos. De que a Guarda aliás tinha experiência: se o leitor não sabe fica a saber – onde está a torre e os desinteressantes prédios em frente ao Pingo Doce, no meio de espaço público escalavrado onde umas pontas de verde teimam em estiolar, era suposto estar uma fantástica urbanização que incluía belos relvados, vistosos edifícios e um hotel com um cinema e julgo que uma piscina..."⁴²

Através das palavras de MJA, atinge-se a consciência sobre esta convergência de interesses e dos problemas que acarretam para a qualidade do espaço urbano. A corroborar esta imagem, em entrevista, o Arquiteto António Saraiva crítica a atuação das elites da especulação imobiliária guardense que, por muito tempo, apostaram na construção em

³⁹Abílio Curto, Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1976 a 1995.,mp3, 14 de março de 2016.; Maria do Carmo Borges, Entrevista à Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1995 a 2005: Plano Estratégico e a Cidade da Guarda, mp3, 16 de dezembro de 2017.

⁴⁰Diário da República, Decreto-Lei 438/91, 09 de novembro de 1991.

⁴¹Ana Santos, Nuno Serra, e Nuno Teles, 'Finance Housing Provision in Portugal', *FESSUD Working Paper Series* (Leeds: FESSUD Project, 2015), 15-20.

⁴²Maria José Abrunhosa de Castro, 'Planos Municipais e Cultura Democrática (4)'.

número, sem qualidade de desenho urbano ou construtiva.⁴³ Por outro lado, enquanto MJA contesta a especulação imobiliária, ela não deixa de apontar o dedo à estrutura autárquica, porque a conhece por dentro, porque é a instituição representativa da democracia na cidade e a mais próxima dos cidadãos. Ao poder autárquico fará poucas concessões, sem deixar, no entanto, de reconhecer os seus méritos. Mas também se dará conta do seu esvaziamento político. Nessa crítica incluem-se os desafios e limitações da profissão de arquiteto na administração local.

O poder local e a autarquia, como estrutura administrativa do Estado, têm um papel mediador nas relações entre o Estado e demais processos sociais, entre eles a construção e organização da cidade. A promulgação da lei das competências das autarquias locais transformou a capacidade de gestão das autarquias, conferindo-lhes maior autonomia e liberdade de atuação.⁴⁴ O autarca tornou-se um coordenador, promotor e orientador de iniciativas que considerem o desenvolvimento urbano e económico do município. Da análise feita por Fernando Ruivo à transformação do poder local em Portugal, o autarca surge como mediador político de uma rede de interesses a concertar: entre o sistema político partidário, a administração central e a administração local, esta última sujeita a grupos de interesse e ligações partidárias.⁴⁵ Opondo-se à sujeição do autarca a determinados grupos e redes de interesses sob pretextos de progresso e desenvolvimento, MJA explica como a administração técnica local deve assumir um papel persuasor em defesa do "*interesse do público contra os interesses do público*".⁴⁶ Diga-se da valorização do património e do ambiente da cidade, da coordenação do seu crescimento sustentado e da legalidade urbanística. Contudo, o papel persuasor do técnico, particularmente do arquiteto municipal, enfrenta dificuldades decorrentes de uma estrutura administrativa que MJA classifica como desinteressada na qualificação dos seus técnicos, incapaz de ultrapassar uma organização pouco responsabilizada e centralizadora. Situação que torna problemática a criação de equipas técnicas capacitadas para perseguirem os interesses coletivos da cidade em matéria de desenvolvimento.⁴⁷

Não atuando isolado, nem completamente dependente da hierarquia da máquina administrativa estatal, o âmbito político-administrativo local procede da sua situação e posição local, desenvolvendo "*lógicas e culturas organizativas próprias para a resolução (ou adiamento), de pelo menos, uma parcela dos problemas que se lhe apresentam*".⁴⁸ Na exposição das fragilidades desta lógica organizativa, carente de meios técnicos, MJA equaciona os problemas que surgem na gestão urbana e na profissão de arquiteto municipal: a tomada de decisões pelo autarca de forma unilateral e a sua relutância em aceitar a posição técnica; e a atuação do arquiteto que, carente de apoio político, inviabiliza o desenvolvimento

⁴³Antonio Saraiva, Entrevista ao Arquiteto António Saraiva: A Guarda, crescimento urbano, planeamento e o Polis., mp3, 3 de agosto de 2018.

⁴⁴Diário da República, Decreto-Lei 100/84, 29 de março de 1984.

⁴⁵Fernando Ruivo, 'Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30 (junho 1990): 75-95.

⁴⁶Maria José Abrunhosa de Castro, 'Cinco problemas avulso para uma tragédia sem solução à vista', *Terras da Beira*, 30 de dezembro de 1992, sec. Opinião.

⁴⁷Ibid.

⁴⁸Ruivo, 'Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia', 84.

de equipas e estratégias que possam ser implementadas e avaliadas consolidando de métodos de trabalho.⁴⁹ O ónus das decisões técnicas fica sobre aqueles cuja predisposição natural se interessa e opõe a iniciativas predatórias, ou, por outro lado, sobre aqueles que são permeáveis à pressão de interesses.⁵⁰ MJA alerta também para a perigosidade do esvaziamento do saber técnico, que nas cidades médias do interior havia redundado no empobrecimento das decisões sobre ordenamento. Na Guarda refere como exemplos: a implantação de uma bomba de gasolina em área de reserva arqueológica, na Póvoa do Mileu, e a construção de um depósito de água sob uma necrópole, na cerca do Castelo.⁵¹

Apesar de na realidade nacional democrática, posterior a 1976, persistisse a ideia da autarquia como instituição democrática próxima do povo, o sistema partidário veio, em função da representatividade eleitoral e da criação de alianças em ciclos governativos, transformar a política local, subordinando-a às pressões locais e interesses partidários. Também a prática normativo-legal, os processos de atuação e os diversos níveis de decisão criam descontinuidades entre a hierarquia administrativa e os níveis decisórios, assim como distintas racionalidades na articulação com o tecido social. O exercício administrativo redundou em burocracia e no uso discricionário do poder resultante de cumplicidades pessoais e institucionais locais.⁵² Da sua experiência sobre os processos do exercício administrativo local, MJA em *"A Guarda entre dois Mundos"* critica a postura do ex-presidente Abílio Curto, cujos 20 anos de autarquia o tornaram conhecido como 'Presidente das Aldeias', pela retirada de oportunismo político do *"...isolamento, fragilidade económica e pouca instrução que caracterizam a sociedade rural..."* que suporta *"... formas feudais e pré-democráticas, assumidas por quem administra e consentidas por quem é administrado, (...), coexistindo paradoxalmente com a democracia formal do voto em urna."*⁵³

Deste modo, quando as mudanças demográficas, sociais, económicas e físicas verificadas na cidade da Guarda constroem e validam uma sociedade claramente urbana, subsiste a incapacidade do poder político em avaliar a conjuntura, numa ausência de reflexão política sobre o papel da cidade:

"...Na demografia urbana tem hoje um peso crescente uma população trazida pela emergência de emprego no terciário superior, uma população geralmente instruída, de pessoas que se fizeram a si próprias. O que estas pessoas esperam do poder não é protecção, é liberdade. São cada vez em maior número, têm cada vez mais influência social, constituem o passaporte para o futuro e não se reveem nem conseguem viver numa sociedade fechada arcaica e rural que prefere, ao governo das leis, o governo dos homens. (...) A drenagem sistemática de recursos fora deste quadro de exigências, o investimento não reprodutivo automático em certos melhoramentos rurais em aldeias em processo de desertificação mais ou menos acelerada, é uma questão que se

⁴⁹ Abrunhosa de Castro, 'Cinco problemas avulso para uma tragédia sem solução à vista'.

⁵⁰ Maria José Abrunhosa de Castro, 'A osteoporose do interior, as cidades médias e a regionalização', *Terras da Beira*, 28 de setembro de 1995, sec. Opinião.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ruivo, 'Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia', 83.

⁵³ Maria José Abrunhosa de Castro, 'A Guarda entre dois mundos', *Terras da Beira*, 27 de março de 1997, sec. Opinião.

*colocava há já 10 anos e que está a chegar ao seu ponto crítico. É que o futuro deste concelho vai depender de saber se a cidade vai estagnar lentamente arrastada pelo declínio das suas aldeias, ou se é a cidade que se vai desenvolver e transformar o mundo rural em outra coisa qualquer – sustentada, viva, mas necessariamente (muito) diferente, libertando as suas gentes do servilismo e subdesenvolvimento.*⁵⁴

A mudança física e sociodemográfica da Guarda foi acompanhada pelo alargamento do horizonte da experiência social da cidade. Em *"O interior, a regionalização e as autoestradas"*, MJA opõe-se à discussão sobre a regionalização que na altura dominou o espaço mediático e político nacional. A sua crítica envereda sobre os perigos da regionalização, a qual, perante as posições partidárias de então, parecia desenrolar-se num jogo de conveniências políticas, de novas instituições da administração pública que, segundo a própria redundariam um enfraquecimento da *'subserviente sociedade civil'*. Mas, o que antecede esta sua posição é a constatação sobre o modo como o investimento em acessibilidades, nomeadamente as autoestradas ajudou a criar pontes na circulação do interior com o litoral, transformando a sociedade urbana da Guarda, abrindo perspetivas. Os investimentos públicos em matéria de infraestruturas permitiram o crescimento de um mercado de trabalho especializado no interior, e a abertura da cidade ao ensino superior trouxe consigo uma população estudantil de necessidades plurais e diversificadas. De acordo com MJA, transpôs-se o servilismo social existente e a cidade abriu-se a anonimidade do cidadão comum e a uma experiência de vida moderna e mais cosmopolita:

*"Esta situação foi-se alterando muito rapidamente, tão rapidamente que foi visível, palpável. (...) Desapareceram assim os caixeiros viajantes e apareceram supermercados, papelarias e lojas de marca em 'franchising'; os jornais passaram a chegar a horas próprias, e, claro, passou a haver sacos do lixo à venda em todo o lado.*⁵⁵

As novas dinâmicas da vida urbana possibilitavam a realização de experiências e relações de convívio diferentes. Em *'Boas Coisas'*, MJA saúda a organização das festas da cidade de 1998. Realizadas entre a Praça Velha e a Alameda de Santo André, proporcionavam uma manifestação diferente da vida citadina, feita com recursos a esplanadas improvisadas e em horários distintos algo que *"... valoriza a vida urbana no que ela tem de mais apreciável, e que o paradigma moderno das periferias está a matar irremediavelmente: a cidade como centro promotor do convívio, troca de ideias e de produtos, de civilização.*⁵⁶

Na modificação da experiência social e urbana reside também a transformação proporcionada pela arquitetura em intervenções compreendidas na reabilitação do espaço público, de edifícios históricos e em programas públicos, como equipamentos e habitação

⁵⁴Ibid.

⁵⁵Maria José Abrunhosa de Castro, 'O Interior, a Regionalização e as autoestradas', *Terras da Beira*, 21 de março de 1996, sec. Opinião.

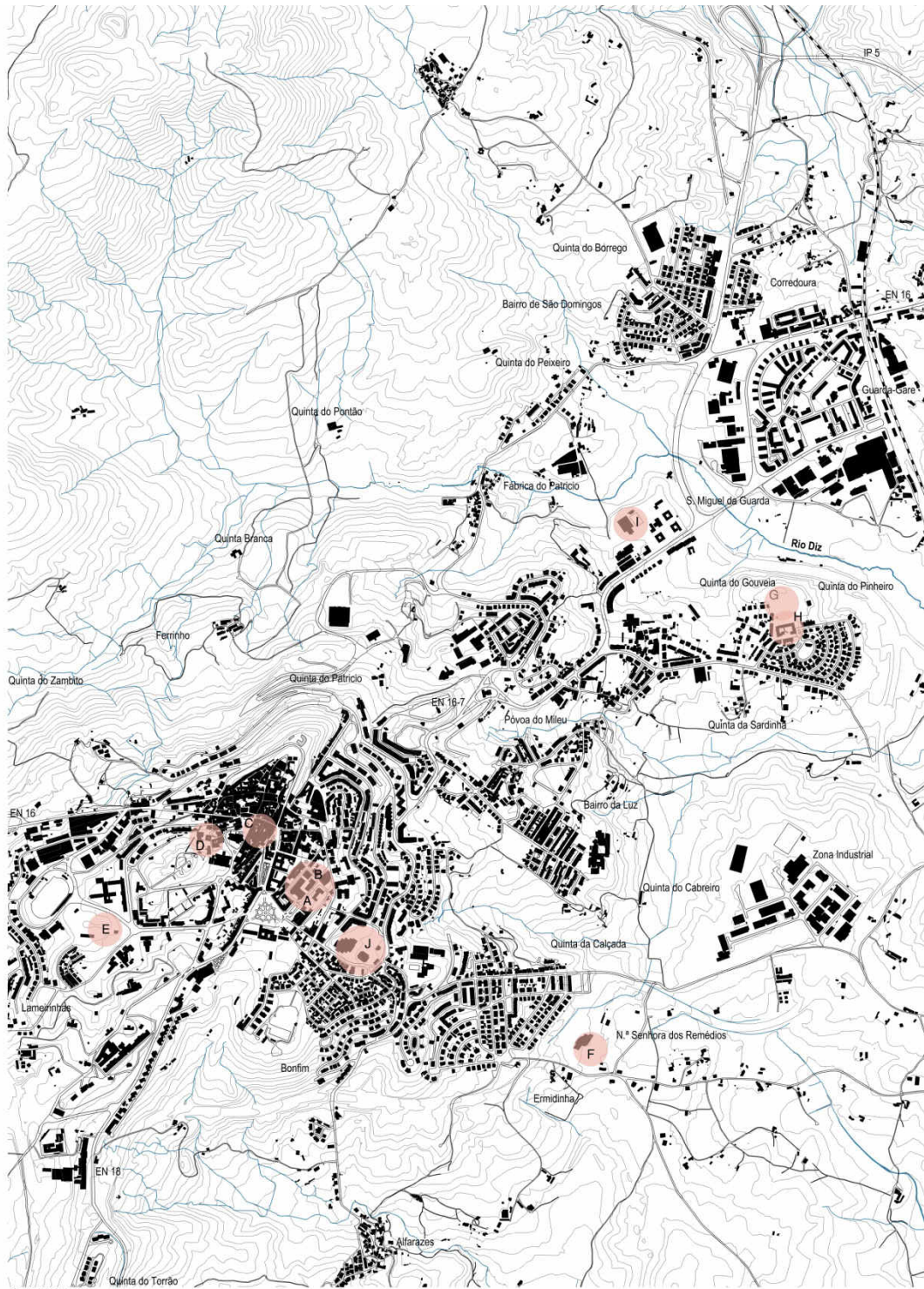
⁵⁶Maria José Abrunhosa de Castro, 'Boas Coisas', *Terras da Beira*, 22 de outubro de 1998, sec. Opinião.

(ver figura 7.4. e 7.5.). Nos equipamentos, destaca-se a conclusão do novo Mercado e o Centro Coordenador de Transportes, o novo edifício da Caixa Geral de Depósitos, do Arquitecto Chorão Ramalho (1914-2012), o novo edifício da Câmara Municipal, inaugurado em 1992, da autoria do Arquitecto João Paciência, e as Piscinas Municipais, projeto da Autoria do Atelier Ideias, Arquitetura e Consultadoria Técnica, Lda., concluídas em junho de 1999. No âmbito das intervenções no espaço público, estão os trabalhos dos arquitetos António Carvalho, autor da Recuperação do Jardim Teles de Vasconcelos e Largo das Freiras, e Nuno Martins, responsável pela recuperação do Parque Municipal da Guarda. Intervenções premiadas com o prémio do Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território de 1995. Ao Arquitecto Nuno Martins fica ainda a dever-se a recuperação do Bar A Muralha, no Centro Histórico, e da Mediateca Municipal (no edifício dos Paços do Concelho), projeto com a colaboração artística de Manuel Alves Cargaleiro. Entre o trabalho desenvolvido pelos arquitetos do Gabinete Técnico da Guarda (1979-1997), onde passaram várias gerações de arquitetos, acham-se diversos projetos de recuperação de inúmeras edificações no centro histórico, como foi o caso de uma casa no Largo do Torreão e do Antigo Edifício do Condão, a reabilitação do eixo da Avenida da Estação da Guarda, e o desenho do Pavilhão Desportivo Municipal de São Miguel, e o conjunto habitacional de promoção municipal na Urbanização do Pinheiro, projeto da coordenação do Arquitecto Aires Gomes de Almeida, prémio INH 1996.



7.3. Publicação do Projeto de Siza Vieira no Terras da Beira. JMS, 'Siza Vieira apresenta projecto para a urbanização do Pinheiro', *Terras da Beira*, 9 de junho de 1994, sec. Política.

Em matéria de habitação, a Urbanização do Pinheiro, espaço-chave da autarquia nos seus esforços de suprir a procura habitacional que se seguiu ao 25 Abril, continuou a ser alvo de intervenção municipal, compreendendo agora edifícios multifamiliares. Além dos projetos municipais há que referir o projeto do Arquitecto Siza Vieira e António Madureira, desenhado para a Cooperativa de Habitação Casa Jovem, não construído na sua totalidade.



GUARDA 2000

- A. Câmara Municipal da Guarda, Arquiteto João Paciência.
- B. Caixa Geral de Depósitos, Arquiteto Chorão Ramalho.
- C. Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho, Arquiteto Nuno Martins
- D. Recuperação Largo das Freiras e Jardim Teles de Vasconcelos, Arquiteto António Carvalho.
- E. Recuperação do Parque da Cidade, Arquiteto Nuno Martins.
- F. Piscinas Municipais, Atelier Ideias, arquitectura e consultadoria técnica, lda.
- G. Cooperativa Habitacional Quinta do Pinheiro, Arquiteto Álvaro Siza Vieira e António Madureira
- H. Conjunto Habitacional Quinta do Pinheiro, Prémio INH, Coord. Arquiteto Aires Almeida, Gabinete Técnico da Guarda.
- I. Pavilhão Desportivo Municipal de São Miguel, Gabinete Técnico.
- J. Mercado Municipal e Centro de Transportes Intermodal.



0 100 500m

7. 4. Guarda 2000 | Reconstituição sobre cartografia contemporânea.



A. Câmara Municipal da Guarda, Arquiteto João Paciência.



B. Caixa Geral de Depósitos, Arquiteto Chorão Ramalho.



F. Piscinas Municipais, Atelier Ideias, arquitectura e consultoria técnica, lda.



G. Cooperativa Habitacional Quinta do Pinheiro, Arquiteto Álvaro Siza Vieira e António Madureira



H. Conjunto Habitacional Quinta do Pinheiro, Prémio INH, Coord. Arquiteto Aires Almeida, Gabinete Técnico da Guarda.



I. Pavilhão Desportivo Municipal de São Miguel, Gabinete Técnico.



J. Centro de Transportes Intermodal.



J. Mercado Municipal

7.5. Guarda | Grandes Equipamentos e Habitação 1986-2000. Agosto 2020.

Este programa habitacional era constituído por 52 habitações, 34 das quais unifamiliares, organizado em quatro linhas de casas de banda contínua. Os prédios multifamiliares em situação de remate previam lojas ao nível do rés-do-chão. Supunha também a criação de um espaço social e religioso para as atividades da cooperativa e dos seus habitantes. A presença de Siza Vieira na cidade era anunciada pelo *Terras da Beira*, onde se citava o arquiteto, as suas preocupações económicas e materiais do projeto, bem como as preocupações manifestadas pelos cooperantes no desenho da sua habitação. Em 1994, aquando da apresentação final do projeto, em *"Siza Vieira na Guarda ou de como em 20 anos as coisas até mudam"*, MJA lamenta a falta de cultura que interfere na ação e decisão do poder público e a sua inaptidão no reconhecimento e importância da arquitetura de qualidade e aquilo que ela pode trazer à cidade, na manutenção e integração social das populações. A este respeito, dirige uma explicação sobre o trabalho desenvolvido com Siza Vieira no conjunto habitacional da Bouça no Porto, no âmbito do programa SAAL, para evidenciar as virtudes da sua intervenção na Guarda, naquilo em que a evidência do desenho arquitetónico traz à cidade, enquanto potenciador de continuidades urbanas.

"Solução que «coze» e remata a malha urbana no local, de densidade média-alta, mas com baixa altura, banda contínua, formando pequenas ruas arborizadas, blocos colocados em situação de remate e especialmente inteligente, o edifício destinado às actividades sociais e religiosas, estrategicamente colocado na colina do Pinheiro que vai fazer dele uma referência urbana – por exemplo, para quem venha da futura Viceg – dando ao edifício simbólico o lugar certo, como dantes se fazia.

Dantes quando as torres da Sé, da Igreja da Misericórdia e volume da Torre de Menagem eram referência urbana para as populações das aldeias vizinhas, hoje quase escondidas sobre o peso visual de torres de habitação e escritórios, que nada mais simbolizam que a falta de valores e a força da especulação imobiliária dos nossos dias...⁵⁷

A posição de MJA em relação à atividade do arquiteto estava profundamente arreigada naquilo que ele era capaz de proporcionar pelo estudo do espaço pelo desenho. Desenho usado na melhoria da qualidade do espaço urbano e na defesa da cultura, dos valores históricos e ambientais da cidade. A sustentação desta indagação pelo desenho pressupunha a existência de uma sensibilidade refreadora da espetacularidade arquitetónica de excessiva manifestação autoral. No ano de 1998, em *"Brincadeiras Arquitectónicas"*, MJA discute como as mais recentes intervenções no centro histórico estão a ser conduzidas, em contrariedade com o disposto no Regulamento do Centro Histórico, reivindicando uma atuação conscienciosa sobre o espaço:

"Na verdade os arquitectos capazes de se encarregarem da tarefa são a excepção e não a regra. Existe hoje uma nefasta cultura de arrogância arquitectónica, cada vez mais,

⁵⁷Maria José Abrunhosa de Castro, 'Siza Vieira na Guarda ou de como em 20 anos as coisas até mudam', *Terras da Beira*, 9 de junho de 1994, sec. Opinião.

*atinge os estudantes de arquitectura que finalizam os respectivos cursos. Quando muitos dos mais conceituados professores já o compreenderam, paradoxalmente as vagas de recém licenciados distinguem-se por uma aterradora displicência e sobranceira na intervenção em edifícios antigos, pretendendo "marcar a sua criatividade sem medos", eufemismo que na realidade significa "impor o seu ego contra tudo e contra todos". O que leva a intervenções abusivas sobre os edifícios históricos, na ânsia de imprimirem a sua "marca pessoal", a sua "ruptura", manifestação tantas vezes da sua falta de modéstia e compreensão dos valores culturais em causa."*⁵⁸

A compreensão desses valores culturais sobrevinha da relevância que o conhecimento sobre a arquitetura vernacular portuguesa tinha na formação arquitetónica de MJA. Do reconhecimento acerca da sua singular condição de exceção e diversidade. Por entre os seus professores que compreendem aquilo a que MJA se referia estava Octávio Lixa Filgueiras e Fernando Távora. Este último, defensor do exercício arquitetónico feito de *"...contenção [que] foi sempre dizer muito em muito poucas palavras. Com muita rapidez com grande poder de síntese..."*, e crítico daqueles que *"Não fazem arquitectura, não fazem edifícios com qualidade de tempo, insisto, qualidade de tempo e de espaço. Não fazem edifícios para aqueles lugares, não fazem edifícios para aquelas escalas, fazem edifícios para a sua satisfação pessoal e esperança de inovarem no museu dos arquitectos notáveis."*⁵⁹ A posição de Távora era partilhada por MJA. Para ela a linguagem arquitetónica devia ser conjuntiva, de finalidade comum, materializada na cidade pelo processo de reunião de saber sobre as suas circunstâncias históricas e contingências, realizada *"...com humildade, com respeito e com rigor. [Pois] De que outro modo se poderá legar a cultura do passado às gerações vindouras?"*⁶⁰

Esta posição face à intervenção arquitetónica encontra-se patente no projeto de recuperação do Paço Episcopal, obra inaugurada em 1999. Realizado em co-autoria com Sérgio Gamelas, o projeto era descrito por MJA como *"Um projecto fora de moda"*. O comentário e explicação das soluções redundavam de uma oposição ao modo como as intervenções no património arquitetónico eram realizadas, *"...sem medos", fazer intervenções arrojadas, ou "a colar o século XX". É frequentemente uma excessiva afirmação da personalidade do autor, uma falta de contenção e de humildade, e uma falta de consideração e de respeito pela memória das pessoas."* Esta postura é identificada por MJA como uma consequência herdada do movimento moderno e da sua posição de *"...de ruptura com o passado no plano estético e social."*, quebra que resultou na complexidade e contradição que Robert Venturi havia identificado ao chamar *"...a atenção para o facto de que os flamings e os anõezinhos de plástico com que os americanos decoravam os seus jardins estavam na razão directa da excessiva aridez da arquitectura que lhes forneciam os*

⁵⁸Maria José Abrunhosa de Castro, 'Brincadeiras Arquitectónicas', *Terras da Beira*, 21 de maio de 1998, sec. Opinião.

⁵⁹Fernando Távora em: Alberto Serra e Rui Nunes, 'A Arquitectura em Portugal no Séc. XX', *Crónica do Século II (13)*(RTP 2, 2002).

⁶⁰Abrunhosa de Castro, 'Brincadeiras Arquitectónicas'.

arquitectos, com os paradigmas de depuração, minimalismo e abstracção. ". A intervenção no Paço Episcopal era resultado de um estudo apurado do existente e do que a história na sua fraca aceção documental mostrou, bem como do processo de selecção das diferentes sedimentações formais, com o objetivo de *"...que as pessoas da Guarda se identificassem com obra quando concluída, que nada de estranho se lhes deparasse salvo o reconhecimento de que tudo o que estava degradado se tinha restaurado. O que nos levou a optar sempre, dentro do labirinto de opções que se iam colocando no desenrolar da obra e à medida que vestígios de várias épocas iam surgindo, pela solução mais recente, aquela que as pessoas conheciam, mesmo que violando a pureza inicial do edifício.*" , retirando aquilo que constituía um *"...artificialismo desfigurante.*" ⁶¹

Consciente dos significados coletivos que o Paço Episcopal, e também a Praça Velha, têm para a cidade e para os seus habitantes, MJA alerta para a condição pública do trabalho do arquiteto. Não hesita em citar Karl Popper em discussão com Herbert Marcuse nos anos 60, a propósito das funções da crítica, em reação aos comentários feitos à sua opinião sobre o projeto municipal de reabilitação da Praça Velha, apresentado em 1996, para o qual defende um proposta sujeita a discussão pública, construída a partir de um concurso aberto a arquitetos consagrados de nível nacional e internacional.⁶² Ela vem defender a crítica como condição de indispensabilidade para a liberdade de expressão e para o dissenso democrático. E que, deste modo, se alcance uma solução arquitetónica que defenda a Praça como espaço central da história coletiva: *"Aquilo que é importante é exercer o direito de crítica sobre as ideias, as hipóteses, as políticas, os resultados de uma acção não sobre as pessoas."*; *"Saber distinguir entre o compromisso possível e o que está fora de questão faz parte dessa aprendizagem [do arquitecto]. E aceitar projectos profissionalmente complicados sem assegurar as necessárias condições de investigação, de execução e de debate com outros profissionais, é uma ingenuidade que se pode pagar caro."*⁶³

Ao longo de quase uma década, os artigos de MJA expõem as transformações urbanas da cidade, as particularidades da sua construção e as dificuldades do exercício da política local e da profissão de arquiteto, porém, no seu conjunto, eles denunciam de forma inequívoca a sua *intelectualidade orgânica*. Gramsci, nos seus Cadernos do Carcere, define o intelectual orgânico como autónomo e nascido da especialização da divisão social do trabalho. A noção lata de intelectual que propõe não concebe nenhum homem como não intelectual. As diferentes categorias de intelectuais por ele apresentadas: urbano, rural, técnico de produção e tradicional, adquirem uma função mediadora com o tecido social e, de

⁶¹Maria José Abrunhosa de Castro, 'Um projecto fora de moda', *Terras da Beira*, 8 de abril de 1999, sec. Opinião. A propósito do estudo histórico do conjunto arquitetónico ver: Margarida Tavares da Conceição, «Antigo Seminário e Paço Episcopal da Guarda uma investigação na base de um projecto de arquitectura.», *Praça Velha - Revista Cultural*, 1997.

⁶²"« A discussão crítica racional possibilita-nos a crítica das nossas hipóteses, eliminando-as quando falsas, sem o extermínio dos inventores ou representantes das hipóteses más. É esta a grande conquista do método crítico - possibilitar que certas hipóteses sejam reconhecidas como falhadas e sejam condenadas sem condenarmos os seus defensores. O método da discussão crítica faz com que as nossas hipóteses morram em vez de nós»" Citação incluída no artigo: Maria José Abrunhosa de Castro, 'Corporativismo paroquial e controvérsia democrática', *Terras da Beira*, 21 de março de 1996, sec. Opinião.; Maria José Abrunhosa de Castro et al., 'Projecto de Reabilitação da Praça Velha', *Terras da Beira*, 16 de maio de 1996, sec. Debate, 5.

⁶³Abrunhosa de Castro, 'Corporativismo paroquial e controvérsia democrática'.

modo mais ou menos direto, com a superestrutura de domínio e de governo político. No entanto a atividade do intelectual orgânico, que evolui a partir de um complexo processo histórico-cultural, deve ser distinta, inclusive do ponto de vista intrínseco das suas relações com o poder e demais estruturas de domínio. Nos momentos de crise, a atividade intelectual fornece uma verdadeira e própria diferença qualitativa, criadora da ciência e da arte, difusora da riqueza intelectual existente, tradicional e acumulada.⁶⁴ O intelectual orgânico é assim o impulsionador, através de uma componente pedagógica da política, de uma cultura que se pretende democrática e humanista.⁶⁵

Neste sentido, MJA é alguém cujo pensamento crítico participa de forma empenhada na vida urbana, é uma instigadora permanente de valores e critérios de qualidade, que procura integrar ideias e dinamismo na cultura social e política dominante. As ferramentas herdadas da sua formação académica e política tornaram-na capaz na discussão sobre a sociedade e os seus caminhos, sempre consciente e com capacidade opinativa sobre os efeitos do liberalismo económico no espaço da cidade, nomeadamente da urbanização, os quais se intensificaram na recém democracia portuguesa. Na sua escrita encontra-se um diálogo consciencioso acerca das implicações de determinadas transformações urbanas empreendidas na Guarda. Como *intelectual orgânica*, MJA evidencia um total alheamento aos processos puramente tecnocráticos. Os seus argumentos, ou o exercício arquitetónico por ela preconizado, nunca se fundamentaram num conhecimento puramente alicerçado em métodos quantitativos, ideias absolutas ou desenvolvimentistas. Aliás, conclui-se que seria a primeira a negar-se determinantemente a isso. A sua posição é a da defesa dos valores culturais comuns da cidade, no que se refere à sua materialidade-histórica, à valorização de diversos modos de vida e sociabilidade apenas conseguidos pela cidade enquanto espaço do coletivo, à exigência do desempenho das suas instituições. Para MJA, a cidade é o espaço da democracia e, não só as suas instituições a deviam promover, como a sociedade deveria ter um papel amplamente ativo na sua construção e debate, sendo que as primeiras deviam cooperar nesse sentido. Destaca-se o modo como elogia o Plano Estratégico da Cidade, publicado em 1996, e o trabalho desenvolvido pela autarquia, simultaneamente lamentando como: *"Ao município falta o desdobrável sintético, o resumo das iniciativas previstas, única forma de o Plano ser passível de avaliação democrática."*⁶⁶

É assim uma defensora do exercício democrático concretizado pela indispensável cidadania informada, participativa e politizada na coisa urbana. Uma cidadania que estará em condições de discutir ideias e caminhos futuros para a construção da cidade. Atua na defesa desta construção por meio do dissenso pela *controvérsia democrática*, pelo agonismo político que, na definição de Mouffe só se atinge, não por intermédio de reducionismos, de compromissos entre partes ou deliberações sobre o interesse comum, mas por consensos obtidos pelo confronto/discussão democrática sobre a cidade.⁶⁷ Na sua organicidade reside o

⁶⁴Gramsci, *Gramsci: Le Opere, La prima antologia di tutti gli scritti, A cura di Antonio A. Santucci*, 348-49.

⁶⁵Antonio Gramsci, *A Cultura, os Subalternos, a Educação*, trad. Rita Neves (Edições Colibri, 2017), 35.

⁶⁶Maria José Abrunhosa de Castro, 'Que esperar do Plano Estratégico?', *Terras da Beira*, 6 de junho de 1996, sec. Opinião.

⁶⁷Abrunhosa de Castro, 'Corporativismo paroquial e controvérsia democrática'; Chantal Mouffe, *On The Political* (New York: Routledge, 2005).

seu papel mediador e pedagógico com a sociedade acerca dos instrumentos políticos do ordenamento do território, vistos ao serviço da igualdade de todos os cidadãos, bem como da importância da cultura e da arquitetura na valorização da cidade. Ela contribui ativamente para a ampliação do conhecimento de uma sociedade civil, cuja fragilidade é: *"...caldo de cultura para todos os abusos de poder, tráfico de influências, e manipulação das regras do jogo num Estado de Direito."*⁶⁸ Mas não deixa de fazer alertas aos problemas e as crises das estruturas do poder político local: as já referidas dificuldades da sua capacitação técnica interna e ao enfraquecimento destas enquanto instituições democráticas. Descreve a despolitização vivida no momento pré-eleições autárquicas de 1997, identificando-o como politicamente vazio e no qual as visões sobre os candidatos e a submissão destes aos interesses populares e partidários se sobrepõem à apresentação e discussão de ideias concretas para o concelho e a cidade:⁶⁹

*"As eleições autárquicas costumam ser muito partidarizadas, muito personalizadas, mas pouco politizadas. O que é talvez inevitável num pequeno concelho de 40 mil almas, onde a resolução de problemas estruturais do desenvolvimento está dependente de decisões que ultrapassam largamente a escala local. Uma maior politização seria contudo benéfica, porque a visão política, que é sempre a visão de um modelo que se procura concretizar, mesmo no estrito nível concelhio, é que dá sentido ao acto eleitoral. De outro modo estamos sempre a escolher caracteres, feitos, perfis psicológicos, e arriscamo-nos a criar fenómenos perversos como o caciquismo e a eternização no poder de personalidades providenciais. (...) Assim a discussão concreta das políticas é desvalorizada, a conflitualidade democrática normal passa a ser mal vista fora do período apropriado, o da caça ao voto."*⁷⁰

*"Quando o discurso político é nulo não há verdadeira controvérsia democrática... (...) A democracia é o regime da controvérsia pacífica, da discussão racional. As pessoas dividem-se por diferentes programas, por diferentes programas, por diferentes convicções. Sem ideias as opções personalizam-se empobrecendo a vida social e tornando-a irrespirável: "quem não é por nós é contra nós". Ódios, amores, hostilidades, fidelidades – eis os ingredientes do tribalismo, do totalitarismo da tirania, da cultura antidemocrática. Não contem comigo para os atizar."*⁷¹

⁶⁸Abrunhosa de Castro, 'A osteoporose do interior, as cidades médias e a regionalização'.

⁶⁹Despolitização é um conceito aqui entendido como a remoção dos aspetos políticos e da sua influência, neste caso inerente a um processo de eleições. Ver também: Jacques Rancière e Liz Heron, *On the Shores of Politics, Radical Thinkers 21* (London: Verso, 2007).

⁷⁰Maria José Abrunhosa de Castro, 'Lágrimas', *Terras da Beira*, 5 de dezembro de 1996, sec. Opinião.

⁷¹Maria José Abrunhosa de Castro, 'Afectos e Rancores', *Terras da Beira*, 23 de outubro de 1997, sec. Opinião.

Efeitos da integração europeia na Guarda (1990-2010): economia global, políticas públicas, rede urbana, planeamento e formas de crescimento urbano.

Num primeiro momento, esta secção e seguintes procuram explicar os fatores que influenciaram o crescimento da cidade da Guarda a partir da década de 90. São agentes relacionados com a transformação da economia mundial, pelas mudanças induzidas pelo mundo digital, recaindo no fenómeno da globalização e na subsequente influência dos mercados livres e do neoliberalismo na Europa, a partir de inícios da década de 80. Estes fatores possuem impacto contextual no território nacional e nas suas subescalas geográficas, como é o território da Região Centro e da Beira Interior, onde a Guarda se insere, e em particular na produção do espaço urbano.

Em resposta à recessão de décadas anteriores, o neoliberalismo surge no final da década de 70, nomeadamente a partir da perda de rentabilidade das indústrias de produção em massa, da crise da dívida pública e das políticas Keynesianas do estado social.⁷² Estas transformações resultaram na corrosão das estruturas institucionais implementadas durante o pós-guerra, passando a ser desenhadas políticas destinadas ao desenvolvimento de uma disciplina de mercado, competitiva e de consumo que atravessa todos os níveis da sociedade. Neil Brenner e Nick Theodore, e anteriormente Pierre Bourdieu, referem, entre outros processos, as mudanças no trabalho organizado, a diminuição de impostos às empresas, a privatização de serviços públicos, a retração do estado social, a valorização da circulação internacional de capital, o aumento de competitividade interlocal, assim como a discriminação e criminalização dos urbanos pobres.⁷³

Todavia, estas mudanças políticas e económicas não podem deixar de ser observadas tendo presente que, nas cidades, elas resultam também de cruzamentos e transformações de escalas supra-urbanas e intercontinentais. Portanto, a transformação digital que acompanhou o desenvolvimento dos mercados livres a partir de 1980, não pode ser entendida fora destas intersecções e hierarquias herdadas, nem fora da sua articulação com o universo territorial e suas circunstâncias espaciais e históricas. Saskia Sassen argumenta que o mundo digital e financeiro não perde a sua materialidade, há uma relação bilateral imbricada dependente das infraestruturas de transporte. Declina na sua materialização no espaço e o que tem lugar no mundo digital é também influenciado pelas culturas e práticas materiais que existem fora dele.⁷⁴

Deste modo, a mudança e reforma neoliberal têm recaído em modelos de governança que validam o empreendedorismo urbano e a competição interurbana como forma de atração de capital de investimento para as cidades.⁷⁵ O desenvolvimento de projetos de reabilitação

⁷²David Harvey, *A Brief History Of Neoliberalism* (Oxford: Oxford University Press, 2007).

⁷³Pierre Bourdieu, 'Neoliberalism, the Utopia (Becoming Reality) of Unlimited Exploitation.', em *Acts of Resistance: Against the Tyranny of Market*, trad. Richard Nice (New York: Free Press, 1998), 94-105; Neil Brenner e Nik Theodore, 'Cities and the Geographies of Actually Existing Neoliberalism', em *Critique of Urbanization: Selected Essays*, Urbanism, edição de Neil Brenner (Basel: Birkhäuser, 2017), 42-68.

⁷⁴Sassen, Saskia, 'The City: Localizations of the Global', *Perspecta - Juxtapositions* 36 (2005): 73.

⁷⁵David Harvey, 'From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism', *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography* 71, n.º 1 (1989): 3-17.

urbana em larga escala, megaeventos, *place-marketing*, assim como a implementação de ferramentas de governança, entre as quais políticas urbanas, parcerias público-privadas e regimes de exceção, são identificadas como estratégias urbanas de manifestações físicas variadas.⁷⁶

Procurando a integração na economia global, perseguindo os efeitos da europeização, os diversos estados desenvolveram políticas que, ao esbaterem fronteiras, favorecem a performance pelo desenvolvimento infraestrutural das regiões, espaços e cidades que se apresentam como os mais competitivos.⁷⁷ Verificou-se, a partir dos anos 80, a transformação da soberania, a implementação de novos métodos de governança, e a redefinição das políticas espaciais de cada estado, pela reconcentração das capacidades de produção e especialização, direcionaram o desenvolvimento infraestrutural para cidades-região, e para as metrópoles mais competitivas do território de cada país.⁷⁸ A situação privilegiada do Centro e Norte da Europa, como analisa Hall, fez com que estes se constituíssem enquanto centros de transporte e comunicações altamente especializados. Paris, Londres e Frankfurt são os principais centros de articulação global, seguidos de 20-30 cidades que, periféricas a este triângulo, conseguem competir com estas fazendo uso de interfaces de aeroportos e conexões de comboio em alta velocidade. Fora desta realidade, feita de grande conectividade, permanece um conjunto de países com as suas cidades e espaços rurais, cuja posição secundária em relação a estes grandes centros, contribuirá para acentuar o seu despovoamento, mantendo-se as cidades, sobretudo, como centros de serviços.⁷⁹ Assiste-se assim a desigualdades no desenvolvimento geográfico entre territórios, regiões, cidades e lugares, conduzindo-os à marginalização, decorrente da forma não homogénea como se distribuem os processos sociais, económicos e políticos.⁸⁰

Estas transformações tiveram repercussão em países como Portugal que, pela sua localização semiperiférica a este triângulo, apresenta condições divergentes de desenvolvimento socio-económico.⁸¹ Economicamente, a adesão de Portugal à União Económica Monetária (UEM), com o Tratado de Maastricht em 1992, fez com que o país ficasse dependente do sistema económico internacional, em ausência de equilíbrio com os países do centro da Europa. Constrangido pela economia europeia, o desenvolvimento económico em Portugal foi assim inferior ao das décadas anteriores, agora limitado pelo campo de atuação de políticas públicas dirigidas, por exemplo, ao trabalho e à organização da produção. A liberalização de capitais, a desregulação e a privatização das operações bancárias ditaram a financeirização da economia portuguesa. Em Portugal, a atividade bancária foi responsável pela promoção pouco discricionária do crédito, com direção especial para a

⁷⁶Baptista, 'Regimes of Exception in Urban Planning and Governance: The Case of the Polis Program, Portugal'.

⁷⁷John Borneman e Nick Fowler, 'Europeanization', *Annual Review of Anthropology* 26, n.º 1 (1997): 487-514. O conceito de europeização surge aqui definido como a articulação nacional com o poder político, administrativo e organizacional que representa União Europeia (UE).

⁷⁸Neil Brenner, *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood* (Oxford University Press, 2004) e Capítulo 1 – Cidade, Arquitetura, Projecto.

⁷⁹Peter Hall, 'The future of cities in Western Europe', *European Review* 3, n.º 2 (1995): 161-69.

⁸⁰Brenner, *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*, 6-12.

⁸¹Ver: Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Biblioteca das ciências do homem 18 (Porto: Edições Afrontamento, 1994).

construção civil e para a especulação imobiliária. O financiamento da economia e o sobreendividamento do estado vieram a terminar na crise económica de 2010.⁸²

Como argumentado anteriormente, na necessidade da integração europeia e global, assiste-se a um acentuar das desigualdades no desenvolvimento territorial, reféns de lógicas económicas e infraestruturais bipolarizadoras que, em Portugal, se identificam na opção litoral metropolitana de Lisboa e Porto. O fomento de novas dinâmicas territoriais contribuíram para o desenvolvimento de novas políticas públicas que, influenciadas pelas iniciativas europeias, procuraram desenvolver as vocações endógenas, a coesão territorial e olhar para cidades médias como a Guarda, dentro da rede urbana nacional com atributos no equilíbrio do sistema urbano. Pese embora as políticas dirigidas à cidade contribuam para a sua modernização, na qual a arquitetura teve papel preponderante, nem sempre os seus resultados foram satisfatórios na criação de competitividade. Só em 2007 é que o Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT), veio identificar o sistema urbano português, revelando a opção territorial assente na metropolização bipolarizada. Tal vem validar o agravamento do desequilíbrio no desenvolvimento geográfico, facto que será acelerado com a crise económica de 2010, pelo recuo do investimento estatal na infraestruturização do país de forma equitativa, criando desigualdades. A contração económica pelo reforço da condição metropolitana não contribuiu para modos de eficiência económico-social, para a qualidade de vida urbana ou para sustentabilidade energética e económica das cidades.⁸³ Como se verá, esta falta de investimento estatal, vocacionado para o reforço do papel da cidade da Guarda na Região Centro e na rede urbana nacional, é anterior a 2010.

Interessa destacar um argumento central que acompanha a elaboração deste estudo: a especificidade político-ideológica da cidade está presente na realidade histórica da sua estrutura urbana, porém, essa ideologia é permanentemente reestruturada e mediada pelo espaço urbano através de práticas sociais.⁸⁴ A articulação contemporânea destas práticas, interligadas com as ideologias dos mercados livres, reverte numa reestruturação permanente, integrada contextualmente na cidade, sob legados institucionais, políticos e demais exercícios regulatórios.⁸⁵ Embora as reflexões teóricas sobre o neoliberalismo tenham vindo a produzir entendimentos universalistas, resultado de análises feitas às grandes cidades globais, elas são incapazes de explicar como estes fenómenos se constituem em diferentes contextos.⁸⁶ São

⁸²Reis, *A Economia Portuguesa. Formas de economia política numa periferia persistente (1974-2017)*, 59-70.

⁸³José Reis, 'O Território Ainda Existe? Sistemas de Provisão de Habitação e o Desperdício Do País', em *A Nova Questão da Habitação em Portugal: Uma Abordagem de Economia Política*. (Coimbra: Actual, 2019); Brenner, *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*, 16; José António Bandeirinha, 'Uma Região de Cidades', em *Transversalidades 2016 - Fotografia Sem Fronteiras*. (Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2016), 118-20.

⁸⁴Edward Soja, 'The Socio-Spatial Dialectic', *Annals of the Association of American Geographers*, 70, n.º 2 (junho de 1980): 208.

⁸⁵'An understanding of actually existing neoliberalism must therefore explore the path-dependent, contextually specific interactions between inherited regulatory landscapes and emergent neoliberal, market-oriented restructuring projects at a range of geographical scales.' Brenner e Theodore, 'Cities and the Geographies of Actually Existing Neoliberalism', 43.

⁸⁶Ash Amin e Stephen Graham, 'The Ordinary City', *Transactions of the Institute of British Geographers* 22, n.º 4 (1997): 411-29; Jennifer Robinson, 'Cities in a World of Cities: The Comparative Gesture', *IJURR* 35, n.º 1 (Janeiro de 2011): 1-23.

entendimentos que necessitam de ser reformulados recorrendo a referentes situados fora dos centros da produção neoliberal.⁸⁷ Para Portugal, a financeirização da sua economia reverteu também num maior investimento por parte do Estado no desenvolvimento de políticas urbanas, e do seu financiamento pelo acesso a crédito e fundos europeus, transformando as cidades portuguesas.

Acima refletiu-se sobre a visão particular, crítica e circunstanciada, de Maria José Abrunhosa de Castro, em especial durante a década de 90. No entendimento das mudanças da sociedade guardense, da gestão urbana e da qualificação da cidade pela arquitetura. Interessa situar e confrontar esta visão com os modos como a economia foi governando a atuação do Estado e que efeitos tiveram no tecido socioespacial da cidade, que não da exclusiva responsabilidade da atuação política local, dos especialistas da organização espaço ou dos cidadãos. São também produto dos efeitos urbanos induzidos pela economia global e pelas políticas europeias quando reunidas no território nacional e na singularidade guardense. Cruzando-se com este primeiro momento, descortinam-se as transformações a que a cidade esteve sujeita, depreendendo a eficácia e alcance das políticas dirigidas a ela, métodos de planeamento e arquiteturas. Mas também, de que forma o poder e elites locais desenvolveram esforços na modernização da cidade.

O que se argumenta para a cidade da Guarda ao longo das duas secções seguintes é o impacto da integração europeia e da transformação físico-sócio-económica. Importa compreender empiricamente como, por um lado, o Estado tem desenvolvido um conjunto de políticas e investimentos cujos impactos, à escala do território, acentuam hierarquias urbanas, e por outro, à escala da cidade, perceber quais as consequências locais dessas políticas, dos processos de urbanização e manifestações sócioespaciais. Daí que se questione sobre os efeitos da integração europeia na cidade da Guarda. Para tal, incide-se, em particular, nas políticas centradas na cidade, pela análise a dois programas dirigidos especificamente à cidade, o PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM) e o Programa Polis.⁸⁸

O primeiro programa, o PROSIURB, é reflexo das iniciativas comunitárias URBAN do início dos anos 90.⁸⁹ Acontece num momento em que a Europa ainda não dispõe de um foco plenamente dirigido às cidades, mas no qual se começam a alinhar os discursos e respostas urbanas reconhecidas como neoliberais. A Europa define uma estratégia territorial

⁸⁷Susan Parnell e Jennifer Robinson, '(Re)theorizing Cities from the Global South: Looking Beyond Neoliberalism', *Urban Geography* 33, n.º 4 (1 de maio de 2012): 593-617; Idalina Baptista, 'The Travels of Critiques of Neoliberalism: Urban Experiences from the "Borderlands"', *Urban geography* 34, n.º 5 (23 de agosto de 2013); Idalina Baptista, 'How Portugal Became an 'Unplanned Country': A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning', *International Journal of Urban and Regional Research* 36, n.º 5 (setembro de 2012): 1077, 1088. Em Portugal, no âmbito dos estudos de urbanos e de planeamento, é necessário reforçar a crítica de Baptista à impermeabilidade destes estudos às discussões teóricas sociais e urbanas contemporâneas da modernidade, nas quais os efeitos contextuais do neoliberalismo incidem.

⁸⁸Diário da República II Série, 'Despacho 6/94 - PROSIURB, Ministério do Planeamento e da Administração do Território' (1994); Diário da República II Série, 'Despacho 7/94 - PROSIURB - Plano Estratégico da Cidade, Ministério do Planeamento e da Administração do Território' (1994); Programa Polis 'Resolução do Conselho de Ministros 26/2000', 15 de maio de 2000.

⁸⁹Jacinto, 'Cidade, Território e Coesão Urbana: Novos olhares, outros caminhos.', 14-18.

anunciava a importância ao desenvolvimento local, recursos endógenos, a participação em novas formas de governança e gestão de programas e projetos. No início de 2000, essa atuação territorial transforma-se e com ela as políticas de planeamento passam a seguir, mais afinadamente, propósitos de desenvolvimento e competitividade territorial, procurando reestruturar equilíbrios pelo ordenamento territorial e urbano, preconizando conceitos de qualidade ambiental, sustentabilidade, competitividade, cooperação e coesão.⁹⁰ O segundo programa, o Programa Polis (2000-2006) é, posteriormente, de forma inequívoca, herdeiro dessa estratégia europeia. Perseguindo o argumento de Baptista, embora o entendimento teórico do neoliberalismo, como um projeto hegemónico que favorece a lógica de acumulação capitalista, pela expansão e apropriação de tecnologias de governação, possa explicar parcialmente a existência e eficácia destes planos e programas, outros conceitos, como democratização, modernização e estado-providência, podem ajudar a compreender como as elites locais desenvolveram esforços na transformação material, social, económica, ambiental e cultural da Guarda.⁹¹

Plano Estratégico, a criação prolongada de novas circunstâncias urbanas.

No início da década de 90, na política comunitária, o território começa a ser entendido enquanto um espaço socialmente construído, onde as suas influências culturais têm um papel decisivo.⁹² Desta reflexão verificam-se alterações aos modos de planear o território e as cidades. Na compreensão sobre as mudanças das práticas de planeamento dentro do contexto institucional e cultural português face à integração europeia, João Mourato argumenta acerca da condição reativa a situações específicas do desenvolvimento urbano nacional, da posição regulatória do uso do solo, da sua ocupação e desenvolvimento. Após a resposta ao êxodo rural dos anos 60 e 70, e após os esforços realizados no âmbito do planeamento regional no início da década de 70, será entre a década de 80 e meados dos anos 90 que o planeamento começa a integrar outras políticas setoriais com impacto territorial. Esta mudança sucede por influência dos Quadros Comunitários de Apoio⁹³ e Iniciativas Europeias, como o programa LEADER (1991) para áreas rurais, a iniciativa comunitária

⁹⁰ESDP *European Spatial Development Perspective Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union* (Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities, 1999); 'Territorial Agenda of the European Union - Towards a More Competitive and Sustainable Europe of Diverse Regions', 2007.

⁹¹Baptista, 'The Travels of Critiques of Neoliberalism: Urban Experiences from the "Borderlands"', 596.

⁹²"Urban and regional planning are influenced by culture through manifestations in history or by contemporary developments and via tangible and intangible ways. As a result planning systems and traditions, development processes in cities and regions, planning concepts and decision-making are always influenced by cultural contexts and the cultural background of the people involved in planning processes." Frank Othengrafen e Joerg Knieling, eds., 'Spatial Planning and Culture – Symbiosis for a Better Understanding of Cultural Differences in Planning Systems, Traditions and Practices', em *Planning Cultures in Europe*, 1.ª edição (London, New York: Routledge, 2016), xxiii–xxxv.

⁹³Quadros Comunitários de Apoio: I QCA 1989-1993, II QCA 1994-1999, III QCA 2000-2006 e QREN 2007-2013; LEADER – Liaison Entre Actions de Développement de l'Economie Rurale; INTERREG – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. O INTERREG é dedicado à implementação de estratégias transfronteiriças e transnacionais.

URBAN (1994) para áreas urbanas, e o programa de cooperação territorial INTERREG (1991) para áreas fronteiriças.⁹⁴

É também neste momento que começa a ser questionada a ortodoxia normativa e regulatória dos instrumentos de planeamento em Portugal, em particular da figura do PDM.⁹⁵ Em resposta, no ano de 1994, é lançado o PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM), que vigorou até ao final de 1999.⁹⁶ Este tinha como objetivo mais amplo *"...afirmar Portugal como uma das regiões euroatlânticas mais dinâmicas e competitivas, reduzindo assimetrias internas de desenvolvimento..."*. Destinado a centros urbanos fora das Áreas Metropolitanas, o PROSIURB dirigia-se às cidades médias. Procurava a reconfiguração do sistema urbano nacional, considerando a hierarquia desses centros urbanos e a articulação em rede que o suportava. O programa posicionava-se concretamente *"...no contexto dos processos de globalização e de crescente concorrência interurbana..."*⁹⁷ Por conseguinte, ao procurar a integração na economia global e perseguindo os efeitos da europeização, o PROSIURB surge como um instrumento político que pretende favorecer a performance pelo desenvolvimento infraestrutural das regiões e espaços, nomeadamente pelas cidades que se apresentam como as mais competitivas na rede urbana nacional.

As cidades médias são entendidas pelo programa para lá da sua lógica demográfica ou funcional, mas pela capacidade de se constituírem como âncoras de estruturação territorial de âmbito nacional e regional.⁹⁸ Abrangeu 40 cidades médias de Portugal continental, com particular incidência nas cidades do litoral, próximas das áreas metropolitanas, em especial na do Porto.⁹⁹ O modelo de intervenção visava a urbanização do território e a reurbanização das cidades, pela valorização do ordenamento a partir de uma constatação das suas potencialidades e recursos endógenos, promovendo o desenvolvimento urbano sustentado. Entre os objetivos acima referidos destacam-se, ainda: *"...b) Promover a revitalização*

⁹⁴J. Morais L Mourato, 'Europeanisation and Territorial Governance: An Inquiry into Power and Institutional Culture Change in Portugal', (Tese de Doutoramento, University College London, 2011).

⁹⁵Portas, 'Notas sobre a experiência dos PDM 1994'.

⁹⁶Diário da República II Série, 'Despacho 6/94 - PROSIURB, Ministério do Planeamento e da Administração do Território' (26 de janeiro de 1994); Diário da República II Série, 'Despacho 7/94 - PROSIURB - Plano Estratégico da Cidade, Ministério do Planeamento e da Administração do Território' (26 de janeiro de 1994).

⁹⁷Diário da República II Série, 'Despacho 6/94 - PROSIURB, Ministério do Planeamento e da Administração do Território' (26 de janeiro de 1994), 716.

⁹⁸"18 - O Subprograma 1 - Valorização das Cidades Médias abrange as cidades de média dimensão que constituam: a) Centros efectivamente alternativos às áreas metropolitanas, com as consequências que daí advêm em termos de capacidade de atracção e retenção de iniciativas e recursos qualificados; b) Centros susceptíveis de actuar como catalizadores do desenvolvimento das suas áreas envolventes; c) Centros estruturantes de espaços sub-regionais com graus apreciáveis de coesão (interacção/complementariedade) e de autonomia; d) Centros com capacidade para desempenhar um papel significativo no âmbito das redes internacionais de cooperação e intercâmbio." Diário da República II Série, 'Despacho 6/94 - PROSIURB, Ministério do Planeamento e da Administração do Território' (26 de janeiro de 1994), 717; A propósito da evolução do conceito de cidade média ver: Eduarda Marques Costa, 'Cidades médias - Contributos para a sua definição', *Finisterra* 37, n.º 74 (2002).

⁹⁹José Rio Fernandes, 'O Planeamento Urbano e a Coesão Social: A Perspectiva Europeia e o Caso de Portugal.', *Cidades* 3, n.º 5 (2006): 20. José Alberto Rio Fernandes assinala, no mapa apresentado na Figura 2 - *"Áreas metropolitanas do Porto e Lisboa e localização das cidades consideradas na rede do PROSIURB"*, como as cidades PROSIURB apresentam uma maior incidência no litoral e nas proximidades da Área Metropolitana do Porto.

*económica dos centros urbanos, modernizando as suas estruturas e potenciando a sua eficácia funcional no contexto da rede urbana europeia; c) Reforçar a inserção nacional e internacional das áreas urbanas e promover a consolidação da rede de equipamentos sociais e económicos de carácter estratégico; d) Promover a requalificação e melhoria do ambiente urbano e reforçar a coesão económica e social nas cidades; e) Melhorar a eficácia das intervenções sobre a organização do território e promover a cooperação entre os diversos níveis institucionais em acções de desenvolvimento urbano; f) Salvaguardar o património construído.*¹⁰⁰

A condição de acesso ao programa era determinada pela existência do Plano Diretor Municipal e de um Plano Estratégico. O Plano Estratégico inaugurava uma tendência anunciada no planeamento: a conexão com uma nova realidade socioeconómica assente na descentralização de competências, na importância crescente das novas tecnologias e da competição interurbana, da presença da sociedade civil, ou seja, do envolvimento e participação de um maior número de atores, como por exemplo os movimentos sociais e empresas. Ao invés de planos anteriores, de carácter normativo, este apresentava-se como um documento *'em processo'*, adaptável às circunstâncias, gestor de estratégias que, ultrapassando o domínio exclusivo do setor administrativo municipal, responde também aos interesses de cidadãos, promotores e setor empresarial.¹⁰¹ O Plano Estratégico constitui-se como um modelo para o qual uma cidade anseia dirigir-se.

Os primeiros planos estratégicos nacionais foram desenvolvidos primeiro na cidade de Lisboa e, posteriormente, na cidade de Évora. Em 1992, durante o mandato do autarca Jorge Sampaio, o plano estratégico lisboeta torna-se num instrumento de planeamento que se assume herdeiro dos discursos de marketing territorial e competição interurbana, no qual a cidade de Lisboa procurava assumir-se, estrategicamente, como a porta de entrada pelo Atlântico na Europa.¹⁰² Foi pelo carácter precursor destas experiências que o PROSIURB determinava a existência do Plano Estratégico, estabelecido no subprograma I - Valorização das Cidades Médias, convidando as cidades a construir uma reflexão sobre as suas funções regionais e nacionais.

A Guarda foi uma das primeiras cidades médias a investir na realização do Plano Estratégico. Maria do Carmo Borges, Presidente da Câmara Municipal à data da publicação do Plano Estratégico da Cidade da Guarda (PECG) explica como a vontade municipal foi

¹⁰⁰Diário da República II Série, 'Despacho 6/94 - PROSIURB, Ministério do Planeamento e da Administração do Território' (26 de janeiro de 1994).

¹⁰¹Reforça-se que a compreensão do planeamento como um processo, para lá da sua ortodoxia normativa imposta pela legislação, já era algo preconizado tecnicamente elaboração dos PDM's, e em especial para o caso da Guarda. Ver Capítulo 6, crescimento e urbanidade (1974-1986) secção: *MEREC-GUARDA: Sobre Descentralização, Gestão Urbana e Planeamento*. E ainda: Peter Hall, 'The City of Enterprise: Planning Turned Upside Down: Baltimore, Hong Kong, London, 1975-2000', em *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*, 4.ª edição (Oxford: Wiley-Blackwell, 2014), 90-148; Sobre as mudanças no planeamento e Planos Estratégicos consultar: Carlos Garcia Vazquez, «Lá visión culturalista de la ciudad: La ciudad planificada», em *Ciudad Hojaldre* (Editorial Gustavo Gili, 2005), 14-23.

¹⁰²Mourato, 'Europeanisation and Territorial Governance: An Inquiry into Power and Institutional Culture Change in Portugal', III; A propósito do *Plano Estratégico de Lisboa, Lisboa Capital Atlântica da Europa* ver: António Fonseca Ferreira, *Gestão estratégica de cidades e regiões*, 3ª edição, revista e actualizada, Manuais Universitários (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015), 193-256.

central no desenvolvimento do documento, com o objetivo de dar existência a uma cidade competitiva na sua rede nacional e ibérica, cuja atratividade se estenderia aos residentes, aos promotores e aos visitantes.¹⁰³

A empresa MANUAL – estudos de Habitação, Urbanismo e Arquitetura, Lda., foi a responsável pela elaboração do plano, sendo a coordenação da responsabilidade do Engenheiro António Fonseca Ferreira (1943-2019). Na equipa, outros técnicos adquiriam funções distintas: o Arquiteto Luís Bruno Soares no Urbanismo; a Arquiteta Helena Roseta na área de Ambiente, Património e Actividades Municipais; o economista António Oliveira das Neves e o Engenheiro Civil Francisco Silva Alves na área de Programação de Ações e Investimentos; a Arquiteta Ana Lebre na área de Planos e Programas Urbanísticos; e o Engenheiro de Transportes, Jorge Jacob, na área de Infraestruturas e Redes de Transportes. Este grupo dispunha ainda de consultores especializados, assim como de técnicos locais e de diversos responsáveis e técnicos dos serviços camarários.¹⁰⁴ Também foi criado o Gabinete da Cidade, entidade que acompanhava a elaboração e ratificação do plano juntamente com o executivo municipal e a assembleia. Este gabinete era constituído por: várias entidades de ensino, saúde e desporto da cidade; associações e clubes locais; grupos parlamentares dos principais partidos portugueses (PSD, PS, CDU, CDS-PP); Instituto do Desporto (Indesp); a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AINCOPN); Núcleo Empresarial da Região da Guarda (NERGA); a Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE); Comissão Representante e o Presidente da Assembleia Municipal; as Juntas de Freguesias Urbanas da Cidade (Sé, São Miguel, S. Vicente); e várias personalidades da cidade, onde se incluiu a Arquiteta Maria José Abrunhosa de Castro.¹⁰⁵

Este plano tinha como propósito central "reforçar a posição da Guarda no sistema de cidades da região centro/raia, rompendo com o tradicional isolamento, promovendo a qualidade de vida, a solidariedade e a competitividade com base nos recursos próprios e nas vocações específicas."¹⁰⁶ Importa destacar que o diagnóstico do plano espelha a cidade com um crescimento populacional relevante, com uma estrutura económica detentora de bons indicadores de desenvolvimento na Região Centro e cuja estrutura etária era bastante jovem.¹⁰⁷ As quatro linhas estratégicas preconizadas pelo plano procuravam melhorar a qualidade de vida urbana; Guarda, cidade sem barreiras e sem fronteiras; modernizar a base económica da cidade; Guarda cidade saudável de turismo e desporto.¹⁰⁸

¹⁰³ Maria do Carmo Borges, vereadora do Partido Socialista, torna-se Presidente da Câmara Municipal após a saída de Abílio Curto, que exercia o cargo desde 1976. Será autarca da cidade até 2005, renunciando ao cargo para assumir o de Governadora Civil do Distrito da Guarda.

¹⁰⁴ MANUAL-Estudos de Habitação, Urbanismo e Arquitectura, Lda., 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda' (Câmara Municipal da Guarda, maio de 1996), 105.

¹⁰⁵ MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda', 107.

¹⁰⁶ MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda', 66.

¹⁰⁷ MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda', 16. No Quadro 1. Indicadores de evolução das atividades económicas e do emprego dos centros urbanos da Região Centro (1986/93) regista-se a mais elevada taxa de crescimento de emprego industrial da região com 48%. E o total da população residente com idade entre os 15-64 anos representa 65% da população do concelho, e 70% no total da cidade, segundo o Recenseamento Geral da População, INE, 1991.

¹⁰⁸ MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda', 66-67.

A sua execução não foi imediata, nem integral, mas foi intervencionista e de impacto observável, no qual a arquitetura teve um papel determinante. Maria do Carmo Borges, Presidente da Câmara Municipal da Guarda entre 1995 e 2005, explica como esta ação aconteceu a dois níveis, ou a duas cotas distintas. O primeiro, na tentativa de dotar de condições e melhores acessos a equipamentos de desporto na cidade recente, de crescimento suburbano, onde também se incluem as áreas industriais. O segundo, no coração da cidade, sob a zona mais antiga e consolidada, cujo declínio habitacional e funcional se tornara evidente.¹⁰⁹

Nesse primeiro nível está uma cidade suburbana em crescimento acelerado que culmina no final do século. A cidade direcionou-se para a periferia, para os Bairros do Pinheiro, de Nossa Senhora dos Remédios, Bairro da Luz, Póvoa de Mileu, Corredoura e o Bairro de São Domingos, mas também para lá da linha de caminho-de-ferro, no lugar de Sequeira. Este crescimento era também resultado do supracitado modelo de acesso ao mercado habitacional, de finaceirização económica, construído mediante a acessibilidade ao crédito bonificado. Localmente, tal manifestou-se numa pressão imobiliária, em que o autofinanciamento era realizado pela venda de lotes para a construção de moradias que, por sua vez, alimentava a construção de habitações multifamiliares, e cuja morfologia de ocupação resultava numa deficiente adaptação dos edifícios à topografia de encosta, e na relação destes com espaços não construídos, espaços públicos, espaços verdes e agrícolas.¹¹⁰ Também os investimentos imobiliários dedicados ao setor comercial vieram complementar este novo tecido residencial, de fraca diversidade de funcional, garantindo proximidade e alternativas ao comércio tradicional que caracterizou a cidade até ao final da década de 80. Foi deste crescimento imobiliário, de cariz habitacional, comercial, e industrial, que à cidade recente interessava melhorar as acessibilidades viárias. Isto conseguiu-se com a construção da via de cintura externa (VICEG). Foi também necessário dotar esta cidade de equipamentos desportivos junto a instituições de ensino e áreas residenciais. Para vocacionar a cidade para a prática desportiva, foram construídas as Piscinas Municipais; são feitos os melhoramentos no Estádio Municipal; e é criado Complexo do Zambito, onde também se situa o Instituto Politécnico da Guarda (que não será concluído). Desta atitude conciliadora sobre a cidade recente, a estratégia desportiva e de melhoria da qualidade de vida decidia-se igualmente sobre o melhoramento e execução de novos espaços verdes de uso coletivo. Contudo, o direcionamento estratégico para as zonas verdes não vingou. Embora muitos dos espaços existentes fossem alvo de melhorias, a proposta da criação do Parque Urbano de São Francisco e a infraestruturização de solos, com criação de estruturas verdes coletivas no espaço entre o Bairro da Luz e o Bairro da N. Senhora dos Remédios, articulando e rematando zonas de ocupação urbana para as densificar, não foram conseguidas.¹¹¹ O Parque Urbano do Rio

¹⁰⁹Maria do Carmo Borges, Entrevista a Maria do Carmo Borges: Plano Estratégico e a Cidade da Guarda, mp3, 16 de dezembro de 2017.

¹¹⁰MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda'. Ver Anexo III: 1.5. – O Edificado, os dados recolhidos confirmam a fraca diversidade funcional dos novos tecidos urbanos.

¹¹¹O Plano Diretor Municipal da Guarda já consignava para estes dois locais duas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), a UOPG 2 relativa ao espaço que medeia entre o Bairro de Nossa Senhora dos Remédios e o Bairro da Luz, e a UOPG 3 relativa ao espaço da cerca do convento de S. Francisco. Locais ainda hoje expectantes de construção. A UOPG 2 foi recentemente alvo de estudo pelo Plano de Urbanização do Cabroeiro.

Diz só foi concretizado já no início do novo século, inserido no Programa Polis. Importa lembrar que a Lei de Solos de 1990, ao definir o valor da propriedade sob a sua capacidade construtiva, inviabilizou a aquisição de terrenos por parte da Câmara Municipal para a realização destas infraestruturas verdes.

No segundo nível está o centro da cidade antiga e consolidada. Aqui as intervenções perseguiram os objetivos de uma cidade virada para a saúde, para a cultura e para o turismo pela melhoria do espaço urbano, da acessibilidade pedonal, pela reabilitação do centro histórico e, particularmente, pela concretização de equipamentos culturais. Estas iniciativas tinham o intuito de atrair uma população mais jovem, com interesses diversificados, a residir e/ou estudar, para o centro da Guarda. Esperava-se que o investimento municipal na reabilitação do Centro Histórico e o investimento em alguns equipamentos, como a Mediateca Municipal (no edifício dos Paços do Concelho), fossem catalisadores de investimento privado na recuperação habitacional do Centro Histórico, direcionado para essas camadas mais jovens.¹¹² Nesta segunda abordagem, pelo menos até ao fim da década de 90, não ficou contemplada a recuperação da Praça Velha, cuja reabilitação era apontada pelo plano como fulcral e motivadora de sociabilidades. Mas este investimento não se resumiu ao Centro Histórico, contemplou também o objetivo de tornar a cidade num pólo cultural. Inclui-se aqui a reabilitação do Paço Episcopal e da Alameda de Santo André. Esta última inserida na Quinta do Alarcão, onde se instalaram dois dos novos espaços de cultura: a Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e o Centro de Estudos Ibéricos. A construção da biblioteca foi concluída em 2008, após expropriação do terreno da quinta, quando, em 1992, o proprietário procede ao abate de árvores centenárias consideradas património ambiental da cidade.¹¹³ Executa-se também a construção do Teatro Municipal da Guarda, projeto do Arquiteto Carlos Veloso, concluído em 2005. A edificação do teatro nas traseiras do Convento de São Francisco decorre das tentativas infrutíferas de aquisição e reabilitação do antigo Cine-Teatro.

Em ambos os patamares, o investimento municipal foi significativo e conseguiu contribuir para o bem-estar social da cidade através da modernização e diversificação contemporânea das atividades culturais e desportivas. Mesmo quando ele acontece sobre uma relação dicotómica de investimentos: entre os equipamentos de utilização coletiva, nos espaços de urbanização extensiva, ou suburbana, e o espaço público do centro da cidade; sob centro histórico e sob a cidade mais ou menos consolidada, em bairros como o Bonfim, Luz e N.ª Senhora dos Remédios.¹¹⁴ Aqui, o papel da arquitetura foi essencial devido à diversidade

¹¹²Borges, Entrevista à Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1995 a 2005: Plano Estratégico e a Cidade da Guarda.

¹¹³A Quinta do Alarcão foi expropriada por declaração de utilidade pública. Nela foi construída a Biblioteca Municipal, concluída em 2008, com projeto do Arquiteto Pedro Gomes Fernandes, e o Edifício Sede do Centro de Estudos Ibéricos (CEI). O CEI nasce de uma proposta feita pelo ensaísta Eduardo Lourenço ao município, em 1999, para a criação de um espaço de diálogo ibérico. O CEI foi constituído em 2000 por protocolo entre o Município da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca. Sobre a expropriação da Quinta do Alarcão ver: Gustavo Brás, 'Guarda contesta preço da Quinta do Alarcão imposto pela Relação de Coimbra', *Público*, acessado 1 de maio de 2019, <https://www.publico.pt>.

¹¹⁴Acerca dos investimentos no centro da cidade ver: 'Câmara anuncia mais de 9 milhões para regeneração urbana da Guarda', *Jornal O Interior* (blog), 22 de abril de 2009, <https://www.ointerior.pt>

das propostas geradas e à qualidade dos objetos arquitetónicos, quer de âmbito desportivo ou cultural, quer de reabilitação de espaços públicos (ver figura 7.4 a 7.10.).

Embora António Fonseca Ferreira, coordenador do plano estratégico, critique a fraca execução do mesmo, que, segundo o próprio era, em 2005, de 50%, é necessário observar que o cumprimento de algumas ações dependia do Estado Central, cujos investimentos em grandes infraestruturas urbanas ou grandes equipamentos não acontece de forma concertada.¹¹⁵ Por conseguinte, houve objetivos estratégicos do plano que ficaram incompletos e outros de concretização tardia. Entre eles está o investimento nas estruturas viárias e ferroviárias, potenciadoras da fixação de um mercado transfronteiriço. Este propósito girava em torno do reconhecimento da posição estratégica da cidade na rede urbana nacional, da sua capacidade polarizadora regional, das suas tradições administrativas, e da perspectiva da abolição das fronteiras proporcionadas pelo Acordo Schengen (1997). Também ficou à quem a implementação de iniciativas concertadas e de integração em redes das áreas do turismo, desporto e saúde, de igual modo sediadas sob este potencial geoestratégico da cidade definido pelo plano.

O reforço da Guarda como rótula entre o eixo urbano regional de ligação com a Beira Litoral e a Beira Interior, e o ganho de competitividade necessária para o desenvolvimento de mercados de vocação nacional e internacional pelo favorecimento da performance infraestrutural, dependia da melhoria das acessibilidades rodovias e ferroviárias. No domínio das rodovias, carecia de construção o IP2 (Bragança-Faro) que articulava com Itinerário Principal n.º5 - IP5 (atualmente A25, no percurso Aveiro-Vilar Formoso), conforme estabelecido pelo Plano Rodoviário Nacional (PRN) de 1985.¹¹⁶ Este viria a assegurar a posição da cidade no eixo de estruturação pelo interior do país, mas nunca foi completado. Hoje ele funciona por troços de diferentes categorias de estrada, como estradas nacionais e auto-estradas (nas ligações à Guarda A23 e A25). No domínio ferroviário cumpriu-se a modernização da Linha da Beira Alta, mas a Linha da Beira Baixa, e ligação às cidades da Covilhã e Castelo Branco, só recentemente foi reativada, após obras de modernização.¹¹⁷ Não obstante, importa referir que, embora tenha havido lugar à melhoria das acessibilidades, o investimento estatal nas infraestruturas rodovias, seguido das ferroviárias, foi organizado territorialmente, em função da concentração de atividades económicas e da procura, verificando-se maioritariamente no litoral.¹¹⁸ Mesmo assim, o ganho de competitividade

¹¹⁵Ferreira, *Gestão estratégica de cidades e regiões*, 290.

¹¹⁶Plano Rodoviário Nacional de 1985. Decreto-lei n.º 380/85, de 26 de setembro de 1985; Plano Rodoviário Nacional de 2000. Decreto-lei n.º 222/98, de 17 de julho de 1998, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho de 1999 e pelo Decreto-lei n.º 182/2003, de 16 de agosto. O Plano Rodoviário Nacional reconhecia que a estrutura viária portuguesa perdia eficácia e capacidade de resposta no que se refere aos objetivos de desenvolvimento económico das regiões, na redução dos custos de transporte entre as regiões, bem como na articulação com o tráfego internacional. Assim com a europeização verificou-se uma melhoria considerável ao tirar partido das diretivas e financiamentos previstos pelos Quadros Comunitários de Apoio (I QCA 1989-1993, II QCA 1994-1999, III QCA 2000-2006 e QREN 2007-2013), mormente ao nível das infraestruturas rodovias e ferroviárias.

¹¹⁷A modernização da Linha da Beira Alta foi uma iniciativa prevista pelo Plano Estratégico, mas consignada no Plano de Modernização e Reconversão dos Caminhos de Ferro 1988/94, Resolução do Conselho de Ministros N.º 6/88, de 4 de fevereiro.

¹¹⁸João Ferreira de Sousa et al., 'A Evolução dos Transportes e Acessibilidades e as Transformações na Organização do Território' (Lisboa: Instituto de Dinâmica do Espaço, março de 2011).

preconizado pelo Plano Estratégico pela melhoria das infraestruturas viárias reverteu no crescimento paulatino dos Parques Industriais existentes, na criação do Parque TIR e, no início de 2000, na criação da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE), situada junto à Linha da Beira Alta. Esta última procura estimular a fixação de empresas que necessitem da articulação terrestre para o transporte de mercadorias, aguardando a sua ligação à ferrovia.

Importa mencionar que nas questões de acessibilidade à cidade sobrevém também a sua posição geográfica e hierárquica. No início da década de 90, Salgueiro refere três estudos que explicam como a Guarda, no território nacional, se situa num nível hierárquico intermédio, de terceiro nível. Estas análises incidem sobre os seguintes aspectos: primeiro, no potencial demográfico, serviços de apoio a atividades económicas e às populações e na capacidade de influência exterior; no domínio dos equipamentos sociais e administrativos; e na acessibilidade para a atração dos lugares através de transportes coletivos intra-urbanos.¹¹⁹ Assim e no que respeita às acessibilidades em transportes públicos e a atração aos lugares, pode-se inferir que a Guarda, situada fora da faixa atlântica nacional, é condicionada na potencial atratividade para a implementação de indústrias, apesar das suas potenciais relações transfronteiriças. A este problema, acrescem também as dificuldades do plano em atingir objetivos de competitividade regional e de mercado. O documento do Plano Estratégico começa por enunciar a dificuldade em identificar a convergência entre agentes económicos locais. Assumindo claramente *que "não foi possível definir e consensualizar estratégias claras para modernizar e tornar competitiva a base económica da Guarda."* Essas estratégias, a terem lugar, deveriam ser alvo de um estudo aprofundado.¹²⁰ Sem embargo, regressando ao papel das acessibilidades, o investimento necessário na ferrovia que, o Plano Estratégico previa, carece de abundância e conclusão. Menospreza, desta forma, todo o potencial de transformação que este transporte coletivo tem e teve, em especial no passado da Guarda, de transformação urbana, de alargamento das relações funcionais estendidas à cidade, de turismo e indústria, e da desejada articulação com outros centros urbanos na Europa, com Madrid em primeiro lugar. O investigador Manuel Tão explica como a opção ferroviária, necessária à conetividade e acesso a economias de escala, deixa de fazer sentido, tornando-se pouco viável a empresas e cidadãos, quando o modelo de desenvolvimento adotado se centra na rodovia.¹²¹ Tal influi na diminuição das possibilidades de se criarem fatores de cooperação fronteiriços, pela ligação a Salamanca e a Madrid por TVG. E, dependentes de suportes físicos que, quando inexistentes, não permitem o desenvolvimento de outro tipo de economias.¹²²

Em 1990, os agentes estatais portugueses, a par com o questionamento normativo do planeamento, começam também a questionar a prevalência da experiência técnica e da

¹¹⁹Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana*, 3ª edição (Porto: Edições Afrontamento, 1999), 59, 107-108.

¹²⁰MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda', 10.

¹²¹Manuel Margarido Tão, 'A falácia da bitola e a "ilha ferroviária"', *Público*, acedido 16 de fevereiro de 2019, <https://www.publico.pt>

¹²²Manuel Margarido Tão, Entrevista ao Professor Doutor Manuel Margarido Tão: A ferrovia portuguesa e a Guarda., Notas, 31 de março de 2015.

representatividade democrática como meio de governar o coletivo. Daí que no processo de desenvolvimento dos Planos Estratégicos se verifica a necessidade de envolver a comunidade.

A importância da inclusão de novas formas de participação começou a ser defendida no final da década de 60, início da década de 70, em especial na Europa e nos EUA. Nasceram daqui posições a favor de uma participação ativa nos projetos que afetam o futuro das cidades, como é o caso dos movimentos sociais em torno do direito à cidade e à melhoria das condições de vida.¹²³ O planeamento, considerado por Lefebvre como a engrenagem necessária para regular e organizar a produção industrial, passou a estar vinculado à cidade. Mas, enquanto intervenção do sistema político sobre o económico, e de atuação sobre uma sociedade e seu espaço, reflete acerca de formas específicas de racionalidade estatal burocrática e económica.¹²⁴ Atento à realidade social, a normatividade do planeamento não tardou a incluir métodos de participação como reflexo de uma sociedade democrática.

Embora os mecanismos de consulta pública estejam consignados no planeamento português desde o decreto-lei de 1934, é seguro afirmar que há uma ausência de participação pública nos assuntos coletivos.¹²⁵ Relativamente a esta observância, Santos e Nunes descrevem a caracterização da sociedade portuguesa como desprovida *"...of a strong, organized civil society, of social movements and citizen organizations and associations; a weak and incomplete welfare state and a strong welfare society based on family, kinship and neighborhood ties compensating for the weakness and shortcomings of the former; a discrepancy between a the formaldefinition of citizens' rights and the actual access to these rights; and a discrepancy between advanced legislation and conservative practices."*¹²⁶ Esta falta de cultura participativa é identificada pelos autores como resultado do passado político do país, da supressão dos direitos civis, de direitos políticos, de formas livres da organização política e do trabalho, e da censura.¹²⁷

A este respeito, o Plano Estratégico da Guarda clarifica a metodologia escolhida, que se propunha a 'mobilizar as pessoas' segundo um *"processo progressivo e persistente de participação e fazendo evoluir pragmaticamente análises e propostas em que as pessoas e organizações se reconheçam, [isto é] para o empenhamento no progresso colectivo da sua cidade."*¹²⁸ Deste processo de trabalho resultou o envolvimento, consulta e entrevista alargada às mais diversas entidades e personalidades nacionais, da cidade e da região, relacionadas com o ensino, desporto, educação, cultura, turismo, transportes e atividades empresariais. É latente que um dos principais objetivos era o estabelecimento de um novo relacionamento entre o município e a cidade, construído por meio de um fórum de reflexão e

¹²³Ver: Manuel Castells, *The City and the Grassroots: A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements* (London: Edward Arnold, 1983).

¹²⁴Henri Lefebvre, 'The Right to the City', em *Architecture Culture 1943-1968: A Documentary Anthology* (Nova Iorque, 2007), 126-29.

¹²⁵Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro, Decreto de Lei n.º 24:802.

¹²⁶Boaventura Santos e João Arriscado Nunes, 'Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal.', em *Reinventing Democracy Grassroots Movements in Portugal*, edição de Boaventura Santos e João Arriscado Nunes (London: Taylor & Francis, 2006), 11.

¹²⁷Ibid., 10.

¹²⁸MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda', 9.

produção de ideias para a cidade, cuja participação dos cidadãos e das mais diversas individualidades e instituições haveria de prosseguir e aprofundar.¹²⁹ Em entrevista, Maria do Carmo Borges salienta o carácter inovador deste processo participativo, que garantiu um debate inédito sobre a cidade.¹³⁰

Contudo, na prossecução do trabalho do Plano Estratégico, a coordenação previa a constituição de um *'grupo de reflexão e prospectiva'*, integrando diferentes níveis de instituições públicas e privadas, associações e figuras de relevo da sociedade da Guarda. E esta foi uma iniciativa que se revelou gorada. António Fonseca Ferreira revela como o processo participativo teve que ser desenvolvido setorialmente, por questões concretas (turismo, cultura, desporto, etc.), dada a inabilidade em conseguir gerar um grupo de discussão ausente de ceticismos.¹³¹ Porém, o trabalho do Gabinete de Cidade foi suportado nos anos seguintes à apresentação do plano. A ausência de participação cívica na discussão das propostas, na sua forma mais ampla, parece ser um reflexo das analisadas discrepâncias entre processos legislativos, métodos participativos avançados e uma sociedade conservadora.¹³²

No enquadramento político que criou os Planos Estratégicos está a direção que os primeiros discursos europeus tomaram, partindo de ideias e conceitos habitualmente conotados como neoliberais. Deste modo, as conceções de empreendedorismo e competitividade passam a integrar a execução do Plano Estratégico da Guarda, influenciando todo um discurso técnico e político, especialmente de base local. Fonseca Ferreira, coordenador do plano, menciona que nas eleições autárquicas de 1997, o plano serve de bandeira política para distintos partidos.¹³³ E, embora o plano e o discurso político local incluam estes conceitos de empreendedorismo e competitividade, importa realçar a agência do poder local, que continuou a persegui-lo ao longo de mais de uma década.¹³⁴ Simultaneamente, assiste-se a uma mudança das circunstâncias de vida da cidade, naquilo que as novas acessibilidades e os novos programas arquitetónicos trouxeram consigo. Quer pela qualidade do seu desenho, que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida urbana, mas também na sua diversidade programática. Algo que Maria José Abrunhosa já havia constatado no final da década de 90. Esta modificação ocorre por via dessa adequação estratégica às contingências sociais, ambientais e económicas, observadas no seu crescimento. A maior dificuldade residiu no não desencadear de outro tipo de investimentos privados, com

¹²⁹MANUAL, 'Plano Estratégico da Cidade da Guarda', II; 81.

¹³⁰Borges, Entrevista à Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1995 a 2005: Plano Estratégico e a Cidade da Guarda..

¹³¹Ferreira, *Gestão estratégica de cidades e regiões*, 284.

¹³²Boaventura Santos e João Arriscado Nunes, 'Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal.'

¹³³Ferreira, *Gestão estratégica de cidades e regiões*, 292.

¹³⁴Foi-se cumprindo em consonância com os investimentos e financiamentos possíveis, uma vez que o próprio PROSIURB tinha taxas de comparticipação de despesas reduzidas. As ações previstas e executadas decorreram de candidaturas a fontes de financiamento diversas. Para além das fontes próprias de financiamento da CMG, são previstas pelo Plano Estratégico o acesso a outras modalidades de financiamento, nomeiam-se alguns: PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional), INTERREG, REHABITA (Recuperação Habitacional em Áreas Antigas), RECRUA (Regime Especial de Comparticipação a Imóveis Arrendados), PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas degradadas) PROCOM (Programa de Modernização do Comércio).

impactos na economia e indústria, e conforme os desejados propósitos de competitividade e empreendedorismo. Em parte, os investimentos estatais e privados terão sido condicionados pela mudança de circunstâncias da economia portuguesa, agora dependente das regras europeias. Conclui-se que a eficácia do Plano Estratégico foi conseguida naquilo que permitiu a modernização do espaço urbano e na transformação das dimensões sociais da cidade. O plano teve assim uma dimensão modernizadora, considerando o seu caráter progressista, resultante de novos fatores socioeconómicos, potenciando a dimensão social ao facultar aos guardenses novas experiências e actividades. Nasceram com o Plano Estratégico as primeiras iniciativas participativas, que levadas a cabo pela administração local, revelaram a fragilidade da consciência cívica sobre a cidade, algo que Maria José Abrunhosa viria também a alertar nas suas crónicas.

Polis-Guarda: a cidade consolidada e a cidade de expansão recente e o espaço entre.

O Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (2000), foi uma política de intervenção nas cidades destinada à *"...adoção de medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas."*³⁵ Esta política, orientada para as cidades, é influência direta das referidas políticas europeias dirigidas à competitividade territorial.³⁶ O Programa subordinou o sentido competitivo das cidades portuguesas à qualidade e atratividade dos espaços públicos, onde a arquitetura e o desenho urbano tiveram um papel central. As cidades deveriam providenciar medidas sustentáveis e promover ambientes urbanos atrativos a empresas e profissionais especializados como meio de fortalecer a prosperidade económica e a oferta de emprego. O financiamento deste programa era assegurado pelos objetivos do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006).

Como iniciativa do Ministério do Ambiente, na altura encabeçado pelo ministro José Sócrates, o programa apoiou-se sobre os pressupostos e críticas que, parcialmente, informaram a realização do PROSIURB, e os inaugurados Planos Estratégicos, constituindo-se como uma alternativa às dificuldades e morosidade do processo de planeamento em Portugal. Por outro lado, pretendia resolver os problemas associados ao crescimento extensivo das cidades portuguesas, corrigindo problemas urbanísticos. Considera-se um regime de exceção, isto é, um programa que, recorrendo a um sistema de governação, estabelece medidas extraordinárias impondo regras processuais e estruturas distintas das habituais.³⁷ Este regime de exceção foi diretamente influenciado pela experiência da Expo'98. O Polis não só queria estender a outras cidades portuguesas a qualidade do espaço urbano e a valorização da componente ambiental da cidade, com a criação de espaços de cultura e lazer, mas também implementar uma maior eficácia administrativa, contornado inclusivamente a

³⁵Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, 'Resolução do Conselho de Ministros 26/2000', 15 de maio de 2000.

³⁶European Commission, 'Sustainable Urban Development in the European Union: a Framework for Action' (Commission of the European Communities, 1998); *ESDP European Spatial Development Perspective Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union* (Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities, 1999).

³⁷Baptista, 'Regimes of exception in urban planning and governance: The case of the Polis Program, Portugal'.

legislação vigente.¹³⁸ A criação da empresa pública Parque EXPO'98 inaugurou uma das primeiras experiências portuguesas de governação por exceção. A necessidade de assegurar que a exposição universal era concluída a tempo dispensou um conjunto de procedimentos administrativos instituídos.

A Resolução do Conselho de Ministros de 26/2000 resume os objetivos do Programa a quatro princípios orientadores: Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e Cidades Intergeracionais. Nos fins específicos o diploma estabelece o desenvolvimento de grandes operações de requalificação urbana com componentes de valorização ambiental, como por exemplo a valorização de frentes de rio ou costa, o aumento de espaços verdes, áreas pedonais e diversificação dos meios de mobilidade, e a revitalização de centros urbanos por forma a promover a sua diversidade funcional e o seu papel enquanto âncoras regionais.¹³⁹ Em suma, propõe o aumento da competitividade das cidades médias portuguesas, dependente das intervenções no espaço público, prevendo efeitos transformadores nas dinâmicas sociais e económicas das cidades.

O Programa ancorava a sua concretização na realização de um Plano Estratégico, desenvolvido pelo município, pelo gabinete de coordenação do Polis, com a ajuda de uma equipe técnica do Parque EXPO. Este plano não correspondia aos objetivos e contornos de execução dos planos estratégicos anteriores. O Plano Estratégico do Polis integrava projetos que as autarquias tinham prontos para executar enquadrando-os numa estratégia abrangente para cada cidade, seguido da implementação de planos de urbanização ou de pormenor por forma a enquadrar e regular as intervenções a realizar.¹⁴⁰ Definidos os Planos Estratégicos no final de 2000, foram estabelecidas as bases para por em prática as Parcerias Polis.

De um total de 39 cidade Polis, a Guarda integrou as primeiras 20. O projeto sumário apresentando pelo Programa Polis definia as principais ideias e objetivos estratégicos a levar a cabo na cidade.¹⁴¹ Na origem dessa apresentação havia o interesse em colocar a cidade em condições de competitividade com as restantes cidades médias da Região Centro e com as cidades espanholas, nomeadamente Salamanca. Para tal, era entendido que a melhor forma de mobilizar os agentes locais seria proporcionar uma imagem urbana aprimorada e com condições de vida superiores. A principal intervenção proposta pressupunha a criação de um grande Parque Urbano, incidindo na requalificação do Rio Diz e sua envolvente, dada a sua proximidade a zonas urbanas de crescimento recente, na vertente Nordeste, Estação, Bairro

¹³⁸Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território - Lei 48/98, 1998-08-11', Diário da República; 'Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial -Decreto-Lei 380/99, 1999-09-22', Diário da República; 'Código das Expropriações - Lei 168/99, 1999-09-18», Diário da República; 'Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - Decreto-Lei 555/99, 1999-12-16', Diário da República; Ver também: Baptista, 'Regimes of Exception in Urban Planning and Governance: The Case of the Polis Program, Portugal', 110. Em data anterior ao Programa Polis foi publicado um conjunto de diplomas que vieram a estabelecer as bases a primeira legislação base do ordenamento do território. Este regime de exceção pretendida assim contornar este quadro legal.

¹³⁹Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades 'Resolução do Conselho de Ministros 26/2000', 25 de maio de 2000.

¹⁴⁰Ibid., 2125-26.

¹⁴¹Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades 'Resolução do Conselho de Ministros 26/2000', 25 de maio de 2000, 2134-35. Ver Quadro 23: Apresentação sumária do projeto da Guarda.

de São Domingos, Mileu e Centro Histórico. A proposta previa o desenvolvimento de alternativas de mobilidade articuladoras da cidade entre a cota mais baixa (estação) e a cota superior (centro histórico), pelo desenho de ciclovias e percursos pedonais, articulados com as malhas urbanas existentes. Previa ainda a implementação de um conjunto de equipamentos, — Centro de Interpretação da História de Portugal; Museu da Água; Jardim da Ciência; circuitos de manutenção, — supondo a reutilização de edificado existente na área a intervir (ver figura 7.6. a 7.10.).

A PolisGuarda, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, foi criada a 8 de fevereiro de 2001.¹⁴² O Arquiteto António Saraiva liderava o gabinete de coordenação do PolisGuarda, enquanto a Comissão Local de Acompanhamento era constituída pelas instituições de ensino da cidade, pelas Juntas de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal e respectivos grupos parlamentares dos quatro principais partidos à data, CDU, PP, PS e PSD, instituições locais ligadas à saúde, ao desenvolvimento empresarial, cultural, empresas fornecedoras de serviços básicos (EDP, Portugal Telecom, SMAS), ordens profissionais de arquitetura e engenharia, e ainda o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e instituições de defesa ambiental (QUERCUS).¹⁴³

O projeto desenvolvido pelo PolisGuarda foi apresentado a 27 de novembro de 2000 durante as comemorações dos 801 anos da cidade.¹⁴⁴ Numa área de 180 hectares, o parque urbano pretendia requalificar a encosta Norte da cidade, colmatando o espaço de carácter rural que medeia entre o centro histórico e a estação de caminhos-de-ferro. Visava a articulação destes dois espaços fundamentais da cidade: o centro consolidado e área da estação. Esta última havia-se tornado numa centralidade a partir de meados da década de 60 e que no início de 2000 estava ainda em franco crescimento. Importa referir que o plano se insere nas freguesias urbanas de S.Vicente e S.Miguel, entidades administrativas que durante a primeira década do século XXI apresentaram maior densidade populacional. Também, a área a Nascente da estação de caminho-de-ferro foi a que registou maior construção de 1996 a 2000.¹⁴⁵ A articulação do crescimento suburbano era algo há muito definida no Plano Diretor Municipal da Cidade, algo a que o Plano Estratégico também se dedicou. Mas, no Polis Guarda, a possibilidade de ligar estes tecidos por meio de um grande parque urbano era a principal aposta. A estrutura programática do Parque previa a colmatação das manchas urbanas existentes por intermédio de edificado habitacional em algumas áreas periféricas. E, ao se definir como o elemento capaz de requalificar e valorizar ambiental e paisagisticamente o Rio Diz, fez uso de um programa edificado correspondente: o Museu da Água, o Centro de Monitorização Ambiental, Centro de Interpretação do Parque, Restaurantes, Espaço para

¹⁴²Diário da República, 'Decreto-Lei 37/2001', 08 de fevereiro de 2001.

¹⁴³ António Saraiva, ed., *Intervenção do Programa Polis na Guarda* (Guarda: PolisGuarda, 2007), 105.

¹⁴⁴O projeto global do Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz é da autoria da empresa GITAP, gabinete de estudos e projetos S.A..

¹⁴⁵Ver no Anexo III: a.22. Mapa de Densidade Populacional (Hab/Km²), Concelho da Guarda e a.23. Mapa da Densidade Populacional (Hab/Km²) Cidade da Guarda, por secção estatística e ainda a.29. Mapa do período em que se registou a maior construção de edifícios por secção estatística, em *Cidade da Guarda: Cidade, Povoamento, Assimetrias Urbanas: abandonos e vazios, do centro histórico aos subúrbios*.

Espectáculos, Jardim de Infância. Com o intuito de fomentar novas formas de mobilidades, e na criação de uma alternativa às ligações viárias existentes, o parque era atravessado por uma linha de monocarril, entre a Avenida da Estação e a Avenida do Rio Diz.

Ambicioso, o projeto não foi cumprido na sua totalidade. A sua execução foi comprometida pela instabilidade política nacional resultante da transição de sucessivos governos. Do governo de António Guterres para o governo social-democrata liderado por Durão Barroso de 2002 a 2004, seguido por Santana Lopes até 2005, até à eleição de José Sócrates. Outro factor, de incumprimento foram as suprarreferidas mudanças na economia nacional. Em 2001, Portugal não cumpria os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento da Zona Euro, excedendo os 3% do Produto Interno Bruto (PIB), e em resposta o governo social-democrata introduziu restrições aos investimentos públicos e aumentou os impostos ao consumo (IVA). Esta nova situação política e económica também reverteu na reorganização administrativa das Comissões de Coordenação Regional (CCR), responsáveis pelo acesso ao III Quadro Comunitário de Apoio, o que levou a atrasos nos pagamentos.¹⁴⁶ Estas vicissitudes foram reportadas pela imprensa local que refere os cortes orçamentais e a demora sucessiva nos pagamentos e, conseqüentemente, na execução das obras.¹⁴⁷ O programa acabou por não ser concluído na sua plenitude e a Sociedade PolisGuarda foi dissolvida em 2010.

Entre os trabalhos desenvolvidos pela Sociedade Polis houve um grande investimento na comunicação, educação e informação sobre os projetos em curso, e sobre o conceito de requalificação ambiental e a sua pertinência para a qualidade de vida urbana. Na Guarda, António Saraiva, o já referido director do Gabinete de Coordenação Polis, destaca as ações desenvolvidas pelo programa junto da população mais jovem apelando à responsabilidade ambiental.¹⁴⁸ As sessões públicas de apresentação de projetos eram também práticas comuns, mas sem a partilha de decisões de poder, eram sessões onde se obtinha e acedia à opinião pública.¹⁴⁹

O envolvimento do município nas complexidades inerentes à implementação de esquemas de financiamento e acesso aos fundos comunitários foi também importante na aquisição de conhecimento e experiência. Porém, António Saraiva lamenta a perda do trabalho alcançado no pensamento da cidade, na gestão do financiamento, e explica como esta situação é recorrente na cidade. A dissolução do trabalho desenvolvido pelos técnicos encarregues do desenho da cidade durante o Programa Polis, mas também, a inobservância aos estudos, planos e projetos anteriores, como o Plano Estratégico e o Programa MEREC.¹⁵⁰

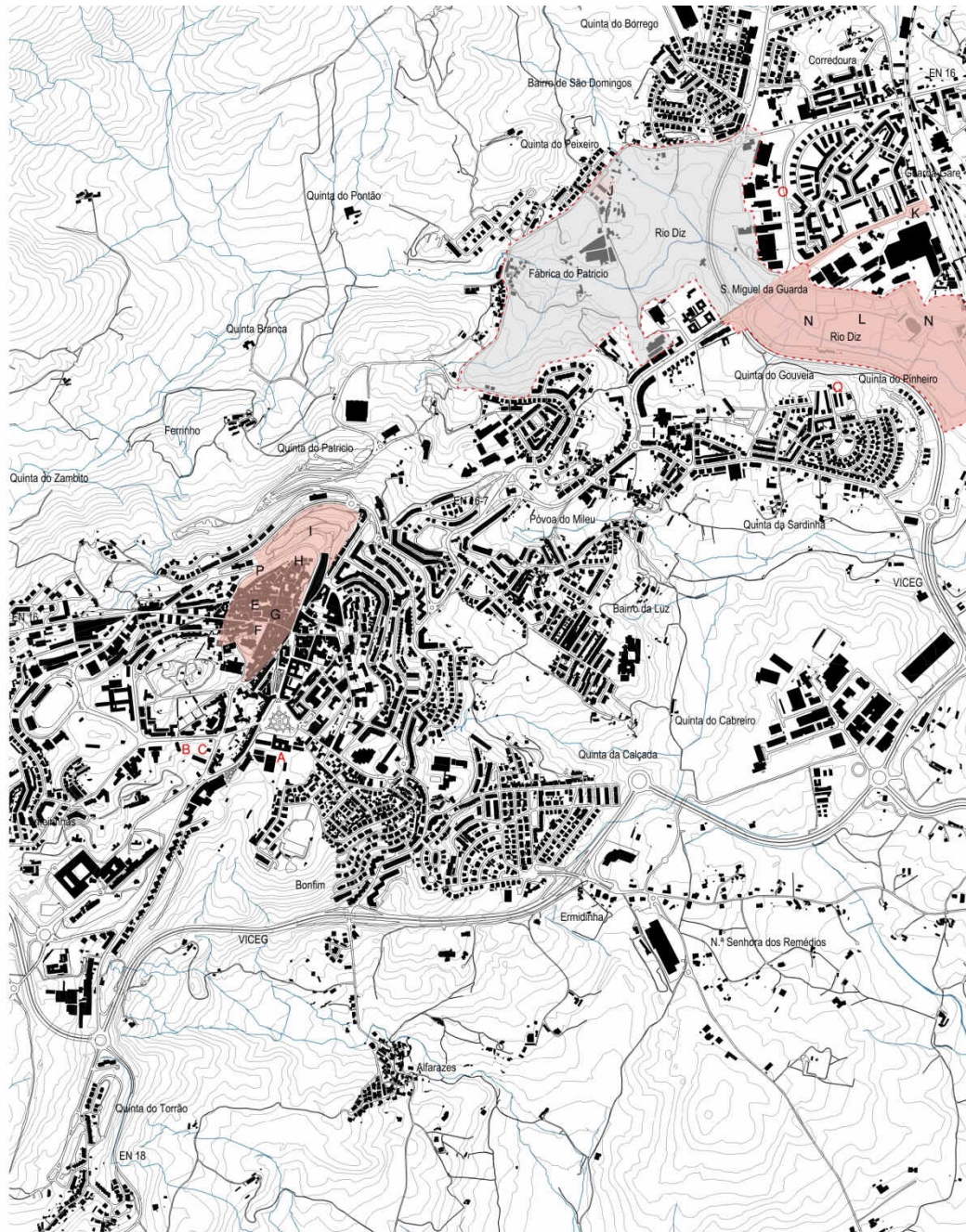
¹⁴⁶Baptista, 'Regimes of exception in urban planning and governance: The case of the Polis Program, Portugal', 167-89.

¹⁴⁷Câmara e Ministério do Ambiente devem dinheiro à PolisGuarda', *O Interior*, acessado 17 de junho de 2015, <http://www.ointerior.pt>; 'O Interior - Diário da Guarda - 01-09-2005 - Em Foco - PolisGuarda em contagem decrescente', *O Interior*, acessado 17 de junho de 2015, <http://www.ointerior.pt/>

¹⁴⁸Saraiva, Entrevista ao Arquiteto António Saraiva: A Guarda, crescimento urbano, planeamento e o Polis.

¹⁴⁹Baptista, 'Regimes of exception in urban planning and governance: The case of the Polis Program, Portugal', 159.

¹⁵⁰Saraiva, Entrevista ao Arquiteto António Saraiva: A Guarda, crescimento urbano, planeamento e o Polis.



GUARDA 2010

PROGRAMA POLIS:

- PLANO DE PORMENOR DO PARQUE URBANO DO RIO DIZ
- ESPAÇOS INTERVENÇIONADOS

- A. Teatro Municipal da Guarda, Arquitecto Carlos Veloso.
- B. Biblioteca Municipal da Guarda, Arquitecto Pedro Gomes Fernandes
- C. Centro de Estudos Ibéricos
- D. Bombeiros Voluntários Egitanienses, Construtora do Lena, SA
- E. Iluminação Cénica da Cidadela, Bernardo & Bernardo, Lda
- F. Reabilitação da Praça Luís de Camões e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão

- G. Requalificação de Artérias Centro Histórico, Celestino Pissara, Arquitectura Lda
- H. Reabilitação Largo do Torreão e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão
- I. Requalificação Paisagística Encosta Norte, Joaquim Carreira, Arquitectura Lda
- J. Acesso Poente Parque Urbano, Bloco Realojamento, Melo Rodrigues, Eng.ª
- K. Reabilitação Avenida da Estação, Gabinete de Apoio Técnico da Guarda
- L. Parque Urbano do Rio Diz, Progitape SA
- M. Parque Infantil e Equipamento, Celestino Pissara, Arquitectura Lda
- N. Espaço de Animação, Certar SA
- O. Requalificação da Avenida de São Miguel, Arq.ª Margarida Carvalho, CMG
- P. Requalificação Muralha Norte, Joaquim Carreira, Arquitectura Lda.
- Q. Cooperativa Habitacional Quinta do Pinheiro, Arq.ª Siza Vieira e António Madureira.



0 100 500m

7.6. Guarda 2010. Reconstituição sobre cartografia contemporânea. Intervenções 2000-2010 (inclui intervenções Polis)

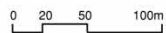


GUARDA 2010

ESPAÇOS INTERVENIONADOS

- A. Teatro Municipal da Guarda, Arquitecto Carlos Veloso
- B. Biblioteca Municipal da Guarda, Arquitecto Pedro Gomes Fernandes
- C. Centro de Estudos Ibéricos
- D. Bombeiros Voluntários Egitanienses, Construtora do Lena, SA
- E. Iluminação Cénica da Cidadela, Bernardo & Bernardo, Lda
- F. Reabilitação da Praça Luís de Camões e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão

- G. Requalificação de Artérias Centro Histórico, Celestino Pissara, Arquitectura Lda
- H. Reabilitação Largo do Torreão e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão
- I. Requalificação Paisagística Encosta Norte, Joaquim Carreira, Arquitectura Lda
- J. Acesso Poente Parque Urbano, Bloco Realojamento, Melo Rodrigues, Eng.º
- K. Reabilitação Avenida da Estação, Gabinete de Apoio Técnico da Guarda
- L. Parque Urbano do Rio Diz, Progitape SA
- M. Parque Infantil e Equipamento, Celestino Pissara, Arquitectura Lda
- N. Espaço de Animação, Certar SA
- O. Requalificação da Avenida de São Miguel, Arq.ª Margarida Carvalho, CMG
- P. Requalificação Muralha Norte, Joaquim Carreira, Arquitectura Lda.
- Q. Cooperativa Habitacional Quinta do Pinheiro, Arq.º Siza Vieira e António Madureira.



7.7. Guarda 2010. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea. Intervenções Cidade-Centro 2000-2010 (Inclui intervenções Polis).



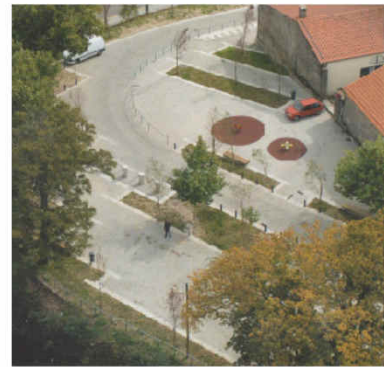
A. Teatro Municipal da Guarda, Arquiteto Carlos Veloso



B. Biblioteca Municipal da Guarda, Arquiteto Pedro Gomes Fernandes



C. Centro de Estudos Ibéricos



H. Reabilitação Largo do Torreão e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão



F. Reabilitação da Praça Luis de Camões e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão



G. Requalificação de Artérias Centro Histórico, Celestino Pissara, Arq. Lda

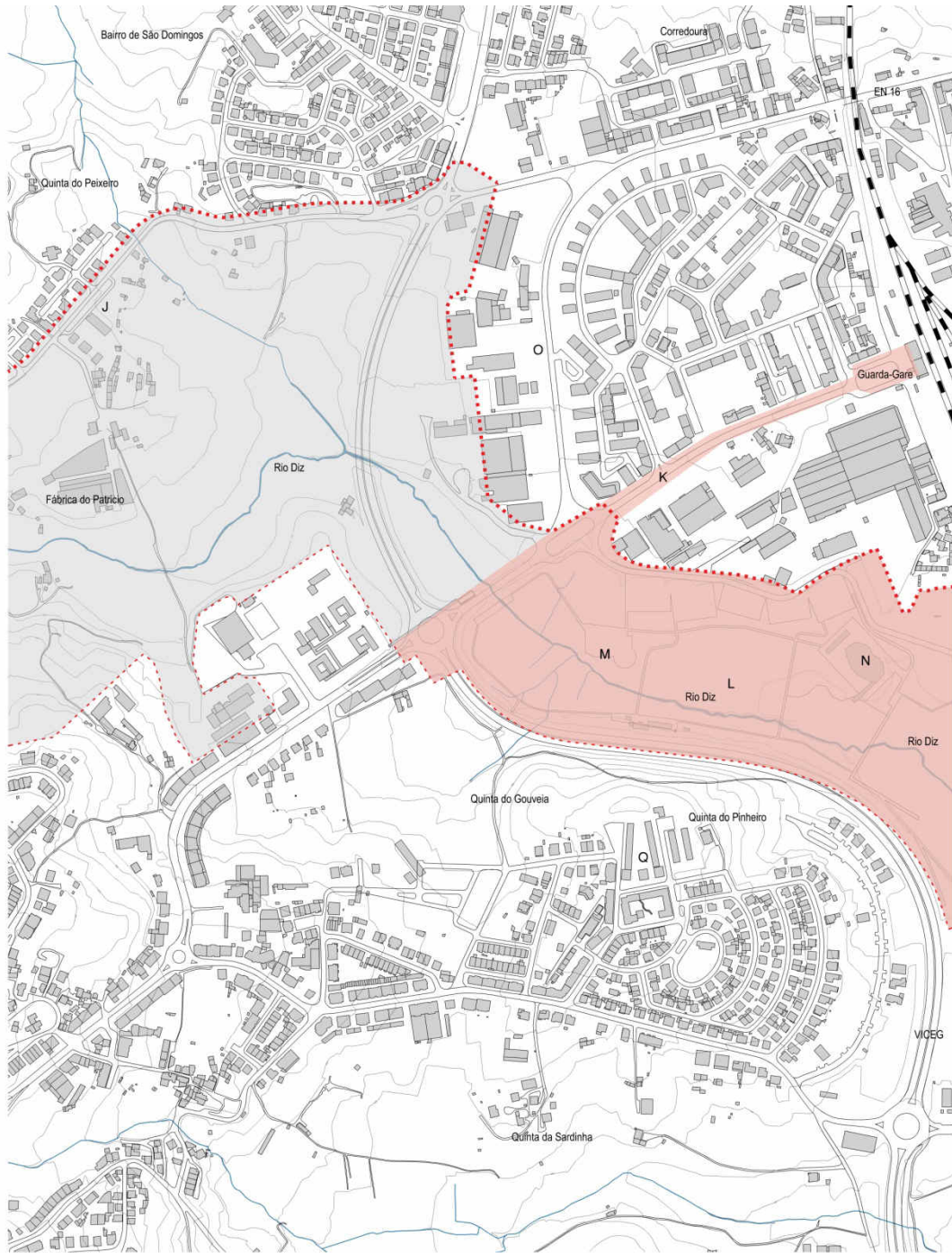


P. Requalificação Muralha Norte, Joaquim Carreira, Arquitectura Lda.



E. Iluminação Cênica da Cidadela, Bernardo & Bernardo, Lda

7.8. Intervenções 2000-2010 Cidade-Centro (Inclui intervenções Polis).

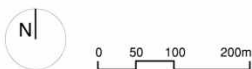


PROGRAMA POLIS:

- PLANO DE PORMENOR DO PARQUE URBANO DO RIO DIZ
- ESPAÇOS INTERVENCIÓNADOS

- A. Teatro Municipal da Guarda, Arquitecto Carlos Veloso
- B. Biblioteca Municipal da Guarda, Arquitecto Pedro Gomes Fernandes
- C. Centro de Estudos Ibéricos
- D. Bombeiros Voluntários Egitanenses, Construtora do Lena, SA
- E. Iluminação Cénica da Cidadela, Bernardo & Bernardo, Lda
- F. Reabilitação da Praça Luis de Camões e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão

- G. Requalificação de Artérias Centro Histórico, Celestino Pissara, Arquitectura Lda
- H. Reabilitação Largo do Torreão e Envolvente, MVCC - Camilo Cortesão
- I. Requalificação Paisagística Encosta Norte, Joaquim Carreira, Arquitectura Lda
- J. Acesso Poente Parque Urbano, Bloco Realojamento, Melo Rodrigues, Eng.º
- K. Reabilitação Avenida da Estação, Gabinete de Apoio Técnico da Guarda
- L. Parque Urbano do Rio Diz, Progitape SA
- M. Parque Infantil e Equipamento, Celestino Pissara, Arquitectura Lda
- N. Espaço de Animação, Certar SA
- O. Requalificação da Avenida de São Miguel, Arq.º Margarida Carvalho, CMG
- P. Requalificação Muralha Norte, Joaquim Carreira, Arquitectura Lda.
- Q. Cooperativa Habitacional Quinta do Pinheiro, Arq.º Siza Vieira e António Madureira.



7.9. Guarda 2010. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea. Intervenções Cidade-Parque Urbano Rio Diz 2000-2010 (Inclui intervenções Polis).



J. Acesso Poente Parque Urbano, Bloco Realojamento, Melo Rodrigues, Eng.º



K. Reabilitação Avenida da Estação, G. de Apoio Técnico da Guarda



L. Parque Urbano do Rio Diz, Progitape SA
N. Espaço de Animação, Certar SA



L. Parque Urbano do Rio Diz, Progitape SA
M. Parque Infantil e Equipamento, Celestino Pissara, Arquitectura Lda



G. Cooperativa Habitacional Quinta do Pinheiro,
Arquiteto Álvaro Siza Vieira e António Madureira

7.10. Intervenções Cidade-Parque Urbano Rio Diz 2000-2010 (Inclui intervenções Polis).

A modernização dos espaços do centro histórico e a criação do Parque Urbano do Rio Diz, não foi por si suficiente, à semelhança daquilo que o Plano Estratégico de 1996 também pretendia: o desencadeamento de investimento privado. A mudança das circunstâncias financeiras nacionais e a crise económica de 2010 foram fatores de mitigação do investimento particular. No que se refere à construção, a primeira década de 2000 registou uma redução drástica no número de edifícios construídos na Guarda, assim como o seu esvaziamento. O centro histórico da cidade, as áreas envolventes e grande parte da zona de expansão da cidade a Nascente, verificam uma percentagem de alojamentos vagos superior a 15%.¹⁵¹

Na publicação acerca da *Intervenção do Programa Polis na Guarda*, constata-se que as intervenções realizadas, ao invés de fazerem a desejada articulação entre cotas contribuíram para o acentuar da relação dicotómica entre o centro da cidade e a zona da estação de caminho-de-ferro.¹⁵² Não obstante, da execução do Polis houve um conjunto de intervenções que melhoraram as condições de vida urbana, resultado de programas arquitetónicos diversos que contribuíram para a valorização patrimonial do centro histórico, fruto de ações de requalificação de vários espaços, entre os quais: a Praça Luís de Camões, o Largo do Torreão e a encosta Norte da muralha, bem como, várias artérias urbanas. Foram também relocados os Bombeiros Voluntários, agora instalados na entrada Noroeste da cidade. Nas proximidades da estação de caminho-de-ferro é construída apenas a primeira fase do Parque Urbano do Rio Diz, com a criação de um parque infantil e um edifício de restauração e um outro direcionado para a realização de espetáculos. Este parque é ladeado a Sul pela VICEG e a Norte pela zona industrial de São Miguel (ver figura 7.6. a 7.10.).

A desejada interligação e qualificação de espaços públicos com áreas verdes de proximidade entre os dois centros polarizadores da cidade, preconizada nos instrumentos de planeamento, mantém-se por concretizar. Conseguiu-se a modernização e a melhoria da qualidade dos espaços públicos que foram alvo de intervenção na cidade. E se a posição do Parque Urbano do Rio Diz, naquilo que foi realizado, patenteia a sua falta de proximidade a espaços de densidade urbana de cariz habitacional, o que poderia redundar numa fraca adesão da população, essa possibilidade é contestada pelo modo como este espaço é utilizado para diversos eventos e pelo modo como ele é reclamado pelos habitantes da Guarda. O contato com os guardenses no curso desta investigação, pôs em evidência a importância que o parque tem para o quotidiano da cidade.

¹⁵¹Ver no Anexo III: a.24. Mapa de Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos, Concelho da Guarda e a.23. Mapa da Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos Cidade da Guarda, por secção estatística e ainda a. 26. Edifícios por período de Construção em *Cidade da Guarda: Cidade, Povoamento, Assimetrias Urbanas: abandonos e vazios, do centro histórico aos subúrbios*.

¹⁵²Saraiva, ed., *Intervenção do Programa Polis na Guarda*.

*A Praça e a sua Estátua: como a arquitetura reformulou uma tradição de dominação, subjetividades em jogo.*¹⁵³

Ao longo desta secção discute-se como durante a democracia se procedeu à reabilitação da Praça Velha. Pretende-se clarificar como a arquitetura valorizou este espaço, recorrendo aos discursos que ao longo da década de 90 e seguintes questionam o processo que culminou na formulação do projeto levado a cabo nos anos da ditadura e aqueles que contestam o novo projeto. Nesta abordagem, pretende-se elucidar como a arquitetura deu forma ao presente democrático da cidade, sem excluir as referências materiais do seu passado. Nesse percurso, por intermédio do debate suscitado pela transformação da Praça, escrutinam-se as diferentes subjetividades que se formam entre uma especialidade técnica e a posição dos habitantes da cidade. As preocupações levantadas expõem os processos e formas que deveriam ser adoptados na requalificação da Praça. Situação que levanta outras questões, como a compreensão e a experiência de natureza visual e espacial dos habitantes, e ainda os meios utilizados para a participação na discussão dos assuntos da cidade. Sobre a primeira questão, a interpretação subliminar do redesenho da Praça por parte dos habitantes parece revelar uma falta de entendimento acerca do modo como se desenvolveu a proposta inicial sobre a praça, na qual a estátua de D. Sancho se encontra em posição central, levando a uma aceitação não questionada da mesma, sem reclamar a sua transformação. E, embora no final dos anos 60, o trabalho de Lefebvre tenha mostrado as dinâmicas sociais inerentes à construção do espaço, De Certeau, como Lefebvre, mostra como os significados e poder de um lugar podem ser continuamente construídos e reconstruídos: *"Like words, places are articulated by thousand usages."*¹⁵⁴ Deste modo, enquanto o redesenho da Praça suporta ainda aspetos materiais anteriores, nomeadamente veiculados pela estátua de D. Sancho I, esses significados podem ser subvertidos por práticas do quotidiano. O que prova que as estruturas de poder não se fixam permanente no espaço.

Por outro lado, o entendimento sobre o modo como regimes ditatoriais deram forma a determinados espaços e o modo como eles são desconstruídos necessita da presença de especialistas do espaço, sendo cada vez mais premente o papel dos seus poderes e cidadãos enquanto sujeitos políticos. Os últimos deverão ter consciência das dimensões e consequências de tais transformações, de modo a que elas possam ser discutidas na esfera pública. E, essa discussão deverá ser um debate político, baseada num diálogo de dissenso entre todos os sujeitos políticos envolvidos. Em 1982, Foucault argumenta que, apesar de a produção arquitetónica poder servir como instrumento de disciplina e controlo e harmonização social, os seus efeitos não são garantidos: liberdade, capacitação, acontecem

¹⁵³Esta secção partilha da investigação e trabalho publicado no artigo: Cátia Ramos, 'The Square and Its Statue: How a Dictatorship shaped a Tradition and How Architecture Reshaped it in Guarda, Portugal', *Traditional Dwellings and Settlements Review*XXXI, n.º 1 (Fall 2019): 25-38.

¹⁵⁴Michel De Certeau, 'Practices of Space', em *On Signs*, 1.ª edição (Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press, 1985), 122-45.

apenas quando: "...the liberating intentions of architect[ure] coincide with the real practice of people in the exercise of their freedom".¹⁵⁵

No Capítulo 5, abordou-se o modo como a subjetividade estatal, desenvolvida durante a ditadura, se tornou indubitavelmente mediada na forma urbana da Praça Velha, o que confirma o desenho urbano como uma resultado e produto de relações de poder, e, simultaneamente, como produtor dessas dinâmicas.¹⁵⁶ Relações sujeitas ao escrutínio da crítica intelectual de Vergílio Ferreira e João Abel Manta. Entretanto, a apropriação e constatação desta subjetividade só aconteceu com após a revolução democrática, atingida com o golpe militar do 25 de abril de 1974. Durante uma visita do governo à cidade, a Praça Velha tornou-se no espaço apropriado, não apenas para o apoio à campanha presidencial do primeiro presidente democraticamente eleito, Ramalho Eanes, mas também para a exigir o cumprimento do sonho acerca da satisfação de necessidades básicas da vida urbana — ruas, água e eletricidade. Segundo os próprios termos de Lefebvre, a Praça Velha tornou-se o espaço urbano onde a participação e reivindicação de determinados direitos teve lugar, e assim, desconstruindo as anteriores construções do poder (ver figura 7.8.).¹⁵⁷



7.II. Visitas oficiais à cidade e manifestações, início da década de 80. Fonte: Arquivo do Jornal do Fundão.

¹⁵⁵Michel Foucault, 'Space, Knowledge and Power (interview conducted with Paul Rabinow)', em *Rethinking Architecture* (London & New York: Routledge, 1997), 347–57.

¹⁵⁶ Cf. a propósito do conceito subjetividade estatal Nota 47, Capítulo 5.

¹⁵⁷ Lefebvre, 'The Right to the City', 428–36.

Embora a desconstrução desta subjetividade estatal tenha ocorrido pela apropriação do espaço, a necessidade de a abolir, ou desabilitar, começou a ser questionada pelos novos poderes democráticos eleitos. As razões estavam embebidas na importância histórica do espaço, enquanto centro de gravidade para as principais atividades sociais e na predominância do automóvel. Porém, o principal foco da autarquia estava enraizado no crescimento da cidade no início da década de 80, centrando-se na solução da provisão de habitação e infraestruturas. Assim, a possibilidade de reabilitar e reestruturar a Praça Velha da Cidade só teve lugar em virtude dos fundos europeus. Foi através do PROSIURB que a reabilitação da Praça se perfigurou como um dos principais objetivos do Plano Estratégico da Cidade da Guarda. Como acima se explica, o programa PROSIURB tem lugar num momento em que a União Europeia, e conseqüentemente Portugal, começam a atribuir importância ao desenvolvimento local, recursos endógenos, e se preocupam também com novas formas de participação, governança e gestão de projeto.

No entanto, a discussão pública em torno da reestruturação aconteceu por intermédio do semanário Terras da Beira. Em 1996, o semanário dedica uma página ao projeto de reabilitação da praça sob o título: *“Praça Velha” vai ser alterada «Não temos nada contra o D.Sancho!»*.¹⁵⁸ O jornal apresenta uma proposta base para o novo desenho da praça, acompanhado de uma legenda que diz o seguinte: *“1- Futura localização da estátua de D.Sancho; 2- Fonte Luminosa; 3- Zona Pedonal”*. O desenho e a legenda resumem as principais ideias para a Praça e o artigo explora algumas das transformações essenciais: a remoção do tráfego automóvel e estacionamento, a criação de espaços de esplanadas, bem como a controversa mudança da estátua de D.Sancho, e a implementação de uma fonte luminosa (ver figura 7.7.). O artigo recorre ainda aos comentários da presidente da câmara, onde ela justifica o desenho do projeto afirmando que *“«tem em conta as pessoas»”*.

O semanário, ao reconhecer as controvérsias ao redor do desenho da Praça, por intermédio dos seus leitores, especialmente acerca da mudança do local da estátua, traz a lume a opinião e discussão acerca da transformação deste espaço. Nos números seguintes do Jornal, na secção de debate, emergem duas posições. Uma delas, designada aqui pela subjetividade dos especialistas, é apresentada pela agência de determinados políticos, técnicos e intelectuais: deputados municipais, arqueólogos, historiadores, arquitetos e planeadores. Os seus principais argumentos expõem as virtudes do espaço: a sua importância histórica enquanto espaço construído pelo tempo, a importância dos seus principais edifícios e a necessidade de os reabilitar. Esta opinião vem aprovar a remoção de tráfego e elogiar a libertação do espaço para o uso coletivo. Mas manifesta-se contra a implantação da fonte luminosa, numa crítica à proposta de projeto de arquitetura apresentado pelo executivo municipal, validando uma falta de sensibilidade e consciência do desenho apresentado para a praça, expondo o provincialismo da mesma:

“Como espaço de todos, criado num tempo longo e vivido numa dinâmica pluritemporal, não se queira fazer de um centro modesto – porque modestos foram

¹⁵⁸ *“Não temos nada contra o D.Sancho”*, *Terras da Beira*, 2 de maio de 1996.

os seus fazedores – uma tela de vaidades provincianas que serão, simplesmente, ridículas."

Lídia Fernandes, Arqueóloga.¹⁵⁹

"Numa cidade onde o espaço público é em geral absolutamente indigente, e onde tanto havia que investir, gastar dinheiro a estragar o que está bem e que podia simplesmente melhorado com muito pouco, é de molde a tirar o sono a qualquer pessoa de bom senso."

Maria Abrunhosa de Castro, Arquiteta.¹⁶⁰

É pelo discurso dialético desta subjetividade especialista, que outra posição surge contudo, um pouco menos explícita. Diz respeito a uma menos articulada e afirmativa acerca da interpretação do ambiente visual da Praça.¹⁶¹ Esta visão emerge dos cidadãos para quem as preocupações acerca da transformação da Praça se focam em especial na mudança da estátua de D.Sancho. Do ponto de vista dos especialistas, este foco na estátua do monarca afastava a possibilidade da discussão política sobre a cidade e sobre o seu futuro coletivo:

"... D. Sancho tinha sido elevado à condição de divindade intocável. (...) penosamente temos de concluir que a realidade circundante apenas nos afecta quando estão em causa símbolos cuja carga afeciva herdámos, sem que tenhamos parado um único momento para julgar a sua dimensão significativa. (...) a brônzea figura de D.Sancho afasta a discussão essencial, remetendo-a para uma simbologia néscia que tolda toda a clarividência e bom senso."

Carlos Baía, deputado municipal.

Nas poucas opiniões publicadas no semanário, a estátua do monarca era o parente perfeito da monumentalidade da Praça, não afetando de modo algum a sua utilização coletiva. Embora a estátua seja parte da construção retórica da ditadura, nem todos os cidadãos a entendem assim. Para eles, a estátua contribui para a monumentalidade granítica da Praça e para o imaginário medieval da mesma.¹⁶² Equanto a representação da opinião dos habitantes

¹⁵⁹ Abrunhosa de Castro et al., 'Projecto de Reabilitação da Praça Velha', 4.

¹⁶⁰ Ibid., 5.

¹⁶¹ Abidin Kusno, *The Appearances of Memory: Mnemonic Practices of Architecture and Urban Form in Indonesia* (Durham, NC: Duke University Press, 2010), 157. Abidin Kusno argumenta que a experiência visual, formal e simbólica do espaço não expressa apenas um sistema social e político, também faz parte da subjetividade das pessoas que o habitam. Ainda assim, o poder do ambiente visual pode registar subjetividade, na medida em que contribua para a experiência dos habitantes. E, apesar de textos e outras evidências materiais não conseguirem representar o significado que as pessoas atribuem aos edifícios e espaços, não sendo registados, eles podem, em certa medida, ajudar a compreender as suas respostas ao uso, transformação e criação do espaço.

¹⁶² João Prata e Mário Pires, 'Projecto de Reabilitação da Praça Velha', *Terras da Beira*, 23 de maio de 1996, sec. Debate.

«Praça Velha» vai ser alterada

«Não temos nada contra o D. Sancho!»

O Projecto de Reabilitação da «Praça Velha» está pronto, mas pode não ser o definitivo. Uma coisa parece certa: D. Sancho I vai mudar de sítio. A Presidente em Exercício da Câmara da Guarda, Maria do Carmo Borges, garante que o projecto vai dar mais vida ao centro Histórico e afastar os carros de uma vez por todas. Quanto ao fundador da cidade mais alta, a autarca tem a certeza que vai ficar muito bem no novo pedestal.

Não vamos impor nada que a Guarda recuse», garante Maria do Carmo Borges, a presidente em Exercício da Câmara da Guarda, ao referir-se ao projecto de reabilitação da Praça de Luis de Camões, mais conhecida por «Praça Velha». Ainda o projecto não é do conhecimento público, já se ouvem reacções da opinião pública. Em causa, e no centro das atenções, está a mudança da estátua de D. Sancho I (naquele local desde 1953) para outro sítio da Praça, concretamente junto à escadaria de Sê, no enfiaimento da Rua da Torre.

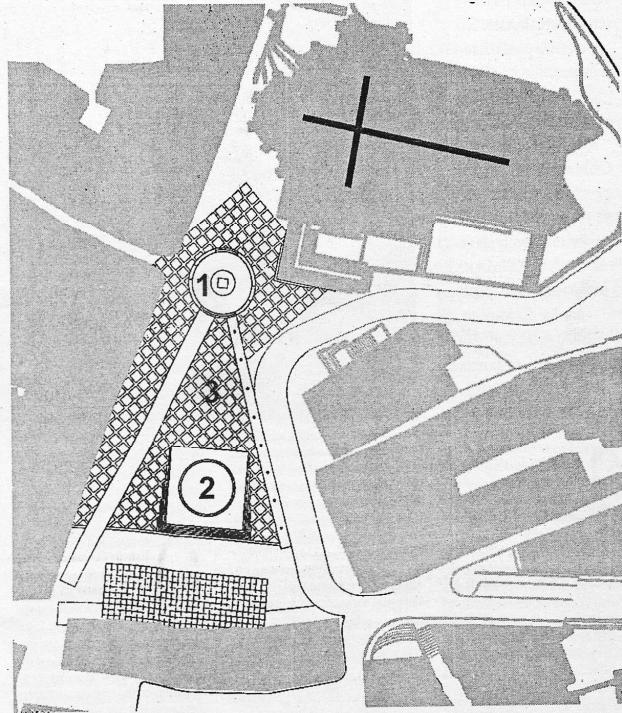
O projecto está pronto mas vai entrar em fase exploratória e as propostas podem ainda ser alteradas. A Câmara vai estudar e dar, eventualmente, novas sugestões. Da mesma forma, e tratando-se de uma obra importante para a cidade, o assunto deverá ser discutido em breve na Assembleia Municipal ou mesmo em debate público. Maria do Carmo Borges tem consciência que «a obra mexe com os sentimentos das pessoas da Guarda» mas a proposta de mudança da estátua aparece por forma a que se accentue o efeito de perspectiva da Praça e liberte os ângulos de visão sobre a Sé Catedral. «O D. Sancho tirou um pouco da beleza da Praça Velha e cortou todos os ângulos», considera a presidente em Exercício que vê com bons olhos esta alteração porque, adianta, «vai dar mais sentido histórico à Praça e, além do mais, o local escolhido não é menos digno, pelo contrário». Para que não fiquem dúvidas e más interpretações, Maria do Carmo Borges sublinha que «não temos nada contra o D. Sancho». Convencida de que as eventu-

ais reacções negativas resultam da falta de informação, a autarca acredita que o projecto de Reabilitação da Praça de Luis de Camões, da autoria de Delfim Silva com base em estudos anteriores, vai dar mais dignidade, «mais vida ao centro histórico» porque, sustenta, o projecto «tem em conta as pessoas».

A Praça é dominada pelo automóvel e «a própria estátua de D. Sancho está «afogada» entre automóveis, sem qualquer relação com o meio envolvente e não contribui para organizar o espaço» diz a memória descritiva do projecto.

Praça Velha vira nova

As mudanças neste espaço principal do velho traçado medieval são significativas. Isto, claro, se o projecto passar tal e qual está nesta fase. Assim, propõem-se a redução do trânsito automóvel de atravassamento, eliminação dos estacionamentos no interior da Praça e garantir absoluta prioridade aos peões já que, actualmente, as zonas pedonais se resumem a pequenas faixas junto aos edifícios laterais. Por outro lado, e para além do destaque de elementos visuais importantes na caracterização do espaço, o projecto prevê a criação de pólos de atracção «que levem à fixação espontânea da população». Para além de uma zona fixa de esplanadas, frente aos balcões, está previsto a instalação de uma fonte ornamental ou luminosa ligeiramente abaixo do sítio onde está erguida a estátua do fundador da Guarda. Um sinal de modernidade ou uma adesão espontânea à moda das dispêndiosas fontes luminosas! Maria do Carmo mostra-se um pouco reti-



1-Futura localização da estátua de D. Sancho I; 2 - Fonte luminosa; 3 - Zona pedonal

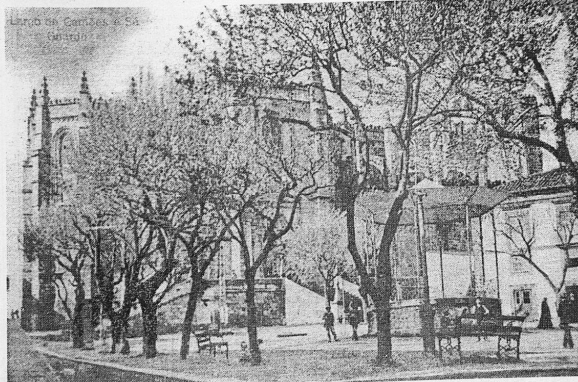
cente em relação à ideia e adianta que preferia ver ali qualquer coisa menos esbafatosa. Mas... logo se vê!

O pavimento da Praça também muda. A proposta avança no sentido de ser repavimentada com lajetas de granito e calçadas intercaladas, conforme se pode ver na planta de localização aqui reproduzida. A iluminação vai aumentar

com a instalação de, pelo menos, oito candeeiros ao longo de uma zona pedonal que parte do futuro lugar de D. Sancho até às esplanadas.

As alterações de fundo predem-se com o trânsito. É o regresso à fórmula antiga. Isto é, a Rua 31 de Janeiro passará a ter apenas um sentido de tráfego, possibilitando uma banda de estacionamento,

sendo proibido o trânsito na Rua do Comércio. O único eixo viário que a Praça deverá comportar será a ligação da Rua 31 de Janeiro com o largo Dr. Amândio Paul. Pelas características do espaço imediato à Sé, a ideia que se fará transmitir é a de que o automobilista abandone o uso da viatura em troca da destocação a pé. VA



A Praça Velha no princípio do século

Terras da Beira lança desafio

O que pensa a Guarda sobre o assunto?

A estátua de D. Sancho I, o fundador da Guarda, vai mudar de sítio. Isto porque, há um Projecto de Reabilitação da «Praça Velha» que prevê alterações de fundo e que mexem com toda a organização do espaço, conforme explicamos nesta edição.

O que pensa, o caro leitor, desta mudança? Que opinião tem sobre o passado, o presente e o futuro da «Praça Velha»?

O *Terras da Beira* abre as suas páginas ao debate para que os cidadãos se pronunciem, tomem posição e digam se concordam ou não com a futura posição de D. Sancho I e quais as alternativas.

Envie a sua opinião, por correio ou via fax, para: Jornal Terras da Beira - Rua Soeiro Viegas 2-B - 6300 Guarda - fax-223112

sobre a transformação da Praça é fraca, revela como o projeto de engenharia social, construído pela ditadura, permenece inscrito nas experiências que as pessoas têm do lugar, afetando assim a sua interpretação política do espaço. Relembrando a descrição da cidade feita por Vergílio Ferreira na década de 60, esta interpretação revela um entendimento conservador e provinciano sobre a cidade.

Foi da discussão pública levantada pelo semanário *Terras da Beira*, que o debate público sobre a transformação da praça é finalmente levado a cabo pelo município. E em acordo com os seguintes artigos do semanário, da discussão entre especialistas e cidadãos, feita de grande participação, estas duas posições reemergem.¹⁶³

Devido à falta de fundos, a reabilitação da Praça foi sendo adiada até ao início da primeira década de 2000. Nesse momento, a câmara municipal convida o gabinete de arquitectura MVCC para desenhar o projecto de reabilitação da Praça Velha.¹⁶⁴ O gabinete MVCC é uma empresa de arquitetura com vários prémios, que neste momento estava também envolvida na reabilitação da Baixa do Porto. Um dos seus principais sócios, o Arquitecto Camilo Cortesão, tinha estado envolvido em outros projetos e estudos na cidade da Guarda, como foi o caso do projeto MEREC.¹⁶⁵ Importa esclarecer que a legislação portuguesa estabelece a necessidade de concursos para o fornecimento de serviços, como projetos de arquitetura, mas este foi um dos casos em que o município pôde exercer outras formas de provisão, nomeadamente por contratos de ajuste direto.¹⁶⁶

Após integrar o Plano Estratégico da Cidade, o projeto de reabilitação da Praça foi incluído na estratégia Polis. A reabilitação da Praça enquadrava-se nos objetivos do programa. Como espaço patrimonial a preservar, numa envolvente a necessitar de intervenção urgente, a proposta ia ao encontro da qualidade dos espaços públicos, das suas infraestruturas, e de um modo de vida multigeracional e multicultural. Concluído em 2006, o projeto de reabilitação da Praça não obteve o desejado efeito previsto pelo programa, isto é: o desencadear do investimento privado não aconteceu como o Polis e o Município desejariam. Ainda hoje, a Praça Velha da Guarda está rodeada de um número significativo de edifícios vazios e em ruína.

O projeto foi construído seguindo algumas das ideias discutidas na década anterior. A memória descritiva do projeto diz o seguinte:

"Os espaços que constituem a envolvente directa da Sé Catedral da Guarda, de grande importância patrimonial, estão fortemente prejudicados na sua leitura, pelo uso desregulado do espaço, pela degradação dos pavimentos, pela presença de elementos aparentes de infraestruturas em fachadas e pavimentos e pela pouca

¹⁶³ Luís Martins, 'Uma Nova Praça Velha', *Terras da Beira*, 18 de julho de 1996.

¹⁶⁴ MVCC Arquitectos - Mercês Vieira, Camilo Cortesão, «MVCC Arquitectos», 18 de junho de 2018, <http://www.mvcc.pt/index.php>.

¹⁶⁵ Ver Capítulo 6 – Crescimento e Urbanidade.

¹⁶⁶ Diário da República, 'Decreto-Lei 197/99, 1999-06-08', 8 de junho de 1999. Regime jurídico de realização de despesas públicas e da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.

*qualificação de um desenho urbano que resulta da justaposição de intervenções contraditórias de épocas diferentes.*¹⁶⁷

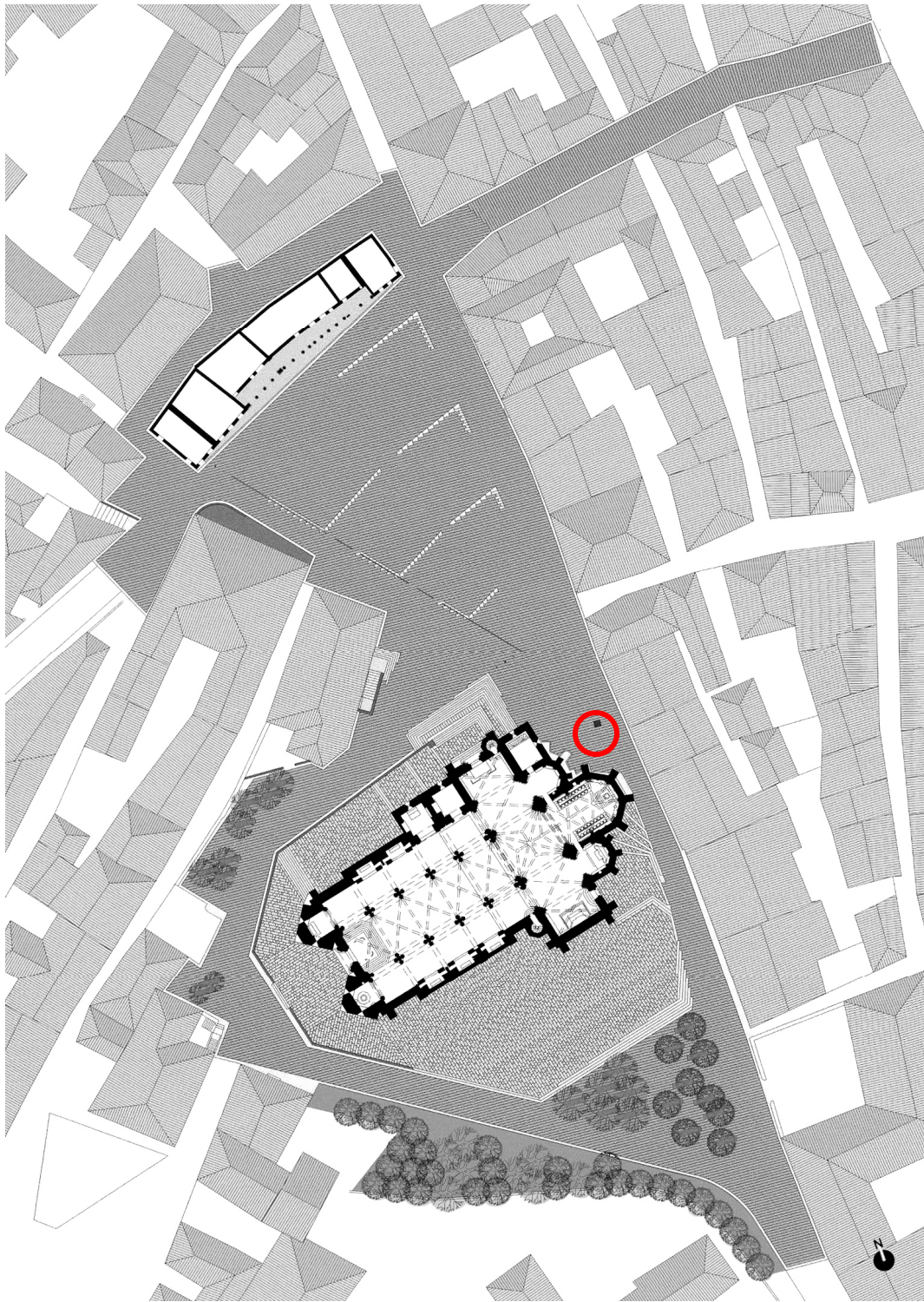
As opções de projeto incluem a redução do tráfego, a renovação de infraestruturas, e a pavimentação em granito da Praça, introduzindo grandes degraus/bancos em granito para ultrapassar as diferenças de cota que a Praça apresenta. Este último dispositivo de desenho foi criado de modo a reforçar a praça como espaço de estar. E, de acordo com a memória descritiva do projeto, a realocação da estátua junto à cabeceira da Sé Catedral, a Sul, proporciona uma melhor autonomia na leitura visual da Catedral e dos edifícios que a rodeiam a Praça. O criticismo em torno destas escolhas foi novamente exposto pelos média, durante e após da conclusão dos trabalhos. Entre as reivindicações em favor de um estacionamento coberto sob a praça, a questão ao redor da posição da estátua prossegue. Durante as obras de reabilitação da Praça, o Arquiteto Camilo Cortesão argumenta publicamente a favor do projeto. Explica como a estátua se apresenta como um elemento posterior, mais tardio, e como foi encontrado um espaço mais próprio e digno para ela. Segundo ele, estas mudanças vêm a reforçar a qualidade dos edifícios existentes numa praça sem barreiras, aberta aos usos da sociedade moderna, para espectáculos e esplanadas. Mais tarde, Camilo Cortesão explica como a crítica é também resultado de uma falta de posição política local. O arquiteto afirma a necessidade de novas políticas e, ao mesmo tempo, afirma que a reflexão crítica sobre os usos e os futuros deste espaço está completamente ausente:

*"... uma coisa é intervir no espaço público, outra coisa é intervir no espaço. Não faz qualquer sentido intervir no espaço público sem ter uma política que faça com que aquele espaço seja usado. (...) Uma transformação de um espaço público em torno de um espaço público emblemático como é o caso da praça da Guarda, só funciona se houver alguma coerência entre a posição do projeto e a posição política de quem o encomendou. (...) Ou há uma discussão, e vai-se devagarinho, ou então é melhor não fazer a obra e deixar tudo como está, até que as pessoas queiram a obra."*¹⁶⁸

Camilo Cortesão, Arquiteto.

¹⁶⁷Camilo Cortesão & Associados, Lda, 'Projecto de Reabilitação Urbana da Praça Luís de Camões e Área Envolvente, Polis Guarda - Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis na Guarda, SA. Projecto de Execução', março de 2004, Arquivo de Obras Públicas da Câmara Municipal da Guarda.

¹⁶⁸Camilo Cortesão, Entrevista a Camilo Cortesão, Arquiteto e Consultor Privado do Projeto MERECE, mp3, 15 de fevereiro de 2016.



7.13. MVCC - Mercês Vieira, Camilo Cortesão. Planta do Projeto. *Fonte:* Camilo Cortesão & Associados, Lda. No círculo a vermelho a nova localização da estátua de D. Sancho.



7.14. Trabalhos de construção na Praça Luís de Camões (Praça Velha). *Fonte:* Rui Jacinto, abril de 2005.

Embora a discussão em torno da localização de D. Sancho se tenha estendido ao espaço das redes sociais e petições públicas que solicitam o regresso da estátua à sua posição inicial, é necessário perguntar qual o papel da arquitetura na reformulação de uma tradição de dominação.¹⁶⁹ Essa resposta tem duas versões, uma afirmativa e uma negativa. Apesar de o desenho da Praça permaneça como um assunto mal resolvido, segundo alguns dos cidadãos da Guarda, a abertura da Praça para o seu uso coletivo prova o contrário. A Praça tornou-se um espaço descerrado ao protesto e manifestações públicas sobre assuntos da cidade e do país, mas também para a prática de antigos costumes, como o Madeiro de Natal, a Feira de São João em junho, o Julgamento do Galo no Carnaval, concertos e outras atividades, ainda que organizadas institucionalmente pelo município (ver figura 7.12).¹⁷⁰ Assim, ao contrário da significação objetual do espaço fabricada pela ditadura, o projeto do gabinete MVCC transformou a Praça Velha pela atribuição de importância do ambiente construído, tornando o espaço público como palco da vida pública. E tal foi alcançado sem comprometer ou remover o legado da ditadura, que continua a fazer parte da Praça.

Negativamente, a proposta arquitetónica, que se caracteriza aqui também de afirmação política do valor coletivo do espaço, é ainda descoincidente com as dinâmicas

¹⁶⁹"Os promotores e subscritores desta petição defendem que a estátua do D. Sancho I volte a estar no centro da Praça Velha (Sé) da Guarda, sítio de onde nunca devia ter saído. Entendemos que o sítio onde atualmente se encontra, não valoriza a estátua, bem como o amplo espaço da praça. Esta petição tem apenas o objetivo de defender o património histórico e cultural da cidade da Guarda." 'Petição Queremos a Estátua do D. Sancho I no centro da Praça Velha (Sé)', acedido 27 de agosto de 2019, <https://peticaopublica.com>.

¹⁷⁰'Manifestação anti-troika juntou milhares em todo o país', *O Interior* (blog), 12 de setembro de 2012, <https://www.ointerior.pt>.

sociais e com a interpretação pública da Praça. O foco sobre D. Sancho afeta a interpretação democrática e política dos cidadãos acerca da Praça e do seu património, o que nos alerta também para a ausência de um debate político sobre as transformações urbanas da cidade. E isto é acompanhado pela ineficiente sucessão de programas que parcialmente desenhados no centro da Europa, não foram capazes de articular a diversidade das expressões das cidades. Na Guarda, os seus ritmos demográficos, e económicos, cada vez mais sujeitos à volatilidade, debilitaram o sucesso deste tipo de intervenções.¹⁷¹ Recorde-se a incapacidade de que os programas públicos tiveram no espoletar do investimento privado. Assim, a realidade de um centro urbano habitado, em que as atividades do quotidiano lhe dão vida e suportam o legado autoritário do passado, é agora substituída por um centro histórico despovoado e parcialmente em ruína. O projeto arquitetónico da Praça Velha conduziu-a ao presente democrático, para a prática de desejadas experiências de modernidade, livre da anterior tradição de dominação. E, mesmo que o desenho da Praça seja tomado como válido pela população, suportando a contemporaneidade da Guarda, permanece a necessidade de estimular e ir no encaço do debate político sobre a importância deste espaço.



7.15. Madeiro de Natal na Praça Luís de Camões. *Fonte:* Rui Jacinto

¹⁷¹Ver no Anexo III: a.25. Mapa de Percentagem de Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos: Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011. Os Censos de 2011 refletem, através da percentagem de alojamentos vagos sobre total de alojamentos, o despovoamento a que o centro histórico está sujeito.

Aproximações ao Presente...

Ao longo destes 24 anos de transformação urbana, a Guarda, cidade portuguesa, tornou-se europeia e global. A influência da economia mundial trouxe mudanças no modo de pensar e gerir a cidade, com o desenho de novas políticas públicas que reflectiram sobre o papel da Guarda à escala nacional e internacional. Pela agência estatal, seguida da agência da administração local, a cidade modernizou-se. Esta atualização foi tecnológica e material. Necessários à vida contemporânea, assistiu-se ao desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias, à melhoria de alguns espaços públicos da cidade e à criação de outros, mas também à implementação de equipamentos educacionais, culturais, desportivos, etc. Neste percurso, a Arquitetura teve um papel essencial. Isto resultou na modernização da experiência dos cidadãos da Guarda, na diversidade daquilo que a vida urbana pode proporcionar, no desenvolvimento múltiplas atividades culturais, desportivas, observável por Maria José Abrunhosa, ou reiterada pela população quando defende a existência e o local para o Parque Urbano do Rio Diz.

O início da década de 2010 coincidiu com os primeiros efeitos da crise financeira e com a dificuldade de financiamento do Estado português. As medidas de austeridade impostas consistiram em ações de desvalorização interna, centradas na desvalorização dos custos do trabalho e na reorganização da administração pública, na redução de gastos públicos com saúde, educação e com o próprio funcionamento administrativo do Estado, conduzindo a uma reestruturação social e demográfica.¹⁷² Estas restrições económicas tiveram impacto no emprego da população, na demografia do país devido à imigração, e nos tecidos empresariais. Para as autarquias isso também significou o controlo da dívida pública contraída, o que teve consequências na agência da administração local e, mais especificamente, nas necessidades de refletir ou atuar na transformação do espaço urbano. Este panorama colocou a autarquia numa posição delicada entre a pressão estatal e a racionalidade económica imposta.

À escala nacional, a Política Nacional de Ordenamento do Território de 2007 veio definir os contornos do sistema urbano nacional, ela tinha entre os seus objetivos estratégicos o desenvolvimento policêntrico do território, assegurar equidade territorial no provimento de infraestruturas.¹⁷³ A Guarda aparece assim integrada num sistema urbano articulado com a Covilhã e Castelo Branco, e como rótula de articulação entre o eixo de circulação rodoviária interior (Norte-Sul), e um eixo rodoviário transversal, entre Aveiro e Espanha (Poente-Nascente). Esta política previa o aumento de competitividade urbana pela inclusão da cidade sobre numa nova rede ferroviária de passageiros e de acesso a mercadorias, de forma a reforçar a sua posição nesse sistema viário e na relação com a Europa, situação não consumada.

¹⁷²Reis, *A Economia Portuguesa. Formas de economia política numa periferia persistente (1974-2017)*, 51-67.

¹⁷³Colóquio O Direito do Urbanismo do Séc. XXI, *O PNPOT e os novos desafios do ordenamento do território: ciclo de colóquios: O Direito do Urbanismo do Séc. XXI* (Coimbra: Almedina, 2009).

Localmente, verifica-se no concelho da Guarda um cenário de perda demográfica.¹⁷⁴ Na análise territorial feita aos sistemas de provisão de habitação, conduzida por José Reis, é confirmada a posição intermédia do concelho da Guarda, em perda demográfica e em perda de emprego, face ao crescimento significativo da área metropolitana de Lisboa.¹⁷⁵ Estas mudanças sociais e demográficas têm logicamente o seu impacto no construído. E a este nível, se o centro histórico da cidade se encontra em perda demográfica, tal estendeu-se às suas proximidades. A cidade, que se densificou até final dos anos 60, assiste agora a um aumento no número de alojamentos vagos.¹⁷⁶ Também o desenvolvimento suburbano da cidade, construído essencialmente de moradias unifamiliares, continua a apresentar desafios, não só à gestão urbana, como ao coletivo, no sentido em que é preciso criar-lhes lógicas construídas que criem solidariedades para a possível formação do coletivo.

Estes são apenas alguns aspetos em que, pelos constrangimentos ao investimento público e à gestão urbana, a mudança nos ritmos e dinâmicas sociais coloca questões à Guarda e ao modo como ela se organiza e posiciona para o futuro. Daí que a discussão agonista deve traçar visões políticas para a construção da cidade, pois ela é urgente. E, embora a discussão político-partidária sobre a cidade já fosse apontada por Maria Abrunhosa de Castro como esvaziada de sentido e populista, em 1997, hoje é necessário contrariá-la. A governação local tem de fomentar estudo da cidade, sedimentado sobre essa visão.¹⁷⁷ Os cidadãos, cuja posição foi difícil de auscultar, necessitam tornarem-se parte dessa visão, no exercício de democracia participativa, ajudando a determinar e a não deixar que a cidade que desejam seja determinada por outros. Para os Arquitetos: *"As possibilidades da História enriquecem-se sobretudo quando o exercício disciplinar é tomado como causa social, tendente a responder às aspirações do homem que tem o direito ao reconhecimento do seu passado, do lugar que habita e do direito de participação no processo da sua transformação."*¹⁷⁸

¹⁷⁴PORDATA - População residente: total e por grandes grupos etários', acedido 28 de agosto de 2019, <https://www.pordata.pt> Hoje a população do Concelho da Guarda é inferior a 40 mil habitantes.

¹⁷⁵Ver: Reis, 'O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desperdício do país'.

¹⁷⁶Ver no Anexo III: a.25. Mapa de Percentagem de Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos: Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011. E no mesmo anexo, o subcapítulo 1.5. *O Edificado*.

¹⁷⁷Ver: António Tavares e Luís Sousa, 'Qualidade da Governação em Portugal' (Fundação Francisco Manuel dos Santos, novembro de 2018). Neste estudo sobre a qualidade da governação local, a maioria dos municípios portugueses não dispõe de planos estratégicos de desenvolvimento, e a Guarda é um deles. O investimento em planeamento foi, até ao momento, manifestamente reduzido. Só 2016 é que se apresentou o PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), que veio anunciar a reabilitação urbana de espaços públicos. Iniciativas financiadas pelos fundos europeus e em acordo com o *Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE)*. Encontra-se em revisão o Plano Diretor Municipal da Cidade. Entre outros estudos, encontra-se em processo de consulta pública o Plano de Urbanização do Cabroeiro. Recentemente, foram criadas também duas Áreas de Reabilitação Urbana: ARU da Zona Norte da Cidade e Conjuntos Urbanos Envolventes e a ARU do Centro Urbano Consolidado da Guarda e Área Envolvente.

¹⁷⁸Alexandre Alves Costa, 'Lugares Praticados versus Lugares de Memória', *Revista Património*, n.º 1 (novembro de 2013): 15.

8. Epílogo

Este epílogo encontra-se ancorado em três premissas. Primeiro, a *Da inteligibilidade do projeto da cidade da Guarda* procedendo à recapitulação dos objetivos próprios deste estudo, expondo as principais conclusões de cada momento histórico, assinalando lacunas, expondo caminhos de investigação em aberto. Nunca se pretendeu criar aqui uma leitura em definitivo da Guarda. Em segundo, a *Da necessidade de pensar a cidade, um projeto que é político*, no qual procuro argumentar que, só por intermédio de um projeto democrático, de ação e discussão entre todas as partes, podem advir respostas para a Guarda. Nesse projeto, o Estado, o Poder Local, Cidadãos e especialistas do espaço têm um papel a desempenhar. Se o devir do projeto político da cidade é urgente, compete aos técnicos, em especial aos arquitetos, torná-lo visível, dar-lhe estrutura a partir de um exercício disciplinar que responda às aspirações coletivas da Guarda, reconhecendo o seu passado e adaptado as contingências. É assim que, na terceira premissa, *Do projeto arquitetónico, possíveis caminhos...*, indago sobre a arquitetura da cidade e sobre algumas hipóteses de resposta à questão: *Que projeto para a cidade da Guarda?*

Da inteligibilidade do projeto da cidade da Guarda

"O passado está no seu presente, assim como também o futuro."

Plotino em Enéadas apud Jorge Luís Borges

Que projeto para a cidade da Guarda? Esta foi a questão a partir da qual este estudo nasceu. No caminho da resposta emergiu a necessidade de construir um conhecimento acerca daquilo que a cidade foi e de como, de alguma forma, ainda é. Como Plotino refere: fornecer a compreensão de que o passado da cidade está no seu presente e também no seu futuro. Deste modo, a metodologia adotada teve como principal objetivo o de colocar a cidade em discussão. É um propósito claramente transformativo. No entanto, está omissa a resposta a essa questão, lá chegaremos.

¹Jorge Luís Borges, «História da Eternidade», em *História da Eternidade* (Lisboa: Quetzal, 2012), 14. Esta é uma tradução livre de Plotino por parte de Jorge Luís Borges: "...«Os objetos da alma são sucessivos, agora Sócrates depois um cavalo», leio no quinto livro das Eneádas, «sempre uma coisa isolada que se concebe e milhares se perdem; mas a Inteligência Divina abarca juntamente todas as coisas. O passado está no seu presente, assim como também o futuro. Nada decorre neste mundo em que persistem, todas as coisas, quietas na felicidade da sua condição». ". Porém, na consulta a uma edição em castelhano das Enéadas lê-se o seguinte: "*En la alma hay, efectivamente, sucesión de cosas, a saber: ahora Sócrates, y luego un caballo, siempre alguno de los seres. La inteligencia, en cambio, es todas las cosas. Contiente, pues, todos los Seres estabilizados en un mismo punto. Y solamente es, y este «es» es eterno; y el futuro no halla cabida alguna, porque aun entonces es, ni el pasado, porque allá nada pasó, sino que todas las cosas están, siempre presentes, puesto que son las mismas, cual si se complacieran consigo mismas de ser como son.*" Em: Plotino, *Enéadas V-VI*, trad. Jesús Igal, 2.ª Edição, Biblioteca Clássica Gregos 256 (Madrid: Editorial Gredos, 2014), 19-20.

Como procurei explicar no *Capítulo 1*, a construção deste conhecimento é inerente ao ato projetual. Projeto é aqui ferramenta e forma de entendimento sobre a cidade. Coadjuvada pela instrumentalidade história, pretendi fornecer uma leitura da Guarda, entendida enquanto projeto e como matéria de conhecimento. Ao delimitar os contextos da produção arquitetónica e as suas contradições específicas, tentei dar a conhecer os antecedentes que explicam o presente da cidade. Percurso interdependente da interpretação e representação pelo desenho e vídeo, aqui designado de *laboratório de representação*. Este último com o intuito de atingir compreensibilidade sobre a evolução das formas da cidade no tempo.

Foi assim que, nesta genealogia arquitetónica, procurei dar a conhecer como, em momentos da história da Guarda, houve possibilidades de se pensar e projetar no futuro em função das suas contigências temporais, políticas e ideológicas. Só assim se compreendem os antecedentes de uma Guarda romana. O projeto de dominação romano, ao reconhecer a especificidade topológica do território do Alto Mondego, fez do lugar de Mileu capital de *civitas*. A viação romana e a tipologia termal são parte de um programa arquitetónico que serviu de base às práticas jurídicas, políticas, sociais, religiosas e económicas inerentes à *res publica* romana, que incluíram a cidade e o seu território num império. Foi especialmente pela viação romana que se mantiveram as condições materiais que permitiram estruturar a vida medieval no território da Beira Interior. Na contemporaneidade, a origem romana da Guarda reside na permanência dos vestígios desse programa arquitetónico.

O conhecimento da Guarda medieval veio validar as suas condições geográficas e orográficas. Condições determinantes na sua emergência como espaço urbano, comercial, como cidade de montanha e de fronteira, cujo papel no território foi imprescindível no momento de formação e consolidação do reino português. A necessidade de defesa da população ditou a assimilação de outras formas de povoamento, transformando uma estrutura defensiva românica em gótica. Dentro dela, na negociação dos poderes e atividades da vida medieval, realizaram-se em arquitetura: a Sé Catedral, a Igreja Paroquial, os Paços do concelho, a Judiaria, a mole habitacional, etc. Mas também as Praças, espaços de convergência comunitária, da vida quotidiana que, fruto das mudanças nos ideais político-sociais do reino e da comunidade guardense, foram sendo transformadas e trasladadas no tempo e complementadas por novas tipologias arquitetónicas. E, fora desta estrutura, o arrabalde, Mosteiro e o Paço Episcopal.

A inteligibilidade formal que se procurou atingir no *Capítulo 2*, coadjuvada pelo desenho, de forma mais intensa que em outros capítulos, tornou-se basilar para a compreensão contemporânea da cidade. Porque dessa compreensão — da formação da muralha, da Sé, das praças, mosteiros e demais equipamentos urbanos — é possível destringer os modos de vida medieval, as razões intrínsecas da sua existência, tornando-os identificáveis e palpáveis. Mas não só, melhora a compreensão do devir destas estruturas, para que os períodos seguintes sejam entendidos, reforçando o modo como se fez uso destes referenciais arquitetónicos, como elementos a obliterar, a valorizar e/ou a instrumentalizar. Conseguem-se aqui enquadrar, por exemplo: as razões que levaram à destruição da muralha,

dada a sua obsolescência face às guerras napoleónicas; as razões do derrube do mosteiro de Santa Clara e a atitude protecionista, unitária e monumental da Sé face a outros monumentos, pelos efeitos das ideias e políticas que emergiram da revolução liberal; e ainda como a Sé e Praça Velha foram instrumentalizadas pelas transformações urbanas empreendidas pelo Estado Novo nos anos 50. Hoje, ao designarmos a cidade medieval de centro histórico, temos de a entender como produto de uma sedimentação contínua de mudanças, mas também de significados e simbolismos próprios que também constituem a memória coletiva e o património arquitetónico ancestral da Guarda.

Com o liberalismo, na organização moderna do Estado Português, percebemos como as reformas administrativas, económicas e sociais, impactaram a cidade. A política fontista, de obras públicas e de fomento industrial, fez com que a Guarda ultrapassasse as suas limitações geográficas, incluindo-a numa rede viária e ferroviária de âmbito nacional e internacional. Contudo mais do que as transformações da indústria, foram as questões sanitárias que motivaram o seu crescimento, fruto da agência das novas instituições modernas: as Direções Distritais de Obras Públicas; as Comissões de Viação; e o novo poder local, a Câmara Municipal. Na implementação das políticas nacionais, os engenheiros e a burguesia da cidade criaram as novas redes de infraestruturação, água, saneamento e eletricidade. Definiram um novo sistema viário adaptado à nem sempre fácil orografia que caracteriza a Guarda. E agiram no sentido de implementar um quadro normativo moderno, dedicado à regulamentação do crescimento físico da cidade. No edificado, surgem novas arquiteturas de suporte a novas instituições modernas, como o Banco, a Escola e o Asilo. Mas, neste campo, o que se assiste na Guarda, decorrente igualmente da conjuntura económica nacional, é a uma economia de meios na qual se adaptam os edifícios existentes para receber escolas, repartições, o tribunal, o museu, a biblioteca, etc. No entanto, serão as tipologias hospitalares, o parque sanatorial e demais hospitais, aqueles edifícios que marcam a entrada da Guarda no século XX.

Procurei demonstrar como, a partir de uma dialética socioespacial existente na sociedade guardense, em especial a da classe médica, se reuniram as condições para o crescimento e melhoria da cidade, nas suas infraestruturas, na regulamentação urbana, na construção do sanatório e outros hospitais, na gestão da doença na cidade e no seu desenvolvimento económico. Talvez, no que diz respeito a estes dois últimos pontos, um estudo etnográfico possa elucidar-nos melhor sobre a geografia urbana da doença na cidade para lá do espaço profilático do hospital e o modo como a cidade lucrou com isso. Falta salientar um outro aspeto, que é para mim, como foi no passado da cidade da maior importância: o demorado olhar da ciência, do conhecimento. Foi dessa perspectiva, feita pela expedição científica de 1881, que a Guarda adquiriu o epítome da cidade da saúde, ao serem reconhecidas as suas qualidades ambientais no tratamento da tuberculose.

Entre a década de 30 e 70 do século XX, a Guarda adquire uma imagem urbana representativa da política ideológica, económica e infraestrutural do Estado Novo. Escrutinou-se a sua materialização na cidade através desse processo de modernização, criado sob ideias de harmonização social, num período marcado pelo crescimento demográfico e de

valorização do núcleo urbano face ao território que encabeça. Processo interdependente das instituições públicas, dos instrumentos legais e financeiros, e de um conjunto de profissionais. Aqui esteve presente a valorização e modificação da estrutura viária da cidade para a sua adaptação ao automóvel, o investimento em alojamento social e equipamentos, processos de planeamento e desenho urbano.

Em detrimento da necessária análise ao papel da iniciativa privada e dos especialistas do espaço na arquitetura civil, na provisão de habitação e no desenvolvimento de outras atividades na cidade, deu-se especial relevo à arquitetura institucional e alojamento social promovido pelo Estado. Nessa arquitetura institucional existe um conjunto de equipamentos públicos, cuja qualidade e utilidade evidente é ainda hoje vivida pelos guardenses. Neste momento, talvez só o Hotel de Turismo e o Cine-Teatro sejam exceção. É de realçar a qualidade urbana dos espaços públicos mediada por essas arquiteturas e arruamentos, estes últimos parcialmente herdados do período liberal. Na habitação, o Bairro do Bomfim torna-se o espaço que sedimenta a política habitacional do Estado Novo no agravamento da falta de habitação na cidade, nos anos 40, patenteando a diferenciação socioeconómica e construtiva existente dentro dos programas de habitação de promoção estatal. Em duas décadas de crescimento paulatino, o Bomfim tornou-se num bairro adaptado à orografia menos acentuada da cidade, direcionando o crescimento a Sul.

Nos anos 50, a urgência de planear o crescimento da cidade, e também do aglomerado junto à estação de caminho-de-ferro, advêm da necessidade local de não comprometer no futuro da organização da cidade. Nos Anteplos de João António de Aguiar definem-se formalmente as condições estéticas e de salubridade do novo centro cívico, dos espaços de expansão urbana e dos espaços verdes, estruturados pela circulação viária, pelas normas de ocupação, reproduzindo a estrutura social e económica existente. Por outro lado, a definição do Anteplo de São Miguel da Guarda como aglomerado satélite social, e economicamente distinto, teve como subjacente a potencialidade da presença do caminho-de-ferro. Infraestrutura aliada aos interesses de desenvolvimento industrial e habitacional naquele local. Nas décadas seguintes, como ainda hoje, infere-se que se impõem desafios aos crescimento da cidade, nesta relação difícil entre a Guarda à cota alta e a estação à cota baixa.

Foi importante esclarecer a reformulação do espaço da Praça Velha pelo intrincado projeto de engenharia social implementado Estado Novo que, através das suas noções de património e da aparatosa relação com um passado ancestral, procura incutir comportamentos e valores político-ideológicos. A ele contrapôs-se uma leitura crítica representacional do espaço da cidade, dada por Vergílio Ferreira. Procurou-se, do confronto entre estas posições, demonstrar que estão entranhados na cidade significados construídos que, ao instrumentalizar linguagens de um passado longínquo, omitem as suas reais motivações e confundem os cidadãos. É deste esclarecimento que, na contemporaneidade, pode ganhar sentido a importância coletiva deste espaço.

De meados da década de 70 a meados da década de 80, a cidade transformou-se rapidamente, fruto de dinâmicas políticas económicas e sociais para as quais os novos organismos municipais, democraticamente eleitos, não estavam preparados. Não obstante,

perante o acelerado acréscimo demográfico, o poder local desenvolveu uma política própria de normalização da oferta habitacional, a par com as iniciativas do poder central, nomeadamente do Fundo de Fomento à Habitação (FFH). Foi diante de várias carências — habitacionais, infraestruturais, de defesa do património, — e, na necessidade de dirigir e controlar o crescimento urbano, que o município compreendeu a urgência de instrumentos de planeamento legalmente eficazes e legitimadores de uma maior transparência perante investidores e munícipes. A existência de um sistema de ordenamento do território na sua infância fez com que o município respondesse ao sabor das necessidades dos diversos intervenientes no território municipal, da iniciativa estatal à privada. Faltará aqui um estudo detalhado sobre as condições sociais de desenvolvimento do ordenamento e da gestão urbana da Guarda, não apenas neste período, mas também nas décadas seguintes, que nos elucide acerca dos instrumentos, procedimentos e soluções deles resultantes, enquanto nascidos do triângulo de relações entre técnicos, políticos e demais instituições do estado.

É nesse momento que o projeto MEREC, apesar da sua prerrogativa política inerente à Guerra Fria, constituiu a oportunidade, como a Arquiteta Maria José vem a celebrar, de pensar o ordenamento da cidade, numa coordenação entre vários departamentos municipais. Apesar dos constrangimentos temporais e financeiros, perante uma cultura político-administrativa em formação, serviu para suprir algumas dificuldades inerentes às infraestruturas básicas. Aconselhou na melhoria de processos construtivos, assim como contribuiu para a definição do Plano Diretor Municipal, instrumento chave no planeamento e uso do solo.

Por fim, no que concerne o *Capítulo 7*, definiram-se dois momentos enquadrados pelas mudanças socioeconómicas que tiveram lugar após a entrada de Portugal na CEE. Num primeiro momento, de 1986 até 1992, vimos como na Guarda se repercutiram os efeitos da transformação económica operada pelo acesso aos fundos comunitários, assistindo-se a um expoente populacional, transformação económica, infraestruturização e crescimento urbano. Aqui também se assiste a uma mudança da forma de atuação das autarquias na gestão urbana e desenvolvimento económico, competindo entre si por recursos estatais, e dependentes das bases partidárias. Num segundo momento, de 1992 a 2010, e a partir da introdução de Portugal no quadro da União Monetária Internacional, com a sujeição da economia portuguesa às regras de financeirização e tendências macroeconómicas. Para a cidade portuguesa isso significou o desenvolvimento de novas formas de governança, de competitividade interurbana, sob regimes de exceção que se substituem às ferramentas de planeamento existentes. Encontram-se, com efeito na Guarda, os programas PROSIURB e POLIS.

Entre estes dois momentos, por intermédio da análise crítica da Arquiteta Maria José Abrunhosa, procurou-se expor como a Guarda se alterou. De salientar algumas das suas ideias pela pertinência que ainda apresentam para o presente da cidade. Primeiro, a importância da valorização e distinção do espaço da cidade face ao espaço rural. Segundo, o planeamento como condição de defesa dos interesses públicos e de igualdade perante as regras do uso do solo. Aliada a esta ideia, ou seja, além do ordenamento espacial conseguido

pela definição da normativa urbana, a qualidade da arquitetura da cidade, da qualidade do seu desenho como condição de distinção e de valorização da experiência urbana. Lembro aqui como esta arquiteta descreve o projeto de Siza Vieira para a Quinta do Pinheiro. O desenho apresentado colmata frentes urbanas, cria espaço público e consolida uma envolvente claramente suburbana. E ainda como a criação de novos equipamentos e as intervenções no centro histórico contribuíram para novas sociabilidades, distintas das da ruralidade, e para a salvaguarda, valorização e proteção do património edificado. Por último, não menos importante, a ideia da democracia como essência da cidade.

No segundo momento, foi importante perceber como as políticas urbanas dirigidas à Guarda impactaram a cidade, quer na sua posição hierárquica dentro do sistema urbano nacional, quer nas suas manifestações socioespaciais. Da execução do PROSIURB, emergiu um pensamento estratégico, que coloca a cidade em discussão, num período de crescimento populacional, desenvolvimento económico e pressão imobiliária. Do plano estratégico, nasce um conjunto de propostas que procuram colmatar as deficiências do crescimento suburbano e o declínio do centro histórico, pela construção de programas, na sua maioria adaptados às vocações específicas da cidade. Os níveis de atuação do PROSIURB expõem pelo recurso a epítomes da cidade — Desporto, Cultura, Saúde — as já referidas dificuldades de negociação do espaço físico da cidade, entre a cota mais alta e a cota mais baixa. Não obstante, deste plano estratégico a Guarda saiu valorizada pela melhoria da acessibilidade interna, bem como pela concretização de um conjunto significativo de programas arquitetónicos, atualmente imprescindíveis. O POLIS veio reforçar parte desta estratégia, agora pela retórica da qualificação ambiental. Embora ambicioso, comprometido pela instabilidade política nacional, o plano serviu para se proceder à requalificação urbana de vários espaços e para implementar na cidade um parque urbano, hoje da maior importância para o quotidiano dos guardenses. A execução da totalidade do parque urbano do Rio Diz não se verificou. Pese embora, a sua concretização poderia ter sido perseguida, de forma faseada, com uma readaptação financeira do plano às capacidades do município, contribuindo para a qualificação paisagística da encosta Norte da cidade e para a interligação de centros funcionais — Centro, Subúrbio, Estação — por meio de espaço verde urbano, introduzindo diversidade. Lamenta-se a perda de práticas e saberes acumulados, do trabalho desenvolvido na criação de plataformas de discussão onde houve a participação de vários *stakeholders*. Palcos de diálogo que poderiam ter progredido para uma participação ativa dos guardenses e através dos quais se poderia vir a assumir uma maior partilha nas decisões de poder.

Nestes dois momentos, como aliás ao longo do quadro temporal deste estudo, não pode ficar ausente o contributo da arquitetura na qualidade das intervenções. Assume-se que ainda é necessário um maior investimento no conhecimento sobre a arquitetura da Guarda, em particular sobre os arquitetos e arquitetas que responderam à encomenda pública e privada. Reconheço que o estudo se decidiu pelas iniciativas mais representativas de cada período histórico. Entre uma dessas iniciativas, entendida aqui como de importância particular, está a intervenção recente sobre a Praça Velha (Praça da Sé, Praça Luís de Camões), por parte da Arquiteta Mercês Vieira e do Arquiteto Camilo Cortesão. Dado o

significado deste espaço, esta investigação pretendeu tornar claros os processos da sua conformação e transformação subsequente, em especial durante a Idade Média e Ditadura. Pese embora, na contemporaneidade, se terem verificado descincindências no modo como técnicos, políticos e cidadãos percebem este espaço, este esclarecimento foi necessário para dar a compreender como a arquitetura pode promover a coexistência do simbólico, do coletivo e material, inerente aos diversos tempos da cidade que habitam o presente da praça.

Para concluir esta inquirição ao tempo longo da cidade, que aqui resumi, julgo estarem expostas as contradições e contigências de cada momento histórico e o modo como se materializaram. Ao dotar de inteligibilidade o processo histórico de construção da Guarda, ao alargar o conhecimento sobre a arquitetura da cidade, pretendi trazer para a atualidade as esperanças de outros tempos, os vestígios de projetos passados que ainda habitam o presente. Mas também as dificuldades e problemas que foram surgindo e que, além de terem sido elencados ao longo destes últimos parágrafos, ainda carecem de atenção.

Através deste exercício investigativo, de conhecer decompondo a realidade histórica que é a Guarda, penso estar agora aberto um caminho para pensar em formas de a transformar, porque:

"...the idea that the city will only be rethought and reconstructed on its current ruins when we have properly understood that the city is the deployment of time, and that it is this time, ...of those who are its inhabitants, it is for them that we have to finally organize in a human manner."

Henri Lefebvre apud Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas²

Da necessidade de pensar a Guarda, um projeto que é político.

"The transformation of society presupposes a collective ownership and management of space founded on the permanent participation of the 'interested parties', with their multiple, varied and even contradictory interests."

Henri Lefebvre³

Está omissa neste estudo a reflexão sociopolítica e material da cidade da Guarda relativa aos últimos dez anos. São anos de transformações demográficas, onde se verifica uma contínua perda de população, anos de impactos económicos e também de transformações físicas, de planeamento e de implementação de novas políticas. Essa análise crítica terá de ser feita por nós arquitetos, mas também pelos demais interessados. Caminhar no sentido de uma ação em projeto depende, como aqui argumentei, desse conhecimento do passado, do

²Henri Lefebvre, 'Introduction: Lost in Transposition - Time, Space and the City', em *Writings on Cities*, ed. e trad. de Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas (Oxford: Blackwell Publishers, 1997), 16-17. Esta é uma citação do debate entre Henri Lefebvre, Jean Ballardur e Michel Ecochard, publicado sob o título: 'L' Urbanisme aujourd'hui. Mythes et réalités' *Les Cahiers du Centre d'Études Socialistes*, 72-3, 1967.

³Henri Lefebvre, *The Production of Space* (Oxford: Blackwell Publishers, ldt, 1991), 422.

reconhecimento da cidade como *polis*, na redundância como um projeto coletivo. Acima Lefebvre defende uma responsabilidade coletiva na gestão do seu espaço, participada por todos — Estado, políticos, cidadãos e especialistas do espaço — na negociação dos seus interesses diversos.

Nessa responsabilidade comum está o papel do Estado e dos políticos, numa reestruturação assente em políticas dirigidas ao território, à rede urbana, mas principalmente às cidades. Políticas que desafiem as hierarquias e exclusões, decorrentes das lógicas polarizadoras da economia global, sustentadas apenas pelas já reconhecidas capacidades que certos territórios detêm, de intensificação dos ativos socioeconómicos de certos espaços, nomeadamente os metropolitanos, como Lisboa e Porto. Aliás, como Neil Brenner e, para o caso português, José Reis já haviam demonstrado. Desafiar essas lógicas implicará um olhar demorado sobre as suas cidades, como polos de atração e de equilíbrio territorial. As instituições do estado e as suas políticas devem mobilizar o potencial de competitividade, mas também de diferença que cidades como a Guarda detêm. Por exemplo, a sua posição estratégica no sistema urbano nacional, na Região Centro, Beira Interior e de proximidade à fronteira, essa outra margem de Portugal. Mas também a valorização da sua comensurabilidade, como capaz de sustentar diversos modos de vida, diferentes dinâmicas sociais e culturais e face a núcleos urbanos de maiores dimensões, e ainda, as designadas vocações endógenas.

Retomo as reflexões de Maria José Abrunhosa de Castro, porque ainda hoje são pertinentes para a discussão política do projeto da cidade. Ela constatou como o investimento estatal no ensino e nas acessibilidades, nos anos 90, foi decisivo na mudança da vida urbana da Guarda. Na atualidade, esse investimento está por fazer, em especial no que se refere à ferrovia. Ele assume importância nos modos de vida contemporâneos, nas práticas de sustentabilidade, como por exemplo na alternativa ambiental ao automóvel. E ainda pelo potencial de desenvolvimento socioeconómico que, como sabemos, este transporte deteve no passado.

Cabe também ao Estado e ao poder local a definição de políticas urbanas dirigidas à cidade. As últimas grandes iniciativas na Guarda foram o PROSIURB e o POLIS. Embora estas políticas reflitam muitas das vezes formas próprias de racionalidade burocrática e económica, incluindo métodos de participação como reflexo de democracia, elas tornaram possível uma discussão sobre o presente e futuro da Guarda, transformando-a. Nelas couberam determinados aforismos, saúde, desporto, cultura, ambiente, etc. Em certa medida, estas máximas, como julgo ter demonstrado, fizeram, e ainda fazem, parte da Guarda. Todavia, para lá destes aforismos, a Guarda pode englobá-los a todos, aliás a cidade tem essa capacidade humana de reunir em si diversidade.

Falta saber se a Guarda, e as suas partes interessadas, querem decidir-se pela normativa ou por uma ideia, um projeto político, que possa conciliar uma visão não unívoca, mas sim inclusiva. Essa ideia faz-se do confronto, daquilo a que a Arquitecta Maria José Abrunhosa designa de *controvérsia democrática*. Espaço para a discussão agonista sobre a Guarda do futuro, numa negociação entre todas as partes interessadas: entre a ideia de cidade

estatal, a ideia do poder local, a ideia dos especialistas do espaço e a ideia do poder de uma cidadania empenhada e desenvolvida. Esse é o lugar onde se pode equacionar o papel territorial da cidade; as suas potencialidades sociais e económicas; as suas necessidades mais e menos imediatas, como por exemplo, o desenvolvimento industrial, da ferrovia, dos espaços verdes, da articulação e continuidade dos tecidos urbanos, etc. Porque a cidade constrói-se dessa disputa intelectual e dessa interconetividade entre partes e ideias, porque ela é em si humana.

É dessa *controvérsia democrática* que o projeto da Guarda, a sua estrutura, poderá ser transformado, desde que provido do máximo conhecimento possível da sua realidade, onde estejam previstos os usos e as experiências dos seus cidadãos em relação aos espaços. No entanto, como Lefebvre e Foucault já nos esclareceram, é redutor pensar que somente pela imposição formal se atinge ordem e qualidade urbana, quando ela é imbuída de métodos de governamentalidade, habitualmente pouco atentos ao saber acumulado que especificamente a cidade congrega. Daí que o projeto físico da Guarda não se pode esquecer do seu sinónimo político. Ele tem de trazer consigo a contribuição da experiência social, da realidade, do senso de oportunidade e de mudança, e tem de ser trabalhado de forma contínua. Nele, a sociedade guardense tem de manifestar o interesse em participar no seu desenho, colocando diferentes hipóteses sobre a mesma, analisando-a, debatendo-a, fazendo escolhas. Dessa discussão coletiva, que se pretende que reúna outros saberes, a arquitetura continuará a fazer a ponte entre o construído e o vivido, propondo horizontes construídos para a experiência urbana, satisfazendo necessidades futuras. E aí, a resposta dada pela arquitetura nem sempre terá de ser medida pela estética, mas também pelo seu sucesso social e económico.

Do projeto arquitetónico, possíveis caminhos...

"Para que o projeto possa ser desenvolvido, é preciso conhecer o máximo possível a realidade e o contexto em que se atua e prever os usos e experiências das pessoas em relação a esses espaços."

"O sentido da arquitetura reside em suas relações com outras áreas e em sua capacidade de interpretar a realidade e influir na sociedade. Isso não nega que a arquitetura não tenha a sua especificidade, seu momento criativo e intelectual de síntese de projeto."

Josep Maria Montaner⁴

Assumi no início deste estudo que não pretendia dedicar-me à resposta sobre o projeto futuro da Guarda, argumentei como a cidade se apresenta como matéria de conhecimento, onde o seu projeto é indissociável da sua arquitetura, dedicando-me à sua inteligibilidade através de

⁴Josep Maria Montaner, *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. (Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2017), 7, 15.

um longo enquadramento temporal. Espero que o leitor, em especial o guardense, tenha encontrado ao longo destes sete capítulos algumas das razões por detrás da forma da cidade pelo conhecimento das contingências inerentes a cada momento. Para além do reconhecimento da qualidade de certas arquitecturas ou excertos urbanos, aquilo a que Rossi designou de fatos urbanos, manifestações da vida social, — monumentos, espaços públicos, equipamentos, áreas residencias, etc. — quiçá o leitor encontrou ideias não concretizadas, a incompletude de planos e projetos que, se concluídos, contribuiriam para sanar, total ou parcialmente, algumas dificuldades que subsistem na estrutura da cidade. Ao refletir sobre essas propostas, talvez consiga imaginar uma outra Guarda, dotada de estrutura urbana transformadora, onde, no seu porvir, existam hipóteses de realizar outros tipos de atividades e experiências.

Nesta secção pretendo avançar com possíveis ideias para esse projeto da Guarda, partindo da especificidade da arquitetura; da reflexão sobre a estrutura urbana, tendo subjacente a análise obtida pela leitura do *laboratório de representação*, nomeadamente o vídeo; do conhecimento que se avançou ao longo deste estudo; e dos desafios contemporâneos. Compreendendo, por fim, que caberá sempre a nós arquitetos naquilo que disciplinarmente nos caracteriza e após uma reflexão crítica sobre a Guarda, tornar visível o seu futuro, pela síntese inerente ao ato projetual.

Nesse desenho futuro da Guarda, a arquitetura tem de ser vista como prática material que reúne, não apenas técnicas e materiais, mas também as pessoas e as suas interações. Isto é, o projeto da cidade não deverá procurar uma lógica racional ou a hermenêutica como processo. Deverá antes integrar as aspirações dos seus cidadãos, "*prever usos e experiências*", apresentando-se como uma estratégia de atuação capaz de ultrapassar as limitações da normativa urbana. Aliás, essa era uma das ideias preconizadas por Maria José Abrunhosa de Castro. A normativa urbana como essencial na democratização das regras do uso do solo, e não obstante, a prossecução da qualidade do desenho urbano como forma de providenciar a continuidade do espaço físico da cidade, independentemente da heterogeneidade que o mesmo apresenta.

Como avancei, o *laboratório de representação* é um contributo adicional para a interpretação sobre a construção física da cidade. Nos seis capítulos centrais deste estudo, ele foi essencial para elucidar sobre a forma da cidade nos períodos temporais em discussão. Porém, ao simular a dinâmica temporal, o vídeo permite tecer algumas reflexões que considero revestidas de pertinência.⁵

No desenvolvimento socioeconómico da cidade, o comboio assumiu-se como uma infraestrutura da maior importância, como vimos no Capítulo 4. A sua localização, a cerca de menos 650 metros de altitude e a 3km de distância ao centro da cidade, foi imposta por razões técnico-económicas. Foi desde o início do século XX que esta localização criou uma tensão em relação ao centro da Guarda. Se inicialmente esse confronto foi mitigado pela viação e

⁵ Consultar Anexo I: *Vídeo Guarda 100-2010: Cidade, Arquitetura, Projeto* ou aceder ao vídeo através do seguinte link: <https://youtu.be/Cs7GOI4QHA4>

transportes, foi em meados do século XX que se sentiu a necessidade de olhar para a zona da estação como núcleo em crescimento e pensar na sua organização. Conforme previa o Antepiano de São Miguel da Guarda, do Arquiteto João António de Aguiar, antevia-se uma utilização industrial da sua envolvente, que se veio a concretizar. Nas décadas seguintes, face às profundas mudanças socioeconómicas, o espaço que medeia entre o centro da cidade e a estação começou a ser entremeado por uma série de novos tecidos urbanos, que englobam lugares como o da Póvoa do Mileu. A partir dos anos 70, como o vídeo demonstra, assiste-se a uma realidade, não só exclusiva da Guarda, mas de âmbito nacional, onde crescem em força os espaços da suburbanização, nascidos das lógicas do poder financeiro, especialmente alienados de uma estrutura urbana coerente e, como várias vezes assinala, pouco densos e ausentes de pluralidade social e funcional. São tecidos que se apresentam fragmentados, criadores de diferença, pela setorização e hierarquização. Basta refletir nas condições sociais e económicas que determinaram, e ainda determinam, as diferenças entre o Bairro do Bomfim, Nossa Senhora dos Remédios, Bairro da Luz ou Quinta do Pinheiro, entre outros. É importante compreender que, na atualidade, essa fragmentação mono-funcional, é apenas ultrapassada pela presença das grandes superfícies comerciais que, a partir dos anos 90, o vídeo assinala. Ela foi e continua a ser um íman para o investimento. Porquê? Porque esta lógica fragmentária atrai investimento, porque nasce numa ausência de conflitos com a cidade existente e não tem altos custos. No entanto, não tem em conta outros efeitos como o controlo da forma da cidade, os custos na gestão sustentável das suas infraestruturas (espaço público, infraestruturas básicas, transportes públicos, etc.), a capacidade de controlar a sua deterioração e declínio, apresentando, em alguns casos custos sociais.

Na mitigação destes efeitos mantêm-se válidas as propostas apresentadas na década de 80 pelos alunos da Universidade de Aachen. Os seus argumentos têm presente a Guarda como uma cidade de montanha, na qual deve ser observada a imagem da cidade, os seus "alçados", pela existência de contenção urbana, na densificação dos espaços que permeiam a suburbanização, estruturada por uma lógica viária e de transportes onde haja a valorização de núcleos de interesse. Também o Plano Diretor Municipal procurou essa contenção urbana pelo zonamento e estruturação viária. A circular externa da cidade (VICEG) apresenta-se hoje como um limite que contribuí para essa limitação. Mantêm-se ainda válidas parte das propostas do Programa Polis, umas das últimas oportunidades de grande escala para pensar a cidade desenhando-a. O Parque Urbano do Rio Diz, como já referi, se completado, seria hoje um limite de contenção, mas também de integração conseguida por intermédio de um espaço verde urbano, agregador de diferentes tecidos, valorizando a imagem da frente Norte da cidade, hoje uma das principais vistas na chegada à Guarda, caminho para outro tipo de potencialidades, usos e experiências. Penso que algumas destas propostas ainda se apresentam como caminhos válidos para um projeto de cidade coerente.

Muitas das iniciativas recentes do poder local têm-se focado na normativa como ferramenta aliada na requalificação dos tecidos urbanos, nomeadamente pelas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's).⁶ Estes mecanismos são vistos como importantes pelo

⁶ ARU da Zona Norte da Cidade e Conjuntos Urbanos Envolventes e ARU do Centro Urbano Consolidado e Área Envolvente.

desencadear de estímulos ao investimento privado na reabilitação do seu património. Também tem havido um investimento no planeamento com a discussão de Planos de Urbanização.⁷ Saliento ainda o desenvolvimento de estratégias e a valorização pela arquitetura de vários espaços públicos e património histórico. Neste último caso, este investimento pela arquitetura insiste na reformulação de zonas da cidade, na sua maioria já consolidadas, que contribuem para o acentuar desta tensão física e programática entre diferentes zonas da cidade. Não quero com isto dizer que estes mecanismos e estratégias não são relevantes, mas a sua utilização é, como Rossi argumenta, uma conceção limitada de cidade, feita de momentos contrapostos, assente única e exclusivamente na normativa como fator de diferenciação.⁸ Porém, como Aureli veio a nos elucidar, hoje a construção da cidade já não pode ser destituída das normas da comodificação. Mas, reportando-me novamente a Aureli, mesmo dentro dessas regras a arquitetura pode ter um papel de desestabilização positiva.⁹

Acredito ser possível desenvolver um projeto arquitetónico da Guarda na globalidade, o qual pode estrategicamente agir na mediação entre diferentes conceções de cidade, determinando novas relações dialéticas entre fragmentos, investidas de coerência estrutural. Aí inclui-se a construção de redes terciárias complementares integradoras, densificadas e providas de um espaço público inclusivo, num desenho que crie novas frentes de crescimento urbano. Este último deverá ser materializado através de uma arquitetura também ela diferenciadora: que defina uma estrutura viária que cose os tecidos existentes, que proponha novos caminhos para o desenvolvimento socioeconómico e cultural, seja ele materializado em equipamentos, habitação ou outros. Por exemplo, poderão ser ser novos tecidos habitacionais que, dotados de uma maior densidade e diversidade programática, possam constituir-se como outros centros na cidade. Ou, por exemplo, espaços verdes urbanos que, em clara distinção do espaço rural, possam atuar como elementos qualificadores da paisagem, das encostas da cidade. Locais cuja proximidade a tecidos urbanos monofuncionais possa potenciar outras experiências, ao propor novas relações sociais entre bairros, contribuir para um quotidiano de prática desportiva ou até alternativas de mobilidade que mitiguem condições orográficas.

Em conclusão, na resposta à questão: *Que projeto para a cidade da Guarda?*, procurei elucidar alguns caminhos, pese embora sem os desenhar. Nesse projeto desenhado, caberá a nós, arquitetos, através da síntese projetual, responder cada vez melhor aos desafios da construção de tecidos urbanos socialmente integrados e ecologicamente equilibrados. Ao conceber a Guarda na globalidade, ao dar resposta ao seu projeto político, a arquitetura deverá ser um agente de mudança, de experimentação social e cultural, de inclusão, de democratização e de reforma ambiental. E o seu projeto deve ser focado, exclusivamente na cidade, não dependente das suas interações supra regionais, inerentes à estrutura urbana nacional. Desse pensamento focado talvez se consigam mitigar, a partir de dentro, algumas

⁷ Plano de Urbanização do Cabroeiro.

⁸ Aldo Rossi, *A Arquitetura da Cidade*, 2.ª edição. (Lisboa: Edições Cosmos, 2001), 92.

⁹ Ver: Pier Vittorio Aureli, *The Project of Autonomy: Politics and Architecture Within and Against Capitalism*, 1ª (New York: Princeton Architectural Press, 2008); Pier Vittorio Aureli, ed., 'Means to and End, The Rise and Fall of the Architectural Project of the City', em *The City as a Project* (Berlin: Ruby Press, 2013), 14-38.

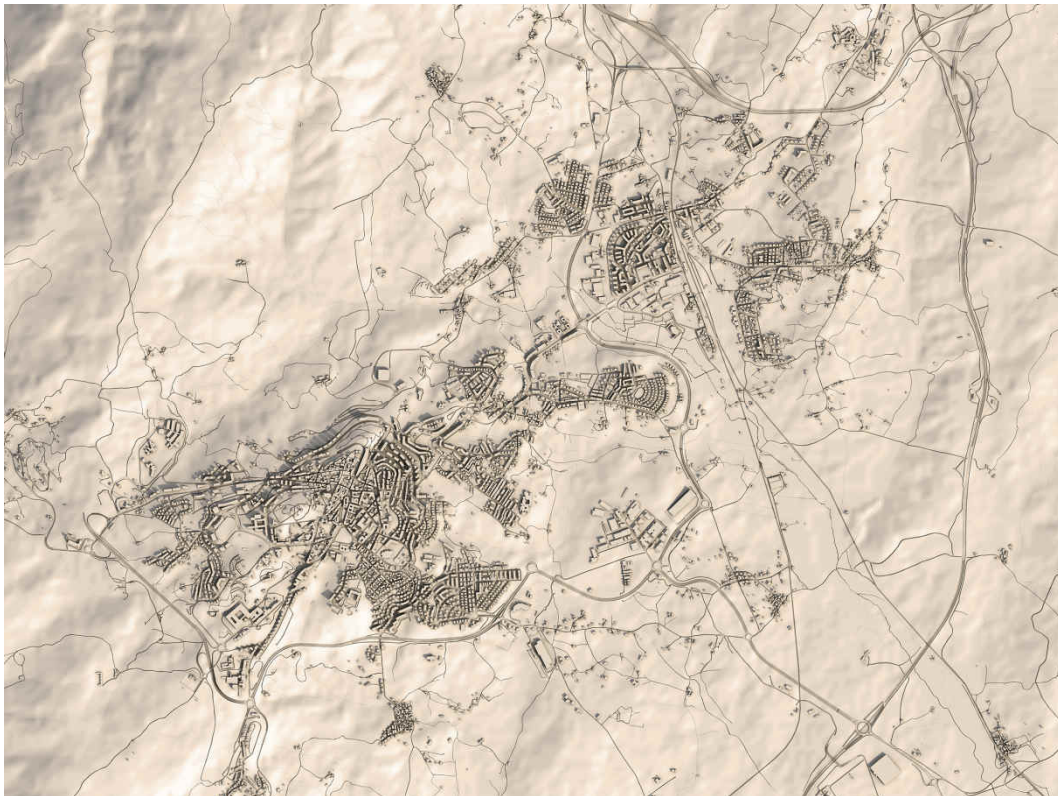
das fragilidades da sua posição, sem contar com as tardias hipóteses do investimento estatal, infraestruturais ou outras. Por fim, esta conceptualização da Guarda deve, sobretudo, olhar para as dinâmicas demográficas, sociais e económicas, não como problemas irresolúveis, cuja solução é a inércia de atuação, mas como um fim, o do seu projeto.

ANEXO I

Vídeo Guarda 100-2010: Cidade, Arquitetura, Projeto.

Para aceder ao vídeo clicar no seguinte link:

<https://youtu.be/Cs7GQI4QHA4>



ANEXO II – Cronologia

Capítulo	Quadro Temporal	Data	Evento(s) Acções das Estruturas de Poder	Agentes e Discursos	Data	Projectos, Arquitecturas, Obras	Fontes e Bibliografia	
2.	100-1198	Séc.I d.C.	Romanização da Beira Interior	Lancienses Trasncudani		Viação Romana	<p>‘Capela de Nossa Senhora Do Mileu’. Património Cultural da Direcção-Geral do Património Cultural, acessido a 9 de setembro de 2015. (http://www.patrimoniocultural.pt)</p> <p>Carvalho, Pedro. <i>Cova Da Beira: Ocupação e Exploração do Território na Época Romana: Um Território Rural no Interior Norte Da Lusitania</i>. (Orig. Tese de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia), apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 2006) Conimbriga 4. Fundão : Coimbra: Câmara Municipal ; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.</p> <p>Gomes, Rita Costa. ‘A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)’ (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985). <i>Revista de Historia Económica e Social</i>, 1.ª edição, n.º. 9-10 (1987): 201.</p> <p>Guerra, Amílcar, e Thomas G. Schattner. ‘El Foro y El Templo de Lancia Oppidana: Nueva Interpretación de Centum Celas (Belmonte)’. Em <i>Ciudad y Foro En Lusitania Romana = Cidade e Foro Na Lusitânia Romana</i>, 333-42. Badajoz: [s.n.], D.L., 2010.</p> <p>Mantas, Vasco Gil. <i>As vias romanas da Lusitânia</i>. Studia Lusitana 7. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2012.</p> <p>Monteiro, Helena Patrícia Romão. ‘A estrada de Beira: reconstituição de um traçado medieval’. (Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval), Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.</p> <p>Osório, Marcos. ‘Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)’. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i>, Maio de 2004.</p> <p>Pereira, Vitor. ‘O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.’ (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia), Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.</p> <p>Rodrigues, Adriano Vasco. ‘A Propósito de uma Lápide do Mileu (Guarda)’. <i>Separata de Humanitas, Hymnitas</i>, 6 e 7 (1958).</p> <p>———. <i>Elementos Para o Estudo Da Romanização Nos Montes Herminios</i>. Porto: Edições Marânus, 1962.</p> <p>Tente, Catarina. ‘Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI’, (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia), Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.</p>	
		Séc. III d.C.	Declínio do Império Romano					Termas de Mileu
		Séc.Vd.C.	Invasão dos Povos Germânicos					Castro de Castelos Velhos
		Séc.VII d.C.	Invasão Muçulmana					Castro do Tintinholo
3.	1199-1820	1199	Foral da Cidade da Cidade da Guarda	D. Sancho I (1154-1211)		Fortaleza Românica	<p>Almeida, João. <i>Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda</i>. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Império, Lda, 1943.</p> <p>Caetano, Carlos Manuel Ferreira. ‘As Casas Da Câmara Dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização Do Poder Local: (Séculos XIV a XVIII)’. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Moderna, FSCH da Universidade Nova de Lisboa, 2011.</p> <p>Camejo, Alcina. ‘Um novo olhar sobre a Praça Velha’. Power point, Academia Sénior, 6 de Março de 2008.</p> <p>Camejo, Alcina, e Vitor Pereira. ‘A necrópole do largo das Freiras (Sé Guarda). Notícia Preliminar’. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i>, 2011: 221-232.</p> <p>Carvalho, Rosendo. <i>Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Álbum Documental Photographico</i>. Vol. 2. (2 vols), 1897.</p> <p>———. <i>Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Texto</i>. Vol. 1. 2 vols, 1897.</p> <p>Chorão, Maria (transcrição). <i>Memórias Paroquiais -1758</i>. Câmara Municipal da Guarda, 2002.</p> <p>Coelho, Maria. ‘A Guarda Em Cortes Nos Séculos XIV e XV’. <i>Revista Portuguesa de História</i>. XXXV, n.º 35 (2002 2001): 123-42.</p> <p>Coelho, Maria, e Luís Répas. <i>Um Cruzamento de Fronteiras : O Discurso dos Concelhos da Guarda em Cortes</i>. Iberografias 9. Porto: Campo das Letras, 2006.</p> <p>Comando Geral de Engenharia. ‘Esboço da planta da cidade da Guarda’. Planta da Cidade: 1 documento : ms. ; 38 x 47 cm, Escala não Determinada. Guarda, 1885. Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).</p> <p>Conceição, Margarida Tavares da. ‘Antigo Seminário e Paço Epicopal da Guarda uma investigação na base de um projecto de arquitectura.’ <i>Praça Velha - Revista Cultural</i>, 1997: 17-26.</p> <p>Fernandes, Lídia, Emanuel Carvalho, e Teresa Julião. ‘A Alcáçova da Cidade da Guarda: proposta de reconstituição.’ <i>Arqueologia Medieval</i>, n.º6 (1999): 59-72.</p> <p>‘Forte de Porcas, Junto à Cidade Da Guarda.’, 1801. Exército Português - Direcção de Infra-Estruturas - Projecto SIDCARTA.</p>	
		1202	Bispado da Guarda			1221		Início da Construção da Fortaleza Gótica
		1297	Tratado de Alcanizes	D. Sancho II (1223-1248)				
		c. 1246	Ordem de São Francisco na Cidade da Guarda	Bispo D. Vicente (1228-1248)				Início da Construção da 1ª Sé da Guarda
		c. 1344	Ordem de Santa Clara na Cidade da Guarda					
				D.Fernando (1367-1383)		c.1372		Reestruturação dos Arrabaldes e Fortaleza
				D. João I (1385-1433)		1390		Início da Construção da Sé Catedral
								Conhecimento acerca da estrutura das praças da cidade medieval: Praça de São Vicente; Praça de Santa Maria do Mercado
						c.1401		Hospital
			1447	Ordenações Afonsinas				
		D.Manuel I (1495-1521)						
		Bispo D.Pedro Vaz de Gavião		c.1501	Fundação da Igreja da Misericórdia			
	1512	Ordenações Manuelinas						
						Casa da Câmara Paços do Concelho		

Capítulo	Quadro Temporal	Data	Evento(s) Acções das Estruturas de Poder	Agentes e Discursos	Data	Projectos, Arquitecturas, Obras	Fontes e Bibliografia		
3.	1199-1820				c.1520	Conclusão das obras da Sé Catedral	Gama e Castro, José Osório. <i>Diocese - Distrito da Guarda: Serie de apontamentos historicos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes á actualidade; e notas referentes á cathedral egitaniense e respectivos prelados</i> . Porto, 1902.		
					c.1600	Conformação contemporânea da Praça da Sé (Praça Velha / Praça Luís de Camões)	Garcia, A. Elias. 'Rui de Pina o Seu Testamento'. <i>Altitude</i> , Fevereiro 1943.		
				D. Filipe II (1598-1621)		Casas Senhoriais intra-muros	Gomes, Pinharanda. <i>História da Diocese da Guarda</i> . Braga: J. P. Gomes : Editora Pax, 1981.		
				Bispo D. Nuno de Noronha (1540-1608?)			Gomes, Rita Costa. 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)' (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985), <i>Revista de Historia Económica e Social</i> , 1.ª Edição, n.º 9-10 (1987).		
		1604	Alvará de D. Filipe II que autoriza a entrada de bens comerciais pela Raia				Gonçalves, Nuno, ed. '[ALBUM de Desenhos] TYPVS Provinciae [...] s. XVII'. Em Catálogo de Leilão Biblioteca Particular, II:2-3. Lisboa, 2013.		
		1640-1668	Restauração				Martins das Neves, João. 'A Casa Nobre do Largo do Paço do Biu - Um exemplo da Arquitectura Nobre da Época Filipina, na Guarda.' <i>Praça Velha - Revista Cultural</i> , 2005: 25-39.		
		1701-1714	Sucessão Espanhola				Monteiro, Helena Patrícia Romão. 'A estrada de Beira: reconstituição de um traçado medieval'. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. http://run.unl.pt/handle/10362/8340 .		
							Neves, António Nunes da Costa. 'A Igreja Da Misericórdia Da Guarda - à Luz de Documentos Inéditos'. <i>O Interior</i> , n.º. 89 (2001): 10.		
						Arq.º António F. Rodrigues (1724-1804)	1780	Reconstrução da Igreja da Misericórdia	Oliveira, Carlos. <i>Apontamentos para a Monografia da Guarda</i> . Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1940.
		1807-1810	Invasões Francesas em Portugal				1790	Reconstrução da Igreja de S. Vicente	Osório, Marcos. 'Notas Históricas em Torno da Casa do Alpendre (Largo do Espírito Santo Guarda)'. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i> , 2001: 73-84.
							———. 'Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)'. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i> , Maio 2004: 5-17		
							Pereira, Vitor. 'A Torre Velha do Primitivo Castelo da Guarda'. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i> , 2007.		
							———. 'Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da Intervenção no Torreão'. Em <i>Actas do encontro de Arqueologia e Autarquias - Câmara Municipal de Cascais</i> , 253-78. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008.		
							———. 'Intervenção Arqueológica na Rua Dr. Miguel de Alarcão, no.21 (Sé, Guarda)'. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i> , 2001: 63-72.		
							———. 'Intervenção Arqueológica No Edifício Dos Antigos Paços Do Concelho, Guarda'. Em <i>Actas Do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana Da Amadora</i> , 95-105. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2003.		
							'Planta da Cidade da Guarda'. Planta: 93,1 x 127,3 cm. Guarda, 1907. 39874 TC (no. IFN). Museu da Guarda.		
							'Planta da Cidade da Guarda e seus arrabaldes'. Guarda, 1 de Janeiro de 1889. 39875 TC (no. IFN). Museu da Guarda.		
							Rodrigues, Adriano. <i>Guarda, monografia: Pré-história, História e Arte</i> . Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, 2000.		
							'Rough outline of the City of Guarda'. 28 de Julho de 1810. Esboço, 1 inch to 100 yards. Portugal: Guarda. Plan of the city showing buildings, walls and roads. MPI 11/223/2-4. The National Arquivos.		
							Tavares, Maria. 'O Povoamento Judaico no Território da Diocese da Guarda (período medieval e moderno)'. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i> , 2016: 65-87.		
							Tente, Catarina. 'Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do		
4.	1820-1933	1820	Monarquia Constitucional		c.1800	Abertura da Rua do Comércio	'Actas Da Comissão de Viação Municipal Do Distrito Da Guarda', De 1879-1868. Arquivo Distrital da Guarda.		
			Liberdade de Imprensa				Albuquerque, Álvaro de Azevedo Capitão. 'Projecto de hospital regimental na Guarda'. Plantas e Alçados, Escala não Determinada. Guarda, 1909. Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).		
		1825	Independência do Brasil				Borges, Dulce Helena. <i>Guarda - Roteiros Republicanos</i> . Lisboa: Quidnovi, 2010.		
		1831-1836	Reforma Administrativa do Território	Comissão de Viação do Distrito da Guarda			———. 'Guarda, cidade saúde'. Em <i>A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc.XX</i> , 2.ª Edição, 320-51. Guarda: CMG e CEI, 2004.		
		1834	Extinção das Ordens Religiosas				Caetano, Carlos. 'Urbanismo e Arquitectura no tempo Republicano da cidade da Guarda.' Em <i>Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda</i> , Câmara Municipal da Guarda., 260-301. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011.		
		1835	Código Administrativo Português	Câmara Municipal da Guarda			Câmara Municipal da Guarda. 'Livro de Actas Das Sessões Da Comissão Executiva 1908-1911'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.		
			Decreto assinado por Rodrigo da Fonseca Guimaraes que obriga ao estabelecimento de cemitérios por todo o país. «Decreto Lei de 21 de Setembro de 1835»					———. 'Livro de Actas de 1868-1873'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.	
								———. 'Livro de Actas de 1873-1878'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.	
								———. 'Livro de Actas de 1878-1882'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.	
								———. 'Livro de Actas de 1882-1886'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.	
						Carvalho, Lopo, e Amândio Paúl. <i>Tuberculosos Curados</i> . Porto: Imprensa Portuguesa, 1904.			
						Castro, José Augusto de. 'O combate: pela justiça, pela verdade, pela equidade'. 1931-1904.			

Capítulo	Quadro Temporal	Data	Evento(s) Acções das Estruturas de Poder	Agentes e Discursos	Data	Projectos, Arquitecturas, Obras	Fontes e Bibliografia			
4.	1820-1933	1852	Ministério das Obras Públicas		c.1850	Novo Cemitério Municipal	Comando Geral de Engenharia. 'Esboço da planta da cidade da Guarda'. Planta da Cidade: 1 documento : ms. ; 38 x 47 cm, Escala não Determinada. Guarda, 1885. Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).			
		1864	Plano Geral de Melhoramentos «Decreto-Lei 40, de 31 de Dezembro»					Dias, Cecília. 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939'. Em <i>A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX</i> , 2.ª Edição., 38-93. Guarda: CMG e CEI, 2004.		
		1869	Primeira Postura Municipal sobre Edificações, 6 de Novembro de 1869					Garcia, Antonieta. 'A Guarda no Labirinto da I República'. Em <i>Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda</i> , Câmara Municipal da Guarda., 20-229. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011.		
		1881	Expedição Científica à Serra da Estrela					Gomes, Clemente. 'Obras a executar para a adaptação da Capela do Seminário da Guarda a Tribunal Judicial e cartórios: ante-projecto.'. 22 de Janeiro de 1914. ScIV/Sr.02/071 DOP cx59. Arquivo Distrital da Guarda.		
		1882	Inauguração da Linha de Caminho-de-Ferro da Beira Alta					Lima Garcia. 'Liceu Afonso de Albuquerque'. Em <i>A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc.XX</i> , 2.ª Edição., 378-97. Guarda: CMG e CEI, 2004.		
		1893	Inauguração da Linha de Caminho-de-Ferro da Beira Baixa			1889	Rua 31 de Janeiro	'Lista de Editais Da Câmara Municipal Da Guarda 1890-1907', Câmara Municipal da Guarda, Arquivo da BMEL.		
		1899	Edital da Câmara Municipal, 1 de Setembro, estabelece a ordenação de licença para a construção, com a obrigatoriedade de apresentação de projecto de fachadas			1899	Beneficiação da Rua do Comércio ; Largo São Pedro, Rua Serpa Pinto e Rua Alves Roçada	'Misericórdia'. Distrito Da Guarda. 4 de Junho de 1899.		
							Realinhamento Habitações Rua Batalha Reis Novos Arruamentos: Rua do Asilo, EM 14 - Rua Francisco dos Prazeres , Rua Vasco da Gama, Rua Vasco da Gama, Rua Marquês de Pombal, Rua Nuno Álvares, Rua Vasco Borges	Neto, Maria. 'A toponímia da cidade da Guarda e a construção da memória pública no século XX'. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta, Universidade Aberta, 2011. P		
							Arq.º Rosendo Carvalheira (c.1864-1929)	1899	Restauro Sé Catedral	'O Sanatório Sousa Martins e o Dr. Lopo de Carvalho.' <i>O Combate: Pela Justiça Pela Verdade, Pela Equidade</i> . 18 de Maio de 1907.
							Eng.º Alexandre Simões da Conceição	1900	Mercado Municipal	Patrício, Ladislau. <i>O Sanatório 'Sousa Martins' Na Guarda</i> . Lisboa: Boletim da Assistência Social, 1963.
							Eng.º Edmundo Augusto Xavier da Cunha	1901	Asilo Distrital	———. 'Para Que?' <i>O Combate: Pela Justiça Pela Verdade</i> , Pela Equidade. 18 de Maio de 1907.
		1903	Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas					Banco de Portugal	Pereira, José. <i>Guarda. Cidades e Vilas de Portugal</i> . Lisboa: Editorial Presença, 1995.	
								1904	Consultório Dr. Lopo de Carvalho	Pissarra, Rui Miguel Paiva. 'A chegada do comboio à cidade da Guarda em finais do século XIX : expectativas e repercussões'. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Universidade Aberta, 2011.
								1907	Casa da Escola para dois Sexos/ Escola Primária da Sé	'Planta da Cidade da Guarda'. Planta: 93,1 x 127,3 cm. Guarda, 1907. 39874 TC (no. IFN). Museu da Guarda..
								1907	Novo Hospital da Misericórdia	Sampaio, Artur. 'Ampliação do Paço Episcopal e Seminário: Memória Descritiva e Desenhos de Projecto.'. 2 de Dezembro de 1903. ScIV/Sr.01/006 DOP - cx.55. Arquivo Distrital da Guarda.
								1907	Sanatório Sousa Martins	Santos, Pedro Jorge Grilo dos, 'Reordenamento Urbano Do Parque Da Saúde Da Guarda: O Antigo Sanatório Sousa Martins, Guarda Cidade Saúde'. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra., 2015.
		1910	Implantação da República					1909	Hospital Regimental	'Saúde Pública'. <i>Distrito Da Guarda</i> . 3 de Setembro de 1899.
1911	Regulamento de Condições Higiénicas a Adoptar na Construção dos Prédios dentro da Cidade, 5 de Janeiro						slautor. 'Adaptação da Capela do Seminário da Guarda a Tribunal Judicial e Cartórios: Empreitada Geral de Obras de pedreiro, carpinteiro, trolha e pintor, marcenarias para aquela adaptação.'. 1907. ScIV/Sr.01/031 DOP - cx 57. Arquivo Distrital da Guarda.			
							Sequeira, Helder Luís Rebelo. <i>Ladislau Patrício, Guardense, Médico e Escritor</i> . Gentes Da Guarda 1. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2004.			
1914-1918	I Guerra Mundial						———. <i>O dever da memória : uma rádio no sanatório da montanha</i> . Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2015.			
1926-1933	Ditadura Militar									
	Direcção Geral dos Monumentos Nacionais (DGEMN) e da Direcção dos Monumentos Nacionais (DMN)					1928	Lactário Dr. Proença			
1929	Grande Depressão									
5.	1933-1974	1933	Constituição Portuguesa					Aguiar, João António. '1. Memória Descritiva e Justificativa Regulamento e Fotografias: Ante-Plano Geral de Urbanização de São Miguel da Guarda', 7 de Julho de 1947. Câmara Municipal da Guarda.		
		1933	Ditadura de Salazar - Estado Novo					Borges, Dulce Helena. 'Hotel de Turismo'. Em <i>A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX</i> , 2.ª Edição., 188-95. Guarda: CMG e CEI, 2004.		
		1933	Programa das Casas Económicas	«Decreto-Lei n.º23052»	António Ferro (1896-1956)				Câmara Municipal da Guarda. 'Actas Das Sessões de Câmara (1974-1986)'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda,	
		1934	Planos Gerais de Urbanização (PGU)	«Decreto-Lei n.º24:802»	Duarte Pacheco (1900-1943)				Carvalheira, Rosendo. <i>Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Albúm Documental Photographico</i> . Vol. 2. 2 vols, 1897.	
		1936	Código Administrativo de 1936	«Decreto de Lei n.º27424»	Criação das Federações de Municípios				———. <i>Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Texto</i> . Vol. 1. 2 vols, 1897.	
1937	Criação da Federação de Municípios da Beira Serra						Costa, Celestino et al. 'Parecer sobre o Plano: Ante-Plano Geral de Urbanização da Guarda', 10 de			

Capítulo	Quadro Temporal	Data	Evento(s) Acções das Estruturas de Poder	Agentes e Discursos	Data	Projectos, Arquitecturas, Obras	Fontes e Bibliografia	
5.	1933-1974	1938	Casas para Alojamento de Famílias Pobres «Decreto-Lei n.º28912»				Outubro de 1972. Câmara Municipal da Guarda. Dias, Cecília. 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939'. Em <i>A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX</i> , 2.ª Edição, 38-93. Guarda: CMG e CEI, 2004. 'Federação de Municípios Da Beira Serra - Arquivo Distrital Da Guarda - DigitArq'. Acedido a 24 de Abril de 2017. http://digitarq.adgrd.arquivos.pt/details?id=1228661 .	
		1939	Início da II Guerra Mundial	Câmara Municipal; Caixa de Providência; Santa Casa da Misericórdia	1939 1940	Bairro do Bomfim: Bairro das Casas Económicas Matadouro Municipal	Ferreira, Jaime. 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959.' Em <i>A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX</i> , 94-195. Guarda: CMG e CEI, 2004. Ferreira, Virgílio. <i>Estrela Polar</i> . 5.ª Edição, Lisboa: Quetzal, 2011.	
				Federação de Municípios da Beira Serra Eng. Pina Gomes			Plano de Urbanização do Bomfim	Garcia, Antonieta. 'A Guarda no Labirinto da I República'. Em <i>Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda, Câmara Municipal da Guarda</i> , 20-229. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011.
				Federação de Municípios da Beira Serra Arq.º Luís Cristino da Silva (1896-1976)		1943	Plano de Urbanização em Volta do Liceu e da Sé Catedral Caixa Geral de Depósitos Escola do Espírito Santo Escola do Bomfim	Jacinto, Rui. 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade'. Em <i>A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX</i> , 2.ª Edição, 16-37. Guarda: CMG e CEI, 2004.
		1944	Criação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização			1944	Adaptação de um edifício para a dependência dos CTT	Ramos, Cátia. 'The Square and Its Statue: How a Dictatorship Shaped a Tradition and How Architecture Reshaped It in Guarda, Portugal'. <i>Traditional Dwellings and Settlements Review</i> XXXI, n.º I (Fall 2019): 25-38.
			Criação do Gabinete de Urbanização Colonial			1945 1946	Bairro do Bonfim: Construção do Bairro de Salazar (até 1952) Direcção Geral de Estradas da Guarda	Sequeira, Helder Luís Rebelo. <i>Ernesto Pereira : Um Paladino Da Guarda. Gentes Da Guarda 4</i> . Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2005. ———. <i>O dever da memória : uma rádio no sanatório da montanha</i> . Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003.
		1945	Casas de Renda Económica «Lei n.º.2007 » Fim da II Guerra Mundial					Terras da Beira, Jornal. 'Situação geográfica pesou na escolha da Guarda'. <i>Jornal - Semanário Terras da Beira</i> , 3 de Janeiro de 2013.
		1946	Código de Posturas do Município Anteplos de Urbanização «Decreto-Lei n.35,031»			1946	Início da execução do Antepiano de Urbanização da Guarda	
		1947	Plano Marshall		Ernesto Pereira (1903-1966) Arq.º Vasco Regaleira (1897-1968) Arq.º João António de Aguiar (1906-1974)	1947	Hotel de Turismo da Guarda	
						1949	Antepiano de Urbanização da Cidade da Guarda	
						1949	Bairro do Bomfim: Habitações dos Magistrados Bairro das Lameirinhas	
						1953	Celeiro da Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT)	
		1953-1958	I Plano de Fomento				Bairro do Bonfim: Bairro D. José Alves Mattoso	
						1953	Ampliação do Sanatório Sousa Martins	
					Arq.º Vasco Regaleira (1897-1968) Arq.º Raul Rodrigues de Lima (1909-1980)	1953	Palácio da Justiça	
					Arq.º Manuel Lima Magalhães	1955	Cine-Teatro da Guarda Colégio Sagrado Coração de Maria Palácio das Corporações e Previdência	
					Arq.º Raul Rodrigues de Lima (1909-1980)	1956	Estabelecimento Prisional da Guarda Bairro de Casas de Renda Económica: Santa Zita Laboratório de Retrografia, Junta da Energia Nuclear	
						1956	Conclusão dos Trabalhos de Restauo da Sé Catedral e do Plano de Urbanização em Volta do Liceu e Sé Catedral	
						1957 1958	Remodelação do Largo Marechal Carmona	
		1959-1964	II Plano de Fomento			1959	Parque de Campismo	
1960	Adesão de Portugal ao FMI e à EFT A		Arq.º Alberto da Costa Macedo	1961	Colégio de São José			
1961	Início da Guerra Colonial em África							
			Arq.º João António de Aguiar (1906-1974) Arq.º Raul Rodrigues de Lima (1909-1980)	1961	Revisão do Antepiano de Urbanização de São Miguel da Guarda			
1962	Publicação do Romance Estrela Polar Regime da Auto-Construção «Decreto-Lei 44645 de 24 de Setembro»		Virgílio Ferreira (1916-1996)		Ampliação Hotel de Turismo da Guarda			

Capítulo	Quadro Temporal	Data	Evento(s) Acções das Estruturas de Poder	Agentes e Discursos	Data	Projectos, Arquitecturas, Obras	Fontes e Bibliografia					
5.	1933-1974	1965-1967	Plano Intercalar de Fomento				Casas de Renda Económica das Caixas de Previdência					
							1966		Arq.º João António de Aguiar (1906-1974)	Arranjo Urbanístico da Rua de D. Luís I (Rua 31 de Janeiro)		
							1967			Liceu Nacional da Guarda		
							1969			Escola Comercial e Industrial da Guarda		
							1969		Fundo de Fomento à Habitação (FFH) n.º 49: 033»	«Decreto-lei		
							1969		Licenciamento de intervenções urbanas 1666/70»	«Decreto-Lei		
							1970		Lei dos Solos «Decreto-Lei 576/70»	«Decreto-		
							1971		Controlo das Construções Ilegais Lei 278/71»	«Decreto-		
							1971		Planos Gerais de Urbanização Lei 560/71»	«Decreto-	1971	Escola Básica de Santa Zita
							1971		Planos Gerais e Parciais de Urbanização e Planos de Pormenor «Decreto-Lei 561/71»			
1972	Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU)											
1972	Reestruturação Direcção Geral de Serviços de Urbanização (DGSU)											
1972			Profabril, s.r.l. Arq.º Manuel Lança Cordeiro (1938-2000) Arq.º Paisagista Álvaro Ponce Dentinho (1924-2014)									
1974	Serviços de Urbanização (DGSU).			1974	Plano Geral de Urbanização da Guarda							
6.	1974-1986	1974	Revolução de Abril - Democracia	Comissão Administrativa do Concelho da Guarda			Abrunhosa de Castro, Maria José. 'Guarda: MERECE e PDM, 3 anos depois.' <i>Sociedade e Território</i> , n.º 9 (julho 1989): 45-49.					
			Fim do Colonialismo				———. 'Os PDM's de 1ª Geração - Planos Cinzentos, Ordenamento Formal, Resultado Incerto.' <i>Sociedade e Território</i> , n.º 22 (setembro 1995): 33-37.					
			Despacho Conjunto MAI-MESA Criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)				———. 'Projecto MERECE: Guarda Cidade Piloto'. <i>Oppidana: Boletim Municipal</i> . Novembro 1986, Ano 1 n.º 0. Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.					
			Programa de Obras Participadas do FFH; Programa de Empréstimo às Câmaras «Decreto-Lei n.º 658/74»	FFH		Blocos Habitação promovidos pelo FFH - Av. Padre Isidro, São Miguel da Guarda	———. 'Recuperação Urbana no Centro Histórico da Guarda (1980/1990)'. <i>Sociedade e Território</i> , n.º 14/15 (1991): 35-39.					
						3 Blocos Habitacionais - Rua Alexandre Herculano; 2 Blocos Habitacionais - Rua Comandante Salvador Nascimento; Blocos Habitacionais - São Miguel da Guarda	'Actas Da Sessão Da Comissão Administrativa Do Concelho Da Guarda (1974)', Câmara Municipal da Guarda.					
				Comissão Administrativa do Concelho da Guarda			'Actas Da Sessão Da Comissão Administrativa Do Concelho Da Guarda (1975)', 1 de abril de 1975, Câmara Municipal da Guarda.					
			1976	Comissão Administrativa do Concelho da Guarda			'Actas Da Sessão Da Comissão Administrativa Do Concelho Da Guarda (1976)', Câmara Municipal da Guarda.					
			1976	Câmara Municipal da Guarda			'Actas Da Sessão de Câmara (1977)', 12 de abril de 1977, Câmara Municipal da Guarda.					
							'Actas Da Sessão de Câmara (1979)', 2 de outubro de 1979, Câmara Municipal da Guarda.					
							'Actas Da Sessão de Câmara (1982)', 8 de Julho de 1982, Câmara Municipal da Guarda.					
			1976	Programa das Casas Pré-Fabricada - CAR/FFH «Resolução do Conselho de Ministros de 31 de Dezembro de 1976» e «Despacho Normativo n.º 283/78» de 17 de Outubro de 1978		Bairro das Lameirinhas ; Casas junto ao Matadouro; Casas junto ao Bairro de Nossa Senhora dos Remédios	Bendavid-Val, Avrom. <i>More with less : managing energy and resource efficient cities</i> . USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987.					
			1976	Câmara Municipal disponibiliza aos munícipes Projectos-Tipo, desenvolvidos pela Repartição Técnica	Câmara Municipal da Guarda	Aquisição e Urbanização Parcial da Quinta do Pinheiro	Carvalho, José. 'Gigante com Pés de Barro'. <i>A Guarda</i> . 21 de agosto de 1981, Ano 76 N.º 3789 edição. Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.					
			1977	Intervenção FMI - Portugal			———. 'Gigante com Pés de Barro-2'. <i>A Guarda</i> . 28 de agosto de 1981, Ano 76 N.º 3790 edição. Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.					
			1979	Atribuições das Autarquias e Respective Órgãos «Lei 79/77»			———. 'Gigante com Pés de Barro-4'. <i>A Guarda</i> . 11 de setembro de 1981, Ano 76 N.º 3792 edição. Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.					
			1979	Lei das Finanças Locais «Lei 1/79»			Chetwynd Jr., Eric, e William Miner. <i>Pioneering in International Urban Development: Creating USAID Policies and Programs 1970-1982: A Case Driven History of the of Urban Development, U.S. Agency for International Development</i> . 1 edição. Eric Chetwynd & William R. Miner, 2017.					
1979	Comissões de Coordenação Regional (CCR) «Decreto-Lei n.º 494/79, de 21 de Dezembro».			Cordeiro, Manuel, e Álvaro Dentinho. 'Normas Regulamentares - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 1974. DGOTDU - SNIT.								
1981	Criação dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) Seminário promovido pela Câmara Municipal da Guarda «Vida Nova nos Velhos Centros»			———. 'Relatório Geral - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 1974. DGOTDU - SNIT.								
1982	Criação dos Planos Directores Municipais «Decreto-Lei 208/82, 26 de Maio de 1982»			Dörter, Rainer, Frank Samol-Rojek, e Hans-J. Stromenger. 'Konzept zur städteumldebaulichen Entwicklung der Distrikthauptstadt Guarda / Portugal Conceção do Desenvolvimento Urbano da Capital do Distrito da Guarda'. Prova Final de Licenciatura orientada por G. Gourdes, Universidade Técnica de Aachen, 1982.								
1983	Intervenção FMI - Portugal	USAID/AID e TVA com CCR-C e Câmara Municipal da Guarda		1983	Início do Projecto MERECE	'Guarda: Uma Conceção de Desenvolvimento Urbano'. <i>Cadernos Municipais</i> , Outubro 1986. MERECE Guarda. 'Plano Director Municipal - CIDADE Perímetro Urbano', Julho 1985. Câmara Municipal da Guarda.						
						———. 'Plano Director Municipal: Guarda Centro Histórico - Regulamento.', Julho 1986.						

Capítulo	Quadro Temporal	Data	Evento(s) Ações das Estruturas de Poder	Agentes e Discursos	Data	Projectos, Arquitecturas, Obras	Fontes e Bibliografia
6.	1974-1986	1984	Lei das Competências das Autarquias «Decreto-Lei 100/84 de 29 de Março»		1986	Início dos Estudos do PDM ao abrigo do Projecto MEREC Fim do Projecto MEREC	Câmara Municipal da Guarda. ———. 'Plano Director Municipal, Pasta Cidade, Perímetro Urbano: Preâmbulo', Juho 1985. Câmara Municipal da Guarda. Ramos, Cátia, Mauro Couceiro, e Nelson Brito. 'Merec-Guarda: an Energy and Resource Efficiency Process Undermined by the Early Stages of a Democratic Setting'. Em <i>History, Urbanism, Resilience, Historical Perspectives</i> , 5:81-94. TU Delft: TU Delft, 2016. Rebello, João. 'Gestão e Planeamento de Recursos a Nível Local: o caso do projecto MEREC'. <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , n.º 25/26 (1988): 223-40. 'Salvaguarda da Arquitectura Tradicional'. <i>A Guarda</i> . 21 de Janeiro de 1986.
7.	1986-2010	1986	Adesão de Portugal à CEE		1986	Centro Coordenador de Transportes (início obra)	Abrunhosa de Castro, Maria José. 'A Guarda Entre Dois Mundos'. <i>Terras Da Beira</i> . 27 de março de 1997, sec. Opinião.
		1983-1993	Criação dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL) I Quadro Comunitário de Apoio				———. 'A Osteoporose Do Interior, as Cidades Médias e a Regionalização'. <i>Terras Da Beira</i> . 28 de setembro de 1995, sec. Opinião.
		1991	Lei dos Solos «Decreto-Lei 438/91 de 8 de Novembro» Programa Europeu LEADER - Áreas Rurais Programa de Cooperação Territorial INTERREG - Áreas Fronteiriças	Arq.º Raul Chorão Ramalho	1991	Caixa Geral de Depósitos	———. 'Afectos e Rancores'. <i>Terras Da Beira</i> . 23 de outubro de 1997, sec. Opinião. ———. 'Boas Coisas'. <i>Terras Da Beira</i> . 22 de outubro de 1998, sec. Opinião. ———. 'Brincadeiras Arquitectónicas'. <i>Terras Da Beira</i> . 21 de maio de 1998, sec. Opinião. ———. 'Cinco Problemas Avulso Para Uma Tragédia Sem Solução à Vista'. <i>Terras Da Beira</i> . 30 de dezembro de 1992, sec. Opinião.
		1992	Adesão de Portugal à União Monetária Internacional - Tratado de Maastricht				———. 'Corporativismo Paroquial e Controvérsia Democrática'. <i>Terras Da Beira</i> . 21 de março de 1996, sec. Opinião.
		1992	Legislação Planos de Ordenamento Territorial «Decreto-Lei 111/92 de 8 de Outubro»	Arq.º João Paciência	1992	Novo edifício da Câmara Municipal Início da Construção do Pavilhão Desportivo de São Miguel	———. 'Cuidado Com Elas!'. <i>Terras Da Beira</i> . 9 de setembro de 1993, sec. Opinião. ———. 'Lágrimas'. <i>Terras Da Beira</i> . 5 de dezembro de 1996, sec. Opinião. ———. 'O Interior, a Regionalização e as Autoestradas'. <i>Terras Da Beira</i> . 21 de março de 1996, sec. Opinião.
		1994	Iniciativa Comunitária URBAN para áreas urbanas Programa PROSIURB - «Despacho 6/94 de 26 de Janeiro» Ratificação do PDM da Guarda «Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/94 de 20 de Julho»	Gabinete Técnico da Guarda Câmara Municipal Arq.º Siza Vieira e Arq.º António Madureira	1994	Conjunto Habitacional Cooperativa Casa Jovem	———. 'Perímetro Urbano - Monitorização Julho de 1985/Novembro de 1988'. Município da Guarda, Novembro de 1988. ———. 'Planos Municipais e Cultura Democrática (1)'. <i>Terras Da Beira</i> . 18 de junho de 1998, sec. Opinião. ———. 'Planos Municipais e Cultura Democrática (2)'. <i>Terras Da Beira</i> . 2 de julho de 1998, sec. Opinião. ———. 'Planos Municipais e Cultura Democrática (3)'. <i>Terras Da Beira</i> . 16 de julho de 1998, sec. Opinião. ———. 'Planos Municipais e Cultura Democrática (4)'. <i>Terras Da Beira</i> . 30 de julho de 1998, sec. Opinião. ———. 'Planos Municipais e Cultura Democrática (5)'. <i>Terras Da Beira</i> . 13 de agosto de 1998, sec. Opinião.
			Aprovação dos Estatutos do Instituto Politécnico da Guarda «Despacho Normativo n.º 765/94 de 25 de Novembro»		1994?	Início da Construção do Pólo do Instituto Politécnico da Guarda	———. 'Planos Municipais e Cultura Democrática (6)'. <i>Terras Da Beira</i> . 27 de agosto de 1998, sec. Opinião.
				Arq.º António Carvalho	1995	Recuperação do Jardim Teles de Vasconcelos e Largo das Freiras Recuperação do Parque Municipal da Guarda; Bar a Muralha; Mediateca (Paços do Concelho) Conjunto Habitacional da Urbanização do Pinheiro	———. 'Planos Municipais e Cultura Democrática (Conclusão)'. <i>Terras Da Beira</i> . 10 de setembro de 1998, sec. Opinião. ———. 'Planos Para Que Vos Quero! (Reflexões Sobre o Futuro Dos PDM)'. <i>Terras Da Beira</i> . 17 de junho de 1993, sec. Opinião. ———. 'Que Esperar Do Plano Estratégico?'. <i>Terras Da Beira</i> . 6 de junho de 1996, sec. Opinião. ———. 'Reminiscências a Propósito'. <i>Terras Da Beira</i> . 10 de junho de 1999, sec. Opinião. ———. 'Siza Vieira Na Guarda ou de Como em 20 Anos as Coisas Até Mudam'. <i>Terras Da Beira</i> . 9 de Junho de 1994, sec. Opinião.
				Manual, Ida; Eng. Fonseca Ferreira Atelier Ideias, Ida Arq.ª Maria Abrunhosa de Castro, Arq.º Sérgio Gamelas	1999	Piscinas Municipais Recuperação do Paço Episcopal	———. 'Um Projecto Fora de Moda'. <i>Terras Da Beira</i> . 8 de abril de 1999, sec. Opinião. Abrunhosa de Castro, Maria José, Lídia Fernandes, Alexandre Gamelas, e Cândida Gouveia. 'Projecto de Reabilitação Da Praça Velha'. <i>Terras Da Beira</i> . 16 de Maio de 1996, sec. Debate. Abrunhosa de Castro, Maria José, e António Ferreira dos Santos. 'Errar é Humano...'. <i>Terras Da Beira</i> . 21 de novembro de 1993, sec. Opinião.
		2000-2006	III Quadro Comunitário de Apoio				———. 'Onde Está o Centro Histórico?'. <i>Terras Da Beira</i> . 4 de novembro de 1993, sec. Opinião.
		2000	Programa Polis «Resolução do Conselho de Ministros 26/2000 de 15 de Maio» Apresentação do Projecto Polis Guarda		2000		———. 'Porque Não Vêm Os Turistas?'. <i>Terras Da Beira</i> . 18 de novembro de 1993, sec. Opinião. Brás, Gustavo. 'Guarda contesta preço da Quinta do Alarcão imposto pela Relação de Coimbra'. <i>Público</i> . Acedido a 1 de maio de 2019. https://www.publico.pt .
		2001	Polis Guarda, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis	PROAP Arq.º Nuno Leónidas	2001	Parque Urbano do Rio Diz	Camilo Cortesão & Associados, Lda. 'Projecto de Reabilitação Urbana da Praça Luís de Camões e Área Envolvente, Polis Guarda - Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis na Guarda, SA. Projecto de Execução', Março 2004. Arquivo de Obras Públicas da Câmara Municipal da Guarda.
		2005	Ratificação do PP do Parque Urbano do Rio Diz «Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/2005 de 21 de Outubro»		2003-2006	Requalificação do Centro Histórico; Requalificação da Muralha; Construção da I.ª fase do Parque Urbano do Rio Diz	Conceição, Margarida Tavares da. 'Antigo Seminário e Paço Episcopal da Guarda uma investigação na base de um projecto de arquitectura'. <i>Praça Velha - Revista Cultural</i> , 1997. MANUAL-Estudos de Habitação, Urbanismo e Arquitectura, Lda. 'Plano Estratégico da Cidade Da Guarda'. Câmara Municipal da Guarda, Maio de 1996.
				Arq.º Carlos Veloso	2005	Teatro Municipal da Guarda	

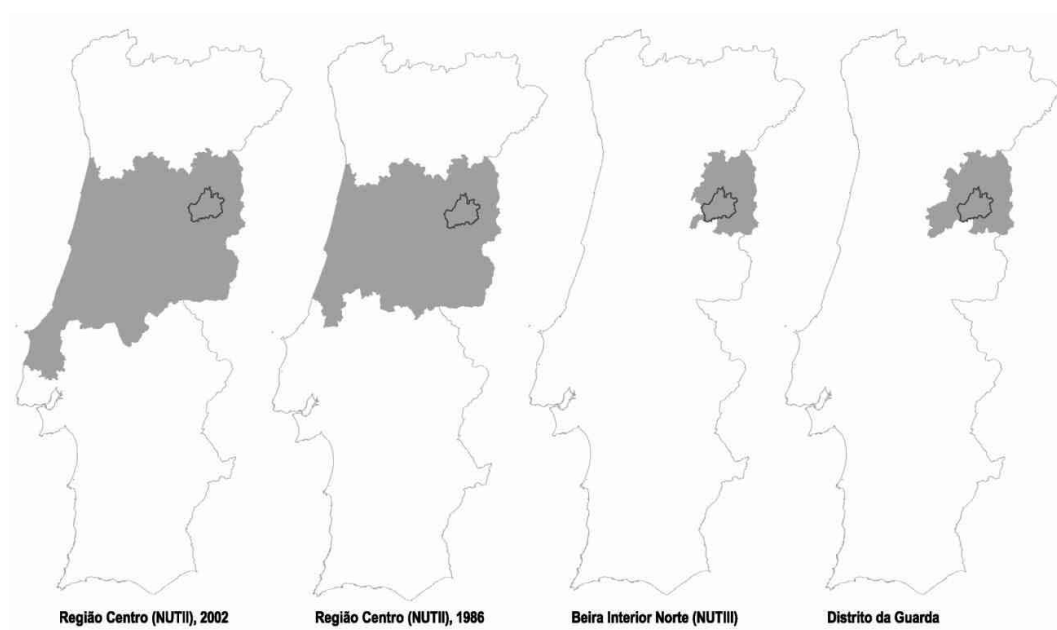
Capítulo	Quadro Temporal	Data	Evento(s) Acções das Estruturas de Poder	Agentes e Discursos	Data	Projectos, Arquitecturas, Obras	Fontes e Bibliografia
7.	1986-2010			Arq. ^a Mercês Vieira, Arq. ^o Camilo Cortesão MVCC	2006	Requalificação da Praça Velha (Praça Luís de Camões); Requalificação do Largo do Torreão	Martins, Luis. 'Uma Nova Praça Velha'. <i>Terras da Beira</i> . 18 de julho de 1996. '«Não Temos Nada Contra o D. Sancho»'. <i>Terras Da Beira</i> . 2 de maio de 1996.
		2007-2013	QREN Plano de Pormenor do Novo Pólo Industrial da Guarda PLIE		2006?	Edifício do Centro de Estudos Ibéricos	O Interior - 22 de abril de 2009. 'Câmara anuncia mais de 9 milhões para regeneração urbana da Guarda', Acedido a 1 de maio de 2019, https://www.ointerior.pt
		2007	«Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2007»				— 1 de setembro de 2005. 'PolisGuarda Em Contagem Decrescente'. Acedido a 17 de junho de 2015. http://www.ointerior.pt .
			Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) «Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro»	Arq. ^o Pedro Gomes Fernandes	2008 2009	Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço Início da Ocupação da PLIE Agrupamento de Escolas de Gonçalo Requalificação da Torre de Menagem e Centro de Interpretação Novo Hospital da Guarda (início da obra)	— 9 de junho de 2004. 'PolisGuarda Sofre Corte de 15 Por Cento'. Acedido a 17 de junho de 2015. http://www.ointerior.pt — 18 de setembro de 2003. 'Câmara e Ministério do Ambiente Devem Dinheiro à PolisGuarda'. Acedido a 17 de junho de 2015. http://www.ointerior.pt/ — 12 de setembro de 2012. 'Manifestação anti-troika juntou milhares em todo o país'. Acedido a 27 de Agosto de 2019. https://www.ointerior.pt/ Pereira, José Pacheco. 'Entrada: Papéis de Maria José Abrunhosa'. EPHEMERA - Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, Acedido da 7 de novembro de 2011. https://ephemerajpp.com/2011/11/07/entrada-papeis-de-maria-jose-abrunhosa/ .
	2010	Crise Económica em Portugal				'Petição Queremos a Estátua do D. Sancho I No Centro Da Praça Velha (Sé)'. Acedido a 27 agosto de 2019. https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=P2012N33489 . Prata, João, e Mário Pires. 'Projecto de Reabilitação Da Praça Velha'. <i>Terras Da Beira</i> . 23 de maio de 1996, sec. Debate. Ramos, Cátia. 'The Square and Its Statue: How a Dictatorship Shaped a Tradition and How Architecture Reshaped It in Guarda, Portugal'. <i>Traditional Dwellings and Settlements Review</i> XXXI, n.º 1 (Fall 2019): 25-38. Saraiva. António. ed. <i>Intervenção do Proerama Polis Na Guarda</i> . Guarda: PolisGuarda. 2007.	

ANEXO III

*Evolução Demográfica do Concelho e Cidade da Guarda (1864-2011)*¹

Dinâmicas demográficas e urbanas: A Cidade da Guarda no contexto local, regional e nacional.

I.1. Distribuição e Evolução da População.



a. I. O Concelho da Guarda: enquadramento no contexto Regional, Sub-Regional e Distrital.

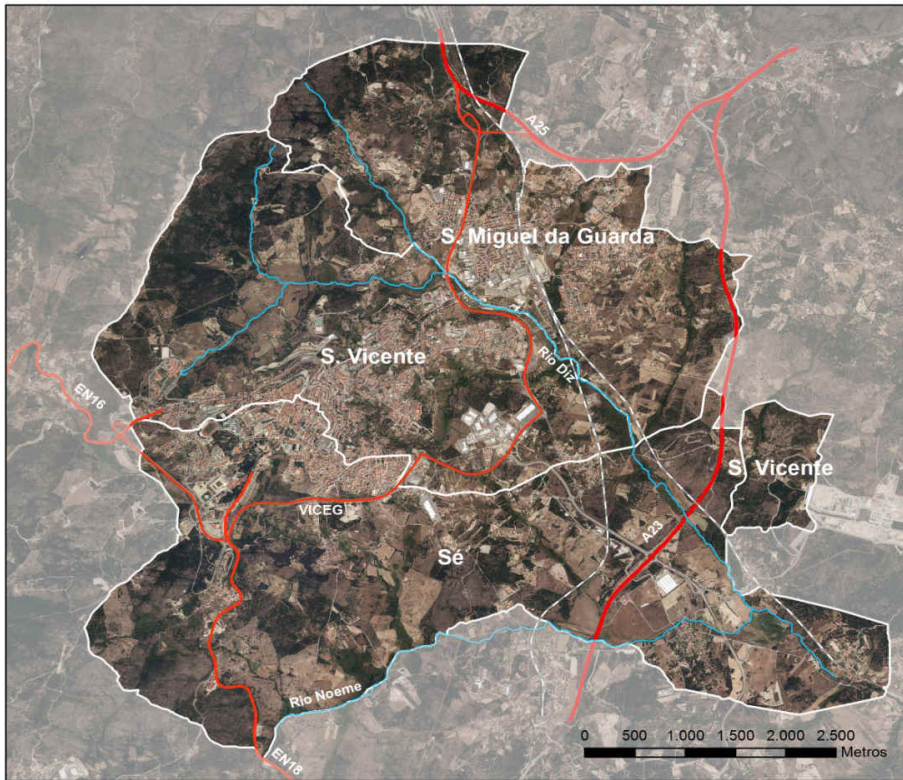
¹O estudo apresentado tem como base a Região Administrativa da Região Centro definida na Resolução de Concelho de Ministros n.º34/86 de 26 de março. A partir de 5 de novembro de 2002 a Região Centro passou a ser constituída por 100 municípios organizados em 12 sub-regiões. O objectivo desta reorganização regional tem por base a operacionalização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais para a região, sob as regras da política regional europeia. Para o estudo em questão também é utilizada a divisão administrativa de freguesias, utilizada na base de dados no INE. Esta Divisão Administrativa das Freguesias precede a Lei n.º11-A/2013 de 28 de Janeiro de 2013 relativa à reorganização administrativa do território das freguesias. Apresenta-se em mapas gerais as alterações efectuadas, em ambos os casos.



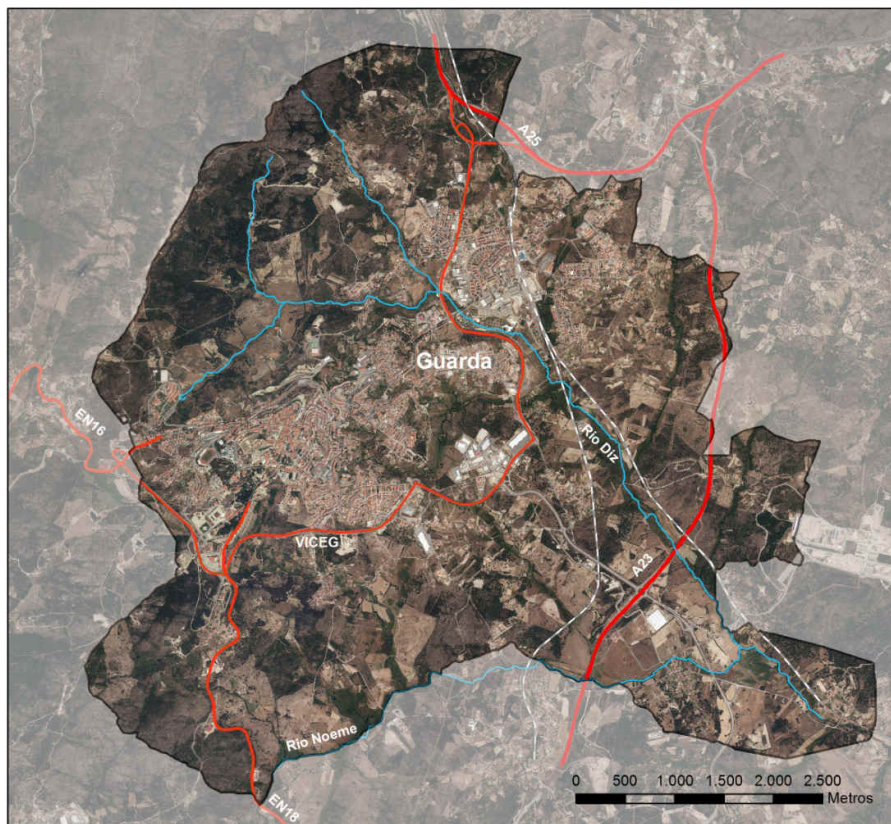
a. 2. Concelho da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2011.



a. 3. Concelho da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2013.



a. 4. Cidade da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2011.



a. 5. Cidade da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2013.

O estudo da evolução demográfica do concelho da Guarda evidencia diferenças comparativamente com os contextos espaciais em que se insere, nomeadamente na Região Centro, Beira Interior Norte e Distrito, assumindo contornos distintos dos verificados noutras zonas do país.

A evolução demográfica do concelho da Guarda apresenta dois ciclos distintos: enquanto no grande período intercensitário, de 1864 a 2011, o crescimento populacional é de 9535 habitantes (28,9%), no período de 1960 a 2011 este crescimento apresenta um movimento recessivo com uma variação negativa da população de -13,7%. Quando confrontados estes ciclos com as unidades territoriais superiores, dentro das quais o concelho da Guarda se insere, as dinâmicas demográficas exprimem alguns contrastes que devem ser explicados. No período de 1864 a 2011 o crescimento populacional verificado na Região Centro (67,5%) é contrariado pela Beira Interior Norte na qual se verifica um decréscimo populacional (-25,8%) a par com o distrito da Guarda (-28,4%). Esta discrepância, da Região Centro face à Beira Interior Norte e distrito da Guarda, representa um movimento recessivo generalizado que, se inicia na Beira Interior Norte, no distrito e concelho da Guarda a partir dos anos 60. A década de 60 marca não só um período caracterizado pela imigração portuguesa, o qual se estende até ao final da ditadura, mas também o êxodo rural que intensificou urbana e socialmente nas cidades sedes de concelho, bem como no litoral português. O período intercensitário de 1960 a 2011 evidencia esta tendência com a forte recessão populacional verificada na Beira Interior (-44,3%) e no distrito da Guarda (-45,6%).

No âmbito concelhio na década de 60, a cidade da Guarda assume protagonismo na na figura das suas freguesias urbanas enquanto elemento nuclear e polarizador.² A população das suas freguesias urbanas cresce exponencialmente (107,8 %) nos últimos 50 anos a par da forte recessão demográfica que caracteriza as freguesias rurais. Deste modo a cidade verifica um contínuo crescimento demográfico e urbano, não afectado pela ligeira recessão que Portugal sofreu entre 1960-1970 (-2%), crescimento esse que se verificava desde 1920 (25,2%) e que se intensifica fortemente na década de 60 (36,1%). Este crescimento está também associado ao retorno e abrandamento do surto emigratório e, mais recentemente, na década de 90 (36,9%) motivado pelo desenvolvimento dos serviços e por um incipiente investimento industrial.³

²De modo a definir territorialmente os limites da cidade e para critérios estatísticos, o INE classifica de forma tripartida dentro da tipologia de áreas urbanas as freguesias em: Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Medianamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (ARU) (Diário da República, 2ª Série, n.º88, de 28 de setembro de 1999). No caso da Guarda as três freguesias urbanas que compõem a cidade e para efeitos estatísticos e APU são a freguesia da Sé, S. Vicente e São Miguel, e são estas que usaremos neste estudo concretizando a figura cidade, face à ausência de um limite urbano definido sob as figuras de planeamento existentes, nomeadamente o Plano Diretor Municipal da Guarda.

³Rui Jacinto, 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade', em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 2.ª edição (Guarda: CMG e CEI, 2004), 22. Ver no final deste Anexo: Quadro C: Evolução Demográfica da Cidade e Concelho da Guarda: A Cidade e seu enquadramento local, regional e nacional; consultar também Quadro A: A População do Concelho da Guarda ao Longo dos Recenseamentos: Contexto Local, Regional e Nacional. e Quadro B: Tabela de Variação da População Residente do Concelho da Guarda: Contexto Local, Regional e Nacional.

Quadro D.1. População e Território: Guarda no Contexto Nacional, Regional e Local.

Unidade Geográfica	Área km ²	População Residente			
		1864	1911	1960	2011
Portugal Continental	89.089	3.927.392	5.586.053	8.292.975	10.562.178
Região Centro (NUT II)	28.199	1.389.614	1.906.835	2.434.934	2.327.755
Beira Interior Norte (NUT III)	4.063	140.707	182.452	187.501	104.371
Distrito da Guarda	887,90	214.507	274.372	282.606	153.627
Concelho da Guarda	712,00	33.006	44.010	48.994	42.541
Freguesias Rurais	674,00	28.824	37.345	36.207	15.976
Freguesias Urbanas	38,00	4.182	6.665	12.787	26.565
Guarda (São Vicente) (a)	21,10	1.198	2.599	4.455	19.607
Guarda (Sé)	16,90	2.984	4.066	8.332	6.958

Quadro D.2. Dinâmicas Demográficas: Guarda no Contexto Nacional, Regional e Local.

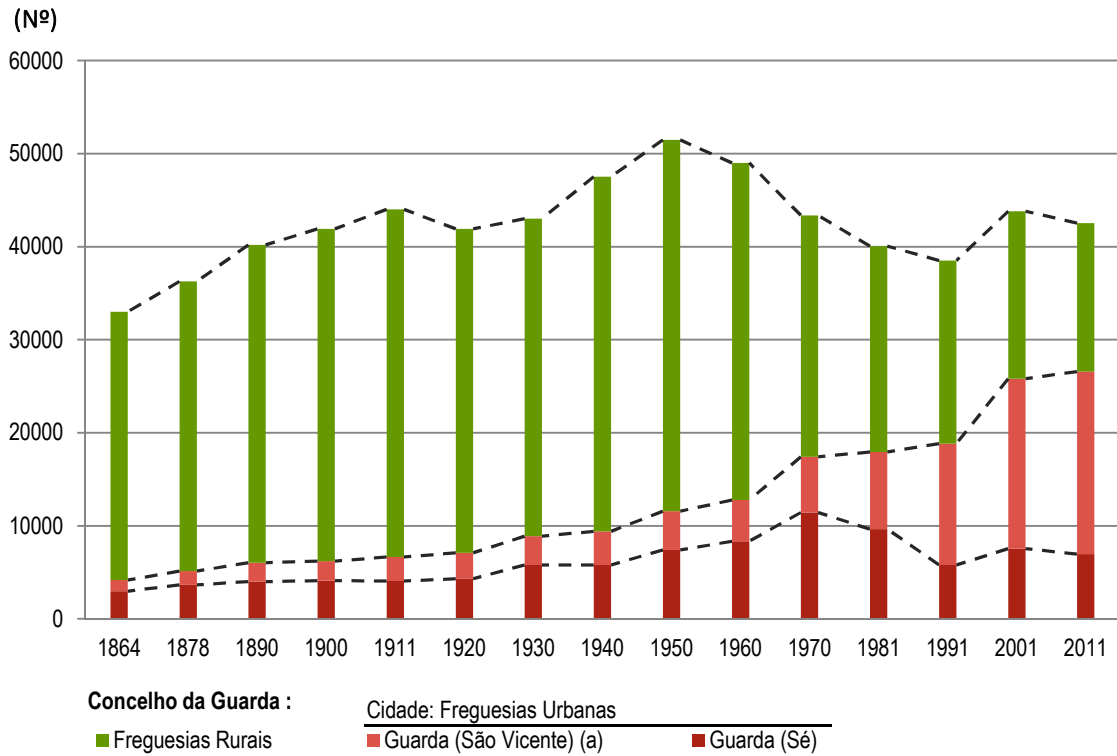
Unidade Geográfica	Variação da População (%)				Densidade Populacional (hab/km ²)			
	1864-1911	1911-1960	1960-2011	1864-2011	1864	1911	1960	2011
Portugal Continental	42,2%	48,5%	27,4%	168,9%	44	62	93	118
Região Centro (NUT II)	37,2%	27,7%	-4,4%	67,5%	49	67	86	82
Beira Interior Norte (NUT III)	29,7%	2,8%	-44,3%	-25,8%	34	44	46	25
Distrito da Guarda	27,9%	3,0%	-45,6%	-28,4%	241	309	318	173
Concelho da Guarda	33,3%	11,3%	-13,7%	28,9%	46	61	68	59
Freguesias Rurais	29,6%	-3,0%	-55,9%	-44,6%	42	55	53	23
Freguesias Urbanas	59,4%	91,9%	107,8%	535,2%	122	194	373	775
Guarda (São Vicente) (a)	116,9%	71,4%	162,5%	874,9%	56	123	211	929
Guarda (Sé)	36,3%	104,9%	-16,5%	133,2%	176	240	493	411

(a) para rigor de cálculo foi considerada a soma das freguesias S.Vicente e S.Miguel, dado que S. Miguel da Guarda resulta da sub-divisão de S.Vicente a partir do ano de 1985, pela Lei n.º93/85 a 4-10-1985, resultante da sub-divisão da freguesia de S.Vicente.

Fontes Usadas : X Recenseamento Geral da População de 1960, Tomo I vol. I - População residente nos recenseamentos de 1864 a 1960, por freguesias. Recenseamento Geral da População e Habitação 1981; Censos 91; Censos 2001 e Censos 2011.

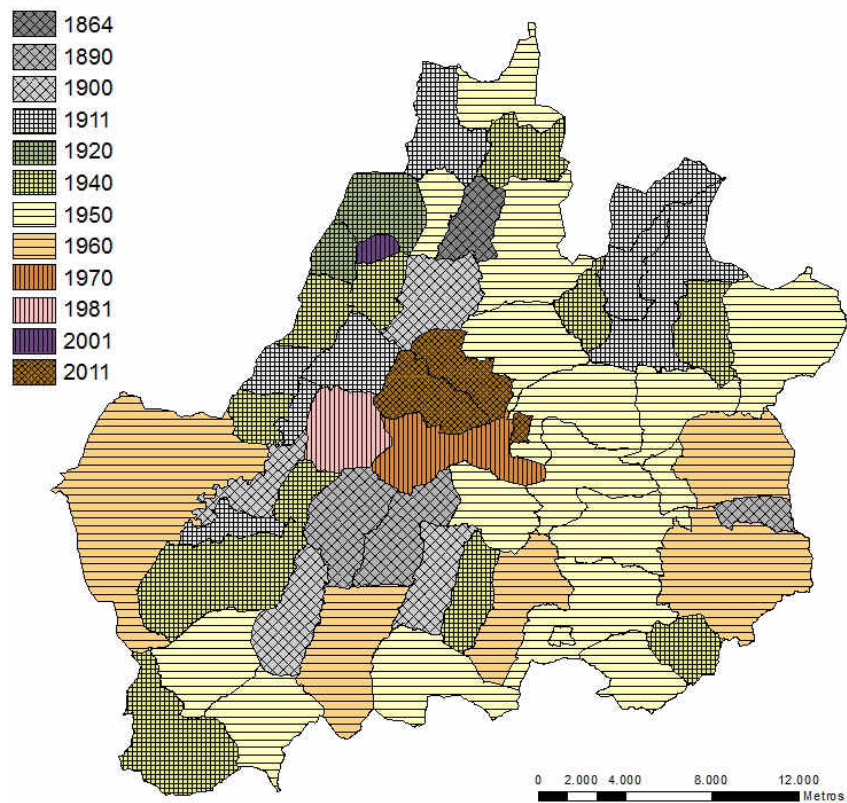
Jacinto, R. (2004). Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade. In *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX* (2ª ed., p.21). Guarda: CMG e CEI.

a. 6. Quadro D.1. População e Território e Quadro D.2. Dinâmicas Demográficas, A Guarda no Contexto Nacional Regional e Local.



Nota (a) foi considerada a soma das freguesias S.Vicente e S.Miguel, dado que S. Miguel da Guarda resulta da sub-divisão de S.Vicente a partir do ano de 1985, pela Lei n.º93/85 a 4-10-1985, resultante da sub-divisão da freguesia de S.Vicente.

a. 7. Evolução Comparativa da População do Concelho, Freguesias Rurais e Freguesias Urbanas da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos.

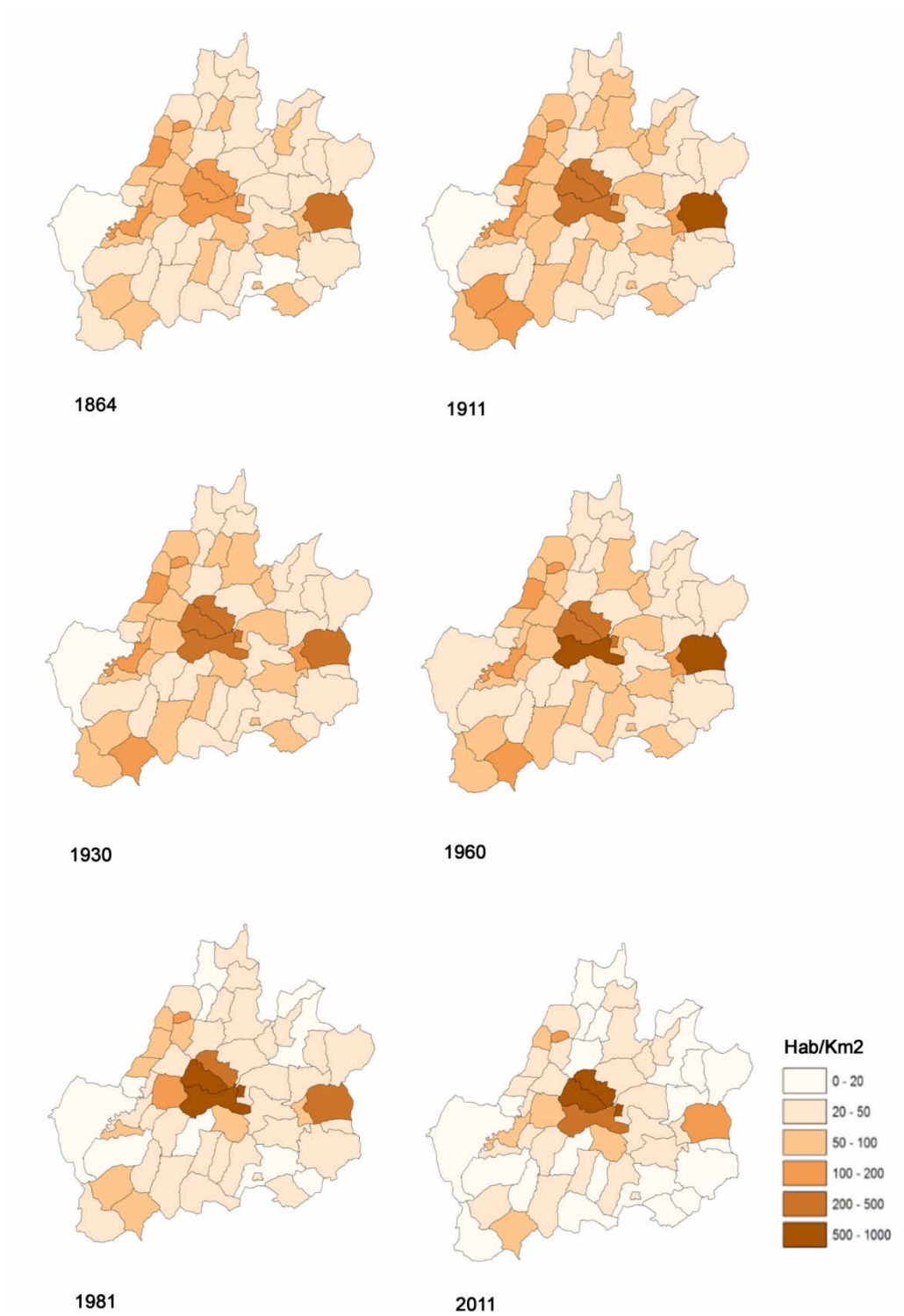


a. 8. O despovoamento rural e a proliferação urbana: máximos populacionais nas freguesias do Concelho da Guarda. Censos 2011.

A Evolução Comparativa População do Concelho evidência este movimento populacional que polariza a cidade, ao mesmo tempo que traduz a diminuição da população em espaço rural. Inferem-se assim os fenómenos de despovoamento e desertificação que caracterizam o espaço rural contemporâneo que, no Concelho da Guarda, demonstram a transformação ocorrida na distribuição da população rural e urbana no período entre 1864-2011.

No mesmo sentido, os valores máximos registados na população das freguesias do concelho da Guarda determinam o papel nuclear que a cidade desempenha. Na última década verificam-se valores máximos nas freguesias urbanas de S.Vicente (11.679) e S.Miguel (7928), exceção feita à freguesia urbana da Sé que atinge o seu máximo em 1970 (11.452). Em redor destas três freguesias gravitam as freguesias rurais que atingiram, na sua maioria, o máximo populacional na década de 50 sendo que, depois dessa data, só em alguns casos atingem novos máximos, como é disso exemplo a freguesia de Maçainhas (1981), situada na continuidade da freguesia urbana da Sé, na direção ao Vale Mondego.

A leitura da densidade populacional ao longo dos recenseamentos evidencia a mudança demográfico-espacial ocorrida. Transita-se de um equilíbrio na distribuição populacional e um povoamento disperso para uma situação assimétrica, focada na cidade com perda de densidade na sua envolvente. As mudanças na distribuição da população entre 1864 e 2011 destacam a concentração de população nas freguesias urbanas que compõem a cidade da Guarda. Nestas últimas, a densidade populacional varia entre 100 a 1000 hab/km², valores máximos registados. Quanto ao concelho e nas restantes freguesias, se a partir de meados do século XIX a densidade predominante se situava entre os 100 a 200 hab/km², hoje a maioria das freguesias rurais possui uma densidade compreendida entre 0 e 50 hab/km². Na leitura da evolução dos mapas da densidade consegue-se ainda identificar o movimento concêntrico, de alta para baixa densidade da cidade, do urbano ao rural, em que as freguesias de menor densidade estão mais afastadas da cidade. É claro que os fatores de acessibilidade, orografia, atividades e população também contribuem para este efeito, mas efetivamente é um desenvolvimento que afirma a dimensão hegemónica da cidade.



a. 9. Densidade Populacional (Hab/Km²) no Concelho da Guarda: evolução ao longo dos recenseamentos.

I.2. Dinâmicas demográficas: o rural e o urbano.

O crescimento destacado da cidade da Guarda é sintomático da recessão populacional que caracteriza o interior de um modo global e coincide com a rarefação do mundo rural. O êxodo rural sobressai claramente partir dos movimentos migratórios iniciados na década de 60, tendo como destino o litoral de Portugal e o exterior, e é a partir deste momento que os desequilíbrios na ocupação do território saem evidenciados. Apesar do movimento da população para a sede do concelho, existe uma recessão demográfica clara no âmbito rural, seguida simultaneamente pela Beira Interior Norte e pelo distrito da Guarda. Há uma contradição na variação populacional: ao mesmo tempo que revela a atracção ao urbano, enquanto modo de vida e povoamento, também denota o êxodo rural pela evolução demográfica negativa dos contextos locais e regionais e a sua disparidade face à evolução demográfica registada no País.

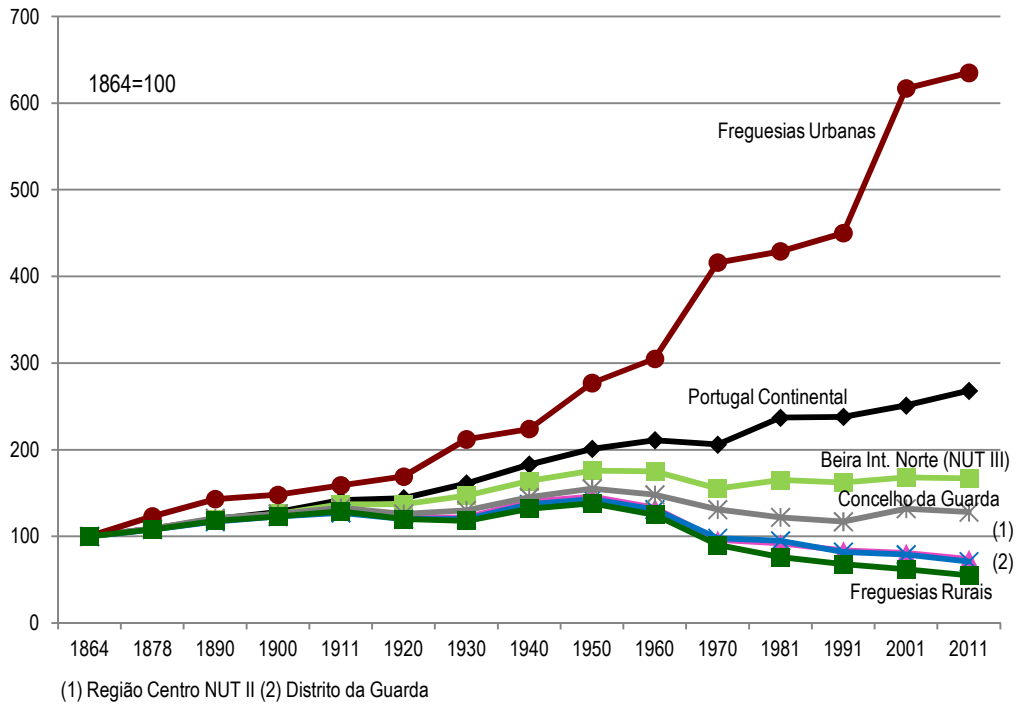
Através do estudo da densidade populacional, da variação da população e do Gráfico da variação da População da Cidade da Guarda entre Recenseamentos, compreende-se a movimentação e concentração populacional efectuada em direcção à cidade em detrimento de uma dispersão populacional que caracterizava o concelho no final do século XIX.

A partir da década de 20 a cidade da Guarda sai claramente evidenciada. Se em 1864 a população rural representava 87,7% do total da população do concelho, hoje ela não representa mais do que 37,6%. A partir dos anos 50 a população rural e urbana seguem tendências opostas, respectivamente descendente e ascendente. É também, a partir de meados do século XX que o movimento de inversão da trajetória da população urbana e rural se efectua com maior velocidade face ao tempo decorrido. Se no início do século XX a população urbana da Guarda ultrapassava os 50%, hoje domina expressivamente com 62,4%.⁴ A evolução do peso relativo entre a população urbana e rural evidencia a já referida atracção ao urbano enquanto modo de vida e enquanto forma de povoamento.

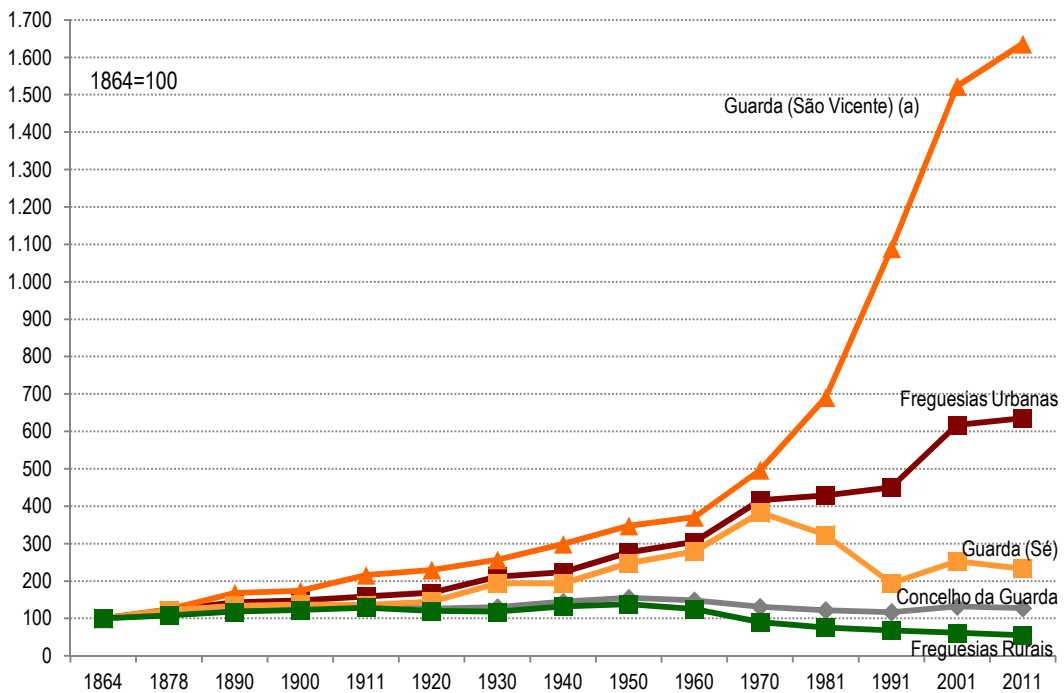
A variação populacional, quer em grandes ciclos (aproximadamente de 50 em 50 anos) quer ao longo dos recenseamentos, apresenta as tendências já explicitadas. A variação populacional atinge percentagens predominantemente negativas sobretudo a partir de meados do século XX, mantendo-se positivamente nas freguesias predominantemente urbanas.

No âmbito próprio da cidade e das suas freguesias urbanas, a evolução populacional traduz o crescimento díspar da freguesia da Sé face ao conjunto de S.Vicente e São Miguel. Isto é representativo por um lado da transformação na forma da ocupação da cidade, por outro de um crescimento populacional divergente do seu centro funcional e núcleo histórico (Sé).

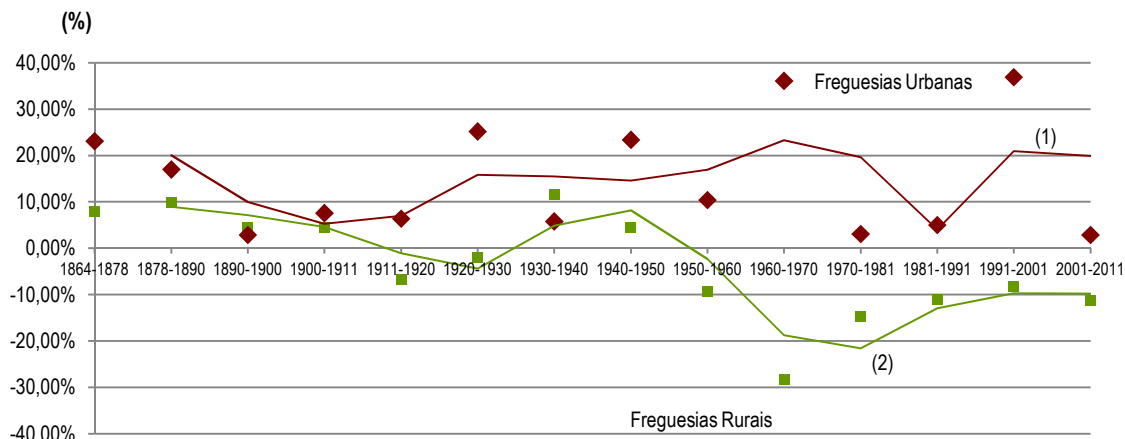
⁴Ver no final deste Anexo: Quadro B:Tabela de Variação da População Residente do Concelho da Guarda: Contexto Local, Regional e Nacional e Quadro C: Evolução Demográfica da Cidade e Concelho da Guarda: A Cidade e seu enquadramento local, regional e nacional.



a. i. Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos: Contexto Local, Regional e Nacional.

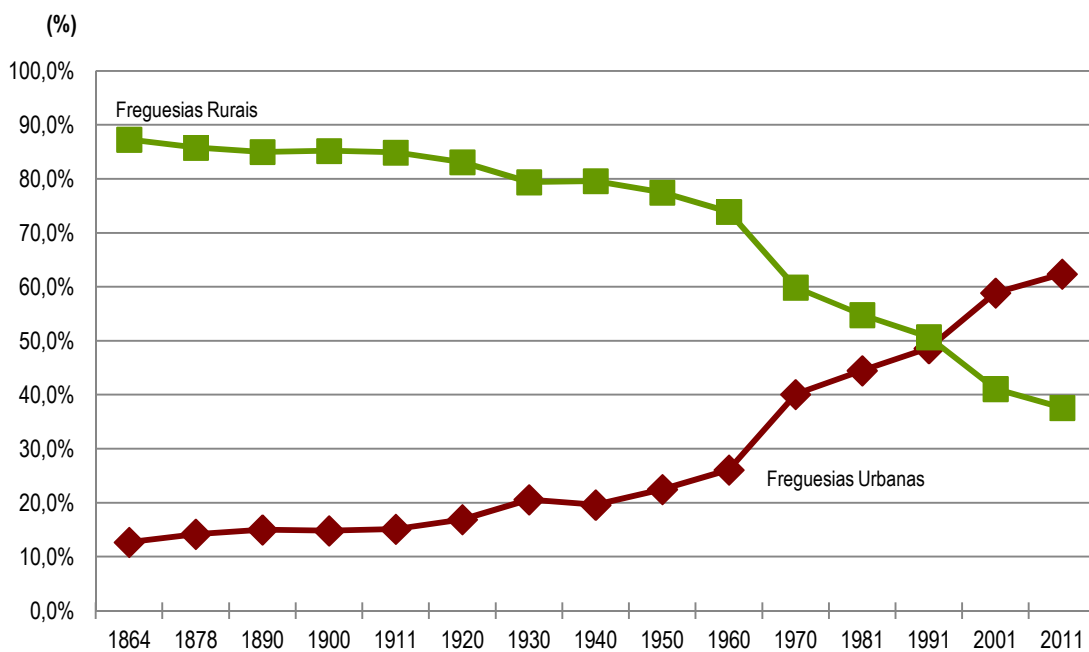


a. ii. Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos e o Desagregado das suas Freguesias Urbanas.

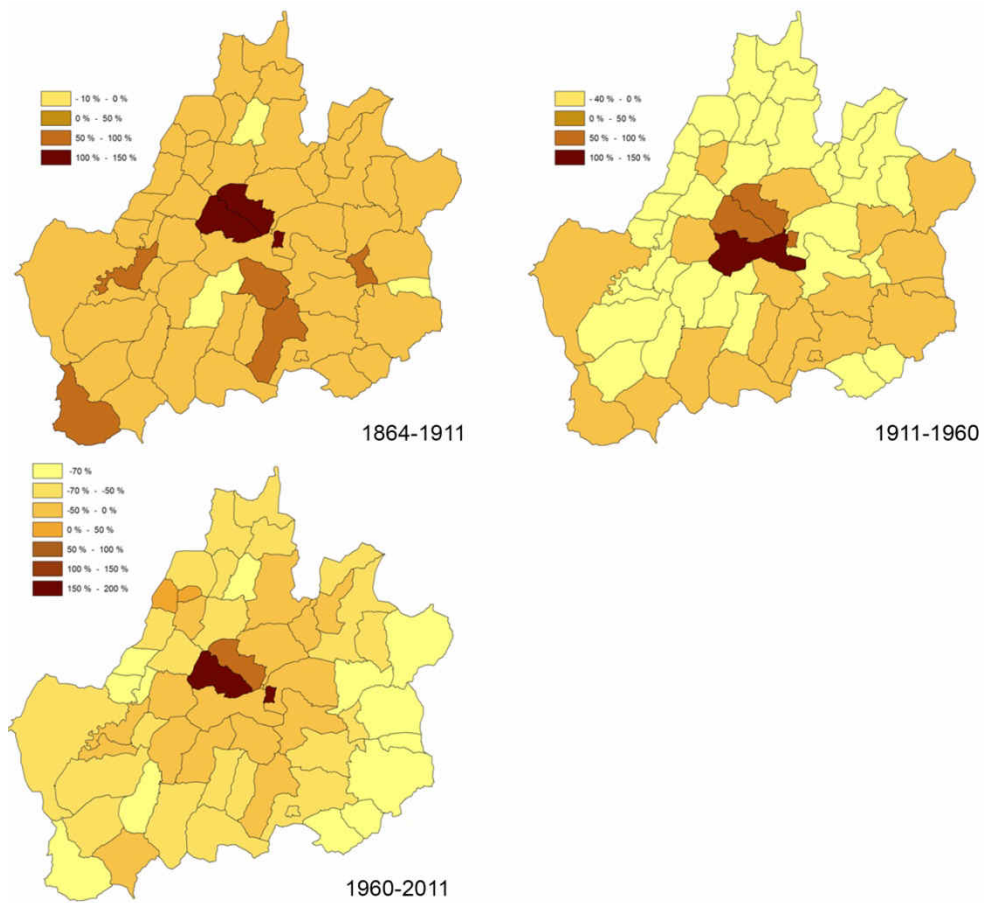


(1) Variação Média da População das Freguesias Urbanas ; (2) Variação Média da População das Freguesias rurais

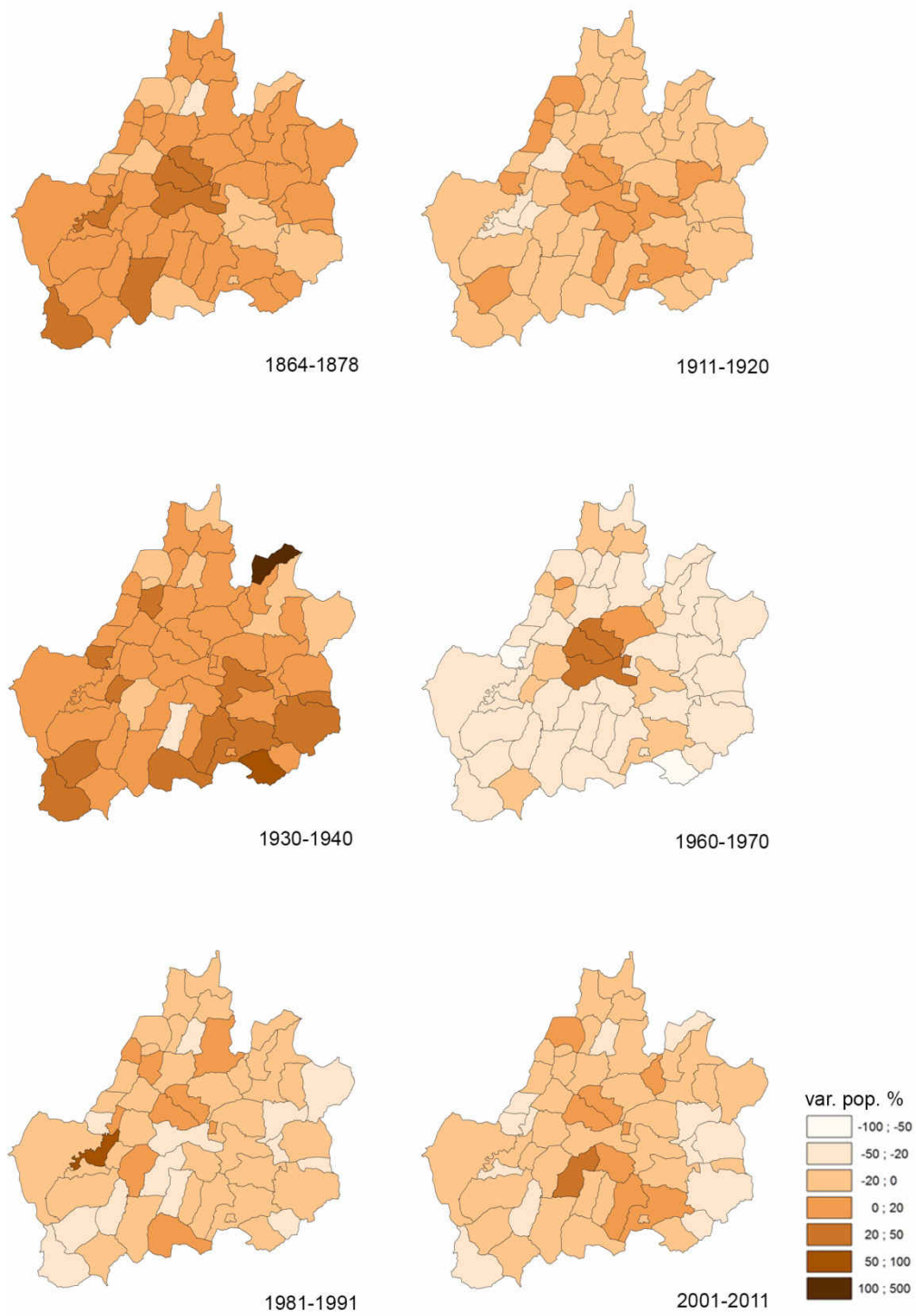
a. 12. Concelho da Guarda: Variação da População das Freguesias Urbanas e Rurais entre Recenseamentos (%).



a. 13. Concelho da Guarda: Evolução do Peso Relativo da População das Freguesias Urbanas e Rurais ao Longo Recenseamentos (%).



a. 14. Mapas da Variação da População Residente do Concelho entre censos: 1864-1911, 1911-1960, 1960-2011.



a. 15. Mapas da Variação da População Residente do Concelho entre censos: Evolução até 2011.

1.3. Transformação das actividades económicas: desertificação, desindustrialização, terciarização.

As dinâmicas que caracterizam as transformações observadas não podem ser lidas apenas quantitativamente pois neste longo período existem efeitos conjunturais globais e específicos que se reflectem na alteração dos modos e qualidade de vida da população. As mudanças nas actividades económicas são um indicador que, em grande medida, justifica parte das alterações demográficas ocorridas. O que se verifica é uma mudança estrutural que tende para uma convergência com as transformações a nível nacional.⁵ No concelho da Guarda assistiu-se a uma contínua terciarização das actividades da população ativa, à reduzida expressão que o setor primário, coincidente com o despovoamento e desertificação do mundo rural, e ao recuo do setor secundário, principalmente nas últimas duas décadas, em virtude do desinvestimento na construção civil e indústria. Estas alterações veiculam transformações ocorridas no mercado de trabalho e são acompanhadas pela terciarização das actividades económicas.

A transformação das actividades económicas manifesta-se no concelho por uma população ativa cujas actividades estão claramente relacionadas com o setor público, nomeadamente na Educação e Serviços de Saúde e Apoio Social (27%), seguidas pela actividade Comercial (17%). O setor terciário representa assim a maioria da população ativa no concelho (77%), suportado sobretudo pelo Ensino (Básico a Superior), pela existência das instituições desconcentradas da Administração Central (Tribunal e Direções Regionais), o Hospital Distrital, e as instituições da Administração Local e de Apoio Social. Contudo, na atualidade, estas actividades têm sofrido mudanças com a retirada da representação regional de organismos e instituições estatais das capitais de distrito. De seguida, o setor secundário representa 20,1% da população ativa, desempenhando actividades dentro do âmbito da indústria transformadora, mas em retrocesso face às três décadas anteriores. No caso da Guarda as iniciativas empresariais têm vindo a perder representatividade. O seu desenvolvimento fora sempre incipiente, tendo-se iniciado associado à indústria transformadora de produtos de origem animal (lacticínios e lanifícios), alterando-se substancialmente a partir da década de 70 com a implantação de complexos de fabricação de componentes automóveis (Renault), explorando fatores como a proximidade ao caminho-de-ferro e à fronteira. Contudo recentemente, e apesar de investimentos adicionais, como é o caso da plataforma logística (PLIE), assiste-se a um processo de desindustrialização condizente com uma tendência também ela nacional.⁶ Já o setor primário, que no início do século representava 70% da população ativa, hoje tem uma expressão residual na casa dos 2%.

As actividades económicas desempenhadas no concelho da Guarda repercutem-se nas actividades profissionais da população residente na última década, claramente co-relacionadas com um modo de vida urbano em detrimento do rural. As transformações das actividades económicas justificam a tendência de atração urbana, mas é um urbano ausente de indústria e envolvido por um espaço rural despovoado e desertificado, sem agricultura. Evidentemente a

⁵ Jacinto, 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade', 30.

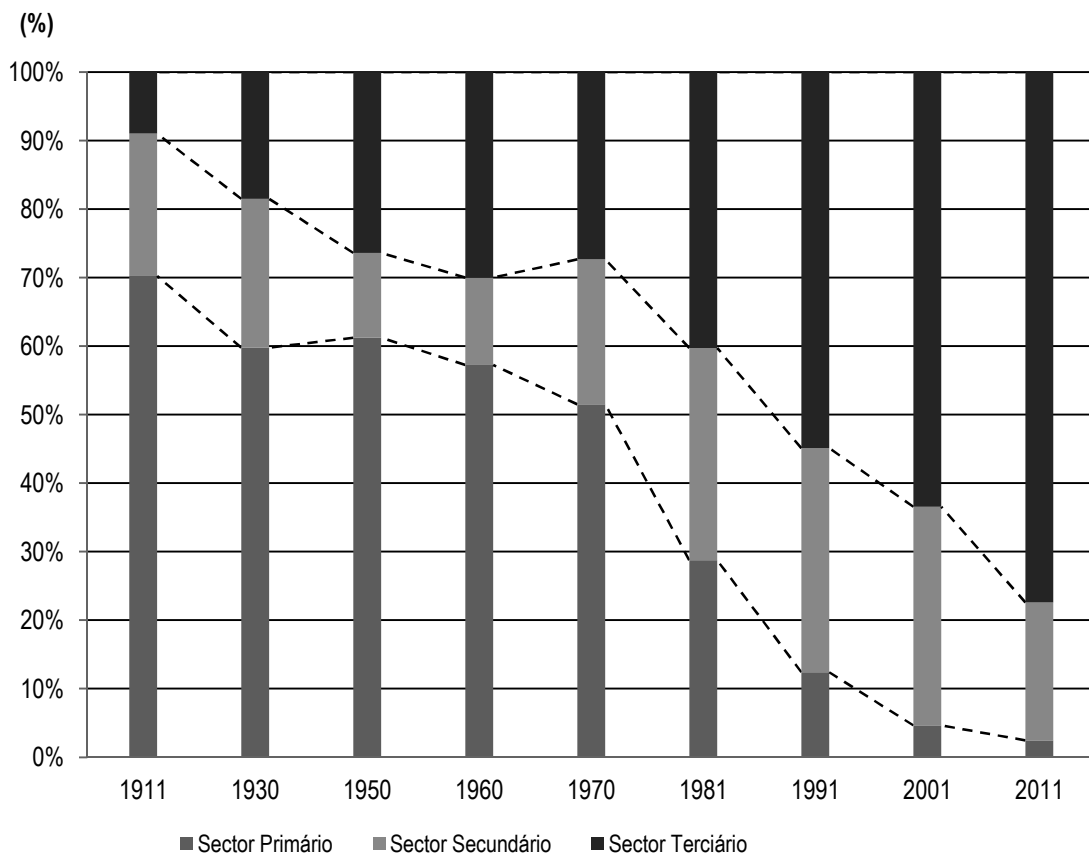
⁶ Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE).

par com as dinâmicas demográficas, as alterações nas atividades económicas refletem-se nas profissões desempenhadas pela população residente na última década censitária, validando o espaço urbano.

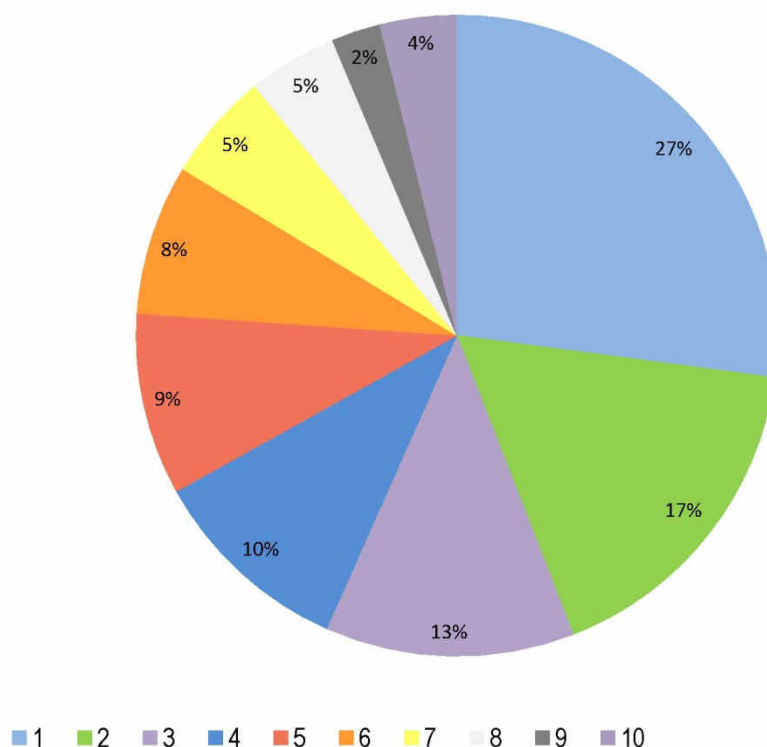
Quadro E. Concelho da Guarda: População Activa por Sector de Actividade.

	Primário		Secundário		Terciário		TOTAL
	Total	%	Total	%	Total	%	
1911	11857	70,2%	3512	20,8%	1514	9,0%	16883
1930	9010	59,8%	3274	21,7%	2790	18,5%	15074
1950	9719	61,2%	1972	12,4%	4187	26,4%	15878
1960	9731	57,3%	2166	12,7%	5094	30,0%	16991
1970	6560	51,5%	2700	21,2%	3480	27,3%	12740
1980	4284	28,7%	4619	31,0%	5999	40,3%	14902
1991	1857	12,4%	4892	32,7%	8212	54,9%	14961
2001	918	4,6%	6312	31,9%	12535	63,4%	19765
2011	431	2,5%	3524	20,1%	13557	77,4%	17512

a. 16. Quadro E. Concelho da Guarda: População Activa por Setor de Actividade. Dados INE.

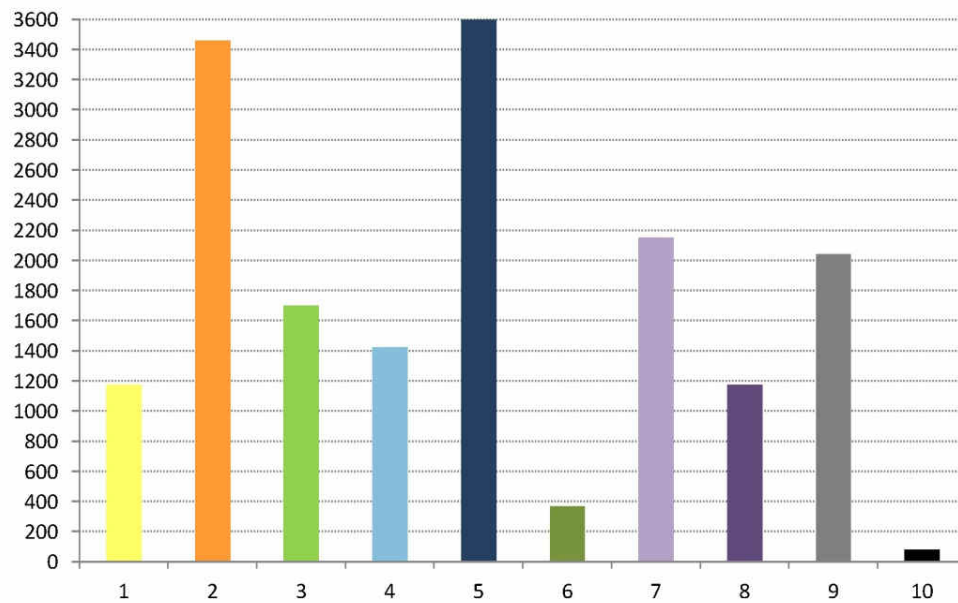


a. 17. Evolução da População Activa por Setor de Actividade no Concelho da Guarda (1911-2011) (%).

Quadro F. População Residente Empregada por Actividade Económica (CAE) no Concelho da Guarda, Censos 2011.

Actividade Económica CAE	População Empregada	%
1 Educação e Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	4.743	27%
2 Comércio	2.979	17%
3 Indústrias Transformadora e Extractiva, Energia, Água e Gestão de Resíduos	2.198	12%
4 Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	1.797	10%
5 Actividades Imobiliárias, Financeiras, de Consultadoria, de Informação e Administrativas	1.613	9%
6 Construção	1.326	7%
7 Alojamento, Restauração e Similares	960	5%
8 Transportes e Armazenagens	787	4%
9 Agricultura	431	2%
10 Outras Actividades	678	3%
TOTAL	17.512	100%

a. 18. Quadro F. População Residente Empregada por Atividade Económica (CAE) no Concelho da Guarda. Censos 2011.

Quadro G. Distribuição da População Empregue por Profissões, grupos segundo a CNP, no Concelho da Guarda (nº), Censos 2011.

Grupo Segundo CNP		Nº
1	Grupo 1 - Representantes do Poder Legislativo e de Órgãos Executivos, Dirigentes, Directores e Gestores Executivos.	1175
2	Grupo 2 - Especialistas das Actividades Intelectuais e Científicas.	3459
3	Grupo 3 - Técnicos e Profissões de Nível Intermediário.	1698
4	Grupo 4 - Pessoal Administrativo.	1421
5	Grupo 5 - Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores.	3979
6	Grupo 6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta.	362
7	Grupo 7 - Trabalhadores da Indústria, Construção e Artífices.	2146
8	Grupo 8 - Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem.	1167
9	Grupo 9 - Trabalhadores não qualificados.	2033
10	Grupo 0 - Profissões das Forças Armadas	72

a. 19. Quadro G. Distribuição da População Empregue por Profissões (CNP) no Concelho da Guarda. Censos 2011.

Cidade, Povoamento, Assimetrias Urbanas: abandonos e vazios, do centro histórico aos subúrbios.

I.4. Guarda: Povoamento e Alojamento

O crescimento da cidade da Guarda exhibe em certos momentos transformações demográficas relevantes. As variações populacionais verificadas em determinados períodos enquadram-se no processo de globalização contemporâneo, mas também nas tendências nacionais de desenvolvimento, é portanto fundamental considerá-las enquanto parte de transformações políticas e económicas, as quais exerceram de modo mais ou menos franco a sua influência na cidade. Como já referido, as variações demográficas demonstram a polarização que a cidade atingiu no seu contexto local e regional.

Na Guarda reconhece-se a década de 20 como o momento a partir do qual a cidade dá o primeiro salto demográfico (25,2%), depois a década de 40 (23,4%) com a afirmação da sede de concelho e distrito pelo Estado Novo, por via do ensino, instituições públicas, a par com algumas incipientes iniciativas industriais.⁷ Posteriormente, a partir década de 60, verifica-se um crescimento mais acelerado (36,1%), marcado pelo retorno e abrandamento do surto emigratório, verificando-se um maior investimento no setor secundário, em especial na construção civil, face à necessidade do aumento da oferta habitacional e algumas iniciativas industriais de multinacionais (Renault). Na década de 90 ocorre um novo crescimento demográfico (36,9%) associado em grande parte à movimentação de capital originada pela entrada na UE, e ao desenvolvimento de práticas urbanas apoiadas por fundos comunitários (PROSIURB). Assiste-se a uma melhoria das acessibilidades, ao desenvolvimento do ensino superior e ao crescimento dos serviços e indústria. A década seguinte exprime ainda uma tendência de crescimento demográfico (2,6%) durante a qual foram desenvolvidas acções de requalificação urbana (POLIS). Mas apesar disso, assiste-se a um recuo da atividade industrial e construção civil, bem como ao enfraquecimento da representatividade do ensino superior e retirada de serviços regionais da Administração Central do Estado.

Na especificidade do crescimento demográfico das freguesias urbanas da cidade da Guarda, verifica-se um fenómeno coincidente com o seu processo de desenvolvimento urbano. Enquanto as freguesias de S. Vicente e S. Miguel crescem exponencialmente a partir da década de 60, a freguesia da Sé, freguesia medieval, que engloba grande parte do centro histórico/funcional da cidade, começa a perder população a partir da década de 70, data em que também regista o seu máximo populacional. No total dos seus cerca de 27 000 habitantes, a cidade da Guarda tem 73% da população concentrada nas freguesias de S. Vicente e S. Miguel e 27% na freguesia da Sé.

A variação da população e a densidade populacional analisada ao longo dos recenseamentos demonstra um primeiro momento de concentração populacional na freguesia da Sé e o movimento dessa população, ou dir-se-á de descida para as freguesias de S.

⁷Ver Quadro D.2.: Dinâmicas Demográficas: Guarda no contexto nacional, regional e local.

Vicente e S. Miguel. Isto evidencia a tendência de crescimento habitacional da cidade focado nestas freguesias a partir da década de 60, parcialmente motivado pelo investimento industrial junto à estação de caminho-de-ferro, o qual se faz sentir fortemente a partir do final desta década e para o qual a proximidade à mão-de-obra era factor indispensável.

As últimas três décadas censitárias seguem as tendências observadas anteriormente. Assiste-se a uma densificação da cidade face ao concelho e uma maior concentração na oferta de alojamentos (51% do total do Concelho em 2011).⁸ Por outro lado, internamente, o crescimento demográfico das freguesias urbanas da cidade da Guarda demonstra uma dinâmica coincidente com o panorama nacional, nomeadamente na perda de população nos centros históricos e a sua consequente terciarização.



a. 20. Freguesias Urbanas da Cidade da Guarda (2011) e Estrutura Viária Principal.

⁸ Ver Quadro H: A Cidade no Concelho da Guarda: Dinâmicas Demográficas e Urbanas.

Quadro H. A Cidade no Concelho da Guarda: Dinâmicas Demográficas e Urbanas.

Unidade Geográfica	Área km ²	População Residente			Famílias			Alojamentos			Alojamentos Vagos		
		1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Portugal Continental	89.089	9.371.448	9.869.343	10.562.178	3.018.088	3.505.292	3.859.004	4.182.609	4.832.537	5.621.098	440.291	524.709	704.054
Concelho da Guarda	712,00	38.765	43.822	42.541	13.441	16.031	16.384	21.329	25.945	27.874	4.434	3.463	3.240
Cidade da Guarda: Freg. Urb.	38,00	18.667	25.807	26.565	6.038	9.040	9.907	8.397	12.556	14.342	1.165	1.623	1.592
Guarda (São Vicente)	11,80	8.246	11.514	11.679	2.688	4.115	4.481	3.729	5.836	6.596	563	791	801
Guarda (Sé)	16,90	5.793	7.559	6.958	1.903	2.619	2.572	2.564	3.676	3.857	346	503	379
Guarda (São Miguel)	9,30	4.628	6.734	7.928	1.447	2.306	2.854	2.104	3.044	3.889	256	329	412

Unidade Geográfica	Famílias por Alojamentos			Densidade Alojamentos Aloj./Km ²			% Aloj. Vagos por Total de Alojamentos			% do Total dos Alojamentos do Concelho			% do Total dos Alojamentos da Cidade		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Portugal Continental	1,00	1,00	1,00	46	54	63	10,0%	10,0%	12,0%						
Concelho da Guarda	1,00	1,00	1,74	29	36	39	20,0%	13,0%	11,0%						
Cidade da Guarda: Freg. Urb.	1,00	1,00	1,00	220	330	377	13,0%	12,0%	11,0%	39,0%	48,0%	51,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Guarda (São Vicente)	1,00	1,00	1,00	316	494	558	15,0%	13,0%	12,0%	17,0%	22,0%	23,0%	44,0%	46,0%	45,0%
Guarda (Sé)	1,00	1,00	1,00	151	217	228	13,0%	13,0%	9,0%	12,0%	14,0%	13,0%	30,0%	29,0%	26,0%
Guarda (São Miguel)	1,00	1,00	1,00	226	327	418	12,0%	10,0%	10,0%	9,0%	11,0%	13,0%	25,0%	24,0%	27,0%

a. 21. Quadro H. A Cidade no Concelho: Dinâmicas Demográficas e Urbanas.

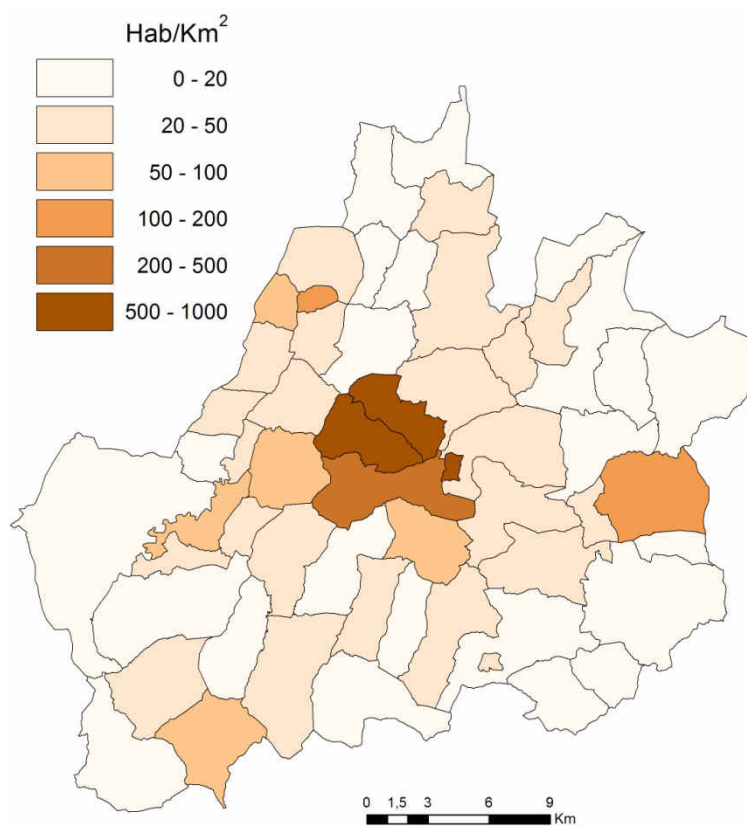
As alterações demográficas já verificadas no concelho têm a sua expressão na cidade sob os fatores de densidade e oferta de alojamentos.⁹ Nas últimas três décadas censitárias é nas freguesias de S. Vicente e S. Miguel que a densidade populacional (Hab/Km²) e a densidade de alojamentos (Aloj./Km²) são superiores. A freguesia de S. Vicente concentra não só grande parte da população residente da cidade como representa em 45% do total de alojamentos da cidade e 23% do total dos alojamentos do Concelho, sendo a freguesia urbana mais povoada. Estes números são corroborados pelo desenvolvimento da cidade que, a partir de meados do século XX, se orienta a poente e em direção à estação. A freguesia de S. Miguel segue a freguesia de S. Vicente quer no número de residentes quer na densidade populacional e de alojamentos. O aumento do número de residentes acontece desde a implantação da estação (1882) e principalmente a partir do momento em que algumas indústrias se instalam nas imediações desta. A implantação de um novo agrupamento de escolas (Sequeira) junto à linha de caminho-de-ferro parece justificar a importância do crescimento demográfico que a freguesia teve nas últimas décadas.

O número de alojamentos por família, bem como a percentagem de alojamentos vagos pelo total de alojamentos, seguem no concelho e na cidade as tendências nacionais. A percentagem total de alojamentos do concelho e a percentagem total de alojamentos na cidade é praticamente idêntica no caso das freguesias da Sé e S. Miguel. Contudo, é a freguesia da Sé que apresenta uma menor densidade populacional e menor densidade de alojamentos. Isto permite-nos concluir que a freguesia de S. Vicente assume espacial e

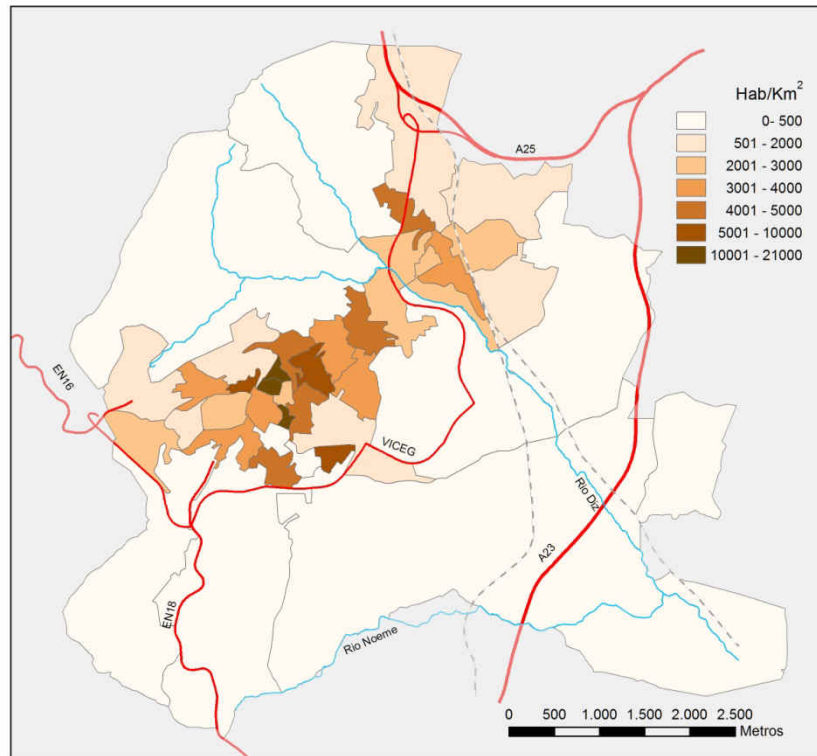
⁹ Ver também em Anexos: Mapa de Alojamentos no Concelho da Guarda e Mapa de Alojamentos Cidade da Guarda Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011; Mapa de Alojamentos Vagos no Concelho da Guarda e Mapa de Alojamentos Vagos Cidade da Guarda Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011.

demograficamente uma posição central, concentrando a maior parte da população da cidade. As secções estatísticas mais densas da cidade estão inseridas na freguesia de S. Vicente e compreendem em grande medida construções habitacionais multifamiliares, que contrastam com bairros de habitações unifamiliares, de menor densidade. Por outro lado, assiste-se a um progressivo esvaziamento do centro histórico (Sé), à sua des-densificação bem como à sua saturação pelos serviços e subsequente transformação numa área mono funcional. A cidade evidencia um desenvolvimento linear em direcção à estação e às auto-estradas.

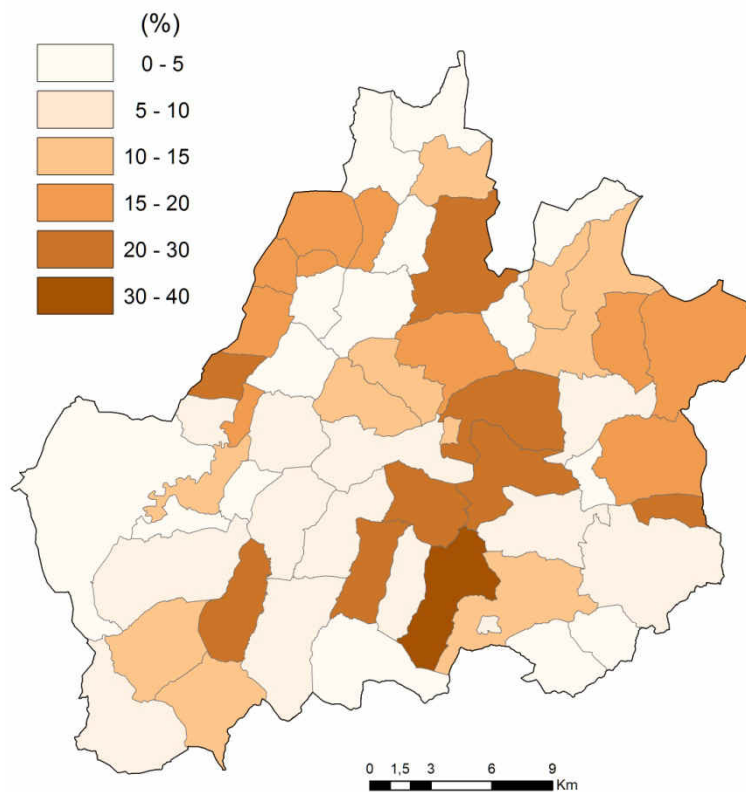
Enquanto no concelho a percentagem de alojamentos vagos por total de alojamentos destaca o esvaziamento a que algumas freguesias rurais estão sujeitas, por comparação parece que deste modo não ficam em grande evidência as freguesias urbanas e a cidade, pois apresentam percentagens de alojamentos vagos próximos das médias nacionais (13% em 1991 e 11% em 2011). Já na cidade, a maior percentagem de alojamentos vagos por total de alojamentos patenteia o detrimento generalizado da zona norte da cidade compreendida entre a EN16 e A25 em favor da zona Sul da cidade, mas também o já referido esvaziamento do centro histórico situado na freguesia da Sé e parte em S. Vicente, o progressivo esvaziamento de uma área de cota inferior contígua ao centro histórico, representativa do crescimento da cidade a partir dos anos 60 e, por fim, o abandono de zonas da cidade que cresceram entre os anos 70 e final de 90, para lá da linha de caminho-de-ferro, nomeadamente Sequeira e Rasa.



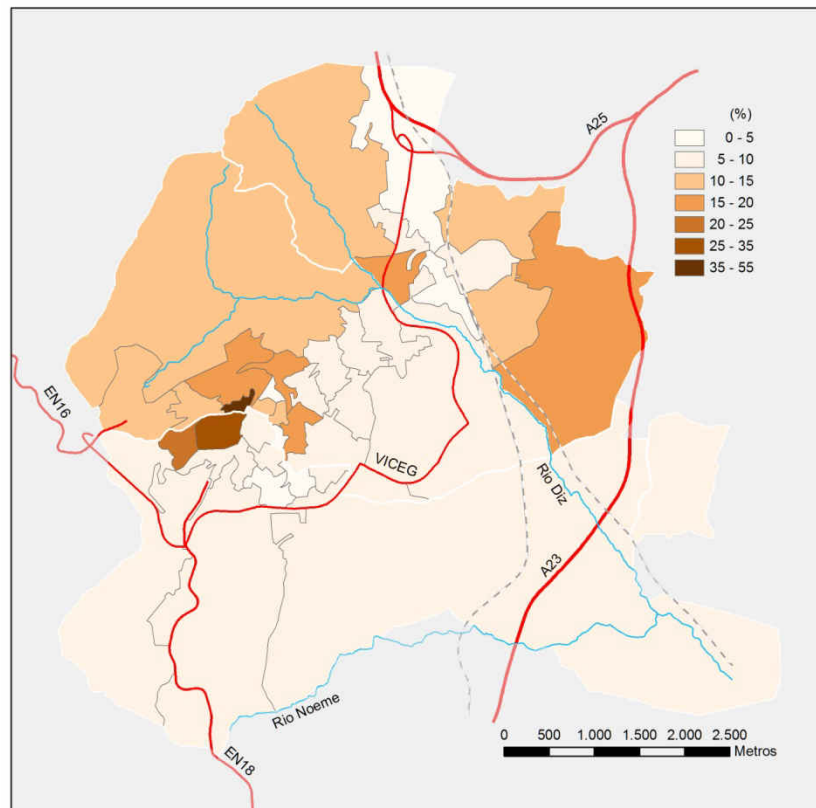
a. 22. Mapa de Densidade Populacional (Hab/Km²): Concelho da Guarda. Censos 2011.



a. 23. Mapa de Densidade Populacional (Hab/Km²): Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011.



a. 24. Mapa de Percentagem de Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos no Concelho da Guarda. Censos 2011.



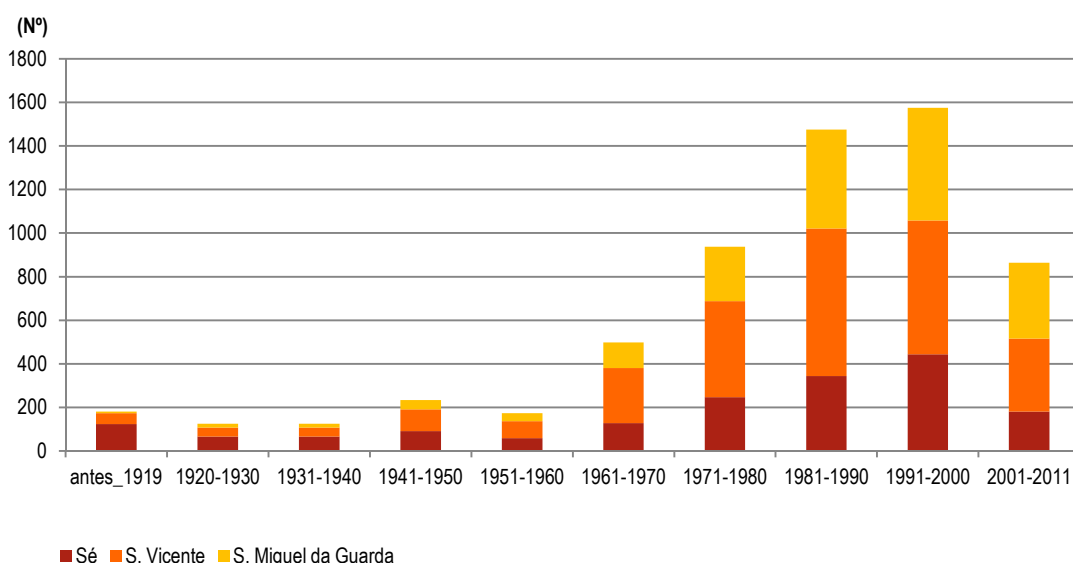
a. 25. Mapa de Percentagem de Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos: Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011.

I.5. O Edificado

O desenvolvimento linear da cidade em direção à estação de caminho-de-ferro é motivado num primeiro momento pela própria linha de caminho-de-ferro e na necessidade de obter um acesso mais direto a esta. Contudo é necessário não desprezar as razões que direcionaram o crescimento do edificado da cidade, razões variadas e motivadas pela orografia, mercado de solos, preço da habitação, entre outras. O estudo dos períodos em que se registou a maior construção de edifícios na cidade e a caracterização do edificado permite-nos esboçar a orientação de desenvolvimento da cidade e conduzir a uma melhor análise do seu espaço urbano.

A cidade da Guarda regista o seu máximo de construção na década de 90, mas o concelho regista entre a década de 70 e 80 a maior construção de edifícios por freguesia, num total de 27 freguesias. Na cidade, a década de 60 é o primeiro momento que dita mudanças significativas nos ritmos de urbanização. A oferta habitacional era assegurada em grande parte pela pressão efetuada sobre a oferta disponível na freguesia da Sé, dentro do centro histórico, e pela resposta dada pelo setor privado fora desta. Simultaneamente e seguindo aqui também os desenvolvimentos nacionais, a resposta do poder público em relação à oferta de alojamentos era até ao momento pouco expressiva, sendo que só a partir das Casas da Renda Económica e Caixas da Previdência (1966) é que se recorreu mais frequentemente à

construção de habitações multifamiliares. A confirmar este facto há o registo do máximo de construção de edifícios na zona Poente compreendida entre a Rua Miguel de Arriaga e Rua Miguel Unamuno. Nos anos seguintes a pressão demográfica é igualmente marcada pelo abrandamento do surto emigratório. A procura habitacional na cidade levou a um crescimento focado nas freguesias de S. Vicente e S. Miguel, em loteamentos de iniciativa privada, periféricos em relação ao centro da cidade e em maior proximidade com as atividades que aí se começavam a fixar a partir deste momento (Zonas Industriais, Superfícies Comerciais, etc.).



a. 26. Edifícios por Período de Construção na Cidade da Guarda. Censos 2011.

Quadro I. A Cidade da Guarda: Caracterização do Edificado.

Unidade Geográfica	TOTAL Edifícios	Tipo de Edifício Segundo % de Residência			Número de Alojamentos por Edifício				
		100%	50-99%	-49%	1	2	3 a 4	5 a 9	10 - n
Portugal Continental	3.544.389	3.121.458	207.292	249	2.909.440	168.741	78.192	119.511	52.832
Concelho da Guarda	19.379	17.441	1.791	144	17.282	805	383	668	149
Cidade da Guarda	6.186	5.323	766	97	4.380	561	355	662	228
Guarda (São Vicente)	2.633	2.330	287	16	1.854	201	149	289	140
Guarda (Sé)	1.746	1.496	214	36	1.210	188	133	163	52
Guarda (São Miguel)	1.807	1.497	265	45	1.316	172	73	210	36

Unidade Geográfica	Alojamentos Familiares Clássicos				Outro	Número de Pisos por Edifício			% Número de Pisos por Total de Edifícios		
	1 a 2 Alojamentos		3 ou mais Alojamentos			1 a 2	3 a 4	5 - n	1 a 2	3 a 4	5 - n
	Isolado	Geminado	Banda								
Portugal Continental	1.173.804	333.364	393.955	1.458.918	21.267	2.837.161	414.564	101.885	80,0%	11,0%	2,0%
Concelho da Guarda	5.082	2.472	2.326	6.079	14	14.299	4.436	641	73,0%	22,0%	-3,0%
Cidade da Guarda	1.457	1.324	924	18.973	26	3.134	2.428	624	50,0%	39,0%	10,0%
Guarda (São Vicente)	572	445	494	2.871	4	1.423	924	286	54,0%	35,0%	10,0%
Guarda (Sé)	416	446	195	14.447	17	1.024	603	119	58,0%	34,0%	6,0%
Guarda (São Miguel)	469	433	235	1.655	5	687	901	219	38,0%	49,0%	12,0%

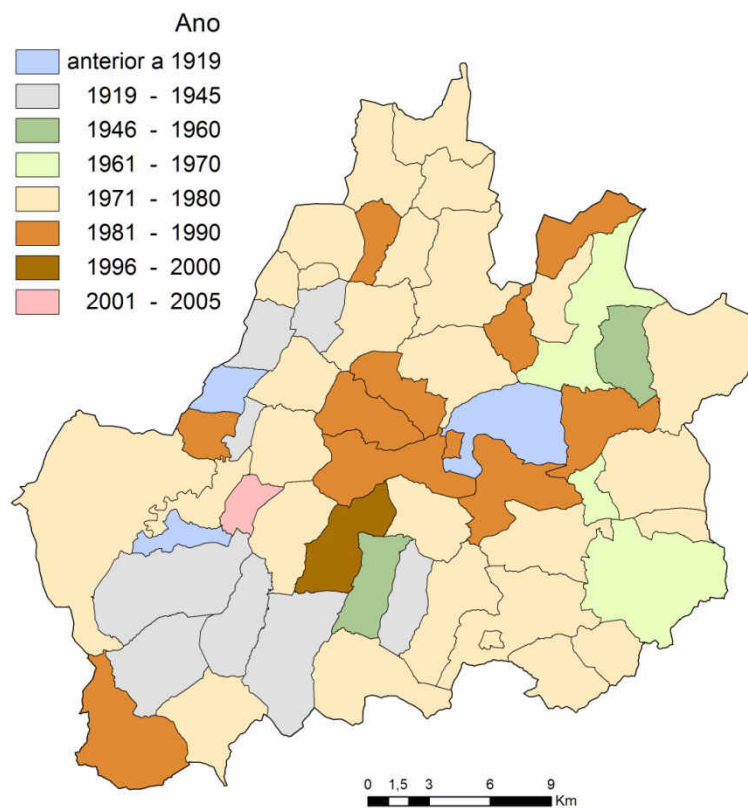
INE: Censos 2011.

a. 27. Quadro I. A Cidade da Guarda: Caracterização do Edificado. Censos 2011.

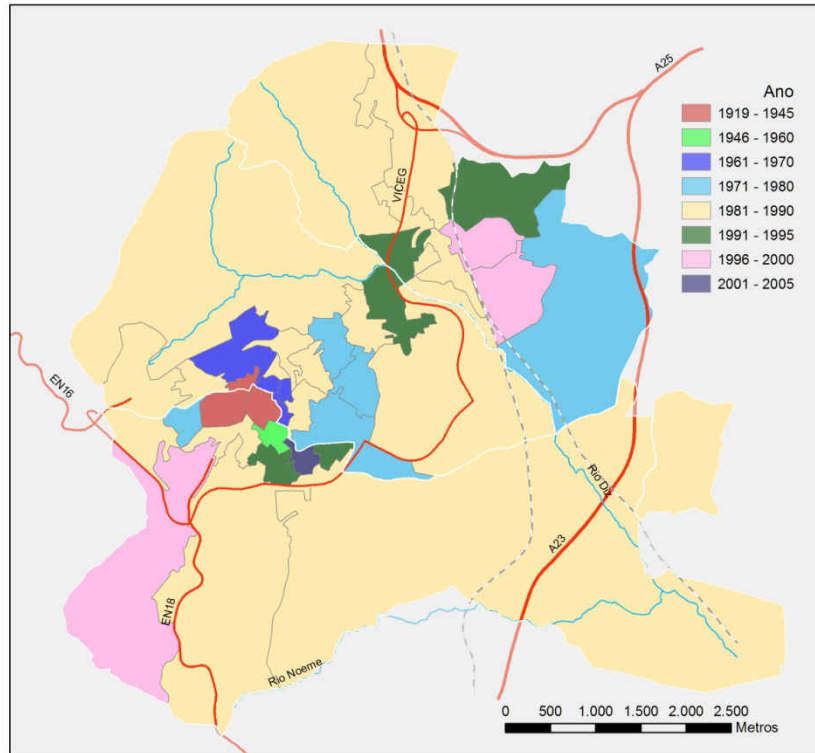
Quadro J. Número de Edifícios por Período de Construção, Freguesias da Cidade da Guarda

Freguesias Urbanas	ANTES_1919	1919 A 1945	1946 A 1960	1961 A 1970	1971 A 1980	1981 A 1990	1991 A 1995	1996 A 2000	2001 A 2005	2006 A 2011
S. Vicente	50	102	158	253	442	678	303	311	243	93
Sé	123	165	116	128	246	344	243	201	97	83
S. Miguel da Guarda	8	44	71	117	249	453	278	239	224	124
Cidade da Guarda	181	311	345	498	937	1475	824	751	564	300

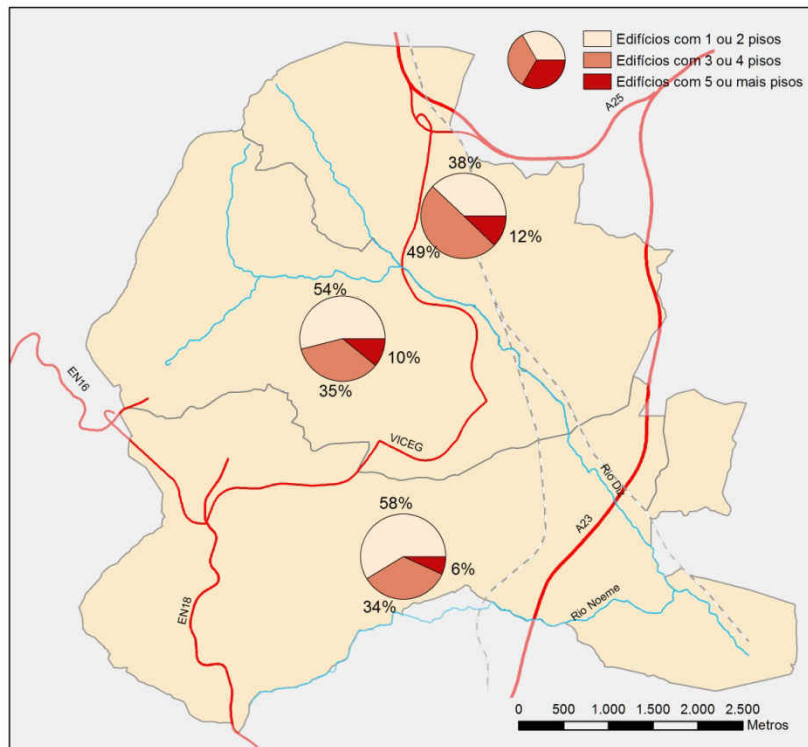
a. 28. Quadro J. Número de Edifícios por Período de Construção, Freguesias da Cidade da Guarda. Censos 2011.



a. 29. Mapa do Período em que se registou a maior construção de edifícios por freguesia: Concelho da Guarda. Censos 2011.



a. 30. Mapa do período em que se registou a maior construção de edifícios por secção estatística: Cidade da Guarda. Censos 2011.



a. 31. Mapa/Gráficos, Número de Pisos por Freguesia Urbana da Cidade da Guarda. Censos 2011.

Numa aproximação à caracterização do edificado clássico da cidade da Guarda, pode-se concluir que se por um lado é natural que a residência tenha uma expressão dominante na cidade, pois é ela que faz cidade. No caso da Guarda o edificado exclusivamente habitacional é excessivamente desequilibrado (86%) daquele no qual coexistem funções complementares da residencial (13%). Além do mais, a oferta de alojamentos por edifício é francamente baixa sendo que a 70% dos edifícios corresponde a 1 alojamento, e os restantes 30% correspondem a uma oferta em que o número de alojamentos é superior a 2. Daqui também infere-se que a maior parte destes edifícios de 1 a 2 alojamentos implantam-se de forma isolada ou geminada, uma ocupação que indica o uso de moradias de um a dois pisos desenvolvidas em loteamentos que induziram a uma maior infraestruturação, ocupando grandes áreas. A confirmar este facto, constatamos que a altura média dos edifícios clássicos da cidade é de 1 a 2 pisos, representando com isto 50% do total dos edifícios da cidade. Particularmente, são as freguesias da Sé e S. Miguel que, face à totalidade de edifícios clássicos que dispõem, apresentam uma maior coexistência de funções complementares da residencial (14% e 16% respectivamente), ao contrário de S. Vicente (10%), e sensivelmente a mesma percentagem de edifícios com mais do que 3 alojamentos (superior a 16%)

Conclui-se que o edificado residencial na cidade apresenta características de fraca diversidade funcional, com ausência de *mix urbano* ou funções complementares da residencial. A Freguesia de S. Vicente representa 42% dos edifícios clássicos da cidade, podendo ser classificada como uma freguesia exclusivamente residencial e de baixa densidade urbana, com 54% do seu edificado de altura não superior a 2 pisos. E se de um modo geral se poder dizer o mesmo para as restantes freguesias, há que ter em atenção que a freguesia da Sé, freguesia que possui o edificado mais antigo e representa o centro funcional da cidade em termos de oferta de serviços, contudo enfrenta o fenómeno de abandono e esvaziamento populacional, característico dos centros históricos. Por outro lado, S. Miguel apresenta ligeiras diferenças face às freguesias anteriores, com uma densidade do edificado superior de 3 a 4 pisos (49%), isto a julgar pelas primeiras iniciativas industriais aí desenvolvidas, coadjuvadas, posteriormente, pelo desenvolvimento habitacional mais económico, criado entre os anos 70 e 80, e a pela subsequente implantação de superfícies comerciais.

O desenvolvimento demográfico do povoamento e do edificado da cidade da Guarda evidencia um crescimento urbano com características concomitantes com fenómenos contemporâneos, demonstra também uma cidade pouco contida e cujo desenvolvimento, em especial desde a segunda metade do século XX, acontece fazendo uso de uma fraca densidade urbana, de fraca diversidade funcional, realizada através de operações de loteamento e de forma extensiva.



a. 32. Bairro do Pinheiro, Freguesia de S. Vicente, Guarda, Bing Maps. Março 2014.



a. 33. Zona da Estação e Treija a Poente, Freguesia de S. Miguel, Guarda, Bing Maps. Março 2014.

Quadro A: A População do Concelho da Guarda ao Longo dos Recenseamentos: Contexto Local, Regional e Nacional.

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Área km ²															
Adão	371	443	498	485	548	588	511	645	715	643	603	283	263	227	233
Albardo	306	352	395	443	479	449	463	496	517	455	331	248	174	181	143
Aldeia do Bispo	444	469	511	431	419	371	319	334	339	308	216	169	131	180	220
Aldeia Vígosa	863	902	962	992	992	1.028	962	1.056	959	873	578	561	471	411	341
Alvendre	401	432	506	565	515	640	451	505	513	494	356	275	289	231	210
Arrifana	535	634	663	709	694	481	552	650	915	765	903	532	512	735	661
Avelãs de Ambom	461	358	420	414	414	338	379	333	312	303	198	169	103	91	69
Avelãs da Ribeira	484	505	548	520	525	477	557	546	567	485	388	287	234	215	196
Benespera	620	586	615	654	739	724	606	807	902	900	549	427	435	346	297
Carvalho Meio	224	267	295	278	300	282	295	333	307	281	144	100	74	67	51
Casal de Cinza	865	965	1.093	1.132	1.129	1.075	1.087	1.111	1.159	1.039	793	700	625	592	561
Castanheira	835	897	994	1.021	1.075	1.033	1.086	1.024	1.214	1.162	700	652	501	425	345
Cavadoide	5,98	474	515	490	504	484	493	593	590	515	456	361	420	366	324
Codeseiro	358	395	489	479	486	482	469	554	488	476	383	287	280	216	205
Corujeira	348	375	388	408	450	342	377	457	383	307	264	223	182	143	118
Faia	607	604	660	632	718	530	601	626	592	539	423	326	292	279	227
Famalição	1.124	1.247	1.488	1.631	1.628	1.649	1.530	1.861	1.971	1.591	1.171	995	791	755	615
Fernão Joanes	531	594	654	671	726	705	735	788	785	724	542	453	406	333	269
Gagos (1)							410	455	454	391	249	217	181	134	127
Gonçalo	1.220	1.338	1.504	1.596	1.676	1.567	1.677	1.898	1.937	1.880	1.571	1.376	1.160	1.207	1.083
Gonçalo Bocas	256	291	278	308	344	342	349	405	390	325	300	278	247	217	227
João Antão	330	396	399	418	350	405	406	468	457	439	272	209	191	194	160
Maçanhas de Baixo	861	864	1.016	1.030	1.102	1.032	1.084	1.135	1.150	1.107	971	1.232	1.161	1.146	1.081
Marmeleiro	1.130	1.108	1.207	1.285	1.289	1.255	1.108	1.388	1.449	1.470	1.050	786	651	516	361
Meios	387	436	452	407	465	371	395	433	402	367	241	245	220	260	197
Mizarela	544	506	519	531	619	598	524	551	568	547	410	288	246	187	135
Monte Margarida	206	247	258	247	190	175	185	229	244	222	147	112	65	44	36
Panoias de Cima	631	739	840	839	964	966	933	979	1.014	995	579	732	617	573	608
Pega	641	688	760	811	896	884	722	1.093	1.134	753	352	283	264	192	161
Pêra do Moço	975	1.077	1.230	1.273	1.372	1.252	1.196	1.278	1.382	1.198	949	922	941	833	831
Pêro Soares	235	261	271	311	320	294	273	319	312	265	172	140	147	89	70
Porto da Carne	270	321	351	344	365	301	325	321	295	268	287	363	336	398	385
Pousada	412	465	540	533	542	554	624	673	663	571	400	330	238	179	118
Ramela	605	656	705	723	654	547	607	354	657	633	469	381	296	239	218
Ribeira dos Carinhos	383	355	367	364	431	360	57	326	395	308	215	175	171	136	108
Rocamondo		177	203	199	245	217	211	235	252	189	110	104	104	110	89
Rochoso	726	813	848	894	967	934	880	1.027	1.158	1.191	814	560	466	343	264
Santana da Azinha	351	405	466	546	694	587	559	720	766	874	558	523	462	444	459
Jarmalo (São Miguel)	528	578	617	573	618	584	369	391	413	367	255	249	237	228	187
São Miguel da Guarda (2)													4.528	6.734	7.928

Quadro A: A População do Concelho da Guarda ao Longo dos Recenseamentos: Contexto Local, Regional e Nacional.

	Área km ²	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Jarmelo (São Pedro)	23,18	832	859	863	911	936	920	679	667	697	596	348	321	276	195	184
Guarda (S. Vicente)	11,08	1.198	1.491	2.017	2.085	2.599	2.761	3.086	3.585	4.171	4.455	5.955	8.290	8.426	11.514	11.679
Guarda (Sé)	24,89	2.984	3.655	4.003	4.112	4.066	4.329	5.791	5.806	7.415	8.332	11.452	9.658	5.793	7.559	6.958
Seixo Amarelo	12,03	518	547	556	602	578	533	482	504	486	419	290	251	198	126	84
Sobral da Serra	10,85	552	548	659	706	782	799	799	785	738	672	474	383	349	228	242
Trinta	7,12	788	984	1.110	1.297	1.287	990	1.032	1.143	1.188	772	590	317	555	497	406
Vale de Estrela	12,95	592	663	747	701	704	574	611	605	677	532	385	408	414	418	394
Valhelhas	35,55	736	894	917	1.180	1.408	1.302	1.409	1.790	1.770	1.604	894	789	533	509	396
Vela	22,29	882	1.095	1.130	1.205	1.225	1.146	1.281	1.342	1.455	1.543	786	612	612	567	490
Videmonte	49,57	843	850	928	1.040	1.076	906	956	990	1.127	1.190	885	656	608	552	478
Vila Cortês do Mondego	4,77	303	319	289	297	317	343	250	263	277	255	239	285	327	323	298
Vila Fernando	15,97	1.022	1.015	1.139	1.229	1.191	1.062	1.107	1.286	1.403	1.261	868	812	658	587	500
Vila Franca do Deão	12,76	458	459	510	527	571	486	456	461	455	389	318	249	204	159	153
Vila Garcia	17,08	529	470	592	569	564	572	486	607	639	544	445	381	312	334	320
Vila Soeiro	5,31	227	229	230	262	262	263	222	281	250	210	75	95	60	58	41
Concelho da Guarda	712,00	33.006	36.280	40.205	41.910	44.010	41.909	43.014	47.862	51.458	48.994	43.373	40.360	38.765	43.822	42.541
Distrito da Guarda	887,90	214.507	233.203	251.940	264.531	274.372	259.386	259.504	295.663	307.667	282.606	212.191	205.631	176.962	171.467	153.627
Beira Interior Norte (NUT III)	4.063	140.707	153.753	167.742	175.409	182.452	171.557	171.820	197.566	206.094	187.501	136.090	130.104	118.513	115.325	104.371
Região Centro (NUT II)	28.199	1.389.614	1.526.653	1.667.810	1.758.755	1.906.635	1.909.658	2.056.464	2.290.723	2.453.893	2.434.934	2.165.715	2.301.514	2.258.768	2.348.397	2.327.755
Portugal Continental	89.089	3.927.392	4.303.664	4.713.319	5.039.704	5.586.053	5.668.232	6.334.507	7.218.882	7.921.313	8.292.975	8.124.019	9.336.760	9.371.448	9.869.343	10.562.178

(1) criada pela Lei n.º 1746 a em 12-02-1925, com lugares das freguesias de Jarmelo (S. Miguel) e Jarmelo (S. Pedro).

(2) criada pela Lei n.º 93/85 a 4-10-1985, resultante da sub-divisão da freguesia de S. Vicente.

Fontes Usadas : X Recenseamento Geral da População de 1960, Tomo I vol. I - População residente nos recenseamentos de 1864 a 1960, por freguesias.

Recenseamento Geral da População e Habitação 1981; Censos 2001 e Censos 2011.

Jacinto, R. (2004). Aparentamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade. In *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX* (2ª ed., p.21). Guarda: CMG e CEI.

Quadro B: Tabela de Variação da População Residente do Concelho da Guarda: Contexto Local, Regional e Nacional.

	1864-1911	1911-1960	1960-2011	1864-2011	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1981	1981-2001	2001-2011
Freguesias Urbanas															
Adão	47,7%	17,3%	-63,76%	-37,2%	13,0%	7,3%	-13,1%	26,2%	10,9%	-10,1%	-6,2%	-53,1%	-7,1%	-13,7%	2,6%
Albardo	56,5%	-5,0%	-68,57%	-53,3%	8,1%	-6,3%	3,1%	7,1%	4,2%	-12,0%	-27,3%	-25,1%	-29,8%	4,0%	-21,0%
Aldeia do Bispo	-5,6%	-26,5%	-28,57%	-50,5%	-2,8%	-11,5%	-14,0%	4,7%	1,5%	-9,1%	-29,9%	-21,8%	-22,5%	37,4%	22,2%
Aldeia Viciosa	14,9%	-12,0%	-60,94%	-60,5%	0,0%	3,6%	-6,4%	9,8%	-9,2%	-9,0%	-33,8%	-2,9%	-16,0%	-12,7%	-17,0%
Alvandre	28,4%	-4,1%	-57,49%	-47,6%	-8,8%	-6,8%	-6,0%	12,0%	1,6%	-3,7%	-27,9%	-22,8%	-2,2%	-14,1%	-9,1%
Arrifana	29,7%	10,2%	-13,59%	23,6%	-2,1%	-7,6%	-13,9%	17,8%	40,8%	-16,4%	18,0%	-41,1%	-3,8%	43,6%	-10,1%
Avelãs de Ambom	-10,2%	-26,8%	-77,23%	-85,0%	0,0%	-18,4%	12,1%	-12,1%	-6,3%	-2,9%	-34,7%	-14,6%	-39,1%	-11,7%	-24,2%
Avelãs da Ribeira	8,5%	-7,6%	-59,59%	-59,5%	1,0%	-9,1%	16,8%	-2,0%	3,8%	-14,5%	-20,0%	-26,0%	-18,5%	-8,1%	-8,8%
Benespera	19,2%	21,8%	-67,00%	-52,1%	13,0%	-2,0%	-16,3%	33,2%	11,8%	-0,2%	-39,0%	-22,2%	1,9%	-20,5%	-14,2%
Carvalhal Meio	33,9%	-6,3%	-81,85%	-77,2%	7,9%	-6,0%	4,6%	12,9%	-7,8%	-8,5%	-48,8%	-30,6%	-26,0%	-9,5%	-23,9%
Casal de Cinza	30,5%	-8,0%	-46,01%	-35,1%	-0,3%	-4,8%	1,1%	2,2%	4,3%	-10,4%	-23,7%	-11,7%	-10,7%	-5,3%	-5,2%
Castanheira	28,7%	8,1%	-70,31%	-58,7%	5,3%	-3,9%	5,1%	-5,7%	18,6%	-4,3%	-39,8%	-6,9%	-23,2%	-15,2%	-18,8%
Cavadoe	6,3%	2,2%	-37,09%	-31,6%	2,9%	-4,0%	1,9%	20,3%	-0,5%	-12,7%	-11,5%	-20,8%	16,3%	-12,9%	-11,5%
Codeseiro	35,8%	-2,1%	-56,93%	-42,7%	1,5%	-0,8%	-2,7%	18,1%	-11,9%	-2,5%	-19,5%	-25,1%	-9,4%	-16,9%	-5,1%
Corujeira	29,3%	-31,8%	-61,56%	-66,1%	10,3%	-24,0%	10,2%	21,2%	-16,2%	-19,8%	-14,0%	-15,5%	-18,4%	-21,4%	-17,5%
Faia	18,3%	-24,9%	-57,88%	-62,6%	13,6%	-26,2%	13,4%	4,2%	-5,4%	-9,0%	-21,5%	-22,9%	-10,4%	-4,5%	-18,6%
Famalicao	44,8%	-2,3%	-61,35%	-45,3%	-0,2%	1,3%	-7,2%	21,6%	5,9%	-19,3%	-26,4%	-15,0%	-20,5%	-4,6%	-18,5%
Ferrão Joanes	36,7%	-0,3%	-62,85%	-49,3%	8,2%	-2,9%	4,3%	7,2%	-0,4%	-7,8%	-25,1%	-16,4%	-10,4%	-18,0%	-19,2%
Gagos (1)			-67,52%					11,0%	-0,2%	-13,9%	-36,3%	-12,9%	-16,6%	-26,0%	-5,2%
Gonçalo	37,4%	12,2%	-42,39%	-11,2%	5,0%	-6,5%	7,0%	13,2%	2,1%	-2,9%	-16,4%	-12,4%	-15,7%	4,1%	-10,3%
Gonçalo Bocas	34,4%	-5,5%	-30,15%	-11,3%	11,7%	-0,6%	2,0%	16,0%	-3,7%	-16,7%	-7,7%	-7,3%	-11,2%	-12,1%	4,6%
João Antão	6,1%	25,4%	-63,55%	-51,5%	-16,3%	15,7%	0,2%	15,3%	-2,4%	-3,9%	-38,0%	-23,2%	-8,6%	1,6%	-17,5%
Meaçinhas de Baixo	28,0%	0,5%	-2,35%	25,6%	7,0%	-6,4%	5,0%	4,7%	1,3%	-3,7%	-12,3%	26,9%	-5,8%	-1,3%	-5,7%
Marmeleiro	14,1%	14,0%	-75,44%	-68,1%	0,3%	-2,6%	-11,7%	25,3%	4,4%	1,4%	-28,6%	-25,1%	-17,2%	-20,7%	-30,0%
Meios	20,2%	-21,1%	-46,32%	-49,1%	14,3%	-20,2%	6,5%	9,6%	-7,2%	-8,7%	-34,3%	1,7%	-10,2%	18,2%	-24,2%
Mizarela	13,8%	-11,6%	-75,32%	-75,2%	16,6%	-3,4%	-12,4%	5,2%	3,1%	-3,7%	-25,0%	-29,8%	-14,6%	-24,0%	-27,8%
Monte Margarida	-7,8%	16,8%	-83,78%	-82,5%	-23,1%	-7,9%	5,7%	23,8%	6,6%	-9,0%	-33,8%	-23,8%	-42,0%	-32,3%	-18,2%
Panoias de Cima	52,8%	3,2%	-38,89%	-3,6%	14,9%	2,3%	-5,4%	4,9%	3,6%	-1,9%	-41,8%	26,4%	-15,7%	-7,1%	6,1%
Pega	39,8%	-16,0%	-76,62%	-74,9%	10,5%	-1,3%	-18,3%	51,4%	3,8%	-33,6%	-53,3%	-19,6%	-6,7%	-27,3%	-16,1%
Pera do Moço	40,7%	-12,7%	-30,63%	-14,8%	7,8%	-8,7%	-4,5%	6,9%	8,1%	-13,3%	-20,8%	-2,8%	2,1%	-11,5%	-0,2%
Pêro Soares	36,2%	-17,2%	-73,58%	-70,2%	2,9%	-8,1%	-7,1%	16,8%	-2,2%	-15,1%	-35,1%	-18,6%	5,0%	-39,5%	-21,3%
Porto da Carne	35,2%	-26,6%	-43,66%	42,6%	6,1%	-17,5%	8,0%	-1,2%	-8,1%	-9,2%	7,1%	26,5%	-7,4%	18,5%	-3,3%

Quadro B: Tabela de Variação da População Residente do Concelho da Guarda: Contexto Local, Regional e Nacional.

	1864-1911	1911-1960	1960-2011	1864-2011	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001	2001-2011
Freguesias Urbanas															
Pousada	31,6%	5,4%	-79,33%	-71,4%	1,7%	2,2%	12,6%	7,9%	-1,5%	-13,9%	-29,9%	-17,5%	-27,9%	-24,8%	-34,1%
Ramela	8,1%	-3,2%	-65,56%	-64,0%	-9,5%	-16,4%	11,0%	-41,7%	85,6%	-3,7%	-25,9%	-18,8%	-22,3%	-19,3%	-8,8%
Ribeira dos Carinhos	12,5%	-28,5%	-64,94%	-71,8%	18,4%	-16,5%	-84,2%	471,9%	21,2%	-22,0%	-30,2%	-18,6%	-2,3%	-20,3%	-20,6%
Rocamondo		-22,9%	-52,91%	-49,7%	23,1%	-11,4%	-2,8%	11,4%	7,2%	-25,0%	-41,8%	-5,5%	0,0%	5,8%	-19,1%
Rochoso	33,2%	23,2%	-77,83%	-63,6%	8,2%	-3,4%	-5,8%	16,7%	12,8%	2,8%	-31,7%	-31,2%	-16,8%	-26,4%	-23,0%
Santana da Azinha	97,7%	25,9%	-47,48%	30,8%	27,1%	-15,4%	-4,8%	28,8%	6,4%	14,1%	-36,2%	-6,3%	-11,7%	-3,9%	3,4%
Jarmelo (São Miguel)	17,0%	-40,6%	-49,05%	-64,6%	7,9%	-5,5%	-36,8%	6,0%	5,6%	-11,1%	-30,5%	-2,4%	-4,8%	-3,8%	-18,0%
São Miguel da Guarda (2)														45,5%	17,7%
Jarmelo (São Pedro)	12,5%	-36,3%	-69,13%	-77,9%	2,7%	-1,7%	-26,2%	-1,8%	4,5%	-14,49%	-41,61%	-7,8%	-14,0%	-29,3%	-5,6%
Guarda (São Vicente)	116,9%	71,4%	162,15%	874,3%	24,7%	6,2%	11,8%	16,2%	16,3%	6,81%	33,67%	39,2%	1,6%	36,6%	1,4%
Guarda (Sé)	36,3%	104,9%	-16,49%	133,2%	-1,1%	6,5%	33,8%	0,3%	27,7%	12,37%	37,45%	-15,7%	-40,0%	30,5%	-8,0%
Seixo Amarelo	11,6%	-27,5%	-79,95%	-83,8%	-4,0%	-7,9%	-9,6%	4,6%	-3,6%	-13,79%	-30,79%	-13,4%	-21,1%	-36,4%	-33,3%
Sobral da Serra	41,7%	-14,1%	-63,99%	-58,2%	10,8%	2,2%	0,0%	-1,8%	-6,0%	-8,94%	-29,46%	-19,2%	-8,9%	-34,7%	6,1%
Trinta	63,3%	-40,0%	-47,41%	-48,5%	-0,8%	-23,1%	4,2%	10,8%	3,9%	-35,02%	-23,58%	-46,3%	75,1%	-10,5%	-18,3%
Vale de Estrela	18,9%	-24,4%	-25,94%	-33,4%	0,4%	-18,5%	6,4%	-1,0%	11,9%	-21,42%	-27,63%	6,0%	1,5%	1,0%	-5,7%
Valvelhas	91,3%	13,9%	-75,31%	-46,2%	19,3%	-7,5%	8,2%	27,0%	-1,1%	-9,38%	-44,26%	-11,7%	-32,4%	-4,5%	-22,2%
Vela	38,9%	26,0%	-68,24%	-44,4%	1,7%	-6,4%	11,8%	4,8%	8,4%	6,05%	-49,06%	-22,1%	0,0%	-7,4%	-13,6%
Videmonte	27,6%	10,6%	-59,83%	-43,3%	3,5%	-15,8%	5,5%	3,6%	13,8%	5,59%	-25,63%	-25,9%	-7,3%	-9,2%	-13,4%
Vila Cortês do Mondego	4,6%	-19,6%	16,86%	-1,7%	6,7%	8,2%	-27,1%	5,2%	5,3%	-7,94%	-6,27%	19,2%	14,7%	-1,2%	-7,7%
Vila Fernando	16,5%	5,9%	-60,35%	-51,1%	-3,1%	-10,8%	4,2%	16,2%	9,1%	-10,12%	-31,17%	-6,5%	-19,0%	-10,8%	-14,8%
Vila Franca do Deão	24,7%	-31,9%	-60,67%	-66,6%	8,3%	-14,9%	-6,2%	1,1%	-1,3%	-14,51%	-18,25%	-21,7%	-18,1%	-22,1%	-3,8%
Vila Garcia	6,6%	-3,5%	-41,18%	-39,5%	-0,9%	1,4%	-15,0%	24,9%	5,3%	-14,87%	-18,20%	-14,4%	-18,1%	7,1%	-4,2%
Vila Soeiro	15,4%	-19,8%	-80,48%	-81,9%	0,0%	0,4%	-15,6%	26,6%	-11,0%	-16,00%	-64,29%	26,7%	-36,8%	-3,3%	-29,3%
Concelho da Guarda	33,3%	11,3%	-13,17%	28,9%	5,0%	-4,8%	2,6%	11,3%	7,5%	-4,79%	-11,47%	-6,9%	-4,0%	13,0%	-2,9%
Distrito da Guarda	27,9%	3,0%	-45,64%	-28,4%	3,7%	-5,5%	0,0%	13,9%	4,1%	-8,15%	-24,92%	-3,1%	-13,9%	-3,1%	-10,4%
Beira Interior Norte (NUT III)	29,7%	2,8%	-44,34%	-25,8%	4,0%	-6,0%	0,2%	15,0%	4,3%	-9,02%	-27,42%	-4,4%	-8,9%	-2,7%	-9,5%
Região Centro (NUT II)	37,2%	27,7%	-4,40%	67,5%	8,4%	0,1%	7,7%	11,4%	7,1%	-0,77%	-11,06%	6,3%	-1,9%	4,0%	-0,9%
Portugal Continental	42,2%	48,5%	27,36%	169,9%	10,8%	1,5%	11,8%	14,0%	9,7%	4,69%	-2,04%	14,9%	0,4%	5,3%	7,0%

(1) criada pela Lei n.º 1746 a em 12-02-1925, com lugares das freguesias de Jarmelo (S. Miguel) e Jarmelo (S. Pedro).

(2) criada pela Lei n.º 93/65 a 4-10-1985, resultante da sub-divisão da freguesia de S. Vicente.

Fontes Usadas: X. Recenseamento Geral da População de 1960. Tomo I vol. I - População residente nos recenseamentos de 1864 a 1960, por freguesias. Recenseamento Geral da População e Habitação Recenseamento Geral da População e Habitação 1981. Censos 91; Censos 2001 e Censos 2011.

Jacinto, R. (2004). Apontamentos sobre a identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade. In *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX* (2ª ed., p.21). Guarda: CMG e CEI.

Quadro C: Evolução Demográfica da Cidade e Concelho da Guarda: A Cidade e seu Enquadramento Local, Regional e Nacional.

Área km ²	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	
Portugal Continental	89.089	3.927.392	4.303.664	4.713.319	5.039.704	5.586.053	5.668.232	6.334.507	7.218.882	7.921.313	8.292.975	8.124.019	9.336.760	9.371.448	9.869.343	10.562.178
Região Centro (NUT II)	28.199	1.389.614	1.526.653	1.667.810	1.758.755	1.906.835	1.909.658	2.056.464	2.290.723	2.453.893	2.434.934	2.301.514	2.258.768	2.348.397	2.327.755	
Beira Interior Norte (NUT III)	4.063	140.707	153.753	167.742	175.409	182.452	171.557	171.820	197.566	206.094	187.501	136.090	118.513	115.325	104.371	
Distrito da Guarda	887,90	214.507	233.203	251.940	264.531	274.372	259.386	259.504	295.663	307.667	282.606	212.191	205.631	176.962	171.467	153.627
Concelho da Guarda	712,00	33.006	36.280	40.205	41.910	44.010	41.909	43.014	47.862	51.458	48.994	43.373	38.765	43.822	42.541	
Freguesias Urbanas	34,26	4.182	5.146	6.020	6.197	6.665	7.090	8.877	11.586	12.787	17.407	17.948	18.847	25.807	26.565	
Guarda (São Vicente) (a)	23,18	1.198	1.491	2.017	2.085	2.599	2.761	3.086	4.171	4.455	5.955	8.290	13.054	18.248	19.607	
Guarda (Sé)	11,08	2.984	3.655	4.003	4.112	4.066	4.329	5.791	7.415	8.332	11.452	9.658	5.793	7.559	6.958	
Freguesias Rurais	677,74	28.824	31.134	34.185	35.713	37.345	34.819	34.137	39.882	36.207	25.966	22.112	19.650	18.015	15.976	

Variação da População do Concelho da Guarda, das Freguesias Rurais e Urbanas e seu Pesos Relativos															
Área km ²	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Freguesias Urbanas	34,26	4.182	5.146	6.020	6.197	6.665	7.090	8.877	9.391	11.586	12.787	17.407	18.847	25.807	26.565
1. Variação da população entre recenseamentos	-	23,1%	17,0%	2,9%	7,6%	6,4%	25,2%	5,8%	23,4%	10,4%	36,1%	3,1%	5,0%	36,9%	2,9%
2. Peso na população total do Concelho	12,7%	14,2%	15,0%	14,8%	15,1%	16,9%	20,6%	19,6%	22,5%	26,1%	40,1%	44,5%	48,6%	58,9%	62,4%
Freguesias Rurais	678	28.824	31.134	34.185	35.713	37.345	34.819	34.137	39.882	36.207	25.966	22.112	19.650	18.015	15.976
1. Variação da população entre recenseamentos	-	8,0%	9,8%	4,5%	4,6%	-6,8%	-2,0%	11,7%	4,6%	-9,2%	-28,3%	-14,8%	-11,1%	-8,3%	-11,3%
2. Peso na população total do Concelho	87,3%	85,8%	85,0%	85,2%	84,9%	83,1%	79,4%	79,6%	77,5%	73,9%	59,9%	54,8%	50,7%	41,1%	37,6%

(a) para rigor de cálculo foi considerada a soma das freguesias S. Vicente e S. Miguel, dado que S. Miguel da Guarda resulta da sub-divisão de S. Vicente a partir do ano de 1985, pela Lei n.º 93/85 a 4-10-1985, resultante da sub-divisão da freguesia de S. Vicente.

Valores absolutos freguesias S. Vicente e S. Miguel.

Área km ²	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Guarda (S. Vicente)	11,08	1.198	1.491	2.017	2.085	2.599	2.761	3.086	4.171	4.455	5.955	8.290	8.426	11.514	11.679
São Miguel da Guarda (2)	9,26												4.628	6.734	7.928

Fontes Usadas : X Recenseamento Geral da População de 1960, Tomo I vol. I - População residente nos recenseamentos de 1864 a 1960, por freguesias.

Recenseamento Geral da População e Habitação 1981; Censos 91; Censos 2001 e Censos 2011.

Jacinto, R. (2004). Aparentamentos sobre a identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade. In *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX* (2ª ed., p.21). Guarda: CMG e CEI.

Índice de Figuras

(por capítulos)

Prólogo

Roots, Franz Falckenhau, 2014xv

2. Da civitas romana ao fim do império (100-1198)

A latência da civitas romana.

2.1. Torso romano couraçado em mármore, século II, período de Trajano, descoberto em 1953. *Fonte:* Adriano Vasco Rodrigues, em 'A Propósito de uma Lápide do Mileu (Guarda)', 1958..... 64

2.2. Ruínas das Termas da Póvoa do Mileu e Capela Românica de Mileu ao fundo. Outubro 2015..... 66

2.3. Mapa da Cidade da Guarda (2010) com marcação dos locais arqueológicos de Mileu e Castelos Velhos; Estruturas Arqueológicas de Mileu, e Reconstituição do Complexo Termal. As duas imagens superiores são reproduzidas com permissão do autor, Professor Doutor Vítor Pereira..... 67

2.4. Mapa das Províncias da Hispânia séc. II, Mapa da Rede Viária Principal e, Mapa das Vias Romanas Planalto Guarda-Sabugal vs. Rede Viária Contemporânea. Mapa das Províncias da Hispânia séc. II e Mapa da Rede Viária Principal, construído a partir de Jorge de Alarcão, *Portugal Romano. História Mundi 33*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973; e, Mapa das Vias Romanas Planalto Guarda-Sabugal vs. Rede Viária Contemporânea, construído a partir de mapas disponíveis em Vítor Pereira, '*O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Civitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano. Vol.2.*' (Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia), Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. 70

3. A consubstanciação da cidade da Guarda (1199-1820).

A afirmação lenta da Muralha, da Sé e sua Praça.

3.1. Castelo Românico, Guarda Século XII. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea e Reconstituição Tridimensional Castelo Românico vs. Castelo Gótico. .. 78

3.2. Entrada Lateral da Sé (Norte). <i>Fonte:</i> A arte e a natureza em Portugal: album de photographias com descrições; clichés originaes; copias em phototypia inalteravel; monumentos, obras d'arte, costumes, paisagens, vol. 6, 8 vols (Porto: Emilio Biel, 1902)....	86
3.3. Castelo Gótico, Guarda Século XIII-XV Reconstituição sobre cartografia contemporânea e Reconstituição tridimensional. Mapa construído a partir de: Rita Gomes. 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)'. <i>Revista de História Económica e Social</i> , 1ª edição, n.º 9-10 (1987), 31.....	88
3.4. Estrada da Beira e Vias Complementares Século XII- XV e a Viação Medieval da Guarda, Traçado hipotético século XII a XV sobre cartografia contemporânea. Mapa Estrada da Beira e Vias Complementares construído a partir de Helena Patrícia Romão Monteiro. 'A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval'. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Ver mapas disponíveis nas páginas: 43,49,75,79,87,97.	89
3.5. Praça/Largo de São Vicente Século XIII-XV. Reconstituição sobre cartografia contemporânea.....	95
3.6. Praça Santa Maria do Mercado Século XIV-XV. Reconstituição sobre cartografia contemporânea.....	98
3.7. Bloco de Casas Porticado. Julho 2017.....	101
3.8. Guarda Século XV-XVIII. Reconstituição sobre cartografia contemporânea e Reconstituição tridimensional.	102
3.9. Guarda Século XV-XVIII. Reconstituição sobre cartografia contemporânea e Reconstituição tridimensional.	102
3.10. Praça do Concelho. Séculos XV-XVIII. Reconstituição sobre cartografia contemporânea.....	103
3.11. <i>Fonte:</i> Nuno Gonçalves, ed., «[ALBUM de Desenhos] TYPVS Provinciae [...] s. XVII», em <i>Catálogo de Leilão Biblioteca Particular</i> , vol. II (Lisboa, 2013), 2-3.	104
3.13. Paço e Seminário Episcopal. Julho 2017.....	105
3.12. Igreja da Misericórdia. Julho 2017.	105
3.12. Igreja de São Vicente. Julho 2017.	105
3.14. 'Rough outline of the City of Guarda'. 28 de julho de 1810. Esboço, 1 inch to 100 yards. Portugal: Guarda. Plan of the city showing buildings, walls and roads. MPI 1/223/2-4. The National Archives.	108

4. A cidade da saúde (1820-1933).

Higienização e Saúde Pública na transformação da Cidade.

4.1. Planta da Cidade da Guarda, 1907. <i>Fonte:</i> 'Planta da Cidade da Guarda'. Planta: 93,1 x 127,3 cm. Guarda, 1907. 39874 TC (no. IFN). Museu da Guarda.....	114
4.2. Guarda 1930 - Reconstituição sobre cartografia contemporânea e Reconstituição tridimensional.....	116

4.3. Guarda 1930 - Arruamentos e Equipamentos - Reconstituição sobre cartografia contemporânea.....	117
4.4. Praça Luís de Camões, Vista Superior, 1917. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.104.	118
4.5. Rua do Bonfim, 1908. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.54.	118
4.8. Rua do Comércio, 1905. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.36.	119
4.7. Rua Batalha Reis, 1909. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.52.....	119
4.9. Banco de Portugal, Eng.º Edmundo Augusto Xavier da Cunha. Julho 2017.	120
4.8. Mercado, Largo da Boavista, 1931. António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.45.	120
4.10. Asilo Distrital, 1908. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.33.	123
4.11. Estação de Caminho-de-Ferro, 1926. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed., <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.161.....	123
4.12. Guarda 1930. Reconstituição sobre cartografia contemporânea. Núcleo Central e Estação de Caminho-de-ferro.	126
4.13. Districto da Guarda. 3 de setembro de 1899. <i>Fonte:</i> Arquivo da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.	131
4.14. 'Pela Cidade', <i>O Combate</i> , 17 de agosto de 1907. <i>Fonte:</i> Arquivo Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.....	131
4.15. Sanatório Souza Martins, Vista Geral dos três Pavilhões, 1909. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p. 133.	134
4.16. Sanatório Sousa Martins, 1913. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.133.	134
4.17. Pavilhão n.º 1 Dr. Lopo de Carvalho, galerias de cura, 1918. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p. 143.	135
4.18. Consultório Dr. Lopo de Carvalho (1904), 1914. <i>Fonte:</i> António Saraiva, ed. <i>A Guarda em Postal Ilustrado de 1901 a 1970</i> . 2. ^a Edição. Guarda: Agência para a promoção da Guarda, 2011, p.143.	135
4.19. Planta do Hospital da Misericórdia da Guarda. <i>Fonte:</i> António Augusto da Costa Simões. <i>Hospitais Portuguezes de Construção Moderna</i> . Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898, p.300.....	138
4.20. Planta do Hospital Regimental da Guarda, 1909. <i>Fonte:</i> Capitão Álvaro de Azevedo Albuquerque, 'Projeto de hospital regimental na Guarda'. Plantas e Alçados, Escala não	

Determinada. Guarda, 1909. SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).....	138
4.21. Lactário Dr. Proença (1928). julho, 2017.....	138

5. Dois anteplanos: a mesma cidade (1933-1974).

Engenharia social na forma urbana da Guarda.

5.1. Praça Luís de Camões (Praça Velha) e estátua de D. Sancho I ao centro. <i>Fonte: Viagens na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.....	148
5.2. Consultório Médico no Sanatório Sousa Martins e Interior de Estabelecimento de Comércio, Guarda. <i>Fonte: Em Viagens na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.	149
.....	149
5.3. Fábrica Têxtil Manuel Rodrigues Tavares, Laboração e saída de Trabalhadores. <i>Fonte: Viagens na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.....	149
5.4. Plano de Urbanização em volta do Liceu e da Sé Catedral. <i>Fonte: Adriano Vasco Rodrigues, Adriano. Monografia Artística da Cidade da Guarda.</i> Guarda, 1958, p. 140.....	153
5.5. As Estátuas, João Abel Manta. Coleção do Museu de Lisboa / Câmara Municipal Lisboa - EGEAC.....	155
5.6. Guarda 1970 - Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea e Reconstituição Tridimensional.	157
5.7. Caixa Geral de Depósitos, Guarda, 1943. Arquiteto Luís Cristino da Silva (ver localização n.º 3, figura 5.6. e 5.10). <i>Fonte: Luís Cristino da Silva. Projeto para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência,</i> Guarda, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, 1939.	160
5.8. Hotel de Turismo da Guarda, Arquiteto Vasco Regaleira, 1934-1947. (ver localização n.º 6, figura 5.6. e 5.10). <i>Fonte: Viagens Na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.	162
5.9. Cineteatro (1953), Arquiteto Manuel Lima Magalhães. (ver localização n.º 9, figura 5.6. e 5.10). <i>Fonte: Viagens Na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963. ...	162
5.10. Guarda 1970 Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea - Pormenor Centro Cívico.	163
5.11. Palácio da Justiça (1953) e Palácio das Corporações e Previdência (1955), Arquitecto Raúl Rodrigues de Lima. (ver localização n.º 10 e n.º 11, figura 5.6. e 5.10). <i>Fonte: Viagens na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.....	164
5.12. Novo Pavilhão do Sanatório Sousa Martins (1953), Arquiteto Vasco Regaleira. (ver localização n.º 8, figura 5.6.). <i>Fonte: Viagens na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963	165
5.13. Lago no Parque de Campismo Municipal da Guarda. (ver localização n.º 14, figura 5.6.). <i>Fonte: Viagens na Nossa Terra.</i> Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963	166

5.14. Imagens Bairro do Bonfim, Vista Rua Dr. José Alves Matoso e Vista Rua João Pinto Ribeiro, (ver figura 5.17.). <i>Fonte: Viagens Na Nossa Terra</i> . Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.	168
5.15. Bairro do Bonfim: Rua Mestre de Aviz e Casas dos Magistrados na Rua João Pinto Ribeiro (ver localização B, figura 5.17.). <i>Fonte: Viagens Na Nossa Terra</i> . Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.	168
5.16. Bairro da CRE/ Santa Zita (1956) (ver localização F, figura 5.17.). No canto esquerdo superior surgem 2 prédios de rendimento privado. <i>Fonte: Viagens Na Nossa Terra</i> . Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.	169
5.17. Guarda 1970 Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea - Habitação.	170
5.18. Guarda 1970. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea - Sobreposição da área dos Anteplos de Urbanização, Guarda e São Miguel da Guarda (Estação de Caminho-de-ferro).	173
5.19. Anteplo de Urbanização da Guarda, Planta de Urbanização, 1949.	178
5.20. Anteplo de urbanização da Cidade da Guarda, Excerto da Planta de Trabalho, 1947. Demolições a Amarelo.	178
5.21. Anteplo de Urbanização de São Miguel da Guarda, Planta de Urbanização, 1947, Arquivo Histórico da DGOTDU.	180
5.22. Anteplo de Urbanização de São Miguel da Guarda, Planta de Urbanização (Revisão), 1961, Arquivo Histórico da DGOTDU.	180
5.23. Arranjo Urbanístico da Rua D. Luís I, Planta datada de 3 de setembro de 1967, Câmara Municipal da Guarda.	182

6. Crescimento e urbanidade (1974-1986).

A ambivalente gestão urbana e a experiência MEREC.

6.1. Capa do Jornal 'A Guarda', Ano 76 Nc.3789 de 21 a 28-8-1981, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.	183
6.2. Guarda 1980. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea.	194
6.3. Guarda 1990. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea.	195
6.4. PGU da Guarda, Ordenamento Urbano, Planta Geral, Arquivo Histórico da DGOTDU.	199
6.5. « <i>Concepção Geral do Desenvolvimento da Capital do Distrito Guarda</i> » - "A Imagem da Cidade", Câmara Municipal da Guarda.	202
6.6. 'Guarda: Uma Concepção de Desenvolvimento Urbano'. <i>Cadernos Municipais</i> , outubro de 1986, 28-29.	204
6.7. Brochura do Projeto: AID, Bureau for Science and Technology. 'MEREC: Managing Energy and Resource Efficient Cities', outubro 1982, 1.	206
6.8. Bendavid-Val, Avrom. <i>More with less: managing energy and resource efficient cities</i> . USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987, 5,43,67.	207

6.9. "A MEREC sticker used widely during the demonstration in Guarda to help publicize MEREC activities and their messages." Bendavid-Val, Avrom. 'More with less : managing energy and resource efficient cities'. USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987, 49.....	210
6.10. 'Plano Director da Guarda: Um Investimento no Futuro'. <i>Oppidana: Boletim Municipal</i> . Abril 1987, Ano 1 n.º 1, 4,5.....	214
6.11. PDM da Guarda, Planta de Ordenamento 4.2. Cidade da Guarda. 1994, SNIT.....	216
6.12. Escola de Alfarazes - Projeto MEREC.	219
6.13. Brochura MEREC sobre construção e renovação de edifícios.	219
6.14. 'Salvaguarda Da Arquitectura Tradicional'. A Guarda. 31 de janeiro de 1986, 7.	220
6.15. Casa de Emigrante na Cidade da Guarda. Fotografia gentilmente cedida pelo Arquiteto Aires Almeida.....	221
6.16. Guarda vista Norte. Fotografia por Leah Bendavid-Val. Bendavid-Val, Avrom. <i>More with less : managing energy and resource efficient cities</i> . USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987, 42.	223

7. Efeitos da integração europeia na Guarda (1986-2010).

Discursos, Agentes e Modernidade.

7.1. Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Cuidado com elas ', <i>Terras da Beira</i> , 9 de setembro de 1993, sec. Opinião.	233
7.2. Maria José Abrunhosa de Castro e António Ferreira dos Santos, 'Onde está o Centro Histórico?', <i>Terras da Beira</i> , 4 de novembro de 1993, sec. Opinião; 'Porque não vêm os turistas?', <i>Terras da Beira</i> , 18 de novembro de 1993, sec. Opinião; 'Errar é humano...' , <i>Terras da Beira</i> , 21 de novembro de 1993, sec. Opinião.	234
7.3. Publicação do Projeto de Siza Vieira no Terras da Beira. JMS, 'Siza Vieira apresenta projecto para a urbanização do Pinheiro', <i>Terras da Beira</i> , 9 de junho de 1994, sec. Política.	243
7.4. Guarda 2000 Reconstituição sobre cartografia contemporânea.....	242
7.5. Guarda Grandes Equipamentos e Habitação 1986-2000. Agosto 2020.	243
7.6. Guarda 2010. Reconstituição sobre cartografia contemporânea. Intervenções 2000-2010 (inclui intervenções Polis).....	267
7.7. Guarda 2010. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea. Intervenções Cidade-Centro 2000-2010 (Inclui intervenções Polis).	268
7.8. Intervenções 2000-2010 Cidade-Centro (Inclui intervenções Polis).....	269
7.9. Guarda 2010. Reconstituição sobre Cartografia Contemporânea. Intervenções Cidade-Parque Urbano Rio Diz 2000-2010 (Inclui intervenções Polis).	270
7.10. Intervenções Cidade-Parque Urbano Rio Diz 2000-2010 (Inclui intervenções Polis).	271
7.11. Visitas oficiais à cidade e manifestações, início da década de 80. Fonte: Arquivo do Jornal do Fundão.	274
7.12. «Não temos nada contra o D.Sancho!» <i>Fonte: Terras da Beira</i> , 3 de Maio de 1996.....	277

7.13. MVCC - Mercês Vieira, Camilo Cortesão. Planta do Projeto. <i>Fonte:</i> Camilo Cortesão & Associados, Lda. No círculo a vermelho a nova localização da estátua de D. Sancho.	280
7.14. Trabalhos de construção na Praça Luís de Camões (Praça Velha). <i>Fonte:</i> Rui Jacinto, abril de 2005.	281
7.15. Madeiro de Natal na Praça Luís de Camões. <i>Fonte:</i> Rui Jacinto	282

ANEXO III

Evolução Demográfica do Concelho e Cidade da Guarda (1864-2011)

a.1. O Concelho da Guarda: enquadramento no contexto Regional, Sub-Regional e Distrital.	311
a.2. Concelho da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2011.	312
a.3. Concelho da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2013.	312
a.4. Cidade da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2011.	313
a.5. Cidade da Guarda: Divisão Administrativa das Freguesias, 2013.	313
a.6. Quadro D.1. População e Território e Quadro D.2. Dinâmicas Demográficas, A Guarda no Contexto Nacional Regional e Local.	315
a.7. Evolução Comparativa da População do Concelho, Freguesias Rurais e Freguesias Urbanas da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos.	316
a.8. O despovoamento rural e a proliferação urbana: máximos populacionais nas freguesias do Concelho da Guarda. Censos 2011.	316
a.9. Densidade Populacional (Hab/Km ²) no Concelho da Guarda: evolução ao longo dos recenseamentos.	318
a.10. Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos: Contexto Local, Regional e Nacional.	320
a.11. Evolução Comparativa do Crescimento da População da Cidade da Guarda ao Longo dos Recenseamentos e o Desagregado das suas Freguesias Urbanas.	320
a.12. Concelho da Guarda: Variação da População das Freguesias Urbanas e Rurais entre Recenseamentos (%).	321
a.13. Concelho da Guarda: Evolução do Peso Relativo da População das Freguesias Urbanas e Rurais ao Longo Recenseamentos (%).	321
a.14. Mapas da Variação da População Residente do Concelho entre censos: 1864-1911, 1911-1960, 1960-2011.	322
a.15. Mapas da Variação da População Residente do Concelho entre censos: Evolução até 2011.	323
a.16. Quadro E. Concelho da Guarda: População Ativa por Setor de Atividade. Dados INE.	325
a.17. Evolução da População Ativa por Setor de Atividade no Concelho da Guarda (1911-2011) (%).	325
a.18. Quadro F. População Residente Empregada por Atividade Económica (CAE) no Concelho da Guarda. Censos 2011.	326

a. 19. Quadro G. Distribuição da População Empregue por Profissões (CNP) no Concelho da Guarda. Censos 2011.	327
a.20. Freguesias Urbanas da Cidade da Guarda (2011) e Estrutura Viária Principal.	329
a.21. Quadro H. A Cidade no Concelho: Dinâmicas Demográficas e Urbanas.	330
a.22. Mapa de Densidade Populacional (Hab/Km ²): Concelho da Guarda. Censos 2011. ...	331
a.23. Mapa de Densidade Populacional (Hab/Km ²): Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011.	332
a.24. Mapa de Percentagem de Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos no Concelho da Guarda. Censos 2011.	332
a.25. Mapa de Percentagem de Alojamentos Vagos por Total de Alojamentos: Cidade da Guarda, por secção estatística. Censos 2011.	333
a.26. Edifícios por Período de Construção na Cidade da Guarda. Censos 2011.	334
a.27. Quadro I. A Cidade da Guarda: Caracterização do Edificado. Censos 2011.	334
a.28. Quadro J. Número de Edifícios por Período de Construção, Freguesias da Cidade da Guarda. Censos 2011.	335
a.29. Mapa do Período em que se registou a maior construção de edifícios por freguesia: Concelho da Guarda. Censos 2011.	335
a.30. Mapa do período em que se registou a maior construção de edifícios por secção estatística: Cidade da Guarda. Censos 2011.	336
a.31. Mapa/Gráficos, Número de Pisos por Freguesia Urbana da Cidade da Guarda. Censos 2011.	336
a.32. Bairro do Pinheiro, Freguesia de S. Vicente, Guarda, Bing Maps. Março 2014.	338
a.33. Zona da Estação e Treija a Poente, Freguesia de S. Miguel, Guarda, Bing Maps. Março 2014.	338

Bibliografia

(por capítulos)

Prólogo

- Diário da República. 'Resolução Do Conselho de Ministros 26/2000, 2000-05-15'. Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades Lourenço, Eduardo. *Nós Como Futuro*. Cadernos Do Pavilhão de Portugal - Expo'98. Lisboa: Assírio e Alvim, 1997.
- Rizzi, Armido. 'Apresentação'. Em *A Cidade*. por Massimo Cacciari . 4ª Edição. Barcelona: Gustavo Gilli, 2010.

I. Cidade, Arquitectura, Projecto.

- Aguiar, Carlos Alexandre de. 'O Problema Das Origens Históricas Da Cidade Da Guarda'. Exame de Licenciatura, C.A. Aguiar, 1940.
- Alberti, Leon Battista, *Da arte edificatória*. Trad. do latim de Arnaldo Monteiro do Espírito Santo; introd. e notas de Mário Júlio Teixeira Krüger Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2011.
- Almeida, João. *Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Império, Lda, 1943.
- Alsayyad, Nezar. *Cairo: Histories of a City*. Cambridge, Massachusetts and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- Arendt, Hannah. *A Condição Humana*. Antropos. Lisboa: Relógio d'Água, 2001.
- . *A Promessa Da Política*. Antropos. Lisboa: Relógio d'Água, 2007.
- Aureli, Pier Vittorio, ed. 'Means to an End, The Rise and Fall of the Architectural Project of the City'. Em *The City as a Project*, 14–38. Berlin: Ruby Press, 2013.
- . *The Project of Autonomy: Politics and Architecture Within and Against Capitalism*. 1ª Edição. New York: Princeton Architectural Press, 2008.
- , ed. 'Toward the Archipelago: Defining the Political and the Formal in Architecture.' Em *The Possibility of Absolute Architecture*, 1–47. London: The MIT Press, 2012.
- Bandeirinha, José António. 'Cidades e Redes Urbanas: O Papel Da(s) Cidade(s) No Equilíbrio Territorial.' Em *Como Reorganizar Um País Vulnerável?*, ed. José Reis, 346–76. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2020.
- . 'Uma Região de Cidades'. Em *Transversalidades 2016 - Fotografia Sem Fronteiras*, 118–20. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2016.
- Baptista, Idalina. 'How Portugal Became an "Unplanned Country": A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning'. *International Journal of Urban and Regional Research* 36, n.º 5 (setembro 2012): 1076–92. <https://doi.org/DOI:10.1111/j.1468-2427.2011.01096.x>.
- Benévolo, Leonardo. *The European City*. Oxford: Blackwell Publishers, 1993.
- Benjamin, Walter. 'The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction'. Em *Illuminations*. London: The Bodley Head, 2015.

- Borges, Dulce Helena. *Guarda - Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi, 2010.
- . 'Hotel de Turismo'. Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 2.^a Edição, 188–95. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Bourdieu, Pierre. 'Neoliberalism, the Utopia (Becoming Reality) of Unlimited Exploitation.' Em *Acts of Resistance: Against the Tyranny of Market*, tradução de Richard Nice, 94–105. New York: Free Press, 1998.
- Brenner, Neil. *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford University Press, 2004.
- Cacciari, Massimo. 'Project'. Em *The Unpolitical: on the radical critique of the political reason*, 122–45. New York: Fordham University Press, 2009.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio. *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- Chorão, Maria Helena da Cruz. *Memórias Paroquiais -1758*. Câmara Municipal da Guarda, 2002.
- Coelho, Maria Helena da Cruz, ed. *Forais e Foros Da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1999.
- Coelho, Maria Helena da Cruz, e Luís Rêpas. *Um Cruzamento de Fronteiras : O Discurso Dos Concelhos Da Guarda Em Cortes*. Iberografias 9. Porto: Campo das Letras, 2006.
- Crouch, Colin. *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- Dias, Cecília. 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939'. Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 2.^a Edição, 38–93. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Domingues (coord.) et al. *Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal*. 1.^a Edição. Lisboa: Argumentum, 2006.
- Dörter, Rainer, Frank Samol-Rojek, and Hans-J Stromenger. 'Konzept zur städteumldtebaulichen Entwicklung der Distrikthauptstadt Guarda / Portugal | Conceção do Desenvolvimento Urbano da Capital do Distrito da Guarda'. Prova Final de Licenciatura orientada por G. Gourdes, Técnica de Aachen, 1982.
- Ferreira, Alfredo Durão Matos. *Aspectos da Organização do Espaço Portugêses*. Porto: FAUP Publicações, 1995.
- Ferreira (coord), Jaime. *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc.XX*. 2nd ed. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Ferreira, Jaime. 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959.' In *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 94–195. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Ferreira, Virgílio. *Estrela Polar*. 5.^a. Lisboa: Quetzal, 2011.
- Fonseca, Ana Beatriz Santos. 'Vazios Urbanos Levantamento e soluções na cidade da Guarda', (Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, 2014.
- Foucault, Michel. 'Nietzsche, Genealogy, History'. Em *The Foucault Reader*, ed. Paul Rabinow, New York: Pantheon Books, 1984.
- . 'Questions of Method'. Em *The Foucault Effect : Studies in Governmentality, with Two Lectures by and an Interview with Michel Foucault*. eds. Graham Burchell, Colin Gordon, e Peter Miller, Chicago: Chicago University Press, 1991.
- . *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Tradução de Mr.Graham Burchell. Reimpressão. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- . *Society Must Be Defended: Lectures at the Collège de France, 1975-1976*. Tradução de David Macey. Picador, 2003.

- Gama e Castro, José Osório. *Diocese - Districto da Guarda: Serie de apontamentos historicos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes á actualidade; e notas referentes á cathedral egitaniense e respectivos prelados*. Porto, 1902.
- Garcia, Maria Antonieta, Dulce Helena Pires Borges, Judith Cohen, e Luís Azevedo, eds. *Guarda, história e cultura judaica. [catálogo]*. Guarda: Museu da Guarda : Câmara Municipal, 1999.
- Garland, David. 'What Is a "History of the Present"? On Foucault's Genealogies and Their Critical Preconditions'. *Punishment & Society* 16, n.º 4 (2014): 65-384.
- Gomes, Maria João Lino Silva. 'Planeamento urbanístico e morfologia urbana em sítios de relevo acidentado : escolha ou fatalidade : Guarda, um caso de estudo'. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade da Beira Interior, 2015.
- Gomes, Pinharanda. *História Da Diocese Da Guarda*. Braga: J. P. Gomes : Editora Pax, 1981.
- Gomes, Rita Costa. 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)' (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985), *Revista de Historia Económica e Social*, 1ª Edição, n.º 9-10 (1987).
- Gonçalves, Nuno, ed. '[ALBUM de Desenhos] TYPVS Provinciæ [...] s. XVII'. In *Catálogo de Leilão Biblioteca Particular*, II:2-3. Lisboa, 2013.
- Gramsci, Antonio. *Gramsci: Le Opere, La Prima Antologia Di Tutti Gli Scritti, A Cura Di Antonio A. Santucci*. 1.ª Edição. Editori Riuniti, 1997.
- Gregotti, Vittorio. *Território da Arquitectura*. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- Hays, K. Michael, ed. *Architecture Theory since 1968*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998.
- Hirst, Paul. 'Foucault and Architecture'. *AA Files*, n.º 26 (outubro 1996): 52-60.
- Jacinto, Rui. 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade'. Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2.ª Edição, 16-37. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Jameson, Frederic. 'Is Space Political?' Em *Rethinking Architecture*, ed. Neil Leach, 242-55. London & New York: Routledge, 1997.
- Joyce, Patrick. *The Rule of Freedom: Liberalism and the Modern City*. London: Verso, 2003.
- Kostof, Spiro. *A History of Architecture: Settings and Rituals*. 2.ª Edição, New York: Oxford University Press, 1995.
- Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers, ldt, 1991.
- . *The Right to the City*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000.
- . *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- Lopes, Diogo Seixas. 'Tendência, o som da confusão.' *Opúsculos - Dafne Editora*, n.º 23 (Junho 2010).
- Markus, Thomas A. *Buildings and Power Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types*. London and New York: Routledge, 1993.
- Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território. 'PNPOT - Plano Nacional de Ordenamento do Território', 5 July 2007.
- Morais L Mourato, J. 'Europeanisation and Territorial Governance: An Inquiry into Power and Institutional Culture Change in Portugal'. Tese de Doutoramento, University College London, 2011.
- Mouffe, Chantal. *On The Political*. New York: Routledge, 2005.
- Neto, Maria. 'A toponímia da cidade da Guarda e a construção da memória pública no século XX'. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta, Universidade Aberta, 2011.

- Oliveira, Carlos. *Apontamentos para a Monografia da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1940.
- Pereira, José. *Guarda*. 1ª Edição. Cidades e Vilas de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- Pereira, Vítor. 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano.' Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- Pita, Vanessa. 'A Evolução Da Paisagem Urbana Da Cidade Da Guarda: Ativação/Desativação Do Património Edificado.' Tese de Mestrado em História e Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.
- Poëte, Marcel. *Introducción al urbanismo, La evolución de las ciudades: la lección de la Antigüedad*. Fundación Caja de Arquitectos. Barcelona, 2011.
- Portas, Nuno, Álvaro Domingues, e Cabral. *Políticas Urbanas, tendências estratégias e oportunidades*. 3.ª Edição. Lisboa: Fundação Callouste Gulbenkian, 2002.
- Ramos, Cátia. 'Guarda's Representation Laboratory (100-2010): Researching, Interpreting, Modelling And Visualising A City's Growth'. *Aproged Bulletin*, 34 (dezembro de 2018):
- Rancière, Jacques. *Disagreement: Politics and Philosophy*. University of Minnesota Press, 1999.
- Rancière, Jacques. *Hatred of Democracy*. Verso: London & New York, 2006.
- Reis, José. *A Economia Portuguesa. Formas de Economia Política Numa Periferia Persistente (1974-2017)*. Coimbra: Edições Almedina, 2018.
- . 'O Território Ainda Existe? Sistemas de Provisão de Habitação e o Desperdício Do País'. Em *A Nova Questão Da Habitação Em Portugal: Uma Abordagem de Economia Política.*, coord. Ana Cordeiro Santos, 53-86. Coimbra: Actual, 2019.
- . 'O Território: Reorganizar Internamente o País Depois Do Modelo Unipolar e Dos Deslaçamento Territorial.' Em *Como Reorganizar Um País Vulnerável?*, ed. José Reis 295-343. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2020.
- Rodrigues, Adriano Vasco. *Guarda, monografia: Pré-história, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, 2000.
- . *Monografia Artística da Cidade da Guarda*. Guarda, 1958.
- Rossa, Walter. 'A Cidade Portuguesa (Março de 1995)'. Em *A Urbe e o Traço - Uma década de Estudos sobre o urbanismo Português.*, 193-360. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.
- Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2.ª Edição. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.
- . *The Architecture of the City*. Opositions Books. Cambridge, Massachusetts and London: MIT Press, 1984.
- 'Rough outline of the City of Guarda'. 28 July 1810. Esboço, 1 inch to 100 yards. Portugal: Guarda. Plan of the city showing buildings, walls and roads. MPI 1/223/2-4. The National Archives.
- Salgueiro, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana*. 3ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- Santos, António, Carla Santos, Carlos Ferreira, Carlos Reis, Heloísa Paulo, Hélder Sequeira, Helena Santana, et al. *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011.
- Santos, Boaventura de Sousa. 'Estado e Sociedade Na Semi-Periferia Do Sistema Mundial: O Caso Português'. *Análise Social/XXI*, n.º 87-88-89 (1985): 869-901.
- Santos, Pedro Jorge Grilo dos, e Armando Rabaça. 'Reordenamento Urbano Do Parque Da Saúde Da Guarda: O Antigo Sanatório Sousa Martins, Guarda Cidade Saúde'.

- Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra., 2015.
- Scolari, Massimo. 'The New Architecture and the Avant-Garde'. Em *Architecture Theory since 1968*, ed. K. Michael Hays, 126–45. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998.
- Stanek, Lukasz. *Henri Lefebvre on Space: Architecture, Urban Research, and the Production of Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- Tafari, Manfredo. 'Introducción: El Proyecto Histórico'. Em *La Esfera Y El Labirinto: Vanguardias Y Arquitectura De Piranesi a Los Años Setenta*, 5–28. Biblioteca de Arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.
- . *La dignità dell'attimo : trascrizione multimediale di 'Le forme del tempo: Venezia e la modernità'*. Venezia: Grafiche veneziane, 1994.
- . *Projecto e Utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- . *Teorias e História da Arquitetura*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- Tattara, Martino, Gabriele Mastrigli, and Pier Vittorio Aureli. *Rome the Centre(s) Elsewhere*. Milano: Skira, 2010.
- Teyssot, Georges. 'Um "retrato" de Tafari.' Em *Da Teoria Da Arquitetura: Doze Ensaio*, Edições 70-Edarq., 281–93. Arquitetura e Urbanismo. Edições 70, 2010.
- Veloso, Rui Filipe. 'O desenho da forma: o caso da Guarda'. Prova Final, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2001.
- Viagens Na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.
- Vidler, Anthony. 'A Terceira Tipologia (The Third Typology)'. Em *Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995*, org. Kate Nesbitt, 2ª Edição, 285–89. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- Vitrúvio. *Tratado de arquitetura*. Tradução de Manuel Justino P. Maciel. 3ª Edição. Lisboa: IST Press, 2009.
- Wright, Gwendolyn. *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

2. Da civitas romana ao fim do império (100-1198)

A latência da civitas romana.

- Aguiar, Carlos Alexandre de. 'O Problema Das Origens Históricas Da Cidade Da Guarda'. Exame de Licenciatura, C.A. Aguiar, 1940.
- Arendt, Hannah. *A Promessa Da Política*. Antropos. Lisboa: Relógio d'Água, 2007.
- 'Capela de Nossa Senhora Do Mileu'. Património Cultural da Direcção-Geral do Património Cultural, acessado a 9 de setembro de 2015.
<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73894>.
- Carvalho, Pedro. *Cova Da Beira: Ocupação E Exploração Do Território Na Época Romana: Um Território Rural No Interior Norte Da Lusitania*. (Orig. Tese de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 2006). Conimbriga 4. Fundão: Coimbra: Câmara Municipal ; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- Foucault, Michel. *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Traduzido por Mr. Graham Burchell. Reimpressão. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

- Gomes, Rita Costa. 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)' (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985). *Revista de História Económica e Social*, 1ª Edição, n.º 9-10 (1987).
- Guerra, Amílcar, and Thomas G. Schattner. 'El Foro y El Templo de Lancia Oppidana: Nueva Interpretación de Centum Celas (Belmonte)'. In *Ciudad y Foro En Lusitania Romana = Cidade e Foro Na Lusitânia Romana*, 333-42. Badajoz: [s.n.], D.L., 2010. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3271369>.
- Mantas, Vasco Gil. *As vias romanas da Lusitânia*. Studia Lusitana 7. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2012.
- Mattoso, José. 'A Época Sueva e Visigótica: A Decomposição Do Mundo Romano.' Em *História de Portugal*, 1:323-37. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- Monteiro, Helena Patrícia Romão. 'A estrada de Beira: reconstituição de um traçado medieval'. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. <http://run.unl.pt/handle/10362/8340>.
- Osório, Marcos. 'Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)'. *Praça Velha - Revista Cultural*, Maio de 2004.
- Pereira, Vitor. 'O Sítio Romano da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de uma Pequena Ciuitas Localizada nos Confinos Ocidentais do Império Romano.' Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- Rodrigues, Adriano Vasco. 'A Propósito de uma Lápide do Mileu (Guarda)'. *Separata de Humanitas, Hvmánitas*, 6 e 7 (1958).
- . *Elementos Para o Estudo Da Romanização Nos Montes Herminios*. Porto: Edições Marânus, 1962.
- Tente, Catarina. 'Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI'. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia., Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Vitrúvio. *Tratado de arquitectura*. Tradução de Manuel Justino P. Maciel. 3ª edição. Lisboa: IST Press, 2009.

3. A consubstanciação da cidade da Guarda (1199-1820).

A afirmação lenta da Muralha, da Sé e sua Praça.

- Almeida, João. *Roteiro dos Monumentos de Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Império,Lda, 1943.
- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Edição revista. Verso, 2006.
- Baptista, Paulo Artur Ribeiro. *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de oitocentos*. Teses II. Lisboa: Colibri : IHA - Estudos de Arte Contemporânea, 2010.
- Caetano, Carlos Manuel Ferreira. 'As Casas Da Câmara Dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização Do Poder Local: (Séculos XIV a XVIII)'. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Moderna, FSCH da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- Camejo, Alcina. 'Um novo olhar sobre a Praça Velha'. Power point, Academia Sénior, 6 de março de 2008.

- Camejo, Alcina, e Vítor Pereira. 'A necrópole do largo das Freiras (Sé Guarda). Notícia Preliminar'. *Praça Velha - Revista Cultural*, 2011: 221-232.
- Carita, Hélder. *Lisboa Manuelina: A Formação de Modelos Urbanísticos Da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- Carvalho, Rosendo. *Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Albúm Documental Photographico*. Vol. 2. (2 vols), 1897.
- . *Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Texto*. Vol. 1. 2 vols, 1897.
- Chicó, Mário Tavares, Mário Novais, e João Vidigal. *A Arquitectura Gótica Em Portugal*. 4ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Chorão, Maria (transcrição). *Memórias Paroquiais -1758*. Câmara Municipal da Guarda, 2002.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. 'A Guarda em Cortes nos Séculos XIV e XV'. *Revista Portuguesa de História*. XXXV, n.º 35 (2002 2001): 123-42.
- Coelho, Maria Helena da Cruz, e Luís Rêpas. *Um Cruzamento de Fronteiras : O Discurso dos Concelhos da Guarda em Cortes*. Iberografias 9. Porto: Campo das Letras, 2006.
- Comando Geral de Engenharia. 'Esboço da planta da cidade da Guarda'. Planta da Cidade: 1 documento : ms. ; 38 x 47 cm, Escala não Determinada. Guarda, 1885. Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).
- Conceição, Margarida Tavares da. 'Antigo Seminário e Paço Episcopal da Guarda uma investigação na base de um projecto de arquitectura.' *Praça Velha - Revista Cultural*, 1997: 17-26.
- Conde, Manuel Sílvio Alves. *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar 'Cultura, Espaço e Memória', 2012.
- Fernandes, Cybele. 'Arquitetos, Mestres-de-Obras, Pedreiros e Calceteiros No Século XVIII e XIX Em Minas Gerais'. Em *Artistas e Artífices No Mundo de Expressão Portuguesa*, edição de Natália Ferreira Alves, 32-73. Porto: CEPSE, 2008. <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-no-mundo-de-expressao-portuguesa>.
- Fernandes, Lídia, Emanuel Carvalho, e Teresa Julião. 'A Alcáçova da Cidade da Guarda: proposta de reconstituição.' *Arqueologia Medieval*, n.º6 (1999): 59-72.
- Ferreira, Orlando da Costa. *Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira : a imagem gravada*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- 'Forte de Porcas, Junto à Cidade da Guarda.', 1801. Exército Português - Direcção de Infra-Estruturas - Projecto SIDCARTA.
- Gama e Castro, José Osório. *Diocese - Districto da Guarda: Serie de apontamentos historicos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes á actualidade; e notas referentes á cathedral egitaniense e respectivos prelados*. Porto, 1902.
- Garcia, A. Elias. 'Rui de Pina o Seu Testamento'. *Altitude*, Fevereiro 1943.
- Gomes, Pinharanda. *História da Diocese da Guarda*. Braga: J. P. Gomes : Editora Pax, 1981.
- Gomes, Rita Costa. 'A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)' (Orig. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985), *Revista de Historia Económica e Social*, 1ª Edição, n.º 9-10 (1987).
- Gonçalves, Nuno, ed. '[ALBUM de Desenhos] TYPVS Provinciæ [...]. s. XVII'. Em *Catálogo de Leilão Biblioteca Particular*, II:2-3. Lisboa, 2013.

- Herculano, Alexandre. Monumentos Pátrios (1938). Em Alexandre Herculano. *Opúsculos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1873a. p 1-52. Tomo II.
- Kostof, Spiro. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. Thames & Hudson, 1999.
- Leandro, Sandra. *Joaquim de Vasconcelos: Historiador, Crítico de Arte e Museólogo: Uma Ópera*. Biblioteca de Autores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.
- Martins das Neves, João. 'A Casa Nobre do Largo do Paço do Biu - Um exemplo da Arquitectura Nobre da Época Filipina, na Guarda.' *Praça Velha - Revista Cultural*, 2005: 25-39.
- Mattoso, José. 'Dois Séculos de Vicissitudes Políticas'. Em *História de Portugal*, vol.II:23-164. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- . *Identificação de Um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal: 1096-1325*. 5ª edição. Referência 12, 13. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- . 'Mutações'. Em *História de Portugal*, vol. II: 243-67. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- . 'Realizações'. Em *História de Portugal*, vol. I: 483-548. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- Mattoso, José, Daveau Daveau, e Duarte Belo. *Portugal o Sabor da Terra: Um retrato histórico e geográfico por regiões*. 2ª edição. Rio Tinto: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2010.
- Milán da Costa, Adelaide. 'A Propriedade e o Poder No Espaço Urbano Quatrocentista'. Em *Comissão Nacional Para a Comemoração Dos Descobrimentos Portugueses*, 23-36. Lisboa, 2001.
- Monteiro, Helena Patrícia Romão. 'A estrada de Beira: reconstituição de um traçado medieval'. Dissertação de mestrado em História, especialização em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. <http://run.unl.pt/handle/10362/8340>.
- Monteiro, João Gouveia. *Os Castelos Portugueses Dos Finais Da Idade Media: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Coimbra: Edições Colibri, Faculdade de Letras de Coimbra, 1999.
- Muñon López, Francisco. 'El Urbanismo Islámico y Su Transformación Después de La Conquista Cristiana: El Caso de Murcia - Dialnet'. *Verdolay Revista Del Museo Arqueológico de Murcia*, n.º 4 (1992): 175-84.
- Neves, António Nunes da Costa. 'A Igreja Da Misericórdia Da Guarda - à Luz de Documentos Inéditos'. *O Interior*, n.º 89 (2001): 10.
- Oliveira, Carlos. *Apontamentos para a Monografia da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1940.
- Osório, Marcos. 'Notas Históricas em Torno da Casa do Alpendre (Largo do Espírito Santo Guarda)'. *Praça Velha - Revista Cultural*, 2001: 73-84.
- . 'Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)'. *Praça Velha - Revista Cultural*, Maio 2004: 5-17
- Pereira, Paulo. *O «Modo» Gótico (Séculos XIII-XV)*. Vol. 3. História Da Arte Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.
- Pereira, Vítor. 'A Torre Velha do Primitivo Castelo da Guarda'. *Praça Velha - Revista Cultural*, 2007.
- . 'Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da Intervenção no Torreão'. Em *Actas do encontro de Arqueologia e Autarquias - Câmara Municipal de Cascais.*, 253-78. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008.

- . 'Intervenção Arqueológica na Rua Dr. Miguel de Alarcão, n.º 21 (Sé, Guarda)'. *Praça Velha - Revista Cultural*, 2001: 63-72.
- . 'Intervenção Arqueológica No Edifício Dos Antigos Paços Do Concelho, Guarda.' Em *Actas Do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana Da Amadora*, 95-105. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 2003.
- Pinto, Sandra. 'Persistências, Ruturas, Dinâmicas: Paradigmas Dos Estudos Históricos de Forma Urbana'. *REVISTA DE MORFOLOGIA URBANA Revista Da Rede Lusófona de Morfologia Urbana* 3, n.º 2 (2015): 127-29.
- 'Planta da Cidade da Guarda'. Planta: 93,1 x 127,3 cm. Guarda, 1907. 39874 TC (n.º. IFN). Museu da Guarda.
- 'Planta da Cidade da Guarda e seus arrabaldes'. Guarda, 1 de Janeiro de 1889. 39875 TC (n.º. IFN). Museu da Guarda.
- Randolph, Adrian. 'The Bastides of the Southwest France'. *The Art Bulletin* 77, n.º 2 (junho 1995): 290-307.
- Rodrigues, Adriano. *Guarda, monografia: Pré-história, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, 2000.
- Rodrigues, Sofia. 'O Pensamento Artístico de Joaquim de Vasconcelos'. *Arte Teoria*, n.º 4 (2003): 44-57.
- Rossa, Walter. 'A Cidade Portuguesa (março de 1995)'. Em *A Urbe e o Traço - Uma década de Estudos sobre o urbanismo Português.*, 193-360. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.
- Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2.ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.
- 'Rough outline of the City of Guarda'. 28 de julho de 1810. Esboço, 1 inch to 100 yards. Portugal: Guarda. Plan of the city showing buildings, walls and roads. MPI 1/223/2-4. The National Archives.
- Sá, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Temas de História de Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Sequeira, Joana, e Luís Miguel Duarte. *O Pano Da Terra: Produção Têxtil Em Portugal Nos Finais Da Idade Média*. 1ª ed. Para Saber 39. Porto: U.Porto, 2014.
- Serrão, João. 'O Quadro Humano.' Em *História de Portugal*, vol. IV:48-67. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- Tavares, Maria. 'O Povoamento Judaico no Território da Diocese da Guarda (período medieval e moderno)'. *Praça Velha - Revista Cultural*, 2016: 65-87.
- Teixeira, Manuel. 'As Praças Urbanas Portuguesas Quinhentistas'. Em *A Praça Na Cidade Portuguesa : [Actas Do] Colóquio / Org. Pelo Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura Do ISCTE, Março, 1999 ; Coord. Manuel C. Teixeira.*, 69-89. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Tente, Catarina. 'Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI'. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia., Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Trindade, Luísa. *A Casa Corrente em Coimbra. Dos Finais da Idade Média Aos Inícios da Época Moderna*. Coleção Coimbra Património 1. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- . 'Urbanismo Na Composição de Portugal'. Dissertação de Doutoramento na área de História, especialidade de História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.
- Vasconcelos, Joaquim. 'Guarda, Serra- Cidade - Catedral'. Em *A arte e a natureza em Portugal: album de fotografias com descrições; clichés originaes; copias em phototypia inalteravel; monumentos, obras d'arte, costumes, paisagens*, Vol. 6. Porto: Emilio Biel, 1902.

4. A cidade da saúde (1820-1933).

Higienização e Saúde Pública na transformação da Cidade.

- '18th- and 19th-Century European Expeditions | Livingstone Online'. Acedido a 6 de março de 2019. //life-and-times/18th-and-19th-century-european-expeditions.
- 'Actas Da Comissão de Viação Municipal Do Distrito Da Guarda', De 1879- 1868. Arquivo Distrital da Guarda.
- Aires-Barros, Luís. 'Os 140 Anos Da Sociedade de Geografia de Lisboa'. Em *Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-2015, 140 Anos*, Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2015.
- Albuquerque, Álvaro de Azevedo Capitão. 'Projecto de hospital regimental na Guarda'. Plantas e Alçados, Escala não Determinada. Guarda, 1909. Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).
- Borges, Dulce Helena. *Guarda - Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi, 2010.
- . 'Guarda, cidade saúde'. Em *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc.XX*, 2.^a edição, 320–51. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Caetano, Carlos. 'Urbanismo e Arquitectura no tempo Republicano da cidade da Guarda.' Em *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*, Câmara Municipal da Guarda., 260–301. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011.
- Calmeiro, Margarida Isabel Barreto Relvão. 'Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934'. Tese de Doutoramento em Arquitetura (Teoria e História de Arquitetura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014.
- Câmara Municipal da Guarda. 'Livro de Actas Das Sessões Da Comissão Executiva 1908-1911'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.
- . 'Livro de Actas de 1868-1873'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.
- . 'Livro de Actas de 1873-1878'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.
- . 'Livro de Actas de 1878-1882'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.
- . 'Livro de Actas de 1882-1886'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda.
- Carvalho, Lopo, e Amândio Paúl. *Tuberculosos Curados*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1904.
- Castro, José Augusto de. 'O combate: pela justiça, pela verdade, pela equidade'. 1931-1904.
- Comando Geral de Engenharia. 'Esboço da planta da cidade da Guarda'. Planta da Cidade: 1 documento : ms. ; 38 x 47 cm, Escala não Determinada. Guarda, 1885. Projecto SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa).
- Daveau, Suzanne. 'A expedição científica à Serra da Estrela, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em Agosto de 1881'. *Finisterra* 16, n.º 32 (1981): 314–18.
- Decreto de Lei, Pub. L. N.º 40 (1864).
- Decreto de Lei (1903), Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas.
- Delmas, Catherine, Christine Vandamme, e Donna Spalding Andréolle. *Science and Empire in the Nineteenth Century: A Journey of Imperial Conquest and Scientific Progress*. Cambridge Scholars Publishing, 2010.
- Dias, Cecília. 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939'. Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc.XX*, 2.^a Edição., 38–93. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Driver, Felix. *Geography Militant: Cultures of Exploration and Empire*. Wiley, 2000.

- Fernandes, Mário Gonçalves. *Urbanismo e Morfologia Urbana No Norte de Portugal: Viana Do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança Entre 1852 e 1926*. Série I 16. Porto: FAUP publicações, 2005.
- Foucault, Michel. 'O Nascimento da Medicina Social'. Em *Microfísica do poder*, edição de Roberto Machado, 10.^a edição., 79–98. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências 7. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- . 'O Nascimento do Hospital'. Em *Microfísica do poder*, edição de Roberto Machado, 10.^a edição, 79–98. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências 7. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- Garcia, Antonieta. 'A Guarda no Labirinto da I República'. Em *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*, Câmara Municipal da Guarda., 20–229. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011.
- Garcia, Maria. 'O Poder Intelectual Dos Médicos : Finais Do Século XIX - Inícios Do Século XX'. *Revista de História Das Ideias* 24 (2003): 213–53.
- Gomes, Clemente. 'Obras a executar para a adaptação da Capela do Seminário da Guarda a Tribunal Judicial e cartórios: ante-projecto.'. 22 de Janeiro de 1914. ScIV/Sr.02/071 DOP cx59. Arquivo Distrital da Guarda.
- Hall, Peter. 'The City of Dreaful Night'. Em *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, 4.^a edição, 12–48. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.
- Lima Garcia. 'Liceu Afonso de Albuquerque'. Em *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Séc.XX*, 2.^a edição, 378–97. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- 'Lista de Editais Da Câmara Municipal Da Guarda 1890-1907', Câmara Municipal da Guarda, Arquivo da BMEL.
- Lobo, Susana Luísa Mexia. 'Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.^a República à Democracia'. Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.
- Markus, Thomas A. *Buildings and Power Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types*. London and New York: Routledge, 1993.
- Ministério do Comércio e das Comunicações. Decreto de Lei, Pub. L. N.º 8:714 (1923).
- 'Misericórdia'. *Districto Da Guarda*. 4 de junho de 1899.
- Neto, Maria. 'A toponímia da cidade da Guarda e a construção da memória pública no século XX'. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta, Universidade Aberta, 2011.
- 'O Sanatório Sousa Martins e o Dr. Lopo de Carvalho.' *O Combate: Pela Justiça Pela Verdade, Pela Equidade*. 18 de maio de 1907.
- Patrício, Ladislau. *O Sanatório 'Sousa Martins' Na Guarda*. Lisboa: Boletim da Assistência Social, 1963.
- . 'Para Que?' *O Combate: Pela Justiça Pela Verdade, Pela Equidade*. 18 de Maio de 1907.
- Pereira, José. *Guarda*. 1.^a. Cidades e Vilas de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- Pinto, Helena. 'A Cura e a Arquitectura: História na Arquitectura Hospitalar Portuguesa na Época Contemporânea da Programação à Tipologia Arquitectónica'. Tese de Doutoramento em Arquitectura Especialização em Teoria e História da Arquitectura, Universidade de Lisboa, 2014.
- Pissarra, Rui Miguel Paiva. 'A chegada do comboio à cidade da Guarda em finais do século XIX : expectativas e repercussões'. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Universidade Aberta, 2011.

- 'Planta da Cidade da Guarda'. Planta: 93,1 x 127,3 cm. Guarda, 1907. 39874 TC (n.º. IFN). Museu da Guarda.
- Porter, Dorothy. *Health, Civilization and the State: A History of Public Health from Ancient to Modern Times*. London & New York: Routledge, 2005.
- Rabinow, Paul. *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*. Chicago and New York: The University of Chicago Press, 1995.
- Sampaio, Artur. 'Ampliação do Paço Episcopal e Seminário: Memória Descritiva e Desenhos de Projecto.', 2 de dezembro de 1903. ScIV/Sr.01/006 DOP - cx.55. Arquivo Distrital da Guarda.
- Santos, Pedro Jorge Grilo dos, 'Reordenamento Urbano Do Parque Da Saúde Da Guarda: O Antigo Sanatório Sousa Martins, Guarda Cidade Saúde'. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra., 2015.
- 'Saúde Pública'. *Districto Da Guarda*. 3 de setembro de 1899.
- s/autor. 'Adaptação da Capela do Seminário da Guarda a Tribunal Judicial e Cartórios: Empreitada Geral de Obras de pedreiro, carpinteiro, trolha e pintor, marcenarias para aquela adaptação.', 1907. ScIV/Sr.01/031 DOP - cx 57. Arquivo Distrital da Guarda.
- Sequeira, Helder Luís Rebelo. *Ladislau Patrício, Guardense, Médico e Escritor*. Gentes Da Guarda 1. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2004.
- . *O dever da memória: uma rádio no sanatório da montanha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003.
- Silva, Daniela. 'A Política Assistencial Da I República Portuguesa Perante Um Sistema Pré-Existente'. FLUC, Coimbra: Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, 2013.
- Silveira, Luís. *Território e Poder: Nas Origens Do Estado Contemporâneo Em Portugal*. Patrimonia Historica. Estudos: Instrumentos de Trabalho. Cascais: Património, 1997.
- Simões, A. A. da Costa. *Hospitais Portuguezes de Construção Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898.
- Soja, Edward. 'The Socio-Spatial Dialectic'. *Annals of the Association of American Geographers* 70, n.º 2 (junho 1980): 207-25.
- Jornal *Districto da Guarda*. 9 de setembro de 1884.

5. Dois anteplos: a mesma cidade (1933-1974).

Engenharia social na forma urbana da Guarda.

- Aguiar, João António. '1. Memória Descritiva e Justificativa Regulamento e Fotografias: Anteplo Geral de Urbanização de São Miguel da Guarda', 7 de julho de 1947. Câmara Municipal da Guarda.
- Almeida, José. *Guarda Livros: Textos e Contextos*. Guarda: Câmara Municipal, 2004.
- Bandeirinha, José António. 'Portugal Do Estado Novo. Arquitectura e Política Do Espírito.' *O g.a.t.c.p.a.c. e o Seu Tempo, Política, Cultura e Arquitectura Nos Anos Trinta*, V Congresso da Fundação Docomomo Ibérico, 2005, 61-72.
- Baptista, Luís. 'Casa, Família, Ideologia: A Emergência Da Política de "Moradias Unifamiliares" Em Portugal Nos Anos 30.' *Ler História*, n.º 34 (1998): 137-64.

- Bodenschatz, Harald, Piero Sassi, and Max Welch Guerra. *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Birkhäuser, 2015.
- Borges, Dulce Helena. 'Hotel de Turismo'. In *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2.ª edição, 188–95. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Câmara Municipal da Guarda. 'Actas Das Sessões de Câmara (1974-1986)'. Arquivo da Câmara Municipal da Guarda,
- Cardoso, Abílio. 'State Intervention in Housing in Portugal 1960-1980'. Tese de Doutoramento em Estudos de Planeamento, Universidade de Reading, 1983.
- Carvalho, Rosendo. *Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Álbum Documental Photographico*. Vol. 2. 2 vols, 1897.
- . *Memoria sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração: Texto*. Vol. 1. 2 vols, 1897.
- Castela, Tiago. 'A liberal space: a history of the illegalized working-class extensions of Lisbon'. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade da Califórnia, 2011.
- . 'Empire in the City: Politicizing Urban Memorial of Colonialism in Portugal and Mozambique'. Em *Whose Tradition?: Discourses on the Built Environment (Planning, History and Environment)*, edição de Nezar AlSayyad, Mark Guillem, e David Moffat, 188–212. London & New York: Routledge, 2017.
- . 'Imperial Garden: Planning Practices and the Utopia of Luso-Tropicalism in Portugal/Mozambique, 1945-1975'. In *IASTE 2010 - Architecture Tradition and The Utopia of The Nation State*, 238:75–98. Beirute (Líbano), 2010.
- . 'Por historias situadas de la división urbana: las extensiones ilegalizadas de Lisboa en el programa de armonía social de las dictaduras en Portugal'. *Estudios del ISHiR* 5, n.º 11 (6 de julho de 2015): 10–36.
- Correia, Luis Miguel. 'Monumentos, território e identidade no Estado Novo: da definição de um projecto à memorização de um legado'. Tese de doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura), apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015.
- Costa, Celestino et al. 'Parecer sobre o Plano: Ante-Plano Geral de Urbanização da Guarda', 10 de Outubro de 1972. Câmara Municipal da Guarda.
- Diário da República Eletrónico. 'Decreto n.º 16791 - Diário do Govêrno n.º 97/1929, Série I de 1929-04-30'.
- Dias, Cecília. 'O "Aformoseamento" - Gentes, Normas e Obras de 1900 a 1939'. Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2.ª edição, 38–93. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Elias, Helena. 'A Statue for Each Town: Public Sculpture Under the New State (1955 – 1965)'. *On the W@terfront*, n.º 9 (2007): 42–68.
- . 'As Últimas Encomendas de Arte Pública Do Estado Novo (1965-1985) The Latest Public Art Commissions by "Estado Novo" (1965-1985)'. *On the W@terfront*, 2012, 5–29.
- 'Federação de Municípios Da Beira Serra - Arquivo Distrital Da Guarda - DigitArq'. Acedido a 24 de Abril de 2017. <http://digitarq.adgrd.arquivos.pt/details?id=1228661>.
- Ferreira, Jaime. 'Do Perpianho ao Betão - Deambulações entre 1940 e 1959.' Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 94–195. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Ferreira, Vergílio. *Estrela Polar*. 5ª Edição, Lisboa: Quetzal, 2011.
- Ferro, António. *Viagem à Volta Das Ditaduras*. Lisboa, 1927.
- Fonte, Maria Manuela Afonso da. 'Urbanismo e arquitectura em Angola de Norton de Matos à Revolução'. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

- Foucault, Michel. 'The Subject and Power'. *Critical Inquiry* 8, n.º 4 (1 de julho de 1982): 777–95.
- Garcia, Antonieta. 'A Guarda no Labirinto da I República'. Em *Euforia Breve: Memórias da Primeira República na Guarda*, Câmara Municipal da Guarda., 20–229. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2011.
- Geertz, Clifford. 'Centers, Kings and Charisma: Reflections on the Symbolics of Power'. Em *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*, 121–46. New York: Basic Books, 1983.
- Gonçalves, Eliseu. 'A República e a Questão Social Da Habitação No Rescaldo Da Guerra (1918-1933)'. Em *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*, 41–92. Lisboa: IHRU, 2018.
<https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/100anoshabitacao/>.
- Gonçalves, Fernando. 'A Propósito Dos Planos de Urbanização Do Estado Novo: Projectos Urbanísticos Ou Regulamentos Policiais?' *Sociedade e Território*, n.º 4 (1986): 92–115.
- Gros, Marielle. "'Pequena' história Do Alojamento Social Em Portugal'. *Sociedade e Território*, n.º 20 (maio 1992): 80–90.
- Hall, Peter. 'The City in the Garden'. In *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, 4.ª Edição, 90–148. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.
- Heynen, Hilde. *Architecture and Modernity: A Critique*. 2.ª Edição. Cambridge...[et al.]: MIT Press, 1999.
- Hobsbawm, Eric. 'Introduction: Inventing Traditions'. In *The Invention of Tradition*, Reprint., 1–14. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1992.
- Jacinto, Rui. 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade'. Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2.ª Edição, 16–37. Guarda: CMG e CEI, 2004.
- Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers, ldt, 1991.
- Lôbo, Margarida Sousa. *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*. 2ª Edição. Série 1: Ensaio 5. Porto: FAUP Publicações, 1995.
- Lobo, Susana Luísa Mexia. 'Arquitetura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia'. Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.
- Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro. Decreto de Lei n.º 23 052, Pub. L. No.º 23 052 (1933).
- . Decreto de Lei n.º 24:802, Pub. L. No.º 24 802 (1934).
- . Decreto de Lei n.º 21699, Pub. L. No.º 24699 (1932).
- . Decreto de Lei n.º 27424, Pub. L. No.º 27424, Código Administrativo (1936).
- . Decreto de Lei n.º 28912, Pub. L. No.º 28912 (1938).
- . Lei n.º 2007, Pub. L. No.º 2007 (1945).
- Moniz, Gonçalo Canto. 'Arquitectos e políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30'. *DC PAPERS, revista de crítica y teoría de la arquitectura*, n.º 13 (2005): 68–79.
- Nunes, António Manuel. *Espaços e Imagens Da Justiça No Estado Novo: Templos Da Justiça e Arte Judiciária*. Minerva-História 23. Coimbra: Minerva, 2003.
- Rabinow, Paul. *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*. Chicago and New York: The University of Chicago Press, 1995.

- Ramos, Cátia. 'The Square and Its Statue: How a Dictatorship Shaped a Tradition and How Architecture Reshaped It in Guarda, Portugal'. *Traditional Dwellings and Settlements Review* XXXI, n.º I (Fall 2019): 25-38.
- Rollo, Maria. 'Portugal e o Plano Marshall: História de Uma Adesão a Contragosto (1947-1952)'. *Análise Social* XXIX, n.º 128 (1994): 841-49.
- Rosas, Fernando. *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- . 'O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio Sobre o Estado Novo e a Questão Do Totalitarismo'. *Análise Social* XXXV, n.º 157 (2001): 1031-54.
- Sequeira, Hélder Luís Rebelo. *Ernesto Pereira : Um Paladino Da Guarda*. Gentes Da Guarda 4. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2005.
- . *O dever da memória : uma rádio no sanatório da montanha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003.
- Silva, Carlos. *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Design and the Built Environment. Farnham: Ashgate, 2015.
- Silva, Carlos Nunes. 'Mercado e Políticas Públicas Em Portugal: A Questão Da Habitação Na Primeira Metade Do Século XX'. *Análise Social* 29, n.º 127 (1994): 655-76.
- Silva, Maria Manuela da. 'Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)'. *Análise Social*, n.º 72-73-74 (1982): 1077-86.
- Silva, Susana Constantino Peixoto da. *Arquitectura de Cine Teatros: Evolução e Registo [1927-1959]: Equipamentos de Cultura e Lazer Em Portugal No Estado Novo*. Série Cidades e Arquitectura 2. Coimbra: Almedina : CES, 2010.
- Teixeira, Manuel. 'As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940'. *Análise Social* XXVII, n.º 115 (1992): 65-89.
- Terras da Beira, Jornal. 'Situação geográfica pesou na escolha da Guarda'. Jornal - Semanário Terras da Beira. Terras da Beira, 3 de janeiro de 2013.
- Viagens Na Nossa Terra*. Mpeg. Guarda: Arquivo Histórico da RTP, 1963.
- Wright, Gwendolyn. *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

6. Crescimento e urbanidade (1974-1986).

A ambivalente gestão urbana e a experiência MEREC.

- Abrunhosa de Castro, Maria José. 'Guarda: MEREC e PDM, 3 anos depois.' *Sociedade e Território*, n.º 9 (julho 1989): 45-49.
- . 'Os PDM's de 1ª Geração - Planos Cinzentos, Ordenamento Formal, Resultado Incerto.' *Sociedade e Território*, n.º 22 (setembro 1995): 33-37.
- . 'Projecto Mereg: Guarda Cidade Piloto'. *Oppidana: Boletim Municipal*. Novembro 1986, Ano 1 n.º 0 . Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.
- . 'Recuperação Urbana no Centro Histórico da Guarda (1980/1990)'. *Sociedade e Território*, n.º 14/15 (1991): 35-39.
- 'Actas Da Sessão Da Comissão Administrativa Do Concelho Da Guarda (1974)', Câmara Municipal da Guarda.
- 'Actas Da Sessão Da Comissão Administrativa Do Concelho Da Guarda (1975)', 1 de abril de 1975, Câmara Municipal da Guarda.

- 'Actas Da Sessão Da Comissão Administrativa Do Concelho Da Guarda (1976)', Câmara Municipal da Guarda.
- 'Actas Da Sessão de Câmara (1977)', 12 de abril de 1977, Câmara Municipal da Guarda.
- 'Actas Da Sessão de Câmara (1979)', 2 de outubro de 1979, Câmara Municipal da Guarda.
- 'Actas Da Sessão de Câmara (1982)', 8 de Julho de 1982, Câmara Municipal da Guarda.
- Bandeirinha, José António. *O Processo SAAL E a Arquitectura No 25 De Abril De 1974*. Arquitecturas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.
- Baptista, Idalina. 'How Portugal Became an "Unplanned Country": A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning'. *International Journal of Urban and Regional Research* 36, n.º5 (setembro 2012): 1076-92. <https://doi.org/DOI:10.1111/j.1468-2427.2011.01096.x>.
- Bendavid-Val, Avrom. Entrevista ao Planeador Regional e Consultor da USAID, Avrom Bendavid-Val. Mp3, 18 de outubro de 2012.
- . *More with less : managing energy and resource efficient cities*. USAID. Bur. for Science and Technology. Ofc. of Multisectoral Development, 1987. http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNAAAY403.pdf.
- Cardoso, Abílio. 'State Intervention in Housing in Portugal 1960-1980'. Tese de Doutoramento em Estudos de Planeamento, Universidade de Reading, 1983.
- Carvalho, José. 'Gigante com Pés de Barro'. *A Guarda*. 21 de agosto de 1981, Ano 76 Nc.3789 edição. Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.
- . 'Gigante com Pés de Barro-2'. *A Guarda*. 28 de agosto de 1981, Ano 76 Nc.3790 edição. Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.
- . 'Gigante com Pés de Barro-4'. *A Guarda*. 11 de setembro de 1981, Ano 76 Nc.3792 edição. Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço.
- Castela, Tiago. *A liberal space : a history of the illegalized working-class extensions of Lisbon*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade da Califórnia, 2011.
- Chetwynd, Eric. Entrevista a Eric Chetwynd, Planeador Regional e Ex-Diretor do Office for Rural and Institutional Development Bureau for Science and Technology USAID, MEREC. Mp3, 17 de outubro de 2012.
- Chetwynd Jr., Eric, e William Miner. *Pioneering in International Urban Development: Creating USAID Policies and Programs 1970-1982: A Case Driven History of the Urban Development, U.S. Agency for International Development*. 1ª Edição. Eric Chetwynd & William R. Miner, 2017.
- Cordeiro, Manuel, e Álvaro Dentinho. 'Normas Regulamentares - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 1974. DGOTDU - SNIT.
- . 'Relatório Geral - Plano Geral de Urbanização da Cidade da Guarda', 1974. DGOTDU - SNIT.
- Corkill, David. 'O Desenvolvimento Económico Português No Fim Do Estado Novo'. Em *A Transição Falhada : O Marcelismo e o Fim Do Estado Novo (1968-1974)*, 213-32. Lisboa: Notícias, 2004.
- Cortesão, Camilo. Entrevista a Camilo Cortesão, Arquiteto e Consultor Privado do Projeto MEREC. Mp3, 15 de fevereiro de 2016.
- Curto, Abílio. Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1976 a 1995. Mp3, 14 de março de 2016.
- Diário da República. 'Decreto n.º 561/71 - Diário do Governo n.º 294/1971, Série I de 1971-12-17'.
- . 'Decreto-Lei n.º 53/77 - Diário Da República n.º 39/1977, Série I de 1977-02-16'.
- . 'Decreto-Lei n.º 166/70 - Diário do Governo n.º 88/1970, Série I de 1970-04-15'.
- . 'Decreto-Lei n.º 278/71 - Diário do Governo n.º 146/1971, Série I de 1971-06-23'.
- . 'Decreto-Lei n.º 289/73 - Diário do Governo n.º 133/1973, Série I de 1973-06-06'.

- . ‘Decreto-Lei n.º 560/71 - Diário do Governo n.º 294/1971, Série I de 1971-12-17’.
- . ‘Decreto-Lei n.º 576/70 - Diário do Governo n.º 273/1970, Série I de 1970-11-24’.
- . Decreto-Lei n.º 658/74 - Diário do Governo n.º 273/1974, Série I de 1974-11-23’.
- . ‘Decreto-Lei n.º 44645 - Diário Do Governo n.º 246/1962, Série I de 1962-10-25’.
- . ‘Despacho Normativo n.º 283/78 - Diário Da República n.º 239/1978, 1.º Suplemento, Série I de 1978-10-17’.
- . Decreto de Lei, Pub. L. No. 208/82 (1982).
- . Decreto de Lei, Pub. L. No. 60/90 (1990).
- . Lei, Pub. L. No. 79/77 (1977).
- . Lei, Pub. L. No. 1/79 (1979).
- . ‘Resolução Do Conselho de Ministros - Diário Da República n.º 303/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-12-31’.
- Dikeç, Mustafa. *Badlands of the Republic: Space, Politics and Urban Policy*. 1.ª Edição. Malden, MA ; Oxford: Wiley-Blackwell, 2007.
- Dörter, Rainer, Frank Samol-Rojek, e Hans-J Stromenger. ‘Konzept zur städteumldtebaulichen Entwicklung der Distrikthauptstadt Guarda / Portugal | Conceção do Desenvolvimento Urbano da Capital do Distrito da Guarda’. Prova Final de Licenciatura orientada por G. Gourdes, Universidade Técnica de Aachen, 1982.
- Ferreira, José. *História de Portugal: Portugal Em Transe (1974-1985)*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- Fernandes de Sá, Entrevista a Manuel Fernandes de Sá Consultor Privado Projeto MEREC - Setor Planeamento. Mp3, 12 de Maio de 2017.
- Gamelas, Sérgio. Entrevista ao Arquitecto Sérgio Gamelas, Coordenador Setor de Construção MEREC. Mp3, 16 de fevereiro de 2016.
- Grande, Nuno e Studio Amrew Howard, eds. *O ser urbano: nos caminhos de Nuno Portas = The urban being: on the trails of Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012.
- ‘Guarda: Uma Conceção de Desenvolvimento Urbano’. *Cadernos Municipais*, Outubro 1986.
- Hall, Peter. ‘The City in the Garden’. Em *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, 4.ª Edição., 90-148. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.
- . ‘The City in the Region (The TVA)’. Em *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, 4.ª Edição., 183-88. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.
- Henriques, Sofia. ‘Energy Transitions, Economic Growth and Structural Change Portugal in a Long-Run Comparative Perspective’. Dissertation (Monograph) Economic History, Lund University, 2011. <https://lup.lub.lu.se/search/publication/2062180>.
- Lobo, Susana Luísa Mexia. ‘Arquitetura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia’. Tese de doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013
- McLoughlin, Brian. *Urban and Regional Planning: A Systems Approach*. London: Faber and Faber, 1969.
- Meier, Richard L. *Planning For an Urban World: The Design of Resource-Conserving Cities*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1974.
- Meier, Richard L., Sam Berman, Tim Campbell, e Chris Fitzgerald. ‘Urban Ecosystem and Resource - Conserving Urbanism in Third World Cities’. *Energy and Environment*

- Division of Lawrence Berkeley Laboratory and Institute for Urban and Regional Development at UC Berkeley. Contract No. WW/0003-2-79., Março 1981. http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDWA1082.pdf.
- MEREC Guarda. 'Plano Director Municipal - CIDADE Perímetro Urbano', Julho 1985. Câmara Municipal da Guarda.
- . 'Plano Director Municipal: Guarda Centro Histórico - Regulamento.', Julho 1986. Câmara Municipal da Guarda.
- . 'Plano Director Municipal, Pasta Cidade, Perímetro Urbano: Preâmbulo', Julho 1985. Câmara Municipal da Guarda.
- 'Mini-manual dos Loteamentos Urbanos'. Município da Guarda, Novembro 1988. Câmara Municipal da Guarda.
- Mitchell, Timothy. *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- . 'The Object of Development'. Em *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*, 209-43. Berkeley: University of California Press, 2002.
- Neto, Maria. 'A toponímia da cidade da Guarda e a construção da memória pública no século XX'. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta, Universidade Aberta, 2011. <http://hdl.handle.net/10400.2/2085>.
- Oliveira, Nelson. 'A Integração Dos "Retornados" No Interior de Portugal: O Caso Do Distrito Da Guarda'. In *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008. <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/150.pdf>.
- Pires, Rui Pena, ed. *Os retornados: um estudo sociográfico*. Cadernos IED 14. Lisboa: IED, 1984.
- Portas, Nuno. 'Nova política urbana + 10 mandamentos do urbanismo municipal'. Em *Os Tempos das Formas vol.1 A Cidade Feita e Rarefeita*, 1.ª edição, 1: 203-26. Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005.
- . 'Sobre alguns problemas da descentralização'. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26 (1988): 61-78.
- . 'Velhos Centros Vida Nova 1981'. Em *Os Tempos das Formas vol.1 A Cidade Feita e Rarefeita*, 1.ª edição, 1:155-70. Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005.
- Porto, Manuel. 'A adesão à CEE: implicações para a política de desenvolvimento regional em Portugal'. *Separata do Boletim da Faculdade de Direito: Adesão à Comunidade Europeia; Portugal, Desenvolvimento Regional*, 1983.
- Ramos, Cátia, Mauro Couceiro, e Nelson Brito. 'Merec-Guarda: an Energy and Resource Efficiency Process Undermined by the Early Stages of a Democratic Setting'. Em *History, Urbanism, Resilience, Historical Perspectives*, 5:81-94. Delft: TU Delft, 2016.
- Rebello, João. 'Gestão e Planeamento de Recursos a Nível Local: o caso do projecto MEREC.'. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26 (1988): 223-40.
- . Entrevista a João Rebello, Engenheiro e Coordenador Regional do Projeto MEREC. Mp3, 8 de outubro de 2012.
- Ribeiro, João Mendes. Entrevista ao Arquitecto João Mendes Ribeiro, técnico da CCR-C e técnico do projeto MEREC. Mp3, 2 de outubro de 2012.
- Rosas, Fernando. 'O Marcelismo e a Crise Final Do Estado Novo'. In *Portugal e a Transição Para a Democracia: 1974-1976*, 9-28. Cursos Livres de História Contemporânea. Lisboa: Colibri : Fundação Mário Soares : Inst. História Contemporânea da Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 1999.

- 'Salvaguarda da Arquitectura Tradicional'. *A Guarda*. 31 de janeiro de 1986.
- Santos, Ana, Nuno Teles, e Nuno Serra. 'Finança e Habitação Em Portugal', *Cadernos do Observatório*, n.º 2 (julho 2014).
http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_II_julho2014.pdf.
- Santos, Boaventura de Sousa. 'Estado e Sociedade na Semi-Periferia Do Sistema Mundial: O Caso Português'. *Análise Social/XXI*, n.º 87-88-89 (1985): 869-901.
- Scott, James C. 'High Modernist Social Engineering: The Case of Tennessee Valley Authority'. Em *Experiencing the State*, edição de Lloyd I. Rudolph e John Kurt Jacobsen, 3-52. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- . *Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. Yale Agrarian Studies. New Haven: Yale University Press, 1998.
- Sharr, Adam, e Stephen Thornton. *Demolishing Whitehall: Leslie Martin, Harold Wilson and the Architecture of White Heat*. Routledge, 2016.
- Silva, Carlos. 'As determinantes económicas e Políticas do Planeamento Municipal em Portugal'. *Finisterra XXVIII*, n.º 55-56 (1996): 23-58.
- Swyngedouw, Erik. 'The Antinomies of the Post-Political City: In Search of a Democratic Politics of Environmental Production'. *International Journal of Urban and Regional Research* 33, n.º 3 (setembro 2009): 601-20.
- Villanova, Roselyne, Carolina Leite, e Isabel Raposo. *Casas de Sonhos*. Edições Salamandra, 1995.

7. Efeitos da integração europeia na Guarda (1986-2010).

Discursos, Agentes e Modernidade.

- Abrunhosa de Castro, Maria José. 'A Guarda Entre Dois Mundos'. *Terras Da Beira*. 27 de março de 1997, sec. Opinião.
- . 'A Osteoporose Do Interior, as Cidades Médias e a Regionalização'. *Terras Da Beira*. 28 de setembro de 1995, sec. Opinião.
- . 'Afectos e Rancores'. *Terras Da Beira*. 23 de outubro de 1997, sec. Opinião.
- . 'Boas Coisas'. *Terras Da Beira*. 22 de outubro de 1998, sec. Opinião.
- . 'Brincadeiras Arquitectónicas'. *Terras Da Beira*. 21 de maio de 1998, sec. Opinião.
- . 'Cinco Problemas Avulso Para Uma Tragédia Sem Solução à Vista'. *Terras Da Beira*. 30 de dezembro de 1992, sec. Opinião.
- . 'Corporativismo Paroquial e Controvérsia Democrática'. *Terras Da Beira*. 21 de março de 1996, sec. Opinião.
- . 'Cuidado Com Elas!'. *Terras Da Beira*. 9 de setembro de 1993, sec. Opinião.
- . 'Lágrimas'. *Terras Da Beira*. 5 de dezembro de 1996, sec. Opinião.
- . 'O Interior, a Regionalização e as Autoestradas'. *Terras Da Beira*. 21 de março de 1996, sec. Opinião.
- . 'Perímetro Urbano - Monitorização Julho de 1985/Novembro de 1988'. Município da Guarda, Novembro de 1988.
- . 'Planos Municipais e Cultura Democrática (1)'. *Terras Da Beira*. 18 de junho de 1998, sec. Opinião.
- . 'Planos Municipais e Cultura Democrática (2)'. *Terras Da Beira*. 2 de julho de 1998, sec. Opinião.

- . ‘Planos Municipais e Cultura Democrática (3)’. *Terras Da Beira*. 16 de julho de 1998, sec. Opinião.
- . ‘Planos Municipais e Cultura Democrática (4)’. *Terras Da Beira*. 30 de julho de 1998, sec. Opinião.
- . ‘Planos Municipais e Cultura Democrática (5)’. *Terras Da Beira*. 13 de agosto de 1998, sec. Opinião.
- . ‘Planos Municipais e Cultura Democrática (6)’. *Terras Da Beira*. 27 de agosto de 1998, sec. Opinião.
- . ‘Planos Municipais e Cultura Democrática (Conclusão)’. *Terras Da Beira*. 10 de setembro de 1998, sec. Opinião.
- . ‘Planos Para Que Vos Quero! (Reflexões Sobre o Futuro Dos PDM)’. *Terras Da Beira*. 17 de junho de 1993, sec. Opinião.
- . ‘Que Esperar Do Plano Estratégico?’ *Terras Da Beira*. 6 de junho de 1996, sec. Opinião.
- . ‘Reminiscências a Propósito’. *Terras Da Beira*. 10 de junho de 1999, sec. Opinião.
- . ‘Siza Vieira Na Guarda ou de Como em 20 Anos as Coisas Até Mudam’. *Terras Da Beira*. 9 de Junho de 1994, sec. Opinião.
- . ‘Um Projecto Fora de Moda’. *Terras Da Beira*. 8 de abril de 1999, sec. Opinião.
- Abrunhosa de Castro, Maria José, Lídia Fernandes, Alexandre Gamelas, e Cândida Gouveia. ‘Projecto de Reabilitação Da Praça Velha’. *Terras Da Beira*. 16 de Maio de 1996, sec. Debate.
- Abrunhosa de Castro, Maria José, e António Ferreira dos Santos. ‘Errar é Humano...’ *Terras Da Beira*. 21 de novembro de 1993, sec. Opinião.
- . ‘Onde Está o Centro Histórico?’ *Terras Da Beira*. 4 de novembro de 1993, sec. Opinião.
- . ‘Porque Não Vêm Os Turistas?’ *Terras Da Beira*. 18 de novembro de 1993, sec. Opinião.
- Amin, Ash, e Stephen Graham. ‘The Ordinary City’. *Transactions of the Institute of British Geographers* 22, n.º 4 (1997): 411–29.
- Bandeirinha, José António. ‘Uma Região de Cidades’. Em *Transversalidades 2016 - Fotografia Sem Fronteiras.*, 118–20. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2016.
- Bandeirinha, José António. *O Processo SAAL E a Arquitectura No 25 De Abril De 1974*. Arquitecturas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.
- Baptista, Idalina. ‘How Portugal Became an “Unplanned Country”: A Critique of Scholarship on Portuguese Urban Development and Planning’. *International Journal of Urban and Regional Research* 36, n.º 5 (setembro 2012): 1076–92. <https://doi.org/DOI:10.1111/j.1468-2427.2011.01096.x>.
- . ‘Regimes of Exception in Urban Planning and Governance: The Case of the Polis Program, Portugal’. Tese de Doutoramento, Berkeley, Universidade da Califórnia, 2009.
- . ‘The Travels of Critiques of Neoliberalism: Urban Experiences from the “Borderlands”’. *Urban Geography* 34, no. 5 (23 de agosto de 2013): 590–611. <https://doi.org/10.1080/02723638.2013.780398>.
- Borges, Maria do Carmo. Entrevista a Maria do Carmo Borges: Plano Estratégico e a Cidade da Guarda. Mp3, 16 December 2017.
- Borneman, John, e Nick Fowler. ‘Europeanization’. *Annual Review of Anthropology* 26, n.º 1 (1997): 487–514. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.26.1.487>.
- Bourdieu, Pierre. ‘Neoliberalism, the Utopia (Becoming Reality) of Unlimited Exploitation.’ Em *Acts of Resistance: Against the Tyranny of Market*, tradução de Richard Nice, 94–105. New York: Free Press, 1998.

- Brás, Gustavo. 'Guarda contesta preço da Quinta do Alarcão imposto pela Relação de Coimbra'. *Público*. Acedido a 1 de maio de 2019. <https://www.publico.pt>.
- Brenner, Neil. *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford University Press, 2004.
- Brenner, Neil, e Nik Theodore. 'Cities and the Geographies of Actually Existing Neoliberalism'. Em *Critique of Urbanization: Selected Essays*, edição de Neil Brenner, 42-68. Urbanim. Basel: Birkhäuser, 2017.
- Camilo Cortesão & Associados, Lda. 'Projecto de Reabilitação Urbana da Praça Luís de Camões e Área Envolvente, Polis Guarda - Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis na Guarda, SA. Projecto de Execução', Março 2004. Arquivo de Obras Públicas da Câmara Municipal da Guarda.
- Castells, Manuel. *The City and the Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements*. London: Edward Arnold, 1983.
- Colóquio O Direito do Urbanismo do Séc. XXI, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, e Associação Portuguesa de Direito do Urbanismo. *O PNPOT e Os Novos Desafios Do Ordenamento Do Território: Ciclo de Colóquios: O Direito Do Urbanismo Do Séc. XXI*. Coimbra: Almedina, 2009.
- Conceição, Margarida Tavares da. 'Antigo Seminário e Paço Episcopal da Guarda uma investigação na base de um projecto de arquitectura.' *Praça Velha - Revista Cultural*, 1997.
- Cortesão, Camilo. Entrevista a Camilo Cortesão, Arquiteto e Consultor Privado do Projeto MEREC.. Mp3, 15 de fevereiro de 2016.
- Costa, Alexandre Alves. 'Lugares Praticados versus Lugares de Memória'. *Revista Património*, n.º 1 (novembro 2013): 6-15.
- Costa, Eduarda Marques. 'Cidades médias - Contributos para a sua definição'. *Finisterra* 37, n.º 74 (2002). <https://doi.org/10.18055/Finis1592>.
- Curto, Abílio. Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda de 1976 a 1995. Mp3, 14 de março de 2016.
- De Certeau, Michel, 'Practices of Space'. Em *On Signs*, 1.ª edição, 122-45. Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press, 1985.
- Diário da República. 'Código das Expropriações - Lei 168/99, 1999-09-18'.
 ———. 'Decreto-Lei 37/2001, 2001-02-08'.
 ———. 'Decreto-Lei 100/84, 1984-03-29'.
 ———. 'Decreto-Lei 197/99, 1999-06-08'.
 ———. 'Decreto-Lei 211/92, 1992-10-08'.
 ———. 'Decreto-Lei 438/91, 1991-11-09'.
 ———. Decreto de Lei, Pub. L. No. 208/82 (1982).
 ———. Resolução do Conselho de Ministros, Pub. L. No. 55, § I - Série B, 3945 (1994).
 ———. II Série. Despacho 6/94 - PROSIURB, Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1994).
 ———. Despacho 7/94 - PROSIURB - Plano Estratégico da Cidade, Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1994).
 ———. 'Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território - Lei 48/98, 1998-08-11'.
 ———. 'Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - Decreto-Lei 555/99, 1999-12-16'.
 ———. 'Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei 380/99, 1999-09-22'.
 ———. 'Resolução Do Conselho de Ministros 26/2000, 2000-05-15'. Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades

- ESDP European Spatial Development Perspective Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities, 1999.
- European Commission. 'Sustainable Urban Development in the European Union: A Framework for Action'. Commission of the European Communities, 1998. <http://aei.pitt.edu/6794/1/6794.pdf>.
- Fernandes, Rio. 'O Planeamento Urbano e a Coesão Social: A Perspectiva Europeia e o Caso de Portugal.' *Cidades3*, n.º 5 (2006): 11-36.
- Ferreira, António Fonseca. *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. 3ª edição. Manuais Universitários. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- Ferreira de Sousa, João, André Fernandes, Sónia Galiaú, Mafalda Estêvão, e Gonçalves Antunes. 'A Evolução Dos Transportes e Acessibilidades e as Transformações Na Organização Do Território'. Lisboa: Instituto de Dinâmica do Espaço, março 2011.
- Foucault, Michel. 'Space, Knowledge and Power (Interview Conducted with Paul Rabinow)'. Em *Rethinking Architecture*, 347-57. London & New York: Routledge, 1997.
- Gamelas, Sérgio. Entrevista ao Arquiteto Sérgio Gamelas, Coordenador Setor de Construção MERECE. Mp3, 16 de fevereiro de 2016.
- Gramsci, Antonio. *A Cultura, Os Subalternos, a Educação*. Tradução de Rita Neves. Edições Colibri, 2017.
- . *Gramsci: Le Opere, La Prima Antologia Di Tutti Gli Scritti, A Cura Di Antonio A. Santucci*. 1.ª edição. Editori Riuniti, 1997.
- Hall, Peter. 'The City of Enterprise: Planning Turned Upside Down: Baltimore, Hong Kong, London, 1975-2000'. Em *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, 4.ª edição, 90-148. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.
- . 'The Future of Cities in Western Europe'. *European Review* 3, n.º 2 (1995): 161-69. <https://doi.org/10.1017/S1062798700001459>.
- Harvey, David. *A Brief History Of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- . 'From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism'. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography* 71, n.º 1 (1989): 3-17. <https://doi.org/10.2307/490503>.
- Heynen, Hilde. *Architecture and Modernity: A Critique*. 2.ª edição. Cambridge[et al.]: MIT Press, 1999.
- Jacinto, Rui. 'Cidade, Território e Coesão Urbana: Novos Olhares, Outros Caminhos.' *Iberografias - Centro de Estudos Ibéricos*, n.º 20 (2012): 5-38.
- Kusno, Abidin. *The Appearances of Memory: Mnemonic Practices of Architecture and Urban Form in Indonesia*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.
- Lefebvre, Henri. 'The Right to the City'. Em *Architecture Culture 1943-1968: A Documentary Anthology*, 428-36. Nova Iorque, 2007.
- Macedo, Osvaldo. 'Prefácio - Errare Urbanum Este'. Em *Dedo N'Frida 2000*. Porto: Catálogo de Exposição de António Ferreira dos Santos, 2002.
- MANUAL-Estudos de Habitação, Urbanismo e Arquitectura, Lda. 'Plano Estratégico da Cidade Da Guarda'. Câmara Municipal da Guarda, Maio de 1996.
- Martins, Luís. 'Uma Nova Praça Velha'. *Terras da Beira*. 18 de julho de 1996.
- Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro. Decreto de Lei n.º 24:802, Pub. L. No.º 24 802 (1934).
- Moniz, Gonçalo. 'The Portuguese "May 68": Politics, Education and Architecture [online]'. *European journal of American studies*, número especial (2008). <https://doi.org/10.4000/ejas.7253>.

- Moniz, Gonçalo Canto. 'A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969'. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 91 (1 de dezembro 2010): 56-76. <https://doi.org/10.4000/rccs.4163>.
- Morais L Mourato, J. 'Europeanisation and Territorial Governance: An Inquiry into Power and Institutional Culture Change in Portugal'. Tese de Doutoramento, University College London, 2011.
- Mouffe, Chantal. *On The Political*. New York: Routledge, 2005.
- 'MVCC Arquitectos', 18 de junho de 2018. <http://www.mvcc.pt/index.php>.
- '«Não Temos Nada Contra o D. Sancho»'. *Terras Da Beira*. 2 de maio de 1996.
- O Interior - 22 de abril de 2009. 'Câmara anuncia mais de 9 milhões para regeneração urbana da Guarda', Acedido a 1 de maio de 2019, <https://www.ointerior.pt>
- 1 de setembro de 2005. 'PolisGuarda Em Contagem Decrescente'. Acedido a 17 de junho de 2015, <http://www.ointerior.pt>.
- 9 de junho de 2004. 'PolisGuarda Sofre Corte de 15 Por Cento'. Acedido a 17 de junho de 2015, <http://www.ointerior.pt>
- 18 de setembro de 2003. 'Câmara e Ministério do Ambiente Devem Dinheiro à PolisGuarda'. Acedido a 17 de junho de 2015, <http://www.ointerior.pt/>
- 12 de setembro de 2012. 'Manifestação anti-troika juntou milhares em todo o país'. Acedido a 27 de Agosto de 2019. <https://www.ointerior.pt/>
- Othengrafen, Frank, e Joerg Knienling, eds. 'Spatial Planning and Culture – Symbiosis for a Better Understanding of Cultural Differences in Planning Systems, Traditions and Practices'. In *Planning Cultures in Europe*, 1.ª edição, xxiii-xxxv. London; New York: Routledge, 2016.
- Parnell, Susan, e Jennifer Robinson. '(Re)Theorizing Cities from the Global South: Looking Beyond Neoliberalism'. *Urban Geography* 33, n.º 4 (1 de Maio de 2012): 593-617. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.33.4.593>.
- Pereira, José Pacheco. 'Entrada: Papéis de Maria José Abrunhosa'. EPHEMERA - Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, Acedido da 7 de novembro de 2011. <https://ephemerajpp.com/2011/11/07/entrada-papeis-de-maria-jose-abrunhosa/>.
- 'Petição Queremos a Estátua do D. Sancho I No Centro Da Praça Velha (Sé)'. Acedido a 27 agosto de 2019. <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=P2012N33489>.
- 'PORDATA - População Residente: Total e Por Grandes Grupos Etários'. Acedido a 28 de agosto 2019. <https://www.pordata.pt/>
- Portas, Nuno. 'Notas sobre a experiência dos PDM 1994'. Em *Os Tempos das Formas vol.2 A Cidade Imperfeita e a Fazer*, 1.ª edição, 2:171-83. Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005.
- Prata, João, e Mário Pires. 'Projecto de Reabilitação Da Praça Velha'. *Terras Da Beira*. 23 de maio de 1996, sec. Debate.
- Ramos, Cátia. 'The Square and Its Statue: How a Dictatorship Shaped a Tradition and How Architecture Reshaped It in Guarda, Portugal'. *Traditional Dwellings and Settlements Review* XXXI, n.º 1 (Fall 2019): 25-38.
- Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Nuno Gonçalo Monteiro. 'Uma Democracia Europeia (Desde 1976)'. Em *História de Portugal*, 8.ª edição, 747-77. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.
- Rancière, Jacques, e Liz Heron. *On the Shores of Politics*. Radical Thinkers 21. London: Verso, 2007.
- Reis, José. *A Economia Portuguesa. Formas de Economia Política Numa Periferia Persistente (1974-2017)*. Coimbra: Edições Almedina, 2018.

- . 'O Território Ainda Existe? Sistemas de Provisão de Habitação e o Desperdício Do País'. Em *A Nova Questão Da Habitação Em Portugal: Uma Abordagem de Economia Política*, 53–86. Coimbra: Actual, 2019.
- Robinson, Jennifer. 'Cities in a World of Cities: The Comparative Gesture'. *IJURR* 35, no. 1 (January 2011): 1–23.
- Rodrigues, Américo. Entrevista a Américo Rodrigues: a Guarda e a Arquitecta Maria José Abrunhosa de Castro. Mp3, 29 de julho de 2017.
- Ruivo, Fernando. 'Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia'. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30 (junho de 1990): 75–95.
- Salgueiro, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana*. 3.ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- Santos, Ana, Nuno Serra, e Nuno Teles. 'Finance Housing Provision in Portugal'. *FESSUD Working Paper Series*. Leeds: FESSUD Project, 2015.
- Santos, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político Na Pós-Modernidade*. Biblioteca Das Ciências Do Homem 18. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- Santos, Boaventura, e João Arriscado Nunes. 'Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal.' Em *Reinventing Democracy Grassroots Movements in Portugal*, Edição de Boaventura Santos e João Arriscado Nunes., 1–15. London: Taylor & Francis, 2006.
- Saraiva, António. Entrevista ao Arquitecto António Saraiva: A Guarda, crescimento urbano, planeamento e o Polis. Mp3, 3 de agosto de 2018.
- , ed. *Intervenção do Programa Polis Na Guarda*. Guarda: PolisGuarda, 2007.
- Sassen, Saskia. 'The City: Localizations of the Global'. *Perspecta - Juxtapositions* 36 (2005): 73–77.
- Serra, Alberto, e Rui Nunes. 'A Arquitectura Em Portugal No Séc. XX'. *Crónica Do Século II (13)*. RTP 2, 2002.
- Tão, Manuel Margarido. 'A falácia da bitola e a "ilha ferroviária"'. Público. Acedido a 16 de fevereiro de 2019. <https://www.publico.pt>
- . Manuel Margarido. Entrevista ao Professor Doutor Manuel Margarido Tão: A ferrovia portuguesa e a Guarda., Notas, 31 de Março de 2015.
- Távares, António, e Luís Sousa. 'Qualidade Da Governação Em Portugal'. Fundação Francisco Manuel dos Santos, novembro 2018. <https://www.ffms.pt/FileDownload/1f52cf6c-65d6-4e65-811e-9e737e215dca/qualidade-da-governacao-local-em-portugal>.
- 'Territorial Agenda of the European Union - Towards a More Competitive and Sustainable Europe of Diverse Regions', 2007. https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/communications/2007/territorial-agenda-of-the-european-union-towards-a-more-competitive-and-sustainable-europe-of-diverse-regions.
- Vazquez, Carlos Garcia. 'Lá Visión Culturalista de La Ciudad: La Ciudad Planificada'. Em *Ciudad Hojaldre*, 14–23. Editorial Gustavo Gili, 2005.

8. Epílogo

- Aureli, Pier Vittorio, ed. 'Means to an End, The Rise and Fall of the Architectural Project of the City'. Em *The City as a Project*, 14–38. Berlin: Ruby Press, 2013.

- . *The Project of Autonomy: Politics and Architecture Within and Against Capitalism*. 1ª Edição. New York: Princeton Architectural Press, 2008.
- Borges, Jorge Luís. 'História Da Eternidade'. Em *História Da Eternidade*, 11-34. Lisboa: Quetzal, 2012.
- Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers, ldt, 1991.
- Kofman, Eleonore e Lebas, Elizabeth. 'Introduction: Lost in Transposition - Time, Space and the City.' Em *Writings on Cities*, de Henri Lefebvre, 3-62. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- Montaner, Josep Maria. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2017.
- Plotino. *Enéadas V-VI*. Tradução de Jesús Igal. 2.ª edição. Biblioteca Clássica Gregos 256. Madrid: Editorial Gredos, 2014.
- Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2.ª Edição. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

ANEXO III

Evolução Demográfica do Concelho e Cidade da Guarda (1864-2011)

- Jacinto, Rui. 'Apontamentos sobre a Identificação de uma Cidade, Território, Demografia e Sociedade'. Em *A Guarda Formosa na primeira metade do séc. XX*, 2.ª Edição, 16-37. Guarda: CMG e CEI, 2004.